



SECRETARIA REGIONAL  
DO **AMBIENTE** E DO **MAR**

GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES



# PERSPECTIVAS PARA A SUSTENTABILIDADE NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

CONTRIBUTO PARA A ELABORAÇÃO DE UM PLANO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Universidade do Minho

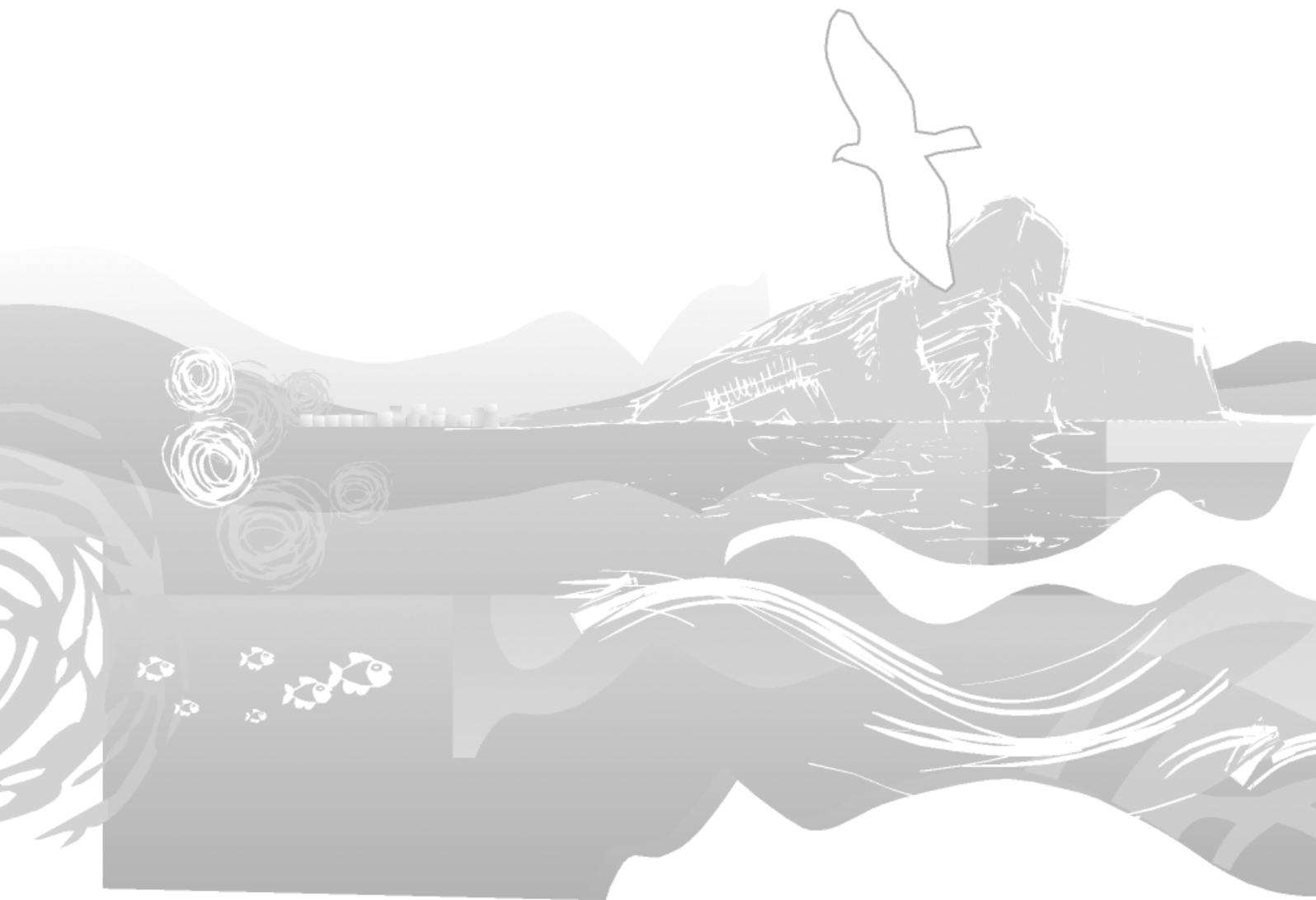




# PERSPECTIVAS PARA A SUSTENTABILIDADE NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

---

CONTRIBUTO PARA A ELABORAÇÃO DE UM PLANO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL





*"um compromisso firme com o futuro e com as próximas gerações"*

O desenvolvimento sustentável constitui um compromisso firme com o futuro e com as próximas gerações. O seu objectivo é assegurar um crescimento económico em equilíbrio com a qualidade ambiental da Região Autónoma dos Açores, defendendo a cidadania, a justiça social e a coesão regional. Na verdade todos nós, açorianos, desejamos melhorias em diversos aspectos muito concretos da nossa vivência quotidiana - saúde, emprego, segurança, transportes - mas, não menos verdade, desejamos que esse progresso não se efectue a expensas da qualidade da água que consumimos, da diversidade dos ecossistemas, do valor cénico da paisagem, do mar que nos rodeia. Assim, ainda que o conceito de sustentabilidade seja simples, a verdade é que a sua concretização exigirá um contínuo esforço das entidades públicas, das organizações não governamentais, das empresas e dos cidadãos.

O desenvolvimento sustentável procura, assim, tornar mais eficiente o uso dos recursos naturais, o fortalecimento da economia e a integração dos mais desfavorecidos, ou seja, uma sociedade responsável, digna e participativa. Este ambicioso paradigma não tem deixado indiferente a comunidade internacional. Com efeito, é com satisfação que registro o facto de todo um conjunto de iniciativas nesse sentido já atingir uma significativa escala transnacional, dimensão para a qual, importa reconhecer, muito tem contribuído a Organização das Nações Unidas, desde a elaboração do *Relatório Brundtland* até à realização da Cimeira de Joanesburgo, em 2002. Nesse contexto entendo que, ao assumir um conjunto de responsabilidades orientadas para a sustentabilidade, os Açores - local de diáspora mas, também, de encontro de culturas atlânticas - prestam o seu contributo, emblemático, para este compromisso internacional.

O desenvolvimento sustentável é, desta forma, perspectivado como um processo de melhoria contínua. Assim, sendo multifacetado na forma e preciso no conteúdo, requer um procedimento independente, também contínuo, de avaliação das medidas e acções adoptadas com vista à sua prossecução. A tarefa de avaliação, a efectuar com base num conjunto de indicadores apropriados é, também ele, um elemento essencial do processo de desenvolvimento sustentável. O Governo Regional assume uma especial responsabilidade nesta matéria e estou certo que as instituições públicas - muitas vezes consideradas como elementos fundamentais de um quarto pilar do desenvolvimento sustentável - pretenderão cumprir as expectativas nelas depositadas, procurando implementar esse tipo de procedimento de forma transversal e coordenada.

A missão com que nos comprometemos é a expressão de uma vontade comum para as próximas gerações. O nosso objectivo é preparar o futuro. Conto, por isso, com o entusiasmo e o empenho de todos para vencermos esse desafio.

O Presidente do Governo Regional,

Carlos Martins do Vale César





"*integração dos cidadãos na definição de caminhos para o futuro*"

A qualidade ambiental na Região Autónoma dos Açores assume uma dimensão estratégica muito para além da sua realidade territorial, constituindo um activo essencial para a estabilização de um modelo equilibrado no qual a dimensão social das políticas públicas seja favorecida pelo crescimento económico. Por isso, queremos que as melhores tecnologias disponíveis sejam aplicadas na resolução das disfunções ambientais e esperamos que sejam concebidas para responder, da forma considerada mais eco-eficiente, aos desígnios da Região. Com efeito, a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar pretende contribuir, no quadro das suas responsabilidades e competências, para a construção de um novo paradigma regional alicerçado na Qualidade e na Excelência.

A integração dos cidadãos na definição de caminhos para o futuro assegura a responsabilidade social para a acção. Assim se justifica a opção de continuamente trazer ao debate e à discussão, sem reservas, os *Estudos de Base do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Autónoma dos Açores*, trabalho iniciado na anterior legislatura. Neste contexto, foram promovidos diversos eventos durante a preparação da presente publicação, culminando com um procedimento de participação pública formal (decorrido nos meses de Setembro e Outubro de 2005) e com o parecer do Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (recebido em Outubro de 2005 e reproduzido em anexo).

A presente publicação constitui-se, assim, como um dos corolários deste processo participativo, a que se seguirá a elaboração formal do *Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Autónoma dos Açores* (PRDSA) e a constituição de um

Observatório de Sustentabilidade (cuja génese está, aliás, já a ser preconizada no âmbito de um projecto enquadrado pelo Programa de Iniciativa Comunitária INTERREG IIIB). Neste contexto, e assumindo o teor da *Estratégia Europeia para o Desenvolvimento Sustentável* e da *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável* como linha orientadora, o PRDSA procurará funcionar como um elo de ligação entre os princípios de ordem geral aí contemplados e as especificidades próprias da Região Autónoma dos Açores, definindo as acções que dêem resposta à actual vivência dos açorianos mas que reflectam, de igual forma, as suas expectativas em relação ao futuro. Procuraremos, através deste processo, confirmar o compromisso da Região para com o desenvolvimento sustentável e promover novas oportunidades para fomentar o debate e o envolvimento dos açorianos neste desígnio.

Este é, estou certa, um dos maiores desafios que se colocam à nossa sociedade. Agradeço portanto a intervenção de todos, na certeza de que as suas contribuições serão muito úteis para o fortalecimento da Sustentabilidade na Região Autónoma dos Açores.

A Secretária Regional do Ambiente e do Mar,

Ana Paula Pereira Marques



<b>Nomenclatura</b>	13
<b>Iconografia</b>	14
<b>1. Introdução</b>	17
<b>2. Desenvolvimento Sustentável - uma perspectiva integradora</b>	21
<b>2.1. Enquadramento conceptual - definindo o conceito</b>	22
2.1.1. O modelo	22
2.1.2. O objectivo	22
2.1.3. Os princípios orientadores	23
2.1.4. As dificuldades	28
2.1.5. A aposta	29
2.1.6. A visão	29
<b>2.2. Enquadramento cronológico - consolidando o conceito</b>	30
2.2.1. Desenvolvimento sustentável no Mundo	30
2.2.2. Desenvolvimento sustentável na União Europeia	32
2.2.3. Desenvolvimento sustentável em Portugal	35
<b>2.3. Regiões ultraperiféricas - um caso particular</b>	37
2.3.1. Insularidade	38
2.3.2. Ultraperifericidade	39
<b>3. Situação de Referência - analisando o presente</b>	43
<b>3.1. Introdução</b>	44
<b>3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico</b>	45
<b>3.3. Análise integrada das dimensões do desenvolvimento</b>	122
<b>4. Cenários e Visões - explorando o futuro</b>	129
<b>4.1. Introdução</b>	130
<b>4.2. Os Açores em 2030: cinco hipóteses de futuro</b>	131
<b>4.3. Contributo para a definição de uma visão sustentável para os Açores</b>	149
<b>5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã</b>	173
<b>5.1. Introdução</b>	174
<b>5.2. 10+1 prioridades para a sustentabilidade</b>	175
<b>5.3. Concretizar intenções: da teoria à prática</b>	204
5.3.1. A elaboração do PReDSA	204
5.3.2. Aspectos operacionais para a implementação do PReDSA	208
<b>6. Considerações Finais</b>	217
<b>Notas e Fontes de Informação</b>	219
<b>Anexo I</b>	
Proposta para um Sistema Regional de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável	225
<b>Anexo II</b>	
Dados de base considerados para o cálculo do <i>Dashboard of Sustainability</i> , do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e da Pegada Ecológica	233
<b>Anexo III</b>	
Comentário do CNADS ao documento <i>Perspectivas para a Sustentabilidade na Região Autónoma dos Açores</i>	243
<b>Ficha Técnica</b>	247

## Figuras

<b>Figura 2.1.</b>	Sistema ambiente-economia-sociedade	22	<b>Figura 3.17.</b>	População servida por água com qualidade adequada em várias regiões/países [2002]	55
<b>Figura 2.2.</b>	Modelo de desenvolvimento sustentável	22	<b>Figura 3.18.</b>	População servida por sistemas de drenagem e tratamento adequado de águas residuais [2001]	55
<b>Figura 2.3.</b>	O conceito de processo dinâmico no desenvolvimento sustentável	23	<b>Figura 3.19.</b>	População servida por sistemas de drenagem e tratamento adequado de águas residuais em várias regiões/países [2001]	56
<b>Figura 2.4.</b>	A transversalidade do desenvolvimento sustentável	24	<b>Figura 3.20.</b>	Espécies ameaçadas e protegidas [2001]	58
<b>Figura 2.5.</b>	A reorientação das estratégias e programas no sentido da visão de sustentabilidade	24	<b>Figura 3.21.</b>	Áreas protegidas e classificadas [2001]	59
<b>Figura 2.6.</b>	A necessidade de garantir a participação de todos os agentes governativos, sociais e económicos	24	<b>Figura 3.22.</b>	Áreas protegidas e classificadas (área classificada terrestre por ilha) [2001]	59
<b>Figura 2.7.</b>	Os diferentes tipos de abordagem no compromisso para a sustentabilidade	28	<b>Figura 3.23.</b>	Áreas protegidas e classificadas (área classificada terrestre) em várias regiões/países [2001]	59
<b>Figura 2.8.</b>	Relação cronológica dos principais marcos internacionais para a sustentabilidade	32	<b>Figura 3.24.</b>	Evolução temporal da produção de resíduos sólidos urbanos (RSU) [2001]	61
<b>Figura 2.9.</b>	Relação cronológica dos principais marcos para a sustentabilidade na União Europeia	33	<b>Figura 3.25.</b>	Distribuição espacial da produção de resíduos sólidos urbanos (RSU) [2001]	61
<b>Figura 2.10.</b>	Relação cronológica do processo de elaboração da ENDS	35	<b>Figura 3.26.</b>	Produção de resíduos sólidos urbanos (RSU) em várias regiões/países [2000]	61
<b>Figura 2.11.</b>	Articulação dos diversos instrumentos relevantes para a implementação da ENDS	36	<b>Figura 3.27.</b>	Produção de resíduos industriais (RI) e respectiva fracção de resíduos industriais perigosos (RIP) [2003]	62
<b>Figura 3.1.</b>	Evolução temporal da emissão de GEE [1990-2003]	45	<b>Figura 3.28.</b>	Recolha selectiva e reciclagem de resíduos [2001]	62
<b>Figura 3.2.</b>	Evolução temporal da emissão de GEE (por tipo de fonte combustível) [1990-2003]	45	<b>Figura 3.29.</b>	Recolha selectiva e reciclagem de resíduos em várias regiões/países [2001]	62
<b>Figura 3.3.</b>	Emissão de GEE em várias regiões/países [2000]	45	<b>Figura 3.30.</b>	Evolução temporal do PIB <i>per capita</i> [1991-2002]	64
<b>Figura 3.4.</b>	Usos do solo por ilha [2000]	48	<b>Figura 3.31.</b>	Distribuição espacial do PIB [2001]	64
<b>Figura 3.5.</b>	Distribuição espacial dos usos do solo (área florestal) [2004]	48	<b>Figura 3.32.</b>	PIB <i>per capita</i> em várias regiões/países [1999]	64
<b>Figura 3.6.</b>	Usos do solo (área florestal) em várias regiões/países [2000]	48	<b>Figura 3.33.</b>	VAB por sectores económicos [2001]	65
<b>Figura 3.7.</b>	Concelhos com Plano Director Municipal [2003]	49	<b>Figura 3.34.</b>	Evolução temporal da balança comercial [1991-2002]	65
<b>Figura 3.8.</b>	Orla costeira com Planos de Ordenamento [2004]	49	<b>Figura 3.35.</b>	Balança comercial em várias regiões/países [2002]	65
<b>Figura 3.9.</b>	Evolução temporal da intensidade de exploração de água [1991-2002]	52	<b>Figura 3.36.</b>	Taxa de crescimento empresarial	66
<b>Figura 3.10.</b>	Intensidade de exploração de água por ilha [2001]	52	<b>Figura 3.37.</b>	Evolução temporal do solo arável [1990-2001]	67
<b>Figura 3.11.</b>	Intensidade de exploração de água em várias regiões/países [2000]	52	<b>Figura 3.38.</b>	Distribuição espacial do solo arável [1999]	67
<b>Figura 3.12.</b>	Qualidade das águas superficiais (lagoas) [2001]	53	<b>Figura 3.39.</b>	Solo arável em várias regiões/países [1999]	68
<b>Figura 3.13.</b>	Qualidade das águas subterrâneas [2001]	54	<b>Figura 3.40.</b>	Utilização de agroquímicos (fertilizantes), por ilha [2001]	68
<b>Figura 3.14.</b>	Qualidade das águas costeiras [1988-2004]	54	<b>Figura 3.41.</b>	Utilização de agroquímicos (fertilizantes) em várias regiões/países [2001]	68
<b>Figura 3.15.</b>	Necessidades por tipo de utilizador [2001]	54	<b>Figura 3.42.</b>	Agricultura biológica (produtores) [1998-2003]	69
<b>Figura 3.16.</b>	População servida por água com qualidade adequada [2001]	55	<b>Figura 3.43.</b>	Agricultura biológica (área) [1998-2003]	69
			<b>Figura 3.44.</b>	Agricultura biológica (produtos) [1999-2003]	69
			<b>Figura 3.45.</b>	Evolução temporal do encabeçamento pecuário por ilha [1993-2001]	70
			<b>Figura 3.46.</b>	Distribuição espacial do encabeçamento pecuário (por superfície forrageira) [1999]	70

<b>Figura 3.47.</b>	Evolução temporal das capturas pesqueiras [1990-2002]	72	<b>Figura 3.77.</b>	Taxa de desemprego em várias regiões/países [valor médio entre 1995 e 2000]	89
<b>Figura 3.48.</b>	Evolução temporal da capacidade de alojamento [1991-2004]	74	<b>Figura 3.78.</b>	Evolução temporal do emprego por sectores de actividade [1991 e 2003]	89
<b>Figura 3.49.</b>	Evolução temporal da intensidade turística [1991-2002]	74	<b>Figura 3.79.</b>	Emprego por sectores de actividade (por tipo de profissão) [2003]	89
<b>Figura 3.50.</b>	Distribuição espacial da intensidade turística [2002]	74	<b>Figura 3.80.</b>	Taxa de equidade salarial por género, por ilha [1999 e 2000]	90
<b>Figura 3.51.</b>	Evolução temporal do consumo de energia eléctrica <i>per capita</i> [1990-2003]	77	<b>Figura 3.81.</b>	Distribuição espacial da taxa de equidade salarial por género [2000]	90
<b>Figura 3.52.</b>	Distribuição espacial do consumo de energia eléctrica <i>per capita</i> [2002]	77	<b>Figura 3.82.</b>	Taxa de equidade salarial por género em várias regiões/países [2000]	91
<b>Figura 3.53.</b>	Consumo de energia eléctrica <i>per capita</i> em várias regiões/países [2001]	77	<b>Figura 3.83.</b>	Evolução temporal da taxa de mortalidade infantil [1990-2002]	92
<b>Figura 3.54.</b>	Produção de energia eléctrica proveniente de FER [1990-2002]	78	<b>Figura 3.84.</b>	Distribuição espacial da taxa de mortalidade infantil [2001]	92
<b>Figura 3.55.</b>	Produção de energia eléctrica proveniente de FER, por tipo de fonte [1990-2002]	78	<b>Figura 3.85.</b>	Taxa de mortalidade infantil em várias regiões/países [2001]	92
<b>Figura 3.56.</b>	Evolução temporal da intensidade energética [1990-2002]	78	<b>Figura 3.86.</b>	Evolução temporal da esperança média de vida [1991/1992-2001/2002]	93
<b>Figura 3.57.</b>	Intensidade energética em várias regiões/países [2000]	79	<b>Figura 3.87.</b>	Esperança média de vida em várias regiões/países [2001]	93
<b>Figura 3.58.</b>	Evolução sectorial da produção industrial [1998 e 2001]	80	<b>Figura 3.88.</b>	População infantil vacinada contra doenças infecciosas em várias regiões/países (crianças com vacinação DTP completa) [2001]	93
<b>Figura 3.59.</b>	Produção industrial [2001]	80	<b>Figura 3.89.</b>	Taxa de população por serviços de saúde (habitantes por tipo de estabelecimento de saúde) [1991-2001]	94
<b>Figura 3.60.</b>	Evolução temporal da utilização de transportes públicos [1991-2001]	82	<b>Figura 3.90.</b>	Taxa de população por serviços de saúde (habitantes por cama, médico e enfermeiro) [1991-2001]	94
<b>Figura 3.61.</b>	Evolução temporal da taxa de motorização [1994-2003]	83	<b>Figura 3.91.</b>	Distribuição espacial da taxa de população por serviços de saúde (habitantes por cama) [2001]	95
<b>Figura 3.62.</b>	Distribuição espacial da taxa de motorização [2001]	83	<b>Figura 3.92.</b>	Taxa de população por serviços de saúde em várias regiões/países (habitantes por cama) [2000]	95
<b>Figura 3.63.</b>	Evolução temporal da densidade populacional [1990-2002]	84	<b>Figura 3.93.</b>	População com ensino secundário completo, por ilha [1991 e 2001]	96
<b>Figura 3.64.</b>	Distribuição espacial da densidade populacional [2002]	84	<b>Figura 3.94.</b>	População com ensino secundário completo em várias regiões/países [2001]	96
<b>Figura 3.65.</b>	Densidade populacional em várias regiões/países [2002]	84	<b>Figura 3.95.</b>	Taxa de analfabetismo, por ilha [1991 e 2001]	96
<b>Figura 3.66.</b>	Evolução temporal da taxa de envelhecimento [1992-2002]	85	<b>Figura 3.96.</b>	Taxa de analfabetismo em várias regiões/países [vários anos]	97
<b>Figura 3.67.</b>	Distribuição espacial da taxa de envelhecimento [2002]	85	<b>Figura 3.97.</b>	Evolução temporal da taxa de alunos por docente [1991/1992-2001/2002]	97
<b>Figura 3.68.</b>	Taxa de envelhecimento em várias regiões/países [2002]	85	<b>Figura 3.98.</b>	Taxa de alunos por docente, por nível de ensino [2001/2002]	97
<b>Figura 3.69.</b>	Evolução temporal da taxa de dependência [1992-2002]	86	<b>Figura 3.99.</b>	Distribuição espacial da taxa de alunos por docente [2001/2002]	98
<b>Figura 3.70.</b>	Taxa de dependência em várias regiões/países [2002]	86	<b>Figura 3.100.</b>	Taxa de alunos por docente em várias regiões/países [2001/2002]	98
<b>Figura 3.71.</b>	Evolução temporal da taxa de crescimento populacional (taxa de crescimento natural) [1990-2002]	86	<b>Figura 3.101.</b>	Evolução temporal da taxa de infra-estruturas culturais [1992-2002]	100
<b>Figura 3.72.</b>	Evolução temporal da taxa de crescimento populacional (taxa de crescimento migratório) [1990-2002]	87	<b>Figura 3.102.</b>	Distribuição espacial da taxa de infra-estruturas culturais [2002]	100
<b>Figura 3.73.</b>	Evolução temporal da taxa de crescimento populacional (taxa de crescimento efectivo) [1990-2002]	87	<b>Figura 3.103.</b>	Caracterização habitacional (população residente por tipo de alojamento familiar) [2001]	102
<b>Figura 3.74.</b>	Distribuição espacial da taxa de crescimento populacional (taxa de crescimento efectivo) [entre 1991 e 2001]	87	<b>Figura 3.104.</b>	Caracterização habitacional por ilha (população residente em alojamento familiar precário) [2001]	102
<b>Figura 3.75.</b>	Evolução temporal da taxa de desemprego [1990-2002]	88			
<b>Figura 3.76.</b>	Distribuição espacial da taxa de desemprego [2001]	88			

<b>Figura 3.105.</b>	Distribuição espacial da caracterização habitacional (população residente em alojamento familiar precário) [2001]	103
<b>Figura 3.106.</b>	Evolução temporal da taxa de criminalidade [1993-2003]	104
<b>Figura 3.107.</b>	Taxa de criminalidade (por tipo de crime cometido) [2003]	105
<b>Figura 3.108.</b>	Distribuição espacial da taxa de criminalidade [2003]	105
<b>Figura 3.109.</b>	Evolução temporal da imprensa escrita [1991-2002]	107
<b>Figura 3.110.</b>	Evolução temporal da taxa de acesso à internet [2000-2003]	107
<b>Figura 3.111.</b>	Taxa de acesso à internet em várias regiões/países [2002]	107
<b>Figura 3.112.</b>	Evolução temporal do absentismo eleitoral [1991-2002]	108
<b>Figura 3.113.</b>	Distribuição espacial do absentismo eleitoral (Eleições Legislativas) [2002]	109
<b>Figura 3.114.</b>	Evolução temporal do orçamento público para a promoção da qualidade ambiental [1990-2004]	110
<b>Figura 3.115.</b>	Evolução temporal do orçamento público para o desenvolvimento da agro-pecuária [1990-2004]	110
<b>Figura 3.116.</b>	Evolução temporal do orçamento público para o desenvolvimento das pescas [1990-2004]	110
<b>Figura 3.117.</b>	Evolução temporal do orçamento público para o desenvolvimento turístico [1990-2004]	111
<b>Figura 3.118.</b>	Evolução temporal do orçamento público para o sector energético [1990-2004]	111
<b>Figura 3.119.</b>	Evolução temporal do orçamento público para o sector dos transportes [1990-2004]	111
<b>Figura 3.120.</b>	Evolução temporal do orçamento público para o sector da saúde [1990-2004]	112
<b>Figura 3.121.</b>	Orçamento público para o sector da saúde em várias regiões/países [2001]	112
<b>Figura 3.122.</b>	Evolução temporal do orçamento público para o sistema educativo [1990-2004]	112
<b>Figura 3.123.</b>	Orçamento público para o sistema educativo em várias regiões/países [2002]	113
<b>Figura 3.124.</b>	Evolução temporal do orçamento público para a segurança social [1990-2004]	113
<b>Figura 3.125.</b>	Evolução temporal do orçamento público para Investigação & Desenvolvimento [1990-2004]	113
<b>Figura 3.126.</b>	Orçamento público para Investigação & Desenvolvimento em várias regiões/países [2002]	114
<b>Figura 3.127.</b>	Perdas humanas e materiais devido a desastres naturais (número de mortes) [1986, 1997 e 1998]	115
<b>Figura 3.128.</b>	Perdas humanas e materiais devido a desastres naturais (parque habitacional danificado) [1998]	115
<b>Figura 4.1.</b>	Uma mesma situação actual pode dar origem a várias hipóteses alternativas de futuro	131
<b>Figura 4.2.</b>	Análise SWOT elaborada com base nas contribuições dos participantes nos <i>workshops</i>	132
<b>Figura 5.1.</b>	Conteúdo funcional do PReDSA	205
<b>Figura 5.2.</b>	Fases de desenvolvimento propostas para a elaboração do PReDSA	206
<b>Figura 5.3.</b>	Representação esquemática do procedimento proposto para a elaboração do PReDSA	207
<b>Figura 5.4.</b>	A interação entre os sub-processos político, técnico e de participação	208
<b>Figura 5.5.</b>	Articulação funcional da Agência Regional para o Desenvolvimento Sustentável com o Governo Regional e os Municípios	210
<b>Figura A1.1.</b>	Modelo Pressão-Estado-Resposta (PER)	226
<hr/>		
<b>Quadros</b>		
<hr/>		
<b>Quadro 2.1.</b>	Principais instrumentos estratégicos e/ou operacionais da Região Autónoma dos Açores	25
<b>Quadro 2.2.</b>	As regiões ultraperiféricas da União Europeia	37
<b>Quadro 3.1.</b>	Concentração de poluentes atmosféricos em áreas urbanas [2000 e 2001]	46
<b>Quadro 3.2.</b>	Potencial contribuição dos principais instrumentos estratégicos e/ou operacionais para alguns aspectos chave diagnosticados	121
<b>Quadro 4.1.</b>	Tendência de evolução de alguns aspectos chave para cada um dos cenários	144
<b>Quadro 5.1.</b>	Potencial contribuição dos principais instrumentos estratégicos e/ou operacionais para a implementação de prioridades sugeridas para a Região Autónoma dos Açores	202
<hr/>		
<b>Caixas</b>		
<hr/>		
<b>Caixa 2.1.</b>	Participação Pública nos Estudos de Base	26
<b>Caixa 3.1.</b>	<i>Dashboard of Sustainability</i>	123
<b>Caixa 3.2.</b>	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	124
<b>Caixa 3.3.</b>	Pegada Ecológica	125
<b>Caixa 3.4.</b>	<i>Dashboard of Sustainability</i> - uma região, nove realidades: ou a ausência de informação adequada	127
<b>Caixa 4.1.</b>	Avaliação de Cenários de Desenvolvimento	146

# Nomenclatura

## Ilhas

COR - Corvo  
FAI - Faial  
FLO - Flores  
GRA - Graciosa  
PIC - Pico  
SJO - São Jorge  
SMA - Santa Maria  
SMG - São Miguel  
TER - Terceira

## Concelhos

AHR - Angra do Heroísmo  
CLH - Calheta  
CRV - Corvo  
HOR - Horta  
LAG - Lagoa  
LJF - Lajes das Flores  
LJP - Lajes do Pico  
MDL - Madalena  
NOR - Nordeste  
PDL - Ponta Delgada  
POV - Povoação  
PVT - Praia da Vitória  
RGR - Ribeira Grande  
SCF - Santa Cruz das Flores  
SCG - Santa Cruz da Graciosa  
SRP - São Roque do Pico  
VEL - Velas  
VFC - Vila Franca do Campo  
VLP - Vila do Porto

## Entidades / Instituições:

CRPM - Conferência de Regiões Periféricas Marítimas da Europa  
CRUP - Centro de Recursos das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia  
DRA - Direcção Regional do Ambiente  
DRDA - Direcção Regional do Desenvolvimento Agrário  
DRE-M - Direcção Regional da Economia da Região Autónoma da Madeira  
DROAP - Direcção Regional de Organização e Administração Pública  
DROTRH - Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos  
DRRF - Direcção Regional dos Recursos Florestais  
EEG - Empresa de Electricidade e Gaz, Lda.  
GRA - Governo Regional dos Açores  
IA - Instituto do Ambiente  
IAMA - Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas  
IMD - International Institute for Management Development  
INAG - Instituto da Água  
INCM - Instituto Nacional da Casa da Moeda  
ISP - Instituto de Seguros de Portugal  
ISTAC - Instituto Canario de Estadística  
MAPA - Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación (Espanha)  
OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico  
Portugal C. - Portugal Continental  
RAA - Região Autónoma dos Açores  
SRA - Secretaria Regional do Ambiente  
SRAM - Secretaria Regional do Ambiente e do Mar  
SRAS - Secretaria Regional dos Assuntos Sociais  
SRHE - Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos

SRAPA - Secretaria Regional da Agricultura e Pescas  
SRPFP - Secretaria Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento  
SREA - Serviço Regional de Estatística dos Açores  
SRARN - Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais da Região Autónoma da Madeira  
UE - União Europeia  
UMEuropeia - União Monetária Europeia  
WB - The World Bank Group

## Instrumentos de Planeamento, Política e Gestão

DL - Decreto-Lei  
DLR - Decreto Legislativo Regional  
DRR - Decreto Regulamentar Regional  
PDM - Plano Director Municipal  
PMOT - Plano Municipal de Ordenamento do Território  
PNDES - Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (2000-2006)  
POBHL - Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa  
POBHLF - Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Furnas  
POBHLS - Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Sete Cidades  
POOC - Plano de Ordenamento da Orla Costeira  
POSEI - Programa de Opções Específicas para o Afastamento e Insularidade  
QCA - Quadro Comunitário de Apoio  
RALR - Resolução da Assembleia Legislativa Regional  
RGR - Resolução do Governo Regional

## Unidades

CN - Cabeça normal  
CO<sub>2</sub> eq. - Dióxido de carbono equivalente  
ha - Hectare  
hab - Habitante  
kg - Quilograma  
km - Quilómetro  
km<sup>2</sup> - Quilómetro quadrado  
kWh - Quilowatt hora  
m<sup>3</sup> - Metro cúbico  
t - Tonelada  
TEP - Tonelada equivalente de petróleo

## Outros

DTAR - Drenagem e Tratamento de Águas Residuais  
FER - Fontes de Energia Renováveis  
GEE - Gases com Efeito de Estufa  
I&D - Investigação e Desenvolvimento  
NO<sub>2</sub> - Dióxido de Azoto  
O<sub>3</sub> - Ozono  
ONG - Organização Não Governamental  
PER - Pressão-Estado-Resposta  
PIB - Produto Interno Bruto  
PIBpm - Produto Interno Bruto a preços de mercado  
PME - Pequenas e Médias Empresas  
RI - Resíduos Industriais  
RIP - Resíduos Industriais Perigosos  
SAU - Superfície Agrícola Utilizada  
SO<sub>2</sub> - Dióxido de Enxofre  
ZEE - Zona Económica Exclusiva

Alguns dos conteúdos constantes neste livro encontram-se estruturados em blocos de informação específicos, identificados pela seguinte iconografia e características:



#### **Contributos das iniciativas de participação pública dos Estudos de Base**

Este bloco apresenta aspectos decorrentes das iniciativas de participação pública. Os conteúdos deste bloco traduzem as expectativas e os pontos de vista dos intervenientes (recolhidas ao longo das várias iniciativas de participação pública realizadas), procurando reproduzir-se as respectivas contribuições com o menor grau de interpretação possível, de forma a preservar o conteúdo original das mesmas.



#### **Bloco de informação quantitativa**

Nesta secção é privilegiada a apresentação de dados quantificados (estatísticos e outros). Esta informação é expressa sob a forma de quadros, gráficos e mapas, procurando apresentar análises temporais, espaciais e de comparação com outras regiões/países.



#### **Bloco de informação qualitativa**

Este bloco pretende efectuar um diagnóstico sucinto da informação quantitativa relativa a cada indicador, tendo em conta o seu estado actual e o comportamento evidenciado ao longo do tempo. Esta componente informativa pretende assim auxiliar e complementar a interpretação dos dados, traduzindo-se na seguinte simbologia:



avaliação positiva



avaliação intermédia



avaliação negativa



insuficiência de dados para definir uma avaliação



avaliação não aplicável



#### **Outras referências regionais**

Esta secção é utilizada para fornecer informações relevantes sobre o tema em análise no contexto da Região Autónoma dos Açores. Estas informações podem versar âmbitos diversos, desde iniciativas, projectos ou programas elaborados ou em curso, até à referência a documentos legislativos relevantes no contexto regional (neste caso, deve ter-se em atenção a seguinte nomenclatura: **DLR** - Decreto Legislativo Regional; **RGR** - Resolução do Governo Regional; **DRR** - Decreto Regulamentar Regional; **RALR** - Resolução da Assembleia Legislativa Regional).

Para além dos referidos blocos de informação, em algumas situações são apresentados elementos adicionais, que pretendem enriquecer a análise e apresentar contributos específicos sobre os temas abordados. Estes elementos encontram-se identificados com a seguinte iconografia:



#### **Informação adicional**

Este símbolo introduz a definição de conceitos necessários para a interpretação de determinadas variáveis ou a apresentação de informações úteis para contextualizar o leitor nos assuntos abordados.



#### **Desenhos**

Nesta secção são apresentados desenhos da autoria de alunos dos 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, que foram apresentados tanto no contexto do concurso escolar "Açores 2030" (integrado na estratégia de participação pública dos Estudos de Base), como no processo de participação informal.



#### **Textos e artigos**

Esta secção destina-se à publicação de textos e artigos de opinião sobre temas específicos, assim como à publicação de textos de alunos do ensino secundário produzidos no contexto do concurso escolar "Açores 2030". Apresentam-se também nesta secção excertos de documentos considerados relevantes para cada tema em análise.

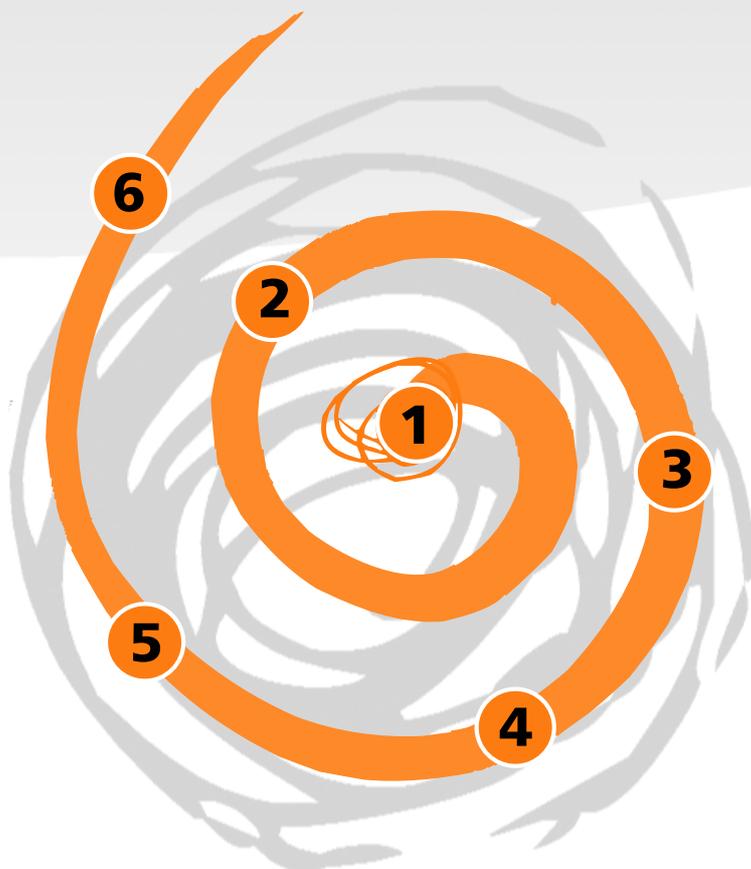


A Equipa Técnica entende expressar o seu reconhecimento ao Secretário Regional do Ambiente do VIII Governo Regional, Hélder Guerreiro Marques da Silva, pelo apoio e entusiasmo manifestado no arranque do presente trabalho, o qual mereceu da actual Secretária Regional do Ambiente e do Mar, Ana Paula Pereira Marques, um constante e inextinguível incentivo. O encorajamento e orientação do Director Regional do Ambiente, Eduardo Mário do Val Mendes Carqueijeiro, ao longo do desenvolvimento dos trabalhos são também credores de justo agradecimento.

O interesse que Sua Excelência o Presidente do Governo Regional, Carlos Manuel Martins do Vale César, manifestou durante as diversas fases em que este trabalho decorreu é encarado pela Equipa Técnica como o melhor símbolo do empenho e do compromisso para a Sustentabilidade na Região Autónoma dos Açores. Por esse facto, gostaríamos de manifestar o nosso reconhecimento público.

O conteúdo técnico da presente publicação é da responsabilidade dos seus autores, não reflectindo uma posição formal do Governo Regional. Todos os textos referenciados com a identificação dos autores são da exclusiva responsabilidade dos mesmos, não vinculando a concordância da Equipa Técnica que elaborou o presente documento.





### 1 - Introdução

2 - Desenvolvimento Sustentável  
uma perspectiva integradora

3 - Situação de Referência  
analisando o presente

4 - Cenários e Visões  
explorando o futuro

5 - Proposta para a Implementação  
construindo o amanhã

6 - Considerações Finais



## 1. Introdução

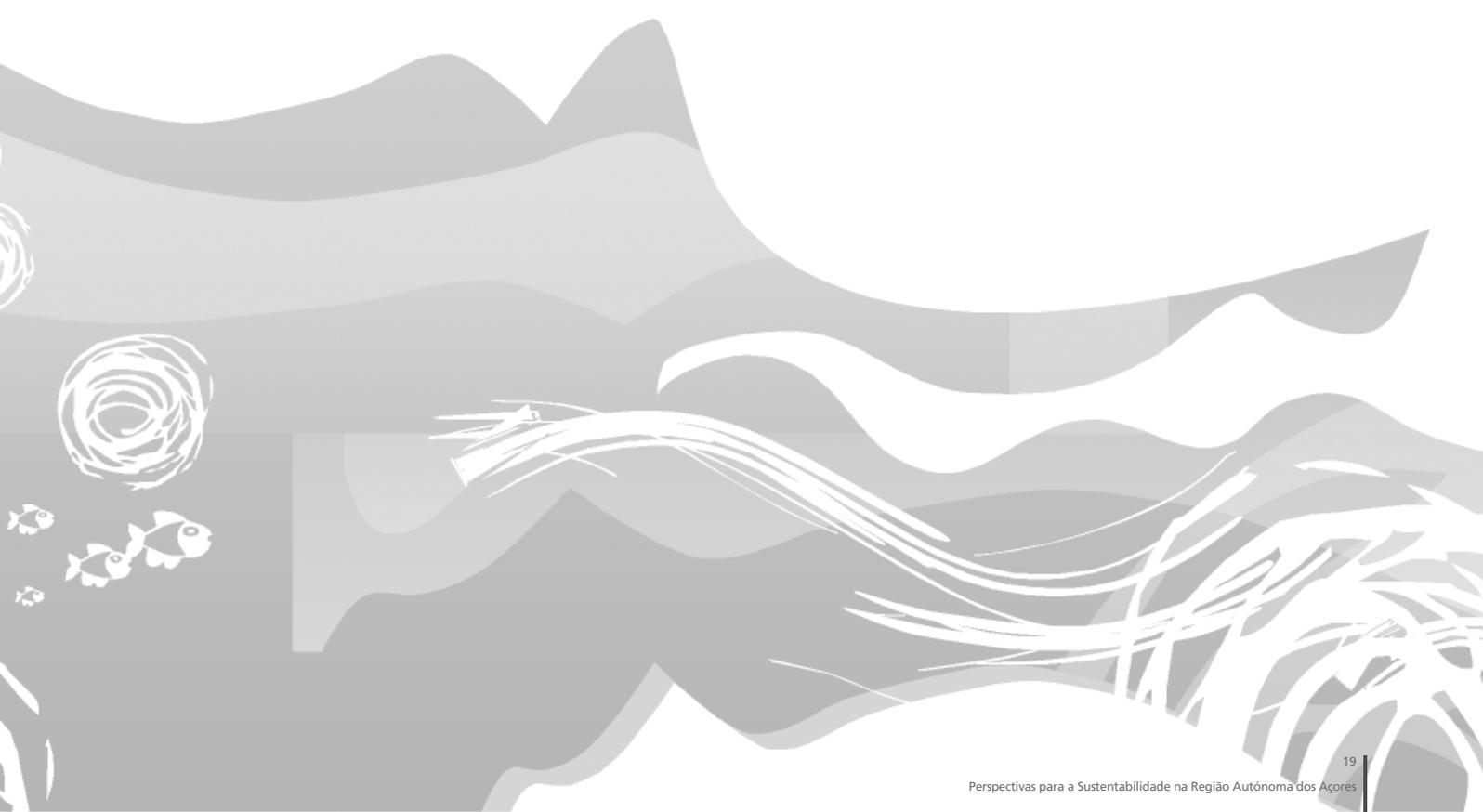
Muitas foram, ao longo dos tempos, as representações do século XXI como um tempo fantástico, no qual as sociedades se encontrariam transfiguradas pelo progresso, com sucessivos avanços tecnológicos, perfeitamente integrados na vida quotidiana dos cidadãos. De facto, o século XXI constituiu, durante muito tempo, uma data mítica, símbolo da transição para uma realidade nova e plena de possibilidades, embora nem sempre necessariamente melhor. Tantas como as utopias que preconizavam um futuro de prosperidade e bem-estar, foram as distopias que alertavam para um lado negro desse mesmo progresso.

Agora que esse futuro se converteu em presente, somos confrontados com uma leitura necessariamente diferente. Muitas promessas foram cumpridas, outras continuam a pertencer ao domínio da ficção científica. Os avanços tecnológicos que ficaram por realizar têm o seu contraponto noutros que poucos conseguiram antever e que, rapidamente, ultrapassaram mesmo as expectativas mais optimistas. Problemas antigos foram finalmente solucionados. Existem, contudo, outros problemas que persistem até hoje, uns atenuados, outros agravados pelo progresso alcançado. Novas disfunções surgiram. Algumas delas, como por exemplo a redução da biodiversidade e o fenómeno das alterações climáticas, são derivadas desse mesmo progresso.

Estaremos, então, condenados a ver as soluções de hoje serem transformadas nos problemas de amanhã? Não sabemos como será a realidade - a nível ambiental, económico, social ou institucional - daqui a 20, 40 ou 100 anos. Mas o que podemos

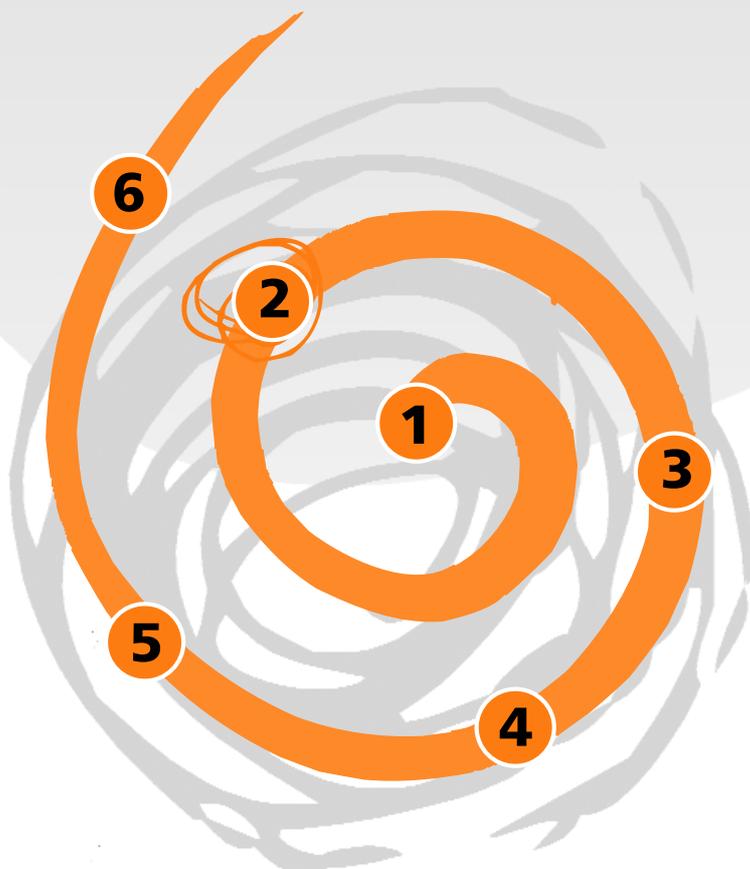
e devemos fazer é tentar, na medida do possível, assegurar que as respostas que encontramos para os desafios de hoje não venham a converter-se em novas fontes de problemas, porventura mais graves do que os que se pretendiam solucionar. Tal atitude passa por uma alteração de paradigma em relação ao desenvolvimento que se preconiza para as nossas sociedades, efectuando a transição de um modelo centrado no presente para um outro, virado para o futuro. Noutras palavras, criando as condições para a definição e implementação estruturada de um modelo de desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, e na tentativa de garantir a integração dos princípios de sustentabilidade no desenvolvimento dos Açores a médio e longo prazo, foi iniciado um processo que visa contribuir para a elaboração do *Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Autónoma dos Açores (PReDSA)*. Na verdade, o PReDSA terá por objectivo incorporar transversalmente as orientações definidas pela *Estratégia Europeia para o Desenvolvimento Sustentável* e pela *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável* nos processos de decisão, adequando-as às diferentes realidades específicas da Região Autónoma dos Açores. Pretende-se, portanto, que a primeira fase de elaboração do PReDSA, designada por Estudos de Base (da qual a presente publicação constitui um dos principais corolários), actue como factor de cidadania e elemento catalisador para a sustentabilidade.





## 2. Desenvolvimento Sustentável - uma perspectiva integradora



1 - Introdução

**2 - Desenvolvimento Sustentável**  
uma perspectiva integradora

3 - Situação de Referência  
analisando o presente

4 - Cenários e Visões  
explorando o futuro

5 - Proposta para a Implementação  
construindo o amanhã

6 - Considerações Finais

*“Um desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades.”*

Relatório Brundtland – Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento

## 2. Desenvolvimento Sustentável - uma perspectiva integradora

### 2.1. Enquadramento conceptual - definindo o conceito

A Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento sintetizou, em 1987, o desafio da sustentabilidade: integrar, num mesmo modelo de desenvolvimento, o curto e o longo prazo, conciliando o progresso actual com a manutenção de níveis de recursos suficientes para que esse progresso seja mantido no futuro. Mas será isso possível? A solução é complexa, mas é certo que tem de ser encontrada. Entende-se, por isso, a necessidade de definir modelos articulados com as diferentes componentes do sistema ambiente-economia-sociedade (**Figura 2.1**).



**Figura 2.1**  
Sistema ambiente-economia-sociedade

Nessa perspectiva, e valorizando o princípio geral da responsabilidade social e da eco-eficiência<sup>1</sup>, poder-se-ão alcançar soluções adequadas e mais duradouras. Por outras palavras, poder-se-á instituir um **desenvolvimento sustentável**.



#### Porque nos devemos interessar com o desenvolvimento sustentável?

*"Porque nos devemos interessar com o desenvolvimento sustentável? A resposta é: porque tem tudo a ver com a qualidade de vida hoje e com a garantia de que tudo o que fazemos leva em consideração o tipo de mundo que queremos entregar às gerações futuras."*

Estratégia de Desenvolvimento Sustentável do município de Hastings & St Leonards - Reino Unido (2001)

#### 2.1.1. O modelo

O desenvolvimento sustentável contempla três vertentes:

- Ambiental
- Económica
- Social

fundadas numa dimensão considerada transversal a todo o processo:

- Institucional

O desenvolvimento sustentável assenta na procura de um equilíbrio entre estes três pilares (**Figura 2.2**). Para alcançar uma situação de equilíbrio, é considerado fundamental o papel das Instituições - congregando as formas de governação, os sistemas legislativos e o papel dos grupos de interesse e da sociedade civil -, uma vez que são esses os agentes **catalisadores** do processo de desenvolvimento.



**Figura 2.2**  
Modelo de desenvolvimento sustentável

#### 2.1.2. O objectivo

O objectivo do desenvolvimento sustentável é, portanto, conciliar o progresso social e económico com a necessidade de gerir a procura de recursos, de forma a que esse mesmo progresso possa ser mantido no futuro. O desafio que nos é colocado a todos é o de conseguir articular uma economia dinâmica e tecnologicamente evoluída numa comunidade que permita igualdade de oportunidades, melhorando assim a produtividade dos recursos e dissociando o crescimento económico da degradação do meio ambiente<sup>2</sup>.

(2) Os pilares fundamentais do desenvolvimento sustentável podem, do ponto de vista teórico, ser avaliados pelos respectivos níveis de **capital natural** (recursos naturais capazes de gerar um fluxo de bens e serviços no futuro) e **capital artificial** (quantidade de bens, serviços e conhecimentos produzidos, que corresponde à soma do *capital humano* - "stock" de educação, potencial de inovação, qualificações, cultura e conhecimento acumulado pela sociedade - e do *capital manufacturado* - bens e serviços produzidos numa economia).

(1) Produção de bens e serviços de melhor qualidade com menor consumo de materiais e de energia e com menor geração de resíduos.

## 2. Desenvolvimento Sustentável - uma perspectiva integradora

### 2.1. Enquadramento conceptual - definindo o conceito



#### O desígnio da sustentabilidade

"O objectivo do Governo é a boa qualidade de vida para todos. Isto quer dizer que não nos podemos concentrar em factores estritamente económicos - por vitalmente importantes que sejam - mas também levar em conta a saúde social e ambiental do nosso país"

Relatório anual de progresso para o Desenvolvimento Sustentável do Reino Unido (2002)



#### Os objectivos do desenvolvimento sustentável e o conceito de Economia Solidária

"A Economia Solidária é a resposta às quatro bombas-relógio que a humanidade tem debaixo dos pés e que ameaçam dramaticamente o seu futuro, nomeadamente: a competitividade, que tem sido assumida na sua vertente económica; a coesão social ou a solidariedade; a sustentabilidade, reconhecida principalmente na sua vertente ambiental; e o desafio da diversidade, associado à sua dimensão cultural, por vezes de forma excessiva e enviesada como nas questões religiosas e no terrorismo.

A grande questão de fundo é a de saber se a economia solidária se poderá tornar uma forma alternativa de economia. Na sua maior amplitude a economia solidária integra cinco componentes fundamentais. Antes de mais, é uma actividade económica, abrange um conjunto de actividades produtivas, cria postos de trabalho, gera rendimentos, satisfaz necessidades; é promotora de coesão social, contribui para o combate ao desemprego, a luta contra a pobreza e a exclusão social, promove a igualdade de oportunidades; respeita e valoriza a diversidade cultural - não visa a destruição das culturas em nome de uma globalização ou uniformização cultural, pelo contrário, procura valorizar as culturas locais; respeita e valoriza a diversidade ambiental - como economia não contribui para a destruição da natureza e do ambiente, mas encontra formas económicas de reabilitar e valorizar o ambiente; e, ainda, é baseada numa gestão eficiente, ou seja, procura ter em conta os critérios da boa gestão e da eficiência; e deve ser ancorada territorialmente, com uma base comunitária, e ser promotora de desenvolvimento local.

É preciso contrariar o sentido mais tradicional do conceito de economia solidária, em que a expressão surge muitas vezes ligada a uma visão assistencialista, reportando-se essencialmente às respostas das organizações religiosas, aos problemas da pobreza e às medidas adoptadas para os reduzir. Será necessário passar da lógica de protecção do Estado para a geração de receitas e de auto-sustentabilidade numa economia de mercado e de uma relação de protecção para uma relação de parcerias, em que o papel do Estado seja, apenas, o de incubar, animar e facilitar todo o processo."

Rogério Roque Amaro

Citado em Jornal Expresso, Caderno Economia & Internacional, 29 de Outubro de 2005

#### 2.1.3. Os princípios orientadores

O desenvolvimento sustentável, enquanto modelo de equilíbrio, associa o seguinte conjunto de *princípios orientadores*:

##### 1. Dinamismo

Entende-se o desenvolvimento sustentável como um procedimento evolutivo que integra fases de planeamento, implementação, avaliação e revisão. Este processo dinâmico é, de alguma forma, semelhante aos princípios de gestão presentes em diversas normas internacionais<sup>3</sup>, que definem um processo composto por quatro fases fundamentais (Figura 2.3).

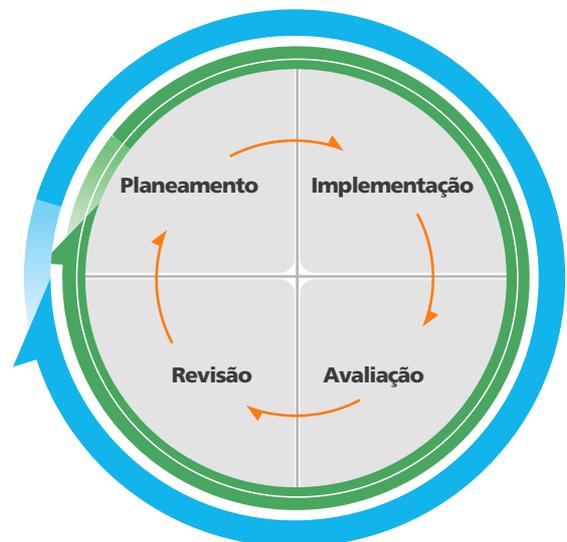


Figura 2.3

O conceito de processo dinâmico no desenvolvimento sustentável



#### O processo de avaliação de uma estratégia de desenvolvimento sustentável

"O desenvolvimento sustentável é o objectivo global das políticas do Governo. A estratégia nacional da Suécia para o desenvolvimento sustentável descreve uma visão do futuro, bem como um número de áreas nucleares estratégicas que são importantes nos esforços para atingir o desenvolvimento sustentável. A visão e os objectivos finais descritos na estratégia devem permanecer válidos por uma geração. As áreas nucleares estratégicas (...) podem ser reavaliadas em intervalos mais frequentes. De facto, alguns assuntos são especialmente importantes hoje, enquanto outros podem ser importante nos anos que virão."

Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável da Suécia (2002)

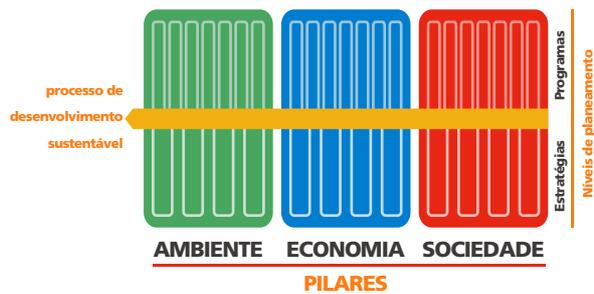
(3) ISO 9001:2000 - Sistemas de gestão da qualidade; ISO 14001:2004 - Sistemas de gestão ambiental; OHSAS 18001:1999 - Sistema de gestão de segurança e saúde ocupacional; SA8000:2001 - Responsabilidade Social.

## 2. Desenvolvimento Sustentável - uma perspectiva integradora

### 2.1. Enquadramento conceptual - definindo o conceito

#### 2. Transversalidade

A sustentabilidade deve ser interiorizada por todos os sectores da sociedade e aplicada nas diversas unidades territoriais. Nesse quadro, as bases do processo de desenvolvimento sustentável devem ser vertidas nas estratégias e programas sectoriais, evitando o seu isolamento em acções específicas (**Figura 2.4**).



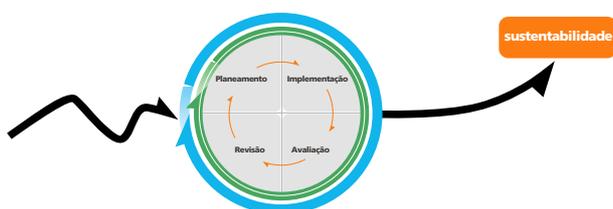
**Figura 2.4**  
A transversalidade do desenvolvimento sustentável



No caso específico da Região Autónoma dos Açores, é necessária uma análise integrada da situação actual, que permita vislumbrar caminhos para a adopção de políticas que contemplem transversalmente as áreas ambiental, económica e social e que revelem lacunas de planeamento e dificuldades na execução/coordenação dos instrumentos existentes. Neste contexto, o **Quadro 2.1** identifica os principais instrumentos estratégicos e/ou operacionais da Região Autónoma dos Açores, que deverão ser levados em conta sob este ponto de vista.

#### 3. Reorientação

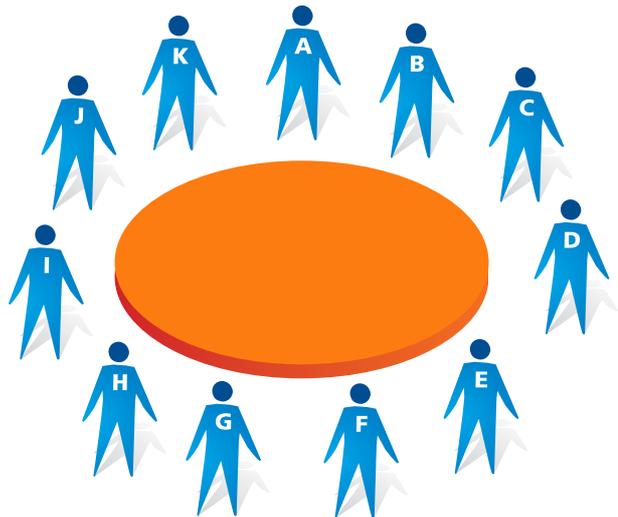
O processo de desenvolvimento sustentável deve, sempre que possível, ser construído sobre os programas existentes e procurar a sua articulação para a visão pretendida. Nesta base, as políticas poderão ser reorientadas face aos desígnios de desenvolvimento que se pretendem concretizar, de forma a obter as sinergias mais favoráveis (**Figura 2.5**).



**Figura 2.5**  
A reorientação das estratégias e programas no sentido da visão de sustentabilidade

#### 4. Participação

O desenvolvimento sustentável deve ser fortemente marcado por um processo participativo que corresponda a um efectivo exercício da cidadania, não se esgotando em procedimentos formais, administrativos ou de consulta. O envolvimento da sociedade deve ser estimulado e considerado em todas as fases deste processo, desde a obtenção de uma visão partilhada, à tomada de decisão, à delegação de responsabilidades nas acções, à avaliação e à respectiva revisão. Nesta matéria, a participação pública deve ser a mais alargada e abrangente possível, envolvendo todos os poderes políticos, as instituições governamentais e não governamentais e a sociedade civil (incluindo associações humanitárias, desportivas, recreativas, culturais, ambientais, de solidariedade social, cooperativas, fundações, entre outras) (**Figura 2.6**).



- A - Agentes Culturais e Desportivos
- B - Agentes Económicos
- C - Associações Profissionais
- D - Cidadãos
- E - Estado
- F - Instituições de Ensino
- G - Instituições de I&D
- H - Instituições de Solidariedade Social
- I - ONG
- J - Partidos Políticos
- K - ...

**Figura 2.6**  
A necessidade de garantir a participação de todos os agentes governativos, sociais e económicos

## 2. Desenvolvimento Sustentável - uma perspectiva integradora

### 2.1. Enquadramento conceptual - definindo o conceito

Ficha Técnica	Âmbito	Carácter	Estado Actual
1. Promotor / Gestor	4. Estratégico	7. Orientador	9. Concluído / em vigor
2. Ano de publicação	5. Operacional	8. Normativo / vinculativo	10. Em revisão / reformulação
3. Ano horizonte	6. Estratégico e operacional		11. Em processo de participação pública
			12. Em elaboração
			13. Em preparação

	Ficha Técnica			Âmbito			Carácter		Estado Actual				
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
<b>Instrumentos de Caracterização e Diagnóstico</b>													
Relatório do Estado do Ambiente nos Açores 2001 (REA 2001)	SRA	2002	n.a.	n.a.			■		■				
Relatório do Estado do Ambiente nos Açores 2003 (REA 2003)	SRA	2004	n.a.	n.a.			■		■				
Relatório do Estado do Ordenamento do Território nos Açores 2001 (REOT-A 2001)	SRA	2004	n.a.	n.a.			■		■				
Relatório do Estado do Ordenamento do Território nos Açores 2003 (REOT-A 2003)	SRAM	2006	n.a.	n.a.			■		■				

#### Instrumentos de Gestão Estratégica e/ou Operacional

Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos (PERSUA)	SRA	1999	2005	■				■	■	■			
Plano Estratégico de Resíduos Industriais e Especiais (PERIEA)	SRA	n.a.	n.a.			■		■				■	
Plano Estratégico de Resíduos Hospitalares dos Açores (PERHA)	SRA	2003	2007			■		■	■				
Plano Regional da Água (PRA)	SRA	2003	2011			■		■	■				
Plano Regional do Ordenamento do Território (PROTA)	SRA	n.a.	n.a.	■				■				■	
Programa Operacional de Recuperação Ambiental das Lagoas (PORAL)	SRA	2000	2002		■		■		■				
Planos de Gestão de Áreas Protegidas	SRA	2006	2016		■			■	■				
Planos de Gestão de Áreas Marinhas	SRA	n.a.	n.a.		■			■				■	
Planos de Ordenamento da Bacia Hidrográfica de Lagoas (POBHL)	SRA	2004				■		■	■				
Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC)	SRA	2004				■		■	■			■	
Plano Regional de Protecção Civil	SRHE				■								■
Plano Regional da Habitação	SRHE				■								■
Plano Regional de Emprego	GRA	2003	2006			■		■	■				
Plano Regional de Saúde	SRAS												■
Plano Operacional de Marketing para o Turismo da RAA	SRE	2001	2004			■	■		■				
Plano de Ordenamento Turístico da RAA	SRE	n.a.	n.a.			■	■					■	
Plano de Desenvolvimento Rural para a RAA	SRAPA	2000	2006		■			■		■			

#### Instrumentos de Gestão Económica e Financeira

Orientações de Médio Prazo 2005-2008	VPGR	2005	2008		■			■	■				
Programa Operacional para o Desenvolvimento Económico e Social dos Açores 2000-2006 (PRODESA)	VPGR	2000	2006		■			■	■				
Fundo de Coesão	VPGR	2000	2006		■			■	■				
Ações Inovadoras para a Região Autónoma dos Açores (PRAI Açores)	VPGR	2003	2005		■			■	■				
INTERREG III B	VPGR	2000	2006		■			■	■				

n.a.: não aplicável pela natureza ou estado de desenvolvimento dos instrumentos.

#### Quadro 2.1

Principais instrumentos estratégicos e/ou operacionais da Região Autónoma dos Açores

## 2. Desenvolvimento Sustentável - uma perspectiva integradora

### 2.1. Enquadramento conceptual - definindo o conceito

#### Caixa 2.1

#### Participação Pública nos Estudos de Base

No âmbito dos **Estudos de Base** foram desenvolvidas diversas acções que tiveram como principal objectivo contribuir para o envolvimento da população na dinâmica da sustentabilidade, promovendo uma maior disponibilidade dos cidadãos para se integrarem em futuros processos de participação pública.

A estratégia de envolvimento da população delineada no quadro dos Estudos de Base envolveu as seguintes iniciativas:

#### Website na internet

O *website* do projecto na internet - <http://sram.azores.gov.pt/predsa> - possibilitou a disponibilização permanente de toda a informação relativa aos trabalhos em curso, constituindo simultaneamente um fórum de debate e um meio privilegiado para auscultar críticas e sugestões, função que continuará a assegurar como interface de participação pública.



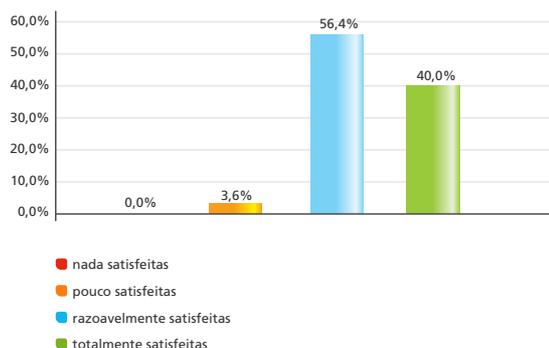
#### Sessões de trabalho (workshops)

As sessões de trabalho (seis ao todo, nas ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira, São Jorge e Flores) funcionaram como uma das principais ferramentas de envolvimento directo da população realizadas durante os Estudos de Base.

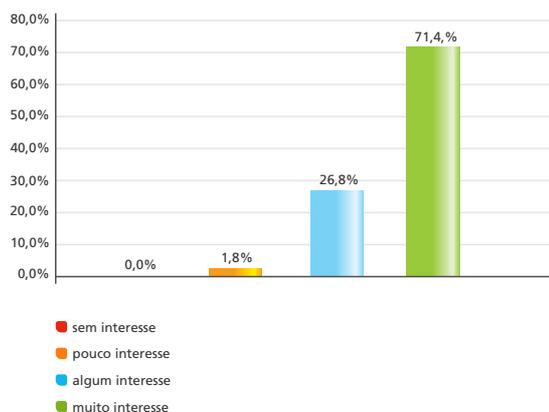
O seu objectivo foi, privilegiando uma abordagem directa e intensiva, o de familiarizar sectores da sociedade açoriana com as temáticas associadas à sustentabilidade, ensaiando metodologias de trabalho que permitam, num processo mais alargado, chegar à definição de uma visão comum para os Açores.

Simultaneamente, e de acordo com os princípios definidos na Agenda 21, procurou enquadrar-se a leitura dos dados numa escala de proximidade, que permitisse divisar estratégias de resolução dos problemas geradas com base numa análise directa e local das questões que afectam o dia-a-dia das populações. Apresentam-se de seguida alguns aspectos relacionados com a avaliação dos eventos efectuada pelos participantes.

#### Expectativas em relação ao workshop



#### Interesse dos temas tratados



Refira-se ainda que alguns dos elementos apresentados no presente documento resultam directamente do trabalho efectuado pelos participantes nestas sessões.

## 2. Desenvolvimento Sustentável - uma perspectiva integradora

### 2.1. Enquadramento conceptual - definindo o conceito

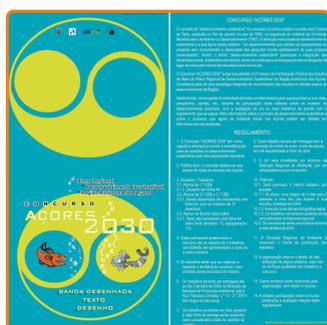
#### Concurso "Açores 2030"

Sendo o desenvolvimento sustentável um processo eminentemente voltado para o futuro, cujos resultados são sentidos mais a médio e longo prazo do que no imediato, era forçoso dedicar especial atenção às camadas mais jovens da população.

Deste modo, e numa vertente marcadamente pedagógica, foi lançado, numa acção promovida pela Direcção de Serviços de Promoção Ambiental da Direcção Regional do Ambiente, o concurso "Açores 2030", destinado à população escolar dos 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico, bem como aos alunos do ensino secundário.

O objectivo do concurso foi alertar os jovens para a temática do desenvolvimento sustentável e, por via destes, alcançar os seus agregados familiares na abordagem do tema, de forma a encetar um processo de diálogo, preparando o terreno para um exercício de cidadania informado, atento e responsável.

Alguns dos trabalhos resultantes do concurso "Açores 2030" são apresentados ao longo do presente documento.



#### Outras iniciativas de divulgação e participação

Para além das referidas iniciativas, procurou disponibilizar-se informação em órgãos de comunicação social (e.g.: em jornais e rádio locais, como forma de divulgação das sessões de trabalho), em congressos (e.g.: *XI Encontros Filosóficos* (12 de Março de 2004, Angra do Heroísmo), *8ª Conferência Nacional de Ambiente* (27-29 de Outubro de 2004, Lisboa), *11th Annual International Sustainable Development Research Conference* (6-8 de Junho de 2005, Helsínquia), *Aplicação em Portugal e na União Europeia das Directivas Incidentes no Ciclo Urbano da Água* (19-21 de Setembro de 2005, Covilhã)), em publicações técnicas (e.g.: *Indústria e Ambiente* (nº 30, 2º Trimestre 2003) e *Ingenium - a engenharia portuguesa em revista* (II Série, nº 83, Setembro/Outubro 2004)) e em folhetos de divulgação. Foi também organizada uma sessão de discussão dos cenários de desenvolvimento (apresentados no **Capítulo 4** da presente publicação) numa aula do *Mestrado em Ambiente, Saúde e Segurança* da Universidade dos Açores (Maio de 2005).



#### Envolvimento de Órgãos Consultivos

Auscultaram-se órgãos consultivos independentes de referência, nomeadamente o Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CRADS) e o Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS), numa primeira fase através da apresentação do *Relatório de Metodologia* em reunião conjunta (7 de Junho de 2003, Horta), posteriormente com a apresentação de uma versão preliminar do presente documento em sessão plenária do CRADS (12 de Dezembro de 2004, Horta) e finalmente com a solicitação de apreciação da presente publicação ao CNADS (Junho de 2005), que aprovou e emitiu o respectivo parecer a 20 de Outubro de 2005 (reproduzido em anexo). Por outro lado, solicitaram-se pareceres e contributos a um painel multidisciplinar de personalidades.



## 2. Desenvolvimento Sustentável - uma perspectiva integradora

### 2.1. Enquadramento conceptual - definindo o conceito

#### Processo formal de Participação Pública

A edição do presente livro pretende constituir-se também como um contributo para a participação pública, na medida em que, para além de incorporar na sua elaboração contributos de diversos técnicos e cidadãos, foi estruturado de forma a estimular a discussão sobre questões relacionadas com a sustentabilidade da Região Autónoma dos Açores. Os resultados desta abordagem ficaram patentes durante o período formal de participação pública do presente documento, que decorreu nos meses de Setembro e Outubro de 2005\*.



(\* ) O processo formal de Participação Pública foi divulgado através do envio de e-mails e de folhetos às Direcções Regionais, a todos os Serviços da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, às Autarquias, às Associações de Municípios, às Câmaras de Comércio e Indústria, às Associações Profissionais e às ONGA; da disponibilização do documento impresso nos Serviços de Ambiente de todas as ilhas; e da publicação de um anúncio de divulgação em alguns dos jornais mais representativos das ilhas Terceira (*Diário Insular*, 3 de Setembro), Faial (*Jornal Incentivo*, 5 de Setembro) e São Miguel (*Açoriano Oriental*, 5 de Setembro).

#### 5. Compromisso

A efectivação do processo de desenvolvimento sustentável requer uma abordagem ascendente ("bottom-up"), privilegiando-se a acção individual dos diversos agentes da sociedade civil. No entanto, a implementação de um modelo de desenvolvimento tem que ser suportada por um forte compromisso político que, por si, transmita um sinal claro à comunidade. Este ponto é crucial, uma vez que o apoio conferido pela tutela da administração pública é das realidades que mais condicionam a obtenção de resultados. Desta forma, é fundamental a aplicação simultânea de uma abordagem descendente ("top-down") (Figura 2.7).

Para além disso, é imprescindível que o compromisso para a sustentabilidade associe um enquadramento jurídico e normativo adequado, clarificando a actuação, os meios e as responsabilidades dos diversos agentes.

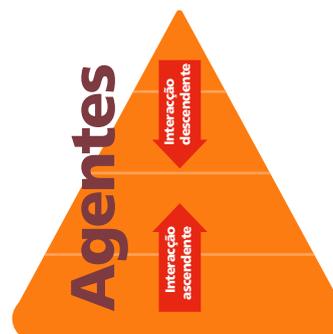


Figura 2.7  
Os diferentes tipos de abordagem no compromisso para a sustentabilidade



#### Envolvimento dos agentes socioeconómicos face aos desafios da sustentabilidade

"Há uma necessidade, em particular, de remediar os problemas herdados do passado, de enfrentar as incansáveis pressões colocadas hoje no ambiente e assegurar que os problemas não se acumulam no futuro."

Tornando Sustentável o Desenvolvimento da Irlanda (2002)

#### 2.1.4. As dificuldades

Concretizar a transição para um modelo de desenvolvimento sustentável implica uma fundamental alteração de paradigma, efectuada a todos os níveis da sociedade. Como refere a *Estratégia da União Europeia para o Desenvolvimento Sustentável* (EUEDS), "dissociar a degradação ambiental e o consumo de recursos do desenvolvimento social e económico requer uma reorientação do investimento público e privado em direcção a tecnologias novas e ambientalmente correctas."

## 2. Desenvolvimento Sustentável - uma perspectiva integradora

### 2.1. Enquadramento conceptual - definindo o conceito

Esta reorientação é tanto mais importante se tivermos em conta a necessidade de dotar uma estratégia de desenvolvimento sustentável de uma estrutura económica e financeira que a suporte. Para além deste tipo de abordagem, será necessário promover alterações das atitudes individuais, de forma a incentivar um sistema socioeconómico mais consciente e responsável.



#### Condicionantes para a implementação de uma estratégia de desenvolvimento sustentável

*"A implementação de uma estratégia como a do desenvolvimento sustentável, (...), fica condicionada ou inviabilizada se não for suportada em termos conceptuais e práticos por um quadro legislativo e pela capacidade de investimento (...)."*

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2002)

Embora sejam consensuais os benefícios que o desenvolvimento sustentável comporta para a sociedade, alguns interesses pontuais podem ser afectados pela prossecução de políticas cujos objectivos se centram no médio e longo prazo. Ao invés de serem escamoteados, os eventuais conflitos devem ser encarados de forma transparente, de modo a permitir a concertação e o estabelecimento de compromissos. Para superar estas dificuldades é essencial a capacidade de liderança política do Estado.

#### 2.1.5. A aposta

O desenvolvimento sustentável exige um intenso envolvimento de todos os actores sociais e económicos. O objectivo é duplo: por um lado, integrar a comunidade na definição de um modelo de longo prazo que corporize as suas aspirações e, por outro, promover a adopção de comportamentos mais responsáveis no presente. Como nota a *Estratégia da União Europeia para o Desenvolvimento Sustentável*, um processo "de desenvolvimento sustentável deve ser um catalisador para responsáveis políticos e opinião pública nos anos vindouros e tornar-se uma força motriz para uma reforma institucional e para mudanças no comportamento individual e corporativo." De sublinhar, a este respeito, que embora seja fundamental um correcto enquadramento institucional, como forma de impulsionar a transição para o desenvolvimento sustentável, é em última análise sobre os cidadãos (enquanto indivíduos, parceiros sociais e enquanto agentes económicos) que recai a responsabilidade de alterarem os seus comportamentos, adequando-os ao paradigma da sustentabilidade.



#### Evolução individual e colectiva

*"Uma estratégia (...) de desenvolvimento sustentável deve reconhecer que, em última análise, a sustentabilidade não é algo que os governos fazem pelas pessoas; é sim algo que as pessoas alcançam por si próprias através da mudança individual e colectiva".*

Relatório do Fórum Internacional sobre Estratégias de Desenvolvimento Sustentável (Gana, 2001)

#### 2.1.6. A visão

Maior prosperidade económica, uma sociedade mais justa e um ambiente urbano e natural de qualidade. É esta a visão que o desenvolvimento sustentável pretende tornar realidade. A opção é clara: persistir num modelo de desenvolvimento desajustado ao futuro das próximas gerações ou começar, desde já, a lançar as bases para um progresso sustentável, na compreensão de que um efectivo desenvolvimento não poderá nunca ser construído sobre fundações pouco sólidas que, a prazo, acabarão por conduzir ao colapso da evolução alcançada.

Concretizar esta visão pode obrigar a opções difíceis, contrariando algumas práticas e hábitos instituídos. Mas, como todos sabemos, é sempre preferível efectuar transições de uma forma regulada ao invés de sermos confrontados com problemas inesperados e de consequências imprevisíveis. A insustentabilidade de muitos dos actuais modelos de desenvolvimento é um problema que não pode ser escamoteado ou ignorado. Da mesma forma, o desenvolvimento sustentável não é uma utopia, mas antes uma necessidade do presente para que o futuro não se revele um retrocesso.



#### O conceito de sustentabilidade

*"A sustentabilidade está relacionada com a conciliação do desenvolvimento humano a longo prazo com a gestão dos limitados recursos do planeta.*

(...)

*Como poderemos então caracterizar um mundo sustentável? Quais deverão ser os nossos objectivos? Apesar do conceito de sustentabilidade poder ser encarado sob diversos pontos de vista, muitas pessoas concordarão que gostaríamos de deixar aos nossos netos um mundo no qual:*

- a pobreza, a malnutrição e a fome estivessem erradicadas, e o acesso a cuidados básicos de saúde e a educação fosse universal;
- a qualidade de vida fosse cada vez maior, com condições materiais e oportunidades suficientes para todos;
- a desigualdade entre ricos e pobres fossem atenuada;
- a qualidade ambiental fosse satisfatória, com os recursos biológicos críticos em recuperação, com a poluição controlada e com perspectivas de um equilíbrio climático;
- a violência e os conflitos armados fossem pouco frequentes;
- a solidariedade fosse uma realidade, a nível da família e da comunidade, bem como a nível global;
- não se verificasse um aumento da população a nível mundial."

Gallopin, G., A. Hammond, P. Raskin, R. Swart

"Branch Points: Global Scenarios and Human Choice" Stockholm Environmental Institute

1997

## 2. Desenvolvimento Sustentável - uma perspectiva integradora

### 2.2. Enquadramento cronológico - consolidando o conceito

A transição para um modelo de desenvolvimento sustentável não é um processo imediato, do tipo "chave-na-mão". É necessário evoluir nas práticas instituídas, corrigir hábitos de consumo e melhorar os métodos de produção. Esse facto é comprovado pelas múltiplas iniciativas que, com muitos avanços e alguns retrocessos, têm procurado contribuir para a aplicação dos princípios do desenvolvimento sustentável desde meados da passada década de 70. Apresenta-se, de seguida, uma breve referência a alguns eventos a nível internacional e nacional que representaram marcos decisivos para o actual quadro de referência.

#### 2.2.1. Desenvolvimento sustentável no Mundo

As referências ao "desenvolvimento sustentável" ganham um primeiro relevo internacional em 1987, com a publicação do relatório "O Nosso Futuro Comum", editado pela Comissão Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento<sup>4</sup>. Esse documento apresenta o "desenvolvimento sustentável" como um modelo alternativo de progresso, definindo-o como "*um desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades*". Na sequência do trabalho da Comissão, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas decidiu convocar uma conferência para o ambiente e desenvolvimento, que assumisse como principal objectivo "chegar a um entendimento de *desenvolvimento* que suporte a evolução socioeconómica e previna a deterioração continuada do ambiente". Assim, foi apenas a partir de 1992 que o conceito de desenvolvimento sustentável assumiu uma dimensão relevante no seio das discussões relativas ao futuro da humanidade.

A relação cronológica dos principais eventos internacionais promovidos no âmbito do desenvolvimento sustentável é seguidamente apresentada.

**1972**

#### **Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano (Estocolmo)**

Nesta conferência foram discutidos, pela primeira vez num evento desta dimensão, os problemas ambientais globais e as necessidades de desenvolvimento numa perspectiva de diálogo internacional dos governos. Este evento reuniu países industrializados e em desenvolvimento, tendo iniciado uma série de Conferências da Organização das Nações Unidas que trataram de áreas específicas, como a alimentação, a habitação, a população ou os direitos humanos. Foi posteriormente efectuada uma avaliação destas iniciativas em 1982.

**1992**

#### **Cimeira da Terra (Rio de Janeiro)**

Este evento, também conhecido como *Cimeira do Rio*, reuniu representantes de 172 governos de todo o mundo e 2 400 organizações não-governamentais (ONG) durante 12 dias, naquele que é o maior encontro de sempre dedicado às questões ambientais. Como resultado do evento resultaram dois documentos chave: a **Declaração do Rio** (que estipula uma "série de princípios definindo os direitos e responsabilidades dos Estados") e a **Agenda 21** (que constitui um "programa de acção para alcançar o desenvolvimento sustentável à escala mundial"), ambos assinados e ratificados por Portugal e pelos restantes países da União Europeia (UE), comprometendo-se, entre outros aspectos, a elaborar Estratégias Nacionais de Desenvolvimento Sustentável.



#### **Declaração do Rio**

##### **Alguns princípios fundamentais**

##### **Princípio 3**

O direito ao desenvolvimento deve ser cumprido de modo a integrar, de forma equitativa, os direitos de desenvolvimento e ambientais das gerações presentes e futuras.

##### **Princípio 4**

De modo a alcançar o desenvolvimento sustentável, a protecção ambiental deverá constituir parte integrante do processo de desenvolvimento, não podendo ser considerada isoladamente.

##### **Princípio 8**

Para alcançar o desenvolvimento sustentável e uma maior qualidade de vida para toda a população, os Estados deverão reduzir e eliminar padrões de produção e de consumo insustentáveis e promover políticas demográficas apropriadas.

##### **Princípio 10**

Os assuntos ambientais devem ser tratados com a participação de todos os cidadãos implicados (...). A nível nacional, cada indivíduo deverá ter acesso apropriado à informação referente ao ambiente que é detida pelas autoridades públicas, (...) e ter a oportunidade para participar nos processos de tomada de decisão. Os Estados deverão facilitar e encorajar a consciencialização e a participação públicas, tornando a informação largamente disponível. (...)

##### **Princípio 21**

A criatividade, ideais e coragem da juventude deverão ser mobilizados para forjar uma parceria global, de modo a alcançar o desenvolvimento sustentável e assegurar um futuro melhor para todos.

Versão integral (em inglês):

<http://www.un.org/documents/ga/conf151/aconf15126-1annex1.htm>

<sup>(4)</sup> O qual ficaria conhecido como *Relatório Brundtland* (em referência à presidente da Comissão, a norueguesa Gro Harlem Brundtland).

## 2. Desenvolvimento Sustentável - uma perspectiva integradora

### 2.2. Enquadramento cronológico - consolidando o conceito



#### Agenda 21

##### Alguns objectivos

1. Melhorar ou reestruturar o processo de tomada de decisão, de modo a que a consideração das temáticas socioeconómicas e ambientais esteja completamente integrada e uma escala mais vasta de participação pública seja assegurada.
2. Promover, à luz das condições específicas de cada país, a integração de políticas ambientais e de desenvolvimento, através de políticas legais e reguladoras apropriadas, instrumentos e mecanismos de aplicação aos níveis nacional, estatal, provincial e local.
3. Incorporar os custos ambientais nas decisões dos produtores e consumidores, de modo a reverter a tendência para tratar o ambiente como um "bem gratuito" e passar esses custos para outras partes da sociedade, outros países, ou para as futuras gerações.
4. Caminhar de forma mais decidida em direcção a uma integração dos custos sociais e ambientais nas actividades económicas, de modo a que os preços reflectam apropriadamente a escassez relativa e o valor total dos recursos e contribua para a prevenção da degradação ambiental.
5. Incluir, sempre que apropriado, o uso de princípios de mercado na definição de instrumentos e políticas económicas conducentes ao desenvolvimento sustentável.

Versão integral (em inglês):

<http://www.un.org/esa/sustdev/documents/agenda21/english/agenda21toc.htm>



#### Declaração de Joanesburgo

##### Pontos relevantes

1. Assumimos a responsabilidade colectiva de avançar e reforçar os pilares interdependentes e mutuamente reforçados do desenvolvimento sustentável - desenvolvimento económico, desenvolvimento social e protecção ambiental - aos níveis local, regional, nacional, e global.
2. A erradicação da pobreza, a alteração de padrões de produção e consumo e a gestão da base de recursos naturais para o desenvolvimento económico e social são objectivos últimos e condições essenciais de e para o desenvolvimento sustentável.
3. O desenvolvimento sustentável requer uma perspectiva de longo prazo e uma participação alargada na formulação de políticas, processos de tomada de decisão e implementação a todos os níveis.
4. Assumimos o compromisso de reforçar e melhorar a governação a todos os níveis para a efectiva implementação da Agenda 21, dos objectivos de desenvolvimento do Milénio e do Plano de Implementação da Cimeira.

Versão integral (em inglês):

[http://www.un.org/esa/sustdev/documents/WSSD\\_POI\\_PD/English/POI\\_PD.htm](http://www.un.org/esa/sustdev/documents/WSSD_POI_PD/English/POI_PD.htm)

1997

#### XIX Sessão Extraordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas - Rio+5 (Nova Iorque)

Realizada no âmbito do trabalho da **Comissão para o Desenvolvimento Sustentável**<sup>5</sup>, esta sessão teve como resultado a aprovação do **Programa para a Implementação Adicional da Agenda 21**, com o propósito de acelerar a concretização dos objectivos acordados na Cimeira da Terra. Os membros da União Europeia assinaram e ratificaram este documento, manifestando o seu empenho em apresentar as respectivas estratégias de desenvolvimento sustentável em 2002.

2002

#### Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (Joanesburgo)

Informalmente conhecida como *Cimeira de Joanesburgo*, teve como principais objectivos a revisão dos compromissos assumidos na Cimeira da Terra e avaliar o estado de implementação da Agenda 21. No final da Cimeira, e reconhecendo os insuficientes progressos alcançados desde o Rio, bem como a vontade de melhorar essa situação, é aprovada a **Declaração de Joanesburgo** e o **Plano de Implementação de Joanesburgo**, destinado a reforçar o cumprimento da Agenda 21 e do Programa para a Implementação Adicional da Agenda 21.

(5) Organismo das Nações Unidas que visa monitorizar o cumprimento dos acordos do Rio.



#### Cimeira de Joanesburgo

##### Objectivos acordados

1. Diminuir para metade a percentagem de população sem acesso a água potável e instalações sanitárias básicas até 2015.
2. Estimular, até 2020, o uso e produção de químicos que não causem significativos efeitos negativos na saúde humana e no ambiente.
3. Manter ou restaurar bancos pesqueiros a níveis capazes de originar a máxima produção sustentável, com carácter de urgência, e, quando possível, até 2015.
4. Atingir, até 2010, uma significativa redução do actual nível de diminuição de diversidade biológica.

Versão integral (em inglês):

[http://www.un.org/esa/sustdev/documents/WSSD\\_POI\\_PD/English/POIToc.htm](http://www.un.org/esa/sustdev/documents/WSSD_POI_PD/English/POIToc.htm)

## 2. Desenvolvimento Sustentável - uma perspectiva integradora

### 2.2. Enquadramento cronológico - consolidando o conceito

2003

#### XI Sessão da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (Nova Iorque)

Esta sessão teve como principais resultados a remodelação da organização interna da **Comissão para o Desenvolvimento Sustentável** e o estabelecimento de um plano de trabalho para os próximos 15 anos. A Comissão passou a funcionar na base de "Ciclos de Implementação" bienais, divididos num ano de Revisão e noutro de estabelecimento de Políticas. O primeiro ciclo (2004-2005) é dedicado aos temas da água, salubridade e agregados humanos, sendo o último ciclo (2016-2017) reservado para uma avaliação global da implementação da Agenda 21 e respectivos programas associados - o Programa para a Implementação Adicional da Agenda 21 (aprovado em Nova Iorque, em 1997) e o Plano de Implementação de Joanesburgo (2002)<sup>6</sup>.

A **Figura 2.8** sintetiza a relação cronológica dos principais eventos internacionais promovidos no âmbito do desenvolvimento sustentável.

marcos na política internacional de desenvolvimento sustentável	
<b>XI Sessão da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável</b> (Nova Iorque) - Ciclos de Implementação	2003
<b>Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Sustentável</b> (Joanesburgo) - Declaração de Joanesburgo - Plano de Implementação de Joanesburgo	2002
<b>Cimeira do Milénio</b> (Nova Iorque) - Declaração do Milénio das Nações Unidas	2000
<b>Rio + 5</b> (Nova Iorque) - Programa para a Implementação Adicional da Agenda 21	1997
<b>Cimeira da Terra</b> (Rio de Janeiro) - Declaração do Rio - Agenda 21	1992
- Relatório Brundtland	1987
<b>Avaliação dos 10 anos pós-Estocolmo</b> (Nairobi)	1982
<b>Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano</b> (Estocolmo)	1972

Figura 2.8

Relação cronológica dos principais marcos internacionais para a sustentabilidade

#### 2.2.2. Desenvolvimento sustentável na União Europeia

A União Europeia assumiu, na Cimeira da Terra de 1992, o compromisso colectivo de promover a passagem para um modelo de desenvolvimento sustentável. Desde então, foi desenvolvido um intenso processo negocial e legislativo a nível europeu, com o objectivo de aplicar na prática os princípios subscritos no Rio de Janeiro. Fruto desta vontade, o Tratado de Amesterdão (1997) previu a inclusão de critérios ambientais nas políticas e acções comunitárias, com o objectivo último de promover o desenvolvimento sustentável. Este objectivo consolidou-se com a aprovação, em 2001, da **Estratégia Europeia para o Desenvolvimento Sustentável**, na qual a União Europeia assume um "(...) papel chave em fomentar o desenvolvimento sustentável, na Europa mas, também, no mais vasto palco global, onde é necessária uma acção internacional alargada." Apresentam-se, de seguida, os principais marcos na política de desenvolvimento sustentável da União Europeia.

1993

#### 5º Programa de Política e Acção em Matéria de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Intitulado "Em direcção a um Desenvolvimento Sustentável", este programa estabelece os princípios de acção comunitária em matéria de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para o período 1993-2000. Um dos princípios fundamentais era a integração da dimensão ambiental em todas as principais áreas de decisão da União.

1998

#### Processo de Cardiff

No Conselho Europeu de Cardiff, a União Europeia inicia o processo para uma acção coordenada a nível comunitário, tendo por objectivo tornar as políticas ambientais transversais a todas as demais políticas sectoriais da União Europeia.

2000

#### Conselho Europeu de Lisboa

O Conselho Europeu de Lisboa estabeleceu os objectivos estratégicos da União Europeia para fortalecer o emprego, o crescimento económico e a coesão social. Os resultados desta reunião ficaram conhecidos como a **Estratégia de Lisboa**.

#### Conselho Europeu de Nice

O Conselho Europeu de Nice consagra o princípio da integração das questões ambientais nas políticas económicas da União Europeia.

(6) O programa completo dos Ciclos de Implementação pode ser consultado no *website* da Organização das Nações Unidas ([http://www.un.org/esa/sustdev/csd/csd11/CSD\\_multyyear\\_prog\\_work.htm](http://www.un.org/esa/sustdev/csd/csd11/CSD_multyyear_prog_work.htm)).

## 2. Desenvolvimento Sustentável - uma perspectiva integradora

### 2.2. Enquadramento cronológico - consolidando o conceito

**2001**

#### Conselho Europeu de Gotemburgo

O Conselho Europeu de Gotemburgo adota a *Estratégia da União Europeia em favor do desenvolvimento sustentável*. Reflectindo a vontade de implementar as directivas propostas no Conselho de Nice, é acrescentado um pilar ambiental à Estratégia de Lisboa, aprovada em Março de 2000.

#### Conselho Europeu de Laeken

Institui um sistema unificado de indicadores ambientais chave, que avaliarão o grau de implementação da *Estratégia da União Europeia em favor do desenvolvimento sustentável*.

**2002**

#### Conselho Europeu de Barcelona

Os Estados-Membros realçam a necessidade de que a estratégia de desenvolvimento sustentável assegure a articulação entre as diferentes políticas e os objectivos a longo prazo da União Europeia, considerando que, no processo de tomada de decisão, deverá ser concedido igual peso aos factores económicos, sociais e ambientais.

#### Conselho "Ambiente"

A União Europeia reitera os compromissos assumidos na Cimeira de Joanesburgo com vista a um desenvolvimento sustentável, atestando mesmo a vontade de ultrapassar as metas aí estipuladas.

**2003**

#### Conselho Europeu de Bruxelas

Reafirmando o empenho na promoção de um desenvolvimento sustentável, através da implementação da *Estratégia da União Europeia em favor do desenvolvimento sustentável*, adoptada no Conselho Europeu de Gotemburgo, o Conselho Europeu de Bruxelas estabelece uma série de medidas concretas, a levar a cabo até ao primeiro trimestre de 2004.

**2004**

Na comunicação da Comissão Europeia "Construindo o nosso futuro comum" são definidos os grandes objectivos da União Europeia para o período 2007-2013, destacando-se o Desenvolvimento Sustentável como o primeiro grande objectivo das políticas comunitárias.

**2005**

#### Conselho Europeu de Bruxelas

O Conselho Europeu de Bruxelas (22 e 23 de Março) relança a Estratégia de Lisboa, procedendo à reorientação das prioridades para o crescimento e o emprego.

Por outro lado, a Comissão Europeia procede à avaliação da *Estratégia da União Europeia em favor do desenvolvimento sustentável*, estabelecendo um primeiro balanço e fixando as futuras orientações (em Fevereiro), assumindo os princípios orientadores (em Junho) e definindo uma plataforma de acção (em Dezembro).

A **Figura 2.9** sintetiza a relação cronológica dos principais eventos promovidos no âmbito da União Europeia para o desenvolvimento sustentável.

#### marcos na política de desenvolvimento sustentável da União Europeia

<b>Conselho Europeu de Bruxelas</b> - Relançamento da Estratégia de Lisboa - Avaliação da Estratégia da União Europeia em favor do desenvolvimento sustentável	<b>2005</b>
- "Construindo o Nosso Futuro Comum"	<b>2004</b>
<b>Conselho Europeu de Bruxelas</b>	<b>2003</b>
<b>Conselho Europeu de Barcelona</b>	<b>2002</b>
<b>Conselho "Ambiente"</b>	
<b>Conselho Europeu de Gotemburgo</b> - Estratégia da União Europeia em favor do desenvolvimento sustentável	<b>2001</b>
<b>Conselho Europeu de Laeken</b>	
<b>Conselho Europeu de Lisboa</b> - Estratégia de Lisboa	<b>2000</b>
<b>Conselho Europeu de Nice</b>	
<b>Processo de Cardiff</b>	<b>1998</b>
<b>5º Programa de Política e Acção em Matéria de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável</b>	<b>1993</b>

mais informações sobre esta matéria podem ser consultadas em [http://europa.eu.int/comm/sustainable/index\\_en.htm](http://europa.eu.int/comm/sustainable/index_en.htm)

**Figura 2.9**

Relação cronológica dos principais marcos para a sustentabilidade da União Europeia

## 2. Desenvolvimento Sustentável - uma perspectiva integradora

### 2.2. Enquadramento cronológico - consolidando o conceito



#### Estratégia de Lisboa

Em Março de 2000, o Conselho Europeu, reunido em Lisboa, afirmou o objectivo de, até 2010, transformar a União Europeia na "economia mais competitiva e dinâmica do mundo, capaz de garantir um crescimento sustentável, com mais e melhores empregos e maior coesão social".

Na sequência da adopção da **Estratégia da União Europeia em favor do desenvolvimento sustentável**, foi acrescentado um pilar ambiental à Estratégia de Lisboa.

Versão integral (em português):

[http://ue.eu.int/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressData/pt/ec/00100-r1.p0.htm](http://ue.eu.int/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/00100-r1.p0.htm)

Em 2005, no Conselho Europeu de 22 e 23 de Março, reconheceu-se que o balanço da implementação desta iniciativa era bastante heterogéneo, assumindo-se nessa ocasião a necessidade de relançar a Estratégia de Lisboa através da reorientação das prioridades para o crescimento e o emprego.

#### Conselho Europeu de Bruxelas (2003)

##### Principais medidas definidas

1. Dissociar a utilização dos recursos e a degradação do ambiente de crescimento económico.
2. Aprovar o programa "Energia Inteligente para a Europa" [*que visa promover o desenvolvimento sustentável na área da energia, alcançando segurança de fornecimento energético, mantendo a competitividade e assegurando a protecção ambiental*].
3. Reforçar o processo de Cardiff, mediante a adopção de um balanço anual do processo.
4. Melhorar os indicadores ambientais.
5. Aplicar a Convenção de Aarhus [*sobre o acesso à informação, participação do público e o acesso à justiça no domínio do ambiente*].



#### Estratégia da União Europeia em favor do desenvolvimento sustentável

##### Principais objectivos

1. Limitar as alterações climáticas e aumentar a utilização de energias limpas.
2. Lidar com ameaças à saúde pública.
3. Gerir os recursos naturais de forma mais responsável.
4. Melhorar o sistema de transportes e a gestão do território.

##### Algumas medidas concretas propostas

1. Adoptar uma directiva sobre impostos aos produtos energéticos até 2002.
2. Fasear o abandono de subsídios à produção e consumo de combustíveis fósseis até 2010.
3. Combustíveis alternativos, nomeadamente biocombustíveis, deverão constituir pelo menos 7% do consumo de combustíveis de automóveis e camiões até 2010, e pelo menos 20% até 2020.
4. Melhorar a informação e a consciencialização dos consumidores, nomeadamente através da educação, e promover a rotulagem clara dos alimentos.
5. Reorientar o apoio da Política Agrícola Comum no sentido de premiar práticas e produtos saudáveis e de alta qualidade, ao invés da quantidade.
6. Desenvolver uma Política Integrada do Produto em cooperação com empresários, de modo a reduzir a exploração de recursos e os impactes ambientais dos resíduos.
7. Na revisão de 2002 da Política de Pescas Comum, remover subsídios contra-productivos que encorajem a pesca excessiva, e reduzir o tamanho e actividade das frotas pesqueiras para um tamanho compatível com a sustentabilidade mundial, lidando simultaneamente com os problemas sociais decorrentes.
8. Promover o tele-trabalho, através da aceleração de investimentos em infra-estruturas e serviços de comunicação de última geração.
9. Diversificar as fontes de rendimento nas áreas rurais, nomeadamente através do aumento da proporção de fundos da Política Agrícola Comum destinados ao desenvolvimento rural

Versão integral (em inglês):

[http://europa.eu.int/comm/sustainable/docs/strategy\\_en.pdf](http://europa.eu.int/comm/sustainable/docs/strategy_en.pdf)

## 2. Desenvolvimento Sustentável - uma perspectiva integradora

### 2.2. Enquadramento cronológico - consolidando o conceito

#### 2.2.3. Desenvolvimento sustentável em Portugal

O direito a "um ambiente de vida humana, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender" encontra-se consagrado na Constituição Portuguesa desde 1976 (artigo 66º). Com a revisão de 1997, acrescenta-se que o direito ao ambiente deve ser assegurado "no quadro de um desenvolvimento sustentável", e consagra-se como "incumbência prioritária do Estado" a promoção do "aumento do bem-estar social e económico e da qualidade de vida das pessoas, em especial das mais desfavorecidas, no quadro de uma estratégia de desenvolvimento sustentável".

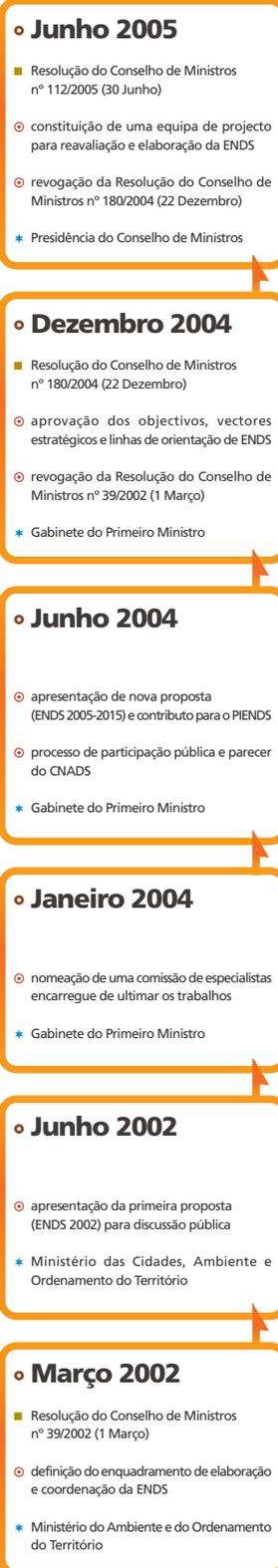
No sentido de dar expressão prática a estas disposições constitucionais, e na linha dos compromissos internacionais assumidos por Portugal no âmbito da Organização das Nações Unidas e da União Europeia, encontra-se em fase de elaboração a **Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS)** e o respectivo **Plano de Implementação (PIENDS)**. O processo de desenvolvimento desta iniciativa, cujo início remonta a Março de 2002, é esquematizado na **Figura 2.10**.

É neste contexto que a ENDS<sup>7</sup> assume o **Desígnio** de:

**"Retomar uma trajectória de crescimento sustentado que torne Portugal, no horizonte de 2015, num dos países mais competitivos e atractivos da União Europeia, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental e de responsabilidade social."**

De forma a tornar realidade este desígnio, a ENDS estipula um conjunto de **sete Objectivos**:

1. Preparar Portugal para a "Sociedade do Conhecimento";
2. Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética;
3. Melhor Ambiente e Valorização do Património Natural;
4. Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social;
5. Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território;
6. Um Papel Activo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional;
7. Uma Administração Pública mais Eficiente e Modernizada.



- âmbito temporal
- enquadramento
- ponto focais
- ★ coordenação do processo

**Figura 2.10**  
Relação cronológica do processo de elaboração da ENDS

(7) Os conteúdos da proposta de ENDS apresentados reportam-se a uma versão de trabalho (datada de 17 de Janeiro de 2006), pelo que devem ser enquadrados nesse contexto.

## 2. Desenvolvimento Sustentável - uma perspectiva integradora

### 2.2. Enquadramento cronológico - consolidando o conceito

Por outro lado, cada um destes Objectivos é corporizado em **Prioridades Estratégicas, Vectores Estratégicos** (consubstanciados em Acções e Medidas) e **Metas**. Estes aspectos são desenvolvidos no âmbito do **Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PIENDS)** e pretendem concretizar, em última análise, três **Metas Globais Transversais**:

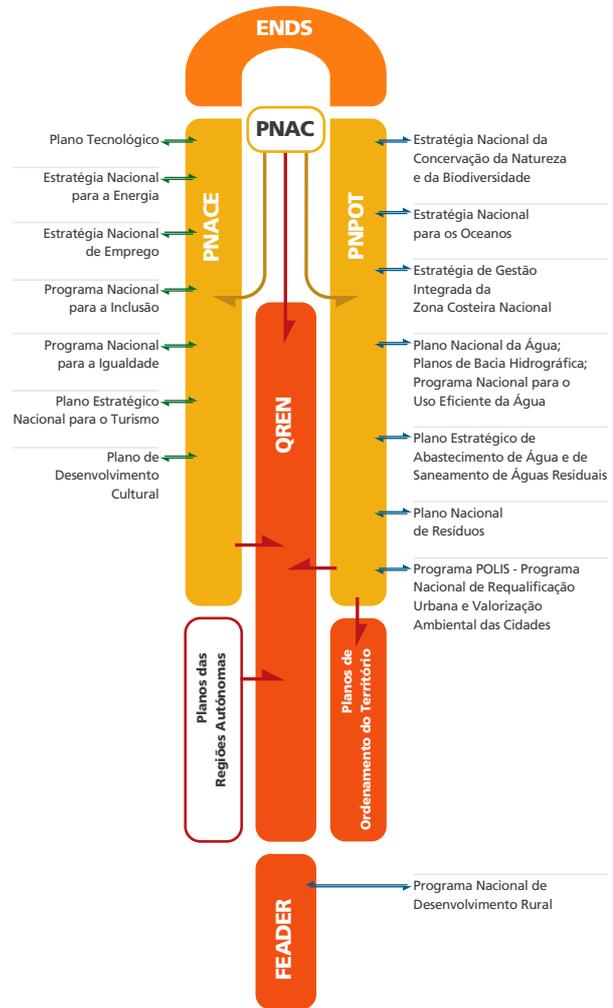
Colocar Portugal em 2015:

1. Num patamar de desenvolvimento económico mais próximo da média europeia;
2. Entre os primeiros quinze países do Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)<sup>8</sup>;
3. Entre os primeiros vinte e cinco países mais competitivos do mundo<sup>9</sup>.

Neste contexto, importa referir que o PIENDS assume o *Quadro de Referência Estratégica Nacional* (QREN 2007-2013), o *Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego*<sup>10</sup> (PNACE 2005-2008) e o *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território* (PNPOT) como instrumentos-chave para a implementação da ENDS, que devem ser devidamente articulados com os Planos e Estratégias Sectoriais existentes ou a desenvolver (Figura 2.11).

É este o referencial que enquadra a necessidade de assegurar a participação dos Governos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira no processo de implementação da ENDS, articulando os seus contributos num contexto de coesão estratégica e conferindo-lhe dessa forma um carácter efectivamente nacional.

Nesse sentido, a iniciativa de elaboração de um **Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável** (para a qual os *Estudos de Base*, e consequentemente a presente publicação, pretendem contribuir) enquadra-se no desígnio de fomentar o contributo da Região Autónoma dos Açores no processo de implementação de políticas conducentes à sustentabilidade do território nacional.



- ENDS - Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
- PNAC - Programa Nacional para as Alterações Climáticas
- QREN - Quadro de Referência Estratégica Nacional
- PNACE - Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego
- PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
- FEADER - Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural

(8) Portugal ocupou a 27ª posição do ranking no *Relatório do Desenvolvimento Humano 2005* (num total de 177 países avaliados).

(9) Portugal situou-se na 45ª posição do ranking no *World Competitiveness Yearbook 2005* (num total de 60 economias analisadas).

(10) A designação completa deste instrumento, que consubstancia o Plano Nacional de Reformas (desenvolvido no âmbito do lançamento da Estratégia de Lisboa pelo Conselho Europeu de Março de 2005) é, na verdade, *Estratégia de Lisboa - Portugal de Novo - Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005-2008*.

Figura 2.11

Articulação dos diversos instrumentos relevantes para a implementação da ENDS

## 2. Desenvolvimento Sustentável - uma perspectiva integradora

### 2.3. Regiões ultraperiféricas - um caso particular

As sete *regiões ultraperiféricas* da União Europeia - Açores, Madeira, Canárias, Guadalupe, Guiana, Martinica, Reunião - ocupam uma área inferior a 0,5% do território da União, albergando cerca de 3,7 milhões de habitantes, num total de 450 milhões de cidadãos comunitários. O **Quadro 2.2** apresenta algumas características deste conjunto de regiões.

	<b>Açores</b>	<b>Madeira</b>	<b>Canárias</b>	<b>Guadalupe</b>	<b>Guiana</b>	<b>Martinica</b>	<b>Reunião</b>
País	Portugal	Portugal	Espanha	França	França	França	França
Distância à capital do território continental [km]	1 500	1 040	3 000	6 756	7 500	6 830	9 370
Duração média de voo para a capital do país [h] <sup>1</sup>	2,5	1,5	2,5				
Custo médio de voo ida/volta para a capital [% salário mínimo] <sup>1</sup>	85 %	52 %	30 %				
Frequência semanal de voos para o exterior <sup>1</sup>	14	60	100				
Países e regiões mais próximos		Marrocos, Mauritânia	Marrocos, Mauritânia, Senegal				
Número de ilhas	9	2	7	8		1	1
Número de municípios <sup>1</sup>	19	11	87				
Distância média entre as ilhas [km]	240	40	100				
Distância máxima entre as ilhas [km]	604		400				
População [hab] <sup>2</sup>	241 763	245 011	1 694 477	425 700	161 100	383 300	715 900
Superfície [km <sup>2</sup> ]	2 322	785	7 447	1 710	84 000	1 080	2 510
Densidade Populacional [hab·km <sup>-2</sup> ] <sup>2</sup>	104,1	312,1	227,5	248,9	1,9	354,9	285,2

(1) dados de 1996; (2) dados de 2000 (Canárias, Açores e Madeira: 2001).

#### **Quadro 2.2**

As regiões ultraperiféricas da União Europeia

Ao seu relativo isolamento e afastamento em relação ao território continental, as regiões ultraperiféricas adicionam, em geral, a insularidade, a área diminuta, uma população total reduzida e um potencial económico frágil. Neste cenário, as regiões ultraperiféricas da União Europeia constituem **um caso particular** no que diz respeito à elaboração e implementação de estratégias e políticas de desenvolvimento. Por isso, o desafio colocado a estas regiões consiste em procurar tirar partido das suas potencialidades, como forma de superar as incontornáveis desvantagens estruturais. A região bio-geográfica da **Macaronésia** - constituída pelos arquipélagos dos Açores, Madeira e Canárias - representa no seio da Comunidade Europeia um quadro mais homogéneo e de enorme potencial de cooperação e desenvolvimento de parcerias, conforme tem sido evidenciado no presente quadro comunitário de apoio.

## 2. Desenvolvimento Sustentável - uma perspectiva integradora

### 2.3. Regiões ultraperiféricas - um caso particular



#### Crescimento Sustentado versus Desenvolvimento Sustentável nos Açores

"Os conceitos de Crescimento Sustentado e de Desenvolvimento Sustentável, embora sejam muitas vezes confundidos (inclusivamente pela classe política), são concepções opostas e inversas. Alguns exemplos:

- as crianças, deficientes, doentes ou idosos, têm que ser **sustentados** pelos adultos saudáveis e produtivos, cuja renovação permanente pode tornar **sustentável** a sua integração social;
- a agricultura, tal com as pescas, podem ser **sustentadas** na sua intensificação e, neste caso, tendem a ser **insustentáveis** porque, a prazo, deixam solos erodidos, poluídos e inférteis ou mares cujos stocks piscícolas foram destruídos;
- quando um povo, ou uma geração, assenta a sua riqueza na sobre-exploração do seu território, ou na dependência da exploração de terceiros, cria uma dinâmica **sustentada**, mas não **sustentável**, ou seja, não duradoira nem reutilizável, cavando assim, com este crescimento sustentado, uma dinâmica de empobrecimento, se não no presente, pelo menos no futuro;
- quem colhe sem semear, enriquece e sustenta-se enquanto pode (**Crescimento Sustentado**), quem semeia para colher quanto baste, enriquece de forma duradoira, gerando melhor futuro do que o presente (**Desenvolvimento Sustentável**);

Pergunta-se se a pecuária nos Açores é sustentável e a resposta é que não, sendo essencialmente sustentada. Falhem os subsídios, falhem as quotas e lá se vai o símbolo da nossa economia não sustentável, porque não diversificada e de dependência frágil de conjunturas volúveis.

Pergunta-se se a pecuária nos Açores pode ser sustentável e a resposta é que sim, desde logo na base dos actuais 15% de consumo local, acrescido da potencialidade de suprir insuficiências produtivas dos vizinhos arquipélagos da Madeira e de Cabo Verde (as Canárias já utilizam o mercado espanhol) e a enorme curva de experiência resultante destes anos de sobre-produção protegida, no sentido de alcançar uma produção de elevada qualidade e grande valor acrescentado, com real vantagem competitiva no estrangeiro.

Agora, verificada a falência de um modelo regional de crescimento sustentado em monoculturas subsídio-dependentes, começam a surgir as estratégias integradas e diversificadas, baseadas na sustentabilidade, ou seja, na auto-suficiência e viabilidade duradoira, numa perspectiva do futuro para além dos imediatismos do presente. É para a alteração destas perspectivas que todos temos que contribuir, e as campanhas eleitorais daqueles que vão ser autoridades responsáveis são um terreno fértil para a nossa participação.

E ao contrário de um passado muito recente, os factores artificialmente sustentados estão a ser substituídos por mentalidades mais abertas e dialogantes, menos "espertas" e mais inteligentes e responsáveis, mais competentes e sustentáveis, sendo disso sintoma o facto da sustentabilidade estar no centro, se não ainda das práticas e políticas actuais, pelo menos da discussão pública e das preocupações eleitorais."

Veríssimo Borges

QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza (Núcleo Regional de São Miguel)

#### 2.3.1. Insularidade

A **Agenda 21** faz nota das características distintivas dos territórios insulares, sublinhando que estes territórios constituem um "caso especial", tanto em termos de ambiente como de desenvolvimento, atendendo a que são "ecologicamente frágeis e vulneráveis", e que a sua "pequena dimensão, recursos limitados, dispersão geográfica e isolamento face aos mercados coloca-os numa posição de desvantagem económica", limitando as possibilidades de praticar economias de escala e tornando o oceano e ambiente costeiro em "preciosos recursos de desenvolvimento", considerados "de importância estratégica". Estas regiões "têm todos os problemas de desenvolvimento e desafios de uma zona costeira concentrados numa pequena área", sendo "extremamente vulneráveis ao aquecimento global e à subida do nível das águas do mar". Desta forma, e porque os territórios insulares têm "opções limitadas", "existem desafios especiais ao planeamento e implementação" de um modelo de desenvolvimento sustentável. Este reconhecimento levou à formulação, ainda no âmbito da Cimeira da Terra, de uma convocatória para a realização de uma Conferência Mundial dedicada à identificação dos problemas e à caracterização das vulnerabilidades que afectam as pequenas ilhas (realizada em Barbados, em 1994, sob a designação de **Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares**).

Ciente deste desafio e reconhecendo o estatuto especial destas regiões, a União Europeia anexa ao *Tratado de Amesterdão a Declaração Relativa às Regiões Insulares* (Declaração n.º 30). As disposições desta declaração foram posteriormente incorporadas no texto da Constituição Europeia, no artigo III - 330º. Este reconhecimento das necessidades especiais dos territórios insulares é o culminar de um percurso iniciado em 1989, com a adopção do **Programa de Opções Específicas para o Afastamento e Insularidade (POSEI)**. Inicialmente pensado para atender às necessidades dos Departamentos Ultramarinos franceses, o POSEI seria estendido, em 1991, aos arquipélagos das Canárias, Açores e Madeira. Para além das instituições comunitárias, existem também importantes estruturas de apoio aos territórios insulares, como a **Comissão das Ilhas**, a mais antiga das sete comissões que compõem a **Conferência de Regiões Periféricas Marítimas da Europa (CRPM)**.

## 2. Desenvolvimento Sustentável - uma perspectiva integradora

### 2.3. Regiões ultraperiféricas - um caso particular



#### Tratado de Amesterdão

##### Artigo 299°.2

"(...) tendo em conta a situação social e económica estrutural dos departamentos franceses ultramarinos, dos Açores, da Madeira e das ilhas Canárias, agravada pelo grande afastamento, pela insularidade, pela pequena superfície, pelo relevo e clima difíceis e pela sua dependência económica em relação a um pequeno número de produtos, factores esses cuja persistência e conjugação prejudicam gravemente o seu desenvolvimento, o Conselho (...) adoptará medidas específicas destinadas, em especial, a estabelecer as condições de aplicação do presente Tratado a essas regiões, incluindo as políticas comuns.

O Conselho, ao adoptar as medidas pertinentes a que se refere o parágrafo anterior, terá em consideração domínios como as políticas aduaneira e comercial, a política fiscal, as zonas francas, as políticas nos domínios da agricultura e das pescas, as condições de aprovisionamento em matérias-primas e bens de consumo de primeira necessidade, os auxílios estatais e as condições de acesso aos fundos estruturais e aos programas horizontais da Comunidade.

O Conselho adoptará as [referidas] medidas tendo em conta as características e os condicionalismos especiais das regiões ultraperiféricas."



#### Declaração Relativa às Regiões Insulares (no âmbito do Tratado de Amesterdão)

"A Conferência reconhece que as regiões insulares sofrem de desvantagens estruturais ligadas à insularidade, cuja persistência prejudica gravemente o respectivo desenvolvimento económico e social.

A Conferência reconhece assim que a legislação comunitária deve ter em conta estas desvantagens e que, sempre que se justifique, podem ser tomadas medidas em favor destas regiões, de forma a integrá-las melhor no mercado interno em condições equitativas."

#### 2.3.2. Ultraperifericidade

De acordo com o **Centro de Recursos das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia (CRUP)**, são cinco as características que se conjugam para distinguir estas regiões<sup>11</sup>:

- são parte integrante de um espaço com dimensão geo-económica dupla, constituído, por um lado, por uma zona geográfica adjacente, e, por outro lado, por um espaço político de enquadramento;
- relativo isolamento, devido à grande distância ao território continente Europeu;
- um mercado interno local muito pequeno, devido à dimensão da população;
- condições geográficas e climatéricas que limitam o desenvolvimento endógeno dos sectores primário e secundário;
- dependência económica de um limitado número de produtos.

Importa notar que a ultraperifericidade não se resume somente a questões geográficas e económicas. Num estudo efectuado pela Universidade dos Açores e publicado pelo Parlamento Europeu em 2001, intitulado "**Os custos da Perifericidade**"<sup>12</sup>, refere-se que "a ultraperifericidade - marcada pela procura longínqua e recursos limitados - modifica não só os processos técnicos mas, também, as estruturas organizacionais e identidades culturais dos territórios ultraperiféricos". Alertando para o facto da ultraperifericidade comportar uma série de desvantagens mas também, um conjunto de potencialidades, o estudo aponta caminhos para iniciar processos de desenvolvimento sustentável que, simultaneamente, fomentem a convergência com as demais regiões da União Europeia. Para desencadear este processo, são referenciados três vectores de "gestão da ultraperifericidade": as comunicações e transportes, a competitividade e os sistemas de informação e decisão.

(11) Encontram-se disponíveis mais informações sobre estas matérias nos seguintes websites: <http://www.cpmr.org> (CRPM), <http://www.eurisles.com> (Rede EURISLES), <http://www.islenet.net> (Rede ISLENET), <http://www.erup.net> (CRUP).

(12) Mais informações disponíveis em <http://www.europarl.eu.int/workingpapers/regi/pdf/111axx.pdf>.

## 2. Desenvolvimento Sustentável - uma perspectiva integradora

### 2.3. Regiões ultraperiféricas - um caso particular



#### Oportunidades e Desafios para o País e para as suas Regiões

O **Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006** (PNDES) identifica, para as diferentes regiões do país, alguns dos pontos mais relevantes de articulação com a mudança do modelo de crescimento económico, bem como possíveis tensões que poderão ocorrer durante o respectivo período de adaptação. No que diz respeito à Região Autónoma dos Açores, são referidos os seguintes aspectos:

##### "Mudança do Modelo de Crescimento Económico:

- *Os investimentos públicos realizados, em particular em acessibilidades e equipamentos sociais, contribuirão certamente para a integração da Região em redes nacionais e internacionais facilitando a atracção de investimentos que, aliada à enorme riqueza natural e cultural, proporcionarão o desenvolvimento e diversificação da base económica. (vd. O crescimento do sector do turismo, dos produtos alimentares e das energias renováveis);*
- *perspectivam-se algumas ameaças a produções tradicionais sem expressão ao nível da quantidade/qualidade;*
- *a modernização das infra-estruturas de telecomunicações será decisiva para a redução da ultraperifericidade da Região;*
- *a evolução económica e social dos Açores dependerá em muito da qualificação dos agentes económicos, da supressão das insuficiências do sistema educativo e da significativa melhoria dos indicadores sanitários;*
- *na área científica e tecnológica, os Açores, pelo seu posicionamento geográfico, têm condições excepcionais para a investigação oceânica em áreas de ponta, valorizando-o no contexto nacional e europeu.*

##### Coesão Social:

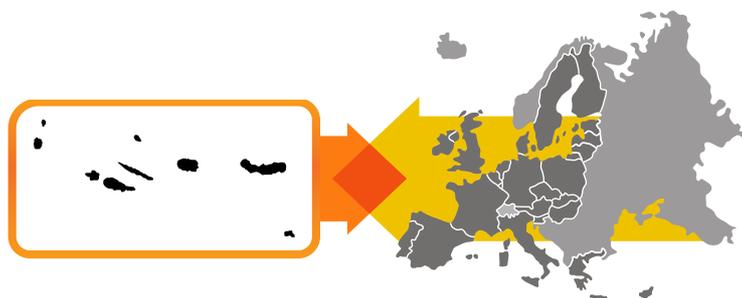
- *Na Região, a forte organização sócio-familiar tem contribuído para a contenção dos fenómenos de exclusão social;*
- *persistem problemas de inserção social da juventude que podem agravar-se (vd. Insucesso escolar, empregabilidade, toxicodependência);*
- *estes problemas, a par de outros grupos, como crianças, idosos e repatriados merecem uma particular atenção e exigem programas específicos, quer ao nível do apoio no domicílio, quer de estruturas de atendimento colectivo;*
- *a organização da solidariedade, face às catástrofes frequentes na Região é um elemento crucial de coesão."*

Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006

"Uma Visão Estratégica para Vencer o Séc. XXI"

Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território

1998



## 2. Desenvolvimento Sustentável - uma perspectiva integradora

### 2.3. Regiões ultraperiféricas - um caso particular



#### Promover o Desenvolvimento Sustentável das Regiões e a Coesão Nacional

"A configuração ímpar da Região Autónoma dos Açores no contexto da União Europeia não só decorre da sua natureza insular mas, também, dos atributos específicos da sua situação ultraperiférica.

Distribuída por nove pequenas ilhas ao longo de um eixo com 600 km, o mercado regional evidencia uma significativa fragmentação dos recursos e das redes de infra-estruturas e de equipamentos de base, com pesadas consequências sobre os fluxos de bens, serviços e pessoas e, também, sobre as particulares exigências sobre a disponibilização e requisitos de operação eficiente de infra-estruturas, equipamentos e serviços - não só no quadro do arquipélago mas ainda no que respeita à sua articulação e inserção nos mercados português e europeu.

As especificidades das condições naturais e da economia, decorrentes da ultraperifericidade, concorrem em larga medida para a dificuldade de adaptação de alguns instrumentos de política comunitária, justificando a existência de iniciativas e instrumentos específicos."

Plano de Desenvolvimento Regional 2000-2006

"Estratégia e Prioridades de Desenvolvimento"

Ministério do Planeamento

1999



#### Os Açores têm que apostar na diferenciação

"A aposta nas tecnologias, como meio de potenciar o desenvolvimento económico e social, deve ser uma das principais prioridades da Região. Esta aposta deve ainda estar inserida numa política de atractividade de investimento nacional ou estrangeiro. Portugal faz face a um problema que se prende com o facto de não saber como diferenciar-se em termos de captação e consolidação de investimentos. A Região Autónoma dos Açores também o deve fazer. Tem que procurar diferenciar-se em relação a Portugal, bem como em relação a outras regiões da Europa e do Mundo. (...)

O que interessa a uma região como os Açores é, por um lado, a promoção do investimento e, por outro, garantir o emprego qualificado no arquipélago. A riqueza de um país - o PIB - assenta no valor acrescentado, ou seja, nos empregos que se criam, na remuneração dos mesmos e na remuneração dos capitais investidos. Portanto, é importante que se crie uma dinâmica de investimento e que se criem condições objectivas para que este investimento aconteça. Portugal não sabe como se diferenciar em termos de atracção, consolidação e retenção de investimento. Se não temos recursos humanos qualificados, se temos um Estado demasiado pesado e burocrático, se não temos um investimento fiscal competitivo, se a Justiça não funciona, se os mercados não são bem regulados, como vamos atrair e reter investimento? Esta deve ser uma preocupação nacional mas também de uma região como os Açores. A reduzida dimensão geográfica e populacional do arquipélago não determina o desenvolvimento. Uma das vantagens das novas tecnologias de informação prende-se com o facto de se poder criar novos produtos e serviços que sejam facilmente exportáveis. Os Açores, com um PIB per capita abaixo da média nacional, não devem ficar conformados por causa da sua dimensão. Pode haver um progresso efectivo e a capacidade de exportar produtos e serviços."

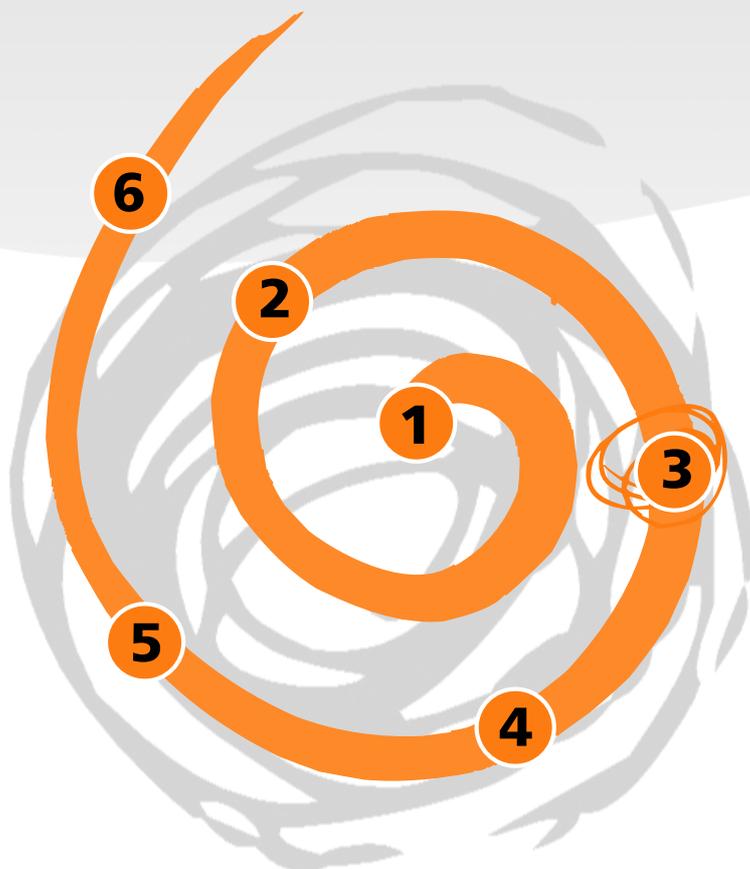
António Carrapatoso

Iniciativa "Compromisso Portugal"

Expresso das Nove, 29.Abril.2005



### 3. Situação de Referência - analisando o presente



1 - Introdução

2 - Desenvolvimento Sustentável  
uma perspectiva integradora

**3 - Situação de Referência**  
analisando o presente

4 - Cenários e Visões  
explorando o futuro

5 - Proposta para a Implementação  
construindo o amanhã

6 - Considerações Finais

*“Se pudermos primeiro saber onde estamos e para onde poderemos ir, estaremos em melhores condições para definir o que fazer e como fazê-lo...”*

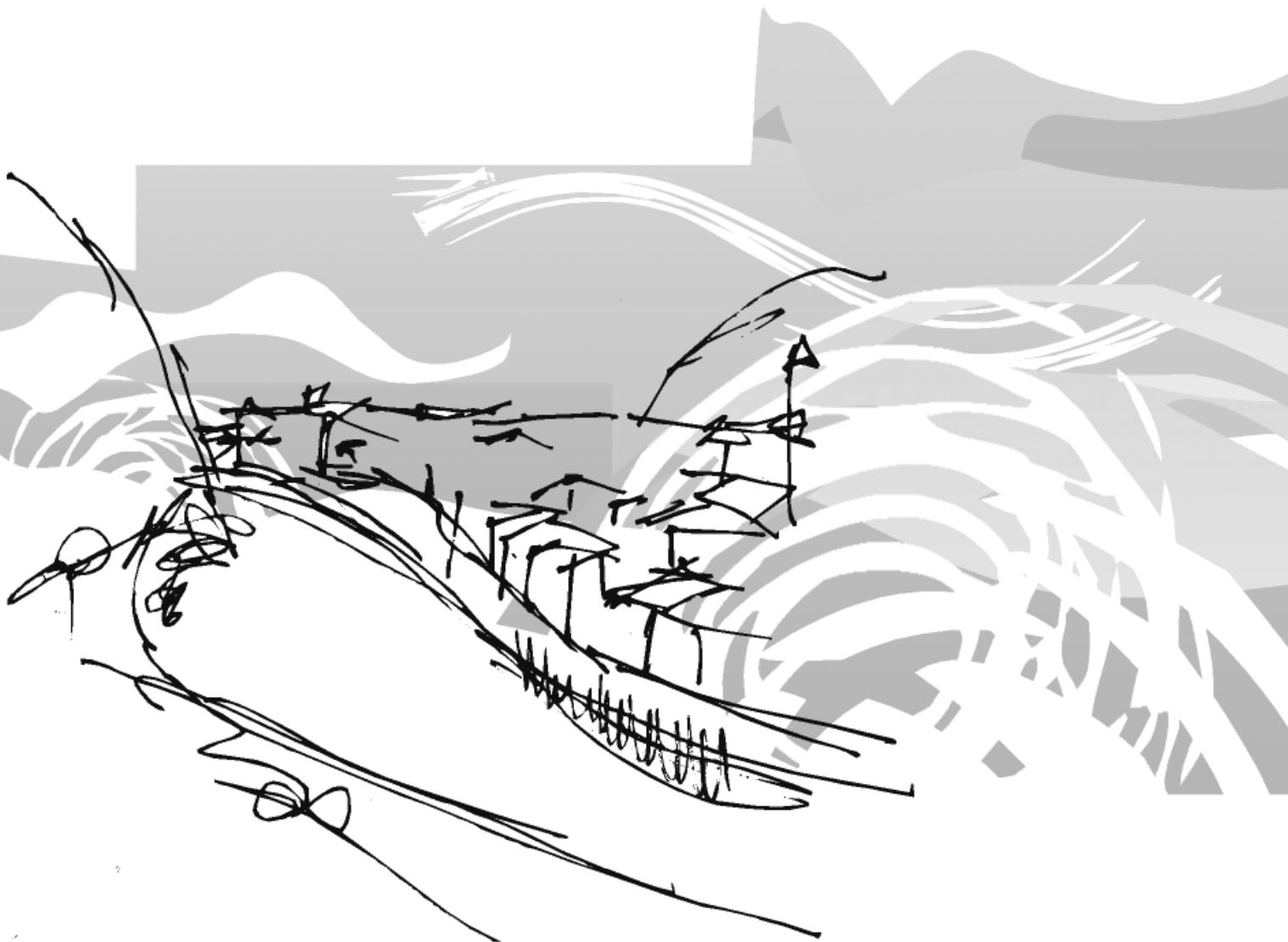
Abraham Lincoln

## 3. Situação de Referência - analisando o presente

### 3.1. Introdução

O primeiro passo necessário para a definição de um processo de desenvolvimento sustentável é o conhecimento da situação que configura o ponto de partida para a abordagem a esse desafio. Assim, este capítulo pretende contribuir para o diagnóstico de diferentes vectores que caracterizam a Região Autónoma dos Açores na perspectiva da sustentabilidade, procurando identificar os problemas, os constrangimentos e as oportunidades que fundamentarão as linhas de actuação a prosseguir.

Os conteúdos constantes neste Capítulo encontram-se estruturados em blocos de informação distintos mas complementares, identificados pela iconografia e características descritas no início desta publicação.



### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico

##### Dimensão Ambiental

###### Atmosfera



###### Contributos das iniciativas de participação pública dos Estudos de Base

###### a) Preocupação referida pelos participantes:

- Degradação da qualidade do ar nas ilhas com maior densidade populacional

###### a.1) Causa identificada pelos participantes:

- Aumento da poluição atmosférica industrial

###### a.1.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Implementação de uma rede de controlo e monitorização da qualidade do ar
- Controlo da emissão de poluentes
- Diminuição da fontes emissoras de agentes poluentes atmosféricos, nomeadamente através da criação de programas de incentivo à substituição de equipamentos poluentes
- Optimização dos processos de fiscalização
- Aposta em energias menos poluentes
- Promoção da eficiência energética

###### a.2) Causa identificada pelos participantes:

- Aumento da poluição atmosférica causada pelos transportes

###### a.2.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Condicionamento à circulação de veículos motorizados, através da criação de áreas pedonais nos centros urbanos
- Melhoria da qualidade dos transportes públicos, traduzido, entre outros factores, por uma maior frequência
- Incentivos à utilização de veículos menos poluentes



###### Emissão de GEE

O cálculo exploratório efectuado para os Açores parece revelar uma tendência de aumento significativo da emissão de GEE na última década, atingindo aproximadamente 4,2 toneladas anuais de CO<sub>2</sub> equivalente por habitante em 2003. Se forem incluídas nesta estimativa as fontes não combustíveis, o valor anteriormente referido sobe, no mesmo ano, para cerca de 6,5 toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente *per capita*. Saliente-se que a meta de aumento da emissão de GEE estabelecida no Protocolo de Quioto foi já ultrapassada nos Açores desde 1998 (à semelhança do que se verifica a nível nacional). Não obstante, e segundo dados de 2000, os Açores apresentavam dos valores de emissão de GEE mais baixos de entre os países/regiões analisados, apenas superior aos registados no Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.



###### Alterações Climáticas

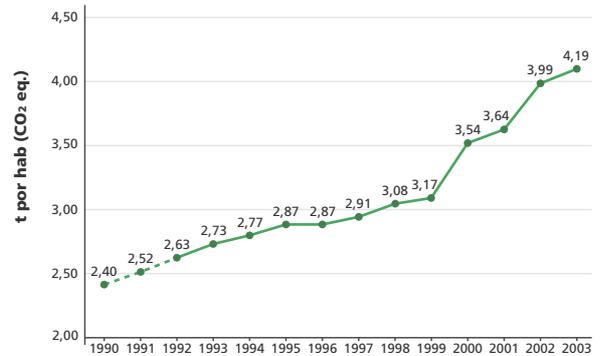


Figura 3.1

Evolução temporal da emissão de GEE [1990-2003]

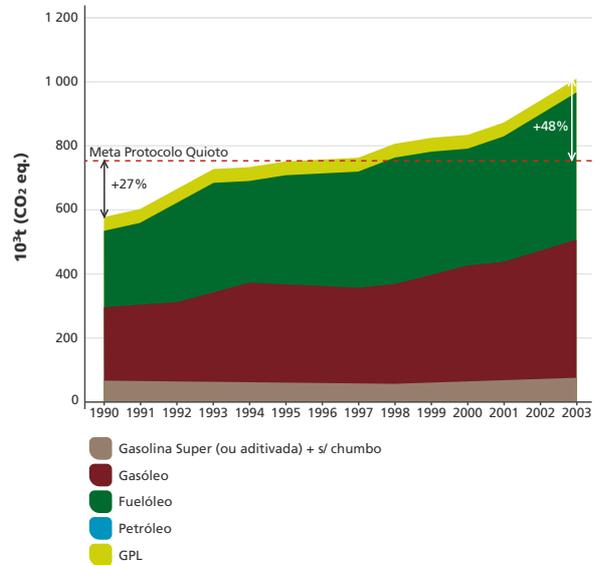


Figura 3.2

Evolução temporal da emissão de GEE (por tipo de fonte de combustível) [1990-2003]

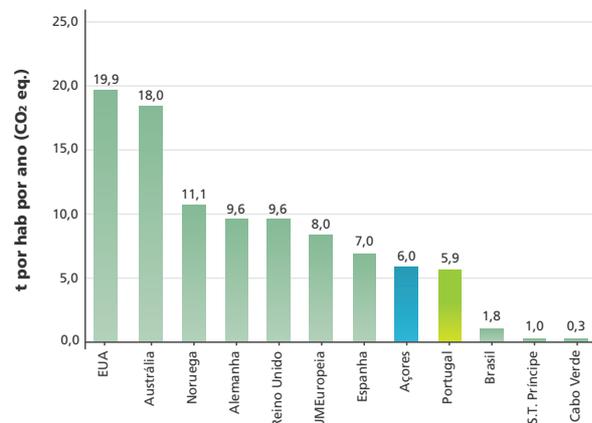


Figura 3.3

Emissão de GEE em várias regiões/países [2000]

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



**GEE** é a sigla geralmente utilizada para designar os **Gases com Efeito de Estufa**, enquadrados pelo Decreto n.º7/2002 (de 25.Mar) que aprova o Protocolo de Quioto à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, assinado em Nova Iorque em 29 de Abril de 1998. Estes gases são o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), o metano (CH<sub>4</sub>), o óxido nitroso (N<sub>2</sub>O), os hidrofluorcarbonetos (HFC), os perfluorcarbonetos (PFC) e o hexafluoreto de enxofre (SF<sub>6</sub>).



O **Protocolo de Quioto à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas**, assinado em 1997, visa garantir o combate efectivo às alterações climáticas através do estabelecimento de compromissos quantificados de limitação ou redução das emissões dos seis principais GEE, tendo em vista uma redução global, até 2012, a níveis, pelo menos, 5% inferiores aos níveis de 1990.

É nesse contexto que se enquadra o **regime de Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE)**, que se assume como fundamental para combater as alterações climáticas e visa contribuir para que os Estados-Membros da União Europeia cumpram os seus compromissos nesta matéria. O comércio de licenças de emissão não implica novos objectivos ambientais, mas permite reduzir os custos da conformidade com objectivos assumidos ao abrigo do Protocolo de Quioto.

**Nota:** As **Figuras 3.1-3.3** apresentam alguns dados sobre as emissões de GEE na Região Autónoma dos Açores.



#### Concentração de poluentes atmosféricos em áreas urbanas

Os dados apurados, para além de pouco significativos em termos de número de medições, são expressos num período de referência (exposição de 7 dias) diferente dos que se encontram legislados, tornando assim difícil a sua comparação e análise. De qualquer forma, poderá inferir-se uma boa qualidade do ar, ainda que pareça existir uma tendência crescente das concentrações dos poluentes entre os dois anos analisados, com valores tendencialmente superiores nas medições efectuadas nas zonas urbanas de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo.



#### Qualidade do Ar

Localização	NO <sub>2</sub> (mg/m <sup>3</sup> ; 7dias)		valor limite legislado <sup>1</sup>	
	2000	2001		
NOR	0,8	3,3	40,0 mg/m <sup>3</sup>	período considerado  1 ano
PDL	1,3 - 8,9	1,6 - 25,8		
POV	1,5	4,6		
RGR	—	2,4		
VFC	1,5	3,8		
AHR	0,7 - 2,4	1,8 - 2,2		
PVT	2,3	4,0		
HOR	0,2 - 1,6	0,9 - 1,9		
LJF	0,4	1,0		
SCF	0,9	1,7		

Localização	SO <sub>2</sub> (mg/m <sup>3</sup> ; 7dias)		valor limite legislado <sup>1</sup>	
	2000	2001		
NOR	0,2	< 1,3	125,0 mg/m <sup>3</sup>	período considerado  24 horas
PDL	0,0 - 17,1	< 1,3 - 6,7		
POV	0,2	< 1,3		
RGR	—	< 1,3		
VFC	0,3	< 1,3		
AHR	0,0 - 0,1	< 1,3 - 1,7		
PVT	0,1	< 1,3		
HOR	0,1 - 0,4	< 1,3		
LJF	0,2	< 1,3		
SCF	0,3	< 1,3		

Localização	O <sub>3</sub> (mg/m <sup>3</sup> ; 7dias)		valor limite legislado <sup>2</sup>	
	2000	2001		
NOR	63,0	100,3	120,0 mg/m <sup>3</sup>	período considerado  8 horas
PDL	49,3 - 62,3	64,5 - 100,1		
POV	47,1	93,2		
RGR	—	103,8		
VFC	63,2	104,3		
AHR	60,1 - 63	93 - 112,6		
PVT	63,5	88,5		
HOR	26,3 - 48,3	86,8 - 89,7		
LJF	48,3	92,9		
SCF	55,0	57,7		

<sup>1</sup> para protecção da saúde humana (DL 111/2002, de 16 de Abril)

<sup>2</sup> para protecção da saúde humana (DL 320/2003, de 20 de Dezembro)

#### Quadro 3.1

Concentração de poluentes atmosféricos em áreas urbanas [2000 e 2001]

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



##### Outras referências regionais

A aplicação do Decreto-Lei nº 276/99 (de 23 de Julho), permitiu definir a Região Autónoma dos Açores como ZONA, estatuto que deverá dar origem à instalação de uma estação de medição de qualidade do ar em contínuo na Região, integrada na rede nacional de monitorização da qualidade do ar.



**José Nascimento**

6º Ano de Escolaridade

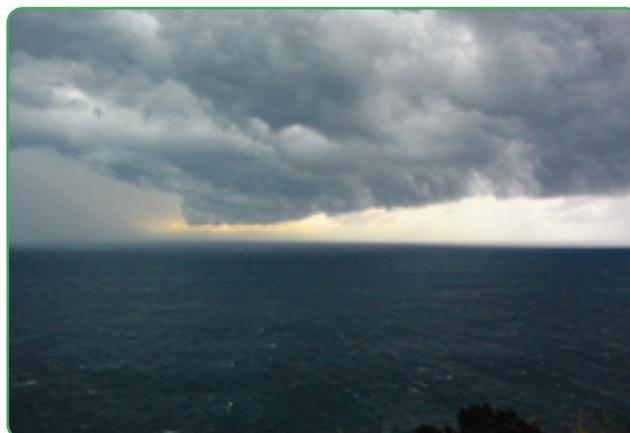
Concurso Escolar "Açores 2030"



**Isaac Xavier**

6º Ano de Escolaridade

Concurso Escolar "Açores 2030"



### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico

##### Solo e Ordenamento do Território

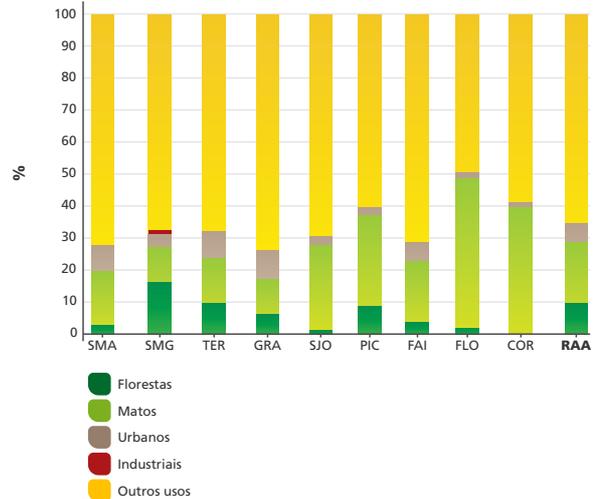


##### Contributos das iniciativas de participação pública dos Estudos de Base

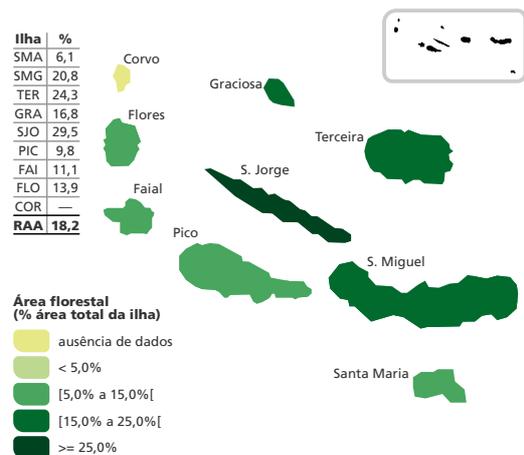
- a) Preocupação referida pelos participantes:**
- Aumento da pressão urbana sobre solos férteis para a agricultura
- a.1) Causa identificada pelos participantes:**
- Expansão desregrada das áreas industriais e comerciais
- a.1.1) Medidas propostas pelos participantes:**
- Consolidação e acompanhamento dos planos e programas de ordenamento do território
  - Gestão de áreas protegidas
- b) Preocupação referida pelos participantes:**
- Saturação dos solos férteis
- b.1) Causa identificada pelos participantes:**
- Uso intensivo dos solos
- b.1.1) Medidas propostas pelos participantes:**
- Diversificação das práticas agrícolas, com aposta na inovação
- b.2) Causa identificada pelos participantes:**
- Uso de quantidades elevadas de fertilizantes químicos
- b.2.1) Medidas propostas pelos participantes:**
- Criação de fundos de apoio à agricultura biológica, contemplando a certificação dos produtos e incentivos ao seu consumo
  - Aplicação da legislação existente na matéria, visando a diminuição do excesso de fertilizantes
- b.3) Causa identificada pelos participantes:**
- Inexistência de uma gestão eficaz entre áreas de pastagem, áreas agrícolas e áreas florestais
- b.3.1) Medidas propostas pelos participantes:**
- Reconversão de pastagens
  - Reflorestação de áreas-chave
- c) Preocupação referida pelos participantes:**
- Poluição da orla costeira, com degradação dos recursos marinhos e seus ecossistemas
- c.1) Causa identificada pelos participantes:**
- Lavagem dos tanques dos petroleiros em trânsito
- c.1.1) Medidas propostas pelos participantes:**
- Monitorização e fiscalização da orla costeira, através de meios humanos e materiais adequados



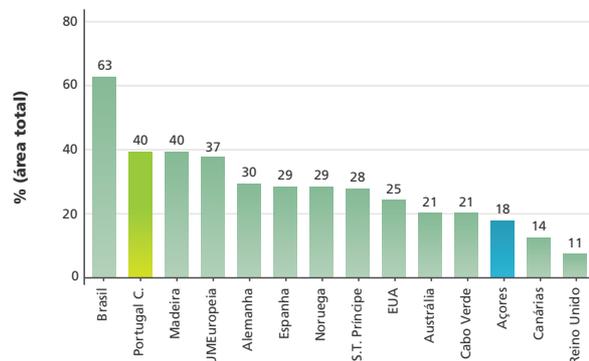
##### Usos



**Figura 3.4**  
Usos do solo por ilha [2000]



**Figura 3.5**  
Distribuição espacial dos usos do solo (área florestal) [2004]



**Figura 3.6**  
Usos do solo (área florestal) em várias regiões/países [2000]

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



#### Usos do solo

Os dados disponíveis permitem inferir que os usos do solo para ocupação industrial e urbana não são muito significativos na Região, apresentando maior expressão em São Miguel e na Terceira. Por outro lado, a maior parte do território regional está classificada como "outros usos" (que engloba as classes de ocupação agrícola, pastagens, incultos e campos de golfe), facto que não permite analisar com rigor outros aspectos relacionados com este indicador.

Em termos de área florestal, os dados disponíveis permitem observar que os Açores apresentam um valor inferior ao verificado na Região Autónoma da Madeira e no território continental, destacando-se também o facto de apenas 8% desta ocupação corresponder a floresta natural.



#### Concelhos com Plano Director Municipal

Os Planos Directores Municipais (PDM) têm como objectivo a formulação do modelo de estrutura espacial do território de cada concelho. Todos os municípios dos Açores têm o seu processo de PDM em curso, embora a maior parte não se encontre ainda concluído (os que se encontram em vigor representam cerca de 37% do total de municípios e aproximadamente 50% da população residente).



#### Orla costeira com Planos de Ordenamento

Têm sido desenvolvidos esforços significativos na elaboração de Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) ao longo dos últimos anos, estimando-se que em 2004 cerca de 13% da orla costeira estava abrangida por um POOC em preparação (Costa Sul de São Miguel) e cerca de 40% da costa açoriana estava incluída em POOC em fase de publicação (Costa Norte de São Miguel, Terceira e São Jorge). Desta forma, prevê-se que cerca de 53% da orla costeira do arquipélago estará abrangida por um plano de ordenamento quando estes instrumentos estiverem concluídos.



#### Ordenamento do Território

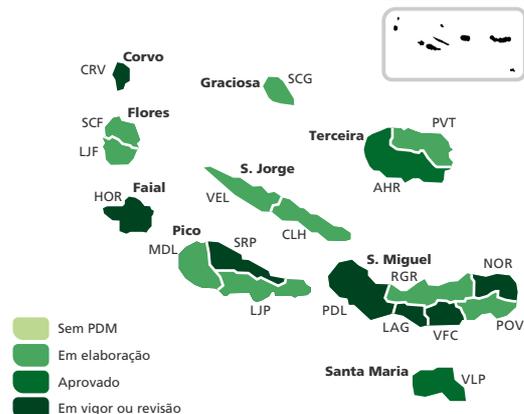


Figura 3.7  
Concelhos com Plano Director Municipal [2003]

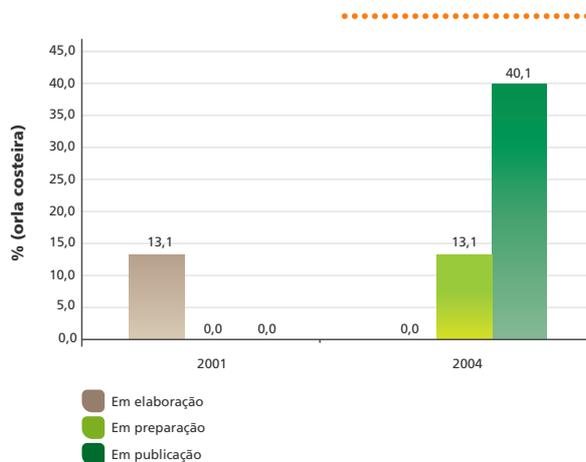


Figura 3.8  
Orla costeira com Planos de Ordenamento [2001 e 2004]



Alice Ferreira  
5º Ano de Escolaridade  
Concurso Escolar "Açores 2030"

## 3. Situação de Referência - analisando o presente

### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



#### Outras referências regionais

O Governo Regional dos Açores decidiu elaborar o Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA) no início da década de 90, encontrando-se o mesmo actualmente em fase de reformulação. Por outro lado, foram publicados em 2005 os Planos de Ordenamento de Bacia Hidrográfica das Lagoas (POBHL) das Furnas e das Sete Cidades.

Em 2003 estavam implementados e em vigor oito Planos de Urbanização (PU), nomeadamente em Ponta Delgada, Vila Franca do Campo, Lagoa, Água de Pau, Caloura, Furnas, Nordeste e Santa Cruz das Flores.

Na RAA não há nenhum Plano de Pormenor (PP) publicado e implementado, nem legislação específica que suporte o regime de expropriações por utilidade pública.

Refira-se ainda que os critérios de delimitação da Reserva Agrícola Regional (RAR) e da Reserva Ecológica Regional (RER) não se encontram uniformizados por nenhum diploma específico, devido à ausência de transposição legislativa. No entanto, por exigência de certos procedimentos (como os PDM, por exemplo), estas classificações têm vindo a ser atribuídas, verificando-se que em 2002 a Terceira (37%), a Graciosa (30%), o Faial (27%) e São Miguel (22%) eram as ilhas que possuíam maiores percentagens de área total classificadas como RAR.

#### Legislação relevante

- **DLR n.º 14/2000/A (de 23.Mai):** adapta à RAA o DL n.º 380/99 (de 22.Set), que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial;
- **RGR n.º 138/2000/A (de 17.Ago):** aprova as linhas de orientação relativas a intervenções no litoral, incluindo a necessidade de elaboração de POOC;
- **RGR n.º 139/2000 (de 17.Ago):** manda proceder à elaboração dos POOC das ilhas dos Açores com excepção da ilha de São Miguel;
- **RGR n.º 43/2003 (de 10.Abr):** retoma a elaboração do PROTA;
- **DRR n.º 1/2005/A (de 15.Fev):** aprova o POOC da Ilha Terceira;
- **DRR n.º 2/2005/A (de 15.Fev):** aprova o Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Furnas (POBHFL);
- **DRR n.º 3/2005/A (de 16.Fev):** aprova o Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Sete Cidades (POBHLSC);
- **DRR n.º 6/2005/A (de 17.Fev):** aprova o POOC do troço Feteiras/Lomba de São Pedro (São Miguel).
- **DRR n.º 24/2005/A (de 26.Out):** aprova o POOC da Ilha de São Jorge



#### Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores

"O planeamento e ordenamento do território visam a expressão espacial de uma política económica, social, cultural e ambiental conducente a um desenvolvimento equilibrado da comunidade, assumindo-se como um quadro de referência orientador passível de suportar a melhoria da qualidade de vida das populações, impulsionando as actividades económicas e garantindo a protecção do ambiente e a equidade social. Nesse sentido, a adopção de formas de gestão de natureza transversal e uma abordagem territorialista integradora permite consolidar os novos paradigmas de desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores marcados pela atitude positiva e voluntarista do Governo Regional. (...)  
A readequação funcional e metodológica do Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores permitirá, por outro lado, substituir o conceito de planeamento tradicional, apoiado num sistema imperativo e que tem revelado conhecidas limitações, pelo paradigma territorialista de **planeamento estratégico**, aumentando as responsabilidades decorrentes de uma maior corresponsabilização nos processos de transformação e desenvolvimento por parte dos diversos agentes e actores da sociedade açoriana já que, traduzindo uma aposta na "concertação" a longo prazo entre os diversos níveis da Administração Pública e a sociedade, se deve apoiar na formação de parcerias constituídas com base nos interesses e problemas comuns. (...)

O Plano deverá articular-se com as directrizes do Sistema Regional de Planeamento dos Açores (SIRPA), assim como com outros instrumentos ligados à intervenção no território - Planos Especiais de Ordenamento do Território e Planos Municipais de Ordenamento do Território - e instrumentos estratégicos e operacionais relevantes em matérias tão diversas como sejam, por exemplo, os recursos hídricos, o desenvolvimento turístico, as redes de transportes, a política da habitação e as questões energéticas."

Governo Regional dos Açores  
Resolução n.º 43/2003 de 10 de Abril



### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



##### Ordenamento florestal na Região Autónoma dos Açores

"Na sociedade actual as pressões exercidas sobre a floresta são cada vez mais intensas e diversas, particularmente quando existe competição pelo espaço entre os diferentes usos do solo. Este facto assume especial importância nas regiões insulares, onde as crescentes necessidades em material lenhoso obrigam à evolução para uma silvicultura tecnicamente avançada, que garanta uma alta produtividade e madeira de boa qualidade.

Na Macaronésia, dada a existência de alguns redutos de vegetação indígena, que constituem um valioso património natural genético, surge a necessidade do delineamento de novas abordagens e filosofias de ordenamento florestal, para que a gestão destes espaços seja direccionada não só para a sua conservação mas também para a sua potenciação.

O sector florestal da Região Autónoma dos Açores é claramente dominado pela *Cryptomeria japonica* que, passados sensivelmente dois séculos após a sua introdução nestas ilhas, representa mais de 60% da floresta de produção local, chegando este valor aos 80% na Ilha de S. Miguel, pelo que esta espécie se assume claramente como o esteio da fileira florestal regional. Contudo, as condições do meio, por um lado, e as necessidades do mercado, por outro, propiciam que se fomentem, de uma forma sustentada, a diversificação das espécies a eleger nos planos de arborização, quer recorrendo à introdução, criteriosa, de exóticas, quer maximizando o potencial florestal das espécies arbóreas da floresta natural.

Foi com base nestes pressupostos que, em 1998, se iniciou um Programa de Melhoramento Florestal visando, por um lado, o melhoramento genético da *criptoméria* e, por outro, a avaliação da introdução ou domesticação de outras espécies diferentes da *criptoméria*, que possam ser alternativa a esta, ou que tenham exigências edafo-climáticas distintas."

Jorge Belerique

3<sup>as</sup> Jornadas Florestais Insulares Potenciar os recursos florestais naturais da Macaronésia

Julho de 2004



##### Poluição na Orla Marítima

"A falta de sensibilização ambiental aliada à maior existência de lixo e poluição contribuem para a contínua deterioração da orla costeira.

Todos acabam por sujar (tanto os pobres como os ricos) e o trabalho de limpeza acaba por ser inglório, porque voltamos à mesma situação passando pouco tempo.

Os objectos mais abundantes são detritos, resíduos sólidos, carcaças de animais mortos e "monstros" que são abandonados na orla costeira.

O mesmo acontece em linhas de água, estradas secundárias ou caminhos de acesso a explorações agrícolas e zonas tapadas.

Os vigilantes da natureza fazem o policiamento de todas as zonas, desde o cimo dos montes à foz das linhas de água, passando pelas bacias e pela orla costeira, onde encontram uma grande variedade de objectos que ali são abandonados pelas pessoas.

O trabalho que desenvolvem é de fundamental importância e até estão a fazer o levantamento exaustivo de todos os focos de poluição ao nível de resíduos, para saberem ao certo quais são as melhores e as piores zonas em São Miguel.

Em 2002 continuavam a registar-se a maior parte dos problemas já anteriormente observados: na orla marítima da ilha de São Miguel continuavam a existir esgotos, maus cheiros e lixos variados."

Ana Massa

Concurso Escolar "Açores 2030"



Catarina Azevedo

6<sup>o</sup> Ano de Escolaridade

Concurso Escolar "Açores 2030"

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico

#### Água



#### Contributos das iniciativas de participação pública dos Estudos de Base

##### a) Preocupação referida pelos participantes:

- Degradação dos recursos hídricos, com contaminação dos lençóis freáticos

##### a.1) Causa identificada pelos participantes:

- Elevada quantidade de químicos utilizada na agro-pecuária

##### a.1.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Controlo do uso de fertilizantes, nomeadamente através da aposta na educação ambiental

##### a.2) Causa identificada pelos participantes:

- Inexistência ou deficiente funcionamento de ETAR

##### a.2.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Construção de novas ETAR
- Construção de pequenas unidades locais de tratamento de águas

##### a.3) Causa identificada pelos participantes:

- Negligência de particulares e empresas em relação a ribeiras, lagoas e outros locais de captação de água

##### a.3.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Aposta na educação ambiental
- Promoção de actividades agrícolas e industriais mais eco-eficientes
- Fiscalização da descarga de águas residuais poluídas para os solos ou cursos de água
- Controlo da qualidade das águas, incluindo o processo de eutrofização das lagoas

##### a.4) Causa identificada pelos participantes:

- Inoperância das instituições públicas com a tutela da água, sendo esta inoperância parcialmente justificada pela inexistência de meios adequados

##### a.4.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Protecção de locais de captação de água através de legislação adequada, suportada por uma fiscalização eficiente

##### a.5) Causa identificada pelos participantes:

- Redes de esgotos pouco abrangentes

##### a.5.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Não foram propostas medidas para a prevenção ou resolução da causa identificada

##### b) Preocupação referida pelos participantes:

- Desperdício de água

##### b.1) Causa identificada pelos participantes:

- Utilização excessiva dos recursos hídricos por parte das actividades agro-pecuárias, indústria de lacticínios, turismo e actividades de lazer, bem como pelo aumento do número de campos de golfe e piscinas

##### b.1.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Aposta na educação ambiental
- Sensibilização para a redução do consumo de água
- Promoção da reutilização de água para usos menos exigentes em termos de qualidade

##### b.2) Causa identificada pelos participantes:

- Deficiências nas redes de distribuição de água (pouco fiáveis durante o ano, elevada percentagem de perdas)

##### b.2.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Construção de pequenos açudes de captação
- Intervenções de melhoria da rede de distribuição de água



#### Quantidade

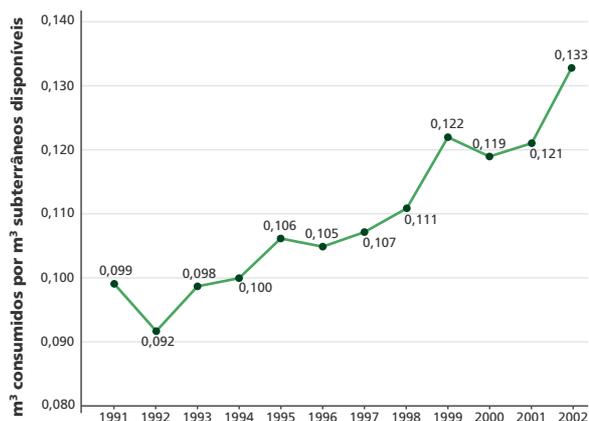


Figura 3.9

Evolução temporal da intensidade de exploração de água [1991-2002]

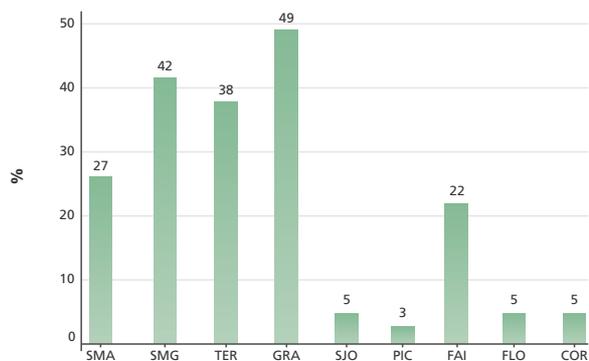


Figura 3.10

Intensidade de exploração de água por ilha [2001]

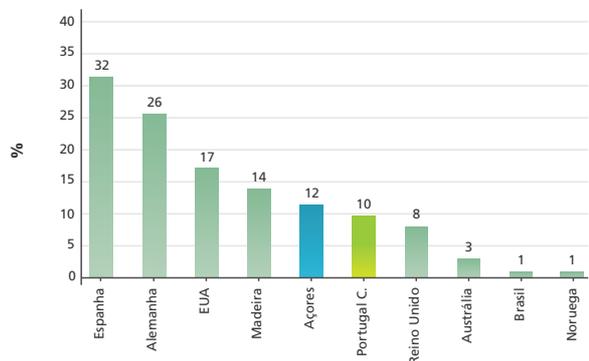


Figura 3.11

Intensidade de exploração de água em várias regiões/países [2000]

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



##### Intensidade de exploração de água

Verifica-se uma tendência de evolução crescente da intensidade de exploração de água (razão entre necessidades e disponibilidades do recurso), observando-se uma taxa de cerca de 13% no total do arquipélago, em 2002. No âmbito regional, esta intensidade é superior nas ilhas Graciosa, São Miguel e Terceira, podendo inferir-se uma maior pressão sobre os recursos hídricos dessas ilhas.

No entanto, as disponibilidades continuam a ser suficientes para suprir as necessidades em todas as ilhas, desde que se consigam adoptar medidas de protecção dos recursos hídricos e uma gestão mais eficiente que permita estabilizar a intensidade de exploração do recurso.

De facto, comparativamente às outras regiões analisadas, os Açores apresentavam, em 2000, uma intensidade de exploração de água significativamente inferior à verificada na Alemanha ou em Espanha, situando-se numa gama de valores semelhante à de Portugal Continental e da Madeira.



##### Qualidade das águas superficiais

Os dados obtidos sobre este indicador dizem apenas respeito a classificações preliminares quanto à qualidade para usos múltiplos, à qualidade trófica e à qualidade ecológica das lagoas açorianas. Assim, quanto à qualidade para usos múltiplos, estima-se que cerca de 41% das 17 lagoas analisadas possa ser classificada como "poluída", 47% avaliada como "fracamente poluída" e apenas a cerca de 12% possa ser atribuída a classificação de ausência de poluição (nomeadamente às lagoas Comprida e Rasa, da ilha das Flores).

Sobre a componente relativa à qualidade trófica, estima-se que mais de metade das 17 lagoas analisadas (cerca de 60%) apresentem características de um estado "mesotrófico", enquanto que as restantes possam ser classificadas como "eutróficas", o que deixa antever que este fenómeno afecta os ecossistemas lagunares açorianos de forma significativa.

O último vector deste indicador (qualidade ecológica) tem especial relevância para o cumprimento dos objectivos da Directiva Quadro da Água (DQA) e classifica as massas de água em função do desvio em relação à sua qualidade física e química pristina. Verifica-se que, segundo uma análise preliminar, a maior parte (cerca de 40%) das 12 lagoas analisadas apresenta um estado de qualidade ecológica "razoável" e cerca de 30% é classificado como "bom a razoável", sendo que nenhum dos sistemas lagunares analisados foi classificado como "bom" ou "excelente" em termos de qualidade ecológica.

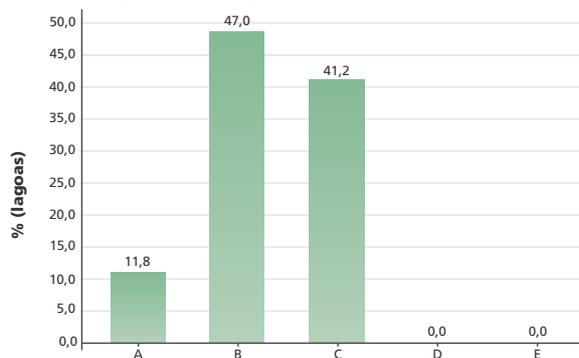


**Eutrofização** é um processo de degradação da qualidade da água que decorre do enriquecimento do meio aquático em nutrientes, levando ao desenvolvimento excessivo de algas e de outras formas superiores de plantas aquáticas.



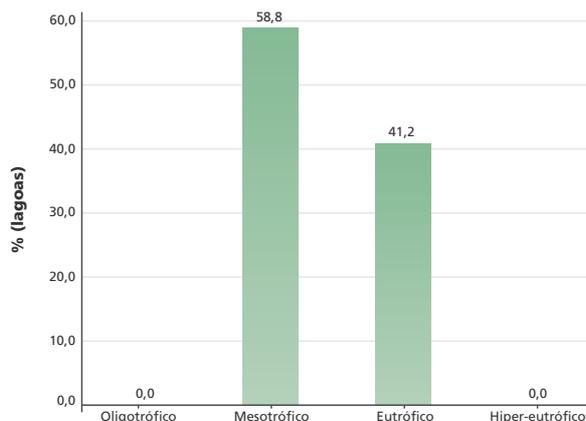
##### Qualidade

###### Qualidade para Usos Múltiplos

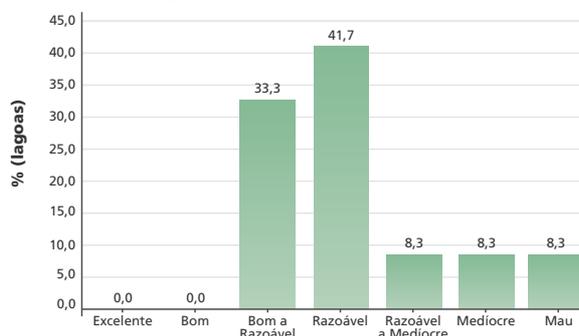


A - Sem poluição  
B - Fracamente poluído  
C - Poluído  
D - Muito poluído  
E - Extremamente poluído

###### Qualidade Trófica



###### Qualidade Ecológica



**Figura 3.12**  
Qualidade das águas superficiais (lagoas) [2001]

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Ações em factos e números - contributo para o diagnóstico



#### Qualidade das águas subterrâneas

Os dados disponíveis sobre este indicador dizem respeito aos resultados das análises físico-químicas de captações de água de origem subterrânea para consumo humano (refira-se que os recursos subterrâneos satisfazem cerca de 97% das necessidades de água na Região). Verifica-se que cerca de 82% das captações analisadas na Região apresentavam qualidade adequada de acordo com a legislação em vigor, enquanto cerca de 18% revelaram problemas de qualidade, principalmente devido a intrusões salinas (provocadas essencialmente pela sobre-exploração dos aquíferos de base) e a excesso de nitratos (associados a problemas relacionados com poluição difusa de origem agro-pecuária). Neste contexto, a ilha do Pico parece ser a que apresenta problemas mais significativos em termos de qualidade dos seus recursos hídricos subterrâneos.



#### Qualidade das águas costeiras

Não existem dados sistemáticos sobre a qualidade das águas costeiras açorianas. Assim, este indicador é aferido através da situação verificada nas zonas balneares classificadas, verificando-se que, na esmagadora maioria dos casos, a qualidade da água é qualificada como *boa*, situação que apenas não se verifica em casos pontuais. Por outro lado, é de salientar que o número de zonas balneares com atribuição de Bandeira Azul tem aumentado progressivamente nas últimas duas décadas.



#### Necessidades por tipo de utilizador

As necessidades de água para uso urbano são as mais significativas na Região, representando cerca de 56% do total no arquipélago (apenas na ilha do Corvo não representam mais de metade das necessidades). As actividades agro-pecuária e industrial representam no seu conjunto (em fracções semelhantes) cerca de 40% das necessidades totais do arquipélago, sendo que as necessidades de água para as restantes actividades são praticamente residuais.



Três das praias galardoadas com bandeira azul em 2004 não puderam hastear a respectiva bandeira no início da época balnear (Escaleiras, Quatro Ribeiras e Sargentos, todas na ilha Terceira), devido à ocorrência de inconformidades em relação aos critérios estabelecidos.

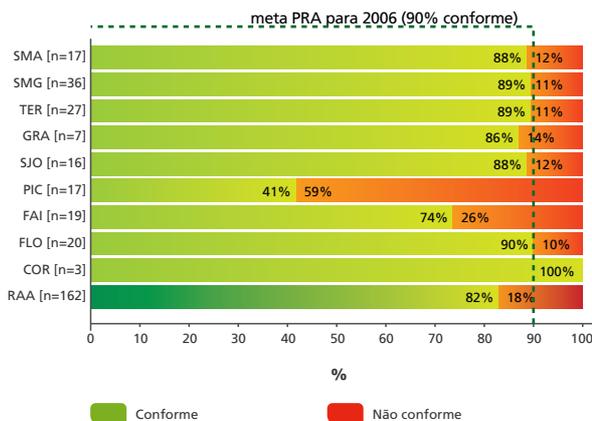


Figura 3.13  
Qualidade das águas subterrâneas [2001]

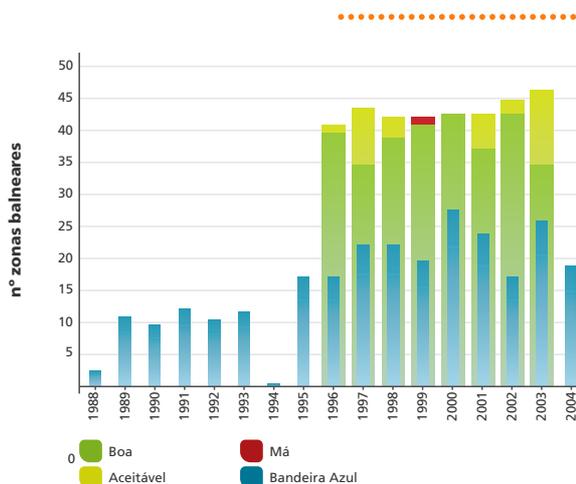


Figura 3.14  
Qualidade das águas costeiras [1988-2004]

#### Usos e Serviços

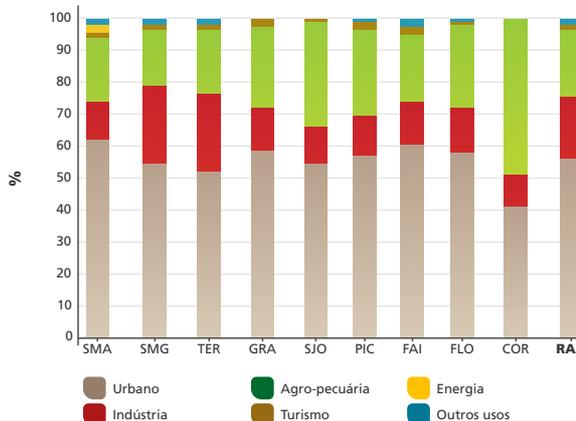


Figura 3.15  
Necessidades por tipo de utilizador [2001]

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



#### População servida por água com qualidade adequada

Cerca de 80% da população açoriana era servida com água regularmente monitorizada no domicílio em 2001, valor aquém da meta definida pelo Plano Regional da Água para 2006 (100%). A garantia desta qualidade era bastante prejudicada pela fragilidade dos sistemas de monitorização, sendo que mais de 30% das análises regulamentares não eram efectuadas. Comparativamente a outras regiões/países, a RAA apresenta a percentagem mais baixa de população servida por água com qualidade adequada, sendo apenas superior ao valor extremamente baixo que se verifica em Cabo Verde (33%).



#### População servida por sistemas de drenagem e tratamento adequado de águas residuais

A população açoriana servida por sistemas de drenagem de águas residuais situava-se nos 38% em 2001 (em contraste com os 64% verificados no Continente), muito distante da meta definida pelo Plano Regional da Água para este indicador (70% em 2006). Os últimos dados estatísticos disponíveis, embora utilizando metodologias de estimativa diferentes, parecem apontar para valores de cerca de 48% em 2002 (justificados pela evolução positiva nos concelhos de Vila do Porto, Ribeira Grande, Nordeste, Angra do Heroísmo, Praia da Vitória e Santa Cruz da Graciosa). As baixas percentagens deste indicador são ainda agravadas pelo facto de, em muitas situações, a ligação domiciliária à rede de drenagem existente não ter sido assegurada, o que se traduz numa taxa de cerca de 29% da população efectivamente ligada a sistemas de drenagem de águas residuais em 2001. No que diz respeito a sistemas de tratamento, a situação não é muito melhor, com apenas cerca de 22% da população servida por este tipo de sistemas, muito aquém da meta estabelecida para 2006 na Região (75%). Efectivamente, a percentagem referida é a mais baixa quando comparada com outras regiões/países, situando-se numa gama de valores semelhante a Cabo Verde (26%) e cerca de metade dos verificados em Portugal e Madeira (cerca de 50%).



Constança Brito (5 anos)

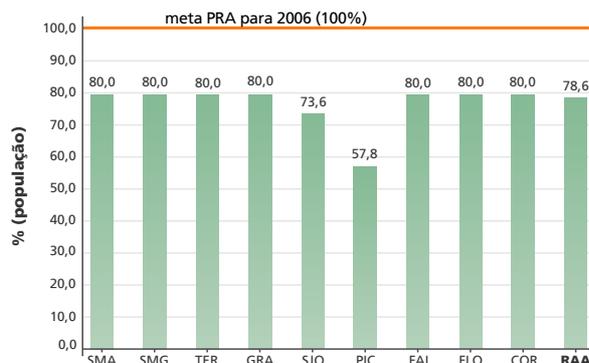


Figura 3.16  
População servida por água com qualidade adequada [2001]

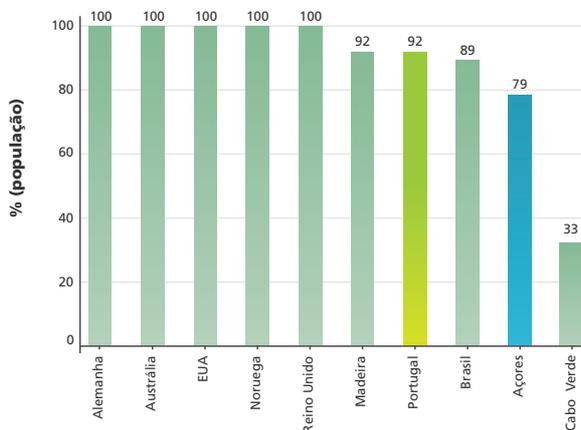


Figura 3.17  
População servida por água com qualidade adequada em várias regiões/países [2002]

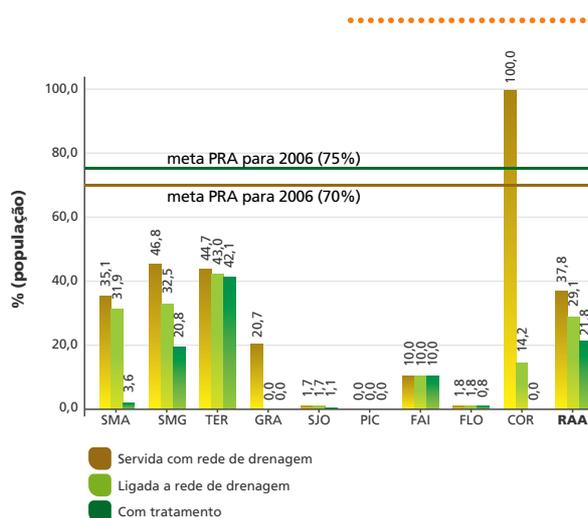


Figura 3.18  
População servida por sistemas de drenagem e tratamento adequado de águas residuais [2001]

## 3. Situação de Referência - analisando o presente

### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



#### Outras referências regionais

Em Março de 2000 a Secretaria Regional do Ambiente apresentou publicamente a versão preliminar do **Programa Operacional de Requalificação Ambiental das Lagoas (PORAL)**, que visa a redução de disfunções ambientais de um conjunto de lagoas que, no essencial, derivam de processos acelerados de eutrofização na massa hídrica. Nesta fase foram consideradas as lagoas das Furnas e das Sete Cidades (São Miguel), as lagoas do Caiado e do Capitão (Pico) e a lagoa da Lomba (Flores). A implementação deste plano tem promovido diversas iniciativas, como a construção de açudes de retenção de caudais sólidos, reabilitação e instalação de infra-estruturas, execução de levantamentos batimétricos, modelação, estudos de viabilidade técnica, monitorização química e ecológica e acções de sensibilização e educação ambiental, a par dos instrumentos de gestão territoriais contemplados na versão revista do programa.

Foi iniciado, em São Miguel, o **Programa Regional de Protecção das Origens de Água de Abastecimento Público**, que visa o levantamento e definição de perímetros de protecção das captações de água subterrânea da Região.

O **Plano Regional da Água** assume-se como peça estratégica e programática fundamental para a implementação de uma política de planeamento e gestão integrada dos recursos hídricos da Região, apresentando um conjunto de programas de medidas e acções para o horizonte 2002-2011.

Por outro lado, têm sido desenvolvidos esforços para a instalação de uma nova rede de monitorização da quantidade e qualidade das águas superficiais, incluindo as lagoas.

#### Legislação relevante

- **DLR nº 12/77/A (de 14.Jun):** estabelece medidas de protecção às lagoas, ribeiras e nascentes de água existentes no arquipélago dos Açores;
- **DLR nº 19/2003/A (de 23.Abr):** aprova o Plano Regional da Água da Região Autónoma dos Açores.
- **DRR nº 2/2005/A (de 15.Fev):** classifica a lagoa das Furnas como massa de água protegida.
- **DRR nº 3/2005/A (de 16.Fev):** classifica a lagoa das Sete Cidades como massa de água protegida.
- **DLR n.º 6/2005/A (de 17.Mai):** Transpõe a Directiva n.º 91/676/CEE, do Conselho (de 12.Dez) referente à protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola.

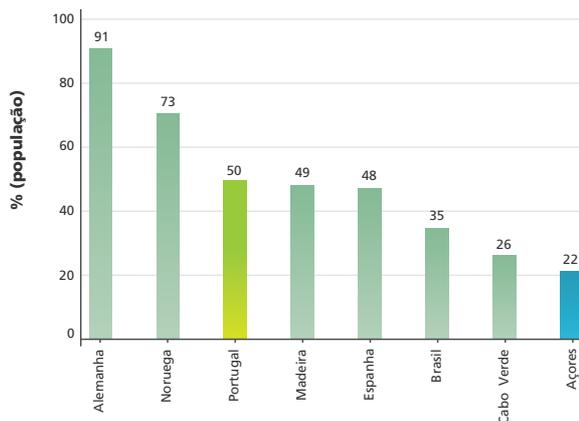


Figura 3.19

População servida por sistemas de drenagem e tratamento adequado de águas residuais em várias regiões/países [2001]



#### Projecto DEPURANAT

##### Gestão sustentável de águas residuais em espaços rurais

O principal objectivo deste projecto, em desenvolvimento até finais de 2006 no âmbito do Programa de Iniciativa Comunitária INTERREG III B "Espaço Atlântico", consiste no tratamento local de águas residuais, através de pequenos sistemas "descentralizados" e na valorização dos respectivos sub-produtos, promovendo a utilização de produtos de qualidade resultantes do tratamento das águas residuais. Este tipo de actividades procura promover o desenvolvimento da agricultura tradicional e do turismo rural, podendo contribuir para a valorização das zonas rurais.

O **Projecto DEPURANAT** está a ser desenvolvido por vários parceiros de três países, nomeadamente a Câmara Municipal de Vila Verde (Portugal), o Instituto Tecnológico de Canarias, S.A. - ITC (Espanha), a Universidade do Minho - Departamento de Engenharia Biológica (Portugal), o Centro de Nuevas Tecnologias del Agua - CENTA (Espanha), o Office International de l'Eau (França), a Mancomunidad de Municipios de Medianías de Gran Canaria (Espanha), a Mancomunidad Intermunicipal del Sureste de Gran Canaria (Espanha), a Gestion y Planeamiento Territorial y Medioambiental S.A. - GESPLAN (Espanha) e o Cabildo de Tenerife (Espanha).

Mais informações em <http://depuranat.itccanarias.org>

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



##### Projecto AQUAMAC Técnicas e Métodos para a Gestão Sustentável da Água na Macaronésia

A Direcção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos está a desenvolver um projecto que tem como objectivo básico a definição de um **Guia Metodológico para a elaboração de Planos de Ilha de Gestão de Recursos Hídricos** (de acordo com os requisitos constantes na Directiva-Quadro da Água), e a sua aplicação, aferição e revisão num **caso de estudo para a ilha de Santa Maria**.

Enquadrado pelo **Projecto AQUAMAC - Técnicas e Métodos para a Gestão Sustentável da Água na Macaronésia** (MAC 2.3/C58), co-financiado pela Iniciativa Comunitária INTERREG III B (Espaço Açores-Madeira-Canárias), o projecto é desenvolvido através de uma parceria entre a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (Açores), a Universidade da Madeira (Madeira), o IGA - Investimentos e Gestão da Água, S.A. (Madeira), o Instituto Tecnológico de Canárias, S.A. (Canárias), a Mancomunidade del Norte de Tenerife (Tenerife), o Consejo Insular de Aguas de Lanzarote (Canárias), a Mancomunidade Intermunicipal del Sureste de Gran Canaria (Canárias), o Consejo Insular de Aguas de Gran Canaria (Canárias) e a Fundación Centro Canário del Agua (Canárias).



##### A Água

"(...) A Terra, por razões diversas, está a ficar sem reservas de água potável. Os Açores não são excepção e a ilha de São Miguel, aparentemente a mais rica em recursos hídricos, não pode - ou não deveria poder - considerar-se com recursos inesgotáveis. A desertificação do nosso planeta é constante e aumenta a cada ano que passa. De entre várias razões, concorre para tal o constante desbaste das florestas, o que provoca a redução dos recursos hídricos do subsolo. Como consequência, todo o ambiente é fortemente atingido e a vida posta em risco.

(...) Como é sabido, têm que se separar os diversos requisitos a observar na utilização das águas - comércio, indústria e agricultura a ter em conta. Defender o património chamado água tem que caminhar no sentido de haver "mão pesada" por parte das entidades governativas no sentido de penalizar os prevaricadores. É necessário e urgente sensibilizar as populações no sentido de saberem utilizar com responsabilidade a água. Dificilmente os mais idosos perderão os hábitos de consumos exagerados, tal como a lavagem das fachadas das casas e jardins, automóveis etc., da forma como é actualmente feita. A sensibilização para o controlo dos excessos na utilização da água tem que passar rapidamente pelas gerações mais novas. São elas que vão aprender e conhecer o ciclo da água e dar-lhe a importância que merece."

Gonçalo Mello  
Ensino Secundário

Concurso Escolar "Açores 2030"



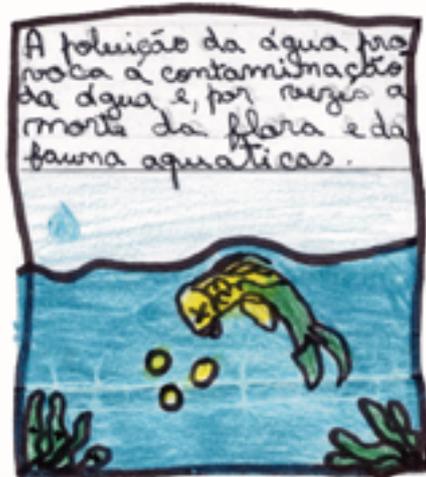
##### A abordagem territorial na administração do domínio hídrico como garante da sustentabilidade

"Os novos desafios levam-nos a questionar os processos tradicionais de planeamento, os quais se baseavam essencialmente na organização de informação decorrente da caracterização dos sistemas produtores dos recursos hídricos e de dados associados ao uso dos recursos hídricos, sem um diagnóstico prévio dos problemas existentes e dos circuitos e processos de decisão e influência. Aquilo a que podemos denominar "transição paradigmática" da actuação dos responsáveis pela gestão da água, e que, em nosso entender, engloba muitas dessas preocupações, deve orientar-se essencialmente para duas dimensões essenciais:

- o acesso à água constitui uma exigência central na manutenção dos princípios de equidade e solidariedade e por esse motivo, a formulação dos problemas situa-se crescentemente na esfera dos direitos humanos. A resolução desses problemas não é possível apenas através do recurso às ciências associadas às áreas da hidrologia, carecendo actualmente da contribuição das ciências sociais;
- a regulação dos usos colectivos deverá orientar-se efectivamente para a gestão dos conflitos, situando-se a resolução dos problemas em duas esferas: a esfera estatal, associada ao exercício dos poderes discricionários (identificação e hierarquização de prioridades, definição de condicionantes, etc.), garantindo-se uma adequada utilização dos bens comuns; a esfera da concertação social, associada ao envolvimento dos outros agentes sociais nos processos de planeamento e transformação territorial, para a concretização dos objectivos estratégicos definidos."

Susana Neto

Mestre e Doutoranda em Planeamento Regional e Urbano  
Universidade Técnica de Lisboa



Mariana Dias  
5º Ano de Escolaridade  
Concurso Escolar "Açores 2030"

## 3. Situação de Referência - analisando o presente

### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico

#### Biodiversidade



#### Contributos das iniciativas de participação pública dos Estudos de Base

##### a) Preocupação referida pelos participantes:

- Desequilíbrios nos ecossistemas terrestres, com diminuição da biodiversidade

##### a.1) Causa identificada pelos participantes:

- Proliferação de espécies exóticas, algumas das quais infestantes

##### a.1.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Preservação dos habitats naturais e da biodiversidade
- Aumento do número de áreas protegidas e reservas naturais, acompanhado por uma melhoria dos modelos de gestão das mesmas
- Reintrodução de espécies autóctones e combate às infestantes
- Criação de um quadro legal adequado, suportado por uma fiscalização eficaz
- Educação ambiental
- Criação de áreas destinadas à investigação e cultivo de espécies protegidas, em parceria com a Universidade dos Açores

##### a.2) Causa identificada pelos participantes:

- Inexistência de uma gestão adequada da relação entre pastagens e florestas

##### a.2.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Contenção da aposta na designada "monocultura da vaca"
- Criação de legislação adequada, suportada por uma fiscalização eficaz
- Aposta na sensibilização ambiental

##### b) Preocupação referida pelos participantes:

- Diminuição da biodiversidade marinha

##### b.1) Causa identificada pelos participantes:

- Pesca ilegal

##### b.1.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Aumento da fiscalização

##### b.2) Causa identificada pelos participantes:

- Alteração das rotas de passagem dos cardumes

##### b.2.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Aposta na sensibilização ambiental



#### Espécies ameaçadas e protegidas

Os dados disponíveis permitem verificar que o número de espécies protegidas é cerca de metade do total de espécies ameaçadas na Região, incidindo as pressões mais significativas sobre as espécies de peixes e de flora, sendo também estas as categorias mais afectadas pela presença de espécies exóticas. No entanto, não se obtiveram dados de séries temporais que permitissem analisar as tendências de evolução do estado deste indicador ao longo do tempo.



#### Espécies

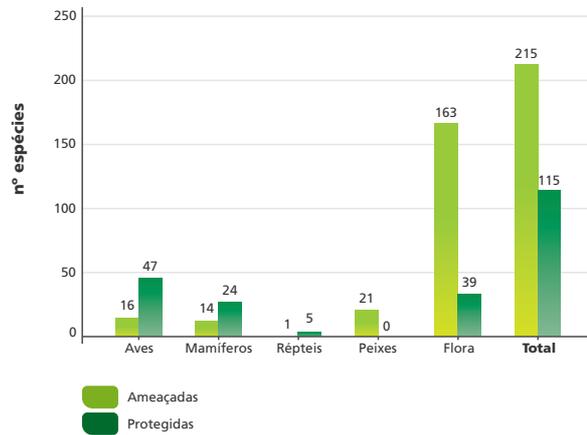


Figura 3.20

Espécies ameaçadas e protegidas [2001]



Alguns exemplos de **espécies ameaçadas** nos Açores:

**Mamíferos:** Morcego dos Açores (*Nyctalus azoreum*) [rara];  
**Aves:** Priôlo (*Pyrrhula pyrrhula murina*) [em perigo], Pombo-torcaz (*Columba palumbus azorica*) [vulnerável], Verdilhão (*Carduelis chloris*) [rara], Galinha d'Água (*Gallinula chloropus*) [indeterminado]; **Répteis:** Tartaruga de Kemp (*Lepidochelys kempii*) [vulnerável]; **Peixes:** Tubarão-Frade (*Cetorhinus maximus*) [rara], Caboz-Gigante (*Lipophrys pholis*) [rara], Mero (*Epinephelus marginatus*); **Flora:** Espigos-de-Cedro (*Arceuthobium azoricum*) [em perigo], Gingeira brava (*Prunus lisitanica*) [em risco crítico], Pau-Branco (*Picconia azorica*) [em perigo], Azevinho (*Ilex perado ssp. azorica*) [vulnerável], Trevo de Quatro Folhas (*Marsilea azorica*) [em risco crítico].

Alguns exemplos de **espécies exóticas e infestantes** nos Açores:

**Mamíferos:** Coelho (*Oryctolagus cuniculus*), Furão (*Mustela putorius*), Ratazana (*Rattus norvegicus*); **Aves:** Pardal (*Passer domesticus*); **Flora:** Gigante (*Gunnera tinctoria*), Roca-da-Velha ou Conteira (*Hedychium gardnerianum*), Incenso (*Pittosporum undulatum*), Cana (*Arundo donax*).

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



#### Áreas protegidas e classificadas

No âmbito da Rede Natura 2000 foram classificadas 15 Zonas de Protecção Especial (ZPE) [Directiva Aves] e 23 Sítios de Importância Comunitária (SIC) [Directiva Habitats], sendo que 17 destes últimos incluem áreas marinhas. Por outro lado, cerca de 7% do território está designado como Área Protegida (AP) no âmbito das competências regionais (distribuído por 11 Reservas Naturais, 3 Paisagens Protegidas, 6 Monumentos Naturais Regionais e 1 Área Ecológica). Analisando apenas a componente terrestre de todas estas áreas protegidas e classificadas (Rede Natura 2000 e Áreas Protegidas), observa-se que 16% do território regional encontra-se sob algum estatuto de protecção, enquadrando-se na média nacional e cifrando-se como uma das maiores percentagens de área classificada da União Europeia. Estão a ser preparados os planos de ordenamento destas áreas, tendo em vista o cumprimento dos seus objectivos no âmbito da conservação da natureza e biodiversidade, mas ainda não existe nenhum instrumento deste tipo em vigor nos Açores.



#### Outras referências regionais

O projecto com financiamento comunitário **LIFE MARÉ "Gestão Integrada de Zonas Marinhas e Costeiras dos Açores"**, que decorreu entre Outubro de 1998 e Março de 2003, envolveu o Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, a Direcção Regional do Ambiente e a Direcção Regional das Pescas e teve como objectivo principal a elaboração de propostas para Planos de Gestão Integrada num conjunto de áreas classificadas no âmbito da Rede Natura 2000 (ZPE e SIC). Este projecto está actualmente a ter seguimento com o projecto **OGAMP (Ordenamento e Gestão de Áreas Marinhas Protegidas)**, que pretende alargar os objectivos gerais do **MARÉ** a novas áreas de estudo.

#### Legislação relevante

- **DLR nº 21/93/A (de 23.Dez):** aplica à Região Autónoma dos Açores o regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei nº 19/93 (de 23.Jan), que estabelece normas relativas à Rede Nacional de Áreas Protegidas;
- **RGR nº 30/98 (de 5.Fev), rectificado pela Declaração nº 12/98 (de 7.Mai):** aprova a Lista Nacional de Sítios - Açores (1ª Fase) a que se refere o artigo 3º do Decreto-Lei nº 226/97 (de 27.Ago);
- **DLR nº 18/2002/A (16.Mai):** adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei nº 140/99 (24.Abr), que procede à revisão da transposição para o direito interno das directivas comunitárias relativas à conservação das aves selvagens (Directiva Aves) e à conservação dos habitats naturais da fauna e da flora selvagens (Directiva Habitats).
- **DRR nº 14/2004/A (20.Mai), alterado pelo DRR nº 9/2005/A (19.Abr):** classifica as Zonas de Protecção Especial (ZPE) da Região Autónoma dos Açores.



#### Áreas Protegidas e Classificadas

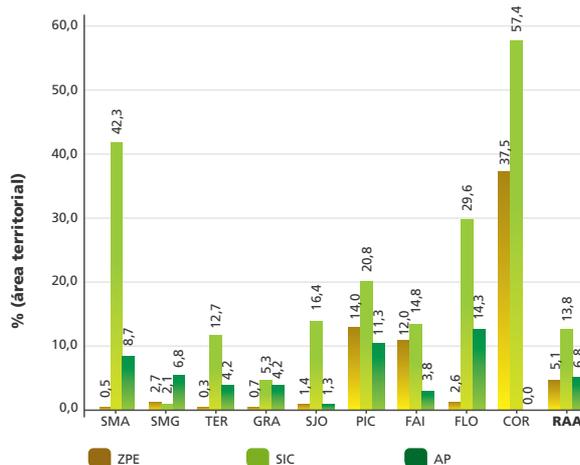


Figura 3.21

Áreas protegidas e classificadas [2001]

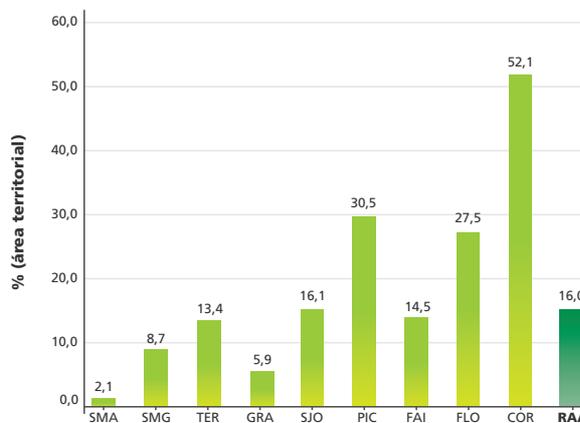


Figura 3.22

Áreas protegidas e classificadas (área classificada terrestre por ilha) [2001]

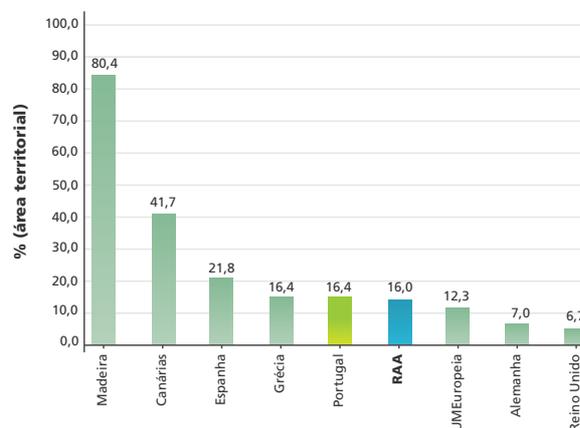


Figura 3.23

Áreas protegidas e classificadas (área classificada terrestre) em várias regiões/países [2001]

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



##### A conservação da natureza como factor de progresso

*"De algum modo um equilíbrio entre turismo, incluindo o direito legítimo do povo a explorar e gozar o seu património natural, e conservação deve ser alcançado, tal que assegure que as gerações futuras também possam dele usufruir. Vezes de mais a conservação é apontada como inimiga do progresso. Tal é simplesmente um equívoco. A conservação tem em vista apenas proteger para o futuro, normalmente de interesses financeiros privados, aquilo que as gerações passadas e a presente experimentaram e gozaram."*

António M. de Frias Martins

in Ecologia Costeira dos Açores, Sociedade Afonso Chaves - Associação de Estudos Açoreanos, Ponta Delgada, 1998



##### A Protecção do Priôlo

*"O Priôlo é uma espécie endémica da ilha de São Miguel e a única dos Açores.*

*No século XIX, esta ave, abundante na parte Este da ilha de São Miguel, mais propriamente no Pico da Vara e no Planalto dos Graminhais (Serra da Tronqueira), foi considerada uma praga para os laranjais da ilha. Todavia, perante a captura excessiva a que foi sujeita e o desaparecimento da floresta Laurissilva nas últimas décadas, a espécie começou a rarear ao ponto de hoje se encontrar em perigo na Lista Vermelha da The World Conservation Union (IUCN), ou seja, encontra-se entre o grupo das aves em vias de extinção.*

*No final do século XIX, uma doença acabou por destruir os pomares de laranjeiras de São Miguel e as aves foram-se tornando cada vez mais difíceis de observar.*

*Actualmente, existem cerca de 100 a 120 casais que sobrevivem numa reduzida zona de floresta nativa onde podem encontrar abrigo e alimento.*

*O Priôlo é uma ave de aspecto robusto que exhibe a coroa negra na cabeça e bico forte, curto e cónico, de cor preta. Este apresenta a cobertura das asas e a parte superior da cauda acastanhada, mostrando ausência de dimorfismo sexual ao nível de plumagem. Quanto ao habitat desta espécie, limitado à floresta natural açoriana de altitude, este é constituído por várias espécies de árvores e arbustos endémicos, com destaque para o Cedro-do-Mato, o Azevinho, a Ginja, a Urze, o Pau-Branco e a Uva-da-Serra.*

*Algumas destas árvores são essenciais à dieta do Priôlo, pois esta espécie alimenta-se de sementes, frutos e flores, com preferência para as amoras, as bagas da Uva-da-Serra e as flores de Azevinhos. A sobrevivência do Priôlo está dependente da preservação do seu habitat, a floresta endémica de altitude da parte Este de São Miguel. Para a retracção desta floresta tem contribuído não só a plantação extensiva de Criptomérias como a invasão e expansão de plantas exóticas, principalmente de incenso, Conteira e Cletra. Urge por isso controlar as plantas exóticas e estender a floresta endémica de altitude. Não esquecendo porém a contribuição que todos nós podemos dar, evitando colher ou danificar as plantas que fazem parte da dieta alimentar da espécie, também por isso devíamos contribuir evitando a realização dos rallies na Serra da Tronqueira. Outra das medidas a ser posta em prática, seria a introdução do Priôlo noutros locais da ilha ou do Arquipélago com habitat favorável.*

*Existe esperança na conservação desta espécie, restaurando parte do seu habitat natural e criar desta forma condições vantajosas para a reprodução deste símbolo ornitológico de São Miguel."*

Vera Matos

Ensino Secundário

Concurso Escolar "Açores 2030"

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico

##### Resíduos



#### Contributos das iniciativas de participação pública dos Estudos de Base

##### a) Preocupação referida pelos participantes:

- Inexistência de sistemas de recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos nas ilhas com menor densidade populacional

##### a.1) Causa identificada pelos participantes:

Não foram identificadas causas específicas para a preocupação apresentada

##### a.1.1) Medidas propostas pelos participantes:

Uma vez que não foram identificadas causas, também não foram propostas medidas para a prevenção ou resolução dessas causas

##### b) Preocupação referida pelos participantes:

- Deposição ilegal de resíduos industriais, que podem provocar situações de contaminação de solos e de recursos hídricos

##### b.1) Causas identificadas pelos participantes:

Alguma insensibilidade por parte dos produtores de resíduos

##### b.1.1) Medidas propostas pelos participantes:

Deposição dos resíduos produzidos num destino final adequado



#### Produção de resíduos sólidos urbanos

Os valores obtidos (embora escassos e de fiabilidade reduzida) parecem indicar uma tendência de evolução crescente da produção de resíduos sólidos urbanos na Região, estimando-se uma capitação de cerca de 1,4 kg por habitante e por dia, o que representa um valor semelhante ao verificado na Região Autónoma da Madeira e ligeiramente superior ao verificado em Portugal Continental (1,2 kg por habitante e por dia).

Tomando como referência o ano de 2000, verifica-se que a produção de RSU nos Açores, em toneladas por habitante, é a mais baixa das regiões/países analisados, fixando-se em valores semelhantes a outras regiões insulares e ao Brasil, sendo bastante inferior ao valor registado em Portugal (cerca de 3%).



Rita Borges (10 anos)



#### Produção

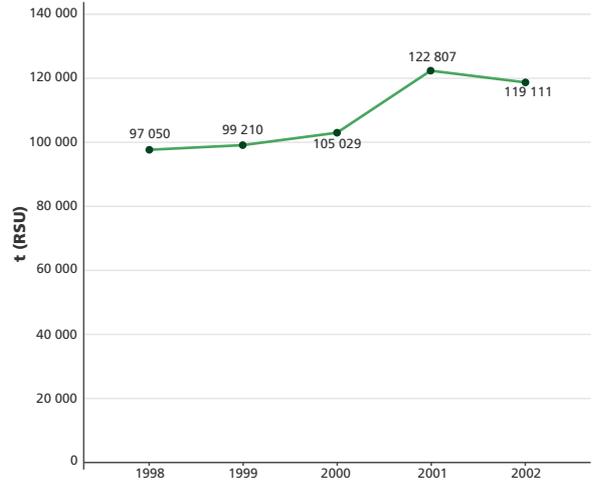


Figura 3.24

Evolução temporal da produção de resíduos sólidos urbanos (RSU) [2001]

#### Concelho kg por hab por dia

VLP	2,0
PDL	1,8
RGR	1,1
LAG	0,8
VFC	1,0
POV	0,7
NOR	1,9
AHR	1,3
PVT	1,2
SCG	1,2
VEL	1,0
CLH	1,1
MDL	0,8
SRP	1,5
LJP	0,7
HOR	1,9
SCF	2,8
LJF	2,6
CRV	0,2
RAA	1,4

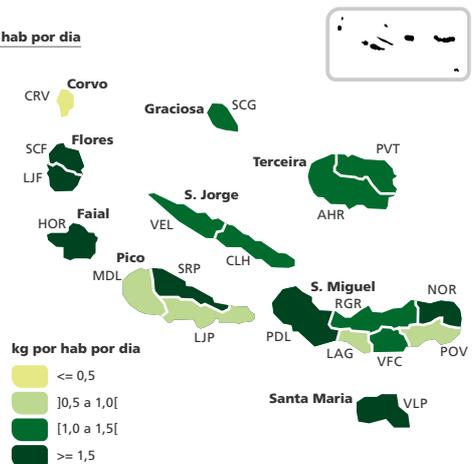


Figura 3.25

Distribuição espacial da produção de resíduos sólidos urbanos (RSU) [2001]

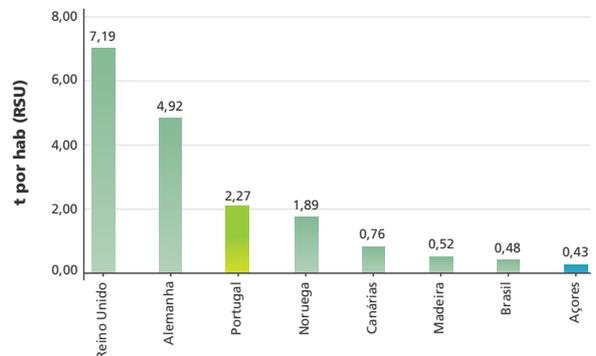


Figura 3.26

Produção de resíduos sólidos urbanos (RSU) em várias regiões/países [2000]

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



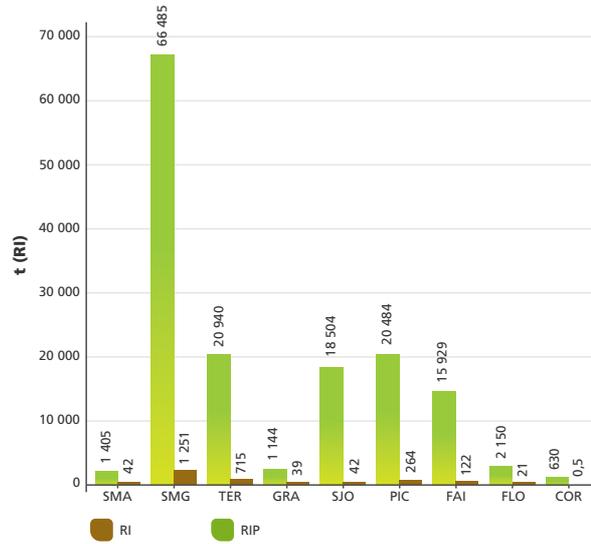
#### Produção de resíduos industriais

O conhecimento sobre a produção de resíduos industriais (banais e perigosos) na Região é escasso, sendo que os dados apresentados são estimativas do PERIEA. Neste contexto, cerca de 70% dos estabelecimentos industriais da RAA encontram-se distribuídos em duas ilhas: 428 em São Miguel e 220 na Terceira. Esta predominância é traduzida, no caso de São Miguel, por um valor muito significativo da produção de RI à escala regional, sendo que na Terceira essa correlação não é tão evidente (o que poderá estar relacionado com os tipos de estabelecimentos industriais presentes em cada ilha). Relativamente à tipologia de RI produzidos na RAA, os mais abundantes (cerca de 75% do total) são resíduos de serradura e descasque de madeira, óleos usados, resíduos de extracção de inertes e resíduos de tecidos animais. Estima-se que apenas cerca de 2% do total de RI produzidos na Região correspondam a RIP, sendo a grande maioria proveniente da produção, transporte e distribuição de electricidade (aproximadamente 46%) e do tratamento e revestimento de metais (cerca de 27%).



#### Recolha selectiva e reciclagem de resíduos

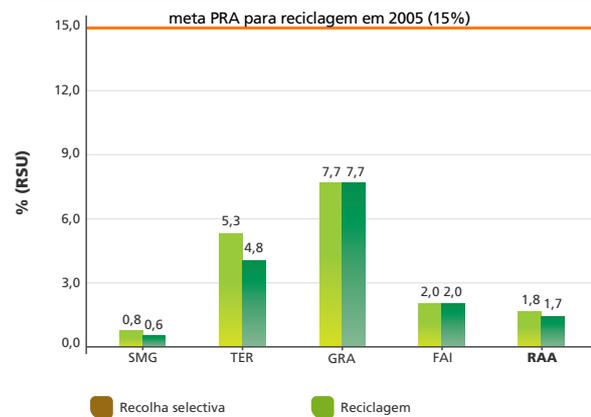
A reciclagem de resíduos sólidos urbanos representava, em 2001, cerca de 1,7% do total de resíduos produzidos, sendo que apenas se verificava este tipo de procedimento de gestão de resíduos nas ilhas de São Miguel, Terceira, Graciosa e Faial (refira-se que nas duas primeiras nem todas as fracções recolhidas selectivamente eram efectivamente recicladas). Os dados mais recentes apontam para valores de reciclagem de cerca de 4% do total de resíduos produzidos em 2003 (estando, mesmo assim, muito aquém da meta de 15% estabelecida para os países membros da UE em 2005). Refira-se ainda que os resíduos industriais e algumas fracções de resíduos sólidos urbanos são usualmente exportados para o Continente. Segundo dados de 2003, verifica-se que os Açores apresentam das percentagens de recolha selectiva mais baixas das regiões/países analisados (4%), apenas superior ao Brasil e Canárias, sendo ligeiramente inferior ao valor de Portugal (5%).



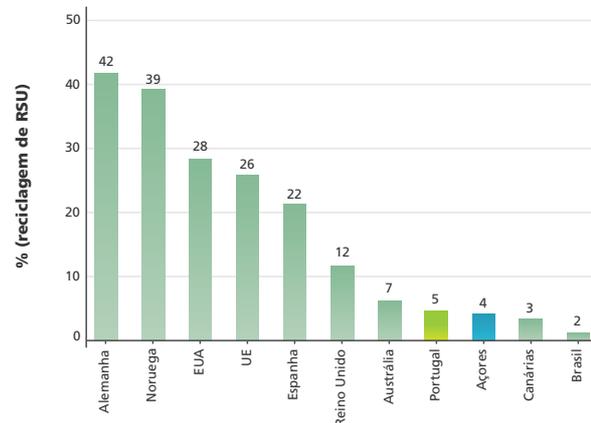
**Figura 3.27**  
Produção de resíduos industriais (RI) e respectiva fracção de resíduos industriais perigosos (RIP) [2003]



#### Gestão



**Figura 3.28**  
Recolha selectiva e reciclagem de resíduos [2001]



**Figura 3.29**  
Recolha selectiva e reciclagem de resíduos em várias regiões/países [2003]  
**Nota:** os valores apresentados referem-se apenas à reciclagem de resíduos, uma vez que não se obtiveram dados de recolha selectiva para as restantes regiões/países analisados.



**Sofia Tavares (8 anos)**  
3º Ano de Escolaridade  
Concurso Escolar "Açores 2030"

## 3. Situação de Referência - analisando o presente

### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



#### Outras referências regionais

A Direcção Regional do Ambiente está a desenvolver o processo que conduzirá à aprovação do **Plano Estratégico dos Resíduos Industriais e Especiais dos Açores (PERIEA)**, após o término da fase de participação pública. Este plano terá como objectivo a definição da estratégia de gestão integrada dos resíduos industriais e, dada a sua quantidade e perigosidade, de outros tipos de resíduos.

#### Legislação relevante

- **Portaria nº 35/97 (de 30.Mai)**: estabelece as regras a que fica sujeita a gestão de resíduos hospitalares na Região Autónoma dos Açores;
- **DLR nº 15/99/A (de 29.Abr), alterado pelo DLR nº 24/2001/A (de 29.Nov)**: adapta à Região o Decreto-Lei nº 366-A/97 (de 20.Dez), que estabelece os princípios e normas aplicáveis à gestão de embalagens e resíduos de embalagens;
- **RGR nº 190/99 (de 30.Dez)**: aprova o Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos da Região Autónoma dos Açores (PERSUA);
- **RGR nº 65/2003 (de 5.Jun)**: aprova o Plano Estratégico de Resíduos Hospitalares dos Açores (PERHA).



#### Gestão de resíduos em regiões ultraperiféricas

"A gestão de resíduos em regiões ultraperiféricas apresenta as seguintes dificuldades e factores de sobrecusto:

- dificuldades no estabelecimento de economias de escala;
- multiplicação de soluções de tratamento e destino final de resíduos;
- sobredimensionamento de infra-estruturas por efeitos sazonais (e.g.: turismo);
- necessidade de recorrer ao transporte marítimo de resíduos;
- dificuldade de garantir a viabilidade económica da reciclagem em território regional."

Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma da Madeira  
"Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Gestão de Embalagens e de Resíduos de Embalagens nas Regiões Ultraperiféricas" (2001)



#### Reciclagem

"A recolha selectiva baseia-se na separação do lixo em recipientes apropriados no interior das habitações. Mais tarde, serão transportados em viaturas de recolha.

Os ecocentros são parques amplos, vedados e com contentores muito grandes, que são destinados a receber resíduos já separados. Os ecopontos são conjuntos de contentores de cores diferentes: amarelo para as embalagens, azul para o papel e o verde para o vidro. Os ecopontos estão destinados à recolha selectiva de materiais de pequenas dimensões. Estes existem em vários pontos das cidades: nas escolas, parques, piscinas, pavilhões desportivos, mercados, feiras, entre outros.

Ao reciclarmos diminuimos a quantidade de lixo e ao mesmo tempo também diminuimos a poluição. O lixo é um mal em todo o mundo.

Muitas pessoas "não sabem" o que causa o lixo ou "não querem saber" o que o lixo causa à saúde. Daí que as pessoas comecem a sofrer pelo lixo que produzem e até os próprios animais estejam em extinção por causa do lixo. Deveríamos, por isso, respeitar a política dos três R, muito conhecidos: Reduzir, Reutilizar e Reciclar.

O lixo provoca maus cheiros e o mal-estar das pessoas. As populações ainda não se habituaram a separar o lixo. Por isso, ainda há muito a fazer. Há muitas ruas que não têm nenhum ecoponto.

Assim é difícil levar as pessoas a separar o lixo. Se as Câmaras apostassem nos ecopontos, talvez as pessoas se sentissem mais motivadas para separar o lixo."

Patrícia Teixeira  
Ensino Secundário  
Concurso Escolar "Açores 2030"



## 3. Situação de Referência - analisando o presente

### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico

#### Dimensão Económica

##### Macroeconomia



#### Contributos das iniciativas de participação pública dos Estudos de Base

##### a) Preocupação referida pelos participantes:

- Insustentabilidade económica de algumas ilhas

##### a.1) Causa identificada pelos participantes:

- Problemas de investimento, associados à dificuldade de praticar economias de escala, particularmente nas ilhas menos populosas

##### a.1.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Incentivos à actividade comercial e industrial (apoios à diversificação, à criação de pequenas e médias empresas e a jovens empresários)
- Criação de benefícios fiscais associados à criação e manutenção de postos de trabalho

##### a.2) Causa identificada pelos participantes:

- Concorrência de pólos comerciais de média e/ou grande dimensão

##### a.2.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Implementação de medidas especiais de apoio ao comércio tradicional, nomeadamente o associado a produtos regionais
- Aposta na formação profissional
- Aposta nas redes de distribuição



#### PIB per capita

O Produto Interno Bruto (PIB) por habitante conheceu uma evolução francamente positiva na Região ao longo da última década do século XX, tendo praticamente duplicado no período 1991-1999. O crescimento da economia açoriana ultrapassou inclusive o verificado no Continente a partir de 1997. As ilhas que mais contribuem para o PIB açoriano são, naturalmente, São Miguel e Terceira (no conjunto das quais é produzido cerca de 80% do PIB total da Região) e, em termos sectoriais, o sector terciário (Serviços) tem sido aquele que mais tem contribuído para a produtividade açoriana, tendo sido responsável, em 1999, por cerca de 75% do PIB da Região. Apesar da evolução positiva, o PIB por habitante açoriano continuava a ser cerca de 75% do PIB por habitante de Portugal Continental e apenas cerca de 30% do verificado na actual União Monetária Europeia, sendo também inferior ao PIB por habitante da Madeira e das Canárias.



#### VAB por sectores económicos

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) total tem sofrido uma evolução positiva na Região ao longo da última década. Analisando sectorialmente a estrutura do VAB açoriano, verifica-se que a representatividade do sector primário não ultrapassa hoje os 10%, tendo vindo a perder influência no contexto do VAB regional desde a última década do século XX. Em sentido inverso, o sector terciário tem-se assumido progressivamente como o mais importante para a economia regional.



#### Desempenho Económico

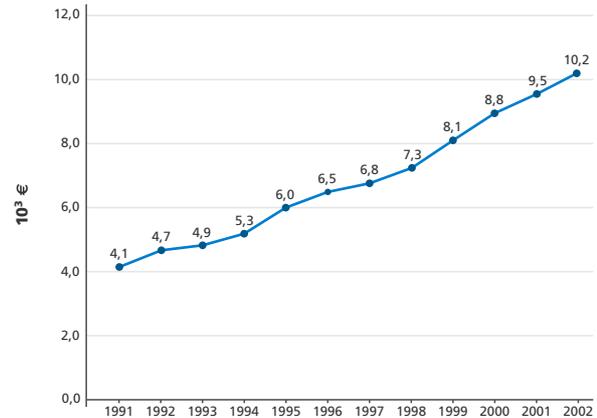


Figura 3.30

Evolução temporal do PIB<sub>pm</sub> per capita [1991-2002]

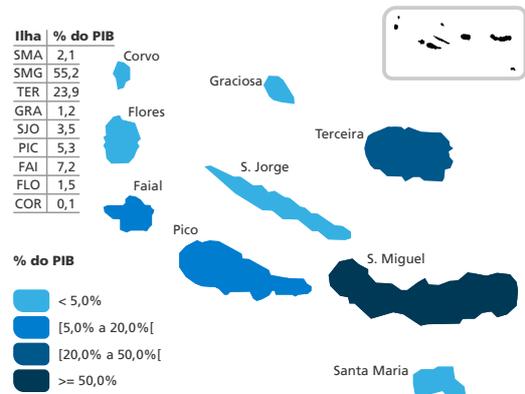


Figura 3.31

Distribuição espacial do PIB [2001]

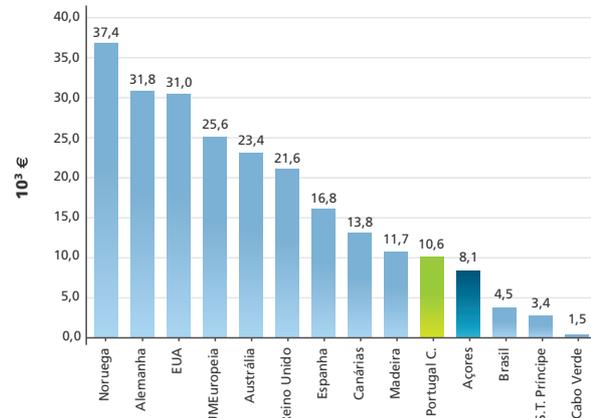


Figura 3.32

PIB per capita em várias regiões/países [1999]

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



##### Balança comercial

A análise da balança comercial açoriana, que traduz a diferença entre as exportações e as importações da Região relativamente a países não pertencentes ao território estatístico da União Europeia, permite verificar um saldo negativo de cerca de 58 000 milhares de euros em 2002 (-2,5% do PIB), observando-se um agravamento desta tendência ao longo da última década do século XX (o saldo negativo sofreu um aumento de cerca de 55% entre 1991 e 2002). Os produtos que são importados em maiores quantidades são combustíveis, cimento, cereais, sal e outros minerais (ao preço médio de cerca de 0,15€ por kg de produto importado). Por outro lado, os componentes mais significativos da exportação açoriana dizem respeito a produtos alimentares, como carnes, peixes, moluscos, crustáceos, ovos, mel, leite e seus derivados (ao preço médio de 1,17€ por kg de produto exportado).



##### Taxa de crescimento empresarial

A análise do número anual de sociedades constituídas e dissolvidas nos Açores permite inferir que a taxa de crescimento do tecido empresarial da Região tem apresentado uma evolução tendencialmente positiva (aumento de cerca de 14% do número de sociedades sediadas entre 2000 e 2001). No entanto, os dados disponíveis não permitem efectuar a análise das tendências observadas por sectores de actividade, que seria relevante em termos de avaliação da sustentabilidade do tecido empresarial regional.



##### Outras referências regionais

O Programa Operacional para o Desenvolvimento Económico e Social dos Açores (PRODESA), integra uma parcela substancial dos fundos estruturais da União Europeia destinados à Região Autónoma dos Açores no período de programação 2000-2006, no âmbito do QCA III, garantindo o processo de convergência com o País e com a União Europeia. Este programa apresenta, assim, a configuração e a natureza de um autêntico "mini Quadro Comunitário de Apoio" para a Região Autónoma dos Açores.

Na sequência da aprovação do III Quadro Comunitário de Apoio e do PRODESA, a Secretaria Regional da Economia criou o Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores (SIDER), que visa o fortalecimento e a modernização da economia regional e a diversificação da oferta de bens e serviços, privilegiando iniciativas com carácter inovador. O SIDER desenvolve-se em três subsistemas: Subsistema para o Desenvolvimento Local (SIDEL), Subsistema de Prémios (SIDEF) e Subsistema para o Desenvolvimento do Turismo (SIDET).

##### Legislação relevante

- **DLR n.º 17/99/A (de 29.Abr):** cria o regime de autorização prévia de licenciamento comercial, na Região Autónoma dos Açores;
- **DLR n.º 26/2000/A (de 10.Ago), alterado pelo DLR n.º 13/2005/A (de 1.Jul):** cria o Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores (SIDER).

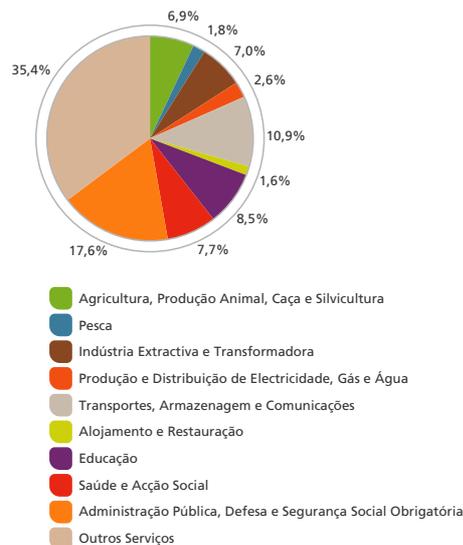


Figura 3.33  
VAB por sectores económicos [2001]

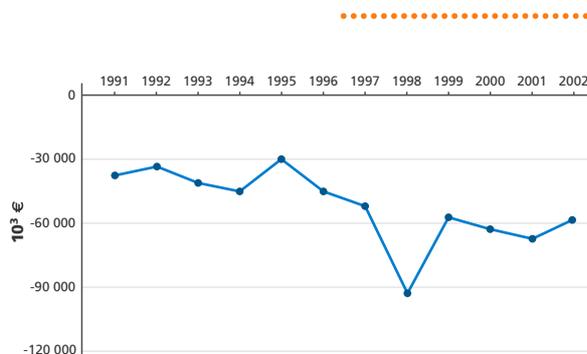


Figura 3.34  
Evolução temporal da balança comercial [1991-2002]

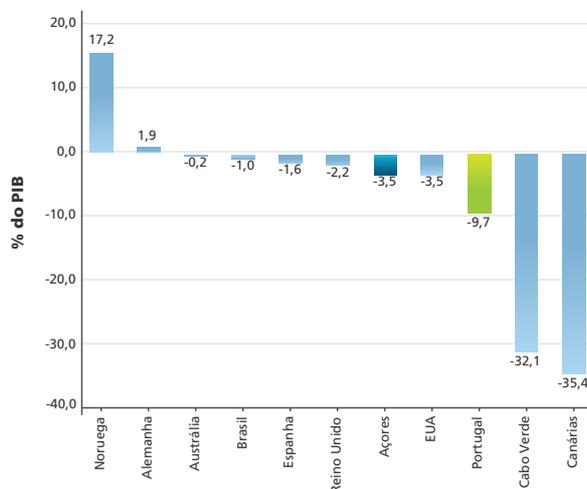


Figura 3.35  
Balança comercial em várias regiões/países [2002]

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



##### Desenvolvimento Sustentável: Realidade Emergente?

"Gostava de considerar algumas tendências políticas e sociais que, na minha opinião, poderão contribuir para a adopção de um modelo de desenvolvimento sustentável num futuro próximo nos Açores. Gostava de começar por considerar o conceito da interdependência. Como sabemos, o conceito da interdependência desempenha uma função essencial no paradigma do desenvolvimento sustentável. Julgo que podemos afirmar que o enraizamento cultural de um conceito de interdependência abrangente e democrático depende de mudanças profundas em vivências e interpretações. Um dos obstáculos é, inquestionavelmente, uma dependência excessiva num sector produtivo, como é o caso dos Açores. É difícil pensarmos na interdependência dinâmica e harmoniosa de vários sectores quando estamos, literalmente, dependentes de um sector apenas. Consequentemente começamos a perceber que o desenvolvimento sustentável pressupõe a diversificação da economia açoriana. Penso que esta constatação está a generalizar-se. A crise no sector agrícola está a estimular algumas iniciativas inovadoras e lucrativas, que devem ser incentivadas e que poderão ter efeitos muito positivos no que toca ao desenvolvimento sustentável.

Mas existem outras razões para um crescente interesse pela diversificação. O acesso a outros modelos interpretativos e estratégias económicas, um efeito inevitável da pluralização de percepções que acompanha a globalização, também contribui para dismantlar o modelo cognitivo que sustenta a nossa dependência num sector. A exposição a outras ideias, assim como contactos com possíveis mercados sensibilizados para pequenas produções de elevada qualidade, poderá também impulsionar a diversificação. Finalmente, a democratização crescente da nossa sociedade e a consequente consolidação da sociedade civil, aqui entendida como um conjunto de forças de natureza cívica e política com capacidade para agir de forma autónoma e espontânea, também deve favorecer a formação de uma consciência para a sustentabilidade."

Ezequiel Silva

The London School of Economics and Political Science



##### Dinâmica Empresarial



Figura 3.36

Taxa de crescimento empresarial



### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico

##### Sectores Económicos



#### Contributos das iniciativas de participação pública dos Estudos de Base

##### Agro-pecuária

###### a) Preocupação referida pelos participantes:

- Limitações dos modelos de produção agrícola

###### a.1) Causa identificada pelos participantes:

- Actividade excessivamente centrada na produção de leite e seus derivados (face à redução de quotas leiteiras e à diminuição dos subsídios à produção)
- Esforço insuficiente para encontrar novos mercados

###### a.1.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Incentivos à diversificação da produção agrária (silvicultura, frutas (ex: meloa), legumes (ex: beterraba), chá, tabaco, carne bovina para consumo)
- Acções de formação que promovam a criação de novas competências

###### a.2) Causa identificada pelos participantes:

- Falta de competitividade do sector (face ao alargamento da União Europeia)

###### a.2.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Aposta na qualidade (por oposição à quantidade), com investimento na certificação de produtos e marcas regionais
- Fomento da agricultura biológica, através da criação de um fundo de apoio específico
- Redução dos entraves ao emparcelamento de terrenos
- Aposta na formação dos agricultores, através da realização de acções de formação
- Apoio à investigação na área do desenvolvimento agrícola
- Redução do número de explorações agrícolas

###### a.3) Causa identificada pelos participantes:

- Incumprimento da legislação que regula o sector

###### a.3.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Reforço da eficácia dos mecanismos de fiscalização



**Superfície forrageira** diz respeito à área tradicionalmente utilizada para pastoreio, cuja ocupação é normalmente dedicada a plantas que são consumidas antes de completarem o seu ciclo vegetativo (de modo a facilitar a digestão dos animais).

**Superfície Agrícola Utilizada (SAU)** integra as terras aráveis (limpas e sob coberto de matas e florestas), as áreas com culturas permanentes, os prados e as pastagens permanentes.

**Encabeçamento pecuário** traduz a densidade de efectivos pecuários num determinado território, e é usualmente expresso *em cabeças normais* (CN) (medida de normalização de diferentes tipos de gado) por *hectare de superfície forrageira*. Os factores de normalização encontram-se definidos na Portaria n.º 475/2001 (de 10.Mai).



##### Agro-pecuária

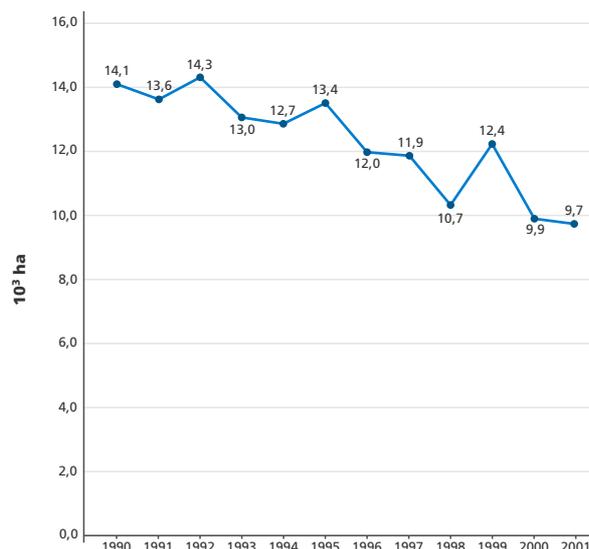


Figura 3.37

Evolução temporal do solo arável [1990-2001]

##### Concelho % (área total)

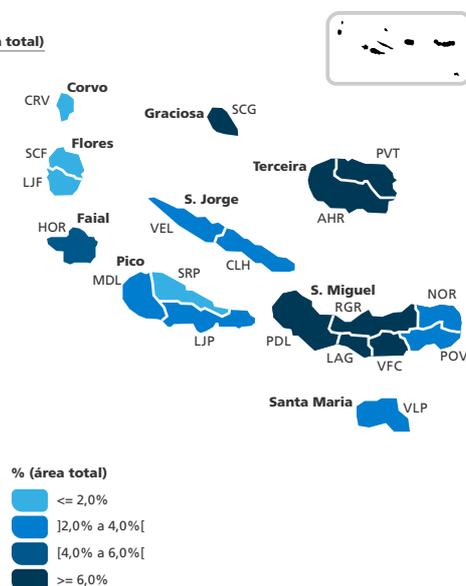
VLP	2,1
<b>SMA</b>	<b>2,1</b>
PDL	9,1
RGR	9,8
LAG	11,1
VFC	6,7
POV	3,7
NOR	3,9
<b>SMG</b>	<b>7,7</b>
AHR	8,8
PVT	6,5
<b>TER</b>	<b>7,9</b>
SCG	9,7
<b>GRA</b>	<b>9,7</b>
VEL	2,8
CLH	3,2
<b>SJO</b>	<b>3,0</b>
MDL	2,9
SRP	1,6
LJP	3,1
<b>PIC</b>	<b>2,5</b>
HOR	4,0
<b>FAI</b>	<b>4,0</b>
SCF	1,0
LJF	0,9
<b>FLO</b>	<b>1,0</b>
CRV	1,2
<b>COR</b>	<b>1,2</b>
<b>RAA</b>	<b>5,3</b>

##### % (área total)

≤ 2,0%
]2,0% a 4,0%[
]4,0% a 6,0%[
≥ 6,0%

Figura 3.38

Distribuição espacial do solo arável [1999]



## 3. Situação de Referência - analisando o presente

### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



#### Solo arável

Este indicador fornece informação sobre a área disponível para produção agrícola, verificando-se um decréscimo de cerca de 30% da mesma ao longo da última década nos Açores. Comparando a percentagem da área total de solo arável, verifica-se que esta fracção é inferior nos Açores em relação ao observado no território continental. Em termos regionais, as ilhas do grupo ocidental parecem ser as que apresentam menor fracção de solo arável. Deve referir-se que esta variável é significativamente influenciada pelas características orográficas de algumas zonas/ilhas (como é o caso das zonas montanhosas das ilhas do Pico, das Flores e de São Miguel).



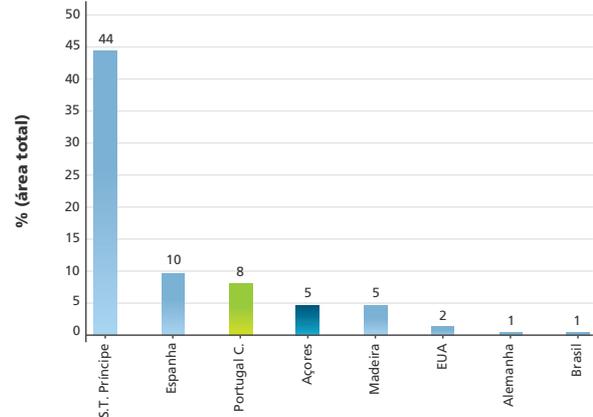
#### Utilização de agroquímicos

Uma vez que não se obtiveram dados sobre a aplicação de pesticidas, a análise deste indicador incide apenas sobre a utilização de fertilizantes na Região. Assim, observa-se que os Açores são das regiões/países com maiores taxas de utilização relativa de fertilizantes agrícolas (principalmente azoto elementar e composto N-K-P), apresentando taxas muito superiores às verificadas no território continental. Em termos regionais, a utilização de fertilizantes por hectare de SAU é mais significativa nas ilhas de São Miguel, Terceira e Pico.

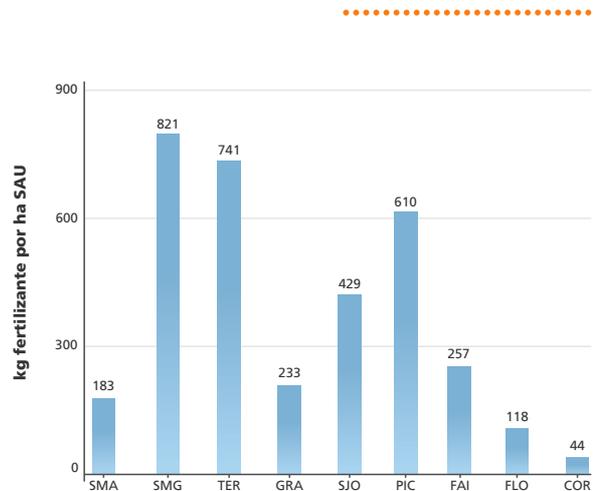


#### Produção biológica

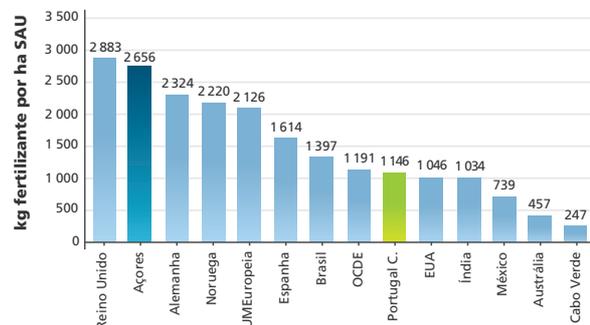
A produção biológica nos Açores (tanto vegetal como animal) é reconhecida por um único organismo de certificação, datando as primeiras iniciativas de conversão ao ano de 1998 (produção vegetal) e 2001 (produção animal). No que diz respeito à produção vegetal, verifica-se uma tendência claramente positiva na certificação de processos de agricultura biológica na Região, com o número de produtores a quase triplicar entre 1999 e 2003, tendo a área afectada a este tipo de agricultura aumentado cerca de sete vezes no mesmo horizonte temporal (representando  $4 \times 10^{-3}\%$  da SAU). Nos últimos anos parece verificar-se uma tendência para a manutenção do número de produtores, aumentando a área de exploração por produtor. No que diz respeito aos produtos certificados, verifica-se que os frutos frescos e os produtos hortícolas são claramente as tipologias mais comuns deste tipo de agricultura nos Açores, inferindo-se no entanto uma tendência para a diversificação da produção no último ano. Refira-se ainda que cerca de 80% dos produtores certificados em 2003 localizavam-se na ilha de São Miguel e os restantes 20% na ilha Terceira, não se registando assim nenhum produtor nas restantes ilhas do arquipélago. No que diz respeito à produção biológica animal, identifica-se apenas um produtor na ilha de São Miguel em 2003, com um efectivo pecuário total de 17 cabeças (doze bovinos e cinco caprinos) em modo de produção biológico.



**Figura 3.39**  
Solo arável em várias regiões/países [1999]



**Figura 3.40**  
Utilização de agroquímicos (fertilizantes) por ilha [2001]



**Figura 3.41**  
Utilização de agroquímicos (fertilizantes) em várias regiões/países [2001]

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



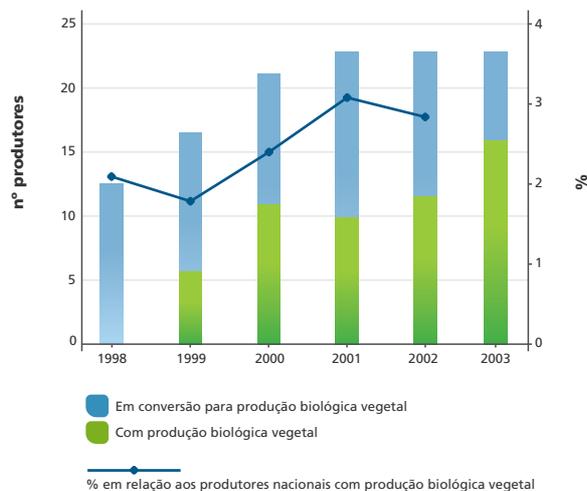
##### O papel da produção biológica na sustentabilidade do sector agro-pecuário açoriano

"Os procedimentos de certificação de Agricultura Biológica nos Açores apresentam ainda um curto historial (cerca de 6 anos). Contudo, os esforços desenvolvidos pelo IAMA, pela DRDA e pela Associação Natura têm contribuído para que nos próximos anos a expressão da Agricultura Biológica possa aumentar significativamente neste arquipélago. Em regiões como os Açores, a Agricultura Biológica apresenta, face à agricultura convencional, um elevado conjunto de vantagens que, neste caso, é acrescido das vantagens que em termos de imagem beneficiam o turismo, actividade de vital importância.

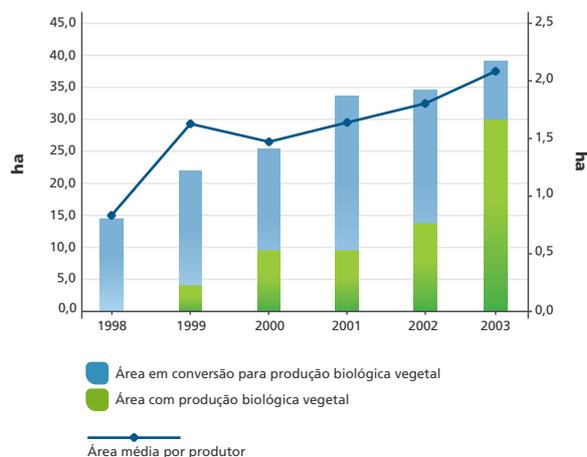
Assim, e uma vez que as explorações agrícolas açorianas e as parcelas que as constituem são de relativamente pequenas dimensões, os custos de produção reflectem normalmente esta realidade, pelo que há a necessidade de procurar a diferenciação como forma de tornar os produtos aí obtidos comercialmente mais apelativos. A Agricultura Biológica pode proporcionar-lhes essa desejada diferenciação. Atendendo a que a maior parte dos alimentos "biológicos" disponíveis em Portugal é proveniente de importação e se tem constatado um crescendo na sua procura, não só por uma questão de consciencialização ecológica, mas também por uma legítima preocupação com a Saúde por parte dos consumidores, a escolha deste modo de produção constitui certamente uma boa aposta, pois os produtos assim obtidos apresentam normalmente preços superiores e maior facilidade de escoamento face aos obtidos de forma convencional.

Por outro lado, associado à Agricultura Biológica encontra-se o respeito pela biodiversidade das explorações e regiões (com redução dos riscos fitossanitários), a manutenção do emprego (fixando as populações) e a manutenção ou aumento da fertilidade dos solos (através de práticas culturais aconselhadas e do combate à erosão), para além da significativa redução da poluição e contaminação alimentar, o que conjuntamente com as vantagens comerciais já referidas, retracts bem como este modo de produção pode participar na viabilidade e sustentabilidade das produções agrícolas e pecuárias açorianas no futuro."

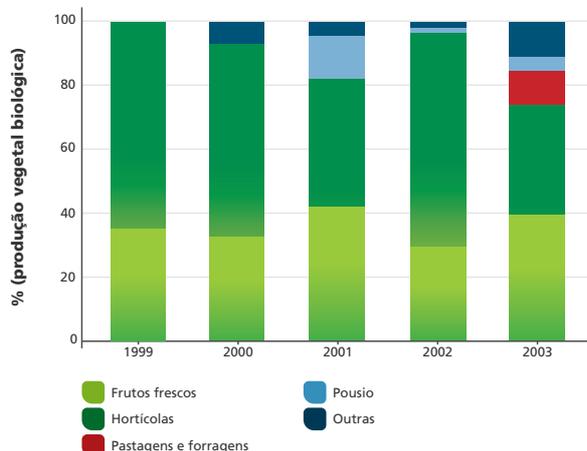
Rui Monteiro  
SOCERT Portugal



**Figura 3.42**  
Agricultura biológica (produtores) [1998-2003]



**Figura 3.43**  
Agricultura biológica (área) [1998-2003]



**Figura 3.44**  
Agricultura biológica (produtos) [1999-2003]

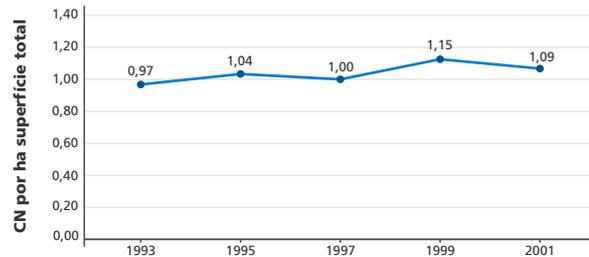
### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



#### Encabeçamento pecuário

O encabeçamento pecuário tem aumentado ao longo da última década nos Açores (cerca de 12% entre 1993 e 2001), reflectindo o peso da pecuária na economia açoriana. Segundo os dados estatísticos disponíveis, este aspecto é particularmente relevante nas ilhas de São Miguel e da Terceira. Se, por um lado, esta tendência traduz um sinal positivo para este sector económico (mesmo que requeira uma profunda reflexão face às tendências das directrizes comunitárias sobre a matéria), por outro pode representar um agravamento das pressões sobre o solo e os recursos hídricos da Região que importa acautelar.



**Figura 3.45**  
Evolução temporal do encabeçamento pecuário por ilha [1993-2001]



#### Outras referências regionais

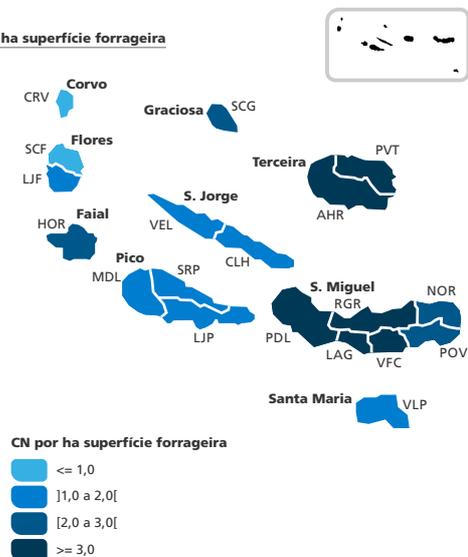
A Secretaria Regional da Agricultura e Pescas apresentou, em 2001, o **Plano de Desenvolvimento Rural (PDRu) da Região Autónoma dos Açores (2000-2006)**, que apresenta um conjunto de medidas relativas a boas práticas agrícolas e florestais, a indemnizações compensatórias, a medidas agro-ambientais, a florestação de terras agrícolas, a reforma antecipada e aos efeitos esperados da Rede Natura 2000. A programação das medidas definidas no PDRu foi aprovada pela Decisão da Comissão de 1 de Março de 2001.

#### Legislação relevante

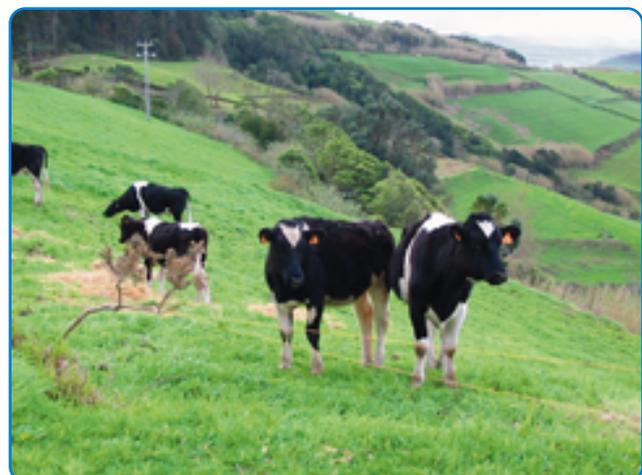
- **DLR n.º 34/86/A (de 31.Dez):** regulamenta o associativismo agrícola na Região Autónoma dos Açores;
- **DLR n.º 22/88/A (de 3.Mai):** estabelece disposições relativas à protecção da cultura do ananás na Região Autónoma dos Açores;
- **Regulamento (CEE) n.º 2092/91 do Conselho (de 24.Jun) e alterações posteriores:** relativo ao modo de produção biológico de produtos agrícolas e à sua indicação nos produtos agrícolas e nos géneros alimentícios;
- **DLR n.º 10/2001/A (de 22.Jun):** estabelece os objectivos das medidas constantes do eixo prioritário n.º 2, "Incrementar a modernização da base produtiva tradicional", do Programa Operacional para o Desenvolvimento Regional (PRODESA) e do Plano de Desenvolvimento Rural (PDRu) da Região Autónoma dos Açores e as condições de atribuição das ajudas neles previstas;
- **Decisão da Comissão (de 1.Mar.2001):** aprova o documento de programação em matéria de desenvolvimento rural para a Região Autónoma dos Açores relativo ao período de programação 2000-2006.

#### Concelho CN por ha superfície forrageira

VLP	1,5
<b>SMA</b>	<b>1,5</b>
PDL	4,2
RGR	3,7
LAG	3,2
VFC	3,2
POV	2,6
NOR	2,8
<b>SMG</b>	<b>3,6</b>
AHR	3,1
PVT	3,7
<b>TER</b>	<b>3,1</b>
SCG	2,6
<b>GRA</b>	<b>2,6</b>
VEL	1,8
CLH	1,9
<b>SJO</b>	<b>1,8</b>
MDL	1,3
SRP	1,1
LJP	1,4
<b>PIC</b>	<b>1,3</b>
HOR	2,1
<b>FAI</b>	<b>2,1</b>
SCF	0,6
LJF	1,3
<b>FLO</b>	<b>0,8</b>
CRV	0,9
<b>COR</b>	<b>0,9</b>
<b>RAA</b>	<b>2,5</b>



**Figura 3.46**  
Distribuição espacial do encabeçamento pecuário (por superfície forrageira) [1999]



### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



##### Perspectivas de desenvolvimento para a actividade agrícola

"... estamos certos de que nenhuma outra actividade agrícola está tão adaptada às nossas condições edafo-climáticas como a bovinicultura, nomeadamente a leiteira, que tem capacidade de produção, transformação e comercialização instalada e na qual foram efectuados grandes investimentos a nível genético. (...) O tão necessário rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola só será possível se a actividade agrícola for atractiva para os jovens. É nossa convicção que a actividade agrícola pode ter futuro. Basta que sejamos capazes de definir estratégias para inverter o actual estado de coisas."

Virgílio Costa

Associação de Jovens Agricultores Micaelenses



##### Utilização de agroquímicos

"Entendamo-nos:

- neste País qualquer cidadão pode adquirir um pesticida da classe toxicológica mais elevada sem que para isso necessite de apresentar um documento assinado por um técnico a recomendar essa substância activa;
- nenhum pesticida traz unidades de medida por forma a que sejam respeitadas as quantidades descritas no rótulo. Aliás, é difícil cumprir com essas instruções pois normalmente pedem que se aplique não sei quantos  $\text{dm}^3$  ou  $\text{g}\cdot\text{hl}^{-1}$  por hectare...
- poucos são os agricultores que cumprem os intervalos de segurança quando aplicam um pesticida;
- por todos estes factos e dado o pouco peso que este sector tem tido na economia açoriana a Extensão Rural passou a ser uma incumbência das casas comerciais, que, quanto mais venderem melhor será o seu desempenho.

Não é por falta de pressões por parte da Gê-Questa, que foi quem denunciou todo este estado de coisas, que o problema não se resolve. Como classificar este tipo de comportamentos? Deixo à consideração de quem encomendou este Estudo que pense bem antes de responder."

Isabel Armas

Sócia da Gê-Questa - Associação de Defesa do Ambiente



### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



#### Contributos das iniciativas de participação pública dos Estudos de Base

##### Pesca

##### a) Preocupação referida pelos participantes:

- Diminuição dos recursos e espécies piscícolas
- Insuficiente conhecimento de recursos marinhos alternativos

##### a.1) Causa identificada pelos participantes:

- Fiscalização ineficaz da Zona Económica Exclusiva (ZEE)

##### a.1.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Reforço dos mecanismos de fiscalização

##### a.2) Causa identificada pelos participantes:

- Níveis excessivos de captura por parte de frotas estrangeiras que operam na zona do Atlântico Norte

##### a.2.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Reforço da fiscalização em águas internacionais, de forma a garantir o cumprimento dos acordos internacionais estabelecidos

##### a.3) Causa identificada pelos participantes:

- Gestão ineficaz dos stocks pesqueiros

##### a.3.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Maior rigor na gestão dos stocks
- Aumento das áreas protegidas
- Aposta na investigação e desenvolvimento, em parceria com a Universidade dos Açores
- Incentivos à aquacultura

##### b) Preocupação referida pelos participantes:

- Falta de competitividade do sector

##### b.1) Causa identificada pelos participantes:

- Frota pequena e pouco eficaz, recorrendo ainda a métodos artesanais de captura

##### b.1.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Formação profissional dos diversos agentes económicos ligados ao ramo
- Incentivos à adopção de novas tecnologias e do recurso a práticas inovadoras
- Pesca eminentemente orientada para o mercado interno, associado ao turismo
- Aposta em investigação e desenvolvimento

##### b.2) Causa identificada pelos participantes:

- Falta de investimento no sector

##### b.2.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Captação de investimentos regionais e comunitários
- Criação de infra-estruturas

##### b.3) Causa identificada pelos participantes:

- Reduzida atractividade do sector, caracterizado por más condições de trabalho e incertezas salariais

##### b.3.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Adopção de um regime de garantias salariais



##### Pesca

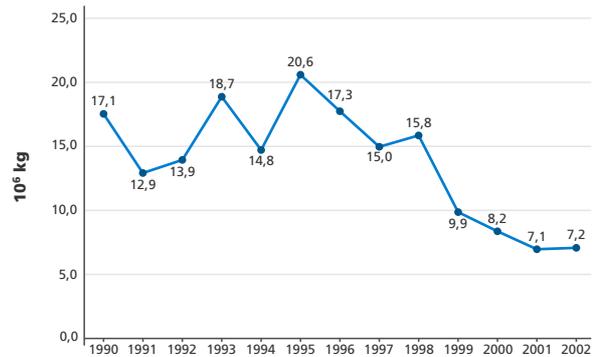
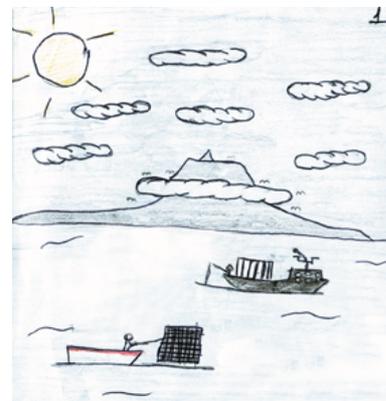


Figura 3.47

Evolução temporal das capturas pesqueiras [1990-2002]



Nuno Cabral

6º Ano de Escolaridade

Concurso Escolar "Açores 2030"



#### Pontos focais para a sustentabilidade do sector da pesca nos Açores

"As organizações de pesca estão hoje, mais que nunca, empenhadas em desenvolver um trabalho contínuo e integrado entre todos os intervenientes (investigadores, dirigentes políticos, armadores e consumidores) garantindo a sustentabilidade do sector da pesca a médio/longo prazo. Assim o empenho das Associações de Pesca focaliza-se não num combate oral e político, mas sim numa abordagem prática e eficaz, mediante incentivos à renovação e modernização da frota; desenvolvimento de estratégias destinadas à re-orientação de capturas para espécies de profundidade, como o Peixe Espada Preto; investimento na formação; valorização do património humano e cultural da pesca; e realização de encontros que fomentem a discussão dos principais problemas do sector da pesca".

Liberato Fernandes

Federação das Pescas dos Açores

## 3. Situação de Referência - analisando o presente

### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



#### Intensidade de exploração de recursos piscícolas

A análise da intensidade de exploração dos recursos piscícolas requer o conhecimento, por um lado, dos stocks pesqueiros e, por outro, das capturas de espécies piscícolas, pelo que a ausência de dados sobre os stocks na Região inviabiliza a avaliação das pressões exercidas sobre os recursos. No entanto, é possível observar uma quebra das capturas ao longo da última década (cerca de 65% desde 1995), por motivos ainda não totalmente esclarecidos, mas que podem estar relacionados com algumas lacunas e vulnerabilidades no sector das pescas açoriano, como a fragilidade da frota pesqueira (muitas vezes assente no tipo artesanal e com modelos de construção desajustados aos praticados actualmente), os materiais de pesca ultrapassados e a precariedade dos recursos humanos (com uma média etária elevada e baixo nível de escolaridade).

Outro factor que pode justificar a tendência negativa das capturas diz respeito à diminuição da disponibilidade do recurso, principalmente em relação aos stocks de atum e espécies similares (que apresentam um peso significativo no mercado) mas, como já foi referido, as lacunas de informação existentes não permitem ainda retirar conclusões consistentes sobre o assunto.



#### Outras referências regionais

O **Programa de Observação para as Pescas dos Açores (POPA)** surgiu em 1997, como resultado da necessidade de certificação do atum e seus derivados com o estatuto "dolphin safe", assegurando que as capturas de atum não provocam mortalidade de cetáceos. No caso dos Açores, o POPA foi sustentado por um acordo entre a Administração Regional, a Universidade dos Açores, o Earth Island Institute, a Associação de Armadores da Pesca de Atum e Similares dos Açores, a Associação das Indústrias de Conservas de Peixe dos Açores e a LOTAÇOR, EP., sendo financiado por fundos da União Europeia (Programa INTERREG) desde 2003. Esta é apenas uma das iniciativas com que o Departamento de Oceanografia e Pescas (DOP) da Universidade dos Açores tem assumido o papel de instituição de referência no domínio da investigação aplicada na Região, participando em vários projectos a nível regional, nacional e europeu.

#### Legislação relevante

- **RALR n.º 7/2001/A (de 15.Mar):** resolve recomendar ao Governo Regional a adopção de medidas cautelares e estudo do esforço de pesca a desenvolver;
- **DLR n.º 16/2002/A (de 10.Mai):** adapta à Região o Decreto-Lei n.º 311/99 (de 10.Ago) - Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca dos Açores (FUNDOPESCA);
- **RALR n.º 16/2002/A (de 6.Nov):** resolve rejeitar a proposta da Comissão Europeia por significar, a ser concretizada, a inviabilização da actividade das frotas pesqueiras nacional e regional, passando os recursos de pesca das zonas respectivas a ser preferencialmente capturados por outras frotas de países da União.



#### A pesca em diagonal pelos Açores

*"Com excepção de Santa Maria (...), tive a oportunidade de estabelecer contacto com os pescadores e suas associações representativas de todas as ilhas dos Açores (...), para fazer com eles um balanço do ano parlamentar e ouvir da sua parte as principais preocupações.*

*A falta de cumprimento da lei em matéria de salvaguarda de recursos e a falta de recursos ou de medidas para a fazer cumprir foram a preocupação dominante, e que foi transmitida em praticamente todas as ilhas onde estive.*

*Estou convencido que é uma coisa que só se resolverá de forma satisfatória com um maior envolvimento e responsabilização dos actores económicos do sector no acompanhamento, controlo e fiscalização da salvaguarda dos recursos, tendo naturalmente em atenção tradições e direitos adquiridos. A este propósito, continuo a pensar que o modelo de confrarias utilizado na Galiza merecia uma atenção especial da nossa parte.*

*Quanto às medidas de tele-controlo em discussão na União Europeia, as únicas reticências colocadas tiveram a ver com os custos do sistema, mas de resto o apoio foi unânime, havendo mesmo quem defenda medidas de maior rigor que as previstas (...).*

*A segunda maior preocupação é a do mau funcionamento dos serviços públicos (...). Os processos de vistoria e licenciamento chegam a levar vários anos e a custar verdadeiras fortunas (...). A terceira grande questão parece-me ser a da diversificação, tanto para actividades conexas com a pesca, como o turismo piscatório e a maior aposta na comercialização à distância com a utilização de novas técnicas de conservação, como pela diversificação das espécies alvo, tendo-me sido sugeridas pescas como a do peixe espada preto, raia, tamboril, mora-mora, caranguejo real e sapateira. Acima de tudo isto está uma questão maior que é a da possibilidade de os Açores terem uma política de exploração sustentável dos seus recursos piscícolas, o que pressupõe a eliminação da lógica predatória da política neo-colonial de ocupação efectiva que se esconde atrás da "competência exclusiva".*

Paulo Casaca

Deputado no Parlamento Europeu



### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



#### Contributos das iniciativas de participação pública dos Estudos de Base

##### Turismo

- a) Preocupação referida pelos participantes:**
- Necessidade de consolidar economicamente o turismo açoriano
- a.1) Causa identificada pelos participantes:**
- Insuficiente qualidade dos serviços (restauração e hotelaria são apontados como exemplos)
- a.1.1) Medidas propostas pelos participantes:**
- Aposta na formação profissional
- a.2) Causa identificada pelos participantes:**
- Sazonalidade do turismo, que impede a rentabilização dos equipamentos no resto do ano
- a.2.1) Medidas propostas pelos participantes:**
- Aumento da oferta turística assente no património cultural
  - Aposta no turismo alternativo (caminhadas, expedições científicas, mergulho e pesca desportiva) e oferta específica para a 3ª idade
- a.3) Causa identificada pelos participantes:**
- Insuficiência de infra-estruturas de recreio de qualidade
- a.3.1) Medidas propostas pelos participantes:**
- Aposta na construção de infra-estruturas
- a.4) Causa identificada pelos participantes:**
- Degradação dos centros históricos
- a.4.1) Medidas propostas pelos participantes:**
- Requalificação dos centros históricos, com medidas de apoio à renovação do parque habitacional destas zonas
- a.5) Causa identificada pelos participantes:**
- Oferta turística reduzida
- a.5.1) Medidas propostas pelos participantes:**
- Aposta, em alguns casos, no agroturismo e no turismo de habitação (turismo de qualidade)
  - Aposta, noutros casos, no reforço da capacidade de alojamento e no aumento de vãos *charter* (turismo de quantidade)



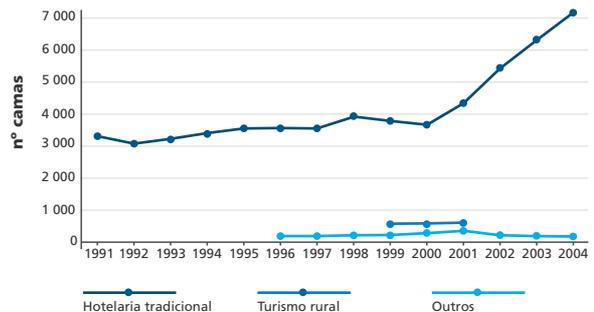
#### Capacidade de alojamento

A capacidade de alojamento nos Açores tem aumentado de forma significativa nos últimos quinze anos (duplicou entre 1991 e 2004), principalmente devido ao aumento de camas na hotelaria tradicional, que conheceu um crescimento de 65% a partir de 2000 (e representa hoje cerca de 97% da capacidade de alojamento da Região). O turismo de espaço rural também apresenta uma evolução crescente, triplicando o número de estabelecimentos e praticamente duplicando a capacidade de alojamento entre 1996 e 2002.

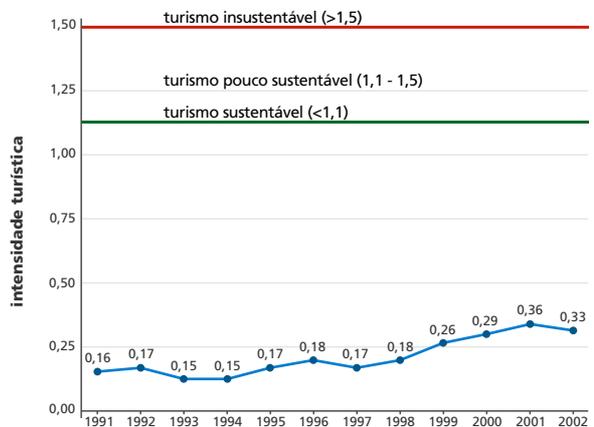
A evolução de outros tipos de alojamento (colónias e pousadas da juventude, parques de campismo, casas de hóspedes e alojamentos particulares) também parece acompanhar esta tendência de crescimento do sector turístico açoriano, com especial destaque para o contributo das casas de hóspedes no contexto da capacidade de alojamento da Região.



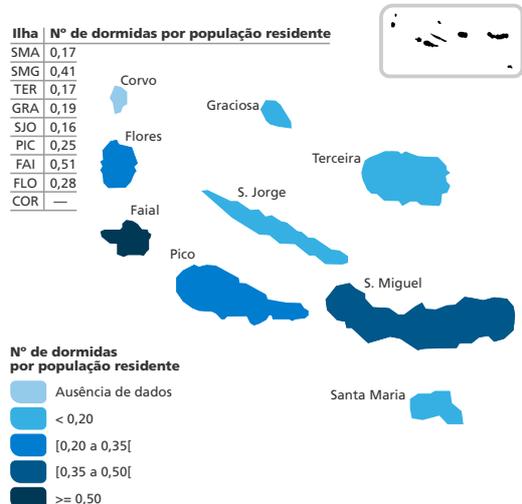
#### Turismo



**Figura 3.48**  
Evolução temporal da capacidade de alojamento [1991-2004]



**Figura 3.49**  
Evolução temporal da intensidade turística [1991-2002]



**Figura 3.50**  
Distribuição espacial da intensidade turística [2002]

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



##### Intensidade turística

Este indicador, que traduz a relação entre as dormidas turísticas verificadas num determinado território e a respectiva população residente, apresenta uma evolução progressivamente crescente nos Açores. De acordo com a metodologia proposta pela Comissão Europeia ("*Environment and Tourism in the Context of Sustainable Development*", DGXI-EC, 1993), esta razão é considerada sustentável se for inferior a 1,1 dormidas por residente; é classificada como pouco sustentável se estiver entre 1,1 e 1,5 e é considerada insustentável se for superior a 1,5. Pode observar-se que a intensidade turística nos Açores apresenta valores bastante inferiores a estes padrões, enquadrando-se claramente na classificação de sustentabilidade definida pela referida metodologia. Pode também observar-se que a intensidade turística apresenta maior expressão nas ilhas de São Miguel e do Faial, destacando-se claramente esta última (com 0,74 dormidas por residente) o que, associado à sua oferta turística (muitas vezes relacionada com actividades relativamente sensíveis, como a observação de cetáceos), tem incentivado a definição de regimes legais específicos para a gestão dessas actividades.

Refira-se ainda que o turismo nos Açores é fortemente condicionado por características de sazonalidade (com uma clara concentração das dormidas nos meses de Verão), reflectindo a dificuldade de oferta da imagem da Região como destino turístico nos meses de Inverno.



Cláudia Silva

6º Ano de Escolaridade

Concurso Escolar "Açores 2030"



##### O Turismo Insular - caso de estudo

*"A principal indústria das ilhas [croatas], i.e., o turismo (...), cumpre os requisitos para um desenvolvimento ambiental e economicamente sustentável.*

*Experiências noutras partes do mundo indicam que (...) o turismo mais rentável em ilhas é o de pequena escala, cujo marketing é orientado para visitantes com consciência ambiental e maior poder de compra. (...) A natureza intacta e um ambiente antropogenicamente harmonioso fazem parte da oferta desse tipo de turismo e a sua exploração sustentável é do interesse de quem investe neste ramo de actividade."*

Aplicação de Metodologias Participativas na elaboração do Programa de Desenvolvimento Sustentável para Ilhas - o caso da Croácia



##### A Certificação na actividade turística

*"A indústria turística constitui uma actividade fundamental no desenvolvimento regional a médio prazo. Nesta perspectiva, a actividade turística deve ter o conceito de "turismo ambientalmente sustentável" como um dos seus pilares essenciais. Em termos simples, este conceito significa que a indústria turística deve ser gerida com total respeito pelos recursos naturais, pela cultura e pelas tradições locais. Desta forma, a protecção do ambiente assume-se como uma componente do desenvolvimento turístico o qual, em contrapartida, contribui para a preservação dos ecossistemas envolventes e para a melhoria das condições de vida das populações locais.*

*A base dos planos de desenvolvimento sustentável na área do turismo é providenciada pela Agenda 21 para o Ambiente, patrocinada pela Organização Mundial do Turismo e outras associações profissionais, que visa implementar, nesta área, Sistemas de Gestão Ambiental. A adopção de um Sistema de Gestão Ambiental é uma componente essencial da Certificação da Qualidade Ambiental no âmbito da Agenda 21. A Certificação da Qualidade Ambiental traduz-se na aplicação de um conjunto de normas e padrões destinados a garantir a articulação entre a actividade produtiva e a protecção do ambiente. No caso da indústria do turismo também existem diversos selos específicos de qualidade ambiental como, por exemplo, o "Green Globe Destination" ou, para as áreas protegidas, a integração na rede "PanParks - Protected Area Network". Seria interessante equacionar para os Açores a atribuição deste tipo de reconhecimento a outro tipo de espaços como, por exemplo, pequenas comunidades locais que demonstrem a existência de uma estratégia adequada à valorização da natureza.*

*Os procedimentos de certificação ambiental e a adopção de um Sistema de Gestão Ambiental permitem ao promotor turístico potenciar a sua imagem exterior e melhorar a sua competitividade face a destinos concorrenciais. O marketing decorrente da certificação ambiental resulta, não temos dúvida, num aumento do grau de qualidade da oferta e, aspecto muito importante, melhora o perfil qualitativo da procura turística."*

Ana Rodrigues

Universidade do Minho

## 3. Situação de Referência - analisando o presente

### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



#### Outras referências regionais

A Câmara de Comércio e Indústria dos Açores promoveu, em 2001, a elaboração do **Plano de Marketing Operacional para o Turismo na Região Autónoma dos Açores**, com o objectivo de definir acções que permitissem que o *stock* adicional de alojamento turístico na Região (que duplicaria até final de 2004) não desequilibrasse o mercado (nomeadamente ao nível das taxas de ocupação e preço médio de quarto praticado) e lançar as bases para o reforço da imagem dos Açores enquanto destino turístico. Por outro lado, a Direcção Regional do Turismo está a desenvolver o **Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores**, que visa estabelecer um processo de planeamento e gestão turística para os Açores.

#### Legislação relevante

- **DRR n.º 8/92/A (de 18.Fev), alterado pelo DRR n.º 15/95/A (de 18.Ago):** estabelece diversas acções e empreendimentos de interesse para o desenvolvimento turístico dos Açores;
- **DLR n.º 8/96/A (de 14.Jun), alterado pelo DLR n.º 6/2000/A (de 17.Abr):** cria o Sistema de Incentivos ao Turismo na Região Autónoma dos Açores (SITRAA);
- **DLR n.º 14/99/A (de 19.Abr):** adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 167/97 (de 4.Jul), que estabelece o novo regime jurídico da instalação e funcionamento dos empreendimentos turísticos
- **DLR n.º 9/99/A (de 22.Mar), alterado pelo DLR n.º 10/2003/A (de 22.Mar):** disciplina as actividades de observação de cetáceos nos Açores;
- **DLR n.º 16/2004/A (de 10.Abr):** estabelece o regime jurídico dos percursos pedestres classificados da Região Autónoma dos Açores.



#### Projecto SIET-MAC

##### Sistema de Indicadores Estatísticos de Turismo da Macaronésia

O **Projecto SIET-MAC**, desenvolvido no âmbito do Programa de Iniciativa Comunitária INTERREG III B, tem como parceiros o Instituto Canario de Estadística (ISTAC), o Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA) e a Direcção Regional de Estatística da Madeira (DREM), prevendo-se a sua conclusão até Junho de 2006. O principal objectivo deste projecto é o desenvolvimento de um Sistema de Indicadores Estatísticos de Turismo, através do qual se possa medir e acompanhar a evolução da sustentabilidade do turismo em cada uma das regiões macaronésicas. Para além disso, pode constituir um valioso instrumento de planeamento e gestão das actividades turísticas, quer a nível macro, quer a nível empresarial.

O Sistema de Indicadores criado no âmbito deste projecto, único para as três regiões, comparável e adaptado às especificidades de cada uma delas, é composto por 35 indicadores de sustentabilidade do Turismo que abarcam diversas vertentes: de Actividade Turística, propriamente dita; Ambiental; Económica; Socio-cultural e Institucional.



#### Análise dos Açores como destino turístico (2001)

##### pontos fortes:

- destino não massificado
- possibilidade de pleno contacto com a natureza
- clima ameno para os mercados do norte da Europa e dos Estados Unidos da América
- atractividade do conceito de arquipélago
- imagem de qualidade ambiental
- actividades específicas e inovadoras (ex: observação de cetáceos)

##### pontos fracos:

- ligações aéreas (para o arquipélago e inter-ilhas)
- oferta hoteleira reduzida e pouco diversificada
- falta de projectos de animação
- imagem de clima adverso
- insuficiência de recursos humanos especializados no sector
- restauração limitada e com horário pouco flexível

##### oportunidades:

- possibilidade de desenvolvimento turístico de raiz
- potenciar a História/Cultura regional (ainda muito preservada)
- potencial para turismo de natureza
- liberalização do transporte aéreo Nacional e Regional
- o aumento da capacidade hoteleira permitirá um posicionamento competitivo para novos produtos turísticos

##### ameaças:

- insuficiência de mão-de-obra (para construção e operação)
- ausência de serviços complementares para acompanhar o desenvolvimento hoteleiro
- possibilidade de dependência de operadores turísticos internacionais
- descoordenação das acções promocionais
- inexistência de uma cultura/tradição de recepção de turistas

(adaptado do Plano de Marketing Operacional para o Turismo na Região Autónoma dos Açores).



### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



#### Contributos das iniciativas de participação pública dos Estudos de Base

##### Energia

##### a) Preocupação referida pelos participantes:

- Dependência energética

##### a.1) Causa identificada pelos participantes:

- Consumo energético excessivamente centrado em fontes de energia não renováveis, como os combustíveis fósseis

##### a.1.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Aposta forte nas energias renováveis (construção de infra-estruturas, incentivos à aquisição de painéis solares para uso doméstico, investimento na investigação e desenvolvimento tecnológico)

##### b) Preocupação referida pelos participantes:

- Ineficiência da distribuição de energia

##### b.1) Causa identificada pelos participantes:

- Falta de investimento na rede de abastecimento, principalmente nos locais mais periféricos e, consequentemente, menos rentáveis

##### b.1.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Melhoria da qualidade da rede de distribuição



#### Consumo de energia eléctrica *per capita*

Apesar do consumo de energia eléctrica *per capita* nos Açores ser ainda bastante inferior ao verificado em Portugal Continental e noutras regiões, verifica-se um claro crescimento dos consumos *per capita* na última década do século XX (contemplando os consumos domésticos, comerciais, de serviços públicos, industriais e de iluminação pública). Este aumento mais do que duplicou os valores deste indicador entre 1990 e 2003, com uma taxa de crescimento muito superior aos 34% de aumento verificados em Portugal Continental (entre 1990 e 1998).

A nível regional, Santa Maria e Faial são as ilhas cujos consumos de energia eléctrica *per capita* apresentam valores mais significativos, embora em termos absolutos São Miguel assuma cerca de metade e a Terceira cerca de um quarto dos consumos totais do arquipélago. A importância relativa dos diferentes sectores de actividade no consumo de energia eléctrica difere de ilha para ilha, mas pode afirmar-se que, em média, os consumos domésticos são os mais significativos, seguidos dos comerciais e dos industriais.



#### Energia

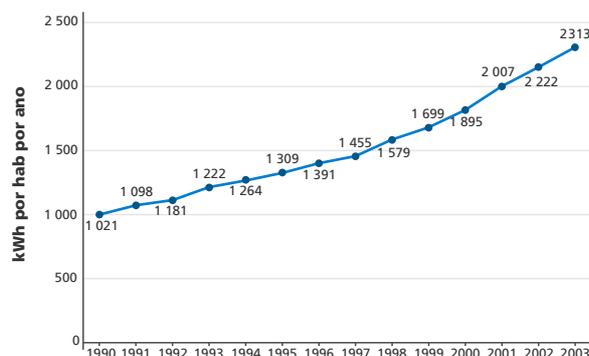


Figura 3.51

Evolução temporal do consumo de energia eléctrica *per capita* [1990-2003]

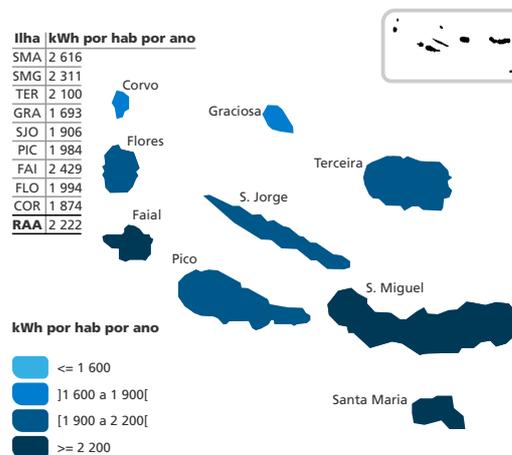


Figura 3.52

Distribuição espacial do consumo de energia eléctrica *per capita* [2002]

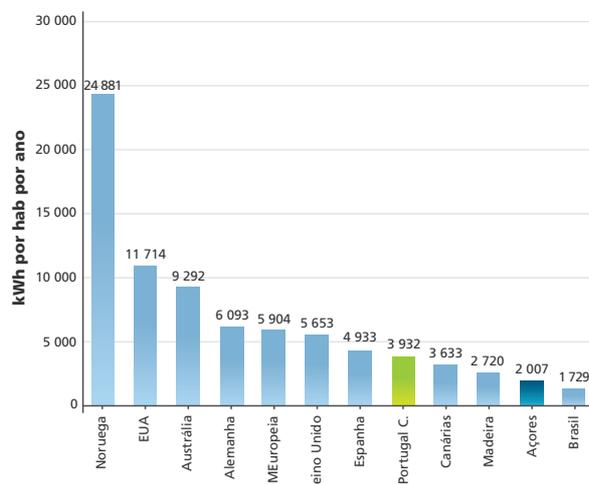


Figura 3.53

Consumo de energia eléctrica *per capita* em várias regiões/países [2001]

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



#### Produção de energia eléctrica proveniente de FER

O crescimento exponencial dos consumos de energia eléctrica na Região parece ser acompanhado por uma tendência de alteração nas fontes de produção da mesma. De facto, se em 1990 cerca de 93% da energia produzida era proveniente de centrais termoeléctricas (fuel e gásóleo), em 2001 a contribuição deste tipo de fontes baseadas em combustíveis fósseis cifrava-se em cerca de 79%, sendo os restantes 21% assegurados por fontes de energia renováveis (geotérmica, hídrica e eólica), o que representa um aumento de cerca de 15% na importância destas últimas. Refira-se que a Directiva nº 2001/77/CE (de 27.Set) estabelece como meta indicativa para Portugal que 39% da produção de energia eléctrica seja efectuada a partir de FER em 2010.

Analisando a contribuição das diferentes FER utilizadas nos Açores, verifica-se que o aumento da produção tem sido conseguido com base no aproveitamento dos recursos geotérmicos da Região, passando o contributo deste tipo de energia de cerca de 20% (em 1990) para cerca de 75% (em 2002) da produção total proveniente de FER. Em termos absolutos, o recurso a energia hídrica também tem aumentado nos Açores (embora a uma taxa muito inferior à energia geotérmica), enquanto que a produção a partir de energia eólica parece manter uma tendência relativamente constante. Em qualquer caso, a utilização de FER requer uma cuidada integração em redes isoladas (como no caso das ilhas).



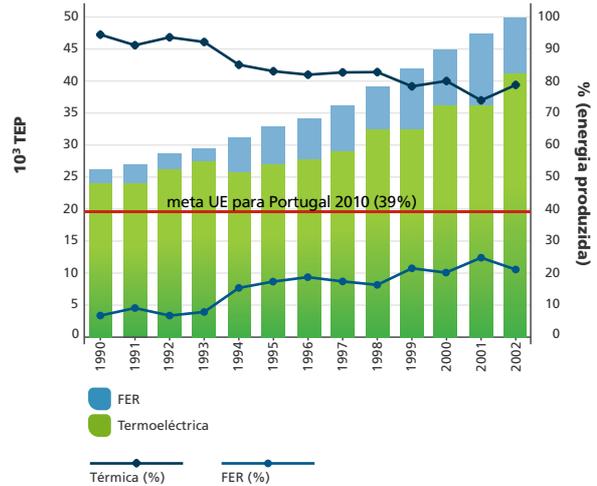
#### Intensidade energética

A intensidade energética é um importante indicador de progresso na avaliação do crescimento socioeconómico. De facto, o processo de dissociação entre a qualidade de vida ou o volume de riqueza gerado e a quantidade de energia consumida é um dos principais objectivos das políticas de desenvolvimento sustentável.

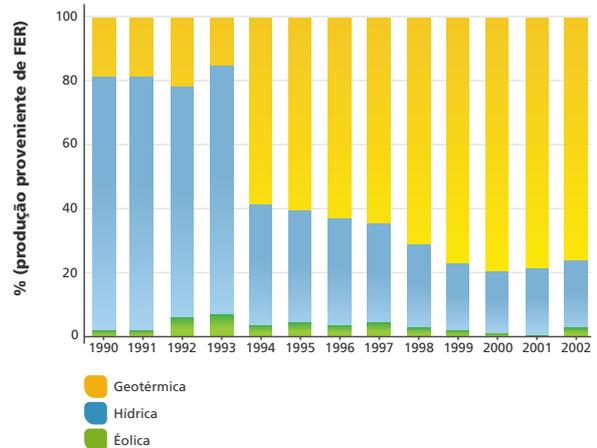
Os dados disponíveis permitem observar que a intensidade energética associada à evolução demográfica tem aumentado de forma significativa na Região (mais do que duplicou entre 1991 e 2002), o que contraria a tendência dos referidos objectivos (embora os Açores apresentem ainda valores relativamente baixos deste indicador, quando comparados com os de outras regiões e países). No entanto, a situação parece ser mais favorável quando analisada sob o ponto de vista da intensidade energética associada ao crescimento económico, que apresenta uma tendência decrescente ao longo dos últimos anos (menos cerca de 20% entre 1991 e 2001).



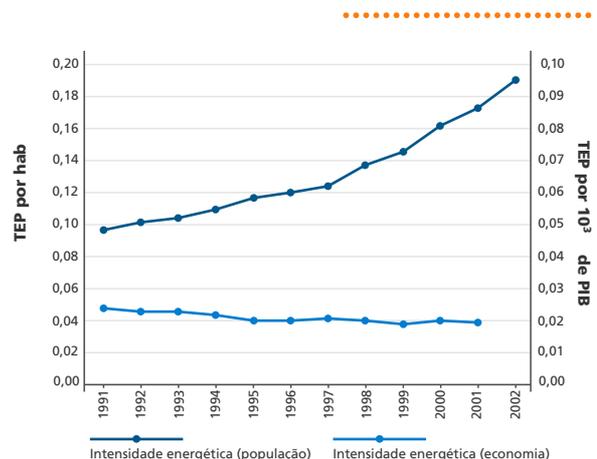
**FER** é a sigla normalmente utilizada para designar as **Fontes de Energia Renováveis**, que são tidas como ilimitadas, uma vez que se considera que a sua utilização no presente não implica a diminuição da sua disponibilidade no futuro. As fontes de energia que geralmente se enquadram nesta definição são o vento (*energia eólica*), a água (*energia hídrica*), o sol (*energia solar*), os resíduos e produtos animais ou vegetais (*energia da biomassa*), as marés, o diferencial térmico da água do mar, as correntes marítimas e as ondas (*energia dos oceanos*), o potencial térmico no interior do planeta (*energia geotérmica*) e a ionização do átomo de hidrogénio (*energia do hidrogénio*).



**Figura 3.54**  
Produção de energia eléctrica proveniente de FER [1990-2002]



**Figura 3.55**  
Produção de energia eléctrica proveniente de FER, por tipo de fonte [1990-2002]



**Figura 3.56**  
Evolução temporal da intensidade energética [1990-2002]

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



##### Outras referências regionais

A **Agência Regional da Energia da Região Autónoma dos Açores (ARENA)**, cujas actividades foram iniciadas em 2001, tem apresentado candidaturas a diversos programas de âmbito comunitário, como por exemplo a "Integração de Energias Novas e Renováveis, Electricidade e Água em Regiões Ultra Periféricas Europeias" ou o "Desenvolvimento de uma ferramenta de formação e suporte de decisão para as entidades governamentais, para a promoção de sistemas de aproveitamento de energias renováveis em ilhas, com especial ênfase para a utilização sustentada da biomassa".

##### Legislação relevante

- **DLR n.º 15/96/A (de 1.Ago):** estabelece os princípios da organização do sector eléctrico e do regime jurídico da produção, transporte e distribuição de energia eléctrica na Região Autónoma dos Açores;
- **DLR n.º 26/96/A (de 24.Set):** estabelece o regime jurídico da produção de energia eléctrica não vinculada ao serviço público;
- **DRR n.º 26/2000/A (de 12.Set):** aprova as bases de concessão do transporte e distribuição de energia eléctrica.



##### As energias renováveis nos Açores: uma aposta no futuro

"Numa altura em que cada vez são maiores os atentados à Natureza é talvez tempo de pensar no mundo que queremos deixar como herança aos nossos filhos e netos. (...) Um dos motivos que tem preocupado os ambientalistas é o facto de os combustíveis fósseis utilizados para a produção de energia serem não só esgotáveis como também poluentes. Devido a isso têm surgido como alternativa as energias renováveis. A nível regional tem-se verificado uma aceitação destes novos tipos de energia em parte devido aos bons resultados da aposta neste campo. De acordo com os dados obtidos junto da empresa de Electricidade dos Açores (EDA) foi possível perceber que o nosso arquipélago tem potencialidades no que respeita à implementação das energias renováveis. De facto, existem já parques eólicos nas ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Faial e Flores que no ano de 2003 produziram um número considerável de energia. A energia geotérmica é outra das apostas mais recentes, tendo-se feito investimentos na Ribeira Grande (São Miguel), que tem sido bem sucedida a avaliar pela energia total produzida. No entanto, são as centrais hidroeléctricas as mais numerosas nos Açores já que existem 12 distribuídas por algumas ilhas: São Miguel (7), Terceira (3), Faial (1) e Graciosa (1). O recurso aos elementos da Natureza para a captação de energia vai substituindo, ainda que morosamente, a utilização dos motores a gasóleo na produção de electricidade, o que beneficia não só os Açores a nível económico como também o ambiente e as gerações vindouras."

Ângela Silva

Ensino Secundário

Concurso Escolar "Açores 2030"

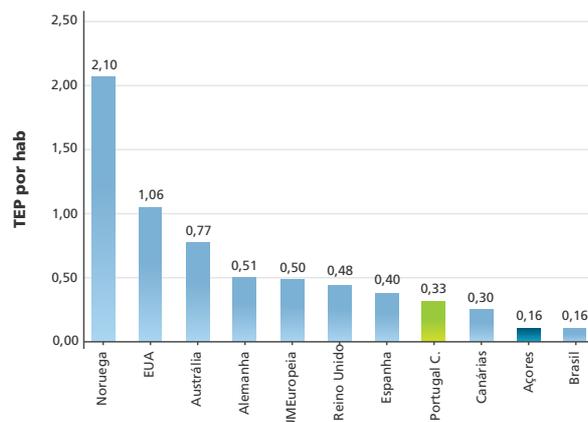


Figura 3.57

Intensidade energética em várias regiões/países [2000]



### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



#### Contributos das iniciativas de participação pública dos Estudos de Base

##### Indústria

##### a) Preocupação referida pelos participantes:

- Falta de competitividade do sector industrial

##### a.1) Causa identificada pelos participantes:

- Falta de viabilidade económica
- Mercado interno de pequena dimensão
- Custo do transporte para outros mercados

##### a.1.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Incentivos seleccionados a certos tipos de actividade industrial, tendo em conta a ilha em que se inserem, através de financiamentos e benefícios fiscais
- Aposta na actualização tecnológica
- Aposta na certificação de qualidade, mediante adopção de normas de certificação de produtos e processos produtivos
- Estabelecimento de parcerias

##### a.2) Causa identificada pelos participantes:

- Falta de investimento

##### a.2.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Incentivos à criação de empresas na área das novas tecnologias
- Fomento do potencial de atracção de investimento externo

##### a.3) Causa identificada pelos participantes:

- Ausência de formação adequada
- Ausência de investigação

##### a.3.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Aposta no ensino especializado e na formação profissional, a diversos níveis (empresários, gestores, chefias intermédias, operários, ...)

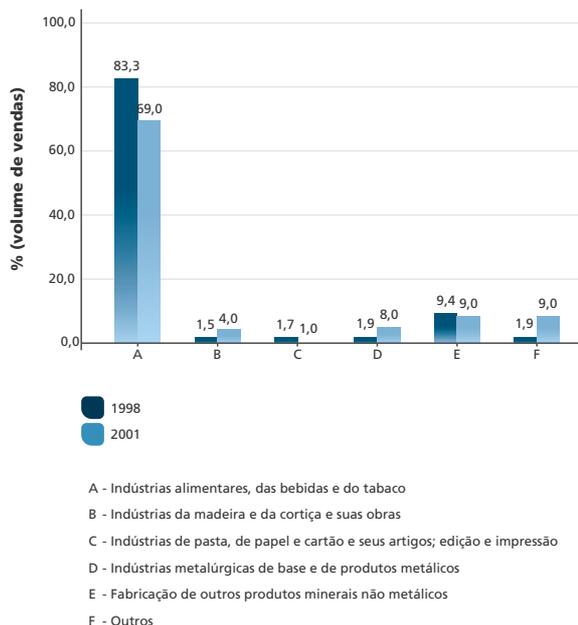


#### Produção industrial

A produção industrial dos Açores representou uma facturação de 550 milhões de euros em 2001 (cerca de 1% da produção industrial nacional), sendo que 67% dessa produção foi direccionada para o mercado regional, 30% para o restante mercado nacional, 2% para países da União Europeia e 1% para outros países. O sector industrial açoriano evidencia uma estrutura marcada por uma forte concentração sectorial, com as indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco a representarem cerca de 70% do volume de vendas a nível regional em 2001, envolvendo o processamento de produtos relacionados com o sector primário (leite, beterraba, chá e outros produtos de origem animal). No entanto, os poucos dados disponíveis parecem indicar uma tendência de diversificação entre 1998 e 2001, com a evolução positiva de alguns sectores de actividade (indústria da madeira e metalomecânica, por exemplo).

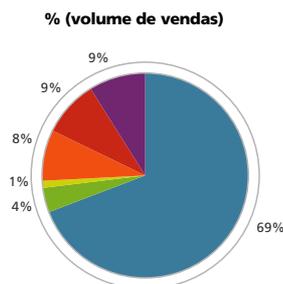


#### Indústria



- A - Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco
- B - Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras
- C - Indústrias de pasta, de papel e cartão e seus artigos; edição e impressão
- D - Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos
- E - Fabricação de outros produtos minerais não metálicos
- F - Outros

**Figura 3.58**  
Evolução sectorial da produção industrial [1998 e 2001]



- Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco
- Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras
- Indústrias de pasta, de papel e cartão e seus artigos; edição e impressão
- Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos
- Fabricação de outros produtos minerais não metálicos
- Outros

**Figura 3.59**  
Produção industrial [2001]



### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



##### Outras referências regionais

A promoção do desenvolvimento industrial na Região tem levado à definição de medidas de preservação do património industrial regional, bem como à criação de denominações de origem protegida (em sectores como a indústria do chá e do queijo, por exemplo).

##### Legislação relevante

- **DLR n.º 14/88/A (de 6.Abr):** estabelece os princípios gerais para o exercício de actividades industriais na Região Autónoma dos Açores;
- **DRR n.º 40/92/A (de 7.Out):** aprova o Regulamento da Autorização de Instalação e Laboração dos Estabelecimentos Industriais.



##### Aproveitamento sustentável de recursos endógenos na actividade industrial açoriana

*"O aproveitamento de recursos endógenos, devido a uma série de peculiares mecanismos sempre característicos de sistemas isolados, assume no arquipélago dos Açores um alvo sobre o qual devem recair especiais atenções, quando se pretende elaborar um Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável.*

*No que concerne a explorações de massas minerais, a Região encontra-se numa fase embrionária do que, um dia, poderá ser uma realidade: a integração do aproveitamento dos recursos com valores socioeconómicos e ambientais.*

*Considerando um arquipélago onde existem nove distintos cenários de sustentabilidade, a exploração destes recursos assume-se como um dos vectores principais a serem avaliados num estudo como o que se pretende desenvolver. Os inertes assumem-se fundamentais na produção de materiais industriais necessários à construção de vias de comunicação, edifícios e às grandes obras de engenharia, cada vez mais presentes nos Açores.*

*Durante grande parte do século passado, numa perspectiva de exploração/produção, este sector foi um exemplo de aparente aproveitamento sustentado: explorava-se o que era necessário à produção de cada ilha, sendo os recursos geológicos entendidos como intrínsecos à necessidade humana. A importação de materiais resumia-se aos essenciais, que eram impossíveis de produzir face ao tipo de recursos presentes ou os que a indústria local não permitia produzir, e aos ornamentais, pela sua beleza, excentricidade e propriedades tecnológicas, por vezes não características dos materiais vulcânicos locais.*

*Com a entrada no último quarto do século XX, a consciencialização social que contraria o entendimento, até então vigente, da inesgotabilidade de recursos e os problemas ambientais face ao desenvolvimento urbano, levaram a tomadas de posição governamentais que acabariam por nos deixar hoje a recordação da década de 80 como a década do ambiente, na qual se estabeleceram regulamentações legislativas no sentido do melhor aproveitamento e preservação simultânea do nosso planeta.*

*Após duas décadas, leis referentes ao aproveitamento de recursos endógenos já foram revistas e resistem a penetrar efectivamente na indústria extractiva.*

*São várias as pequenas explorações ilegais da Região; são muitas as que, apesar de legalizadas, não fazem cumprir as regulamentações legislativas relativas a valores ambientais, aproveitamento dos recursos e à segurança e saúde dos seres afectos aos seus trabalhos, e são demasiadas as agressões paisagísticas dos tons castanhos/lavermelhados na bela gama de verdes tão característica dos Açores, causadas por escavações antigas, muitas das quais da época em que se entendia a exploração de inertes como um aproveitamento sustentado.*

*Numa altura em que urgem trabalhos no âmbito do aproveitamento sustentável dos recursos endógenos na Região, com prioridade para a maximização do aproveitamento dos recursos, privilegiando o ordenamento territorial e a minimização dos impactes ambientais, tornam-se fundamentais os compromissos legais assumidos pelos actuais exploradores, bem como o desenvolvimento de um plano que privilegie a recuperação ambiental e paisagística de antigas áreas de exploração degradadas."*

Sérgio Caetano (Geólogo)

Agência Regional da Energia da Região Autónoma dos Açores

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



#### Contributos das iniciativas de participação pública dos Estudos de Base

##### Transportes

##### a) Preocupação referida pelos participantes:

- Má acessibilidade inter-ilhas

##### a.1) Causa identificada pelos participantes:

- Carências a nível de transportes aéreos (tarifas muito elevadas, frequência de voos desajustada)

##### a.1.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Abertura do mercado a outros operadores

##### a.2) Causa identificada pelos participantes:

- Carências a nível de transportes marítimos (sujeitos a sazonalidade, debilidade das infra-estruturas portuárias, tarifas elevadas e deficiente qualidade dos serviços prestados)

##### a.2.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Mobilização de investidores privados, através de incentivos à criação de empresas neste sector

##### b) Preocupação referida pelos participantes:

- Más acessibilidades rodoviárias

##### b.1) Causa identificada pelos participantes:

- Má rede viária

##### b.1.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Não foram propostas medidas para a prevenção ou resolução desta causa

##### b.2) Causa identificada pelos participantes:

- Carências ao nível dos serviços de transportes colectivos

##### b.2.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Mobilização de investidores privados, através de incentivos à criação de empresas neste sector
- Promoção do uso de transportes colectivos através de limitações à circulação automóvel

##### c) Preocupação referida pelos participantes:

- Mobilidade das famílias com baixos rendimentos

##### c.1) Causa identificada pelos participantes:

Não foram identificadas causas específicas para a preocupação apresentada

##### c.1.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Adopção de um regime de descontos nas tarifas dos transportes (sobretudo nas ligações aéreas)



#### Transportes

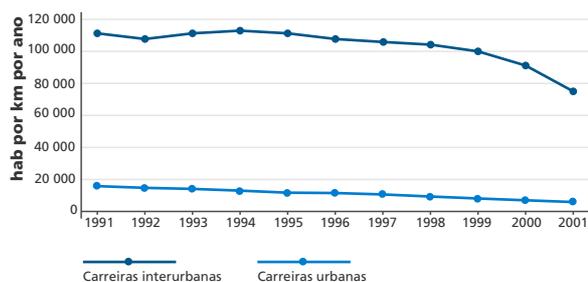


Figura 3.60

Evolução temporal da utilização de transportes públicos [1991-2001]



#### Utilização de transportes públicos

Os dados disponíveis indiciam que a utilização de transportes públicos tem sofrido um decréscimo contínuo desde 1991, tanto ao nível das carreiras interurbanas como das urbanas (sendo mais acentuado no caso das primeiras). Refira-se que este decréscimo coincide com uma evolução muito significativa da venda de automóveis entre 1996 e 2001 (praticamente duplicou), permitindo antever uma relação entre estes dois factores.

As ilhas com maior número de circuitos de transportes públicos realizados em 2002 foram São Miguel e Terceira (com 43 e 18 respectivamente), sendo de referir que a ilha do Corvo não possui transportes públicos. Relativamente ao número de carreiras existentes (ou seja, à soma do número de vezes que os circuitos se realizam por dia), a tendência é naturalmente semelhante, com os habitantes de São Miguel a disporem de 816 carreiras em dias úteis e 358 carreiras em dias não úteis; neste contexto, refira-se que na ilha das Flores não se realizam carreiras em dias não úteis.



Em termos de transporte de passageiros e de mercadorias inter-ilhas e para o exterior, pode referir-se que a via aérea é claramente a opção mais frequente, com cerca de 1 600 000 passageiros (em oposição aos cerca de 430 000 por via marítima) e cerca de 12 700 000 toneladas de mercadorias transportadas (contrastando com as cerca de 2 500 000 por via marítima), em 2001.

Refira-se ainda que cerca de 50% dos passageiros transportados por via aérea dizem respeito a voos inter-ilhas, cerca de 40% a voos territoriais (para o continente e para a Região Autónoma da Madeira) e os restantes 10% a voos internacionais.

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



##### Taxa de motorização

Os dados disponíveis permitem verificar que o número de veículos por habitante tem apresentado uma tendência claramente crescente ao longo dos últimos anos, embora continue a situar-se em valores de aproximadamente metade dos verificados no território continental. Esta tendência pode indicar, por um lado, um aumento do poder de compra dos açorianos mas, por outro, pode traduzir carências ao nível da oferta de alternativas e opções de mobilidade, elemento de base para a definição de políticas de sustentabilidade para o sector dos transportes.



##### Outras referências regionais

Todos os anos, no dia 22 de Setembro, as cidades e vilas europeias têm oportunidade de aderir ao **Dia Europeu Sem Carros** e, entre 16 e 22 de Setembro, à **Semana Europeia da Mobilidade** (que pretende ampliar o alcance da primeira iniciativa). Estas campanhas têm como objectivo promover a adopção de soluções de transporte alternativas e contribuir assim para a sustentabilidade dos sistemas de transporte e mobilidade urbanos.

Em termos regionais, o Dia Europeu Sem Carros tem contado com a adesão dos municípios de Ponta Delgada (em 2001 e 2002), Povoação (em 2001), Angra do Heroísmo (2001, 2002 e 2003), Praia da Vitória (2001, 2002 e 2003) e Horta (em 2002 e 2003). No que diz respeito à Semana Europeia da Mobilidade, os municípios da ilha Terceira (Angra do Heroísmo e Praia da Vitória) aderiram a esta iniciativa no ano de 2003.

##### Legislação relevante

- **DLR n.º 17/94/A (de 18.Mai), alterado pelo DLR n.º 19/98/A (de 28.Nov):** estabelece a classificação da rede dos portos da Região Autónoma dos Açores;
- **DLR n.º 26/94/A (de 30.Nov):** define o quadro jurídico disciplinador do desenvolvimento e da gestão das vias públicas de comunicação terrestre na Região Autónoma dos Açores;
- **DLR n.º 17/2002/A (de 15.Mai):** adapta à Região o Decreto-Lei n.º 3/2001 (de 10.Jan), que unifica o quadro legal dos transportes rodoviários em veículos pesados de passageiros;
- **DLR n.º 18/2003/A (de 9.Abr):** aprova o novo Estatuto das Vias de Comunicação Terrestre na Região Autónoma dos Açores
- **RALR n.º 10/2004/A (de 23.Jun):** recomenda ao Governo da República e através deste às instâncias comunitárias a máxima celeridade na aprovação do novo modelo de transporte aéreo entre os Açores e o continente e entre as duas Regiões Autónomas.

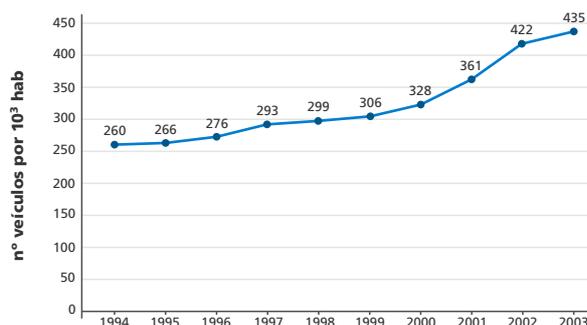


Figura 3.61

Evolução temporal da taxa de motorização [1994-2003]

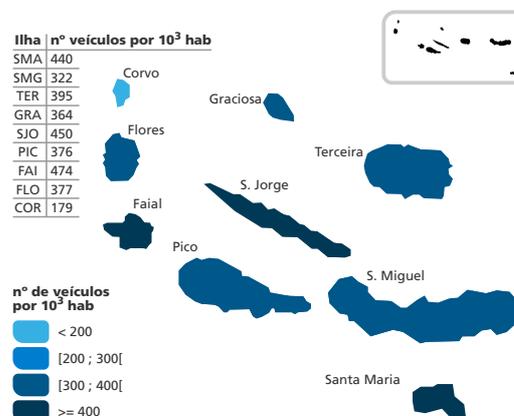


Figura 3.62

Distribuição espacial da taxa de motorização [2001]



### 3. Situação de Referência - analisando o presente

### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico

#### Dimensão Social

#### População



#### Contributos das iniciativas de participação pública dos Estudos de Base

##### a) Preocupação referida pelos participantes:

- Envelhecimento da população

##### a.1) Causa identificada pelos participantes:

- Taxa de natalidade reduzida

##### a.1.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Criação de condições favoráveis para a fixação das gerações mais novas na Região

##### a.2) Causa identificada pelos participantes:

- Emigração (para o Continente e para o estrangeiro)

##### a.2.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Criação de condições favoráveis para a fixação das gerações mais novas na Região  
- Estímulos à atracção de cidadãos provenientes de Portugal Continental e do estrangeiro

##### b) Preocupação referida pelos participantes:

- Emigração

##### b.1) Causa identificada pelos participantes:

Não foram identificadas causas específicas para a preocupação apresentada

##### b.1.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Incentivos à fixação da população local  
- Promoção do regresso aos Açores dos emigrantes, de forma a atrair *know-how* e capacidade de investimento à região

##### c) Preocupação referida pelos participantes:

- Imigração

##### c.1) Causa identificada pelos participantes:

Não foram identificadas causas específicas para a preocupação apresentada

##### c.1.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Planeamento da entrada de novos imigrantes  
- Adopção de políticas de inserção dos imigrantes no mercado de trabalho

##### d) Preocupação referida pelos participantes:

- Situações de exclusão e insegurança relacionados com os cidadãos repatriados (principalmente dos Estados Unidos da América e Canadá)

##### d.1) Causa identificada pelos participantes:

Não foram identificadas causas específicas para a preocupação apresentada

##### d.1.1) Medidas propostas pelos participantes:

Não foram propostas medidas para a resolução desta preocupação

##### e) Preocupação referida pelos participantes:

- Desemprego

##### e.1) Causa identificada pelos participantes:

Não foram identificadas causas específicas para a preocupação apresentada

##### e.1.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Formação profissional



#### Estrutura Demográfica

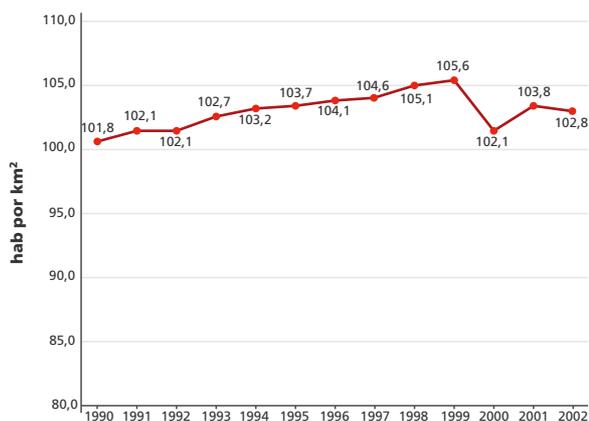


Figura 3.63

Evolução temporal da densidade populacional [1990-2002]

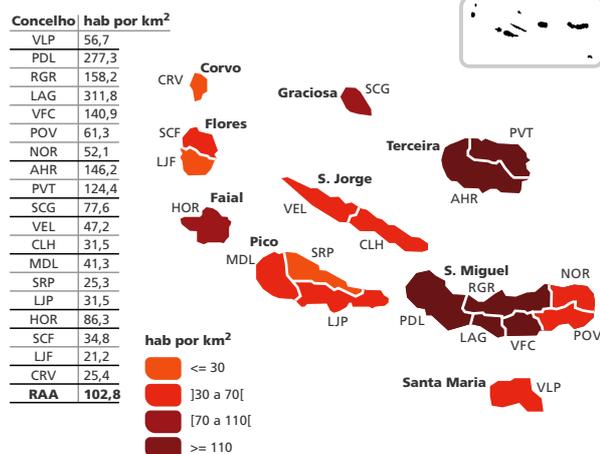


Figura 3.64

Distribuição espacial da densidade populacional [2002]

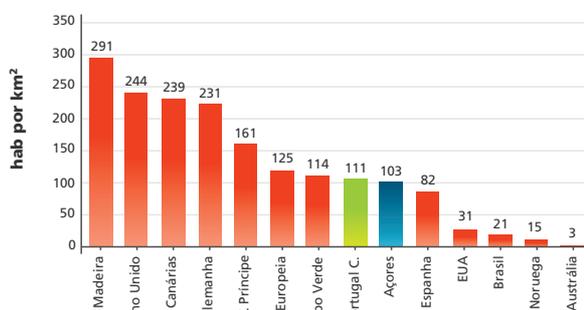


Figura 3.65

Densidade populacional em várias regiões/países [2002]

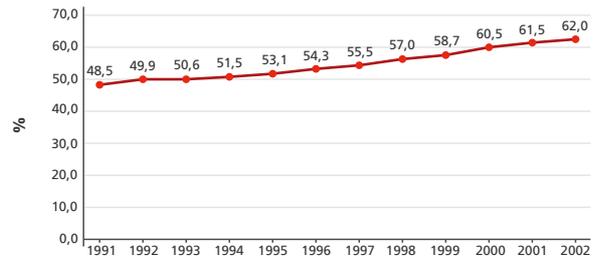
### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



#### Densidade populacional

A densidade populacional na Região Autónoma dos Açores apresenta uma evolução relativamente constante desde a última década do século XX, cifrando-se em cerca de 103 habitantes por km<sup>2</sup> em 2002. Este valor é inferior ao verificado em Portugal Continental e cerca de um terço da densidade populacional observada na Madeira e nas Canárias. Em termos regionais, os concelhos das ilhas de São Miguel (com excepção de Povoação e Nordeste) e da Terceira são aqueles onde a densidade populacional é mais significativa, com valores claramente superiores à média do território nacional.

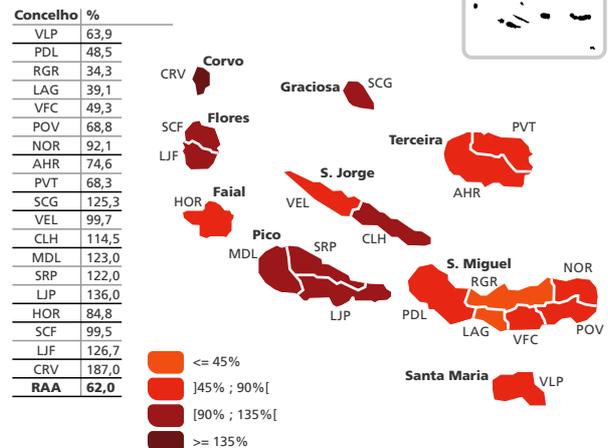


**Figura 3.66**  
Evolução temporal de taxa de envelhecimento [1991-2002]



**Taxa de envelhecimento** é a relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (habitualmente expressa em percentagem de pessoas com 0-14 anos).

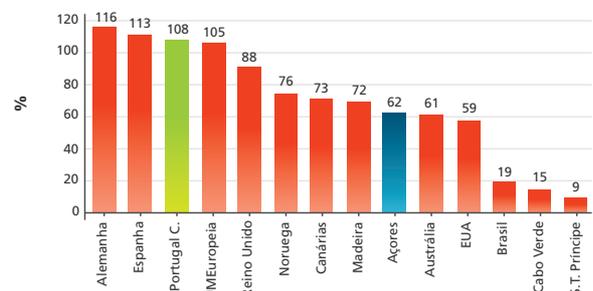
**Taxa de dependência** é a relação entre a população jovem e idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (habitualmente expressa em percentagem das pessoas com 15-64 anos).



**Figura 3.67**  
Distribuição espacial da taxa de envelhecimento [2002]



**Ana Pereira**  
5º Ano de Escolaridade  
Concurso Escolar "Açores 2030"



**Figura 3.68**  
Taxa de envelhecimento em várias regiões/países [2002]

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



##### Taxa de envelhecimento

O envelhecimento da população açoriana é um fenómeno cujo significado tem vindo a aumentar ao longo da última década (cerca de 28% entre 1991 e 2002), acompanhando uma tendência característica das sociedades dos designados "países desenvolvidos". No entanto, a realidade açoriana continua a apresentar valores muito inferiores aos verificados na maioria desses países, sendo também inferior ao observado nas restantes regiões do território português. No contexto açoriano, o envelhecimento é mais significativo nas populações das ilhas do Corvo, Pico, Graciosa e Flores, por ordem de relevância.



##### Taxa de dependência

A taxa de dependência da população açoriana apresenta uma tendência claramente decrescente ao longo da última década (diminuiu cerca de 20% entre 1991 e 2002), convergindo dessa forma para valores semelhantes aos verificados no resto do território português, aspecto bastante relevante tendo em conta que em 1991 a taxa de dependência nos Açores era cerca de 25% superior à média nacional. Deste modo, pode afirmar-se que este indicador situa-se actualmente na média das regiões e países analisados, com excepção dos países africanos (que apresentam taxas de dependência bastante superiores). A variação deste indicador a nível regional não é muito significativa, embora possam referir-se a título indicativo os concelhos do Corvo e de Santa Cruz da Graciosa como aqueles que apresentam as taxas de dependência mais reduzida e mais elevada da Região, respectivamente.

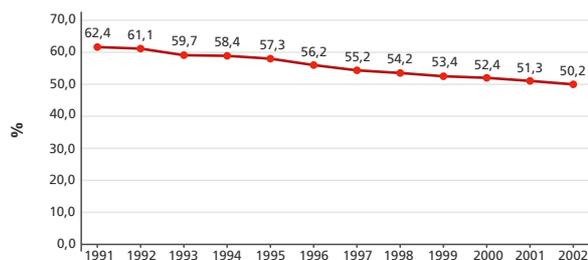


Figura 3.69  
Evolução temporal de taxa de dependência [1991-2002]

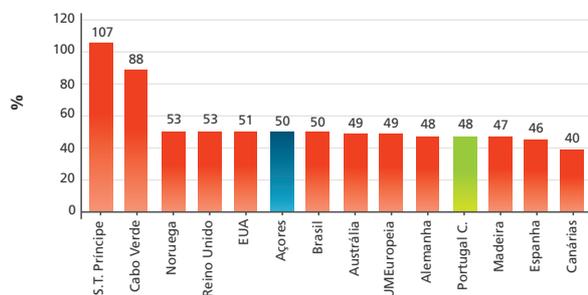


Figura 3.70  
Taxa de dependência em várias regiões/países [2002]



**Acréscimo populacional** é a diferença entre os efectivos populacionais em dois momentos do tempo, podendo ser calculado pela adição do saldo natural e do saldo migratório.

**Saldo natural** é a diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos, num dado período de tempo.

**Saldo migratório** é a diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo.

**Taxa de crescimento natural** é o saldo natural observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 ou 1 000 habitantes).

**Taxa de crescimento migratório** é o saldo migratório observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 ou 1 000 habitantes).

**Taxa de crescimento efectivo** é o acréscimo populacional observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 ou 1 000 habitantes).



##### Dinâmica Populacional

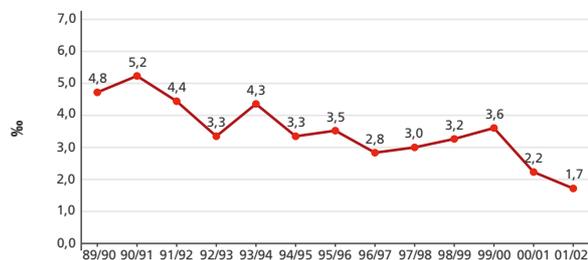


Figura 3.71  
Evolução temporal da taxa de crescimento populacional (taxa de crescimento natural) [1989/1990-2001/2002]

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico

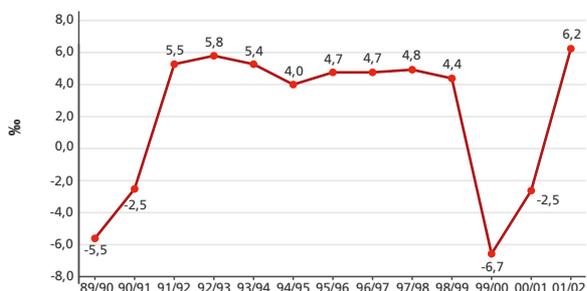


#### Taxa de crescimento populacional

A taxa de crescimento natural nos Açores apresenta uma tendência decrescente na última década, com uma diminuição de cerca de 3 ‰, não obstante os valores se manterem positivos. Esta tendência reflecte a diminuição de nascimentos e o envelhecimento da população. No que respeita à taxa de crescimento migratório, pode afirmar-se que cresceu significativamente entre 1990 e 2002 (14,8 ‰), registando valores cada vez mais positivos (com excepção dos anos de 2000 e 2001). Os emigrantes açorianos escolhem, preferencialmente, os Estados Unidos da América e o Canadá como destino, sendo que apenas 3% optam por outros países. Quanto aos imigrantes, são provenientes na maioria (57%) da América do Norte, seguindo-se a Europa (24%) e África (12%). É de salientar a maior influência do saldo migratório no acréscimo populacional do que do saldo natural, o que se traduz num comportamento semelhante da taxa de crescimento efectivo relativamente à taxa de crescimento migratório. Assim, a taxa de crescimento efectivo descreve uma subida de cerca de 12 ‰ entre 1990 e 2002, fixando-se em 6,2 ‰ neste último ano. Este valor positivo significa que a população do arquipélago está a aumentar ligeiramente, o que se deve, então, à predominância da imigração em relação à emigração. Em termos regionais, o aumento da população é potenciado principalmente pelos concelhos de Ponta Delgada e Lagoa (ilha de São Miguel) e o concelho do Corvo, os quais apresentam valores superiores a 6% de taxa de crescimento efectivo.

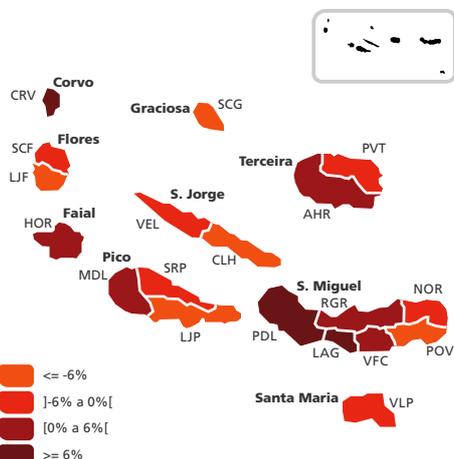


**Figura 3.72**  
Evolução temporal da taxa de crescimento populacional (taxa de crescimento migratório) [1989/1990 -2001/2002]



**Figura 3.73**  
Evolução temporal da taxa de crescimento populacional (taxa de crescimento efectivo) [1989/1990 -2001/2002]

Concelho	%
VLP	-5,8
PDL	6,2
RGR	4,8
LAG	9,5
VFC	0,9
POV	-8,2
NOR	-3,6
AHR	0,9
PVT	-0,9
SCG	-7,9
VEL	-1,8
CLH	-9,8
MDL	2,9
SRP	-1,3
LJP	-9,4
HOR	1,0
SCF	-5,1
LJF	-11,7
CRV	8,1
RAA	1,7



**Figura 3.74**  
Distribuição espacial da taxa de crescimento populacional (taxa de crescimento efectivo) [entre 1991 e 2001]

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



#### Taxa de desemprego

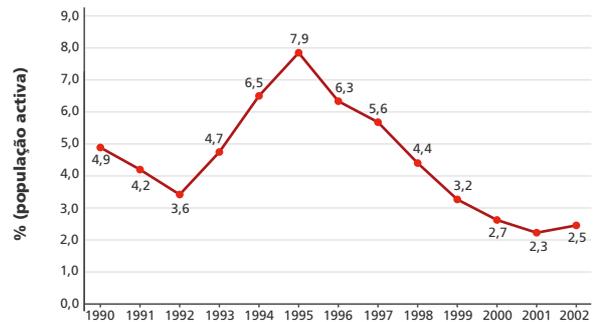
A taxa de desemprego apresentou uma tendência global decrescente entre 1990 e 2002, não obstante a subida bastante acentuada que se verificou no período compreendido entre 1992 e 1996 (4,3%). As referidas variações significativas poderão estar relacionadas com os ciclos económico-políticos nacionais. Em termos regionais, verificam-se maiores taxas de desemprego nas ilhas de menor dimensão geográfica (Santa Maria, Graciosa e Corvo). A ilha do Pico, pelo contrário, tem o valor mais baixo de taxa de desemprego (4,2%). Em termos municipais, os concelhos do Nordeste e Vila Franca do Campo (ilha de São Miguel) são os que apresentam valores mais elevados, chegando aos 11,3%. O concelho com menos desemprego é o da Madalena (apenas 2,3%). A média nacional entre 1995 e 2000 é superior à registada nos Açores (5,7% contra 5,0%), sendo esta das mais baixas das regiões/países analisados, apenas superior aos valores da Noruega (3,8%), Madeira (4%) e E.U.A. (4,8%).



**População activa** é o conjunto de indivíduos com idade mínima especificada que, no período de referência, constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).



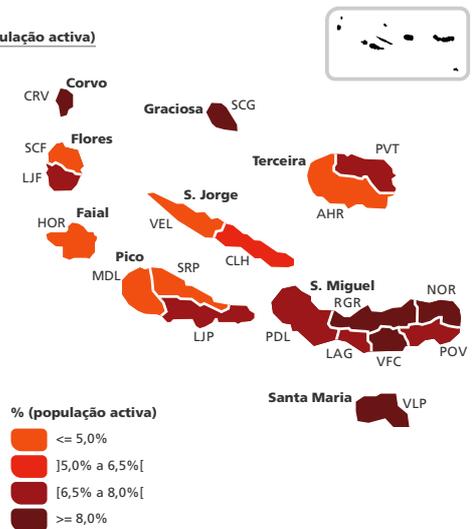
#### Emprego



**Figura 3.75**  
Evolução temporal da taxa de desemprego [1990-2002]

#### Concelho % (população activa)

VLP	8,4
<b>SMA</b>	<b>8,4</b>
PDL	6,7
RGR	8,4
LAG	7,6
VFC	11,3
POV	7,4
NOR	11,3
<b>SMG</b>	<b>7,7</b>
AHR	5,0
PVT	6,6
<b>TER</b>	<b>5,5</b>
SCG	8,2
<b>GRA</b>	<b>8,2</b>
VEL	4,8
CLH	6,1
<b>SJO</b>	<b>5,3</b>
MDL	2,3
SRP	2,9
LJP	7,7
<b>PIC</b>	<b>4,2</b>
HOR	4,6
<b>FAI</b>	<b>4,6</b>
SCF	4,8
LJF	6,8
<b>FLO</b>	<b>5,5</b>
CRV	8,0
<b>COR</b>	<b>8,0</b>



**Figura 3.76**  
Distribuição espacial da taxa de desemprego [2001]



### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



#### Emprego por sectores de actividade

A Região Autónoma dos Açores apresentou, entre 1991 e 2003, uma clara predominância do sector terciário em termos de emprego. Isto reflecte o facto da maioria da população açoriana estar empregada em actividades relacionadas com os serviços (principalmente públicos). O sector primário não só abrange a menor percentagem de população activa empregada, como demonstra uma descida desses mesmos valores em cerca de 9% no período analisado. Quanto ao sector secundário, apresentou uma crescimento ligeiro, fixando-se nos 28,2% em 2003.

Considerando a população empregada por tipo de profissão, em 2003, verifica-se que os Açores têm uma percentagem relevante de trabalhadores não qualificados (20%), número superado apenas pelos 23% de operários, artífices e trabalhadores similares. Assim, deve realçar-se a predominância das profissões menos qualificadas na Região Autónoma dos Açores, em oposição clara à baixa percentagem de quadros superiores e dirigentes (4%) e de especialistas das profissões intelectuais e científicas (também 4%).

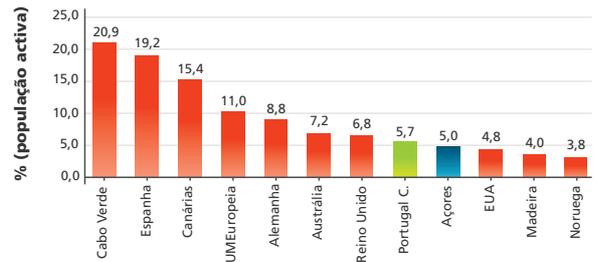


Figura 3.77

Taxa de desemprego em várias regiões/países [valor médio entre 1995 e 2000]



Figura 3.78

Evolução temporal do emprego por sectores de actividade [1991-2003]

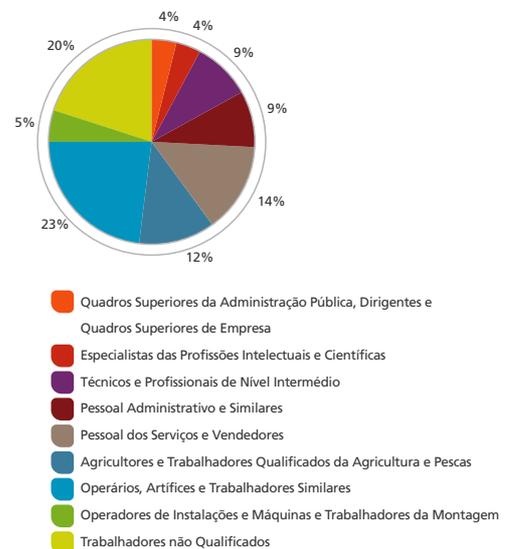


Figura 3.79

Emprego por sectores de actividade (por tipo de profissão) [2003]

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



#### Taxa de equidade salarial por género

A Região Autónoma dos Açores apresenta valores ainda distantes do valor correspondente à equidade total (100%) no que respeita ao salário auferido pelas mulheres em relação a homens que desempenham funções idênticas, sendo que, apesar de não existirem dados temporais mais alargados, é de notar uma ligeira tendência de agravamento entre 1999 e 2000 (potenciado pelos valores das ilhas de Santa Maria, São Miguel e Pico). A ilha de Santa Maria tem os valores mais baixos, sendo de salientar positivamente as taxas de 100% registadas nas ilhas da Terceira e Graciosa em 2000. Em termos municipais, Vila do Porto tem a taxa mais baixa (cerca de 57%). Comparativamente a outros regiões/países analisados, os Açores apresentam o valor mais elevado da taxa de equidade salarial por género (77%), bastante superior ao registado em Portugal Continental (53%).



**Taxa de equidade salarial por género** é a relação entre o salário médio auferido por um indivíduo do sexo feminino e o salário médio auferido por um indivíduo do sexo masculino, que desempenham funções equivalentes, num mesmo período de tempo.



#### Outras referências regionais

A entrada em vigor, em 1998, do **Plano Regional de Emprego (PRE)** teve como objectivo reduzir significativamente o número de desempregados no arquipélago dos Açores. Este Plano foi reformulado em Setembro de 2003, após consulta aos parceiros sociais, verificando-se que nesse período o número de desempregados inscritos nos Açores foi reduzido para cerca de metade, quando a nível nacional a tendência foi inversa.

#### Legislação relevante

- **DLR nº 18/97/A (de 4.Nov):** Cria a Comissão Consultiva Regional para a Defesa dos Direitos das Mulheres.
- **DRR nº 14/98/A (de 13.Mai):** Aprova a orgânica da Direcção Regional das Comunidades.
- **DRR nº 29/2000/A (de 13.Set):** Regulamenta os apoios a conceder pela administração regional autónoma ao funcionamento do mercado social de emprego na Região Autónoma dos Açores.
- **DRR nº 30/2002/A (de 22.Nov):** Cria o Conselho Consultivo Regional para os Assuntos
- **DLR nº 21/2003/A (de 6.Mai):** Cria o Fundo Regional do Emprego.
- **DLR nº 19/2004/A (de 1.Jun):** Cria a bolsa de emprego público da administração pública regional dos Açores (BEP-Açores).
- **DLR nº 28/2004/A (de 24.Ago):** Estabelece as normas a seguir pela administração regional autónoma em matéria de fomento da empregabilidade e qualificação dos trabalhadores e de promoção do emprego.



#### Equidade

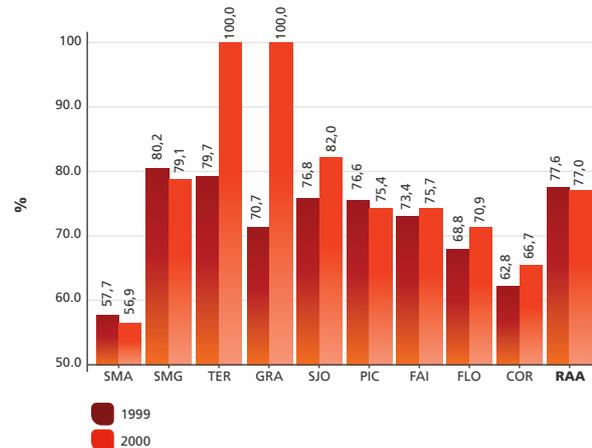


Figura 3.80

Taxa de equidade salarial por género, por ilha [1999 e 2000]

#### Concelho % (salário feminino)

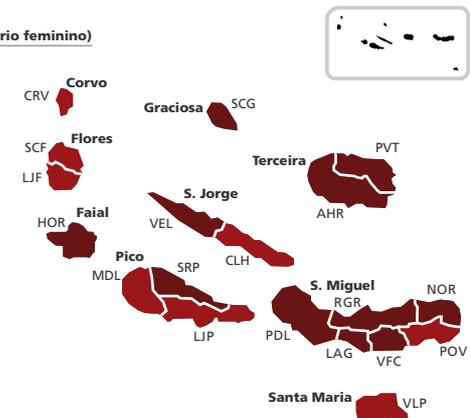
VLP	56,85
<b>SMA</b>	<b>56,85</b>
PDL	75,68
RGR	82,28
LAG	94,88
VFC	91,28
POV	70,26
NOR	94,99
<b>SMG</b>	<b>79,10</b>
AHR	100,0
PVT	100,0
<b>TER</b>	<b>100,0</b>
SCG	100,0
<b>GRA</b>	<b>100,0</b>
VEL	88,95
CLH	69,64
<b>SJO</b>	<b>81,97</b>
MDL	74,07
SRP	84,10
LJP	69,70
<b>PIC</b>	<b>75,38</b>
HOR	75,69
<b>FAI</b>	<b>75,69</b>
SCF	71,78
LJF	65,28
<b>FLO</b>	<b>70,87</b>
CRV	66,74
<b>COR</b>	<b>66,74</b>

#### % (salário feminino)

- ≤ 25%
- ]25% a 50%[
- [50% a 75%[
- ≥ 75%

Figura 3.81

Distribuição espacial da taxa de equidade salarial por género [2000]



### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico

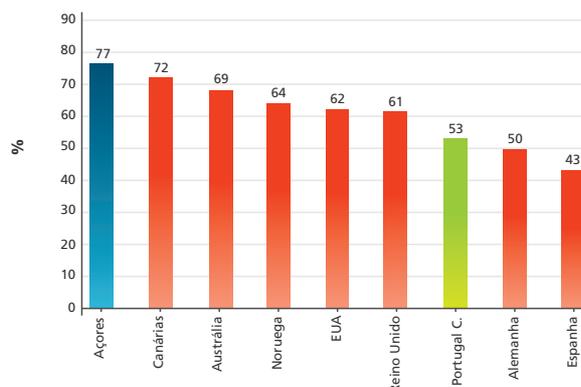


Figura 3.82

Taxa de equidade salarial por género em várias regiões/países [2000]



#### Situação das mulheres empresárias nos Açores

"Na década de 70, com a consagração na Constituição Portuguesa da igualdade de direitos entre homens e as mulheres, surgem timidamente as primeiras mulheres empresárias na Região Autónoma dos Açores, acompanhando um movimento a nível nacional e associadas a uma herança paterna ou a uma viuvez precoce. No caso das empresas serem associadas das antigas Associações Comerciais (posteriormente Câmara do Comércio e Indústria), mantêm as suas empresas nestas organizações mas permanecem no anonimato, sem utilizarem a plenitude dos seus direitos.

No final da década de 80, com as oportunidades latentes de novas áreas de negócios, com o acesso facilitado ao ensino (para a qual contribuiu a criação da Universidade dos Açores) e as condições de acesso ao crédito bancário facilitadas, são diversas as mulheres que fundam empresas e que passam a integrar a Câmara do Comércio. Na realidade, com a entrada de Portugal para a Comunidade Europeia e os novos desafios que se colocaram, as mulheres empresárias passaram a ter uma maior intervenção e presença na nossa associação. No entanto, só em Abril de 1994 surge uma mulher a ocupar um lugar na Direcção da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada.

Um estudo realizado por uma empresa de consultoria em recursos humanos sobre a qualidade do trabalho na União Europeia apresentava resultados talvez surpreendentes e contra o que é normalmente o senso comum sobre esta questão. Na realidade, uma das conclusões do referido estudo coloca Portugal como o terceiro país da União Europeia com maior taxa de representação de mulheres em função de direcção, sendo apenas ultrapassado pela Dinamarca e Finlândia.

Um outro estudo que também apresenta resultados um pouco surpreendentes é o que consta da "situação social da Europa 2003", elaborada pela Comissão Europeia, em que se refere que os salários portugueses são os mais igualitários entre sexos na União Europeia, ultrapassando mesmo os países nórdicos.

Embora sem conhecermos a ligação entre os resultados destes estudos feitos a nível do país e a sua ligação com a situação nos Açores, há, no entanto, uma realidade que tem vindo a mudar e de uma forma acelerada, no que se refere à participação da mulher no mercado de trabalho em situações de chefias, devido às suas crescentes qualificações.

Um aspecto que é interessante realçar está ligado com o facto de em Portugal a mão-de-obra feminina só ter começado a entrar mercado de trabalho nos anos 60, mas que hoje é um dos mais elevados da Europa. Para além de Portugal apresentar uma taxa de actividade feminina elevada, esta é fundamentalmente sustentada pelo peso da sua afectação profissional a tempo inteiro, que é mesmo o mais elevado da Europa, ao contrário do que acontece com outros países em que o trabalho a tempo parcial da mulher é muito significativo.

Perante este cenário, chegará o momento em que não fará sentido a existência de uma associação de mulheres empresárias. Na realidade, os problemas que os empresários e as empresárias enfrentam diariamente são em grande parte comuns, e os aspectos que ainda provocam alguma diferenciação (falta de cultura e de tradição empresarial feminina, existência de alguns preconceitos sobre a mulher empresária e a sua relação com a família, maternidade e a substituição da empresária na gestão da empresa; entre outros) irão certamente desaparecer com o decorrer do tempo.

De facto, ao longo dos anos a mulher empresária açoriana soube impor-se num sector dominado ao longo dos séculos pelo homem e provar, neste campo como em tantos outros, que são as capacidades de trabalho, de sensibilidade, de organização, de sagacidade e de avaliação de oportunidades que determinam o sucesso. É pois neste espírito que aqui gostaríamos de deixar o nosso contributo."

Sónia Borges de Sousa

Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada

## 3. Situação de Referência - analisando o presente

### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico

#### Saúde



#### Contributos das iniciativas de participação pública dos Estudos de Base

##### a) Preocupação referida pelos participantes:

- Dependência inter-ilhas relativamente a alguns serviços clínicos (inexistência de certas especialidades clínicas em algumas ilhas)

##### a.1) Causa identificada pelos participantes:

- Falta de médicos

##### a.1.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Adopção de medidas de incentivo e fixação de quadros qualificados
- Investimento na medicina à distância

##### a.2) Causa identificada pelos participantes:

- Falta de centros de saúde e hospitais

##### a.2.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Não foram propostas medidas para a prevenção ou resolução desta causa

##### b) Preocupação referida pelos participantes:

- Dificuldade no acesso aos cuidados de saúde

##### b.1) Causa identificada pelos participantes:

- Ineficácia na gestão das unidades de saúde

##### b.1.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Maior operacionalidade e melhor gestão das unidades de saúde

##### b.2) Causa identificada pelos participantes:

- Listas de espera prolongadas em alguns serviços

##### b.2.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Diminuição das listas de espera

##### b.3) Causa identificada pelos participantes:

- Agregados familiares sem acesso a médico de família

##### b.3.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Generalização do acesso aos médicos de família



#### Taxa de mortalidade infantil

Na última década registou-se uma descida significativa (apesar de não gradual) da taxa de mortalidade infantil no arquipélago, situando actualmente os Açores ao nível da generalidade dos países desenvolvidos e apresentando, aproximadamente, o mesmo valor que se observa em Portugal Continental. O comportamento descrito entre 1990 e 2002 parece confirmar a melhoria das condições de vida na RAA. No que diz respeito à análise regional, os dados disponíveis apontam os concelhos de São Roque do Pico, Lajes do Pico, Santa Cruz da Graciosa e Lajes das Flores como os municípios com maior incidência de mortalidade infantil (superior a 10,9 mortes de crianças com idade até um ano por cada mil nados-vivos).



#### Mortalidade

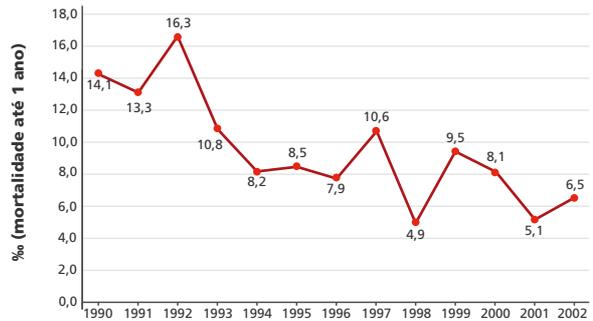
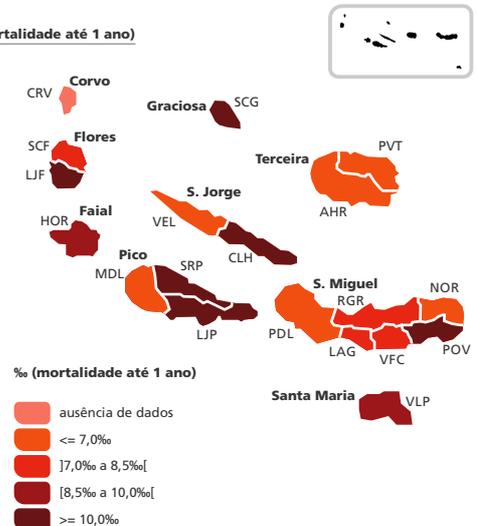


Figura 3.83

Evolução temporal da taxa de mortalidade infantil [1990-2002]

Concelho % (mortalidade até 1 ano)

VLP	8,5
PDL	6,5
RGR	8,3
LAG	8,1
VFC	8,4
POV	10,8
NOR	3,0
AHR	6,7
PVT	7,0
SCG	19,4
VEL	3,3
CLH	10,9
MDL	3,5
SRP	13,7
LJP	12,6
HOR	9,9
SCF	8,3
LJF	27,4
CRV	—
<b>RAA</b>	<b>7,8</b>



% (mortalidade até 1 ano)

- ausência de dados
- $\leq 7,0\%$
- $]7,0\% \text{ a } 8,5\%[$
- $[8,5\% \text{ a } 10,0\%[$
- $\geq 10,0\%$

Figura 3.84

Distribuição espacial da taxa de mortalidade infantil [2001]

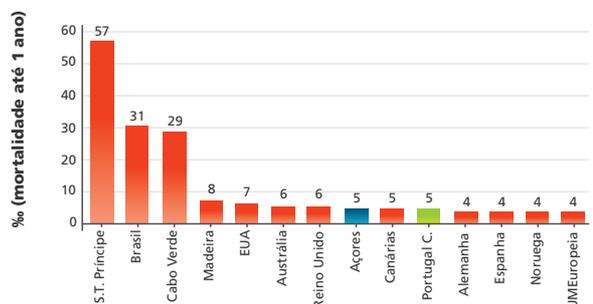


Figura 3.85

Taxa de mortalidade infantil em várias regiões/países [2001]

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



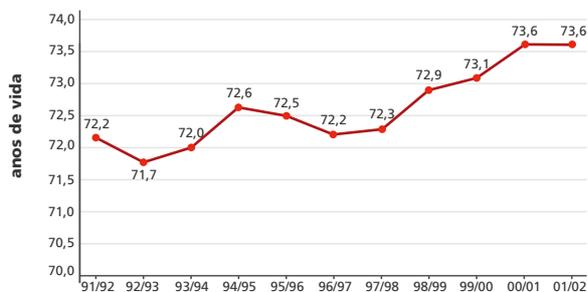
#### Esperança média de vida

Entre 1991 e 2002 a esperança média de vida dos açorianos aumentou significativamente, fixando-se no valor de 73,6 anos em 2001-2002. Este valor situa-se na média das outras regiões/países analisados, sendo inferior ao registado em Portugal Continental (76 anos) e nos restantes países desenvolvidos (77-79 anos). Comparativamente a outras regiões insulares, pode observar-se que a esperança média de vida açoriana é significativamente superior à verificada em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe e ligeiramente inferior à registada na Comunidade Autónoma das Canárias.

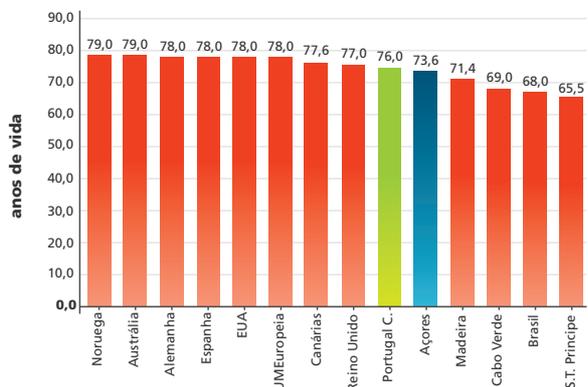


#### População infantil vacinada contra doenças infecciosas

Considerando as vacinações completas relativas a difteria, tétano, tosse convulsa, poliomielite, *Haemophilus influenzae*, hepatite B e tuberculose, em crianças com um ano de idade, os Açores apresentam um valor médio de cerca de 84% (dados de 2001). A hepatite B é a doença com maior nível de vacinação (88%), por oposição à vacina anti-tuberculose que regista o valor mais baixo (65%). Comparativamente a outras regiões/países, a RAA tem a menor percentagem de crianças com a vacinação DTP completa (83%), valor apenas superior ao de Cabo Verde e da Madeira e consideravelmente inferior ao registado em Portugal Continental (96%).



**Figura 3.86**  
Evolução temporal da esperança média de vida [1991/1992-2001/2002]



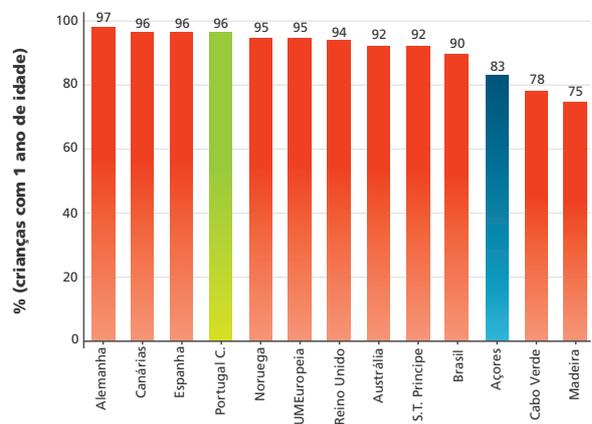
**Figura 3.87**  
Esperança média de vida em várias regiões/países [2001]



**DTP** é a vacinação contra a difteria, o tétano e a tosse convulsa (crianças).



#### Cuidados Médicos



**Figura 3.88**  
População infantil vacinada contra doenças infecciosas em várias regiões/países (crianças com vacinação DTP completa) [2001]

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



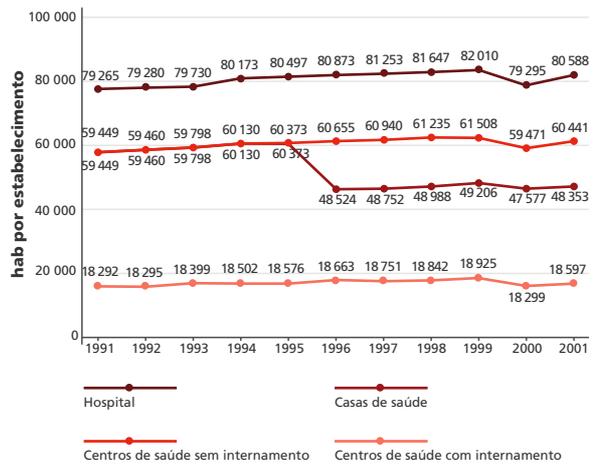
#### Taxa de população por serviços de saúde

Nos Açores existem três hospitais, que servem as nove ilhas, localizados em São Miguel, Terceira e Faial. Existem ainda quatro casas de saúde, quatro centros de saúde sem internamento e treze com internamento.

Verifica-se que, entre 1991 e 2001, o número de habitantes relativamente aos hospitais e aos centros de saúde (com internamento e sem internamento) manteve-se relativamente constante. No caso das casas de saúde, a evolução temporal descrita foi também constante até 1996, ano em registou uma descida de cerca de 20% e a partir do qual voltou a manter-se tendencialmente constante até 2001. As taxas mais elevadas referem-se ao número de habitantes por hospital (cerca de 80 500) e os valores mais baixos são os dos centros de saúde com internamento (próximos dos 18 600 habitantes por estabelecimento). Quanto aos recursos de saúde, é de salientar a tendência decrescente descrita pelo número de habitantes por médico e pelo número habitantes por cama, mas apresentando valores bastante inferiores. Refira-se também o elevado número de habitantes por farmácia registado nos Açores (cerca de 5 250 em 2002, valor superior ao nacional), o baixo número de consultas por habitante (1,7) e a taxa de ocupação anual dos estabelecimentos de saúde com internamento (cerca de 67%). Fixando a atenção no número de habitantes por cama, em termos regionais verifica-se que existe uma grande variabilidade de valores (entre os 74 habitantes por cama de Ponta Delgada e os 1 111 de Praia da Vitória). Comparando com outras regiões/países, os Açores apresentam, em 2001, o valor mais elevado de habitantes por cama (cerca de 298), sendo que o número mais reduzido, registado na Noruega, é significativamente inferior (68 habitantes por cama).

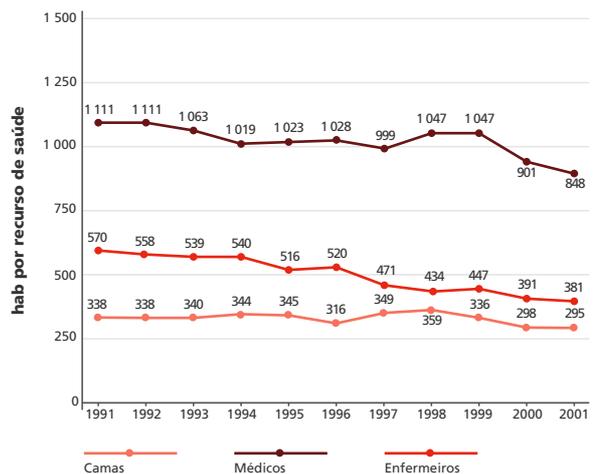


Este indicador assume que quanto menor for o rácio de habitantes por serviço ou recurso de saúde, melhor será teoricamente a disponibilidade de meios e de potencial de atendimento.



**Figura 3.89**

Taxa de população por serviços de saúde (habitantes por tipo de estabelecimento de saúde) [1991-2001]



**Figura 3.90**

Taxa de população por serviços de saúde (habitantes por cama, médico e enfermeiro) [1991-2001]

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



#### Outras referências regionais

##### Legislação relevante

- **DRR n° 12/90/A (de 20.Mar), alterado pelo DRR n° 8/94/A (de 23.Jul):** altera a orgânica e gestão hospitalar da Região.
- **DLR n° 28/99/A (de 31.Jul), rectificado pela Declaração de Rectificação n°15-A/99(de 30.Set):** Estabelece a organização e o funcionamento dos serviços de saúde da Região Autónoma dos Açores.
- **RALR n° 17/2001/A (de 24.Jul):** Recomenda ao Governo Regional a compensação aos utentes do Serviço Regional de Saúde pelo acréscimo de encargos com transportes terrestres resultantes do cancelamento de viagens aéreas.
- **DRR n° 11/2001/A (de 10.Set):** Define o regime jurídico de exercício da autoridade de saúde na Região Autónoma dos Açores.

##### Concelho hab por cama

VLP	270
<b>SMA</b>	<b>270</b>
PDL	74
RGR	500
LAG	—
VFC	556
POV	833
NOR	192
<b>SMG</b>	<b>130</b>
AHR	61
PVT	1111
<b>TER</b>	<b>93</b>
SCG	294
<b>GRA</b>	<b>294</b>
VEL	156
CLH	222
<b>SJO</b>	<b>179</b>
MDL	435
SRP	222
LJP	303
<b>PIC</b>	<b>313</b>
HOR	130
<b>FAI</b>	<b>130</b>
SCF	128
LJF	—
<b>FLO</b>	<b>204</b>
CRV	—
<b>COR</b>	—
<b>RAA</b>	<b>128</b>

##### hab por cama

	Ausência de dados
	<= 150
	]150 a 300[
	]300 a 450[
	>= 450

Figura 3.91

Distribuição espacial da taxa de população por serviços de saúde (habitantes por cama) [2001]

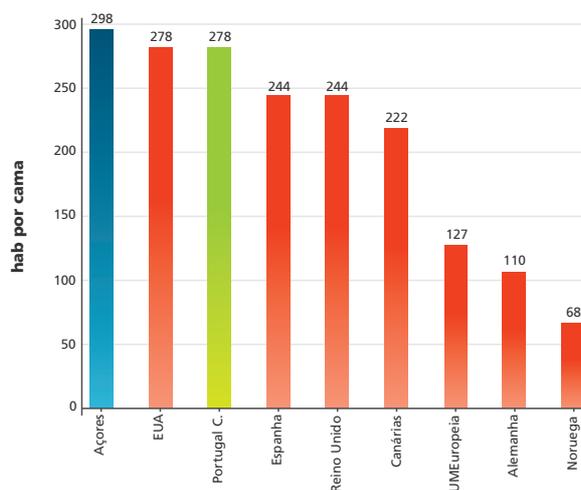


Figura 3.92

Taxa de população por serviços de saúde em várias regiões/países (habitantes por cama) [2000]



## 3. Situação de Referência - analisando o presente

### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico

#### Educação



#### Contributos das iniciativas de participação pública dos Estudos de Base

##### a) Preocupação referida pelos participantes:

- Abandono escolar

##### a.1) Causa identificada pelos participantes:

- Deficiências no sistema de atribuição de subsídios sociais e bolsas de estudo

##### a.1.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Acompanhamento dos alunos em risco de abandonar o sistema escolar
- Criação de plataformas de ensino à distância
- Aposta no sistema educativo como meio de prevenção e combate à exclusão social
- Criação de bolsas de estudo para os alunos mais desfavorecidos

##### a.2) Causa identificada pelos participantes:

- Debilidades ao nível do ensino orientado para as profissões

##### a.2.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Reforço da aposta no ensino profissional e tecnológico, com criação de novos cursos

##### a.3) Causa identificada pelos participantes:

- Desfasamento entre os conteúdos programáticos e a realidade local

##### a.3.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Introdução de uma componente regional nos currículos
- Aproximação da escola à família
- Adopção de programas culturais
- Criação de novos espaços lúdicos

##### b) Preocupação referida pelos participantes:

- Analfabetismo funcional

##### b.1) Causa identificada pelos participantes:

- Sistema de ensino pouco rigoroso

##### b.1.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Criação de subsídios visando a fixação de quadros qualificados
- Requalificação dos agentes de ensino existentes
- Aplicação do processo de avaliação contínua
- Adopção de um sistema de ensino recorrente

##### c) Preocupação referida pelos participantes:

- Analfabetismo

##### c.1) Causa identificada pelos participantes:

- Percentagem da população adulta que não foi abrangida pelo sistema de ensino

##### c.1.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Criação de programas de alfabetização para adultos



#### Formação

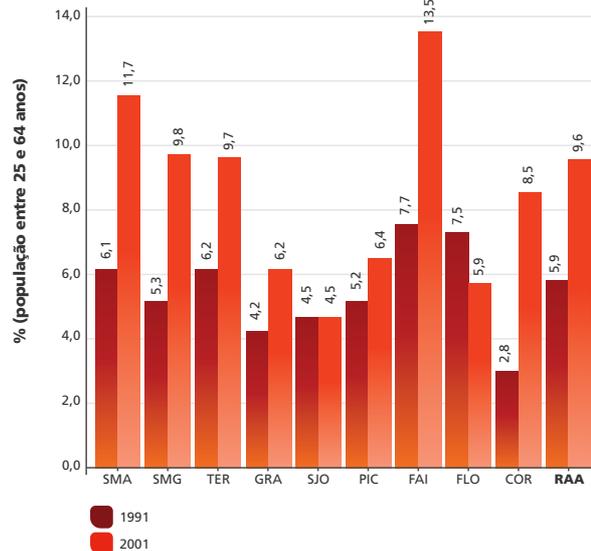


Figura 3.93

População com ensino secundário completo, por ilha [1991 e 2001]

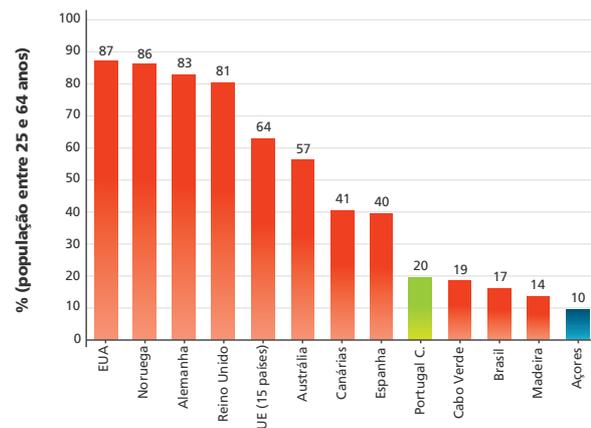


Figura 3.94

População com ensino secundário completo em várias regiões/países [2001]

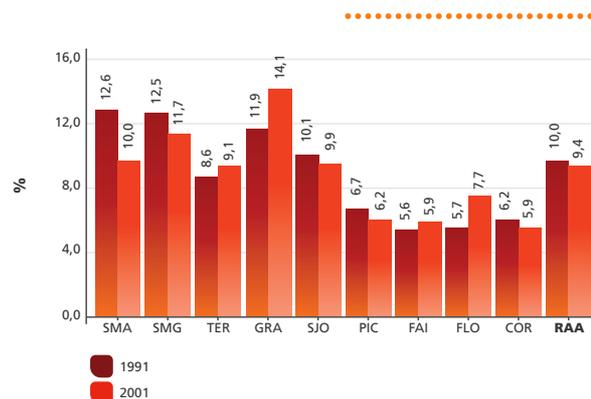


Figura 3.95

Taxa de analfabetismo, por ilha [1991 e 2001]

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



#### População com o ensino secundário completo

Segundo dados de 2001, aproximadamente 10% da população açoriana entre os 25 e os 64 anos possui o ensino secundário completo. A ilha do Faial apresenta a percentagem mais elevada relativamente a este indicador (13,5%) e São Jorge regista o valor mais baixo (4,5%). De um modo geral, de 1991 para 2001, todas as ilhas aumentaram significativamente a percentagem de população com ensino secundário completo, com excepção da ilha de São Jorge que manteve o valor e Flores que sofreu uma diminuição percentual.

Não obstante, o valor da RAA é o mais baixo das regiões/países analisados, apresentando cerca de metade do valor relativo a Portugal Continental (20%), e sendo substancialmente inferior aos EUA, que registam a percentagem mais alta (87%)



#### Taxa de analfabetismo

De 1991 para 2001 registou-se uma descida da taxa de analfabetismo na Região Autónoma dos Açores. A excepção a esta tendência global ocorreu nas ilhas da Terceira, Graciosa, Faial e Flores (onde a percentagem aumentou ligeiramente). O Faial e o Corvo apresentaram o valor mais positivo em 2001 (5,9%), sendo a Graciosa a ilha com a percentagem mais elevada (14,1%) de analfabetos. A RAA, em 2001, fixou a taxa de analfabetismo em cerca de 9% (idêntica à de Portugal Continental), inferior às regiões insulares de Cabo Verde e Madeira, mas superior à região das Canárias e aos países mais desenvolvidos (Alemanha, Austrália e Noruega), os quais registam valores extremamente reduzidos (1%).



#### Taxa de alunos por docente

A taxa de alunos por docente no arquipélago dos Açores descreveu uma evolução claramente decrescente entre os anos lectivos de 1991/1992 e 2001/2002, fixando-se em cerca de 11 alunos por docente. Analisando este valor pelos vários níveis de ensino, verifica-se que o pré-escolar e o 1º ciclo do Ensino Básico apresentam o número de alunos por docente mais elevado (16 e 17, respectivamente), por oposição ao 3º ciclo do Ensino Básico e ao Secundário que registam o valor mais baixo (6). Em termos regionais, o concelho do Corvo tem uma taxa de apenas 3 alunos por docente. A ilha de São Miguel regista a taxa mais elevada (10), valor influenciado essencialmente pelos concelhos de Vila Franca do Campo, Lagoa e Ribeira Grande (com valores entre os 10 e os 13 alunos por docente). Tomando o 1º ciclo do Ensino Básico como base de análise, a RAA regista uma taxa semelhante à de vários países considerados desenvolvidos (16) e bastante inferior aos valores do Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe (os quais têm, respectivamente, 25, 29 e 33 alunos por docente no 1º ciclo). A Madeira e Portugal Continental apresentam valores inferiores ao dos Açores no 1º ciclo, registando, juntamente com a Noruega, os números mais baixos das regiões/países analisados (cerca de 12 alunos por docente). Esta tendência inverte-se ligeiramente no que respeita ao nº de alunos por docente no Secundário, registando-se na RAA o valor mais baixo (apenas 6 alunos por docente). Neste nível de ensino, o Brasil tem a taxa mais expressiva (22 alunos por docente).

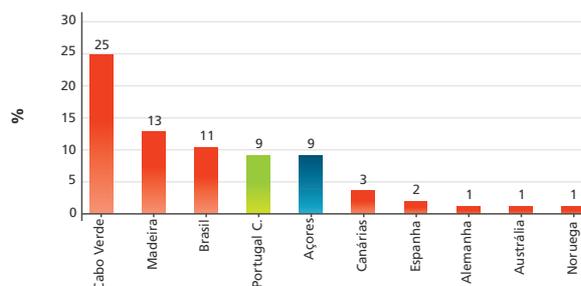


Figura 3.96

Taxa de analfabetismo em várias regiões/países [vários anos]

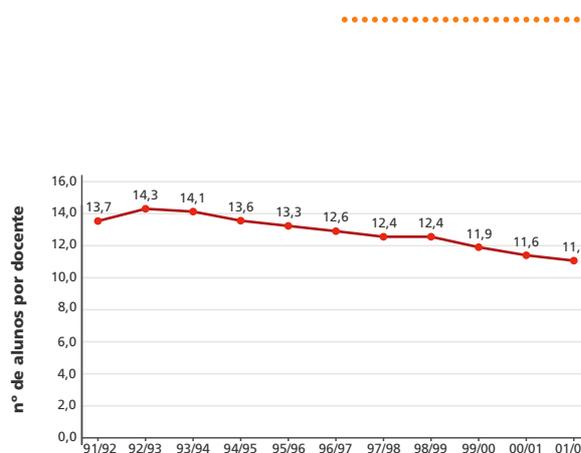


Figura 3.97

Evolução temporal da taxa de alunos por docente [1991/1992-2001/2002]

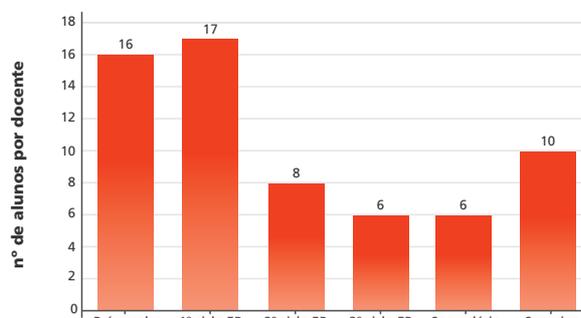


Figura 3.98

Taxa de alunos por docente, por nível de ensino [2001/2002]

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

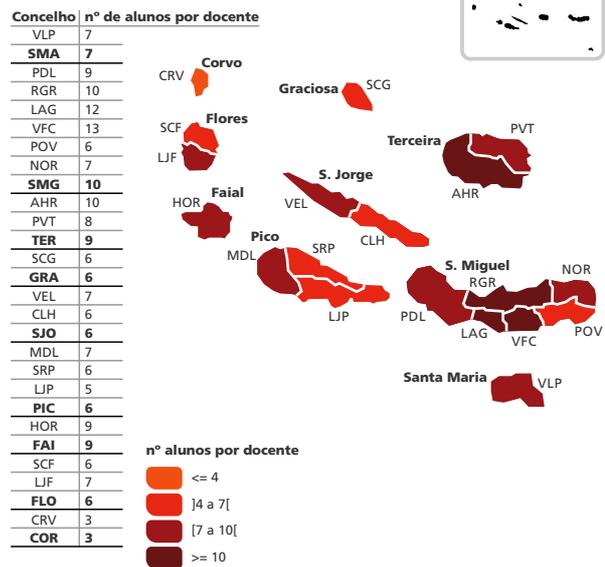
#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



#### Outras referências regionais

##### Legislação relevante

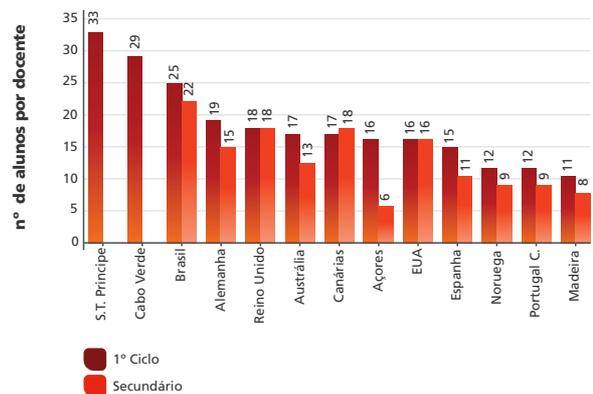
- **DLR n.º 18/90/A (de 8.Nov):** Define o regime de gratuidade da escolaridade obrigatória.
- **DRR n.º 15/99/A (de 30.Nov), rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 5-D/2000 (de 29.Fev):** Reestrutura os Serviços de Educação Especial da Região Autónoma dos Açores.
- **DRR n.º 2/2000/A (de 22.Jan):** Define normas relativas à criação de incentivos à fixação de pessoal docente.
- **DLR n.º 13/2002/A (de 12.Abr):** Desenvolve na Região Autónoma dos Açores a organização e o funcionamento do sistema de reconhecimento e validação de competências e da educação e formação de adultos nas suas modalidades de ensino recorrente e de educação extra-escolar, incluindo os cursos de carácter profissionalizante e profissional.
- **DLR n.º 11/2003/A (de 27.Mar):** Reestrutura os fundos escolares dos estabelecimentos de ensino.
- **DLR n.º 34/2003/A (de 13.Ago):** Estabelece a organização e funcionamento do sistema de acção social escolar a conceder às crianças que frequentam a educação pré-escolar e aos alunos do básico e secundário.



**Figura 3.99**  
Distribuição espacial da taxa de alunos por docente [2001/2002]



**Miguel Alvernaz**  
5.º Ano de Escolaridade  
Concurso Escolar "Açores 2030"



**Figura 3.100**  
Taxa de alunos por docente em várias regiões/países [2001/2002]

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



##### Reflexões sobre o sistema de ensino

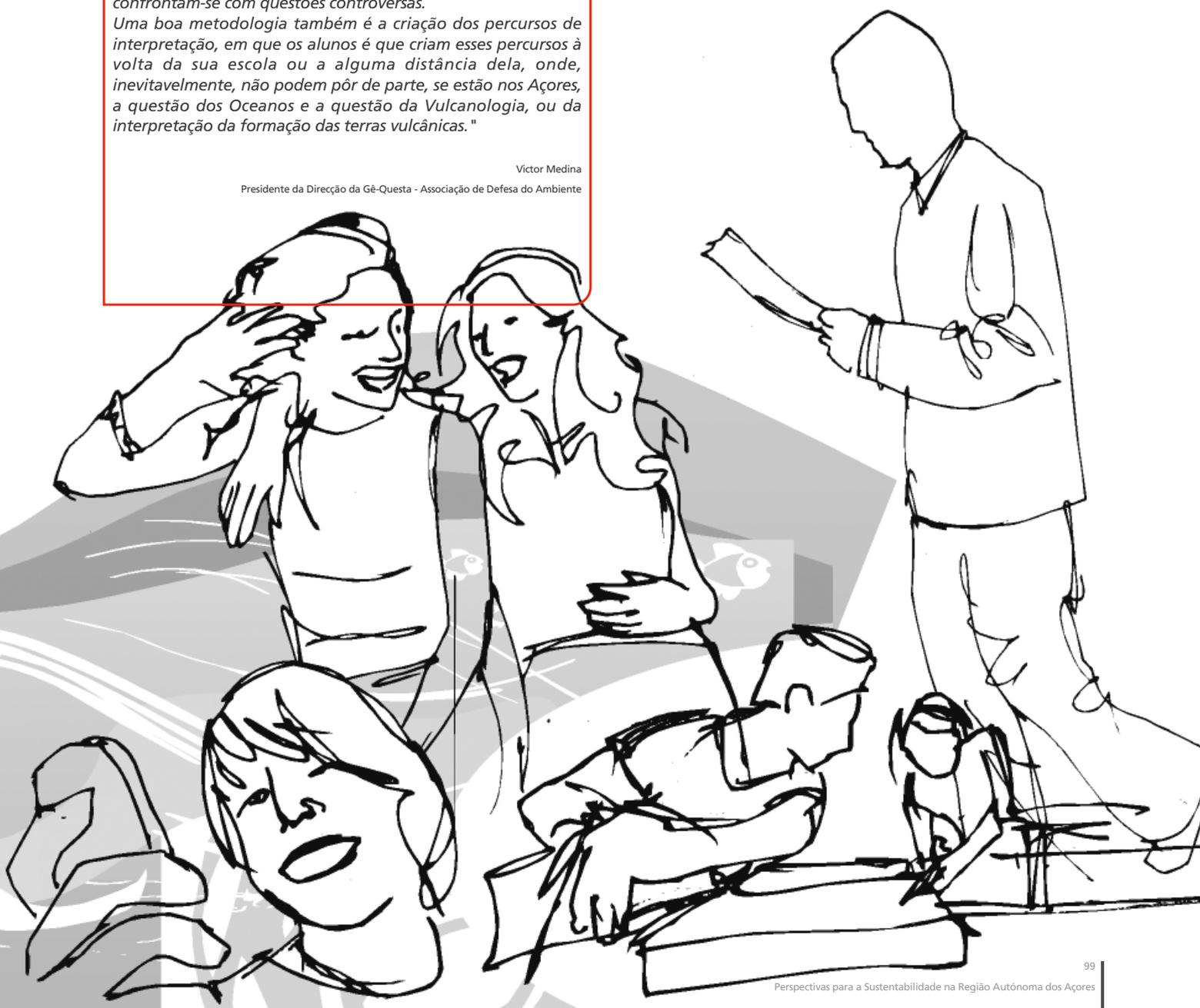
"O ensino formal formou (criou) tantos bloqueios que as pessoas têm uma visão demasiado teórica da realidade, uma visão demasiado virtual, não se envolvem, é só matéria para debitar. A primeira coisa seria cortar com o estigma da sala, onde todo o ensino se faz dentro da sala, com as rotinas, os horários muito regulares e muito exigentes, com os conhecimentos que dão sempre certos...

Então, e como é que se fazia essa quebra com o ensino formal? Essencialmente (...) saindo da escola com regularidade, envolvendo-se com o meio, sendo capaz de criar um currículo, que talvez seja o currículo regional. Envolvendo-se com as questões próximas, mas envolvendo-se também para criar laços de afecto, envolvendo-se também para lidar com dilemas, com os contra-sensos, com as controvérsias... Então, era bom, perante as realidades, aprender a trabalhar com os paradoxos; um bom exemplo disso são as Eco-Escolas que (...) resolvem problemas e confrontam-se com questões controversas.

Uma boa metodologia também é a criação dos percursos de interpretação, em que os alunos é que criam esses percursos à volta da sua escola ou a alguma distância dela, onde, inevitavelmente, não podem pôr de parte, se estão nos Açores, a questão dos Oceanos e a questão da Vulcanologia, ou da interpretação da formação das terras vulcânicas."

Victor Medina

Presidente da Direcção da Gê-Questa - Associação de Defesa do Ambiente



## 3. Situação de Referência - analisando o presente

### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico

#### Cultura



#### Contributos das iniciativas de participação pública dos Estudos de Base

##### a) Preocupação referida pelos participantes:

- Escassa actividade cultural

##### a.1) Causa identificada pelos participantes:

- Baixo número de agentes culturais, os quais são pouco diversificados

##### a.1.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Promoção de acções de formação profissional
- Atracção de agentes culturais de outras regiões/países
- Promoção de intercâmbios de eventos culturais entre as várias ilhas

##### a.2) Causa identificada pelos participantes:

- Falta de equipamentos

##### a.2.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Construção de novas infra-estruturas
- Recuperação de edifícios para fins culturais

##### b) Preocupação referida pelos participantes:

- Reduzido acesso a actividades culturais por parte da população

##### b.1) Causa identificada pelos participantes:

- Baixo nível de literacia

##### b.1.1) Medidas propostas pelos participantes:

Não foram propostas medidas para a prevenção ou resolução desta causa

##### b.2) Causa identificada pelos participantes:

- Reduzida promoção dos espectáculos realizados

##### b.2.1) Medidas propostas pelos participantes:

Não foram propostas medidas para a prevenção ou resolução desta causa

##### c) Preocupação referida pelos participantes:

- Assimetrias na distribuição dos subsídios culturais

##### c.1) Causa identificada pelos participantes:

- Distribuição dos subsídios culturais assente em critérios políticos

##### c.1.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Descentralização do processo de atribuição de subsídios

##### d) Preocupação referida pelos participantes:

- Perda da identidade cultural regional

##### d.1) Causa identificada pelos participantes:

- Desvalorização do património cultural Açoriano

##### d.1.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Criação da disciplina de Cultura Regional (em alternativa, inclusão de matérias sobre a cultura regional numa perspectiva transdisciplinar)



#### Infra-estruturas Culturais

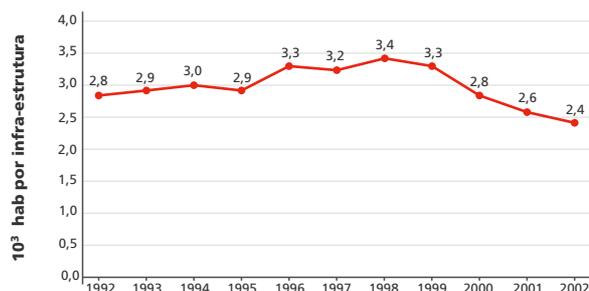


Figura 3.101

Evolução temporal da taxa de infra-estruturas culturais [1992-2002]

#### Concelho 10³ hab por infra-estrutura

VLP	1,1
SMA	1,1
PDL	2,9
RGR	4,1
LAG	3,6
VFC	1,8
POV	2,2
NOR	2,6
SMG	2,2
AHR	0,7
PVT	1,3
TER	0,8
SCG	1,6
GRA	1,6
VEL	2,8
CLH	2,0
SJO	2,4
MDL	6,1
SRP	1,8
LJP	1,6
PIC	2,4
HOR	2,5
FAI	2,5
SCF	2,5
LJF	1,5
FLO	2,0
CRV	0,4
COR	0,4
RAA	2,4

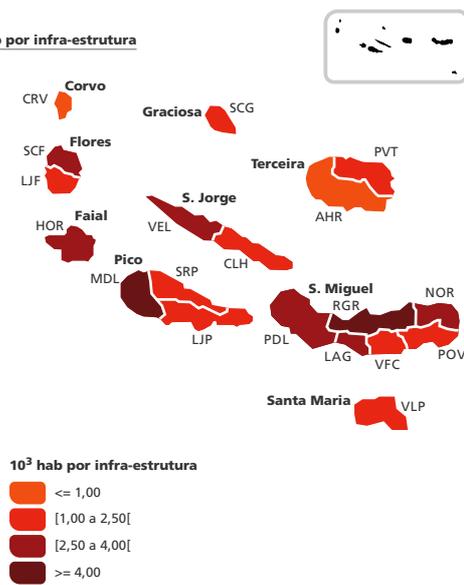


Figura 3.102

Distribuição espacial da taxa de infra-estruturas culturais [2002]



**Infra-estruturas culturais** são entendidas como o conjunto de recintos de espectáculo (incluindo cinemas), museus, bibliotecas, galerias de arte e outros espaços.

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



##### Taxa de infra-estruturas culturais

O rácio de habitantes por infra-estruturas culturais nos Açores apresentou, entre 1992 e 2002, uma tendência decrescente, reflectindo-se num aumento da disponibilidade de espaços culturais por habitante. Em termos regionais, os concelhos da Madalena e de Ribeira Grande apresentavam (em 2002) a taxa mais elevada (superior a 4 000 habitantes por infra-estrutura cultural), por oposição a Angra do Heroísmo e Corvo, cujos rácios registados são dos mais reduzidos (700 habitantes e 400 habitantes por infra-estrutura, respectivamente). Deve referir-se que só existem salas de cinema em São Miguel, Santa Maria e Terceira e que o Corvo é a única ilha que não possui salas de espectáculos. Comparativamente aos valores de Portugal Continental e Madeira (aproximadamente 7 000 habitantes por infra-estrutura), a taxa observada na RAA é significativamente mais baixa (cerca de 3 vezes inferior).



##### Outras referências regionais

###### Legislação relevante

- **DRR nº 19/2000/A (de 04.Set):** Estabelece as regras para a implementação e o funcionamento do Sistema Regional de Leitura Pública dos Açores.
- **DRR nº 34/2002/A (de 19.Dez):** Aprova o Regulamento Geral do Sistema de Apoios a Actividades Culturais.
- **DLR nº 36/2003/A (de 04.Nov):** Cria o Fundo Regional de Acção Cultural (FRAC).
- **DLR nº 36/2004/A (de 20.Out):** Regulamenta a instalação e funcionamento dos recintos de espectáculos e divertimentos públicos e o regime dos espectáculos de natureza artística.



## 3. Situação de Referência - analisando o presente

### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico

#### Habitação



#### Contributos das iniciativas de participação pública dos Estudos de Base

##### a) Preocupação referida pelos participantes:

- Habitação para famílias com baixos rendimentos

##### a.1) Causa identificada pelos participantes:

Não foram identificadas causas específicas para a preocupação apresentada

##### a.1.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Promoção de facilidades de aquisição de habitação, nomeadamente através de créditos bonificados



#### Caracterização habitacional

O número de alojamentos familiares nos Açores aumentou 9,5% entre 1991 e 2001. Em 2002 registaram-se 1 515 novas construções para habitação. Num total de cerca de 240 000 pessoas residentes em alojamentos familiares (em 2001), aproximadamente 99% vive em alojamento clássico, sendo que uma pequena minoria dessas habitações não tem instalações básicas (0,06%). A restante população residente (cerca de 0,6%) habita nos designados alojamentos não clássicos. Centrando a atenção no alojamento familiar precário, a RAA não atinge 1% de residentes, ao contrário do Continente e da Madeira. Verifica-se que o número de residentes em barracas é pouco expressivo em todas as ilhas, sendo maior em São Miguel e Terceira (as ilhas mais populosas). O mesmo se passa com os residentes em outros alojamentos não clássicos, não obstante as ilhas do Pico e Faial apresentarem números mais significativos do que os de barracas. Os residentes em alojamentos familiares clássicos sem instalações básicas concentram-se essencialmente em São Miguel. Em termos municipais, São Roque do Pico, Praia da Vitória, Lagoa e Horta apresentam as percentagens mais elevadas de população residente em alojamento precário, por oposição a Povoação e Nordeste que têm os valores mais baixos.



#### Condições Habitacionais

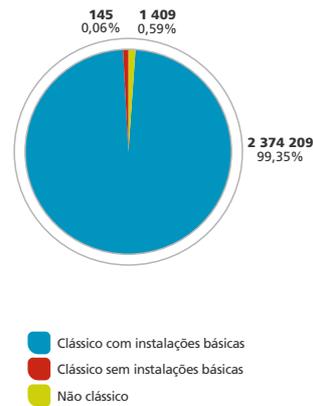


Figura 3.103

Caracterização habitacional (população residente por tipo de alojamento familiar) [2001]

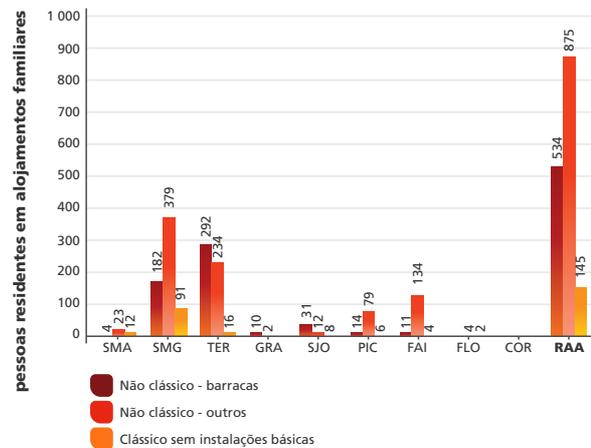


Figura 3.104

Caracterização habitacional por ilha (população residente em alojamento familiar precário) [2001]



Catarina Vidinha  
1º ciclo do Ensino Básico  
Concurso Escolar "Açores 2030"

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



**Alojamento familiar clássico** consiste num local distinto e independente, constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos, num edifício de carácter permanente, que se destina a servir de habitação, normalmente, apenas de uma família/agregado doméstico privado.

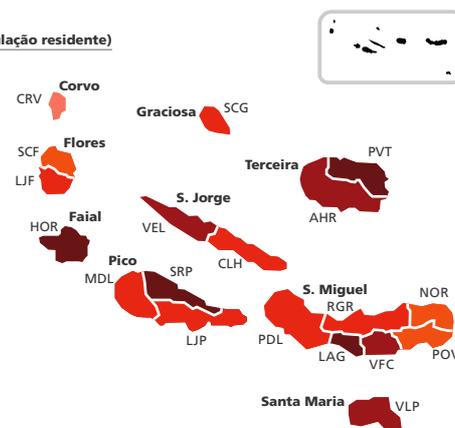
**Alojamento familiar não clássico** é todo o local que, no momento de referência, está ocupado por pessoas e que não satisfaz inteiramente as condições de alojamento clássico. Estão compreendidos, nesta categoria: barraca, alojamento móvel, casa rudimentar de madeira, alojamento improvisado em construção não destinada à habitação e outros locais não destinados à habitação (grutas, vãos de escada, pontes, etc.).

**Instalações básicas** são constituídas por equipamentos de electricidade, água, sanitários e sistemas de aquecimento.

**Alojamento familiar precário** é entendido como o conjunto dos alojamentos familiares clássicos sem instalações básicas e dos alojamentos familiares não clássicos.

Concelho % (população residente)

VLP	0,70
<b>SMA</b>	<b>0,70</b>
PDL	0,41
RGR	0,45
LAG	1,37
VFC	0,51
POV	0,03
NOR	0,07
<b>SMG</b>	<b>0,50</b>
AHR	0,76
PVT	1,39
<b>TER</b>	<b>0,99</b>
SCG	0,25
<b>GRA</b>	<b>0,25</b>
VEL	0,67
CLH	0,34
<b>SJO</b>	<b>0,53</b>
MDL	0,40
SRP	1,70
LJP	0,30
<b>PIC</b>	<b>0,68</b>
HOR	1,00
<b>FAI</b>	<b>1,00</b>
SCF	0,08
LJF	0,27
<b>FLO</b>	<b>0,15</b>
CRV	—
<b>COR</b>	—
<b>RAA</b>	<b>0,65</b>



% (população residente)

Ausência de dados  
 <= 0,20%  
 ]>0,20% a 0,50%]  
 [0,50% a 0,80%]  
 >= 0,80%

Figura 3.105

Distribuição espacial da caracterização habitacional (população residente em alojamento familiar precário) [2001]



#### Outras referências regionais

Com o objectivo de obter um quadro de referência para suporte de objectivos no âmbito da habitação nos Açores, foi elaborado o **Plano Regional de Habitação**, tendo sido apresentada a primeira fase do estudo em Junho de 2001 com a designação de **Análise e Diagnóstico à Habitação Apoiada na Região Autónoma dos Açores (1976-1997)**. Este estudo releva os dados demográficos, o número de fogos e o tipo de parque habitacional existente, a descrição e caracterização financeira dos programas de apoio à habitação, dos orçamentos familiares e crédito concedido, fazendo também um diagnóstico à habitação apoiada nos Açores, focalizando-se nos dados já consolidados entre 1976 e 1997. Aborda, igualmente, alguns aspectos comparativos até 1999, uma análise da política habitacional inscrita nos planos a médio prazo até 2000, e, especificamente, ocorrências como a catástrofe da Ribeira Quente em 1997 e a crise sísmica de 1998 nas ilhas de Faial, Pico e S. Jorge.

#### Legislação relevante

- **DLR n.º 14/95/A (de 22.Ago)**, alterado pelo **DLR n.º 11/96/A (de 18.Jun)**, pelo **DLR n.º 8/98/A (de 13.Abr)**, pelo **DLR n.º 5/2002/A (de 8.Mar)** e **rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 15-A/2002 (de 30.Mar)**: Cria um programa de apoio à habitação, a conceder pelo Governo Regional dos Açores.
- **DLR n.º 2-A/2003/A (de 5.Fev)**: Cria a Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infra-Estruturas (SPRH), S.A.



## 3. Situação de Referência - analisando o presente

### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico

#### Segurança



#### Contributos das iniciativas de participação pública dos Estudos de Base

##### a) Preocupação referida pelos participantes:

- Exclusão social e delinquência

##### a.1) Causa identificada pelos participantes:

Não foram identificadas causas específicas para a preocupação apresentada

##### a.1.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Criação de centros de ocupação e reinserção social (em cadeias, hospitais e centros de tratamento de toxicodependentes)

##### b) Preocupação referida pelos participantes:

- Clima de insegurança em algumas zonas

##### b.1) Causa identificada pelos participantes:

- Défice de autoridade e perda de valores

##### b.1.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Reforço policial em zonas que actualmente apresentam uma tendência para o aumento da criminalidade
- Sensibilização das populações para as questões associadas à segurança através da melhoria dos sistemas de informação ao público

##### b.2) Causa identificada pelos participantes:

- Funcionamento lento e ineficaz do aparelho judicial

##### b.2.1) Medidas propostas pelos participantes:

Não foram propostas medidas para a prevenção ou resolução desta causa

##### b.3) Causa identificada pelos participantes:

- Falta de legislação adequada

##### c.3.1) Medidas propostas pelos participantes:

Não foram propostas medidas para a prevenção ou resolução desta causa

##### b.4) Causa identificada pelos participantes:

- Falta de meios humanos com formação adequada

##### b.4.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Reforço dos meios humanos
- Formação contínua dos agentes de segurança

##### b.5) Causa identificada pelos participantes:

- Falta de equipamento

##### b.5.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Investimento em meios materiais e tecnológicos



#### Criminalidade

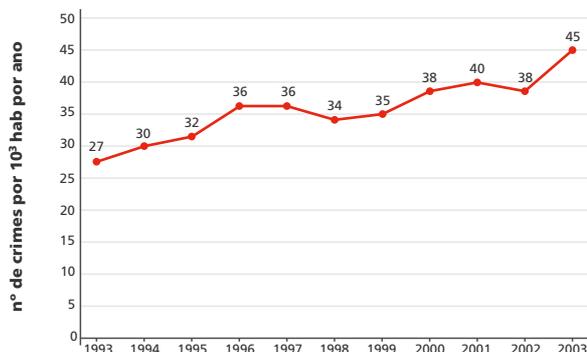


Figura 3.106

Evolução temporal da taxa de criminalidade [1993-2003]

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



##### Taxa de criminalidade

Entre 1993 e 2003 a taxa de criminalidade nos Açores descreveu uma tendência claramente crescente, atingindo os 45 crimes anuais por 1 000 habitantes em 2003. Quanto ao tipo de crimes, a grande maioria são cometidos contra o património e contra pessoas. Em termos regionais, o concelho de Ponta Delgada regista a taxa de criminalidade mais elevada (60 crimes por 1 000 habitantes), logo seguido por São Roque do Pico e Santa Cruz das Flores, os quais ultrapassam os 50 crimes por 1 000 habitantes. Os concelhos de Lajes do Pico e Povoação têm as taxas menos preocupantes (17 crimes por 1 000 habitantes). A taxa de criminalidade nos Açores é semelhante à nacional e à da Madeira, sendo bastante superior à registada em Espanha (23 crimes por 1 000 habitantes).



Figura 3.107

Taxa de criminalidade (por tipo de crime cometido) [2003]



##### Outras referências regionais

###### Legislação relevante

- **RARL n.º 9/97/A (de 12.Dez):** Pronúncia, por iniciativa própria, perante o Governo da República, sobre o fenómeno da insegurança nos Açores.

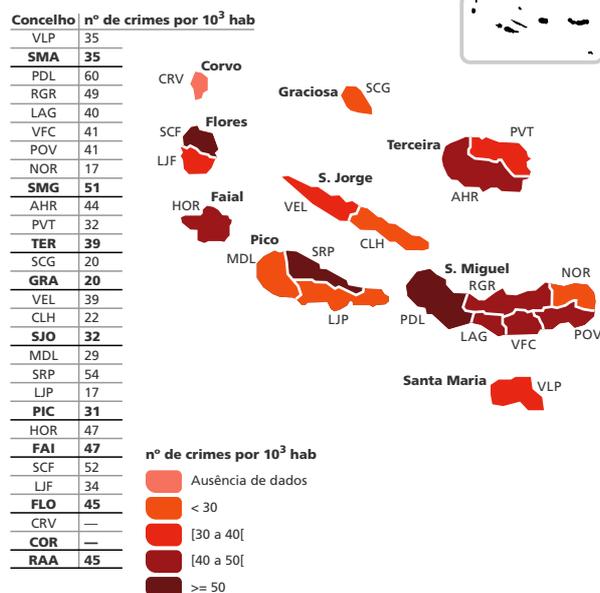


Figura 3.108

Distribuição espacial da taxa de criminalidade [2003]

## 3. Situação de Referência - analisando o presente

### 3.2. Os Ações em factos e números - contributo para o diagnóstico

#### Dimensão Institucional

##### Gestão Institucional e Local



##### Contributos das iniciativas de participação pública dos Estudos de Base

Este tema não foi abordado nas iniciativas de participação pública dos Estudos de Base.



##### Entidades certificadas

Existem 17 entidades certificadas pelas normas da série ISO 9000 (Sistemas de Gestão da Qualidade) nos Açores, representando apenas cerca de 0,1% do tecido empresarial açoriano. A nível nacional, esta percentagem sobe para o triplo do valor (aproximadamente 0,3%). A certificação com base nas normas das séries ISO 14000 e OHSAS 18000 e na norma SA8000 não tem qualquer representação nos Açores, sendo que em Portugal Continental apenas cerca de 0,02% das empresas obtiveram uma destas certificações (na grande maioria relativas aos Sistemas de Gestão Ambiental).



##### Implementação de Agendas 21 Locais

Actualmente em Portugal apenas 5% (entre 15 a 20 municípios) têm Agenda 21 Local, ao contrário de países como a Suécia e a Dinamarca que conseguiram uma aplicação plena desse processo. Os municípios dos Açores não constam dessa pequena percentagem, uma vez que nenhum deles possui este instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável a nível local.



##### Outras referências regionais

Não se identificaram outras referências regionais relevantes para este tema.



##### Certificação



**Série ISO 9000** é um conjunto de normas internacionais, de aplicação voluntária, que estabelecem os requisitos para a implementação, monitorização e melhoria contínua de Sistemas de Gestão da Qualidade.

**Série ISO 14000** é um conjunto de normas internacionais, de aplicação voluntária, que especificam um modelo de Sistemas de Gestão Ambiental que pode ser aplicado a qualquer tipo de empresa.

**Série OHSAS 18000** é um conjunto de normas, de aplicação voluntária, que estabelecem os requisitos para a implementação, monitorização e melhoria contínua de Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho.

**Norma SA8000** é um código de conduta global voluntária, que tem como objectivo implementar, manter e melhorar a qualidade social das práticas no local de trabalho (sistema de gestão para a implementação e monitorização da Responsabilidade Social).



##### Desenvolvimento Sustentável Local



**Agenda 21 Local** é um processo participativo, multi-sectorial, que visa atingir os objectivos da Agenda 21, através da preparação e implementação de um plano de acção estratégico de longo prazo dirigido às prioridades locais para o desenvolvimento sustentável. A Agenda 21 é o plano de acção das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável no Século XXI, aprovado na conferência do Rio de Janeiro de 1992.

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico

##### Sociedade de Informação e Participação



##### Contributos das iniciativas de participação pública dos Estudos de Base

###### a) Preocupação referida pelos participantes:

- Falta de civismo, traduzido num reduzido nível de participação pública dos cidadãos

###### a.1) Causa identificada pelos participantes:

- Degradação da estrutura familiar

###### a.1.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Incentivos à convivência intergeracional
- Investimento em mecanismos de apoio à família a nível económico e social

###### a.2) Causa identificada pelos participantes:

- Perda das referências de identidade e de valores (importação de valores, nomeadamente através dos media e globalização de práticas sociais)

###### a.2.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Incentivos à convivência intergeracional
- Incentivos à valorização do património cultural açoriano, através da participação nas práticas culturais da região (ex.: eventos festivos)

###### a.3) Causa identificada pelos participantes:

- Falta de interesse pelas actividades públicas e políticas

###### a.3.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Promoção da participação dos jovens nas decisões públicas
- Criação de uma disciplina sobre cidadania (ou, em alternativa, incorporação de conteúdos sobre cidadania numa perspectiva transdisciplinar)
- Apoio aos movimentos associativos, nomeadamente através de financiamentos e benefícios fiscais que estimulem o surgimento de novas associações

###### a.4) Causa identificada pelos participantes:

- Consumismo exacerbado

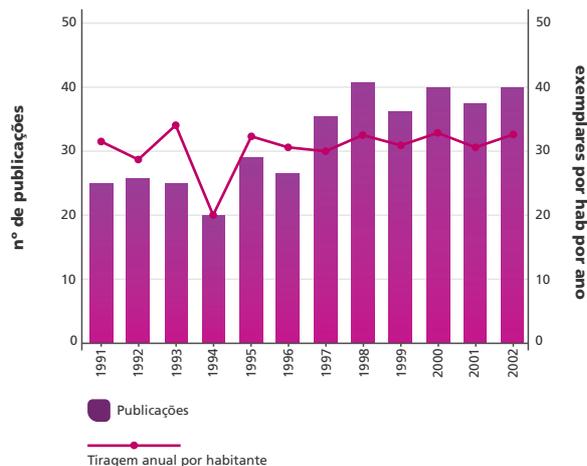
###### a.4.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Não foram propostas medidas para a prevenção ou resolução desta causa

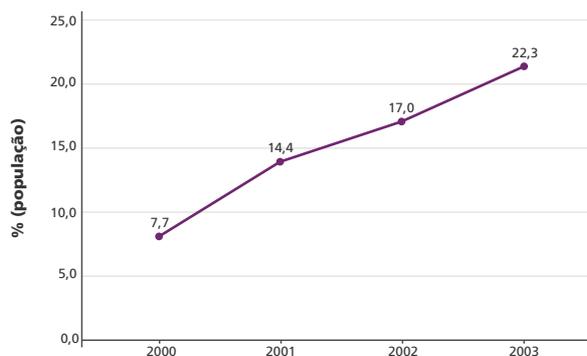


##### Imprensa escrita

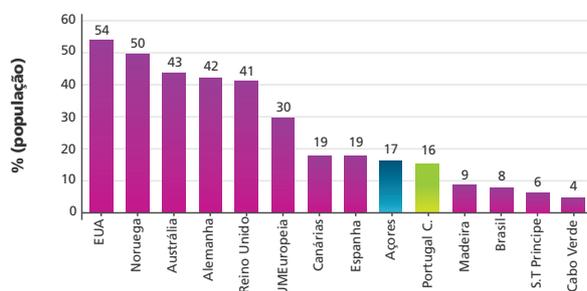
O número de publicações de imprensa nos Açores descreveu uma tendência crescente na década 1991-2002, atingindo as 40 publicações em 2002. Refira-se que as ilhas da Graciosa e do Corvo não possuíam qualquer publicação em 2002, Santa Maria tinha apenas uma e as ilhas de São Jorge, Pico e Flores apresentavam duas, concentrando-se assim o maior número de publicações nas ilhas mais populosas e economicamente mais desenvolvidas (São Miguel com 17 publicações, Terceira com onze e Faial com sete). No que respeita à tiragem anual por habitante, manteve-se relativamente constante ao longo do período analisado, apresentando apenas um valor consideravelmente mais baixo no ano de 1994 (20 exemplares). Em 2002, a RAA registou uma tiragem anual por habitante de 33 exemplares. Este valor é cerca de metade do observado em Portugal Continental (66 exemplares) e inferior ao registado na Madeira em 2001 (46 exemplares).



**Figura 3.109**  
Evolução temporal da imprensa escrita [1991-2002]



**Figura 3.110**  
Evolução temporal da taxa de acesso à internet [2000-2003]



**Figura 3.111**  
Taxa de acesso à internet em várias regiões/países [2002]

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



**Tiragem** é o número de exemplares de uma edição impressos de uma só vez.



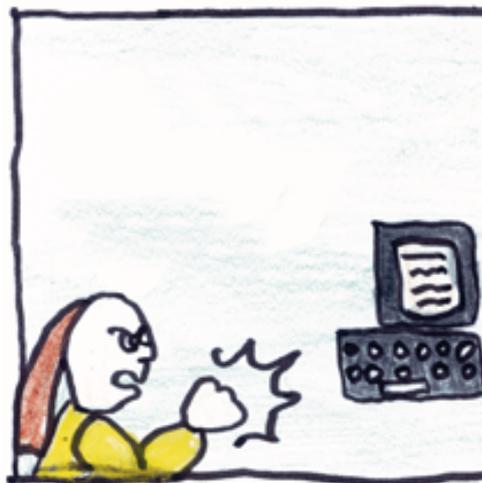
#### Taxa de acesso à internet

Segundo os dados disponíveis, a taxa de acesso à internet entre 2000 e 2003 apresentou um acentuado aumento nos Açores (cerca de 15%). Em 2003 a taxa de acesso à internet na Região era a segunda mais alta a nível nacional, apenas ultrapassada pela região de Lisboa e Vale do Tejo. Tomando o ano de 2002 como referência, o arquipélago apresenta valores (17%) ao nível dos nacionais, de Espanha e das Canárias. As restantes regiões insulares apresentam taxas inferiores à da RAA. Pode referir-se ainda que os países economicamente mais desenvolvidos registam taxas de acesso à internet significativamente superiores à da Região, sendo o valor mais elevado observado nos EUA (54%).



#### Absentismo eleitoral

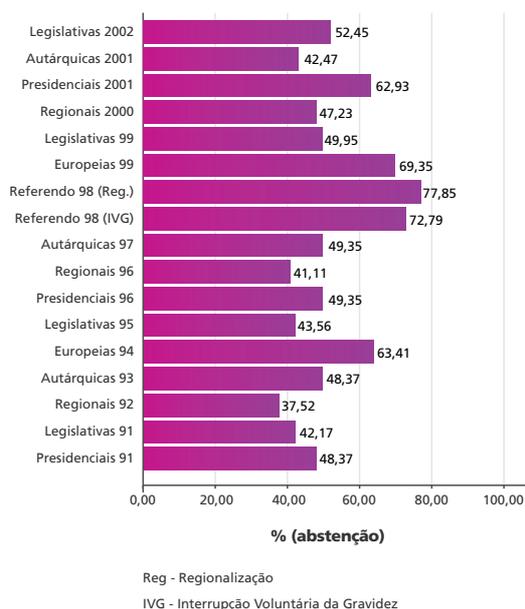
Nas várias eleições realizadas nos Açores entre 1991 e 2002, a abstenção variou entre os 37% e os 78% (aproximadamente), atingindo uma média de cerca de 52%. O valor mais baixo registou-se nas eleições regionais de 1992 e a percentagem mais elevada ocorreu no Referendo sobre a Regionalização, em 1998. A média referida é superior à média nacional e à da Madeira no mesmo período (cerca de 45%), superando também a média registada nas Canárias entre 1996 e 2000 (aproximadamente 40%). É de notar que as eleições mais participadas são normalmente as regionais e as que menos interesse parecem despertar na população açoriana são as eleições para o Parlamento Europeu. Centrando a atenção nas eleições legislativas de 2002, verifica-se que a menor abstenção ocorreu no concelho do Corvo, existindo, por oposição, sete concelhos do arquipélago que ultrapassaram os 50% de taxa de abstenção, contribuindo de forma significativa para o valor global observado nos Açores.



**Mariana Dias**  
5º Ano de Escolaridade  
Concurso Escolar "Açores 2030"



#### Participação Pública



**Figura 3.112**  
Evolução temporal do absentismo eleitoral [1991-2002]

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



#### Outras referências regionais

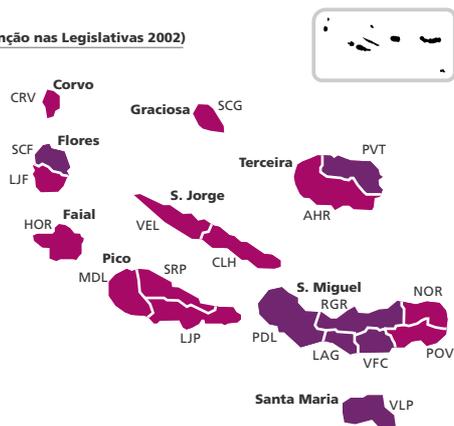
##### Legislação relevante

- **DLR n.º 19/94/A (de 13.Jul):** Institui o Sistema de Ajudas Financeiras para a Modernização e Expansão dos Meios de Comunicação Social da Região Autónoma dos Açores.
- **DRR n.º 10/94/A (de 8.Out), rectificado pela Declaração de rectificação n.º 226/94 (30.Nov):** Regulamenta o Sistema de Ajudas Financeiras para a Modernização e Expansão dos Meios de Comunicação Social da Região Autónoma dos Açores.



Concelho % (abstenção nas Legislativas 2002)

VLP	58,71
<b>SMA</b>	<b>58,71</b>
PDL	57,83
RGR	58,00
LAG	60,01
VFC	54,38
POV	45,98
NOR	40,39
<b>SMG</b>	<b>56,34</b>
AHR	49,52
PVT	50,67
<b>TER</b>	<b>49,94</b>
SCG	44,05
<b>GRA</b>	<b>44,05</b>
VEL	44,60
CLH	45,38
<b>SJO</b>	<b>44,94</b>
MDL	41,02
SRP	41,58
LJP	44,83
<b>PIC</b>	<b>42,55</b>
HOR	46,48
<b>FAI</b>	<b>46,48</b>
SCF	53,56
LJF	41,39
<b>FLO</b>	<b>48,78</b>
CRV	26,78
<b>COR</b>	<b>26,78</b>
<b>RAA</b>	<b>52,45</b>

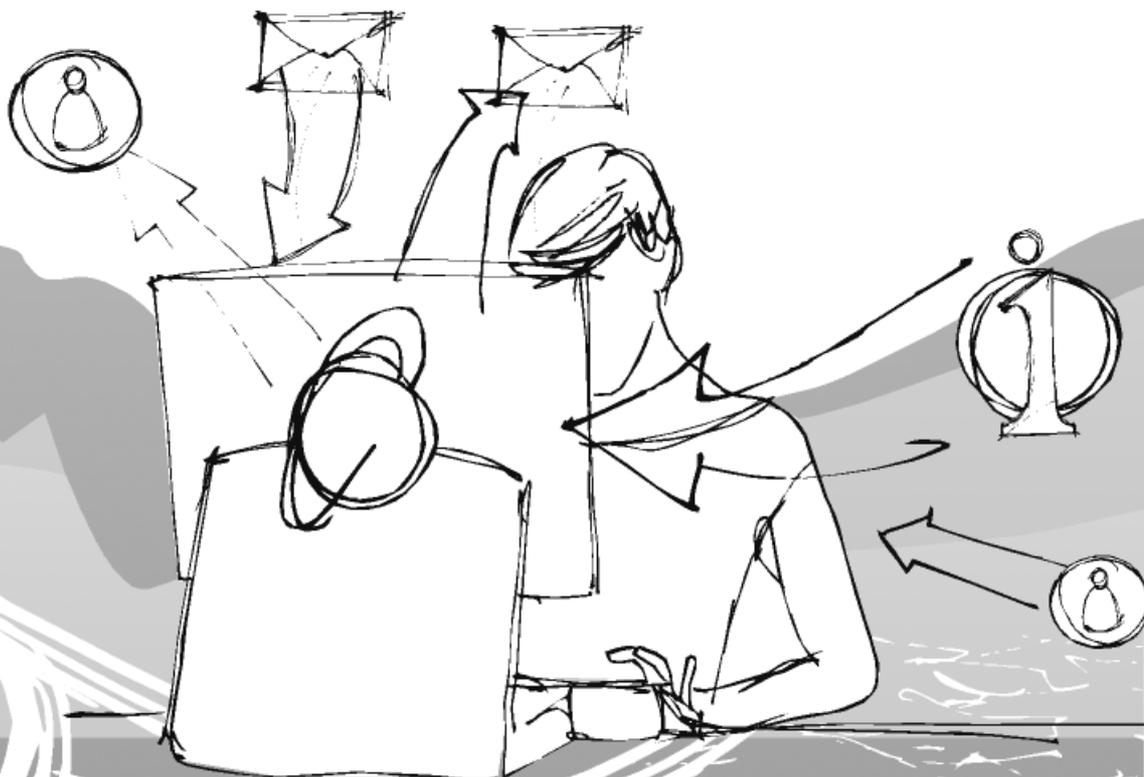


% (abstenção nas Legislativas 2002)

- <= 25%
- ]25% a 50%[
- [50% a 75%[
- >= 75%

**Figura 3.113**

Distribuição espacial do absentismo eleitoral (Eições Legislativas) [2002]



### 3. Situação de Referência - analisando o presente

### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico

#### Investimento e Despesa



#### Contributos das iniciativas de participação pública dos Estudos de Base

As prioridades de investimento identificadas pelos participantes foram referidas nos respectivos temas específicos.



#### Orçamento público para a promoção da qualidade ambiental

O orçamento público para a promoção ambiental nos Açores manteve-se relativamente constante entre 1990 e 1996 (com valores entre 500 mil e um milhão de euros), iniciando nos anos seguintes um percurso crescente muito significativo e atingindo quase os 11 milhões de euros em 2004. Segundo dados disponíveis, o investimento em promoção da qualidade ambiental representava, em 2001, cerca de 0,35% do PIB açoriano. Estes valores não foram distribuídos de igual forma pelas várias ilhas, sendo que, tomando o ano de 2004 como referência, cerca de 36% foi atribuído a São Miguel e apenas 0,6% a Santa Maria.



#### Orçamento público para o desenvolvimento da agro-pecuária

Em 2001, o orçamento público para o desenvolvimento da agricultura, pecuária e silvicultura representava cerca de 1,89% do PIB da RAA, sendo que 0,82% desse valor foi aplicado na ilha de São Miguel, 0,28% na Terceira e os restantes 0,8% do PIB açoriano foram distribuídos pelas restantes ilhas. Os montantes orçamentados para esta área sofreram variações significativas entre 1990 e 2004, começando por apresentar uma tendência decrescente até 1999, a qual se inverteu com uma subida acentuada em 2000 e mantendo-se, a partir daí, relativamente constante. Assim, em 2004, a parcela de orçamentação pública para a agro-pecuária fixou-se em cerca de 40 milhões de euros.



#### Orçamento público para o desenvolvimento das pescas

O desenvolvimento das pescas dos Açores representou 0,18% do PIB em 2001, sendo importante referir que esse foi o ano de orçamentação mais elevada para esta área entre 1990 e 2004. Apenas entre 1996 e 2001 o orçamento público para o desenvolvimento das pescas descreveu uma tendência crescente bastante significativa (atingindo cerca de 24 milhões de euros), voltando depois aos antigos valores entre 9 milhões e 15 milhões de euros. Em termos regionais, o investimento anual em 2003 foi atribuído na sua maior parte às ilhas de São Miguel, Terceira, Pico e Faial, sendo o Corvo a ilha menos beneficiada por investimento público nesse ano.



#### Qualidade Ambiental

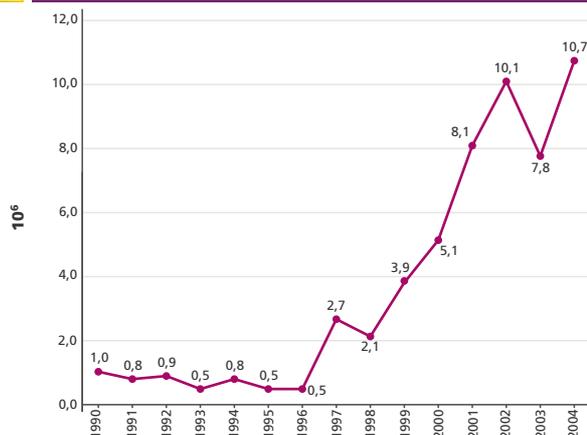


Figura 3.114

Evolução temporal do orçamento público para a promoção da qualidade ambiental [1990-2004]



#### Agro-pecuária



Figura 3.115

Evolução temporal do orçamento público para o desenvolvimento da agro-pecuária [1990-2004]



#### Pescas

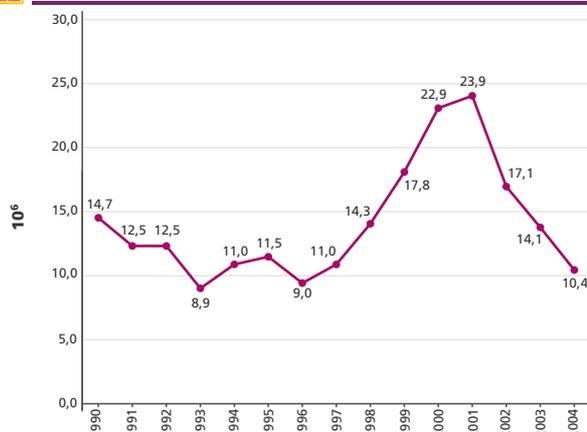


Figura 3.116

Evolução temporal do orçamento público para o desenvolvimento das pescas [1990-2004]

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



##### Orçamento público para o desenvolvimento turístico

Entre 1990 e 2004 o orçamento público para desenvolvimento turístico nos Açores sofreu variações significativas (entre 5,7 milhões e 15,7 milhões de euros, valores extremos observados, curiosamente, em anos seguidos), podendo afirmar-se que a tendência geral foi ligeiramente decrescente ao longo do período analisado. Tomando 2001 como ano de referência, o orçamento para esta área representou 0,36% do PIB açoriano, tendo sido aplicados os montantes mais reduzidos às ilhas do Corvo e Flores, por oposição à ilha de São Miguel, cujo orçamento para esta área foi o mais significativo (0,21% do PIB). Refira-se que o valor registado na ilha de São Miguel deverá apresentar uma significativa afectação decorrente das verbas atribuídas à promoção de clubes desportivos.



##### Orçamento público para o sector energético

O orçamento público para o sector energético açoriano sofreu um decréscimo bastante acentuado entre 1990 e 1993 (de 8,7 milhões para 1,3 milhões de euros). Entre 1993 e 2004 os montantes orçamentados para esta área mantiveram-se relativamente constantes, fixando-se em cerca de 700 mil euros no último ano analisado. Numa perspectiva mais abrangente, refira-se que, segundo dados de 2001, o orçamento público para o sector energético representava apenas 0,04% do PIB da RAA.



##### Orçamento público para o sector dos transportes

As várias ilhas dos Açores apresentam orçamentações bastante díspares para o sector dos transportes (dados de 2001). O orçamento público de São Miguel representa, por si só, 0,91% do PIB açoriano, seguindo-se a Terceira com 0,32%, Faial, Pico e São Jorge rondando os 0,10%, Santa Maria Graciosa e Flores variando entre 0,01% e 0,04% e o Corvo com um montante representativo de menos de 0,01% do PIB regional. Esta superior canalização de orçamento para a área dos transportes em São Miguel estará relacionada com o facto de a companhia aérea SATA estar sediada nessa ilha, pelo que esta análise deve ser encarada neste contexto. No total, o orçamento público para o sector dos transportes representava 1,68% do PIB da RAA, em 2001. Entre 1990 e 2004 pode considerar-se que o valor orçamentado para o sector dos transportes se manteve relativamente constante, próximo dos 40 milhões de euros, sendo de referir que o valor mais elevado (53,5 milhões de euros), registado em 1992, foi prosseguido pelo montante mais baixo (24,7 milhões de euros).



##### Turismo

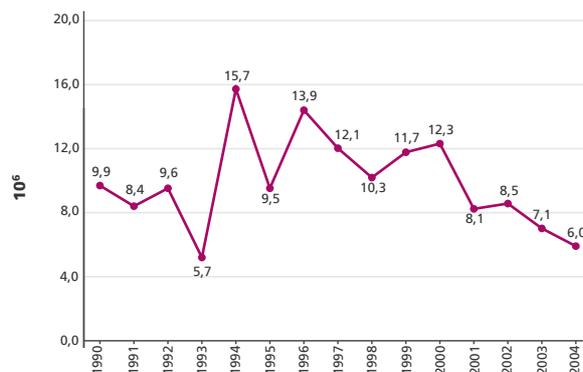


Figura 3.117

Evolução temporal do orçamento público para o desenvolvimento turístico [1990-2004]



##### Energia

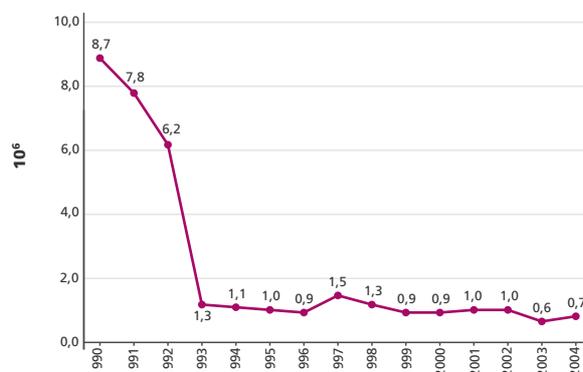


Figura 3.118

Evolução temporal do orçamento público para o sector energético [1990-2004]



##### Transportes

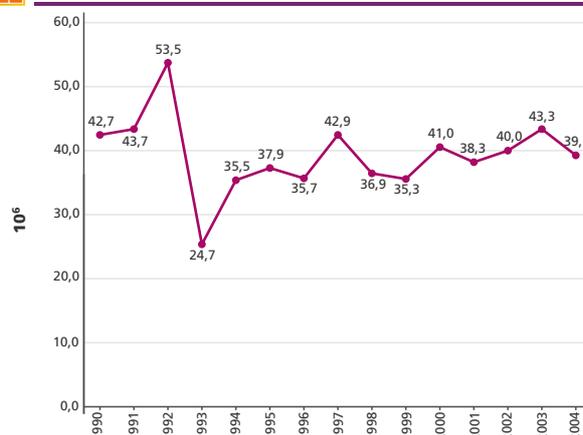


Figura 3.119

Evolução temporal do orçamento público para o sector dos transportes [1990-2004]

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



##### Orçamento público para o sector da saúde

Entre 1990 e 2004 o orçamento público para o sector da saúde nos Açores registou o valor mais elevado em 1994 (23 milhões de euros), ultrapassando apenas nos dois anos seguintes os 20 milhões de euros. Nos restantes anos, o montante orçamentado para esta área oscilou entre cerca de 7 milhões e 14 milhões de euros. Focando a atenção nos dados de 2001, o orçamento para o sector da saúde representou 0,36% do PIB da RAA, sendo que os montantes mais significativos dizem respeito a São Miguel (cerca de 0,18% do PIB), Terceira e Faial (aproximadamente 0,9% do PIB) e valores representativos de menos de 0,01% do PIB foram contemplados nas restantes ilhas. Os Açores apresentam a menor fatia do PIB para o sector da saúde comparativamente a outras regiões/países, sendo o único valor inferior a 1%. A maioria dos países analisados registam um orçamento público para o sector da saúde representativo de cerca de 6% do PIB (incluindo Portugal Continental), com excepção do Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe (cujos valores variam entre 1,50% e 3,78% do PIB) e, no extremo oposto, da Alemanha, com um valor de cerca de 8,10% do PIB.



##### Orçamento público para o sistema educativo

O orçamento público para o sistema educativo açoriano descreveu uma tendência crescente entre 1990 e 2004, tendo atingido o seu montante mais elevado em 2000 (cerca de 34 milhões de euros) e fixando-se em 21,5 milhões de euros em 2004. Em 2001 o valor orçamentado para São Miguel representou 0,58% do PIB da RAA, seguindo-se a Terceira e São Jorge (com 0,21% e 0,13% do PIB respectivamente). O Corvo apresentou o orçamento mais reduzido para esta área, em conformidade com a população escolar da ilha. O valor relativo de orçamento público para o sistema educativo nos Açores (1,06% do PIB) é o mais baixo dos países analisados (segundo dados de 2001), situando-se ao nível do valor registado no Brasil. Os EUA registam o valor mais elevado (7,88% do PIB), logo seguido por Portugal Continental (6,91% do PIB).



##### Saúde

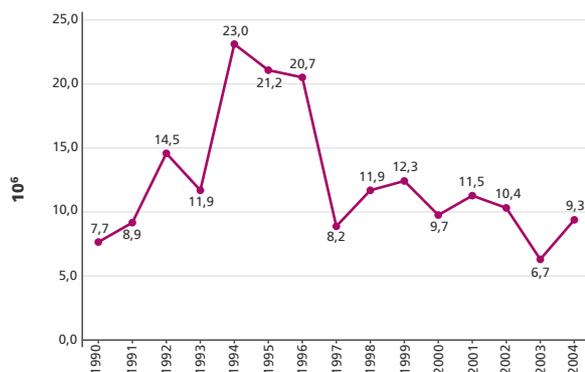


Figura 3.120

Evolução temporal do orçamento público para o sector da saúde [1990-2004]

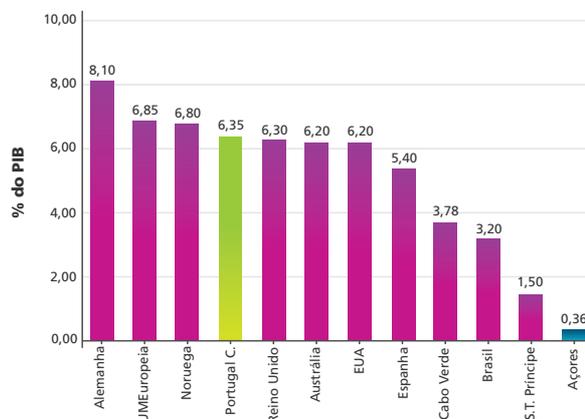


Figura 3.121

Orçamento público para o sector da saúde em várias regiões/países [2001]



##### Educação



Figura 3.122

Evolução temporal do orçamento público para o sistema educativo [1990-2004]

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



##### Orçamento público para a segurança social

O orçamento público para a segurança social representou cerca de 0,16% do PIB açoriano em 2001, sendo que esta área apenas foi contemplada nas ilhas de São Miguel, Terceira, Pico, Graciosa e Santa Maria. Alargando a análise ao intervalo de tempo entre 1990 e 2004, pode afirmar-se que a área da segurança social viu a sua orçamentação pública crescer de forma muito acentuada, registando o montante mais baixo em 1993 e 1996 (1,5 milhões de euros) e atingindo os 11,4 milhões de euros em 2004.



##### Orçamento público para Investigação & Desenvolvimento

A orçamentação pública para a Investigação & Desenvolvimento nos Açores sofreu acréscimos sucessivos, desde 1997, atingindo o valor mais elevado em 2000 (cerca de 10 milhões de euros) e fixando-se em 6,2 milhões de euros em 2004. Segundo dados de 2001 e 2002, apenas as ilhas de São Miguel, Pico e Faial receberam orçamentação específica para a área científica, sendo que em 2003 tal só aconteceu em São Miguel. Centrando a atenção em dados de 2002, verifica-se que a RAA regista um valor relativo (0,02% do PIB) muito mais reduzido do que os observados nas restantes regiões/países analisados. Apenas as outras regiões insulares (Madeira e Canárias), Portugal Continental e Espanha apresentam valores inferiores a 1% do PIB. As percentagens mais elevadas registaram-se na Alemanha e EUA (2,50% e 2,72% do PIB, respectivamente). Deve referir-se que esta análise contempla apenas a orçamentação pública, não sendo consideradas outras fontes de financiamento resultantes de qualquer tipo de colaboração ou parceria.

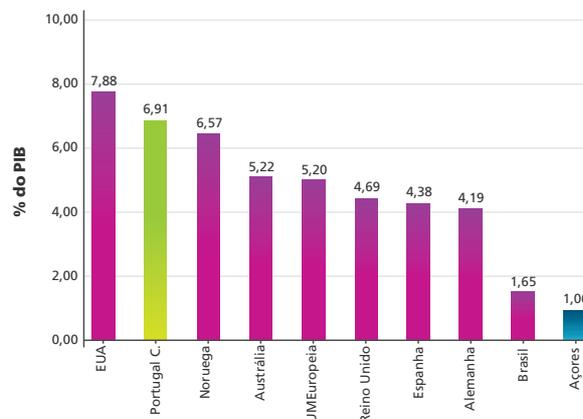


Figura 3.123  
Orçamento público para o sistema educativo em várias regiões/países [2002]



##### Segurança Social

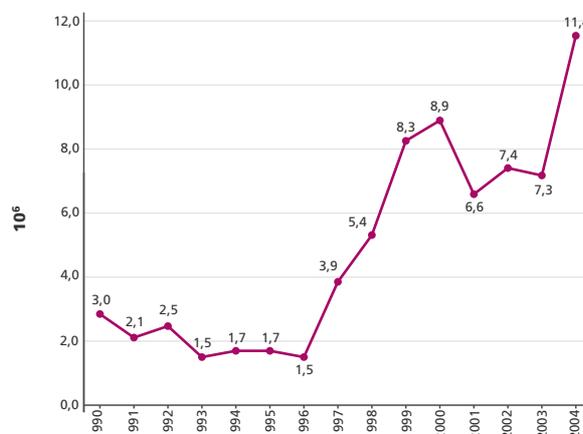


Figura 3.124  
Evolução temporal do orçamento público para a segurança social [1990-2004]



##### Ciência e Tecnologia

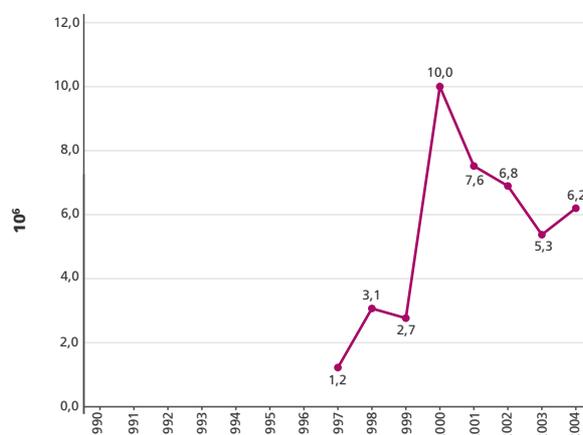


Figura 3.125  
Evolução temporal do orçamento público para Investigação & Desenvolvimento [1990-2004]



## 3. Situação de Referência - analisando o presente

### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



#### Outras referências regionais

O **Programa Operacional para o Desenvolvimento Económico e Social dos Açores (PRODESA)** integra uma parcela substancial dos fundos estruturais da União Europeia postos à distribuição da Região Autónoma dos Açores, no âmbito do QCA III, para o período de programação 2000 - 2006. As orientações de política económica e social do Governo Regional, bem como os objectivos aprovados no âmbito do PRODESA são as referências essenciais para a elaboração dos anteriormente designados Planos de Médio Prazo e, de acordo com o DLR n.º 20/2002/A de 28 de Maio, actualmente denominadas **Orientações de Médio Prazo**, tendo sido a última, referente ao período 2005-2008, aprovada pelo DLR n.º 7/2005/A, de 20 de Maio. Este documento explicita a parametrização da política de desenvolvimento, os vários Programas de Investimento preconizados (com a respectiva discriminação e projecção financeira) e os programas e iniciativas comunitários previstos para a RAA.

#### Legislação relevante

- **DLR n.º 26/2000/A (de 10.Ago):** Cria o Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores (SIDER).
- **DLR n.º 20/2002/A (de 28.Mai):** Consagra o regime jurídico do Sistema Regional de Planeamento dos Açores (SIRPA).

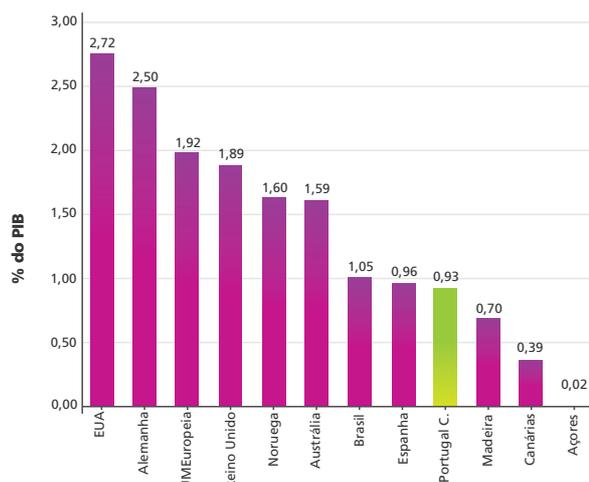


Figura 3.126

Orçamento público para Investigação & Desenvolvimento em várias regiões/países [2002]



#### Investigação & Desenvolvimento como instrumento de sustentabilidade

"A interação entre investigação e o primeiro pilar do desenvolvimento sustentável, o crescimento económico, está há muito demonstrada. Os dados estatísticos evidenciam-na de forma muito expedita (e.g. despesa com actividades de I&D vs crescimento do PIB). A inovação, enquanto capacidade para a obtenção de resultados económicos - suporta um dos actuais paradigmas contemporâneos, a competitividade - é um óptimo motor para a criação de valor e, porventura, a verdadeira oportunidade para a distribuição de riqueza em sociedades que sabem usar essa via para a eliminação da pobreza. Nesta base, não pode ser mais simples e directa a ligação da investigação ao segundo pilar do desenvolvimento sustentável, ou seja, à coesão e justiça social. Espera-se, portanto, que a investigação, tendo como objecto contribuir para um processo ou sistema mais eficiente, possa melhorar a qualidade de vida. Com uma perspectiva razoavelmente optimista - mas sem menosprezar os perigos e sem procurar diluir alguns erros lamentáveis que as "descobertas" têm tido nos últimos séculos - podemos admitir que a I&D é uma força motriz para o desenvolvimento sustentável e vai continuar a contribuir para se construir o mundo "bom e justo" para toda a população do planeta. Seguidamente, o terceiro pilar do desenvolvimento sustentável, a qualidade ambiental. É claro que esse valor será um bem cada vez maior no futuro e, rapidamente, se tornará menos controverso fazer opções entre, por exemplo, a conservação da biodiversidade e a construção de infra-estruturas (pelo que, ao contrário de hoje, se tornará pouco estimulante a respectiva discussão...), ou clamar pela aplicação generalizada do princípio do utilizador/poluidor-pagador.

Finalmente, é certo que, paulatinamente, também as questões da protecção ambiental se tornaram intrínsecas a qualquer actividade de investigação sensu lato, sendo subjacente à inovação a minimização do uso de recursos escassos.

Resta o "quarto pilar" do desenvolvimento sustentável, ou seja, a ligação à governação, aos valores e mentalidade na sociedade, assim como à qualidade da administração pública e das empresas. Em Portugal, este quarto pilar é um factor-chave. É necessário uma mentalidade aberta nas instituições - na área do ensino e investigação, assim como nos sectores económicos - e uma capacidade empreendedora da sociedade para que se consiga dar a resposta adequada ao desafio de um forte financiamento para a inovação tecnológica. A visão estratégica, duradoura, de I&D em Portugal requer recursos para investigação nas universidades, claro, mas também algum apoio para essa actividade nas empresas privadas. Por isso, é necessário ganhar massa crítica nos departamentos empresariais e públicos de I&D e conseguir fomentar o trabalho em rede, assim se contribuindo para que o esforço e grau de profundidade científica possa resultar num ganho útil. Acreditamos, nesse contexto, que a actividade de investigação ganharia mais valias em ser objecto das, agora tão referidas, parcerias público-privadas."

Adaptado de 20 anos 20 temas, Associação Portuguesa de Engenharia do Ambiente, 2005

## 3. Situação de Referência - analisando o presente

### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico

#### Gestão de Riscos



#### Contributos das iniciativas de participação pública dos Estudos de Base

##### a) Preocupação referida pelos participantes:

- Precariedade do funcionamento da Protecção Civil

##### a.1) Causa identificada pelos participantes:

- Falta de infra-estruturas e equipamentos

##### a.1.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Investimento em infra-estruturas e meios materiais e tecnológicos

##### a.2) Causa identificada pelos participantes:

- Lógica de funcionamento inadequada

##### a.2.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Planificação integrada das acções de todas as forças de segurança, contemplando a prevenção e a actuação

- Sensibilização das populações para as questões associadas à segurança através da melhoria dos sistemas de informação ao público

##### a.3) Causa identificada pelos participantes:

- Falta de meios humanos com formação adequada

##### a.3.1) Medidas propostas pelos participantes:

- Reforço dos meios humanos

- Formação contínua dos agentes de segurança



#### Protecção Civil

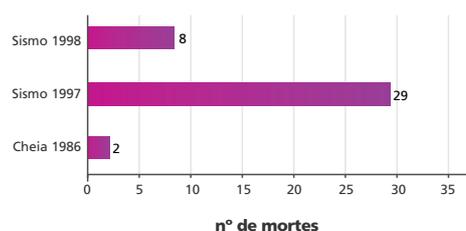


Figura 3.127

Perdas humanas e materiais devido a desastres naturais (número de mortes) [1986, 1997 e 1998]

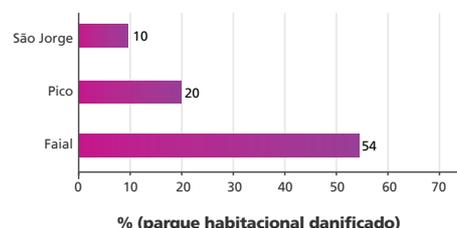


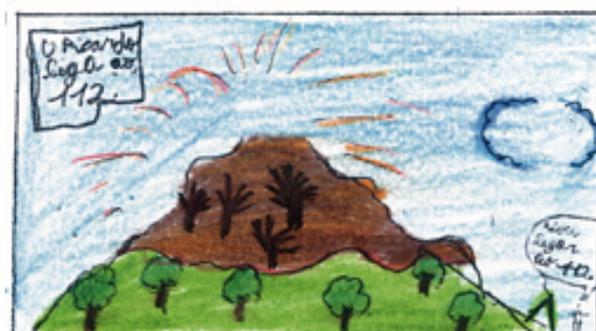
Figura 3.128

Perdas humanas e materiais devido a desastres naturais (parque habitacional danificado) [1998]



#### Perdas humanas e materiais devido a desastres naturais

O arquipélago dos Açores sofre ciclicamente os efeitos de desastres naturais, uma vez que se situa numa zona de instabilidade tectónica e vulcânica. Entre as ocorrências dos últimos anos, refiram-se as cheias do Faial da Terra (São Miguel), a 2 de Setembro de 1986, que foram responsáveis por duas mortes, o sismo de 31 de Outubro de 1997 (na Ribeira Grande, São Miguel) e o sismo de 9 de Julho de 1998, que afectou as ilhas do Faial, Pico e São Jorge. Relativamente a perdas humanas, o sismo de 1997 foi o mais mortal, com 29 óbitos. Em relação a perdas materiais, o sismo de 1998 foi dos mais destruidores. A ilha do Faial foi a mais atingida por esta ocorrência, com 2 282 habitações afectadas (das quais 866 foram completamente destruídas). O Pico também foi bastante atingido por este sismo, tendo sido destruídas 207 habitações (das 897 que sofreram danos). Em São Jorge foram atingidas 13 moradias nesta ocorrência.



Ricardo Corredoura

5º Ano de Escolaridade

Concurso Escolar "Açores 2030"

## 3. Situação de Referência - analisando o presente

### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico



#### Planos de Emergência

Na RAA existem dez Planos Municipais de Emergência aprovados pelo Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores (SRPCBA), nomeadamente nos seguintes concelhos: Santa Cruz da Graciosa, Vila do Porto, Lagoa, Ponta Delgada, Santa Cruz das Flores, Vila Franca do Campo, Horta, Vila Nova do Corvo, Praia da Vitória e Povoação. Este facto demonstra a preocupação crescente por parte da população e das entidades competentes relativamente à prevenção das consequências das catástrofes naturais. Refira-se ainda a existência, nos Açores, de três planos de emergência para acidentes com substâncias perigosas.



#### Outras referências regionais

O **Plano Regional de Habitação** aborda, entre outros temas, ocorrências como a catástrofe da Ribeira Quente em 1997 e a crise sísmica de 1998 nas ilhas de Faial, Pico e S. Jorge.

Por outro lado, o **Plano Regional de Emergência dos Açores**, elaborado logo após o sismo de 1998 pelo Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores (SRPCBA), visa articular a acção de várias entidades na resposta a catástrofes ocorridas em qualquer local do arquipélago, nomeadamente a EDA, os CTT, as administrações portuárias e aeroportuárias, a PSP e outras.

#### Legislação relevante

- **DLR n.º 15-A/98/A (de 25.Set), alterado pelo DLR n.º 8/2003/A (de 12.Mar) e pelo DLR n.º 23/2004/A (de 29.Jun):** Estabelece os apoios a conceder aos sinistrados da crise sísmica de 9 de Julho de 1998, com vista a promover a reconstrução das habitações afectadas, através da adopção de medidas excepcionais de carácter financeiro.
- **DLR n.º 13/99/A (de 15.Abr):** Cria centros operacionais de emergência de protecção civil a nível regional e municipal.
- **DLR n.º 8/2003/A (de 15.Fev), alterado pelo DRR n.º 26/2003/A (de 20.Ago):** Ratifica as medidas preventivas para as áreas das freguesias rurais do concelho da Horta afectadas pelo sismo de 1998.



Entre os vários protocolos assinados e comissões criadas com o objectivo de assegurar a fluidez de informação entre as várias entidades decisoras em situações de emergência, deve referir-se a existência de um Programa de Trabalhos, formulado pela Comissão das Comunicações de Emergência, que visa a elaboração de um "Sistema de Assinantes de Telecomunicações Nacionais Prioritárias em Caso de Emergência". Por outro lado, o Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores deu início ao projecto "Rede Integrada de Radiocomunicações Privativas", de modo a garantir, em situações de rotina, de emergência ou catástrofe, a fiabilidade da rede de comunicações entre vários órgãos decisores e de protecção civil.



### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Ações em factos e números - contributo para o diagnóstico

##### Síntese

Apresenta-se de seguida uma síntese do contributo para o diagnóstico de Sustentabilidade apresentado no presente Capítulo, baseado na proposta de *Sistema Regional de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (Anexo I)*.

Dimensão Ambiental			
INDICADOR	VALOR	ANO	AValiação
Emissão de GEE	≈1000 10 <sup>3</sup> t CO <sub>2</sub> eq·ano <sup>-1</sup> 4,2 t CO <sub>2</sub> eq·hab <sup>-1</sup> ·ano <sup>-1</sup>	2002	
Concentração de poluentes atmosféricos em áreas urbanas	NO <sub>2</sub> : ≈26 µg·m <sup>-3</sup> (max. registado) SO <sub>2</sub> : ≈7 µg·m <sup>-3</sup> (max. registado) O <sub>3</sub> : ≈113 µg·m <sup>-3</sup> (max. registado)	—	
Usos do solo	65% agrícolas e outros; 21% matos; 9,0% floresta; 5,8% urbanos; 0,2% industriais	2000	
Concelhos com Plano Director Municipal	37% (em vigor ou revisão)	2003	
Orla costeira com Plano de Ordenamento	40% (em publicação)	2004	
Intensidade de exploração de água	13% (consumos / disponibilidades)	2002	
Qualidade das águas superficiais	41% lagoas "eutróficas" 8% lagoas "com má qualidade ecológica"	2000	
Qualidade das águas subterrâneas	82% análises conformes 18% análises não conformes	2000	
Qualidade das águas costeiras	76% qualidade "boa" 37% com bandeira azul	2003	
Necessidades por tipo de utilizador	56% urbano; 21% indústria; 21% agro-pecuária 1% turismo; 1% outros usos	2000	
População servida por água com qualidade adequada	79%	2001	
População servida por sistemas de drenagem e tratamento adequado de águas residuais	22% com tratamento adequado	2001	
Espécies ameaçadas e protegidas	215 ameaçadas 115 protegidas	2001	
Áreas protegidas e classificadas	16% da área territorial terrestre	2001	
Produção de resíduos sólidos urbanos	1,4 kg·hab <sup>-1</sup> ·dia <sup>-1</sup>	2001	
Produção de resíduos industriais	147 671 t 2% de RIP dos RI produzidos	2003	
Recolha selectiva e reciclagem de resíduos	4% RSU reciclados	2003	

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico

Dimensão Económica			
INDICADOR	VALOR	ANO	AValiação
PIB <i>per capita</i>	10,2 10 <sup>3</sup> €·hab <sup>-1</sup>	2002	
VAB por sectores económicos	≈35% outros serviços ≈18% adm. pública (...) ≈11% transportes e comunicações ≈36% outros sectores económicos	2001	
Balança comercial	-2,5% do PIB	2002	
Taxa de crescimento empresarial	14%	2001 - 2002	
Solo arável	≈4% da área total	2001	
Utilização de agroquímicos	2 656 kg de fertilizantes por ha SAU	2001	
Produção biológica	4x10 <sup>-3</sup> % da SAU (produção vegetal)	2002	
Encabeçamento pecuário	2,5 CN por ha de superfície forrageira	1999	
Intensidade de exploração de recursos piscícolas	7,2 10 <sup>6</sup> ·kg de pescado capturado	2002	
Capacidade de alojamento	7 154 camas (97% em hotelaria tradicional e 3% em turismo rural)	2004	
Intensidade turística	0,33 (dormidas/população residente)	2002	
Consumo de energia eléctrica <i>per capita</i>	2 313 kWh·hab <sup>-1</sup>	2003	
Produção de energia eléctrica proveniente de FER	≈21% da energia eléctrica produzida	2002	
Intensidade energética	0,19 TEP·hab <sup>-1</sup> 0,02 TEP·10 <sup>-3</sup> ·€ <sup>-1</sup> de PIB	2002 2001	
Produção industrial	69% ind. alimentares, bebidas e tabaco 9% produtos minerais não metálicos 22% outros	2001	
Utilização de transportes públicos	7 742 km·hab <sup>-1</sup> ·ano <sup>-1</sup> (carreiras urbanas) 76 236 km·hab <sup>-1</sup> ·ano <sup>-1</sup> (carreiras interurbanas)	2001	
Taxa de motorização	435 veículos·10 <sup>-3</sup> ·hab <sup>-1</sup>	2003	

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Ações em factos e números - contributo para o diagnóstico

Dimensão Social			
INDICADOR	VALOR	ANO	AVALIAÇÃO
Densidade populacional	≈103 hab·km <sup>-2</sup>	2002	
Taxa de envelhecimento	62%	2002	
Taxa de dependência	≈50%	2002	
Taxa de crescimento populacional	1,7‰ (crescimento natural) 4,5‰ (crescimento migratório) 6,2‰ (crescimento efectivo)	01-02	
Taxa de desemprego	2,5%	2002	
Emprego por sectores de actividade	≈13% no sector primário ≈28% no sector secundário ≈59% no sector terciário	2003	
Taxa de equidade salarial por género	77%	2002	
Taxa de mortalidade infantil	6,5‰	2002	
Esperança média de vida	≈74 anos	01-02	
População infantil vacinada contra doenças infecciosas	≈84%	2001	
Taxa de população por serviços de saúde	848 hab·médico <sup>-1</sup> 381 hab·enfermeiro <sup>-1</sup> 295 hab·cama <sup>-1</sup>	2001	
População com o ensino secundário completo	≈10%	2001	
Taxa de analfabetismo	≈9%	2001	
Taxa de alunos por docente	Pré-Escolar: 16 1º Ciclo: 17 2º Ciclo: 8 3º Ciclo: 6 Secundário: 6 Superior: 10	01-02	
Taxa de infra-estruturas culturais	2,4 ·10 <sup>3</sup> ·hab·infra-estrutura <sup>-1</sup>	2002	
População em habitação precária	0,59% em alojamentos não clássicos (barracas e outros) 0,06% em alojamentos clássicos sem condições de habitabilidade	2001	
Taxa de criminalidade	45 crimes ·10 <sup>-3</sup> ·hab <sup>-1</sup>	2003	

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico

Dimensão Institucional			
INDICADOR	VALOR	ANO	AVALIÇÃO
Entidades certificadas	<b>Série ISO 9000:</b> 0,1% do universo empresarial <b>Série ISO 14000:</b> 0,0% do universo empresarial <b>Série OHSAS 18000:</b> 0,0% do universo empresarial <b>Série SA8000:</b> 0,0% do universo empresarial	2004	
Implementação de Agendas 21 Locais	0	2004	
Imprensa escrita	40 publicações 33 exemplares-hab <sup>1</sup> -ano <sup>1</sup>	2002	
Taxa de acesso à internet	≈22%	2003	
Absentismo eleitoral	≈52%	91-02	
Orçamento público para a promoção da qualidade ambiental	0,35% PIB	2001	
Orçamento público para o desenvolvimento da agro-pecuária	1,89% PIB	2001	
Orçamento público para o desenvolvimento das pescas	0,18% PIB	2001	
Orçamento público para o desenvolvimento turístico	0,36% PIB	2001	
Orçamento público para o sector energético	0,04% PIB	2001	
Orçamento público para o sector dos transportes	1,68% PIB	2001	
Orçamento público para o sector da saúde	0,36% PIB	2001	
Orçamento público para o sistema educativo	1,06% PIB	2001	
Orçamento público para a segurança social	0,16% PIB	2001	
Orçamento público para Investigação & Desenvolvimento	0,02% PIB	2001	
Perdas humanas e materiais devido a desastres naturais	39 perdas humanas 3 192 habitações danificadas ou destruídas	1986 - 2004	
Planos de emergência	3 Planos de Emergência para acidentes com substâncias perigosas 10 Planos Municipais de Emergência	2004	

A articulação dos dados obtidos na análise da situação de referência com outras informações recolhidas ao longo dos trabalhos permitem diagnosticar um conjunto de *aspectos chave* que deverão ser levados em consideração para garantir o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores. Nesse contexto, o **Quadro 3.2** apresenta a sua relação, directa ou indirecta, com os instrumentos estratégicos e operacionais existentes nos Açores.

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.2. Os Açores em factos e números - contributo para o diagnóstico

##### Aspectos chave

1. Gestão de resíduos	7. Qualificação da população activa
2. Gestão de recursos hídricos	8. Situações de exclusão social
3. Ordenamento sustentável do território	9. Infra-estruturas e ofertas culturais
4. Modelos de exploração turística	10. Prevenção e capacidade de resposta a riscos
5. Modelos de desenvolvimento agro-pecuário	11. Adaptação da legislação nacional e comunitária
6. Rede viária e serviços de transportes	12. Participação pública nos processos de decisão
	13. Redes de Investigação & Desenvolvimento

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----

##### Instrumentos de Caracterização e Diagnóstico

Relatório do Estado do Ambiente nos Açores 2001 (REA 2001)	■	■									■	■
Relatório do Estado do Ambiente nos Açores 2003 (REA 2003)	■	■									■	■
Relatório do Estado do Ordenamento do Território nos Açores 2001 (REOT-A 2001)			■								■	■
Relatório do Estado do Ordenamento do Território nos Açores 2003 (REOT-A 2003)			■								■	■

##### Instrumentos de Gestão Estratégica e/ou Operacional

Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos (PERSUA)	■										■	■
Plano Estratégico de Resíduos Industriais e Especiais (PERIEA)	■										■	■
Plano Estratégico de Resíduos Hospitalares dos Açores (PERHA)	■										■	■
Plano Regional da Água (PRA)		■	■					■			■	■
Plano Regional do Ordenamento do Território (PROTA)	■	■	■		■	■		■	■	■	■	■
Programa Operacional de Recuperação Ambiental das Lagoas (PORAL)		■										
Planos de Gestão de Áreas Protegidas	■	■	■	■	■					■	■	■
Planos de Gestão de Áreas Marinhas	■	■	■	■						■	■	■
Planos de Ordenamento da Bacia Hidrográfica de Lagoas (POBHL)		■	■								■	■
Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC)		■	■								■	■
Plano Regional de Protecção Civil			■					■		■		
Plano Regional da Habitação			■		■			■		■		
Plano Regional de Emprego							■	■				
Plano Regional de Saúde			■					■		■		
Plano Operacional de Marketing para o Turismo da RAA			■	■	■				■			
Plano de Ordenamento Turístico da RAA			■	■	■	■			■			■
Plano de Desenvolvimento Rural para a RAA		■	■		■		■	■				

##### Instrumentos de Gestão Económica e Financeira

Orientações de Médio Prazo 2005-2008	■	■	■		■	■	■	■	■	■		■
Programa Operacional para o Desenvolvimento Económico e Social dos Açores 2000-2006 (PRODESA)	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Fundo de Coesão	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Ações Inovadoras para a Região Autónoma dos Açores (PRAI Açores)							■	■	■		■	■
INTERREG III B	■	■	■	■			■			■		■

■ Contribuição directa      ■ Contribuição indirecta

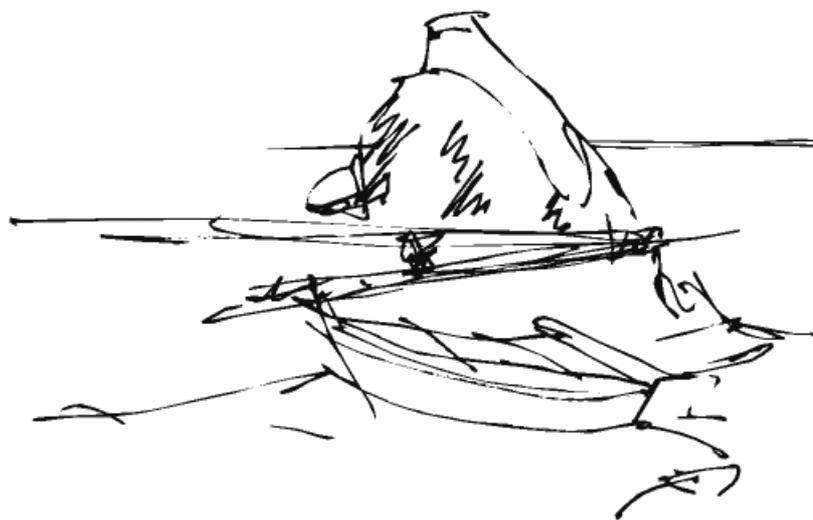
##### Quadro 3.2

Potencial contribuição dos principais instrumentos estratégicos e/ou operacionais para alguns aspectos chave diagnosticados

### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.3. Análise integrada das dimensões do desenvolvimento

O desenvolvimento sustentável resulta da qualidade das suas diferentes componentes multissetoriais. Ainda que concretizando sectores com especificidades e vertentes particulares - ambiente, economia, sociedade e instituições - todas essas parcelas são indissociáveis do resultado final esperado: uma Região preparada para enfrentar, com sucesso, o século XXI. Nesse quadro, o conhecimento sectorial deve conduzir a uma análise final compreensiva. Esta perspectiva de conjunto pode ser evidenciada por uma agregação estruturada da informação proveniente das diferentes dimensões do desenvolvimento. Neste Capítulo apresentam-se algumas ferramentas (cujos dados de base podem ser consultados no **Anexo II**) que contribuem para esse fim, traduzindo de forma integrada o grau de Sustentabilidade da Região e traçando, assim, a linha de referência para uma monitorização, aferição de expectativas e novas metas.



## 3. Situação de Referência - analisando o presente

### 3.3. Análise integrada das dimensões do desenvolvimento

#### Caixa 3.1

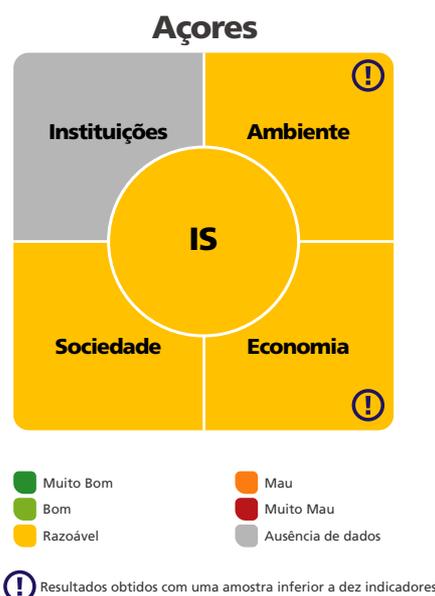
#### Dashboard of Sustainability

O **Dashboard of Sustainability** (desenvolvido pelo *International Institute for Sustainable Development*) é, mais do que um índice de desenvolvimento sustentável *per se*, uma metodologia gráfica que permite analisar o estado de um determinado sistema, neste caso em relação a um desenvolvimento sustentável. Este sistema pretende ser acessível a um leque alargado de agentes decisórios e apresenta como trunfo a flexibilidade em relação às necessidades do utilizador, permitindo a aplicação a qualquer sistema de indicadores e a definição dos critérios de agregação. O princípio básico inerente ao *Dashboard* reside no facto de se considerar que o desempenho de qualquer variável pode ser avaliado segundo a sua importância e traduzido sob a forma de uma escala qualitativa. Esta escala é aplicada a cada uma das dimensões do desenvolvimento (ambiental, económica, social e institucional), que são por sua vez agregadas num **Índice de Sustentabilidade (IS)** para o território em análise.

Note-se que os resultados desta ferramenta são obtidos por **comparação entre as regiões/países** que constituem a amostra, pelo que a sua interpretação tem que ser efectuada neste contexto; assim, as classificações das diferentes dimensões não dizem respeito ao *estado de sustentabilidade efectivo* das mesmas, mas antes ao *estado relativamente* a outras regiões/países que constituem o universo de análise. No caso dos Açores, as especificidades inerentes à sua condição insular, bem como a insuficiência de dados quantitativos, potenciam a obtenção de resultados que, sendo calculados a partir dos indicadores existentes para a Região, originam desequilíbrios comparativos entre as várias regiões/países analisados (ver **Anexo II**).

A aplicação exploratória do *Dashboard of Sustainability* à Região Autónoma dos Açores\*, com base nos dados obtidos através da proposta de *Sistema Regional de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável*, resultou na situação apresentada na figura seguinte. Na tentativa de conferir maior consistência na aplicação desta metodologia, estabeleceu-se que seria necessário um número mínimo de cinco indicadores para a atribuição das Classificações (critério responsável pelo facto do pilar *Instituições*, com quatro indicadores, surgir assinalado com "ausência de dados") e efectuar uma advertência nos pilares sujeitos a um conjunto inferior a dez indicadores (valor que se entende como o número mínimo aconselhável mas, que se fosse adoptado, inviabilizaria o cálculo do *Índice de Sustentabilidade (IS)*).

Comparativamente às várias regiões/países da amostra analisada, os Açores apresentam um IS "Razoável". A dimensão *Sociedade* regista o melhor desempenho (apesar de não superar o "Razoável") o que se deve, essencialmente, aos bons resultados dos indicadores *Taxa de dependência*, *Taxa de desemprego*, *Taxa de equidade salarial por género* e *Taxa de mortalidade infantil*. Dos resultados globais obtidos, devem destacar-se os indicadores que apresentam



melhor comportamento comparativo, nomeadamente a *Produção de RSU*, a *Emissão de GEE*, a *Intensidade de exploração de água*, a *População servida por água com qualidade adequada*, o *Consumo energético* e *Intensidade energética* e as *Taxas de dependência*, *desemprego*, *equidade salarial por género* e *mortalidade infantil*, não sendo, contudo, resultados comparativos suficientes para que o IS açoriano supere o "Razoável".

Conforme se compreende, **a qualidade e a quantidade da informação disponível** afectam os resultados obtidos e a respectiva classificação do IS, pelo que se recomenda um reforço dos sistemas de recolha e tratamento de dados especificamente orientados para este tipo de análise no contexto de futuras avaliações de Sustentabilidade.

Mais informações disponíveis em  
[http://www.iisd.org/cgsdi/intro\\_dashboard.htm](http://www.iisd.org/cgsdi/intro_dashboard.htm)

(\*) Nesta abordagem exploratória consideraram-se os dados apresentados no **Anexo II**. Considerou-se também que todos os indicadores teriam o mesmo grau de importância para a sustentabilidade dos países/regiões que constituíram o universo da amostra (neste caso Alemanha, Austrália, Brasil, Cabo Verde, Espanha, Estados Unidos da América, Noruega, Portugal, Reino Unido, São Tomé e Príncipe, Comunidade Autónoma das Canárias, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores).

## 3. Situação de Referência - analisando o presente

### 3.3. Análise integrada das dimensões do desenvolvimento

#### Caixa 3.2

#### Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**, que vem sendo editado regularmente desde 1990 pela *Organização das Nações Unidas*, procura sintetizar um conjunto de indicadores de crescimento económico, de melhoria das condições de vida e de acesso a bens essenciais, de forma a "quantificar" a qualidade de vida das populações, numa perspectiva dinâmica e assente numa base estatística. Com um conteúdo cada vez mais alargado e integrando diversos indicadores sectoriais, o *IDH* é definido pela ONU como uma medida da realização média de um país (ou região) em três dimensões básicas do desenvolvimento humano:

- Uma vida longa e saudável, medida pela *esperança de vida à nascença*;
- O conhecimento, medido pela *taxa de alfabetização de adultos* (com ponderação de dois terços) e pela *taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior* (com ponderação de um terço);
- Um nível de vida digno, medido pelo *PIB per capita* (dólares PPC).

#### Ranking do IDH (2001):

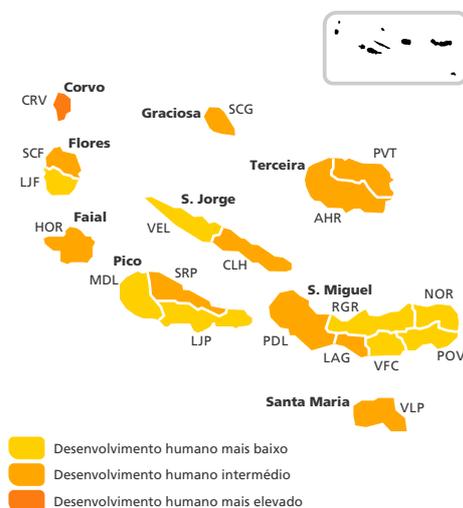
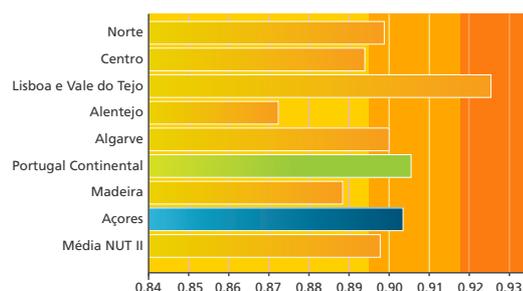
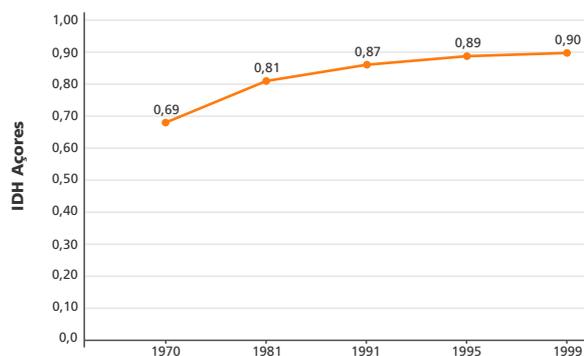
001. Noruega	0,944
002. Islândia	0,942
003. Suécia	0,941
004. Austrália	0,939
005. Holanda	0,938
006. Bélgica	0,937
007. EUA	0,937

021. Itália	0,916
022. Israel	0,905
<b>023. Portugal</b>	<b>0,896</b>
024. Grécia	0,892
025. Chipre	0,891

031. Brunei	0,872
<b>Açores</b>	<b>0,865</b>
032. Rep. Checa	0,861

174. Níger	0,292
175. Serra Leoa	0,275

Numa tentativa de adaptação do *IDH* às características e especificidades nacionais, de forma a permitir uma análise de base regional, o *Departamento de Prospectiva e Planeamento do Ministério do Planeamento* introduziu, em 1999, algumas alterações metodológicas que considerou adequadas à realidade nacional, integrando neste índice, para além das variáveis relacionadas com o nível de vida, com a longevidade e com o nível de educação, uma componente de avaliação do conforto (electricidade, água e instalações sanitárias), designando-se este índice por *IDH-ONU, versão portuguesa*. As figuras seguintes traduzem esta última versão do *IDH* (considerando 1999 como ano de referência).



### 3. Situação de Referência - analisando o presente

#### 3.3. Análise integrada das dimensões do desenvolvimento

##### Caixa 3.3

##### Pegada Ecológica

Criada por William Rees e Mathis Wackernagel (que se basearam no conceito de "capacidade de carga"), a **Pegada Ecológica** permite estimar a área de terreno produtivo necessária para sustentar o estilo de vida dos habitantes de uma determinada região (ou seja, para fornecer recursos como comida, energia, transporte ou roupa e absorver os respectivos resíduos).

O valor da Pegada Ecológica (expressa em hectares por habitante) representa assim uma área produtiva capaz de repor, pelo menos em teoria, o capital natural consumido. Esta área pode ser comparada com o espaço efectivamente existente (designado por "biocapacidade"), aferindo dessa forma a sustentabilidade do sistema. Efectuando os cálculos a nível global, cada habitante do planeta teria 1,89 hectares disponíveis para sustentar o seu nível de vida.

Uma vez que há ainda vários impactes que não são contabilizados na Pegada Ecológica, o valor obtido é normalmente uma estimativa por defeito. Saliente-se, ainda, a incerteza inerente aos cálculos e é certo que compreender as limitações de um indicador agregado como a Pegada Ecológica é fundamental para evitar conclusões precipitadas. Não obstante, e sobretudo devido à mensagem simples e facilmente perceptível que transmite, este indicador apresenta um elevado potencial ao nível da sensibilização e educação ambiental.

A Pegada Ecológica dos Açores apresentada neste trabalho resulta de uma análise exploratória, prejudicada pela indisponibilidade de dados relativamente a algumas variáveis, mas que pretende constituir uma primeira abordagem à utilização desta ferramenta na Região e que deve ser naturalmente aperfeiçoada e consolidada em iniciativas futuras.



##### Pegada Ecológica (2000):

001. Bangladesh	0,50
002. Moçambique	0,56

108. Lituânia	3,87
<b>Açores</b>	<b>3,90*</b>
109. Japão	3,91

123. Suíça	5,26
124. Dinamarca	5,32
<b>125. Portugal</b>	<b>5,34</b>
126. Estónia	5,37
127. Mongólia	5,68

131. Suécia	7,95
132. Kuwait	8,01
133. N. Zelândia	8,13
134. Noruega	8,17
135. Canadá	8,56
136. Emirados AU	8,97
137. EUA	9,57

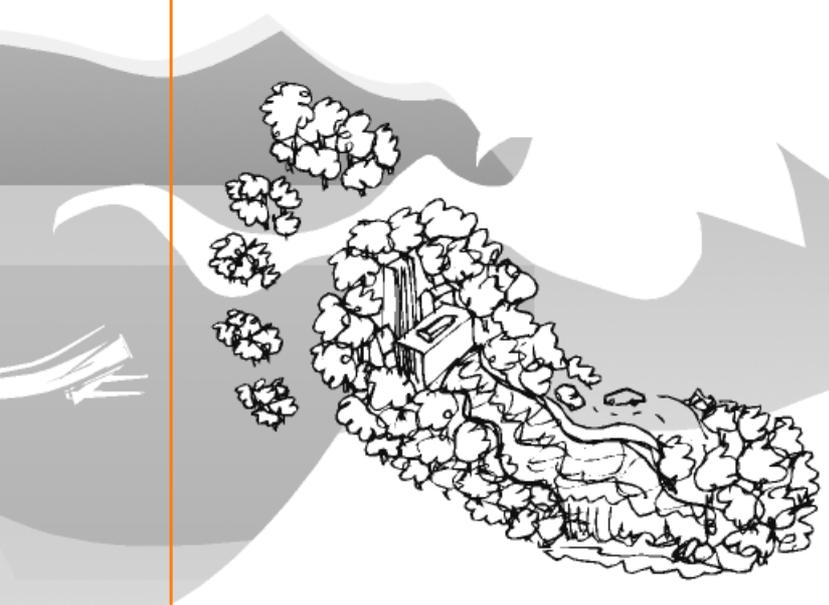
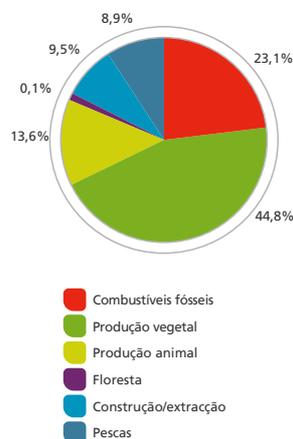
\*cálculo provisório para 2002

Bio-capacidade estimada para os Açores: **2,25 ha·hab<sup>-1</sup>**

Deficit ecológico estimado para os Açores: **-1,65 ha·hab<sup>-1</sup>**

"Nº de Açores" necessários para sustentar o estilo de vida actual: **1,7**

Componentes principais da Pegada Ecológica açoriana:



## 3. Situação de Referência - analisando o presente

### 3.3. Análise integrada das dimensões do desenvolvimento

#### Açores: Uma Região, Nove Realidades

A imagem dos Açores é suficientemente forte para transmitir, para o exterior, uma única realidade e uma noção territorialmente homogênea. No entanto, esta imagem não conjuga a evidência de uma forte variedade de condicionalismos e oportunidades na Região, conferindo uma singularidade a todas as ilhas e uma percepção muito própria a cada um dos seus habitantes. As razões para a existência de diferentes realidades são conhecidas (e.g.: distância aos centros de decisão, dimensão populacional, acessibilidades, oportunidades de emprego) manifestando-se, da mesma forma, outras tantas micro-realidades no interior de cada ilha. Todos os açorianos revelam esta vivência profunda e exprimem, de forma muito clara, este entendimento.

A minimização dos efeitos da situação ultraperiférica da Região e a redução de assimetrias internas constituem objectivos programáticos assumidos, desde sempre, por todas as instituições públicas. A garantia da consistência das linhas de orientação legítima que a componente estratégica do desenvolvimento sustentável seja definida ao nível regional. No entanto, importará que a implementação e prossecução dos objectivos estabelecidos tenha em consideração as características de cada ilha e de cada município, de forma a definir o modelo de desenvolvimento adequado a cada uma das realidades locais e garantir que os objectivos regionais não serão alcançados à custa da desvalorização de alguma das suas unidades territoriais.



#### Desenvolver as ilhas de acordo com as suas características específicas

*"Com características muito específicas, Santa Maria sustenta o seu PIB nos serviços, com especial ênfase nos prestados na área do controlo aéreo e serviços adjacentes. Associada a esta actividade, a pecuária e a pesca ocupam lugares modestos. Assim sendo, resta-nos a expectativa do desenvolvimento turístico associado à exploração das nossas características naturais: o ambiente, os aspectos geológicos únicos na região, a segurança (logo, bem-estar) e a qualidade alimentar. Assim sendo, há que desenvolver acções que visem a fixação de jovens como mais valia para um desenvolvimento sustentado e sustentável. Creio que com imaginação e aproveitando quer o novo quadro comunitário, quer os incentivos regionais com base no Fundo de Coesão Regional, os objectivos poderão ser atingidos de uma forma racional e capaz. Desenvolver as ilhas de acordo com as características próprias de cada uma será, sem dúvida, o melhor contributo Atlântico para o crescimento harmónico da Região, do País e da Europa."*

Max Brix Elisabeth

No sentido de contribuir para essa análise, apresentam-se de seguida os resultados da aplicação do *Dashboard of Sustainability* ao conjunto das nove ilhas do arquipélago<sup>1</sup>, fornecendo assim uma ferramenta de análise comparativa entre elas.

(1) Nesta abordagem exploratória consideraram-se os mesmos indicadores e pressupostos da análise efectuada para a Região Autónoma dos Açores, mas o universo da amostra foi constituído pelas nove ilhas do arquipélago.



## 3. Situação de Referência - analisando o presente

### 3.3. Análise integrada das dimensões do desenvolvimento

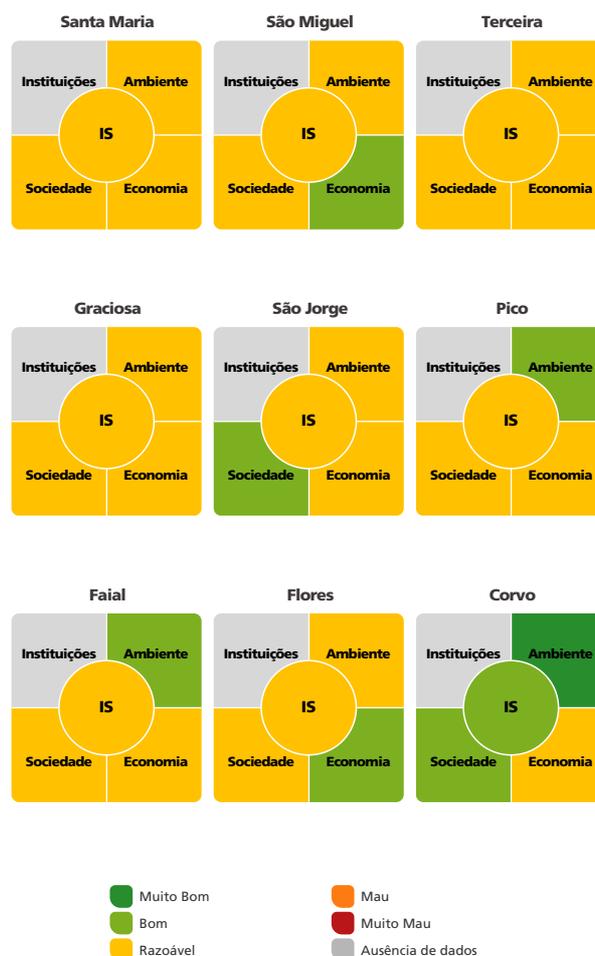
#### Caixa 3.4

#### Dashboard of Sustainability

Uma região, nove realidades:  
ou a ausência de informação adequada...

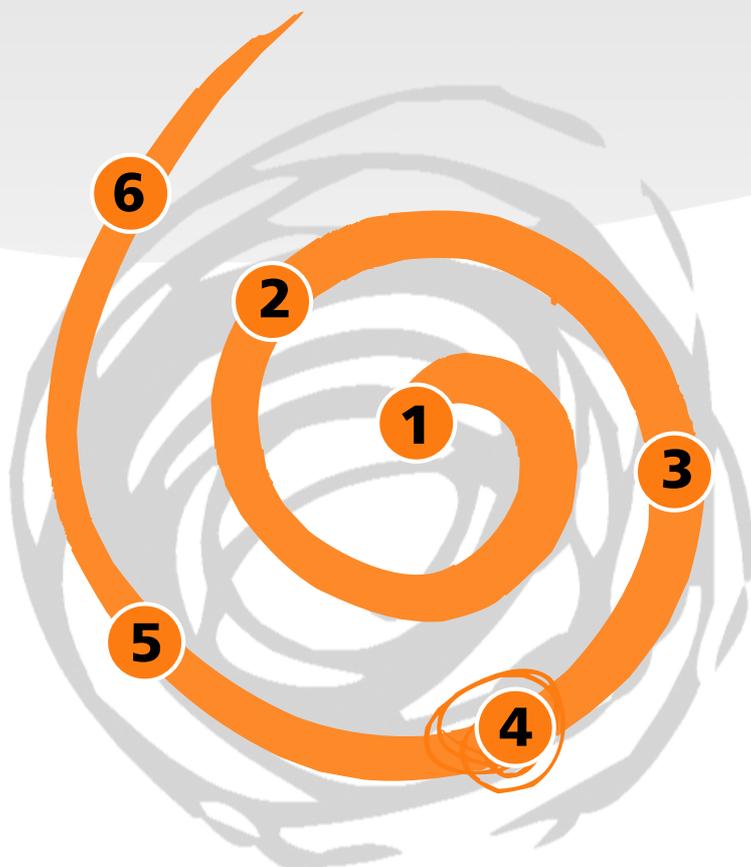
Recorde-se que os resultados apresentados baseiam-se na **comparação** entre os indicadores desagregados ao nível de cada ilha, não devendo a sua interpretação ser descontextualizada da mesma (**Anexo II**), uma vez que a sua fiabilidade e grau de representatividade está naturalmente **condicionada pela quantidade e qualidade da informação disponível**. Nesse contexto, lembre-se que as classificações de "ausência de dados" resultam da adopção de um critério de número mínimo de cinco indicadores como amostra válida para a aplicação da metodologia (mas que dez indicadores seria o conjunto mínimo aconselhável). Analisando os resultados para as nove ilhas do arquipélago dos Açores, verifica-se que os **Índices de Sustentabilidade (IS)** obtidos são relativamente homogéneos já que, mediante os dados disponibilizados e a análise comparativa efectuada, revelaram-se "Razoáveis", com excepção do Corvo que apresenta um IS "Bom". Centrando a análise nos resultados por dimensão, é de realçar que não ocorrem resultados inferiores a "Razoável" e a "Ausência de dados" no pilar *Instituições* de todas as ilhas, deixando transparecer o facto de esta ser ainda uma área insuficientemente analisada e com pouca informação disponível. Na *Economia*, como seria de esperar, a ilha de São Miguel apresenta a melhor classificação ("Bom"), o que se deve aos bons resultados comparativos dos indicadores relacionados com as actividades económicas e com o PIB. A ilha das Flores apresenta um resultado semelhante nesta dimensão (principalmente devido aos indicadores *Encabeçamento pecuário*, *Intensidade de exploração dos recursos piscícolas (pesca descarregada)* e *Produção de energia eléctrica proveniente de FER*). No lado oposto encontram-se as ilhas do Pico e Corvo, com um dinamismo e potencial económico inferior à média das ilhas. O pilar *Sociedade* apresenta o melhor desempenho nas ilhas de São Jorge e Corvo, ambas classificadas com "Bom" (graças sobretudo aos resultados comparativos dos indicadores *Taxa de mortalidade infantil* e *Taxa de desemprego*, no caso de São Jorge e, no caso do Corvo, à *Taxa de crescimento populacional* e *Taxa de analfabetismo*). O *Ambiente* é a única dimensão que apresenta uma classificação de "Muito bom", nomeadamente na ilha do Corvo. Tal resultado está relacionado, essencialmente, com o desempenho dos indicadores disponibilizados para a *Intensidade de exploração de água*, a *Taxa de população abastecida com água de qualidade* e a *Produção de RSU*.

Os resultados obtidos são certamente passíveis de discussão e denotam, em alguns casos, situações de difícil interpretação (resultantes das limitações da informação disponível), mas constituem uma primeira abordagem à aplicação desta ferramenta, que poderá certamente ser consolidada em sede de desenvolvimentos futuros, tendo por base um suporte de dados adequado aos objectivos preconizados.





## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro



**1 - Introdução**

**2 - Desenvolvimento Sustentável**  
uma perspectiva integradora

**3 - Situação de Referência**  
analisando o presente

**4 - Cenários e Visões**  
explorando o futuro

**5 - Proposta para a Implementação**  
construindo o amanhã

**6 - Considerações Finais**

*“Não há nada como o sonho para criar o futuro.  
Utopia hoje, carne e osso amanhã.”*

Victor Hugo

## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

### 4.1. Introdução

O conceito de desenvolvimento sustentável, ainda que saliente a importância das aspirações actuais está, sobretudo, orientado para o futuro, procurando assegurar que o mesmo revele uma sociedade justa e solidária. Nesse sentido, e no intuito de contribuir para uma reflexão aberta sobre o futuro dos Açores, os Estudos de Base do PReDSA apresentam um conjunto de diferentes **cenários de desenvolvimento**, cuja análise e discussão pode conduzir à formulação de uma **visão de futuro** para a Região.

## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

### 4.2. Os Ações em 2030: cinco hipóteses de futuro

A formulação de **cenários** obedeceu a uma metodologia baseada em **imagens extremas** e hipóteses contrastadas, alternativas. A cada cenário foi associado um conjunto de **forças motrizes** dominantes (factores chave *no presente* que podem condicionar o desenrolar dos acontecimentos *no futuro*) (**Figura 4.1**), uma **narrativa** das principais características e, finalmente, um **diagrama causal**, relacionando as forças motrizes com alguns eventos e ações.

Os cenários propostos, que **contemplam aspectos propositadamente polémicos e, portanto, úteis para discussão**, constituem apenas futuros hipotéticos, embora recorram a aspectos facilmente identificáveis da realidade açoriana e sejam internamente coerentes, ou seja, com relações causa-efeito. Note-se que um cenário não é uma previsão nem pretende representar uma projecção de tendências passadas (esse tipo de abordagem será adequado para algumas análises sectoriais de curto prazo, mas não se enquadra em contextos de longo prazo, complexos e de elevada incerteza).



#### Elementos a considerar na elaboração de cenários de desenvolvimento

Segundo a Agência Europeia para o Ambiente, os principais elementos a considerar na elaboração de **cenários de desenvolvimento** são os seguintes:

1. Descrição de **mudanças no estado** do sistema socioeconómico e ambiental;
2. **Forças motrizes** (factores fundamentais que afectam as mudanças referidas em 1; e.g.: população, crescimento económico, desenvolvimento tecnológico, estilos de vida,...);
3. **Ano de referência** (ano base, ano mais recente para o qual existe informação disponível e adequada; é o "ponto de partida" do cenário);
4. **Horizonte temporal** (representa o ano para o qual se concretiza a visão de desenvolvimento; é o "ponto de chegada" do cenário);
5. **Narrativa** (descrição do cenário, sublinhando as suas principais características e a sua relação com as forças motrizes que contribuem para a sequência dos eventos descritos).

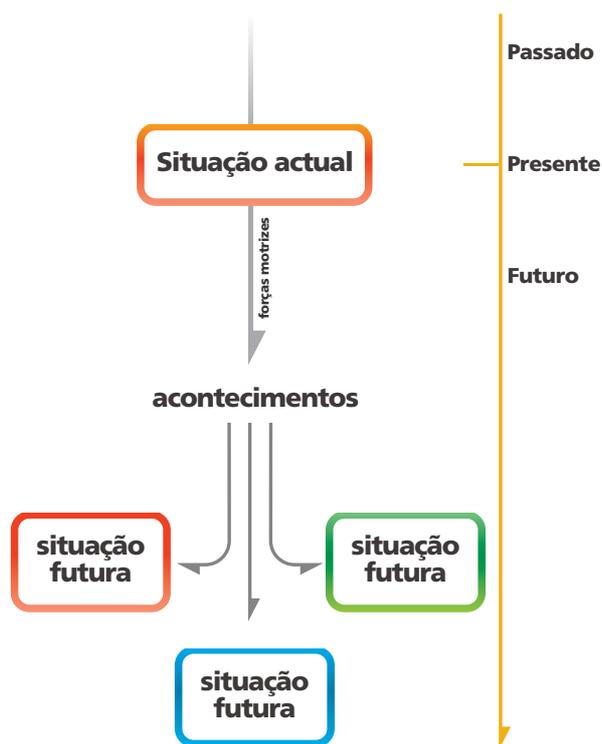


Figura 4.1

Uma mesma situação actual pode dar origem a várias hipóteses alternativas de futuro

## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

### 4.2. Os Açores em 2030: cinco hipóteses de futuro



#### Referências a estudos e metodologias baseadas em cenários

Para saber mais sobre este tipo de estudos e metodologias baseados em cenários, poderão consultar-se os trabalhos do **Global Scenario Group**, do **Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável** (com os cenários *FROG!*, *GEOpolity* e *Jazz*) ou da **Comissão Europeia**: (com os "cinco Cenários Europeus para 2010": *Mercados Triunfantes*, *100 Flores*, *Responsabilidades Partilhadas*, *Sociedades Criativas* e *Vizinhanças Turbulentas*). O projecto **VISONS** desenvolvido pelo **Joint Research Centre** (Itália) também constitui uma referência fundamental neste tipo de abordagem.

O primeiro estudo de grande impacte mediático no qual se procurou definir cenários futuros de evolução pode datar-se de 1972, com o livro "Os Limites do Crescimento", coordenado por **Dennis Meadows**. A primeira série de trabalhos nessa década preocupou-se mais com a questão do esgotamento dos recursos naturais e utilizou, para esse efeito, diferentes abordagens (e.g.: simulação numérica, exercícios qualitativos, análises *input-output*). Outros autores merecem também referência, em especial pela sensibilização e divulgação pública que procuraram efectuar sobre estas questões ainda que sempre, naturalmente, com algum cariz polémico (e.g.: **Herman Kahn**). Em termos de estudos de âmbito mais específico, registre-se o desenvolvido em redor das questões energéticas pelo **Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas**. Mais recentemente, tem-se verificado o uso de metodologias baseadas em *narrativas* de futuros, enquanto ferramentas auxiliares para a construção e análise de visões a longo prazo, em especial quando os dados quantitativos para o estabelecimento de previsões são escassos ou quando se procura, no essencial, estimular a discussão pública e a participação social.

A título ilustrativo, refiram-se os cenários do **Global Scenario Group**, que discutem três hipóteses de futuro para o ano 2100. O primeiro, *Mundos Convencionais*, prevê uma tendência de evolução e continuidade baseada nos actuais padrões, com duas variantes consoante o grau de intervenção política e acção governamental (sub-cenários denominados *Mundo de Referência* e *Reformas* sendo, neste último, a sustentabilidade uma opção estratégica do governo). O segundo grande cenário, *Barbárie*, contempla a ocorrência de alterações negativas e socialmente perigosas ou indesejáveis, com a possibilidade de existir uma desintegração a nível económico e social generalizada. Este cenário incorpora uma variante intitulada *Colapso* - no qual se verifica a fragmentação das instituições e uma destruição generalizada - e uma outra variante, *Mundo Fortaleza*, em que algumas elites procuram isolar-se e proteger-se, de forma autoritária quando necessário. Finalmente, o terceiro cenário, *Grandes Transições*, contempla o desenvolvimento de alterações significativas e favoráveis do ponto de vista social. Este cenário é baseado na adopção de novos valores e numa nova organização socioeconómica, assente em princípios de sustentabilidade ecológica. Inclui um sub-cenário porventura mais radical (*Eco-Comunalismo*) e um outro mais urbano, denominado *Novo Paradigma da Sustentabilidade*.

*Nota: as referências bibliográficas dos documentos mencionados podem ser consultadas no capítulo **Notas e Fontes de Informação** do presente livro.*

A base das forças motrizes foi construída com uma análise SWOT desenvolvida pelos participantes nos eventos promovidos pelos Estudos de Base. As Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças consideradas mais relevantes são apresentadas na **Figura 4.2**.

#### Açores 2003

##### pontos fortes

- posição geoestratégica
- potencial energético endógeno
- população jovem
- baixo desemprego
- qualidade de vida
- qualidade dos produtos locais
- potencial para actividades de lazer
- qualidade do património natural
- diferenciação do património cultural

##### pontos fracos

- sistema de transportes
- isolamento
- descontinuidade geográfica
- emigração
- multiplicação de infra-estruturas
- dependência económica
- conservadorismo
- reduzida formação técnica
- fragilidade dos sistemas ambientais

##### oportunidades

- imigração
- financiamentos comunitários
- investimento estrangeiro
- acordos internacionais
- mercado para produtos regionais
- mercado para ecoturismo
- exploração de recursos hidrotermais
- redes de investigação científica
- potencial de recursos do mar

##### ameaças

- extinção de sectores tradicionais
- assimetrias intra e inter-regionais
- custos com educação e saúde
- riscos naturais e antropogénicos
- redução da ZEE
- concorrência aos produtos regionais
- descaracterização ambiental
- descaracterização cultural
- transposição legislativa desajustada

**Figura 4.2**

Análise SWOT elaborada com base nas contribuições dos participantes em *workshops*



**Análise SWOT** é uma ferramenta de planeamento estratégico, utilizada tradicionalmente em gestão empresarial, que consiste na identificação integrada dos principais aspectos que caracterizam a posição estratégica de uma organização (neste caso, de um território) num determinado momento, tanto a nível interno (pontos fracos e pontos fortes) como externo (oportunidades e ameaças).

## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

### 4.2. Os Açores em 2030: cinco hipóteses de futuro

Com base na análise SWOT apresentada, definiram-se as seguintes forças motrizes<sup>1</sup>:

#### Positivas (Forças e Oportunidades)

**Posição geoestratégica:** localização atlântica, entre a Europa e América, podendo a ultra-periferia ser um incentivo à utilização das novas tecnologias de informação e à obtenção de fundos comunitários.

**Recursos Geotérmicos:** de alta entalpia, derivados da constituição vulcânica das ilhas. Trata-se de uma mais valia, numa economia global essencialmente baseada nos combustíveis fósseis.

**População jovem:** importante sobretudo num contexto nacional e europeu marcado por um envelhecimento acentuado.

**Qualidade dos produtos regionais:** produtos de origem natural, característicos e de qualidade, como os agrícolas (ananás, chá, produtos florestais), os da pecuária (leite, queijo, carne), o peixe, o artesanato e as águas minerais e termais, com um grande potencial de valorização comercial e turístico.

**Qualidade do património natural:** a paisagem única e de grande beleza, equilibrada com o uso humano; a biodiversidade; a forte presença do mar, com óptimas condições para actividades de lazer e exploração comercial de recursos.

**Diferenciação do património cultural:** uma cultura própria e diversificada, com festividades, tradições, gastronomia, etnografia, com expressão nas sociedades recreativas, um património edificado de grande valor e interesse turístico, incluindo a cidade de Angra do Heroísmo e a paisagem cultural da vinha no Pico, designadas como Património Mundial pela UNESCO.

**Diáspora:** resultante de um passado de emigração, sobretudo para o continente americano, potenciador de sinergias entre os emigrantes e a Região, tanto em termos sociais como económicos (e.g. oportunidades de negócio).

**Subsídios da União Europeia:** oportunidade para apoiar, fortemente, os sectores entendidos como estratégicos da sociedade e economia açorianas.

**Potencial agro-pecuário:** de elevada importância socioeconómica, com a produção regional de produtos alimentares de elevada qualidade a assumir expressão no contexto nacional. Existem, nos Açores, condições edafoclimáticas propícias para esta actividade.

#### Negativas (Fraquezas e Ameaças)

**Transportes aéreos e marítimos:** verificam-se algumas deficiências, como as tarifas elevadas nos transportes aéreos, que prejudicam as acessibilidades com o exterior e inter-ilhas, tanto para mercadorias como passageiros, acentuando os problemas de ultra-periferia e dispersão geográfica e provocando um sobre-custo dos produtos importados, aspecto que se repercute em todas as áreas.

**Ultraperifericidade:** o isolamento, a fragmentação geográfica em nove pequenas ilhas e os problemas típicos resultantes da insularidade são uma realidade difícil de contornar. A diferente dimensão das ilhas coloca ainda problemas adicionais de escala, com repercussões a nível do desenvolvimento equilibrado da Região.

**Educação:** o baixo nível de habilitações e qualificações, a diferentes níveis, deriva de insuficiências do sistema educativo. Trata-se de um situação que não é exclusiva da Região, mas constitui um problema de nível nacional. Como resultado de uma qualificação profissional relativamente baixa, há falta de quadros qualificados em algumas áreas e ilhas.

**Pressão sobre os recursos naturais:** motivada pela carga orgânica de origem urbana, industrial e agrícola, sem tratamento adequado e, também, por uma incipiente valorização dos resíduos sólidos. A insuficiente consciência ambiental, a deficiente fiscalização e a não aplicação dos instrumentos legais de intervenção limitam a eficácia das acções. O território também é objecto de fortes pressões devido ao seu sistema económico fragmentado.

**Riscos geológicos:** a média/alta probabilidade de sismos e movimentos de massa é uma realidade na Região e constituirá, sempre, uma ameaça.

**Situações de exclusão social:** persistem algumas situações de exclusão, apesar das significativas melhorias nos últimos anos.

**Políticas da União Europeia:** podem condicionar o processo de desenvolvimento, não só pelas decisões em termos de atribuição de fundos para a Região, como também pelas próprias opções estratégicas, como a da pesca (redução da Zona Económica Exclusiva) ou a da agro-pecuária (historial de quotas leiteiras).

(1) O conjunto final das forças motrizes foi obtido através do apoio e articulação da análise SWOT com informação adicional constante em diversos documentos relevantes a nível regional (como por exemplo, o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006).

## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

### 4.2. Os Açores em 2030: cinco hipóteses de futuro

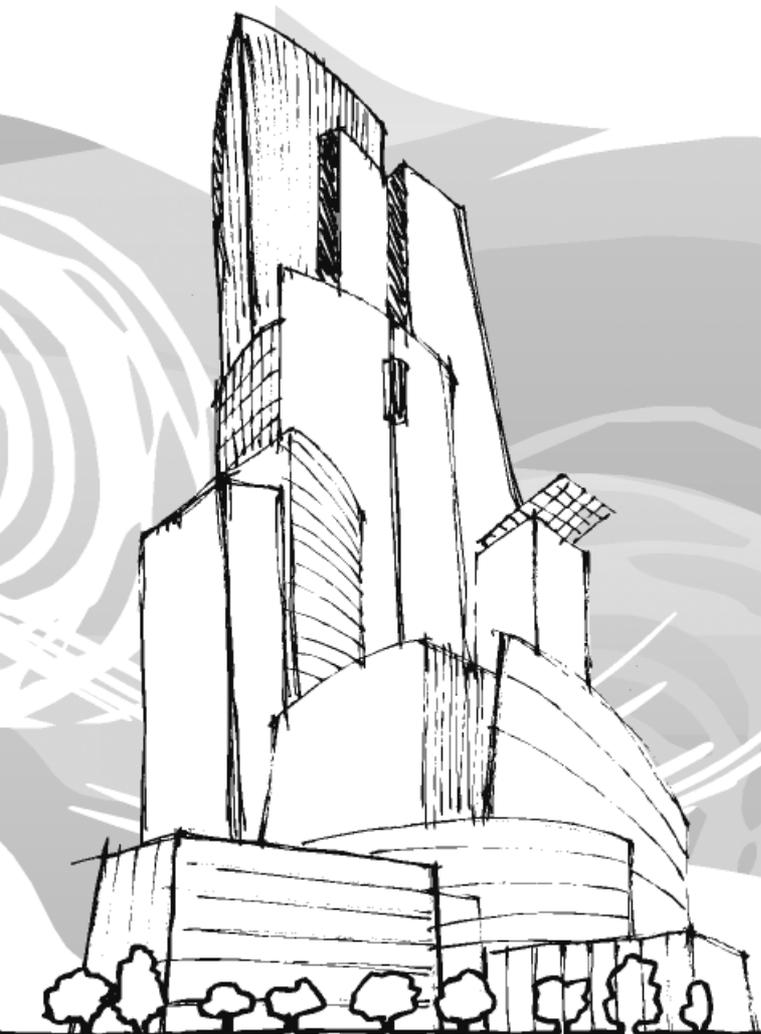
Os cinco *cenários regionais contrastados*<sup>2</sup>, definidos para o horizonte temporal de 2030, são os seguintes:

#### 1. HOTELÂNDIA um cenário baseado no desenvolvimento turístico

É necessário potenciar a qualidade dos produtos regionais e dos patrimónios natural e cultural em termos de aproveitamento turístico. Para tal, há uma aposta muito forte em infra-estruturas hoteleiras e de transportes aéreos e marítimos.

##### Forças motrizes dominantes:

- Qualidade dos produtos regionais
- Qualidade do património natural
- Diferenciação do património cultural
- Transportes aéreos e marítimos



(2) Cada cenário é condicionado por um conjunto de forças motrizes dominantes (que afectam as suas características principais), descritas na respectiva narrativa e complementadas por um diagrama causal. As forças motrizes são comuns a todos os cenários variando, contudo, a sua importância relativa. Pretendeu-se, dentro do possível, não privilegiar determinadas forças motrizes em prejuízo de outras, procurando que cada uma delas fosse dominante em pelo menos um dos cenários considerados.



#### Algumas observações sobre o cenário HOTELÂNDIA no fórum de discussão...

"O desenvolvimento com base num turismo de habitação e rural irá potenciar e aumentar a qualidade do sector. Um turismo apoiado na qualidade acima de tudo."

- Bruno Sérgio, 11.Dezembro.2004

"A aposta num turismo sustentado, não massificado e com vertente ambiental deve ser a forma de atrair divisas, de promover os serviços e de consciencializar para a preservação ambiental."

- Anónimo, 15.Dezembro.2004

"Atendendo aos exemplos do Algarve e do arquipélago da Madeira, este é um modelo acabado de desenvolvimento. Não devemos repetir os erros do passado..."

- Maria Ventura, 5.Janeiro.2005

"O crescimento deste sector tem de ser muito controlado para não ser excessivo, o que será uma grande dificuldade. Conseguir estar na interface do bem desenvolvido/excessivamente desenvolvido será um sempre difícil exercício."

- Diogo Caetano, 16.Janeiro.2005

"Uma Região que dependa somente do turismo fica mais vulnerável às variações económicas mundiais."

- Marta Moniz, 17.Fevereiro.2005

"Preços elevados independentemente da época do ano."

- Helena, 23.Abril.2005

"Se a crise económica persistir, então o turismo andarà muito mal. Se não houver uma limitação (ou controle) do turismo haverá uma destruição parcial ou mesmo total da identidade da cultura açoriana."

- Emiliania Leonilde Diniz Gil Soares da Silva, 17.Junho.2005

"Estruturas turísticas demasiado grandes, descaracterizadoras da paisagem e de difícil rentabilidade, caso não usufruam de apoios dos dinheiros públicos (por vezes apoios indirectos)."

- Gê-questa, 1.Setembro.2005

## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

### 4.2. Os Açores em 2030: cinco hipóteses de futuro

#### 2. LACTOGENIA um cenário baseado no desenvolvimento agro-pecuário

Os fundos provenientes da União Europeia devem ser aproveitados para um aumento da produção de produtos regionais de qualidade provenientes do sector dos lacticínios e da carne, que são uma imagem de marca da Região. Esta aposta estratégica deverá resultar na intensificação da actividade agro-pecuária açoriana.

##### Forças motrizes dominantes:

- Qualidade dos produtos regionais
- Potencial agro-pecuário
- Subsídios da União Europeia
- Políticas da União Europeia



#### Algumas observações sobre o cenário LACTOGENIA no fórum de discussão...

"Não nos podemos esquecer que é o sector da pecuária que define em grande parte a beleza da paisagem dos Açores (em algumas ilhas), daí que este não possa desaparecer por completo. O desenvolvimento com base apenas num sector nunca foi uma boa opção."

- Bruno Sérgio, 11.Dezembro.2004

"As condições edafoclimáticas são propícias para várias culturas. A agro-pecuária tem influenciado negativamente o aspecto ambiental e paisagístico por ter sido sobre-explorada. A sua dimensão deve ser apropriada e não deve esmagar nem deturpar outras vertentes agrícolas e florestais. A aposta em monoculturas é extremamente gravosa e vulnerável a alterações de cenários, pelo que nos coloca numa posição demasiado frágil."

- Anónimo, 15.Dezembro.2004

"O que se fez nos Açores na década de 80, ao dar incentivos para um aumento significativo das áreas de pastagem, trouxe consequências ambientais e paisagísticas graves, reflectindo-se na criação de problemas não solucionáveis, como por exemplo o aparecimento de novas pragas agrícolas. Além disso, a nossa quota já é excedentária na União Europeia, por isso para quê aumentá-la?..."

- Maria Ventura, 5.Janeiro.2005

"Muito próximo do cenário dos últimos anos...."

- Diogo Caetano, 16.Janeiro.2005

"Penso que gostaria de viver num cenário que tivesse por base a agricultura e a floresta, que determinam os aspectos mais interessantes da paisagem, que equilibrasse essa actividade com a conservação da natureza e dos recursos (em particular a água) e que não deixasse de atender aos aspectos sociais, à educação e à fixação da população."

- Ana C., 25.Janeiro.2005

"Se houver uma definição a nível global (europeu) das vantagens competitivas das regiões, acredito que o sector lácteo será uma das vias de desenvolvimento."

- Emília Leonilde Diniz Gil Soares da Silva, 17.Junho.2005

"A indústria do leite não é ecologicamente apreciável, a não ser que os produtores sigam uma linha de produção biológica. Não existe necessidade de fertilizantes na agro-pecuária; o que poderá aumentar na produção, diminuirá na qualidade do leite, da água, da paisagem, etc. É preferível produzir menos com mais qualidade. A UE é clara quanto a cotas de qualidade."

- Orlando Guerreiro, 23.Junho.2005

"Os Açores não terão capacidade de competir infinitamente nestes mercados, para além do que serão postas em causa outras formas de desenvolvimento. Devemos satisfazer-nos com a actual ocupação do território por esta indústria e simplesmente melhorar a qualidade e diversificação da oferta."

- Gê-questa, 1.Setembro.2005

## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

### 4.2. Os Açores em 2030: cinco hipóteses de futuro

#### 3. ECOTOPIA um cenário baseado na defesa do património natural

O património natural é aquilo que os Açores têm de mais precioso e como tal deve ser salvaguardado e valorizado. O potencial geotérmico deve ser otimizado e os riscos geológicos minimizados.

##### Forças motrizes dominantes:

- Recursos Geotérmicos
- Qualidade do património natural
- Pressão sobre os recursos naturais
- Riscos geológicos e tectónicos



#### Algumas observações sobre o cenário ECOTOPIA no fórum de discussão...

"A base para o turismo é esta beleza ecológica e natural. É em grande parte essa beleza equilibrada que temos para oferecer como principal produto das ilhas, daí que esta tem que ser mantida acima de tudo e protegida."

- Bruno Sérgio, 11.Dezembro.2004

"A aposta nas condições endógenas (geotermia, vento, ondas) deve constituir a base da produção de energia necessária ao desenvolvimento da Região. Este aproveitamento deve ser paralelo à utilização racional da energia e à diversificação das suas fontes. A preservação ambiental serve de alavanca ao desenvolvimento turístico da Região, graças à preservação ambiental que pode ser conseguida."

- Anónimo, 15.Dezembro.2004

"Este cenário não pode ser encarado com a severidade com que é apresentado mas deve ser equacionado, se queremos apostar num turismo da natureza, em detrimento de um turismo de massas. É o nosso património natural que as pessoas procuram e não o sol ou as praias. Além disso, eu vivia em Lisboa e agora a viver nos Açores, JÁ TENHO (em 2005) uma melhor qualidade de vida que aquela que tinha lá, e não me falta nada do que é essencial!!! Caso isto se desenvolva para valores insustentáveis, então mais vale voltar para a cidade, pois as ilhas nunca poderão oferecer todas as oportunidades que uma cidade oferece (por exemplo, em termos culturais)."

- Maria Ventura, 5.Janeiro.2005

"Só a gestão e preservação sustentada de todos estes valores em conjunto com as actividades económicas dele dependente pode ser um cenário favorável."

- Diogo Caetano, 16.Janeiro.2005

"Penso que o problema económico poderia ser contornado pela inovação e a prática de agricultura biológica."

- Marta Moniz, 17.Fevereiro.2005

"A tendência do país e das suas regiões autónomas é serem cada vez mais ecológicas...com as suas vantagens e desvantagens a nível económico. Energia renovável? Sim, mas até quando?"

- Emília Leonilde Diniz Gil Soares da Silva, 17.Junho.2005

"Nem tanto ao mar nem tanto à terra. Porque não uma Ecolândia? Espécies endémicas, nativas. Na Serra da Arrábida foi criado há algum tempo um parque natural marítimo (Parque Luís Saldanha); demasiado tarde na minha opinião. Porque não criar vários destes parques distribuídos pelas ilhas e ilhéus nos Açores?"

- Orlando Guerreiro, 23.Junho.2005

## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

### 4.2. Os Açores em 2030: cinco hipóteses de futuro

#### 4. SOCIOPOLIS um cenário baseado na coesão social

O investimento prioritário deve ser nas pessoas. A exclusão social deve ser imediatamente erradicada da Região e o desenvolvimento deve ser baseado na educação e na segurança social, para onde passam a ser preferencialmente canalizados os fundos provenientes da União Europeia.

##### Forças motrizes dominantes:

- População jovem
- Subsídios da União Europeia
- Educação
- Situações de exclusão social



#### Algumas observações sobre o cenário SOCIOPOLIS no fórum de discussão...

"O desenvolvimento deve ser pensado sempre tendo em vista a melhoria da qualidade de vida das populações. Uma forte aposta na educação é também muito importante e também uma força motriz deste desenvolvimento."

- Bruno Sérgio, 11.Dezembro.2004

"A vertente social e de integração serve de base e alimenta a qualidade conseguida do nível de bem-estar das populações. O elevado grau de qualidade de vida garante uma permanência turística, bem como residências permanentes para não naturais."

- Anónimo, 15.Dezembro.2004

"De facto a aposta deve ser feita na educação da população! Uma população educada e informada tende a envolver-se mais activamente na resolução dos problemas que afligem a sua região e é capaz de emitir opiniões fundamentadas."

- Maria Ventura, 5.Janeiro.2005

"Fortalecer os recursos humanos é extraordinariamente importante na Região, para combater alguns défices de pessoal técnico e melhorar o atendimento nos mais diversos serviços."

- Diogo Caetano, 16.Janeiro.2005

"Este cenário acarreta graves problemas de endividamento do estado, que certamente não conseguiria manter o nível durante muito tempo. Originando um colapso económico e por conseguinte social."

- Marta Moniz, 17.Fevereiro.2005

"Ambiente cordial, franco e com iniciativa empenho."

- Helena, 23.Abril.2005

"Cada vez menos gente e mais envelhecida. O cenário poderá ser pior do que o que é apresentado..."

- Emiliania Leonilde Diniz Gil Soares da Silva, 17.Junho.2005

"É ridículo mas acontece. Quem é açoriano quer ir para o continente (ou, se é de uma ilha menor, para S. Miguel), quem é do continente quer vir para os Açores e acaba por vezes por ser discriminado... O alcoolismo é algo que também não se deve esquecer."

- Orlando Guerreiro, 23.Junho.2005

"Nada foi feito na área da educação. Continuamos a "formar" ajudantes de pedreiro... é aqui que se deve apostar em força. Mas a qualificação superior deve ser deixada a Instituições exteriores (mesmo a Portugal) subsidiando a deslocação e permanência dos estudantes (mas sem impor o seu regresso!)."

- Duarte, 12.Julho.2005

## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

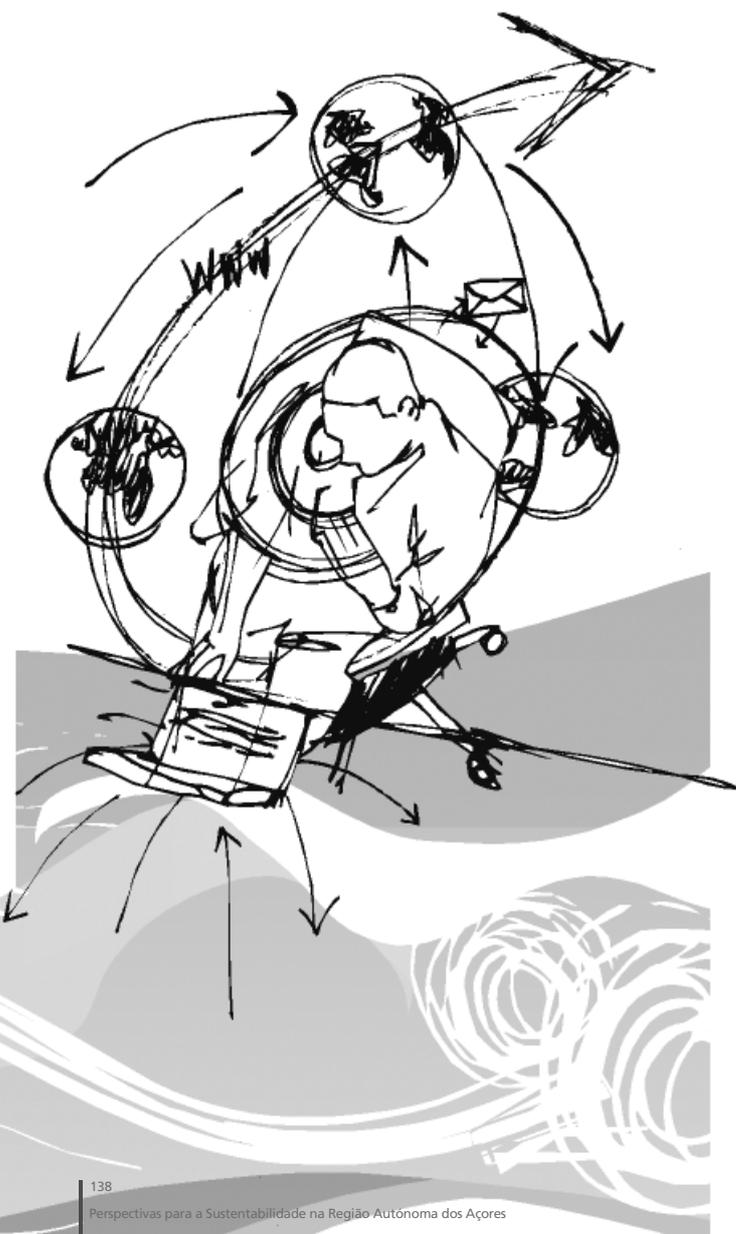
### 4.2. Os Açores em 2030: cinco hipóteses de futuro

#### 5. INFOCRACIA um cenário baseado numa aposta na sociedade de informação

O isolamento geográfico é uma realidade difícil de contornar, mas isso não significa que os Açores tenham que ficar isolados do Mundo. Hoje vivemos efectivamente na "Aldeia Global", com ferramentas de comunicação que eliminam fronteiras naturais e artificiais. Aposta nas novas tecnologias de informação para aproximar os Açores do Mundo, inclusivamente da comunidade emigrante.

##### Forças motrizes dominantes:

- Posição geoestratégica
- População jovem
- Diáspora
- Ultraperifericidade



#### Algumas observações sobre o cenário INFOCRACIA no fórum de discussão...

"A insularidade pode trazer diversas desvantagens. A melhoria dos meios de comunicação e informáticos são um factor forte para o desenvolvimento dos diversos sectores."

- Bruno Sérgio, 11.Dezembro.2004

"A qualidade de vida é traduzida também num alto grau de escolarização e de conhecimento nas áreas de línguas e informática."

- Anónimo, 15.Dezembro.2004

"Parece-me que este cenário já se verifica em alguns campos, embora não no campo do "turismo virtual", que me parece uma ideia um pouco bizarra. (...) Se recuarmos 18 ou 20 anos, vemos que as ligações aéreas eram muito mais difíceis e escassas do que o são hoje (e também já lá vão uns anos que assim é), ou seja, o isolamento já não é o que era, à excepção do grupo ocidental."

- Maria Ventura, 5.Janeiro.2005

"Muito importante este item, há que considerar a oportunidade do facto dos impostos serem mais baixos que no continente, o que, principalmente, pode ser uma mais valia para os negócios Web com sede na Região."

- Diogo Caetano, 16.Janeiro.2005

"O desenvolvimento tecnológico é e será enorme."

- Emiliania Leonilde Diniz Gil Soares da Silva, 17.Junho.2005

"O isolamento existe à custa das companhias aéreas. O preço dos voos entre Lisboa e Açores é muito mais elevado que entre Lisboa e Londres ou Paris, Berlim, etc. Mesmo imaginando o cenário hipotético de todos estarmos conectados à sociedade de informação, estaríamos igualmente isolados. Não devemos ponderar essa ideia. Porque não criar o cenário Açolântida? O Mar é o que nos une.... e não o que nos separa."

- Orlando Guerreiro, 23.Junho.2005

"Postos TIC é um erro. O computador e a internet são para se ter em casa, tal como hoje o telefone (já ninguém vai a um posto público telefonar). A população há muito que aderiu às TIC. Há muito que tem computador e internet. Neste campo, passou completamente à frente das escolas, UA e administração pública (quer umas quer outras, ainda na idade da pedra). Dêem-lhe é condições: banda larga digna desse nome e tendencialmente gratuita!"

- Duarte, 12.Julho.2005

"Mas necessita de muito investimento nos meios de acesso à informação."

- Gê-questa, 1.Setembro.2005

Apresentam-se de seguida as narrativas e os respectivos diagramas causais para cada um dos cenários de desenvolvimento, reportados ao **ano horizonte de 2030**.

## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

### 4.2. Os Açores em 2030: cinco hipóteses de futuro

#### 1. HOTELÂNDIA um cenário baseado no desenvolvimento turístico

A mais valia da Região resulta do seu património ambiental. A forte presença do mar, a beleza da paisagem, a gastronomia e as tradições formam um conjunto vasto e diversificado de aspectos de grande riqueza e com um elevado potencial de valorização turística. O caminho do desenvolvimento foi claro: potenciar aquilo que a Região tinha de melhor. Com base neste princípio, o Governo Regional decidiu incentivar o desenvolvimento do sector turístico, procurando ultrapassar os obstáculos ao seu crescimento, sobretudo a quantidade e diversificação da oferta hoteleira e a capacidade de transporte, tanto aéreo como marítimo.

Neste sentido, os processos burocráticos de licenciamento de empreendimentos turísticos foram relativamente atenuados, nomeadamente no que diz respeito aos pareceres de natureza ambiental que, num passado próximo, persistiam em bloquear grande parte dos mesmos em zonas ambientalmente sensíveis. No que diz respeito aos transportes, também se verificaram modificações profundas. Actualmente, existe um conjunto diverso de transportadores aéreos de "baixo custo" a voar para a Região e há, inclusivamente, incentivos por parte das entidades regionais competentes para baixar as tarifas. Hoje em dia pode dizer-se que é pouco dispendioso viajar para e nos Açores.

Com o passar do tempo, a pressão sobre o ambiente (devido ao aproveitamento turístico) tem vindo a acentuar-se um pouco por todas as ilhas mas, sobretudo, em São Miguel e Terceira. Nestas ilhas, não apenas a ocupação do litoral é preocupante - verificando-se obras relativamente recentes já em risco de desmoronamento - mas, inclusivamente, regista-se a construção de empreendimentos hoteleiros em zonas adjacentes às Lagoas das Furnas e das Sete Cidades contrariando, claramente, linhas de orientação anteriormente definidas.

O crescimento económico é notório em relação ao início do século XXI, muito por acção do sector da construção civil, mas também pelas receitas turísticas que começaram a aumentar em larga escala. Por outro lado, no sector da pecuária e lacticínios (que tinha sido a base da economia açoriana na segunda metade do século XX) verifica-se uma estagnação, em parte devido à aposta no turismo. No entanto, o quadro não é totalmente crítico para alguns produtores agrícolas e pecuários, pois começam a surgir iniciativas privadas de sucesso ligadas ao turismo rural, que aproveitam os processos produtivos tradicionais de leite, queijo e carne como atractivo turístico.

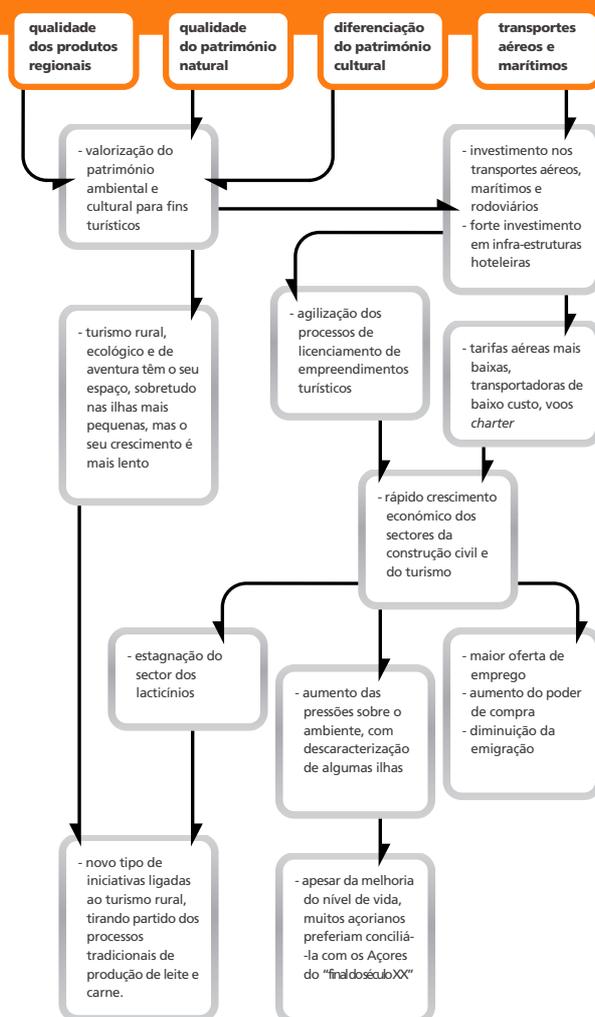
Este tipo de iniciativas é exemplo de um tipo de turismo alternativo que tem vindo a crescer (lentamente) nos Açores, fundamentalmente ligado à natureza e ao contacto com o mundo rural. As estadias nas pequenas ilhas (como as Flores e o Corvo) são especialmente apreciadas por este tipo de visitantes, que evitam os grandes centros de concentração turística localizados, sobretudo, em São Miguel e na Terceira, ilhas onde a capacidade de alojamento hoteleiro cresceu exponencialmente e a procura é indiferenciada. Pode assim dizer-se que temos um turismo a duas velocidades, de qualidade e dimensões muito distintas. Em qualquer caso, a sazonalidade turística é hoje reduzida, atendendo aos diferentes tipos de oferta de lazer na Região.

Estamos em 2030 e, apesar da melhoria da qualidade de vida, muitos açorianos preferiam conciliá-la com a noção romântica dos Açores do final do século passado...

cenário  
**hotelândia**



#### forças motrizes dominantes



**André Paulo**  
5º Ano de Escolaridade  
Concurso Escolar "Açores 2030"

## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

### 4.2. Os Açores em 2030: cinco hipóteses de futuro

#### 2. LACTOGENIA um cenário baseado no desenvolvimento agro-pecuário

A actividade produtiva com maior relevo na Região é a indústria ligada ao sector da agro-pecuária, em resultado da existência de condições excepcionais para essa actividade. Por esse motivo, o sector dos lacticínios e da carne é o grande dinamizador da economia açoriana, talvez a única actividade que consegue superar os problemas de economia de escala inerentes a um território fragmentado em nove pequenas ilhas. Com base neste pressuposto, pretendeu-se apostar fortemente no sector, nomeadamente através de incentivos à produção, tanto em qualidade como em quantidade. O crescimento do sector tem sido, em grande parte, condicionado pelo sistema de quotas imposto pela União Europeia, que irá brevemente ser sujeito a nova revisão. Os fundos e quotas atribuídas passarão sobretudo a depender de critérios de qualidade do produto final em detrimento da quantidade. Contudo, a batalha por um aumento das quotas leiteiras nos Açores permanece o principal motor de toda a acção política, conhecendo progressos e retrocessos ao longo dos últimos trinta anos.

Após árduas negociações com o Governo da República e com a União Europeia, conseguiu acordar-se um aumento da produção agro-pecuária de cerca de 50% entre 2025 e 2035. Paradoxalmente, este aumento deveu-se sobretudo aos rigorosos critérios de qualidade exigidos pela União Europeia. A nível europeu dificilmente é possível encontrar produtos lácteos e carne com a qualidade dos produzidos nos Açores, razão que levou a União Europeia a reduzir a quota leiteira de outras regiões europeias em seu benefício. Será um crescimento faseado no tempo, não se pretendendo alterações muito bruscas no funcionamento do sector, mas antes um crescimento sólido e sustentável, no qual a qualidade final do produto seja sempre salvaguardada. Foi uma grande vitória política para os Açores, após tantos anos de duras negociações.

Face a este novo enquadramento, as actividades relacionadas com a produção agro-pecuária ganham um novo impulso, que se tem reflectido num maior crescimento económico, associado a um aumento do emprego no sector e a um generalizado aumento do poder de compra da população.

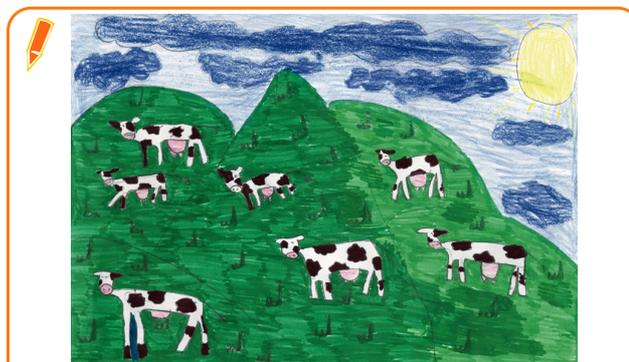
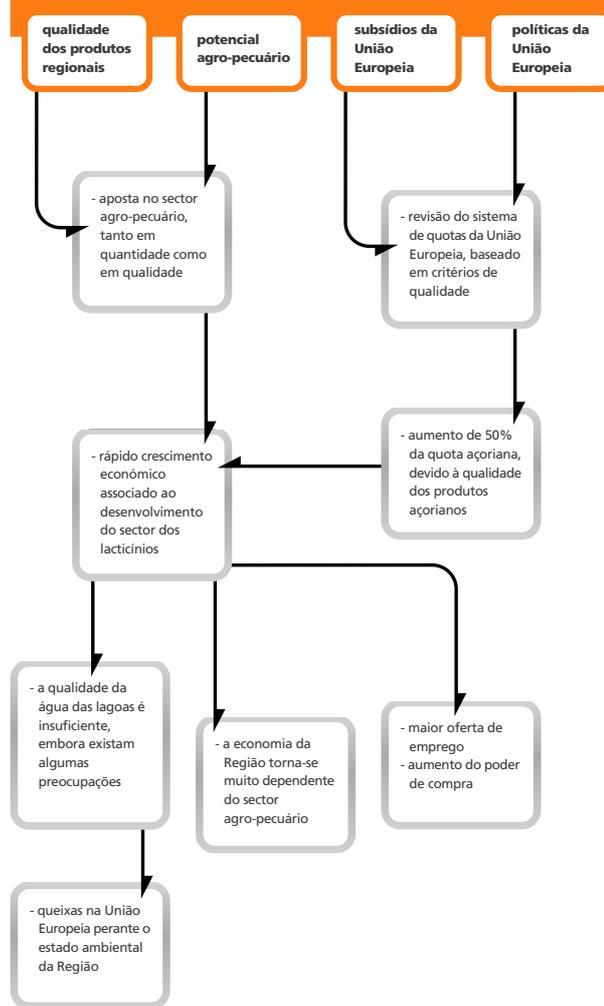
A nível social verifica-se uma diminuição da pobreza e exclusão social; no entanto, a nível do sistema educativo não se verificam progressos muito significativos, uma vez que o investimento público na área social tende a estagnar, não sendo essas as prioridades da Região neste momento. As preocupações com a qualidade ambiental, nomeadamente a qualidade da água das lagoas (em São Miguel mas também em outras ilhas) existem mas são insuficientes. Uma efectiva recuperação ambiental das lagoas é, cada vez mais, um problema.

Estamos em 2030 e a economia açoriana depende hoje, quase exclusivamente, da força do sector agro-pecuário e dos lacticínios. Trata-se de uma indústria moderna e rentável, ainda que excessivamente dependente das políticas da União Europeia. Por outro lado, as pressões sobre o património natural são cada vez mais preocupantes, facto que já levou à apresentação de várias queixas na União Europeia...

#### cenário lactogenia



#### forças motrizes dominantes



Ada Brito  
3º Ano de Escolaridade

## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

### 4.2. Os Açores em 2030: cinco hipóteses de futuro

#### 3. ECOTOPIA um cenário baseado na protecção do património natural

O reconhecimento da elevada beleza natural e do valor ambiental dos Açores a nível internacional resultou na designação da Região como "Reserva Natural" e, conseqüentemente, todas as actividades económicas começaram a ser condicionadas por essa situação. As restrições impostas são não apenas de natureza ecológica, mas também derivadas de uma maior preocupação com a minimização de riscos geológicos. Como consequência destas opções estratégicas, a obtenção de licenças de construção (seja para habitação ou para outro tipo de actividade) é hoje limitada a zonas específicas, muito circunscritas.

A actividade pecuária foi drasticamente afectada com a redução significativa da área destinada a pastagem, no intuito de eliminar a poluição difusa de origem agrícola. A pesca tradicional também é hoje alvo de restrições significativas, orientando-se o sector para a aquacultura em alto mar. A actividade turística junto das lagoas e outros locais de alguma sensibilidade ambiental é restrita, sendo as visitas a esse tipo de locais efectuadas mediante autorização prévia, de modo a garantir o controlo do número de pessoas presentes. A actividade de observação de cetáceos e golfinhos também só é possível mediante autorização especial das autoridades. A fiscalização é muito rigorosa, sendo aplicadas coimas elevadas aos prevaricadores. Por outro lado, está em curso, com o apoio técnico das unidades de investigação e desenvolvimento, um programa de valorização da utilização comercial de espécies endémicas, nomeadamente na produção de essências naturais.

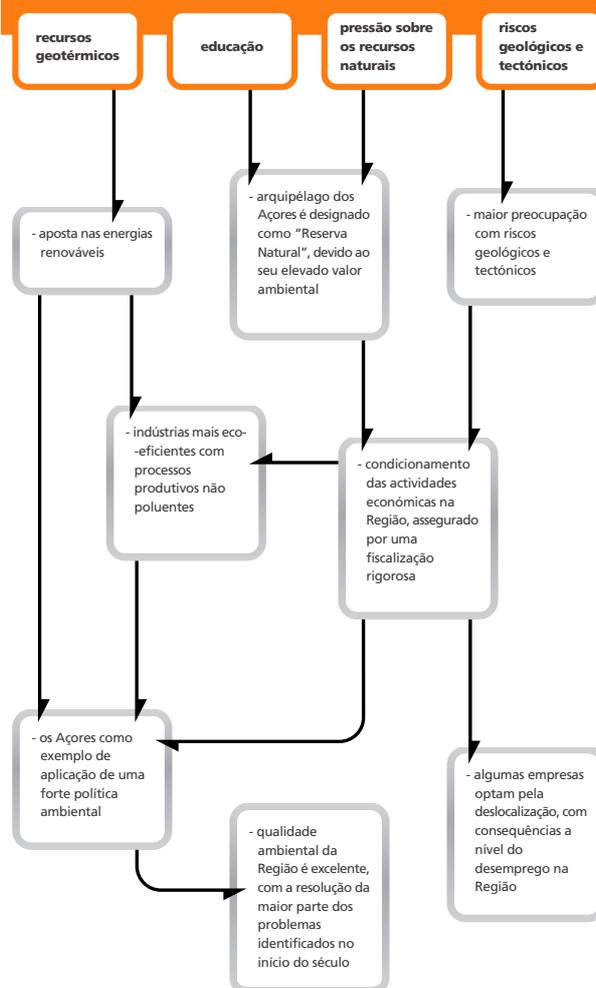
Uma das bandeiras desta política ambiental é a aposta nas energias renováveis. De facto, a electricidade consumida na Região é hoje essencialmente de origem renovável, graças sobretudo ao aproveitamento dos recursos geotérmicos (com uma contribuição de cerca de 80% da produção total de energia). Algumas indústrias, dos mais variados sectores e de diferentes dimensões, têm uma eficiência energética elevada e investiram em processos produtivos baseados em tecnologias não poluentes, graças aos vários incentivos financeiros para esse efeito. Esta parece ser, aliás, a única solução possível para a viabilidade da indústria açoriana. Contudo, tem que ser recordado que diversas empresas, optaram pela deslocalização, com consequências a nível do emprego e algumas intenções de investimento proveniente do exterior à Região não se concretizaram, em especial pelas dificuldades em termos de licenciamento industrial e pelo preço dos transportes de mercadorias para o exterior.

Estamos em 2030 e a qualidade ambiental da Região é excelente a todos os níveis, tendo sido resolvidos os principais problemas que eram identificados no início do século. No entanto, as condições económicas e sociais da Região estagnaram, causando algumas preocupações a nível social e, sem dúvida, contribuindo para o aumento da emigração, que volta a ser encarada com a solução para uma melhoria das condições de vida. Por outro lado, começa a emergir um outro tipo de economia, baseada na inovação tecnológica e em indústrias menos poluentes mas não é fácil, neste momento, ter certezas sobre se esta tendência poderá dinamizar o crescimento económico...

cenário  
**ecotopia**



#### forças motrizes dominantes



Mariana Dias  
5º Ano de Escolaridade  
Concurso Escolar "Açores 2030"

## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

### 4.2. Os Açores em 2030: cinco hipóteses de futuro

#### 4. SOCIOPOLIS um cenário baseado no desenvolvimento social

"O investimento prioritário deve ser feito nos açorianos; são eles o motor de desenvolvimento da Região". Com base neste princípio fundamental, decidiu-se em primeiro lugar erradicar em definitivo as situações de exclusão social da Região, aspecto que foi designado como a grande prioridade política e para a qual foi afectada uma fatia considerável do esforço orçamental. Num segundo momento a aposta fundamental foi dirigida às camadas mais jovens da população. Considerou-se que só apostando na educação se conseguiriam alcançar as condições necessárias para um verdadeiro desenvolvimento.

A política de forte investimento na educação foi muito apoiada por fundos comunitários, que actualmente são preferencialmente canalizados para este fim e têm sido realizados investimentos avultados em infra-estruturas escolares. As actividades curriculares são complementadas por actividades de carácter mais lúdico e cultural. Em termos de ensino universitário, também foram desenvolvidos esforços consideráveis, tendo a Universidade dos Açores e outras instituições regionais de índole tecnológica estabelecido fortes parcerias com outras unidades de ensino e investigação, em especial na área dos recursos do mar e nas ciências da terra. Esta estratégia permitiu reforçar um melhor intercâmbio e contacto com a comunidade emigrante, nomeadamente através das novas gerações.

A criação de infra-estruturas de apoio à terceira idade e apoio médico específico tem, também, consumido uma significativa fatia do orçamento regional. Este facto tem contribuído para a imigração e estabelecimento de reformados vindos de outros países comunitários, atraídos pela qualidade do apoio do Estado. É interessante notar que alguns deles têm retomado um certo grau de vida activa, dinamizando algumas iniciativas locais de emprego relativamente inovadoras.

Sabia-se que os resultados práticos desta estratégia só seriam visíveis a longo-prazo, mas foi uma opção política tomada de forma consciente, como uma visão de longo prazo pouco comum. Foram efectuados sacrifícios em termos de aumento de impostos e alguns cortes no apoio financeiro do Estado às actividades económicas, exceptuando o apoio ao emprego qualificado. Tem-se verificado um relativo abrandamento do crescimento económico, ainda que alguns nichos especializados se tenham tornado altamente concorrenciais a nível europeu. A actividade agro-pecuária diminuiu (também devido à nova reforma da PAC) e o turismo mantém-se nos níveis observados no início do século. Alguns empresários ameaçam deslocar os seus negócios para outras Regiões mais favoráveis do ponto de vista fiscal...

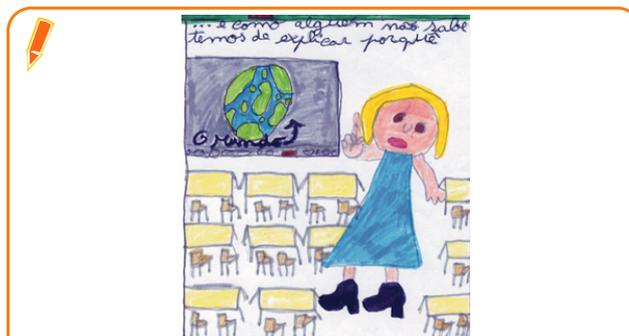
A nível ambiental persistem algumas deficiências a nível do saneamento básico, problemas que se têm vindo a arrastar no tempo devido à insuficiente disponibilidade de verbas. Contudo, a nível do ordenamento do território e da eutrofização das lagoas não se verificam situações de significativo agravamento nas últimas décadas, devido ao facto da carga orgânica proveniente da actividade agro-pecuária não ter conhecido grandes alterações. Pode afirmar-se, por isso, que a pressão sobre os recursos ambientais não tem aumentado de forma significativa.

Estamos em 2030 e a situação económica não evidencia ainda indicadores claramente favoráveis. No entanto, a percentagem de jovens açorianos com habilitações e qualificações é muitíssimo superior ao que se verificava no início do século...

#### cenário sociopolis



#### forças motrizes dominantes



Ana Pereira  
5º Ano de Escolaridade  
Concurso Escolar "Açores 2030"

## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

### 4.2. Os Açores em 2030: cinco hipóteses de futuro

#### 5. INFOCRACIA um cenário baseado numa aposta na sociedade de informação

Os Açores encontram-se relativamente isolados do ponto de vista geográfico, condicionando o desenvolvimento da Região e limitando a possibilidade de promover economias de escala. De outro ponto de vista, os Açores são uma Região privilegiada em termos geoestratégicos para o fortalecimento de relações entre os continentes europeu e americano, pois está situado entre os dois territórios. Mas como estabelecer esta ponte de forma eficaz? A comunidade emigrante nos Estados Unidos da América e Canadá tem certamente um importante papel a desempenhar. Com efeito, os Açores constituem uma realidade social que supera a realidade das nove ilhas, uma vez que existe uma grande comunidade açoriana espalhada pelo mundo, na qual reside uma mais valia social. Neste contexto, considerou-se fundamental potenciar a troca de conhecimento dentro da comunidade, aspecto para o qual as tecnologias de comunicação, (que têm conhecido um desenvolvimento exponencial) são uma oportunidade a explorar.

Foi neste sentido que se promoveu a criação de uma "comunidade digital" de açorianos espalhados pelo mundo, com especial enfoque na América do Norte, em Portugal Continental e, claro, na própria Região. A população jovem açoriana aderiu em massa à iniciativa, que foi crescendo em ritmo acelerado. Foram colocados vários postos TIC (locais de utilização das "Tecnologias de Informação e Comunicação") nas diversas ilhas, através dos quais é possível comunicar em tempo real e onde os jovens auxiliam a entrada dos mais velhos no mundo digital. No entanto, nem todos os açorianos parecem adaptar-se a esta nova realidade (principalmente nas faixas etárias superiores), começando a ganhar contornos um novo tipo de exclusão social. O campus virtual da Universidade dos Açores permitiu assegurar não apenas uma componente de I&D em cada ilha mas, também, uma internacionalização científica da Região. Os diversos instrumentos de e-learning nesta área permitiram assegurar a constituição de um centro de excelência.

A aposta efectuada nas últimas décadas em desenvolvimento aplicado de tecnologias de informação e comunicação tem aberto novos horizontes para a gestão das actividades económicas na Região. O Sistema Turismo Virtual foi uma das iniciativas emblemáticas deste domínio, com o estabelecimento de parcerias entre a Universidade dos Açores, universidades norte-americanas e pequenas empresas locais. Hoje em dia é possível, por exemplo, observar cetáceos e golfinhos em ambiente virtual de grande realismo... sem qualquer tipo de impacte ambiental, definindo um novo rumo para esta actividade turística.

Estamos em 2030 e as novas soluções parecem encerrar em si novos problemas (como por exemplo, as dificuldades de adaptação de alguns estratos sociais às novas realidades). No entanto, perspectiva-se um novo mundo de possibilidades e oportunidades de negócio baseados nas tecnologias e sistemas de comunicação, tendo o isolamento deixado de ser o forte condicionante que constituía no passado...



#### forças motrizes dominantes



Rita Vilaça  
6º Ano de Escolaridade  
Concurso Escolar "Açores 2030"

## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

### 4.2. Os Açores em 2030: cinco hipóteses de futuro

#### Síntese

A construção de *cenários de desenvolvimento* contribui para o reconhecimento de um conjunto de questões nucleares e incentiva a definição de uma *visão de futuro* para a Região. Assim, de forma a sintetizar o comportamento do sistema ambiente-economia-sociedade nos diferentes cenários, o **Quadro 4.1** resume a possível tendência de evolução de alguns dos aspectos chave para a sustentabilidade nos Açores (referidos anteriormente no **Quadro 3.2**).

ALGUNS ASPECTOS CHAVE	HOTELÂNDIA	LACTOGENIA	ECOTOPIA	SOCIOPOLIS	INFOCRACIA
<b>Dimensão Ambiental</b>					
Gestão de resíduos					
Gestão de recursos hídricos					
Ordenamento sustentável do território					
<b>Dimensão Económica</b>					
Intensificação dos modelos de exploração turística					
Intensificação dos modelos de desenvolvimento agro-pecuário					
Rede viária e serviços de transportes					
<b>Dimensão Social</b>					
Qualificação da população activa					
Situações de exclusão social					
Infra-estruturas e ofertas culturais					
<b>Dimensão Institucional</b>					
Redes de Investigação & Desenvolvimento					
Participação pública nos processos de decisão					
Prevenção e capacidade de resposta a riscos					

#### Legenda:

tendência de diminuição acentuada

tendência de aumento acentuado

tendência de manutenção

tendência de diminuição progressiva

tendência de aumento progressivo

#### Quadro 4.1

Tendência de evolução de alguns aspectos chave para cada um dos cenários

## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

### 4.2. Os Açores em 2030: cinco hipóteses de futuro



#### Algumas observações gerais sobre os Cenários no fórum de discussão...

"Parece mais coerente a criação de um novo cenário que englobe partes de todos os até agora apresentados, com peso diferenciado, nomeadamente, maior peso do cenário Hotelândia, depois do Sociopolis, seguido do Ecotopia e Infocracia, com igual peso e finalmente do cenário Lactogenia."

- Marco Figueiredo, 24.Maio.2005

"O futuro é algo que devemos ponderar. Os cenários propostos não são, na minha opinião, os mais favoráveis à Região. Existem sim aspectos positivos isolados de cada cenário que deverão ser aplicados o mais breve possível. No entanto, a melhor aposta seria um híbrido entre o cenário Sociopolis e a Ecotopia. Devíamos olhar mais para a história e para a nossa herança cultural. A beleza é aquela que existe e sempre existiu com a nossa presença. Os Açores são tudo menos natureza intacta."

- Orlando Guerreiro, 23.Junho.2005

A análise e discussão destes e de outros cenários de desenvolvimento proporcionam uma oportunidade para a identificação de questões chave sobre as quais é necessário reflectir e assumir opções estratégicas, tendo em conta a avaliação das respectivas consequências e a correspondente procura de soluções ambientalmente correctas, socialmente justas e economicamente eficientes. É esse o quadro em que a intervenção da comunidade e dos diversos agentes deve permitir definir e consolidar a *visão partilhada de desenvolvimento a longo prazo* para os Açores.



Visão

Como promover a participação pública?

Que modelos de turismo devem ser promovidos?

Que futuro para a agro-pecuária?

Como salvaguardar o património ambiental?

Que estratégias devem ser adoptadas para o sistema educativo?

Que papel pode assumir a tecnologia?



## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

### 4.2. Os Açores em 2030: cinco hipóteses de futuro

#### Caixa 4.1

#### Avaliação de Cenários de Desenvolvimento

O *website* dos Estudos de Base do PRDSA disponibiliza um pequeno questionário, que pretende constituir uma forma de participação estruturada na reflexão e discussão dos **cenários de desenvolvimento** apresentados e de algumas **questões chave** para o processo de desenvolvimento da Região.

#### Como se imagina a viver nos Açores com este cenário?

Utiliza a opção de "ver pormenores" para ter acesso a informação mais detalhada sobre cada um dos cenários. Se desejar pode ainda efectuar observações a aspectos concretos de cada cenário e/ou participar numa discussão sobre o futuro dos Açores no Fórum.

nome (opcional):

email (opcional):

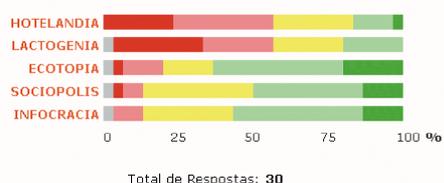
ocupação principal:

residência:

Cenário	Como se imagina a viver nos Açores com este cenário?	Observações
HOTELÂNDIA ver pormenores	<input type="text" value="Escolher"/>	<input type="text"/>
LACTOGENIA ver pormenores	<input type="text" value="Escolher"/>	<input type="text"/>
ECOTOPIA ver pormenores	<input type="text" value="Escolher"/>	<input type="text"/>
SOCIOPOLIS ver pormenores	<input type="text" value="Escolher"/>	<input type="text"/>
INFOCRACIA ver pormenores	<input type="text" value="Escolher"/>	<input type="text"/>

[Ver Resultados](#)

#### Resultados da Avaliação de Cenários



Como se imagina a viver nos Açores com este cenário?

Sem Opinião  Muito Mal  Mal  Razoavelmente  Bem  Muito Bem

Resultados até 15 de Novembro de 2005

#### Interpretação de resultados

No gráfico representativo dos resultados da avaliação de cenários observa-se uma diferenciação entre dois grupos. Os cenários baseados num forte desenvolvimento económico (Hotelândia e Lactogenia) apresentam uma apreciação negativa em contraponto com os cenários Ecotopia, Sociopolis e Infocracia, que foram globalmente encarados como positivos.

Com base nestes resultados preliminares, podem retirar-se duas ilações principais:

1. Os cenários Hotelândia e Lactogenia parecem ser associados a mais aspectos negativos do que os restantes, não obstante o esforço de se apresentarem perspectivas positivas e negativas relacionadas com todos os cenários;
2. Os cenários Hotelândia e Lactogenia têm implicações mais irreversíveis, com potenciais impactes ambientais de difícil minimização. Os participantes resolveram adoptar uma atitude de precaução face ao futuro.

#### Aspectos consensuais nos comentários

A qualidade ambiental e as características naturais das ilhas são aspectos fortemente valorizados pelos participantes no questionário. Parece identificar-se algum receio em seguir caminhos de desenvolvimento baseados num turismo "massificado", que possa conduzir a uma descaracterização das ilhas (sendo apontados como exemplos negativos outras Regiões com perfil "praia e sol"). Não obstante, refere-se a necessidade de apostar no turismo, mas admitindo-se, ao mesmo tempo, a dificuldade de estabelecer a fronteira entre turismo "desejável" e "indesejável". Segundo os participantes no questionário, a actividade agro-pecuária deve sofrer algumas restrições, mas é simultaneamente um sector essencial para a economia regional. Para além disso, consideram que as pastagens contribuem para a beleza das ilhas, funcionando simultaneamente como elemento identificador da Região e como atractivo turístico. Por outro lado, a educação e as novas tecnologias são identificadas como uma aposta fundamental para o futuro.

Note-se que estas ilações correspondem, de uma forma geral, às linhas orientadoras expressas pelos participantes nas sessões de trabalho desenvolvidas no âmbito dos Estudos de Base, pelo que parece possível identificar um consenso mais ou menos generalizado em torno de um conceito de futuro sustentável para os Açores.

A sua opinião continua a ser importante para apoiar a reflexão e a decisão. PARTICIPE! COLABORE! ENVOLVA-SE!

<http://sram.azores.gov.pt/predsa>

## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

### 4.2. Os Açores em 2030: cinco hipóteses de futuro



#### Região Autónoma dos Açores Uma Reflexão Prospectiva

- 1. Os Açores, situados no coração do Atlântico Norte, integram-se nas grandes rotas marítimas, praticamente desde o início do seu povoamento. Desempenharam papel importante na conquista e defesa dos territórios do norte de África, foram pontos fulcrais de apoio às caravelas nas viagens à Índia, no apoio à exploração do continente americano, como base de apoio aos aliados na última grande guerra, como nó nas redes de comunicação e da aviação comercial no atlântico norte. Antevê-se, no futuro imediato, se forem proporcionadas algumas condições, uma oportunidade de reafirmação dos Açores, enquanto fronteira avançada da Europa em relação às Américas e também como elemento potenciador da vocação atlântica do conjunto do país.*
- 2. A integração dos Açores no processo histórico do Atlântico, a permanência do seu valor estratégico, nas vertentes político-militar, mas também um passado de emigração e diáspora do seu povo, designadamente para o continente americano, onde se registam inúmeros exemplos de sucesso, nos campos da actividade económica e também em funções de representação política ao mais alto nível perspectivam oportunidades na captação de iniciativas e investimentos, no espaço insular, para além de potenciar uma vocação natural de articulação entre ambientes e espaços diversificados.*
- 3. A riqueza de variedade dos acervos históricos e culturais açorianos, a apetência da população para manifestações culturais e festivas e, por outro lado, a existência de uma paisagem natural única e diferenciada, constituem elementos que proporcionam oportunidades ao nível do desenvolvimento de actividades económicas no domínio do lazer e turismo. Neste sector, é fundamental contrariar a sazonalidade da procura centrada na época alta e melhorar a qualidade da oferta turística global, hoteleira e de animação turístico-cultural.*
- 4. Aos Açores está associada uma imagem de região despovoada, com capacidade de oferta de alguns produtos naturais e ecológicos. Identificam-se algumas oportunidades ao nível do preenchimento de alguns nichos de mercado onde o factor custo é menos importante que a origem e qualidade da matéria-prima e da autenticidade da sua produção e com uma reorientação, em função do reconhecimento e valorização da componente ecológica dos produtos regionais.*
- 5. Nos Açores está identificado um "cluster" relacionado com a fileira agro-pecuária, onde a capacidade de produção regional tem expressão relativa acentuada no contexto nacional. Constitui um desafio o alargamento da cadeia de valor associada a estas produções, para além da defesa da qualidade da produção regional.  
A evolução do sector agrícola açoriano é de importância fulcral para o desenvolvimento dos Açores, nomeadamente no que se refere à sua contribuição para o emprego e produção e para a competitividade da indústria açoriana, sendo fundamental a melhoria das infra-estruturas agrícolas e a racionalização das estruturas fundiárias.  
No complexo agro-forrageiro são prováveis ganhos de produtividade para um melhor aproveitamento forrageiro. Na produção leiteira, a renovação do rebanho e a expansão da inseminação artificial e do contraste leiteiro permitirão garantir ganhos de produtividade substanciais e, no domínio das estruturas, as acções de ordenamento permitirão a melhoria nas condições de trabalho e redução nos custos de acesso às explorações.*
- 6. Não existirá uma grande diversidade de recursos naturais, porém, a natureza arquipelágica do território insular proporciona uma extensa Zona Económica Exclusiva, constituindo um desafio o correcto aproveitamento dos recursos marinhos existentes e também o desenvolvimento de actividades científicas ligadas ao mar, em que o pólo especializado da Universidade dos Açores poderá constituir alavanca fundamental.  
No que se refere às pescas, é desejável a inversão da situação de sazonalidade do sector e a formação adequada dos pescadores e empresários associada a uma mudança gradual de mentalidades e à renovação e reestruturação da frota, nomeadamente no que se refere às condições de segurança, habitabilidade e autonomia. É, por outro lado, fundamental uma política de gestão dos recursos piscatórios.  
Em termos de transformação, a racionalização e consolidação do sector conserveiro, em resultado de um esforço de investimento na recuperação do atraso tecnológico do sector, justifica ainda algum apoio técnico e controle de qualidade, quer ao nível da matéria-prima e do produto elaborado, quer ao nível da embalagem e condições de conservação e distribuição.*
- 7. Refira-se ainda que a constituição vulcânica das ilhas permite, para além do aproveitamento da energia libertada pelo solo (recursos geotérmicos de alta entalpia), um vasto campo de estudo e observação científica, onde a Universidade dos Açores também terá papel relevante.  
O agravamento da dependência energética da região, face aos derivados do petróleo, implica uma atitude voluntarista no domínio do aproveitamento dos recursos endógenos. O recurso endógeno com maior potencial é o fluido geotérmico de alta entalpia, que poderá satisfazer parte substancial das necessidades de produção de energia eléctrica, numa primeira fase já em S. Miguel, em substituição da produção tradicional a partir da utilização de combustíveis nas centrais térmicas. Com efeito, existem condições para o arranque da exploração em termos industriais da produção de electricidade a partir dos recursos geotérmicos, com impacto ao nível da substituição de parte da componente importada (combustíveis).*
- 8. As grandes linhas de orientação estratégica da política regional conferem especial importância à situação do mercado de trabalho, preparando uma política activa de emprego e uma adequação do sistema de formação profissional.  
As insuficiências do sistema educativo, quer em infra-estruturas, quer em recursos humanos foram um dos principais obstáculos ao desenvolvimento dos Açores, já que inviabilizaram o aparecimento da mão-de-obra qualificada exigida pela integração da economia e da sociedade açoriana no contexto europeu. A desarticulação das estruturas conduziu ao insucesso e ao abandono escolar, aos baixos níveis de escolaridade e qualificações sem perspectiva de inserção profissional, contribuindo para o desemprego.  
O sistema de formação profissional apresenta-se também desarticulado, sem uma visão estratégica e prospectiva das qualificações. A incerteza quanto ao financiamento das actividades de formação profissional (...) obriga à passagem de uma lógica de "subsídio" para uma lógica de co-investimento na formação (implicando a empresa - o Governo Regional e o formando) e à reestruturação profunda do sector de formação profissional, envolvendo no processo todas as forças sociais e empresariais. Nos Açores impõe-se igualmente uma política de ciência e tecnologia, tendo em conta as especificidades próprias da Região.*

## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

### 4.2. Os Açores em 2030: cinco hipóteses de futuro

**9.** A pressão urbanística junto das costas, a descarga de esgotos sem tratamento, a deposição de resíduos sólidos, muitas vezes utilizando a orla marítima e as linhas de água como receptores mais comuns, a existência de numerosas infra-estruturas marítimas e o tráfego de embarcações são factores a ter em consideração devido à enorme sensibilidade da orla marítima.

Sendo a água um dos factores essenciais para a vida humana e apresentando os Açores um sistema hídrico frágil e vulnerável às diversas formas de intervenção humana e à poluição, torna-se necessário actuar de forma decisiva, por forma a proteger tal recurso, nomeadamente no que se refere a potenciais formas de poluição, como por exemplo as práticas agro-pecuárias e a utilização de produtos químicos nos solos, com implicações ao nível da contaminação fecal e química das águas.

Também a gestão de resíduos sólidos constitui uma das preocupações de natureza ambiental, devido aos impactos negativos que a sua inexistência provoca no meio ambiente, na saúde e bem-estar das populações, sendo os sistemas de tratamento dos resíduos sólidos insuficientes.

**10.** Os investimentos públicos realizados e em curso, em diversos domínios, designadamente na área das acessibilidades e dos equipamentos sociais, colocam um novo desafio, no sentido da sua rentabilização, na transformação de alguns desses equipamentos em pólos de excelência e na sua integração em redes de âmbito nacional e supranacional. A melhoria dos contactos com o exterior depende também do modo como vier a ser resolvida a questão crucial dos transportes aéreos. Por sua vez o tráfego de passageiros e carga, par via marítima, exige a necessidade de obras de reforço e manutenção em infra-estruturas marítimas (...).

**11.** Importância estratégica no desenvolvimento regional assume o sector das telecomunicações. Numa região caracterizada pela dispersão geográfica e pelo grande distanciamento, quer do Continente Europeu, quer do Americano, toma-se fundamental um sector de telecomunicações que dê uma resposta rápida e eficaz às crescentes solicitações duma sociedade moderna, não só do ponto de vista do desenvolvimento das actividades económicas (principalmente dos serviços), mas também do desenvolvimento cultural e do bem-estar das populações, como forma de quebrar o seu isolamento.

As actuais comunicações dos Açores com o exterior, asseguradas por satélite, embora detenham inegáveis qualidades técnicas e apresentem ainda boas perspectivas de futuro, originam constrangimentos no desenvolvimento dos serviços de telecomunicações, designadamente na área de comunicação de dados.

A instalação do cabo submarino entre o Continente e os Açores, suportado em tecnologia óptica, é a alternativa tecnologicamente adequada ao desenvolvimento das comunicações na Região.

**12.** Por fim, a existência de órgãos próprios do Governo potencia uma melhor adequação das políticas às necessidades locais e às novas problemáticas que se colocam no âmbito da internacionalização das economias. Constitui um desafio o desenvolvimento de soluções práticas no quadro dos instrumentos políticos (Estatuto Político-Administrativo) e financeiros (Lei das Finanças Regionais) já definidos, de forma a que, em parceria com as forças vivas e a sociedade civil, possam aproximar a Região Autónoma dos Açores aos níveis de desenvolvimento do País."

Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006

Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território

1998



#### Explorando o Futuro

Sentado na sala de controlo, Ricardo esticou as pernas e deixou o olhar passear pelas nuvens a abraçar o Pico, do outro lado do Canal. Deteve-se no cume, um triângulo escuro a ferir o azul e branco do espaço. Quando os sentidos se saciaram, o olhar deslizou lentamente pela montanha, tocou as águas prateadas na base e rumou com suavidade em direcção à Horta antes de regressar bruscamente ao interior da sala. O sistema de localização tri-dimensional seguiu-lhe atento os movimentos da cabeça e reagiu com prontidão quando Ricardo focou uma zona do painel de controlo instalado à sua frente. Pelas fibras ópticas correram as mensagens de activação do sistema de vigilância marinha instalado na Espalamarca. Uma das paredes brancas cobriu-se repentinamente de imagens alimentadas pela rede de comunicações opto-acústicas do complexo dos Açores.

Duas milhas para lá do Monte da Guia, Ricardo viu os cilindros gigantes do gerador submerso da Feteira, imponentes contra o fundo azul. Imaginou no interior o movimento de vaivém dos êmbolos, provocado pelas ondas. Com um gesto deliberado da cabeça orientou uma das câmaras de observação do gerador em direcção ao solo marinho e examinou o cabo de transporte de energia a serpentear em direcção ao Faial. Nada a assinalar. Do campo de fontes hidrotermais Rainbow, na dorsal Atlântica e a mais de dois quilómetros de profundidade, chegaram-lhe imagens da frota de mini-exploradores autónomos ocupados na colheita mensal de bactérias para a GeneTec e na manutenção do complexo observatório de grande profundidade. Com outro gesto, ligou-se às câmaras a bordo do transportador automático do Hotel Submerso da Guia em passeio de turismo.

As imagens mostraram-lhe dois cachalotes a mergulhar lentamente, acompanhados de perto por bolas amarelas, minúsculas contra a massa dos animais em movimento. Accionou o "telezoom" e distinguiu nitidamente numa das bolas tripuladas a sigla BioCach. Sorrindo, pressionou o código da equipa de biólogos marinhos e debruçou-se sobre o microfone. A 100 metros de profundidade, no interior do seu habitáculo amarelo, Luís foi distraído pela mensagem que iluminou o transmissor global de pulso: "Que tal um Ginto no Petar ao fim do dia? Bom trabalho!" Ricardo levantou-se em direcção à porta. Na sala ouviu-se um som seco quando os sapatos se libertaram da tomada eléctrica no chão. "

António M. Pascoal

Instituto Superior Técnico

"O Futuro visto pelos cientistas" - jornal Público, 24 de Março de 2005

## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

### 4.3. Contributo para a definição de uma visão sustentável para os Açores

Os *Estudos de Base* do PRDSA procuraram colaborar no exercício de **reflexão sobre o futuro**<sup>3</sup>, com o objectivo de apurar expectativas e anseios relativamente aos grandes desígnios para a Região Autónoma dos Açores e, dessa forma, auxiliar a definição da *missão para a Sustentabilidade*. Nesta perspectiva, construída com base na discussão de cenários e na análise dos conhecimentos e informações entretanto obtidos apresenta-se, seguidamente, uma *Visão Açores 2030*.

A *Visão Açores 2030* tem um cariz essencialmente ilustrativo dos desejos e metas que a sociedade açoriana coloca a médio/longo prazo. O seu âmbito decorre estritamente das opiniões recolhidas no processo de participação pública e reúne uma amostra de (algumas) expectativas constituindo, assim, um primeiro contributo para a definição de uma visão partilhada<sup>4</sup>. É, talvez, uma mistura de sonho e realidade que, nesse sentido, procura consubstanciar o anseio colectivo de melhoria das condições socioeconómicas e ambientais na Região.



**Beatriz Ferreira**  
5º Ano de Escolaridade  
Concurso Escolar "Açores 2030"

(3) O conteúdo deste Capítulo deve-se aos depoimentos e testemunhos recolhidos, ainda que o tratamento e edição dos mesmos sejam da responsabilidade da Equipa Técnica.

(4) No caso dos *workshops* de **participação pública**, a metodologia adoptada para a construção de uma Visão de Futuro foi desenvolvido em duas fases: num primeiro momento, os intervenientes foram convidados a explicar, por escrito e individualmente, a sua **visão** de como **desejariam encontrar** a Região Autónoma dos Açores em 2030, nos diferentes sectores e espaços, caso fizessem uma hipotética viagem no tempo e fossem então *observadores* da realidade. O segundo exercício, realizado em pequenos grupos de trabalho, contemplou o apuramento das medidas e acções que, em sua opinião, poderiam contribuir para **construir o desejado futuro** para os Açores.

## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

### 4.3. Contributo para a definição de uma visão sustentável para os Açores

#### Visão Açores 2030



#### Dimensão ambiental

Uma Visão  
2030  
dos Açores

#### Atmosfera

A monitorização da qualidade do ar é concretizada através de uma rede analítica que permite controlar as emissões de fontes industriais, incluindo as resultantes do sector de transportes, e fornecer informações às instituições e ao público. É de salientar que as próprias entidades públicas estão a liderar a implementação do Programa de Diminuição da Poluição do Ar (PoDPAr), iniciado em 2015, que procura contribuir para o esforço global no controlo da emissão de gases com implicações no chamado "efeito de estufa". O PoDPAr tem como objectivo geral reduzir, para menos de metade, os valores registados em 2008, patamar julgado adequado ao mercado de emissão de gases estabelecido na União Europeia. O Plano tem concedido incentivos fiscais e outros meios financeiros indirectos para a utilização e desenvolvimento de novas tecnologias. Os equipamentos industriais e domésticos têm conhecido grandes evoluções em termos de eco-eficiência, contribuindo também para a concretização de objectivos de qualidade do ar.

A indústria transformadora tem procurado adoptar sistemas de produção de "descarga zero", assim também cumprindo com as normas legais referentes às emissões para a atmosfera mas, caso necessário, utiliza equipamentos ambientalmente adequados. No que diz respeito ao sector dos transportes públicos, a frota de veículos movida a fontes renováveis aumentou significativamente, sendo maioritária em relação aos restantes tipos de veículos e merecendo realce a utilização de hidrogénio como combustível. Por outro lado, também por razões de ordenamento urbano e minimização do ruído, foram implementadas algumas restrições ao tráfego de veículos automóveis individuais em zonas urbanas. Por exemplo, na área do centro histórico de Angra do Heroísmo os automóveis só podem circular às segundas, quartas e sextas-feiras, ao passo que o centro histórico de Ponta Delgada tem o acesso limitado, criando-se as condições para passeios pedonais ou uso de transportes colectivos. Não obstante, face à oferta destes, julga-se que esta medida restritiva será abolida muito proximamente. Com efeito, a qualidade e eficiência das carreiras de transportes urbanos e suburbanos existentes nos Açores fazem com que a maior parte da população comece a dispensar, finalmente, o transporte individual.

No seu conjunto, as medidas adoptadas no âmbito do esforço europeu para controlo da qualidade do ar permitiram atingir níveis de emissões inferiores às registadas em 2010.



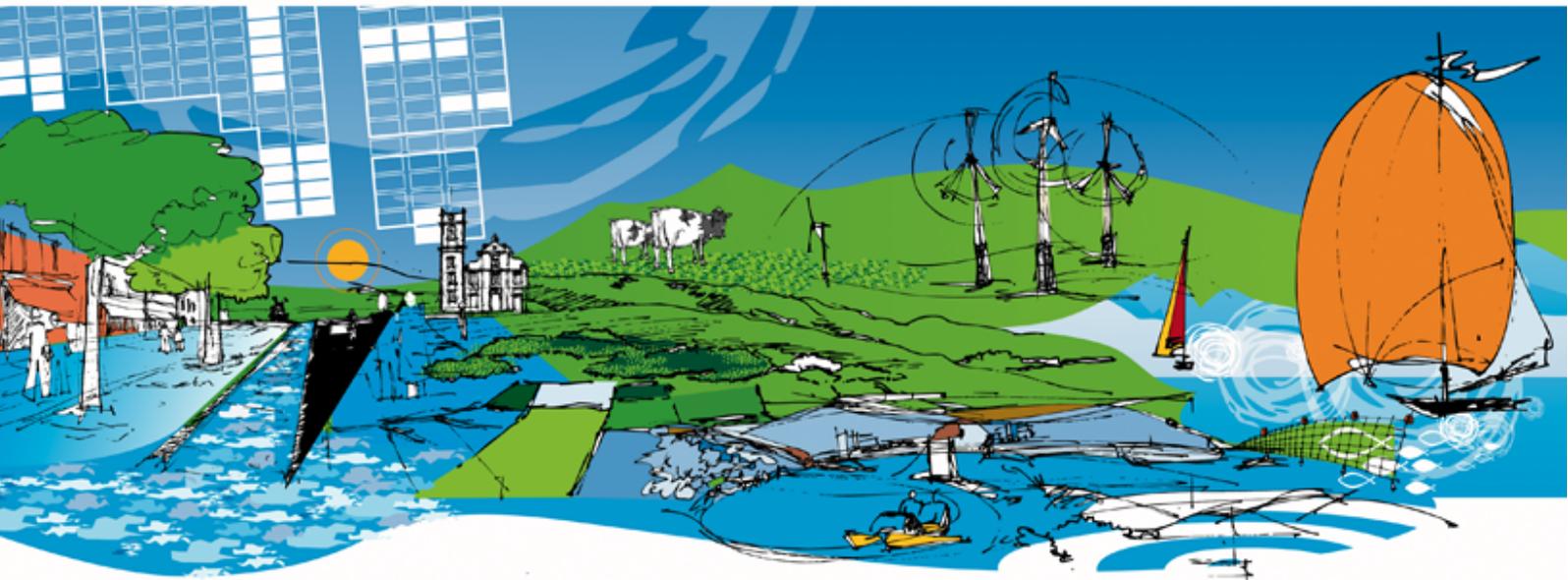
#### A definição de uma Visão (2030) nos workshops de participação pública - algumas citações

"Nesta viagem verifico a ausência de automóveis, as pessoas utilizam transportes públicos movidos por uma energia alternativa não poluente - as viaturas próprias só circulam ao fim de semana."  
- São Miguel

"A circulação de veículos motorizados individuais no centro da cidade está interdito, dando lugar à utilização de veículos não motorizados e devolvendo a cidade ao cidadão que se desloca pedonalmente."  
- São Miguel

## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

### 4.3. Contributo para a definição de uma visão sustentável para os Açores



Uma Visão  
**2030**  
dos Açores

#### Solo e ordenamento do território

As alterações paulatinamente verificadas nas estratégias de desenvolvimento agrícola deram lugar à diversificação de culturas e ao alargamento da base de produção, que é agora mais competitiva do que no início do século. As actuais práticas agrícolas têm levado a uma diminuição do potencial de erosão dos solos, contrastando com a tendência verificada no início do século. A diversificação do sector primário da economia foi benéfica para a economia açoriana, tendo gerado novas actividades e diminuído a dependência externa da Região. Estas alterações nos sistemas de exploração agrícola foram enquadradas pela progressiva importância atribuída à definição de modelos de planeamento territorial adequados à realidade regional. Os planos de ordenamento do território são encarados pelos responsáveis autárquicos como fundamentais do ponto de vista estratégico, sendo os Planos Directores Municipais instrumentos essenciais da gestão pública. À semelhança de outros processos, os diversos parceiros socioeconómicos são, sempre que necessário, chamados a intervir na tomada de decisão. É interessante notar que os processos de discussão efectuados no âmbito da avaliação e revisão periódica dos planos municipais são bastante mais conseguidos que no início do século. O mesmo tipo de abordagem participativa é adoptado nos restantes instrumentos de gestão territorial em vigor na Região, nomeadamente os Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas, os Planos de Ordenamento da Orla Costeira e os Planos de Ordenamento de Bacias Hidrográficas de Lagoas (todos planos cuja primeira geração remonta ao início do século), estratégia que permitiu atingir uma gestão mais integrada do território e a resolução dos problemas ambientais sectoriais. Apenas como exemplo, nota-se que não existem novas ocupações do solo em zonas de risco e verifica-se uma redução progressiva da pressão habitacional nas áreas do domínio público marítimo.

Um outro aspecto interessante a registar consiste no facto de, durante a primeira década do século XXI, ter sido concluída a caracterização e classificação detalhada dos solos da Região, o que permitiu definir com rigor a respectiva capacidade de uso e dessa forma racionalizar a ocupação do território.



#### A definição de uma Visão (2030) nos workshops de participação pública - algumas citações

"Um território ordenado em prol dos recursos naturais, trabalhando-se na constante potenciação destes."

- São Jorge

"Prevejo uma utilização racional dos recursos naturais, tendo como efeito uma paisagem diversificada ao nível da utilização do solo, isto é, um aproveitamento adequado das potencialidades do terreno. Prevejo a aplicação dessa premissa a outras áreas de actividade económica e social."

- Terceira

"Gostava de pegar num helicóptero movido a hidrogénio e sobrevoar uma paisagem rural e urbana sem cicatrizes e harmoniosa."

- São Miguel

"Assusta-me o excesso de planeamento e de ordenamento do território."

- São Miguel

## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

### 4.3. Contributo para a definição de uma visão sustentável para os Açores



Uma Visão  
**2030**  
dos Açores

#### Água

Em 2030 encontra-se operacional um sistema integrado de gestão dos recursos hídricos, concretizando um conjunto de programas de intervenção que, na década de 10, foram reforçados com a aprovação do II Plano Regional da Água. As necessidades de água para as diferentes actividades económicas estão hoje asseguradas pelas disponibilidades efectivas. A qualidade da água captada para consumo humano oferece mais garantias que a indicada no diagnóstico efectuado no início do século. A protecção de todas as origens de água para consumo humano e a correspondente diminuição das pressões contaminantes permitem assegurar a qualidade físico-química e microbiológica dos recursos subterrâneos, independentemente do facto da relevância destes ter diminuído significativamente para os sistemas de abastecimento, desde que se começou a apostar na implementação de sistemas de dessalinização (a partir da década de 10), que são hoje a principal origem de água para abastecimento em algumas ilhas (como por exemplo Santa Maria, Graciosa, Flores e Corvo). Por outro lado, os sistemas de tratamento de águas residuais são hoje apropriados para conservar as massas de água num estado adequado de qualidade, tendo sido cumpridos (e nalguns casos excedidos) os critérios de "boa qualidade" definidos na Directiva Quadro da Água em 2015. Na realidade, existem Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) em todas as descargas de águas residuais urbanas e industriais para os meios naturais. Contudo, importa ressaltar que as orientações técnicas nesta área privilegiam tecnologias desconcentradas e o uso de soluções de baixo custo energético nas zonas onde os aglomerados são dispersos. Estas tendências, aliadas à existência de zonas com povoamentos florestais formando barreiras de protecção junto às linhas de água, têm-se reflectido na redução progressiva de fenómenos de eutrofização das várias lagoas da Região.

Desde 2010 que o consumo de água tem vindo a estabilizar, fruto das medidas de controlo, sensibilização ambiental e incentivos económicos à reutilização da água em outros usos produtivos. Os sistemas de abastecimento de água têm vindo a ser optimizados, através de um conjunto de intervenções e obras públicas de beneficiação que, por exemplo, permitiu reduzir para menos de 5% a quantidade de perdas nas redes de distribuição de água. As grandes questões ligadas ao planeamento e gestão da água são debatidas por toda a sociedade civil no Conselho da Água, contribuindo-se dessa forma para a resolução de eventuais conflitos

e para um uso mais eficiente do recurso. As entidades públicas, dotadas de meios técnicos e humanos adequados, controlam com rigor a qualidade química e microbiológica da água. As infracções detectadas em descargas ilegais têm vindo a diminuir consideravelmente nos últimos anos, atribuindo-se esse facto à progressiva consciencialização ambiental na Região.

Em termos de águas costeiras, os resultados obtidos no último ano permitiriam candidatar todas as zonas balneares da Região à atribuição de Bandeira Azul. Por outro lado, a sua protecção e monitorização regular nas últimas décadas permitiu que hoje auferam da qualidade suficiente para a manutenção de algumas actividades económicas de escala local (como, por exemplo, a aquicultura nas lagoas localizadas nas fajãs de São Jorge).



#### A definição de uma Visão (2030) nos workshops de participação pública - algumas citações

"A água foi preservada e hoje é um dos principais recursos da ilha, que a exporta para os mercados mais exigentes."  
- São Miguel

"Ainda existem as lagoas que nos deslumbram a vista."  
- São Miguel

## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

### 4.3. Contributo para a definição de uma visão sustentável para os Açores



Uma Visão  
**2030**  
dos Açores

#### Biodiversidade

Desde o final do século XX que a sociedade açoriana tem apostado fortemente na salvaguarda dos ecossistemas naturais, visando a preservação das espécies autóctones, bem como de espécies raras ou em vias de extinção. A implementação de medidas e acções do Plano de Conservação da Biodiversidade (PCoB), adoptado em 2020, contempla um conjunto de acções destinadas a salvaguardar as espécies ameaçadas incluindo, em alguns casos, estratégias de reintrodução de espécies e de combate a infestantes. As organizações não governamentais de ambiente envolvem-se fortemente no planeamento e implementação dos diversos projectos em curso, sempre com o apoio das autoridades regionais. É justo afirmar que a imagem externa dos Açores é, em grande parte, fruto do trabalho efectuado no âmbito da implementação de modelos de qualidade ambiental e gestão da biodiversidade insular.

Os projectos de investigação e desenvolvimento conduzidos pela Universidade dos Açores sobre os meios marinhos proporcionaram a promoção de actividades económicas assentes no valor ambiental de algumas espécies e no conhecimento de ambientes extremos singulares (por exemplo, as zonas hidrotermais de profundidade). Este factor contribuiu, decisivamente, para a consolidação da função económica dos ecossistemas marinhos, assegurando-se ao mesmo tempo a sua preservação e viabilidade a longo prazo. O sector do turismo também tem contribuído para este fim através da Ecotaxa (implementada em 2010), que é cobrada a todos os turistas que visitam a Região e cujos resultados são directamente encaminhados para um fundo que financia acções para a sustentabilidade, seleccionadas todos os anos através de um concurso de ideias.

Recorde-se também que a disputa legal sobre a Zona Económica Exclusiva foi solucionada, após anos de discussão em tribunal arbitral. Por outro lado, a evolução observada ao nível dos sistemas de ensino e apoio à educação ambiental permitiram promover a sensibilização da população jovem para a preservação da fauna e da flora. As associações de empresários agrícolas, com o apoio da Universidade dos Açores, duas ONG e das entidades governamentais que tutelam as actividades agrícolas e as políticas de gestão do ambiente, implementaram programas de formação e sensibilização junto dos agricultores. Existe uma cultura de responsabilização e a agricultura biológica é hoje um conceito integrado na prática diária da maioria dos empresários. Os órgãos da Administração Regional que tutelam o sector agrícola têm um forte programa de aconselhamento aos agricultores sobre os

períodos e doses de aplicação de fertilizantes, cumprindo-se as boas práticas adaptadas às características edafoclimáticas da Região. É de notar ainda que, tendo em vista a protecção de determinadas espécies e habitats ameaçados, a Administração Regional adquiriu em 2015 algumas áreas com interesse conservacionista, prolongando o leque de reservas genéticas existentes e procurando assegurar a salvaguarda dos ecossistemas mais vulneráveis.



#### A definição de uma Visão (2030) nos workshops de participação pública - algumas citações

"O problema das infestantes está resolvido."  
- Flores

"Acabou-se com a imagem distorcida que é transmitida das ilhas, baseada em "lindas paisagens" de hortênsias e canas-roca e outras exóticas, substituindo-a por paisagens adaptadas à realidade açoriana."  
- Flores

"As estradas estão ladeadas de plantas endémicas dos Açores."  
- Santa Maria

"Foram deixadas vastas áreas livres onde se protegem espécies que estavam em risco e onde se desenvolveram barreiras de protecção climática."  
- São Miguel

"Consegue-se observar um aumento da área rural ocupada por vegetação natural e endémica da Região, o que realmente é deslumbrante visualizar; existem parques naturais destinados a dar a conhecer à população esta vegetação mas permitindo assim o seu conhecimento sem provocar a sua destruição."  
- São Miguel

## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

### 4.3. Contributo para a definição de uma visão sustentável para os Açores



Uma Visão  
**2030**  
dos Açores

#### Resíduos

Em 2010 o Governo e todos os municípios da Região Autónoma dos Açores estabeleceram uma estreita parceria para o desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos (SIGRA). O SIGRA contempla as fases de recolha, selecção e tratamento de resíduos urbanos, industriais, especiais, agrícolas e hospitalares, operacionalizando todas as orientações sectoriais discutidas ao longo da última década. Esta estratégia integrada tem permitido a identificação de fluxos de reutilização e valorização de resíduos entre as diversas actividades sociais e económicas (concretizadas através da constituição de bolsas de resíduos), aspecto que começa a revelar efeitos positivos nos custos de aquisição de matérias-primas em alguns sectores de actividade. Também neste caso é reconhecido que o sucesso das iniciativas preconizadas deve-se à adesão e envolvimento da população e de diversos agentes económicos privados. As orientações e estratégias do SIGRA estão em conformidade com a realidade regional e as necessidades do mercado, promovendo-se uma cultura de política integrada do produto e a aplicação das melhores tecnologias disponíveis.

Por outro lado, as acções de sensibilização e educação para a recolha selectiva de resíduos junto das famílias açorianas tem alcançado a maior parte dos objectivos definidos, aspecto para o qual parece ter contribuído de forma decisiva a implementação da recolha selectiva porta-a-porta. A evolução dos sistemas de recolha de resíduos foi francamente positiva ao longo das últimas três décadas, atendendo a que no início do século apenas existia recolha selectiva nas ilhas de São Miguel e do Faial. Actualmente pode afirmar-se que a população está a contribuir para a melhoria contínua do sistema e dos respectivos resultados, que atestam o cumprimento a nível regional das metas estabelecidas pela União Europeia. Aliás, a produção de resíduos por habitante tem apresentado alguma estabilidade na última década, contrariando a evolução crescente verificada desde o século passado, aspecto aparentemente relacionado com alterações nos padrões de produção e consumo regionais.

Por outro lado, o número de empresas a operar na área da prestação serviços ambientais, assim como no desenvolvimento de tecnologias de suporte ambiental tem vindo a aumentar, fruto dos incentivos que decorrem da aposta estratégica que se fez neste sector. Esta evolução tem permitido o desenvolvimento de soluções cada vez mais adequadas à escala local, promovendo dessa forma a optimização e redução de custos das melhores tecnologias disponíveis.



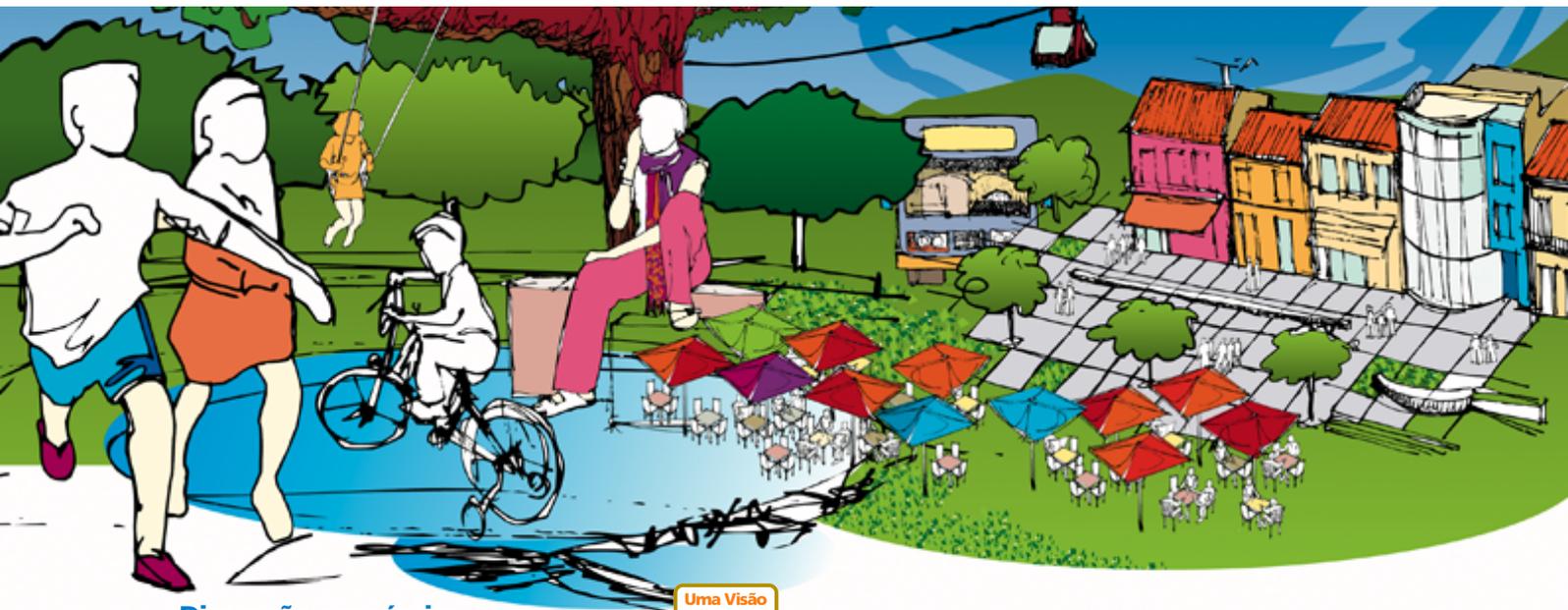
#### A definição de uma Visão (2030) nos workshops de participação pública - algumas citações

"Gostava de ver uma paisagem livre de resíduos sólidos urbanos espalhados pelas grotas."  
- São Miguel

"Não se observam lixeiras a céu aberto e o sistema de recolha selectiva funciona a 100%."  
- São Miguel

## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

### 4.3. Contributo para a definição de uma visão sustentável para os Açores



#### Dimensão económica

Uma Visão  
2030  
dos Açores

#### Macroeconomia

As pequenas e médias empresas comerciais continuam a ter uma forte implementação no tecido socioeconómico da Região. Contribuindo para uma importante fatia da riqueza produzida no arquipélago, o comércio tem, contudo, encontrado novas sinergias com outras actividades relevantes, como por exemplo nas áreas do turismo e lazer. O actual Programa de Modernização do Comércio e dos Serviços (PMoCSe) contempla medidas de modernização e profissionalização destes sectores, enquadrando o seu modelo de desenvolvimento. A articulação das actividades de comércio tradicional com as práticas comerciais existentes nas grandes superfícies - que estão agora a ser reformuladas - optimizou as práticas comerciais, que estão actualmente dispostas de uma forma equilibrada em termos espaciais. Antes concentradas num só espaço, as empresas comerciais que investiram nas grandes superfícies também diversificaram as suas actividades, promovendo a abertura de estabelecimentos nas ruas dos centros urbanos, aspecto que, devidamente apoiado pela tutela responsável pela gestão do património construído, permitiu reabilitar um conjunto de edifícios que marcaram a arquitectura dos séculos passados. Esta estratégia permitiu tornar o comércio e os serviços mais atractivos para os consumidores, fruto da diversificação e da integração com o espaço urbano. A capacidade de criar investimentos assentes em novos produtos e serviços aumentou, pelo que existem empresários e comerciantes açorianos que criaram as suas marcas e, além dos negócios existentes nos Açores, têm estabelecimentos no Continente e nos EUA. O empenho na especialização e na profissionalização do sector possibilitou uma melhoria do atendimento e da qualidade dos produtos, mas também um aumento da qualidade e da eficácia dos serviços: o cliente/consumidor está no centro destas actividades. Por outro lado, um dos pilares do sistema económico assentou, desde o início dos anos 10, no conhecimento e na tecnologia. Pretendeu-se assim criar as condições para colocar no mercado, de forma competitiva, serviços que constituem mais-valias ou especificidades açorianas, apoiados pela implementação de um adequado plano operacional de marketing. Diversos especialistas consideram que este impulso teve a sua origem nos programas de apoio que reabilitaram as escolas profissionais, apoiaram a formação contínua e reorientaram o ensino universitário para o mercado de trabalho, conjunto de iniciativas nas quais participaram diversas associações empresariais e profissionais. Conteúdos multimédia formativos

e tecnologias de produção energética são actualmente nichos de mercado bastante desenvolvidos nos Açores, fruto de parcerias promovidas entre as associações industriais e comerciais e a Universidade dos Açores. A existência de dois parques tecnológicos na Região tem permitido criar condições para investir na investigação e no desenvolvimento de tecnologias de apoio às actividades económicas.



#### A definição de uma Visão (2030) nos workshops de participação pública - algumas citações

"São definitivamente criadas sinergias positivas em termos de alternativas e sustentabilidade económica e social."

- Flores

"Economia diversificada, assente em mão-de-obra altamente qualificada, produzindo e utilizando tecnologia de ponta."

- Flores

## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

### 4.3. Contributo para a definição de uma visão sustentável para os Açores

Uma Visão  
**2030**  
dos Açores

#### Sectores Económicos - Agro-pecuária

A agricultura, e em especial a agro-pecuária, continua a ser o mais importante pilar da economia açoriana. Apesar dos produtos florestais, florísticos e hortofrutícolas constituírem uma parte significativa do actual produto agrícola açoriano, a pecuária continua a ser o sector de maior relevo em termos económicos. No entanto, diversos constrangimentos decorrentes das políticas agrícolas da União Europeia na área dos lacticínios, nomeadamente a manutenção e posterior diminuição da quota leiteira e o fim dos incentivos à produção, evidenciaram a necessidade de adoptar novas estratégias de produção agrícola e pecuária na Região. Esta conjuntura exigiu um forte empenhamento do Governo Regional e das associações de agricultores na formação e no aumento da produtividade, o que permitiu atingir hoje níveis de competitividade por todos reconhecidos. Neste percurso, duas acções são ilustrativas do esforço efectuado: o primeiro reside no facto de, no seguimento do que se começou a verificar desde o início do século, os métodos de cultivo serem definidos em função das características fisiográficas e da capacidade de uso do solo, com um aumento da produtividade independente do recurso a fertilizantes químicos. O segundo reside na utilização de ferramentas de detecção remota na monitorização da qualidade das culturas e na prevenção de riscos. O número de explorações agro-pecuárias existentes é, em média, cerca de um quarto das que existiam no início do século. A especialização em lacticínios de elevada qualidade - como os queijos tradicionais, o leite seleccionado e a manteiga - revolucionou o sector da pecuária. O leite e a carne açorianos são certificados e o seu selo de qualidade é reconhecido em todo o mundo; este selo atesta a qualidade dos produtos e o respeito pelas normas e conceitos da designada "produção biológica", garantindo a ausência de impactes significativos em termos ambientais e de saúde pública. Este aspecto revela a adaptação da actividade agrícola às novas realidades e expectativas dos consumidores, procurando-se novas oportunidades para os empresários açorianos numa exigente perspectiva de segurança alimentar, o que levou à adopção de processos de produção agrícola que se articulam com as mais rigorosas normas de qualidade, fundamentais para garantir a competitividade dos produtos regionais no mercado global através da sua diferenciação face ao crescente grau de exigência dos consumidores, cada vez mais cientes do impacto das suas opções na qualidade da oferta.

Estas apostas na qualidade e certificação, bem como na adopção de novos métodos de produção e de marketing, trouxeram significativas mais-valias ao sector, que parece apresentar hoje uma estrutura suficientemente sólida para fazer face aos desafios do mercado, merecendo especial realce o valor das exportações para os arquipélagos da Madeira, das Canárias e de Cabo Verde.



#### A definição de uma Visão (2030) nos workshops de participação pública - algumas citações

"Fim do "ciclo da vaca". A ruralidade mantém-se, mas os agricultores são mais formados e preparados para os desafios das novas tecnologias dos anos 30 do séc. XXI."

- Flores

"Menos vacas nas pastagens, mais quintas e terrenos cultivados de forma biológica."

- Santa Maria

"A paisagem rural terá menos área com verde das pastagens e será mais florestada. Será frequente encontrar estufas com produções de flores e frutas para abastecimento local."

- São Miguel

## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

### 4.3. Contributo para a definição de uma visão sustentável para os Açores



Uma Visão  
**2030**  
dos Açores

#### Sectores Económicos - Pesca

A modernização da frota de pesca, promovida pela adopção do Plano de Incentivo à Modernização da Pesca Açoriana (PIMPA), operada durante a década de 10, mudou por completo o panorama deste sector de actividade.

Em grande parte, o PIMPA consistiu na construção e modernização de infra-estruturas de apoio à pesca, como portos e embarcações, mas também na implementação de escolas de formação profissional especializada na área das pescas. Os pescadores são uma classe profissional em permanente actualização de conhecimentos, fruto das inovações tecnológicas implementadas na sua actividade. As ferramentas de detecção remota e outros métodos de diagnóstico e de trabalho são hoje utilizados de forma generalizada, contribuindo para o apoio à eficiência da actividade pesqueira e, simultaneamente, à sua gestão integrada com a distribuição dos recursos marinhos. Este tipo de abordagem tem permitido um conhecimento aprofundado da dimensão e localização dos stocks pesqueiros, bem como a garantia da manutenção dos limites biológicos de segurança para as diferentes espécies. A legislação que tem vindo a ser adoptada, fruto da concertação dos países da União Europeia, vai ao encontro de uma gestão racional dos stocks piscícolas. A fiscalização das águas e das capturas é hoje articulada entre os países da UE, que constituíram um organismo que assume a missão de monitorizar o oceano através de satélites e pequenos submarinos, mas também de técnicos que vão a bordo das embarcações de pesca. Estes procedimentos asseguram o cumprimento do Total Admissível de Captura (TAC) determinado para cada espécie e a implementação e monitorização dos planos de gestão de stocks em vigor. A Universidade dos Açores tem participado em todos estes processos, desenvolvendo uma investigação activa em estreita relação com as actividades pesqueiras. Noutro plano, apostou-se na aquicultura como vector de desenvolvimento do sector piscatório, tendo sido implementadas infra-estruturas para espécies aquícolas adaptadas às condições da Região, potenciando a exploração de alguns novos nichos de mercado.

Por outro lado, desde o início do século que têm sido desenvolvidas estratégias transcontinentais de escoamento dos produtos das pescas e aquicultura (nomeadamente a nível de transporte de pescado fresco), que têm assumido um papel fundamental na resolução dos constrangimentos verificados até então, contribuindo dessa forma para a revitalização económica do sector.

A pesca desportiva é uma prática em expansão, com a realização periódica de torneios rigorosamente fiscalizados, de forma a acautelar eventuais impactes negativos nos ecossistemas. Esta actividade desportiva tem conseguido desenvolver sinergias com outras actividades económicas, como o turismo ou o comércio.



#### A definição de uma Visão (2030) nos workshops de participação pública - algumas citações

"Os pescadores são mais formados e preparados para os desafios das novas tecnologias do séc. XXI."

- Flores

"Há mais pratos típicos nos nossos restaurantes feitos com peixe pescado por nós."

- Santa Maria

"No mar, continuam a ver-se pequenas embarcações, boa parte delas com turistas à pesca."

- São Miguel

## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

### 4.3. Contributo para a definição de uma visão sustentável para os Açores



Uma Visão  
**2030**  
dos Açores

#### Sectores Económicos - Turismo

Uma parte significativa do produto gerado nos Açores provém, directa ou indirectamente, dos diversos subsectores da indústria turística. A estratégia desenvolvida visou atrair o maior número de tipos de turistas, segmentando a oferta e diversificando o leque de serviços disponíveis. Em qualquer caso, a adopção da oferta de um serviço de elevado padrão de qualidade esteve na origem do crescimento do sector. Por outro lado, o aumento do número de voos charter para a Região permitiu diminuir os custos junto dos operadores turísticos, assegurando-se a ocupação ao longo do ano das diferentes unidades hoteleiras e das restantes infra-estruturas. A melhoria da rede de transportes dos Açores desconcentrou o fluxo turístico e permitiu que todas as ilhas fossem dotadas de equipamentos e serviços que possibilitam aos turistas conhecer as suas especificidades. A componente cultural, o turismo de congressos/seminários, o agro-turismo, e o turismo científico foram rentabilizados, graças à facilidade de transporte mas, também, devido às actividades de promoção turística levadas a cabo na imprensa nacional e estrangeira. Identificou-se e promoveu-se o grande potencial da Região para o desenvolvimento do turismo relacionado com actividades termais, que constitui hoje um vector turístico específico e com grande procura de mercado. Esta aposta foi consolidada com a nova rede regional de termas, na qual se destacam as requalificadas termas da Ferraria e as termas das Furnas (em São Miguel), as termas do Carapacho (na Graciosa) e as termas do Varadouro (no Faial), em todos os casos salvaguardando as suas notáveis características. Ao nível da formação dos agentes turísticos, apostou-se na aquisição de conhecimentos sobre línguas estrangeiras, história, cultura, tradição e património, permitindo uma melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados e desenvolvendo as competências dos profissionais afectos ao turismo e à hotelaria.

A renovação do parque habitacional dos centros históricos das cidades é uma realidade que se impõe dia após dia, através de programas de incentivo à reabilitação de edifícios antigos, quer para actividades comerciais, quer para habitação. Esta estratégia tem apresentado efeitos positivos em termos turísticos, uma vez que para além das actividades comerciais, os turistas apreciam o património existente nos diferentes centros urbanos. Nesse sentido, as autarquias apostam também nas actividades culturais, promovendo iniciativas nas suas diversas formas e fomentando o desenvolvimento de novos equipamentos culturais, bem como a preservação dos existentes.



#### A definição de uma Visão (2030) nos workshops de participação pública - algumas citações

"As estruturas turísticas são adequadas, preservando o património, a cultura, a paisagem e o ambiente."

- Flores

"Há turismo de qualidade (mergulho, fotografia submarina, passeios pedestres e científicos (geomorfologia, vulcanologia))."

- Santa Maria

"Os hotéis estão enquadrados arquitectonicamente e a volumetria dos mesmos é adequada."

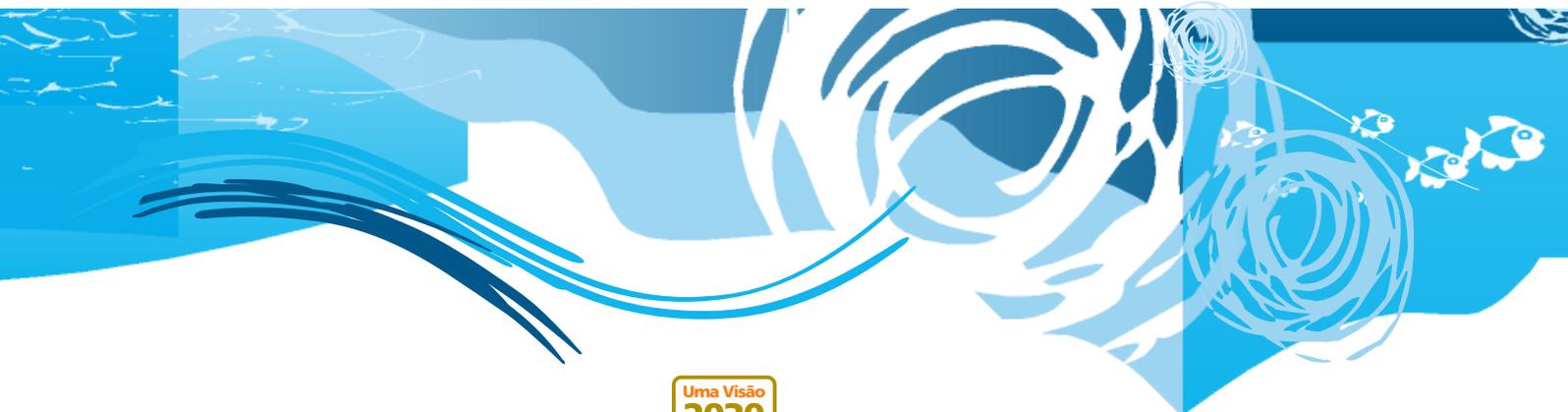
- Santa Maria

"Equilíbrio entre o turismo "de massas" e o ecoturismo."

- São Miguel

## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

### 4.3. Contributo para a definição de uma visão sustentável para os Açores



Uma Visão  
**2030**  
dos Açores

#### Sectores Económicos - Energia

Um dos aspectos mais notáveis do desenvolvimento açoriano diz respeito à progressiva optimização do seu sistema energético. De facto, as fragilidades inerentes a um território disperso e insular e as oportunidades conferidas pelo seu potencial energético endógeno levaram à elaboração do Plano Operacional de Energia dos Açores (POEA), cujas linhas de orientação privilegiaram a expansão das energias renováveis, dando sequência às primeiras iniciativas neste domínio, que remontam à década de 80 do século passado.

Este investimento começou a ser efectuado na perspectiva de aumentar a contribuição das fontes de energia renováveis no total de energia eléctrica produzida em cada ilha, processo que permitiu que algumas ilhas do arquipélago apresentem hoje um consumo de energia quase exclusivamente proveniente desse tipo de fontes. É o caso de São Jorge (energia hídrica, eólica e da biomassa), do Pico (principalmente energia hídrica, eólica e dos oceanos), das Flores (nomeadamente hídrica, eólica e da biomassa) e do Corvo (energia eólica). Nas restantes ilhas, observam-se taxas que variam entre os 75% e os 90% de energia total consumida proveniente de fontes renováveis, importando destacar o papel fundamental da energia geotérmica nas ilhas de São Miguel e Terceira, precisamente aquelas com maiores necessidades energéticas. Prevê-se que o desenvolvimento das tecnologias de armazenamento, transporte e distribuição de energia que se têm verificado nos últimos anos permitam minimizar as limitações de transferência de energia inter-ilhas, contribuindo de forma decisiva para optimizar o aproveitamento do potencial energético endógeno a nível regional.

A própria evolução dos modelos de gestão territorial tem favorecido a capacidade de aproveitamento das energias renováveis. Neste contexto, relembrem-se, por exemplo, as limitações de recursos para produção de energia hídrica verificadas no início do século, devido ao aumento constante dos consumos de água e à crescente ocupação dos solos a cotas cada vez mais elevadas por área de pastagens. Actualmente, com a alteração destas tendências, é possível que o potencial de aproveitamento deste tipo de energia renovável possa mesmo aumentar nas próximas décadas. Perante este cenário, configurou-se um conjunto de oportunidades que resultou na aposta em investigação e desenvolvimento de tecnologias de produção de energia a partir de fontes renováveis, colocando os Açores na vanguarda deste tipo de mercado. Esta estratégia permitiu o desenvolvimento dos parques tecnológicos da Região, que promovem actualmente a integração de conhecimentos sobre energias alternativas com o desenvolvimento de equipamentos. Um dos exemplos bem sucedidos deste tipo de abordagem é a actual concepção e comercialização de sistemas que conjugam o aproveitamento conjunto de diferentes tipos de energia renováveis, aumentando a sua eficiência e autonomia em relação ao comportamento das respectivas fontes.

As utilizações energéticas de uso corrente conhecem hoje soluções económica e ambientalmente bastante mais eficientes do que as verificadas há algumas décadas atrás. Como resultado dos incentivos financeiros que a Administração Regional adoptou para a aquisição individual de equipamentos, uma percentagem significativa das habitações possui, actualmente, sistemas de apoio energético (painéis solares, por exemplo), que lhes permitem suprir as necessidades energéticas de algumas funções básicas (como o aquecimento de água). Também em termos arquitectónicos a evolução é evidente em relação ao início do século; a implementação de medidas legislativas específicas para o parque habitacional levou à progressiva adopção e valorização de medidas de aproveitamento de energia solar passiva, a nível do desenho e construção de edifícios bioclimáticos. As auditorias energéticas efectuadas em praticamente todos os edifícios públicos também contribuíram para optimizar a sua eficiência energética. Por último, refira-se o papel que o potencial energético do hidrogénio tem assumido para a optimização de alguns sectores de actividade da Região, com maior destaque no caso dos transportes. O desenvolvimento de infra-estruturas de produção, armazenamento, transporte e distribuição de hidrogénio tem permitido a progressiva utilização de células de combustível, motores de combustão interna, turbinas, caldeiras e fornos com base nesta fonte de energia. A qualidade do serviço de distribuição de energia é muito satisfatória e raramente ocorrem avarias que comprometam o abastecimento aos consumidores.



#### A definição de uma Visão (2030) nos workshops de participação pública - algumas citações

"Os telhados são feitos de painéis solares de alto rendimento e há centrais de produção de energia a partir de hidrogénio."  
- São Jorge

"Gostava de ver um sector energético baseado somente em energias ambientalmente sustentáveis (geotérmica, eólica e hidroeléctrica) e com os menores impactes ambientais e paisagísticos possíveis."  
- São Miguel

## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

### 4.3. Contributo para a definição de uma visão sustentável para os Açores



Uma Visão  
2030  
dos Açores

#### Sectores Económicos - Indústria

O sector industrial açoriano sofreu uma profunda alteração, fruto de evoluções tecnológicas e da capacidade dos diversos governos para captar investimento estrangeiro, em especial dos EUA. A elevada produtividade da actividade industrial regional deve-se a uma aposta concertada da sociedade e dos investidores na formação dos trabalhadores e empresários, na adopção de novos processos de produção e na introdução de tecnologias avançadas. No entanto, alguns tipos de indústria viram reduzida a sua capacidade de afirmação no mercado, devido à concorrência exercida por outros países, mas sem prejuízo da sua viabilidade económica. É o caso da indústria de conservas, que se confina hoje à exploração de nichos de mercado extremamente exigentes. Outros subsectores da indústria conseguiram manter-se no mercado porque implementaram uma profunda reestruturação produtiva, que teve como ponto de partida o estudo das necessidades do mercado mundial. Um exemplo pode ser encontrado no sector dos lacticínios, que assenta hoje na produção orientada para clientes muito exigentes e que confiam na tradição açoriana. Além dos produtos em si, vende-se também uma imagem de marca, que foi desenvolvida pela identificação dos lacticínios com as boas práticas agrícolas, mas também com a tradição e a cultura açorianas.

Elaborado em 2010, o Programa Operacional de Apoio à Indústria dos Açores (PROAIA) apresentou dois grandes objectivos: o primeiro foi a modernização da indústria de raiz tradicional, dotando-a de novos processos e meios de produção; o segundo foi o apoio à criação de indústrias que desenvolvessem e implementassem novas tecnologias. Além dos financiamentos para aquisição de infra-estruturas, o PROAIA contou com uma forte componente de valorização dos recursos humanos, sendo parte da carga lectiva das escolas profissionais efectuada nas próprias unidades industriais. No campo da localização da indústria, a adopção do Plano de Ordenamento Industrial (POI) veio trazer enormes mais-valias a este sector de actividade, permitindo a partilha de equipamentos, infra-estruturas e serviços que, de outra forma, seriam mais onerosos para os agentes industriais. A implementação do PROAIA e do POI contou com a participação das associações de empresários e de industriais, sindicatos e associações profissionais e com a tutela responsável pela gestão das actividades económicas. A Universidade dos Açores representou-se no protocolo de cooperação assinado em 2010, através da concepção de um estudo que permitiu definir o ordenamento territorial das indústrias açorianas, de modo a promover a rentabilização das actividades industriais em função de

todos os recursos necessários à actividade industrial (e.g.: tipo de solo, mão-de-obra, transportes, matéria-prima).

A actividade industrial está maioritariamente abrangida por processos de certificação de qualidade na produção e nos serviços associados, sendo que a componente de ordenamento das unidades industriais no território permitiu a requalificação das actividades passíveis de induzir impactes negativos, promovendo a sua certificação ambiental. Para além da indústria regional que produz e implementa novas tecnologias - no sector das energias alternativas, dos transportes, dos processos agrícolas e da construção - criaram-se condições para a promoção histórica da indústria artesanal açoriana como factor competitivo, classificando-se algumas fábricas como património industrial. A reabilitação destas indústrias artesanais abriu um novo segmento de mercado que se cruza com as actividades turísticas, mas também com a exploração de nichos de mercado nos países da União Europeia e da América do Norte, bem como no Brasil. O chá e o tabaco são disso exemplo, mas também alguma olaria de Santa Maria e São Miguel e certo tipo de tecelagem tradicional de S. Jorge, entre outros.



#### A definição de uma Visão (2030) nos workshops de participação pública - algumas citações

"Proliferação de empresas industriais, mas de forma ordenada e com um bom enquadramento na paisagem."  
- São Miguel

"A indústria, para além de alguma sustentação na produção agrícola, utiliza agora de tecnologia de ponta."  
- São Miguel

## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

### 4.3. Contributo para a definição de uma visão sustentável para os Açores



Uma Visão  
**2030**  
dos Açores

#### Sectores Económicos - Transportes

Os serviços e as redes de transportes dos Açores têm assumido um papel de vital importância para o desenvolvimento da Região nas últimas décadas. O facto de diversos estudos terem concluído, ainda no século XX, que se conseguiria valorizar a economia regional através de um sector de transportes eficiente e eficaz, levou a uma grande aposta neste sector.

Ao nível de cada ilha, os transportes colectivos servem a maior parte das necessidades, pelo que a população, ao contrário do que acontecia no início do século, tem hoje condições para dispensar, em muitas situações, o uso de transportes particulares. Na verdade, o parque automóvel reduziu-se significativamente, uma vez que as necessidades de transporte são hoje supridas de uma forma mais eficaz e económica pelos serviços do sistema de transportes públicos.

A partir de 2008, o modelo económico adoptado para os transportes aéreos e marítimos assentou numa abertura controlada do sector que, além da uma componente estatal, acolhe privados com notória capacidade de intervenção, no quadro dos Transportes dos Açores (TDA), a entidade criada pelo Estado para a regulação do sector. A melhoria das infra-estruturas de transporte, a adopção de equipamentos modernos e a implementação de um sistema de gestão integrada dos transportes permitiram otimizar as ligações. O conhecimento das necessidades gerais de deslocação da população contribuiu para uma melhor gestão do fluxo de pessoas e bens, implementando novas ligações, mudando frequências de transporte e adaptando as existentes a novos contextos. O subsistema de transportes marítimos açorianos é, reconhecidamente, bastante avançado. Apesar das dificuldades climáticas, principalmente no Inverno, os modernos barcos de transporte de pessoas e mercadorias de pequeno porte conseguem manter a ligação entre as ilhas, de forma regular e fiável. As intervenções ao nível das infra-estruturas portuárias também contribuíram para esta melhoria da eficiência do transporte marítimo.



#### A definição de uma Visão (2030) nos workshops de participação pública - algumas citações

*“Existem poucas viaturas: as pessoas utilizam os transportes públicos.”*  
- São Jorge

*“Uma ponte une o Faial ao Pico.”*  
- Flores

*“Viajo em meios de transporte flutuantes, que não necessitam de estradas.”*  
- Terceira

*“Há menos carros a “gasolina” e mais pessoas andam de bicicleta, ou movem-se em veículos que funcionam a energia solar ou outra energia não poluente.”*  
- Santa Maria

*“Os transportes colectivos são em maior número e a ligação inter-ilhas está facilitada.”*  
- São Miguel

## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

### 4.3. Contributo para a definição de uma visão sustentável para os Açores

#### Dimensão social



##### População - Estrutura Demográfica

Os Censos 2021 revelaram que a população dos Açores tem vindo a aumentar ligeiramente, em parte devido a um impulso que se verificou na economia, mas também ao esforço efectuado por todas as entidades para fixar população e atrair novos quadros profissionais aos Açores. Em 2011 a população residente nas ilhas cresceu 1,8% em relação aos dados dos Censos de 2001 e o crescimento da década seguinte - de 2011 a 2021 - foi de 2,0%. Os Censos mostram que as tendências de crescimento e rejuvenescimento da população têm ocorrido à custa da imigração, mas também do aumento da natalidade. Esse fenómeno de rejuvenescimento da população tem-se distribuído de igual forma pelas nove ilhas do arquipélago, aspecto para o qual muito contribuiu a estratégia de descentralização de equipamentos, serviços e negócios por todas as ilhas.



##### População - Dinâmica Populacional

A mobilidade geográfica da maior parte dos cidadãos do mundo é incomparavelmente superior à que se verificava no início do século. O alargamento das competências inerentes à União Europeia fez com que a mobilidade dos seus cidadãos tivesse aumentado consideravelmente. A sua situação geográfica, entre os continentes americano e europeu, resultou no facto dos Açores acolherem hoje um número crescente de cidadãos da América e da Europa, que participam em projectos que decorrem nas diferentes ilhas. Por outro lado, o crescimento e a diversificação das actividades económicas, sociais e ambientais atraíram muitos cidadãos de outros lugares do mundo, que procuram oportunidades de trabalho e melhores condições de vida. Neste quadro de cidadania mundial, o Estado regula as entradas, a permanência e a saída de cidadãos nacionais e estrangeiros, procurando manter adequados níveis de segurança e de integração social. O controlo do fluxo de migrações é assegurado com base em estratégias que definiram as condições desejáveis para o arquipélago em termos de mão-de-obra e fluxos de população. Todas as políticas de imigração e emigração decorrem dessas estratégias, que foram aprovadas em 2015, depois de dois anos de estudo e participação pública orientados pela Universidade dos Açores. Alguns cidadãos da terceira geração de emigrantes açorianos que foram para o Canadá e os EUA regressam hoje aos Açores. As políticas de incentivo ao investimento fizeram com que os emigrantes mais empreendedores regressassem à sua terra natal e criassem novos negócios e mais riqueza. Por outro lado, o Governo Regional dos Açores apoia e incentiva a saída de alguma população açoriana mais jovem para outros países, no sentido de poder contactar com realidades pessoais e profissionais diferentes das existentes nas ilhas e mais tarde poderem trazer mais-valias para a Região.



#### A definição de uma Visão (2030) nos workshops de participação pública - algumas citações

"Uma Região demograficamente equilibrada."  
- Flores

"No grupo ocidental, há casas esparsas e alguns aglomerados populacionais, sobretudo nas Flores, pois a dimensão do Corvo não permite grandes crescimentos populacionais. No grupo central, é a Terceira e o Faial que registam um maior crescimento populacional (...). Chegada ao grupo oriental, vejo que foi São Miguel quem cresceu de forma assustadora!"  
- São Miguel



#### A definição de uma Visão (2030) nos workshops de participação pública - algumas citações

"O arquipélago representa um ponto de encontro entre a Europa e a América, no sentido de alcançar a paz e harmonia entre os povos."  
- São Jorge

"Alguma desertificação nas freguesias mais distantes dos centros urbanos."  
- São Miguel

## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

### 4.3. Contributo para a definição de uma visão sustentável para os Açores



Uma Visão  
**2030**  
dos Açores

#### População - Equidade

As políticas de promoção da equidade social e da igualdade ao nível do género, da idade, do sexo, da raça e da nacionalidade, que tiveram origem nas directivas comunitárias adoptadas na última vintena do século XX, são transversais a toda a sociedade. O cariz legalista da adopção de políticas de equidade social, que se afirmou no princípio do século, deu gradualmente lugar à incorporação pela sociedade das práticas sugeridas nas referidas directivas, que promovem a equidade e a igualdade de oportunidades.

O outro lado deste fenómeno, a exclusão social, foi encarado através da adopção de políticas sociais em diversas frentes. Políticas de apoio ao emprego e à formação profissional reduziram para valores residuais as taxas de desemprego, de iliteracia e de pobreza.

Ao nível do género, homens e mulheres estão hoje mais próximos em termos de acesso ao produto social e ao desempenho de determinados tipos de cargos públicos e privados do que no início do século, participando em pé de igualdade em todos os domínios e com as mesmas condições. No campo do trabalho, os homens, mas principalmente as mulheres, alargaram nas últimas décadas o leque de profissões que desempenham. Ao nível das questões de etnia, raça e cultura, o contacto entre cidadãos de diferentes culturas, que advém dos projectos e negócios multinacionais que decorrem em todas as ilhas, têm provocado um intenso intercâmbio cultural e social. Foram desenvolvidos programas vocacionados para a promoção da equidade social, tendo em vista o incentivo à cidadania de pleno direito, dirigindo-se às pessoas e às famílias que atravessam maiores dificuldades económicas e de inserção na vida activa. O Governo Regional e diversas organizações da sociedade civil delinearão políticas concertadas de promoção do emprego, da cultura e da educação, formando bases para o desenvolvimento da acção social ao nível das habilitações para a vida activa. Na presença de um problema social, a Segurança Social e outros organismos do Estado, em parceria com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), actuam em cada uma das esferas de resolução de problemas, trabalhando numa óptica de recuperação do estatuto de cidadania e de plena integração social. Além dos trabalhos de acção social que se desenvolvem ao nível do ensino regular e profissional, contemplam-se medidas e acções que facilitam o arrendamento e a aquisição de habitação, a mobilidade, através de descontos nos transportes, a aprovação de bolsas de estudo, os estágios profissionais e a colocação profissional.

Uma parte substantiva dos problemas sociais existentes em 2030 está associada à toxicodependência, que continua a ser um dos maiores flagelos sociais em todo o mundo. Procurando responder a este vector de exclusão social, foram reforçadas as unidades de tratamento, que dispõem de formas de recuperação e reinserção social que, além do internamento, têm serviços de apoio ao domicílio. A lei do mecenato contribui para que diversas empresas apoiem este e outro tipo de actividades de combate à exclusão social, podendo retirar vantagens fiscais, mas também contribuir para uma sociedade mais equilibrada e segura, potenciando esses aspectos na sua estratégia comercial.

A ampla democratização da sociedade, em parte devida à adopção de medidas que fomentam o equilíbrio na distribuição pelos cidadãos dos recursos materiais e simbólicos disponíveis, provocou uma alteração na estrutura social dos Açores, que se aproxima dos padrões existentes em países como a Bélgica e a Holanda.



#### A definição de uma Visão (2030) nos workshops de participação pública - algumas citações

"A sociedade tem maior poder de compra; o desemprego e inflação são nulos."

- São Jorge

"As pessoas conversam sobre a participação na comunidade."

- São Jorge

"Igualdade de oportunidades no acesso à saúde, à educação e à cultura."

- Flores

"Qualidade de vida privilegiada pelo Homem (tomada de consciência que pequenas acções resultam em melhores condições de vida)."

- São Miguel

## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

### 4.3. Contributo para a definição de uma visão sustentável para os Açores



Uma Visão  
**2030**  
dos Açores

#### Saúde

Os meios tecnológicos ao dispor dos serviços de saúde, mas também a gestão das infra-estruturas e dos recursos humanos afectos a este sector, oferecem a todas as pessoas que se encontram nos Açores os melhores cuidados de saúde, comparáveis em termos de qualidade e diversidade aos que se prestam nos países do norte da Europa. A construção de modernos hospitais obedeceu a critérios arquitectónicos que decorrem do novo paradigma vigente na medicina: a aposta no diagnóstico precoce, na prevenção e nos serviços de saúde assentes na telemática. O Programa de Desenvolvimento da Telemedicina (ProDeTe), que teve a sua génese em experiências realizadas no início do século em colaboração com um Hospital de Vila Nova de Gaia, foi reforçado em conjunto com alguns parceiros europeus e norte-americanos. As inovações tecnológicas mais recentes, aliadas à evolução dos actos médicos e à investigação genética, facilitam o diagnóstico precoce das doenças e a conseqüente redução da mortalidade (principalmente nas crianças e nos idosos). Por outro lado, alguns métodos usados na medicina oriental e popular são hoje ensinados na Escola de Saúde dos Açores, que tem vindo a formar técnicos especializados em algumas áreas específicas: a medicina interna e a obstetrícia são exemplos de especialidades que se desenvolvem nas ilhas.

A operacionalidade dos hospitais e dos centros de saúde é efectuada através do recurso a um sistema de rotatividade dos técnicos, que asseguram a prestação de serviços de saúde nas diversas ilhas. Este sistema permite ter a maior parte das especialidades em quase todas as ilhas devido às facilidades de deslocação dos técnicos de saúde, mas também pelo recurso à telemedicina, que facilita intervenções mais delicadas - como a cirurgia - à distância.

Como noutros domínios, a internet é utilizada pelo Sistema de Saúde para estabelecer uma relação de proximidade com o utente. O Sistema de Registo Europeu de Saúde (SRES) continua a utilizar-se como há dez anos: todos os cidadãos da União Europeia têm um ficheiro clínico informático na rede, que é actualizado sempre que recorre aos serviços dos estabelecimentos de saúde do espaço europeu. Além de registar os dados médicos do utente e as suas características clínicas, o sistema pode enviar avisos de check-up anual, marcação de consultas e intervenções, assim como notícias relativas à área da saúde.



#### A definição de uma Visão (2030) nos workshops de participação pública - algumas citações

"Há hospitais em todas as ilhas com recursos suficientes."  
- Flores

"O sistema de saúde é gratuito."  
- Santa Maria

## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

### 4.3. Contributo para a definição de uma visão sustentável para os Açores



Uma Visão  
**2030**  
dos Açores

#### Educação

Transversal a todas as áreas da sociedade, o processo de educação está disseminado por diversas instituições sociais, não sendo exclusivo dos estabelecimentos escolares tradicionais. Por outro lado, o processo de aprendizagem não é centrado apenas nas faixas etárias mais jovens, alargando-se a outros escalões etários.

Além da crescente abertura da escola a toda a sociedade, nas suas mais diversas configurações, a escola tomou outras formas, nomeadamente as que lhe são disponibilizadas pelo ensino à distância. O desenvolvimento de cursos "virtuais" permite usar diversas tecnologias que levam a escola à casa dos açorianos. A televisão interactiva e a internet asseguram as emissões das aulas ou dos conteúdos que podem ser trabalhados através de meios informáticos. Além das aulas em tempo real, os "e-alunos" podem consultar aulas anteriores, participar em vídeo-conferências, filmes de apoio, simuladores de tarefas, fazer testes em tempo real, entre outros.

No contexto social açoriano, em que reside uma vasta comunidade de imigrantes provenientes de vários países, o desafio que se colocou ao sistema de ensino foi integrar essas diferentes comunidades, dando a conhecer a língua portuguesa, e a cultura nacional e regional, contribuindo-se, assim, para uma maior fixação de quadros qualificados, mas também de famílias que rumaram aos Açores em busca de melhores condições de vida.

Apesar da dispersão das actividades escolares, que não se desenvolvem apenas no espaço físico habitualmente utilizado no início do século, a exigência e o rigor, aliados a uma forte componente de avaliação dos resultados fazem parte do dia-a-dia do sistema de ensino. A melhoria contínua do ensino e da aprendizagem permitiu criar sistemas extremamente eficazes de combate ao insucesso e ao abandono escolares (situando-se hoje abaixo dos 5%).

A grande diversidade de conteúdos que são explanados pelas escolas do ensino regular ou do ensino profissional não dispensam a preocupação do Governo Regional no ajustamento do sistema educativo à estratégia de desenvolvimento sustentável dos Açores: o destaque dado a determinadas áreas, que são deficitárias ou estrategicamente relevantes para o desenvolvimento da Região é frequente, tendo em vista a formação de técnicos qualificados nesses sectores de actividade

(ou noutros para os quais se prevejam fortes reestruturações), a adequação do sistema educativo às características do mercado de trabalho regional e a concepção de estruturas que permitam uma visibilidade antecipadora das necessidades do mercado de emprego e que identifiquem, atempadamente, as necessidades de resposta aos sectores emergentes no contexto do sistema produtivo.

Em termos de ensino superior, a Universidade dos Açores assume-se hoje como um dos principais pólos de ensino e investigação a nível internacional em algumas áreas específicas, como a sísmologia, a vulcanologia, a oceanografia ou a biologia marinha, encontrando-se actualmente envolvida em inúmeros projectos em parceria com outras instituições de referência.



#### A definição de uma Visão (2030) nos workshops de participação pública - algumas citações

"As escolas deram lugar a espaços de aprendizagem coordenados por educadores com recursos tecnológicos multimédia de dimensão sensorial."  
- São Jorge

"Grande investimento na educação. Os níveis etários mais novos têm todos o ensino obrigatório e 60% destes são licenciados. O número de pós-graduações atinge 30% dos licenciados."  
- São Miguel

"Escolas e sistemas de educação desenvolvidos para a área ambiental, tendo em conta o pressuposto equilíbrio económico e social."  
- São Miguel

## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

### 4.3. Contributo para a definição de uma visão sustentável para os Açores



Uma Visão  
**2030**  
dos Açores

#### Segurança

A prevenção faz hoje parte da filosofia de actuação de todas as forças de segurança que operam na Região Autónoma dos Açores. A planificação das acções de segurança é hoje coordenada pelo Instituto de Segurança (ISEG), organismo criado pelo Estado para coordenar todas as forças, desde a Protecção Civil até às forças militares e às forças de Administração Interna nacionais e regionais. A contínua formação profissional dos agentes de autoridade e segurança fez com que se reforçasse a qualidade dos meios humanos na área da segurança e da justiça.

Forças militares participam em treinos de protecção civil, da mesma forma que os agentes da polícia regional, em determinadas missões, integram as forças militares de segurança. Os meios tecnológicos ao dispor das forças de segurança permitiram estabilizar o número de efectivos e alargar a área de abrangência e jurisdição, nomeadamente ao nível da prevenção de catástrofes naturais, do crime organizado e dos crimes informáticos.

A proximidade dos agentes de segurança à população é grande: a prevenção exige a presença de efectivos no terreno, que se fazem acompanhar das mais recentes tecnologias de vídeo e telemática. Estes equipamentos enviam e recebem imagens em tempo real para as viaturas e para os videofones dos outros agentes de autoridade que, em conjunto com outras informações das bases de dados do ISEG, têm diversas informações para agir no terreno em caso de dificuldades de toda a ordem: trânsito, catástrofes naturais, crime, convulsões, eventos, entre outros. A sensibilização das escolas e de outras instituições para as questões gerais da segurança tem sido o maior desafio que o ISEG tem em mãos: a criação de planos de segurança em conjunto com as múltiplas organizações da sociedade na óptica da prevenção tem tido um enorme sucesso. Pode afirmar-se que os açorianos sentem-se hoje mais seguros do que no início do século.



#### A definição de uma Visão (2030) nos workshops de participação pública - algumas citações

"Reforço dos meios humanos na área da segurança e da justiça, com maior recurso às novas tecnologias"

- São Jorge

"Segurança pró-activa e com maior proximidade dos agentes à população."

- Flores

## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

### 4.3. Contributo para a definição de uma visão sustentável para os Açores



#### Reflexões sobre o futuro na Região Autónoma dos Açores

"O que será a sociedade em 2030 ninguém sabe, mas uma coisa é certa: não terá nada a ver com qualquer cenário que seja feito a partir de uma evolução gradual a partir de hoje, como se o mundo parasse à espera que nós fôssemos ao nosso ritmo. O desenvolvimento faz-se por saltos científicos, tecnológicos e culturais. Adivinhar que saltos serão esses é difícil, mas verificar-se-ão nos próximos 25 anos rupturas tecnológicas que vão alterar absolutamente a forma como entendemos a agricultura, a pesca, os transportes, a indústria e os serviços, mas também a água e os recursos naturais, a energia e a saúde. Certamente o turismo não estará assente num plano estratégico de marketing. A população mundial será muito grande e em cada cidade teremos uma população multiracial. Será que nos Açores também será assim? Penso que, embora noutra escala, também será assim.

A gestão das pessoas que vêm viver para os Açores não deve ficar ao acaso. A verdade é que ou se consegue recrutar pessoas com boas habilitações - médicos, engenheiros, químicos e físicos - ou acabar-se-á por reproduzir um sistema social sem 'upgrade'. É necessário que os nossos pobres sejam incentivados a trabalhar e a estudar.

A economia dos Açores tem que partir para uma forte desmaterialização. A prestação de serviços é o futuro da Região, se entretanto se conseguir aprender a ler e aprender línguas (muitas) e a trabalhar com tecnologias da informação e da computação. O ponto forte dos Açores passa pela qualidade de vida (intrínseca e independente dos grandes rendimentos) dos pequenos espaços, onde é possível prestar serviços de tratamento de dados com base em tecnologias que atenuam o ponto fraco que advém da distância e da troca física de mercadorias.

As transformações revolucionarão a forma como se consome, como e porque se viaja e, naturalmente, como se produz.

O próprio clima terá tendência a ser alterado não tanto pela intervenção humana mas essencialmente por razões naturais. Zonas em degelo e novas zonas frias serão produzidas, alterando climas, condições de vida e trazendo incerteza a inúmeras populações.

O crescimento da população humana trará a necessidade de recorrer a novos alimentos, ficando a alimentação tradicional confinada a certas regiões que a utilizarão como mais valia turística. O turismo é a sequência da natureza histórica da humanidade. O homem foi nómada durante milénios e só é sedentário há séculos. Tem ainda consigo um desejo de viajar e uma curiosidade pelas terras distantes, que faz parte integrante do seu código genético. Por isso, quanto mais meios de viajar tiver, mais viajará. Neste contexto, é claro que o turismo e a produção de peixe e marisco em aquacultura serão certamente interessantes, ao contrário da pesca (que será residual).

A alteração gradual das condições de vida é mais rápida do que a capacidade de evolução da espécie, o que fará surgir uma série de novos problemas de saúde. Os cientistas procurarão desenvolver a manipulação genética para acelerar a nossa adaptação às novas condições. As novas necessidades fazem da ética um dos principais temas de discussão nessa nova era."

Carlos de Andrade Botelho  
Economista



#### Pontos focais para o futuro

"A Região Autónoma dos Açores é portadora de um vasto e maravilhoso património ambiental, cuja gestão impõe a consciência de que, primeiramente, cabe a nós próprios (cidadãos) preservá-lo. Não basta apenas pensar no progresso, no desenvolvimento da Região no presente, sem perceber que esse desenvolvimento tem que ser feito de uma forma racional, prevenindo o futuro. Todos sabemos, por exemplo, da grande importância de novas infra-estruturas hoteleiras e, conseqüentemente, do desenvolvimento dos transportes aéreos e marítimos, para o crescimento económico da Região (que já é notório). Mas esse desenvolvimento económico tem que ser pensado e objectivado (também no sentido do cumprimento dos preceitos legais), tendo em atenção as características ambientais da Região e nunca descurando a vertente social. Deve garantir-se um bom nível de saúde e desenvolver a educação e sensibilização ambiental para que, futuramente, todos os cidadãos possam desfrutar não só do desenvolvimento económico (em áreas importantes como o emprego e o turismo), como também de um bom nível ambiental e social, com a consequente melhoria da qualidade de vida."

Marta Dimas

Direcção Regional dos Assuntos Europeus / Vice-Presidência do Governo Regional dos Açores

#### Proposta para a quantificação da Visão Açores 2030

A Visão Açores 2030 procura integrar as diversas opiniões recolhidas ao longo dos Estudos de Base do PREDSA no intuito de definir *designios para o desenvolvimento sustentável*. Naturalmente, o desafio reside na operacionalização de programas de medidas, o qual pressupõe, necessariamente, um passo de **quantificação**<sup>5</sup>. Com esse objectivo e como primeira aproximação - tendo-se adoptado os horizontes temporais de **2015** (ano horizonte da *Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável*) e **2030** (ano horizonte proposto para os exercícios de reflexão sobre o futuro dos Açores) - apresentam-se alguns dados que, de alguma forma, procuram reflectir a Visão Açores e contribuir para o estabelecimento de metas regionais para o desenvolvimento sustentável.

(5) Efectuada com base na proposta do Sistema Regional de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (Anexo I).

## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

### 4.3. Contributo para a definição de uma visão sustentável para os Açores

#### Dimensão Ambiental - Indicadores da proposta de SRIDS

INDICADOR	SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA	META 2015	META 2030
Emissão de GEE	≈1000 10 <sup>3</sup> . t CO <sub>2</sub> eq ano <sup>-1</sup> 4,2 t CO <sub>2</sub> eq·hab <sup>-1</sup> ·ano <sup>-1</sup>	< 730 10 <sup>3</sup> . t CO <sub>2</sub> eq ano <sup>-1</sup> <sup>(pq)</sup>	< 730 10 <sup>3</sup> . t CO <sub>2</sub> eq ano <sup>-1</sup>
Concentração de poluentes atmosféricos em áreas urbanas *	NO <sub>2</sub> : ≈26 μg·m <sup>-3</sup> (max. registado) SO <sub>2</sub> : ≈7 μg·m <sup>-3</sup> (max. registado) O <sub>3</sub> : ≈113 μg·m <sup>-3</sup> (max. registado)	NO <sub>2</sub> : < 40 μg·m <sup>-3</sup> (ano civil) SO <sub>2</sub> : < 125 μg·m <sup>-3</sup> (24h) O <sub>3</sub> : < 120 μg·m <sup>-3</sup> (8h)	NO <sub>2</sub> : < 30 μg·m <sup>-3</sup> (ano civil) SO <sub>2</sub> : < 90 μg·m <sup>-3</sup> (24h) O <sub>3</sub> : < 80 μg·m <sup>-3</sup> (8h)
Usos do solo	65% agrícolas e outros; 21% matos; 9,0% floresta; 5,8% urbanos; 0,2% industriais	n.a.	n.a.
Concelhos com Plano Director Municipal	37% (em vigor ou revisão)	100% em vigor	100% em vigor
Orla costeira com Plano de Ordenamento	40% (em publicação)	80% em vigor	100% em vigor
Intensidade de exploração de água	13%(consumos / disponibilidades)	< 20%	< 20%
Qualidade das águas superficiais**	41% lagoas "eutróficas" 8% lagoas "com má qualidade ecológica"	0% lagoas "eutróficas" <sup>(pra)</sup> 0% lagoas "com má qualidade ecológica" <sup>(pra)</sup>	0% lagoas "eutróficas" 0% lagoas "com má qualidade ecológica"
Qualidade das águas subterrâneas	82% análises conformes 18% análises não conformes	100% conforme <sup>(pra)</sup>	100% conforme
Qualidade das águas costeiras***	76% qualidade "boa" 37% com bandeira azul	100 % qualidade "boa" 100% bandeira azul <sup>(pra)</sup>	100 % qualidade "boa" 100% bandeira azul
Necessidades por tipo de utilizador	56% urbano; 21% indústria; 21% agro-pecuária; 1% turismo; 1% outros usos	n.a.	n.a.
População servida por água com qualidade adequada	79%	> 95% <sup>(ends)</sup>	100%
População servida por sistemas de drenagem e tratamento adequado de águas residuais****	22% com tratamento adequado	> 95% com tratamento adequado <sup>(pra)</sup>	> 99% com tratamento adequado
Espécies ameaçadas e protegidas	215 ameaçadas 115 protegidas	> 95% das espécies ameaçadas protegidas	100% das espécies ameaçadas protegidas
Áreas protegidas e classificadas	16% da área territorial terrestre	n.a.	n.a.
Produção de resíduos sólidos urbanos	1,4 kg·hab <sup>-1</sup> ·dia <sup>-1</sup>	< 1,4 kg·hab <sup>-1</sup> ·dia <sup>-1</sup>	< 1,4 kg·hab <sup>-1</sup> ·dia <sup>-1</sup>
Produção de resíduos industriais	147 671 t 2% de RIP dos RI produzidos	n.a.	n.a.
Recolha selectiva e reciclagem de resíduos	4% RSU reciclados	> 30% RSU reciclados	> 30% RSU reciclados

\* os valores da situação de referência são expressos para um período diferente dos que se apresentam como metas (que são baseadas na legislação vigente), pelo que não são comparáveis entre si

\*\* apenas referentes a lagoas

\*\*\* apenas referente a zonas balneares com atribuição de bandeira azul

\*\*\*\* "tratamento adequado" inclui fossas sépticas colectivas e sistemas de tratamento preliminar, primário e secundário

(pq): meta adaptada do Protocolo de Quioto à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, aprovado pelo Decreto n.º 7/2002 de 25 de Março

(pra): meta do Plano Regional da Água

(ends): meta da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável

n.a.: não aplicável nesta fase, por insuficiência de dados ou porque depende de opções estratégicas sectoriais por definir

## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

### 4.3. Contributo para a definição de uma visão sustentável para os Açores

#### Dimensão Económica - Indicadores da proposta de SRIDS

INDICADOR	SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA	META 2015	META 2030
PIB <i>per capita</i>	10,2 10 <sup>3</sup> €·hab <sup>-1</sup>	> 20 10 <sup>3</sup> €·hab <sup>-1</sup> (WCY)	> 45 10 <sup>3</sup> €·hab <sup>-1</sup> (WCY)
VAB por sectores económicos	≈ 35 % outros serviços ≈ 18% adm. pública (...) ≈ 11% transportes e comunicações ≈ 36% outros sectores económicos	n.a.	n.a.
Balança comercial	-2,5% do PIB	> 10% do PIB (WCY)	> 35% do PIB (WCY)
Taxa de crescimento empresarial	14%	n.a.	n.a.
Solo arável	4% da área total	> 4% da área total	> 4% da área total
Utilização de agroquímicos	2 656 kg de fertilizantes por ha SAU	< 1 000 kg de fertilizantes por ha SAU (WB)	< 500 kg de fertilizantes por ha SAU (WB)
Produção biológica	4 x 10 <sup>-3</sup> % da SAU (produção vegetal)	> 10% da SAU	> 25% da SAU
Encabeçamento pecuário	2,5 CN por ha de superfície forrageira	< 2,0 CN por ha de superfície forrageira	< 1,4 CN por ha de superfície forrageira (pra)
Intensidade de exploração de recursos piscícolas	7,2 x 10 <sup>6</sup> · kg de pescado capturado	n.a.	n.a.
Capacidade de alojamento	7 154 camas (97% em hotelaria tradicional e 3% em turismo rural)	> 10% em turismo rural	> 15% em turismo rural
Intensidade turística	0,33 (dormidas/população residente)	< 0,60	< 0,80
Consumo de energia eléctrica <i>per capita</i>	2 313 kWh·hab <sup>-1</sup>	< 2 000 kWh·hab <sup>-1</sup> (WB)	< 2 000 kWh·hab <sup>-1</sup> (WB)
Produção de energia eléctrica proveniente de FER	≈ 21% da energia eléctrica produzida	> 45% (ends)	> 75%
Intensidade energética	0,19 TEP·hab <sup>-1</sup> 0,02 TEP·10 <sup>-3</sup> · € <sup>-1</sup> de PIB	< 0,05 TEP·10 <sup>-3</sup> · € <sup>-1</sup> de PIB	< 0,05 TEP·10 <sup>-3</sup> · € <sup>-1</sup> de PIB
Produção industrial	69% ind. alimentares, bebidas e tabaco 9% produtos minerais não metálicos 22% outros	n.a.	n.a.
Utilização de transportes públicos	7 742 km·hab <sup>-1</sup> ·ano <sup>-1</sup> (carreiras urbanas) 76 236 km·hab <sup>-1</sup> ·ano <sup>-1</sup> (carreiras interurbanas)	> 12 000 km·hab <sup>-1</sup> ·ano <sup>-1</sup> (carreiras urbanas) > 100 000 km·hab <sup>-1</sup> ·ano <sup>-1</sup> (carreiras interurbanas)	> 15 000 km·hab <sup>-1</sup> ·ano <sup>-1</sup> (carreiras urbanas) > 120 000 km·hab <sup>-1</sup> ·ano <sup>-1</sup> (carreiras interurbanas)
Taxa de motorização	435 veículos·10 <sup>-3</sup> ·hab <sup>-1</sup>	< 380 veículos·10 <sup>-3</sup> ·hab <sup>-1</sup>	< 250 veículos·10 <sup>-3</sup> ·hab <sup>-1</sup>

(ends): adaptado da meta da *Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (39% em 2010)*

(WCY): adaptado do *World Competitiveness Yearbook*

(WB): adaptado do *World Bank*

(pra): meta do *Plano Regional da Água*

n.a.: não aplicável nesta fase, por insuficiência de dados ou porque reflecte opções estratégicas sectoriais por definir

## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

### 4.3. Contributo para a definição de uma visão sustentável para os Açores

#### Dimensão Social - Indicadores da proposta de SRIDS

INDICADOR	SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA	META 2015	META 2030
Densidade populacional	≈ 103 hab-km <sup>-2</sup>	< 110 hab-km <sup>-2</sup>	< 115 hab-km <sup>-2</sup>
Taxa de envelhecimento	62%	< 60%	< 55%
Taxa de dependência	≈ 50%	< 45% (WCY)	< 30% (WCY)
Taxa de crescimento populacional	1,7‰ (crescimento natural) 4,5‰ (crescimento migratório) 6,2‰ (crescimento efectivo)	n.a.	n.a.
Taxa de desemprego	2,5%	< 2,0%	< 1,0%
Emprego por sectores de actividade	≈ 13% no sector primário ≈ 28% no sector secundário ≈ 59% no sector terciário	n.a.	n.a.
Taxa de equidade salarial por género	77%	> 95%	100%
Taxa de mortalidade infantil	6,5‰	< 4,7‰ (onu)	< 3,0‰
Esperança média de vida	≈ 74 anos	> 75 anos (WCY)	> 75 anos (WCY)
População infantil vacinada contra doenças infecciosas*	≈ 84%	100%	100%
Taxa de população por serviços de saúde**	848 hab-médico <sup>-1</sup> 381 hab-enfermeiro <sup>-1</sup> 295 hab-cama <sup>-1</sup>	< 130 hab-médico <sup>-1</sup> (WCY) < 60 hab-enfermeiro <sup>-1</sup> (WCY) < 50 hab-cama <sup>-1</sup> (WB)	< 100 hab-médico <sup>-1</sup> < 50 hab-enfermeiro <sup>-1</sup> < 30 hab-cama <sup>-1</sup>
População com o ensino secundário completo	≈ 10%	> 50% (ends) (> 25 anos)	100% (> 25 anos)
Taxa de analfabetismo	≈ 9%	< 3%	< 1%
Taxa de alunos por docente	Pré-Escolar: 16 1º Ciclo: 17 2º Ciclo: 8 3º Ciclo: 6 Secundário: 6 Superior: 10	Pré-Escolar: < 10 (WCY) 1º Ciclo: < 10 (WCY) 2º Ciclo: < 10 (WCY) 3º Ciclo: < 10 (WCY) Secundário: < 10 (WCY) Superior: < 10	Pré-Escolar: < 10 1º Ciclo: < 10 2º Ciclo: < 10 3º Ciclo: < 10 Secundário: < 10 Superior: < 10
Taxa de infra-estruturas culturais***	2,4 10 <sup>3</sup> hab-infra-estrutura <sup>-1</sup>	n.a.	n.a.
População em habitação precária	0,59% em alojamentos não clássicos (barracas e outros) 0,06% em alojamentos clássicos sem condições de habitabilidade	0,00%	0,00%
Taxa de criminalidade	45 crimes-10 <sup>-3</sup> -hab <sup>-1</sup>	< 30 crimes-10 <sup>-3</sup> -hab <sup>-1</sup>	< 20 crimes-10 <sup>-3</sup> -hab <sup>-1</sup>

\* inclui difteria, tétano, tosse convulsa, poliomielite, *Haemophilus influenzae*, hepatite B e tuberculose; as metas propostas são extensivas a outras doenças infecciosas consideradas relevantes

\*\* estas metas deverão ser reavaliadas face ao desenvolvimento tecnológico (ex: telemedicina), estabelecendo como objectivo a garantia de um nível de serviço equivalente ao proposto

\*\*\* inclui recintos culturais, bibliotecas, museus, cinemas, galerias de arte e outros espaços equiparados

(ends): meta da *Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável*

(onu): adaptado da meta definida nos Objectivos do Milénio da Organização das Nações Unidas

(WCY): adaptado do *World Competitiveness Yearbook*

(WB): adaptado do *World Bank*

n.a.: não aplicável nesta fase, por insuficiência de dados ou porque reflecte opções estratégicas sectoriais por definir

## 4. Cenários e Visões - explorando o futuro

### 4.3. Contributo para a definição de uma visão sustentável para os Açores

#### Dimensão Institucional - Indicadores da proposta de SRIDS

INDICADOR	SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA	META 2015	META 2030
Entidades certificadas *	<b>Série ISO 9000:</b> 0,1% do universo empresarial <b>Série ISO 14000:</b> 0,0% do universo empresarial <b>Série OHSAS 18000:</b> 0,0% do universo empresarial <b>Série SA8000:</b> 0,0% do universo empresarial	<b>Série ISO 9000:</b> > 20% do universo empresarial <b>Série ISO 14000:</b> > 15% do universo empresarial <b>Série OHSAS 18000:</b> > 15% do universo empresarial <b>Série SA8000:</b> > 15% do universo empresarial	<b>Série ISO 9000:</b> > 50% do universo empresarial <b>Série ISO 14000:</b> > 45% do universo empresarial <b>Série OHSAS 18000:</b> > 45% do universo empresarial <b>Série SA8000:</b> > 45% do universo empresarial
Implementação de Agendas 21 Locais	0	> 80% dos municípios <sup>(ends)</sup>	100% dos municípios
Imprensa escrita	40 publicações 33 exemplares.hab <sup>-1</sup> .ano <sup>-1</sup>	n.a. 50 exemplares.hab <sup>-1</sup> .ano <sup>-1</sup>	n.a. 80 exemplares.hab <sup>-1</sup> .ano <sup>-1</sup>
Taxa de acesso à internet	≈ 22%	> 70% (WCY)	100%
Absentismo eleitoral	≈ 52% (1991-2002)	< 30%	< 15%
Orçamento público para a promoção da qualidade ambiental	0,35% do PIB	n.a.	n.a.
Orçamento público para o desenvolvimento da agro-pecuária	1,89% do PIB	n.a.	n.a.
Orçamento público para o desenvolvimento das pescas	0,18% do PIB	n.a.	n.a.
Orçamento público para o desenvolvimento turístico	0,36% do PIB	n.a.	n.a.
Orçamento público para o sector energético	0,04% do PIB	n.a.	n.a.
Orçamento público para o sector dos transportes	1,68% do PIB	n.a.	n.a.
Orçamento público para o sector da saúde	0,36% do PIB	n.a.	n.a.
Orçamento público para o sistema educativo	1,06% do PIB	n.a.	n.a.
Orçamento público para a segurança social	0,16% do PIB	n.a.	n.a.
Orçamento público para Investigação & Desenvolvimento	0,02% do PIB	> 3,00% do PIB	> 5,00% do PIB
Perdas humanas e materiais devido a desastres naturais	39 perdas humanas (1986-2004) 3 192 habitações danificadas ou destruídas (1986-2004)	n.a.	n.a.
Planos de emergência	3 Planos de Emergência para acidentes com substâncias perigosas 10 Planos Municipais de Emergência	> 12 <sup>(pra)</sup> 19	> 40 19

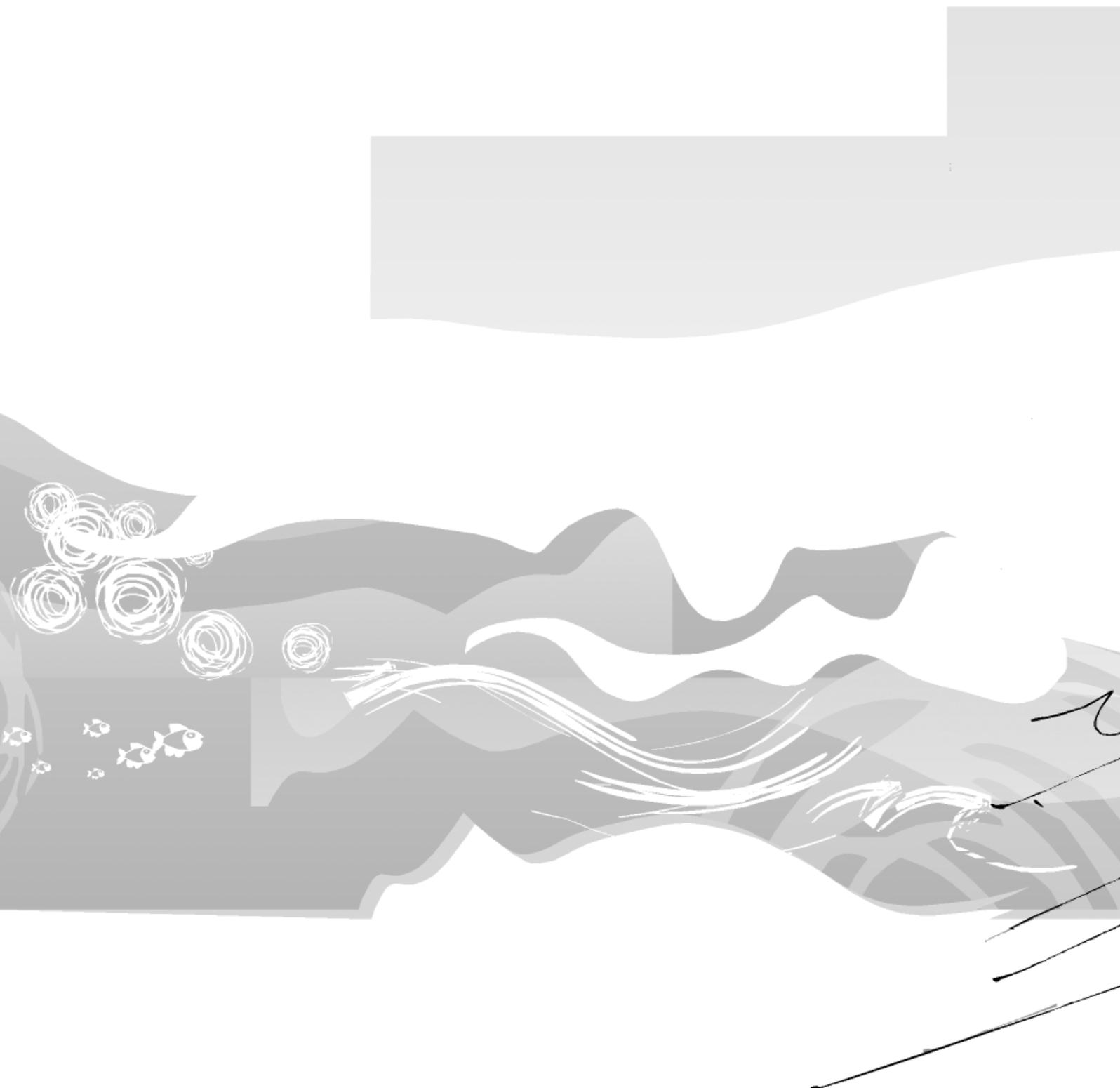
\* estas metas deverão ser reavaliadas face à previsível evolução dos sistemas e normas de certificação, estabelecendo como objectivo a garantia de um nível de gestão equivalente ao proposto

(pra): meta do Plano Regional da Água

(ends): meta da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável

(WCY): adaptado do World Competitiveness Yearbook

n.a.: não aplicável nesta fase, por insuficiência de dados ou porque reflecte opções estratégicas sectoriais por definir

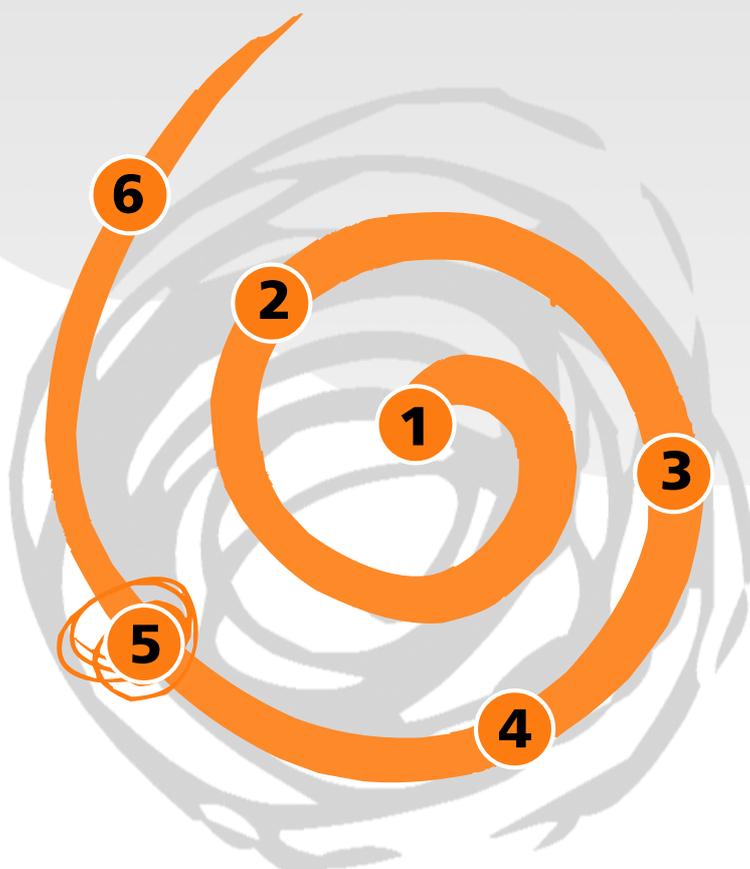


## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã



*"Uma visão sem acção não passa de um sonho. Acção sem visão é apenas um passatempo. Mas uma visão com acção pode mudar o mundo."*

Joel Barker



**1 - Introdução**

**2 - Desenvolvimento Sustentável**  
uma perspectiva integradora

**3 - Situação de Referência**  
analisando o presente

**4 - Cenários e Visões**  
explorando o futuro

**5 - Proposta para a Implementação**  
construindo o amanhã

**6 - Considerações Finais**

## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã

### 5.1. Introdução

O desenvolvimento económico na Região Autónoma dos Açores pretende internalizar a protecção do ambiente e assegurar a coesão social e cultural no quadro da sua expressão insular, territorialmente dispersa. Assim, a definição do designio (missão) e das prioridades estratégicas para a **Sustentabilidade** na Região baseiam-se nos problemas do presente para procurar concretizar a partilha de uma **visão** de futuro. Essa visão comum, esse **designio regional** integrado num único paradigma, foi identificada como a **missão para a Qualidade**, conceito entendido como indissociável da **Excelência**. Neste quadro, e tendo em conta o conjunto de reflexões efectuadas, apresentam-se no presente Capítulo os pontos focais considerados intrínsecos ao designio da Qualidade, sob a forma de **prioridades para a sustentabilidade** na Região Autónoma dos Açores.

Tal como a *Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Sustentável* foi realizada dez anos depois da *Cimeira da Terra*, assim se julgou simbólico que este documento apresentasse **dez prioridades** para a sustentabilidade. Neste contexto, também se justifica a referência a **dez+1** prioridades, assumindo-se a última como elo de ligação para um processo cuja fase preparatória é alvo, neste documento, de uma proposta de operacionalização.

As muitas opiniões e contributos recolhidos ao longo da elaboração do presente trabalho, bem como todo o conjunto de documentos consultados durante a sua execução, constituíram a base para a selecção destas propostas. O seu âmbito e conteúdo são certamente discutíveis mas, ainda assim, constituem um primeiro quadro de referência, essencialmente operacional, para a tomada de decisões. A estrutura de cada uma das prioridades pretendeu-se simples e concisa, para isso integrando uma síntese de **enquadramento/orientação** e **três objectivos gerais**. Em regra, os objectivos gerais foram entendidos como emblemáticos das linhas de orientação e, sempre que possível, contemplaram indicadores de avaliação para os anos de referência 2015 e 2030<sup>1</sup>, bem como a respectiva articulação com os objectivos da *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável*. Foram ainda delineadas algumas propostas de metas a atingir por cada eixo prioritário no contexto no *World Competitiveness Yearbook*<sup>2</sup>.

Uma palavra final para salientar que a reflexão crítica sobre a definição de prioridades, assim como a sua articulação e respectiva relação custos/benefícios é, no seu conjunto, apenas mais um passo no processo de desenvolvimento sustentável. Por isso, todos os contributos para discutir e reforçar o caminho da **Qualidade**, para a construção da **Sustentabilidade** na Região Autónoma dos Açores serão desejáveis.



O **World Competitiveness Yearbook (WCY)**, promovido pelo IMD (International Institute for Management Development), é o mais prestigiado relatório anual sobre a competitividade das nações, classificando e analisando o modo como os ambientes nacionais e regionais promovem e suportam a competitividade das respectivas empresas (e, conseqüentemente, o futuro do seu sistema socioeconómico). Este relatório analisa 60 economias (incluindo nove regiões: Baviera, Catalunha, Ile-de-France, Lombardia, Maharashtra, Rhone-Alps, Escócia, São Paulo e Zhejiang) através de mais de 300 critérios quantitativos (que incidem sobre as componentes estatísticas da competitividade) e qualitativos (que avaliam a percepção da competitividade através de um inquérito anual).

Neste contexto, considera-se que **a integração no painel de economias analisadas anualmente pelo World Competitiveness Yearbook poderia constituir uma ferramenta de análise complementar relevante para o processo de monitorização do desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores.**

(1) Os indicadores apresentados integram a proposta de *Sistema Regional de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (Anexo I)* e destinam-se a apoiar a monitorização e avaliação da execução de cada prioridade/ponto focal, embora a sua selecção tenha sido naturalmente condicionada pela informação disponível.

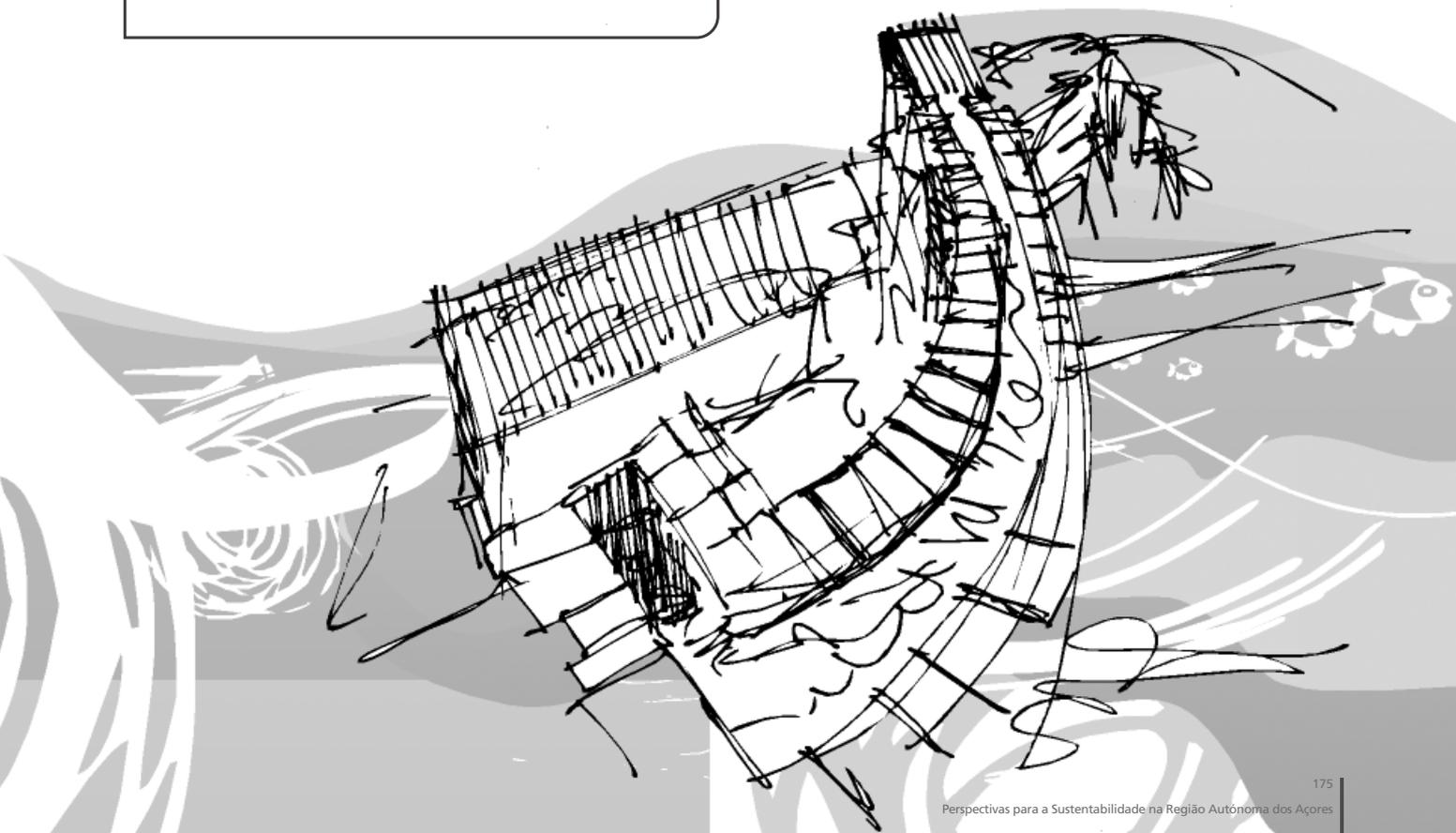
(2) Estas propostas assumem um pressuposto de convergência com o conjunto do território nacional e simultaneamente um objectivo de posicionamento da Região Autónoma dos Açores na metade superior do ranking do *World Competitiveness Yearbook (WCY)*.

## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã

### 5.2. 10+1 prioridades para a sustentabilidade

A articulação das indicações fornecidas pela análise da situação de referência com as expectativas traduzidas na reflexão sobre o futuro da Região Autónoma dos Açores concretiza a definição das seguintes prioridades de actuação:

1. O investimento prioritário é nas pessoas
2. Uma economia regional baseada em vantagens competitivas
3. A componente ambiental é o factor de diferenciação nuclear dos Açores
4. O conhecimento e a inovação são instrumentos de Valor
5. O património cultural, social e religioso é o espírito da Região
6. A sustentabilidade energética como exemplo do saber açoriano
7. Os riscos geológicos e tectónicos podem ser minimizados
8. Pensar globalmente, decidir regionalmente e agir localmente
9. As práticas de governação devem aproximar-se dos cidadãos
10. Os Açores devem estar no *centro* da Europa, *perto* da América e *com* a Macaronésia
- 10+1. Das palavras à acção



## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã

### 5.2. 10+1 prioridades para a sustentabilidade

#### 1. O investimento prioritário é nas pessoas

A sustentabilidade é, no essencial, o retorno do investimento no capital humano e na valorização do indivíduo. A formação de recursos humanos para a **qualificação técnica e profissional** e para o **empreendedorismo** é um elemento chave para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores. Mas não são menos essenciais, no quadro de uma cidadania participativa, a educação para a **solidariedade** e o voluntariado, ou uma **ética** de exigência no exercício profissional e na vida pessoal. Por outro

lado, sendo claro que a administração pública tem fortes responsabilidades na valorização dos recursos humanos, também é relevante para esse designio o compromisso social das empresas, das associações e das famílias. Finalmente, salienta-se que uma distribuição **equitativa** de oportunidades e **serviços sociais** adequados são elementos de base essenciais no quadro de um desenvolvimento considerado sustentável.

#### Objectivos gerais

- Orientação da educação para a **qualidade** do conhecimento e para a capacidade criativa e **inovadora**, incentivando a atracção e fixação de técnicos qualificados na Região;
- Garantia da eficácia das **redes de solidariedade e reintegração social** em situações de debilidade, fraqueza ou exclusão social;
- Garantia das condições e capacidades locais no domínio dos **cuidados da saúde pública**, em especial com a infância e a terceira idade.

#### Articulação com a análise SWOT (2003)

**Pontos fortes:** população jovem, baixo desemprego, qualidade de vida

**Pontos fracos:** emigração, conservadorismo, reduzida formação técnica

**Oportunidades:** imigração

**Ameaças:** custos com educação e saúde, descaracterização cultural

#### Articulação com os objectivos da ENDS 2005-2015

1. Preparar Portugal para a "Sociedade do Conhecimento"
4. Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social
7. Uma Administração Pública mais Eficiente e Modernizada

#### Indicadores de avaliação (proposta de SRIDS)

	2015	2030
Taxa de desemprego	< 2%	< 1%
Taxa de população por serviços de saúde	< 130 hab-médico <sup>-1</sup> < 60 hab-enfermeiro <sup>-1</sup> < 50 hab-cama <sup>-1</sup>	< 100 hab-médico <sup>-1</sup> < 50 hab-enfermeiro <sup>-1</sup> < 30 hab-cama <sup>-1</sup>
Taxa de analfabetismo	< 3%	< 1%

Propõem-se, no contexto deste eixo prioritário, as seguintes metas para indicadores do *World Competitiveness Yearbook (WCY)*:

Indicador	Situação de referência	Meta 2015	Meta 2030
Índice de Desenvolvimento Humano	0,865 / ranking WCY: 35º	ranking WCY: < 25º	ranking WCY: < 20º
Índice de Custo de Vida (índice do cesto de bens e serviços, excluindo habitação (Nova Iorque = 100))	n.a.	ranking WCY: < 20º	ranking WCY: < 20º
Qualidade de vida (inquérito: a qualidade de vida é elevada nos Açores?)	n.a.	ranking WCY: < 25º	ranking WCY: < 15º
Motivação laboral (inquérito: a motivação no desempenho profissional é elevada nos Açores?)	n.a.	ranking WCY: < 25º	ranking WCY: < 20º

n.a.: não aplicável

## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã

### 5.2. 10+1 prioridades para a sustentabilidade



#### As pessoas são o principal trunfo para a Sustentabilidade

"As pessoas são o principal trunfo da Europa e deverão constituir o ponto de referência das políticas da União. O investimento nas pessoas e o desenvolvimento de um Estado-providência activo e dinâmico será fundamental tanto para o lugar da Europa na economia do conhecimento como para assegurar que a emergência desta nova economia não venha agravar os problemas sociais existentes em matéria de desemprego, exclusão social e pobreza."

Estratégia de Lisboa (tópico 24)  
Março 2000



#### O 'capital social' de Portugal

"(...) Não basta reiterar os exemplos da Irlanda e da Finlândia, e fazer de um exercício administrativo de 'benchmarkização' do sucesso destes casos a mais natural matriz de opção estratégica para o nosso país. Realidades diferentes, com actores e envolventes diferentes, implicam naturalmente lógicas de actuação diferentes e no nosso caso isso é mais do que óbvio. O exercício, mais complexo, passa naturalmente, por uma 'leitura' mais completa das variáveis em jogo e por decisões em conformidade.

Não se pode conceber uma aposta na competitividade estratégica do país sem entender e atender à coesão territorial, sendo por isso decisivo o sentido das efectivas apostas de desenvolvimento regional de consolidação de 'clusters de conhecimento' sustentados. O papel das pessoas é decisivo. São cada vez mais necessários 'actores do conhecimento' capazes de induzir dinâmicas de diferenciação qualitativa nos territórios. Capazes de conciliar uma necessária boa coordenação das opções centrais com as capacidades de criatividade local. É esse o capital social que realmente interessa a Portugal. É esse o capital social que Portugal saberá protagonizar. É esse o capital social de Portugal."

Jaime Quesado  
Jornal Expresso, 31 de Dezembro de 2004



#### Compromisso por uma Educação para a Sustentabilidade

"Vivemos numa situação de autêntica emergência planetária, marcada por toda uma série de graves problemas estreitamente relacionados: contaminação e degradação dos ecossistemas, esgotamento de recursos, crescimento incontrolado da população mundial, desequilíbrios insustentáveis, conflitos destrutivos, perda de diversidade biológica e cultural..."

Esta situação de emergência planetária aparece associada a comportamentos individuais e colectivos orientados para a procura de benefícios particulares e a curto prazo, sem tomar em conta as suas consequências para com os outros ou para com as futuras gerações. Um comportamento fruto, em boa medida, da prática de centrar a atenção no mais próximo, espacial e temporalmente. Em geral, nós, educadores, não prestamos a devida atenção a esta situação apesar de apelos como os das Nações Unidas nas Cimeiras da Terra (Rio 1992 e Joanesburgo 2002). Precisamos, pois, de assumir um compromisso para que toda a educação, tanto formal (desde a escola primária até a universidade) como informal (museus, média...), preste sistematicamente atenção à situação do mundo, com a finalidade de proporcionar uma percepção correcta dos problemas e de fomentar atitudes e comportamentos favoráveis para construir um desenvolvimento sustentável.

Deste modo pretende-se contribuir para formar cidadãos e cidadãs conscientes da gravidade e do carácter global dos problemas e prepará-los para participar na tomada de decisões adequadas. Propomos, por isso, o lançamento da campanha Compromisso para uma educação para a sustentabilidade. O compromisso, em primeiro lugar, de incorporar às nossas acções educativas a atenção da situação do mundo, promovendo entre outros:

- Um consumo responsável, que se ajuste aos três R (Reduzir, Reutilizar e Reciclar), e responda aos pedidos do "Comércio justo";
- A reivindicação e impulso de desenvolvimentos técnico-científicos favorecedores da sustentabilidade, com controlo social e a aplicação sistemática do princípio da precaução;
- Acções socio-políticas em defesa da solidariedade e da protecção do meio, à escala local e planetária, que contribuam para pôr fim aos desequilíbrios insustentáveis e aos conflitos a eles associados, com uma decidida defesa da ampliação e generalização dos direitos humanos ao conjunto da população mundial, sem discriminações de nenhum tipo (étnicas, de género...);
- A superação, em definitivo, da defesa dos interesses e valores particulares a curto prazo e a compreensão de que a solidariedade e a protecção global da diversidade biológica e cultural constituem um requisito imprescindível para uma autêntica solução dos problemas.

O compromisso de multiplicar as iniciativas para implicar o conjunto dos educadores, com campanhas de difusão e consciencialização nos centros educativos, congressos, encontros, publicações... e o compromisso de garantir o acompanhamento cuidadoso das acções realizadas, divulgando-as para o seu melhor aproveitamento colectivo.

Apelamos, deste modo, a juntar-se às iniciativas da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, que as Nações Unidas promove de 2005 a 2014."

Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI)  
Mais informação: <http://www.oei.es/decada>

## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã

### 5.2. 10+1 prioridades para a sustentabilidade



#### As estruturas de ensino e de formação profissional são fundamentais para o desenvolvimento

"As estruturas de ensino e de formação profissional são (...) decisivas para assegurar a qualidade dos recursos humanos indispensáveis a uma administração tecnicamente bem preparada e com capacidade para contribuir para o desenvolvimento de uma visão de futuro para a Região [Autónoma dos Açores]."

Jorge Sampaio  
Presidente da República (1996-2006)  
Julho de 1999



#### Contribuir para a formação avançada nos Açores

"Uma forte interação entre o saber universitário e a comunidade constitui um factor essencial para a inovação na Região. O mestrado em Ambiente, Saúde e Segurança constitui um bom exemplo desta perspectiva ao operacionalizar uma parceria entre a Universidade dos Açores (Departamento de Biologia) e uma empresa privada, favorecendo a sinergia entre as competências de ambiente e saúde por parte da Universidade, com as competências na área da qualidade e segurança que o nosso parceiro configura. Assim, além de estarmos a ampliar o leque de formações fornecidas pela Universidade, esta parceria corresponde, também, a uma aproximação ao mundo empresarial, institucional e sociedade em geral, respondendo a problemas concretos no domínio do ambiente, da saúde e da segurança. Este reforço da oferta em técnicos qualificados é, em minha opinião, um factor chave para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores."

Regina Tristão da Cunha  
Coordenadora do Mestrado em Ambiente, Saúde e Segurança, ed. 2004-2006  
Universidade dos Açores



## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã

### 5.2. 10+1 prioridades para a sustentabilidade

#### 2. Uma economia regional baseada em vantagens competitivas

O reforço da **competitividade externa**, na qual a tecnologia, a produtividade e a qualidade representem os eixos fundamentais, será o único modelo que garante a **viabilidade** da Região Autónoma dos Açores. As vantagens naturais da Região (e.g. paisagem e imagem de qualidade ambiental, capacidades no domínio da pecuária e lacticínios, singularidade como destino turístico, recursos do mar) devem ser potenciadas para o exterior como um "cluster" regional. A capacidade de encontrar elementos que permitam um **diferenciamento** no mercado nacional e internacional constitui um factor chave com potencial de **fidelização** de clientes.

O papel a desempenhar pelas empresas privadas é, naturalmente, o mais forte, mas a atracção e fixação de novas actividades carece, ainda, de um apoio estratégico por parte do Estado (o estabelecimento de parcerias público-privadas pode ser um ponto de apoio adicional para a criação de valor). O sector da economia social tem alguma tradição da Região e pode desempenhar um papel ainda mais relevante na dinamização socioeconómica.

#### Objectivos gerais

- Evolução da **agricultura** e **agro-pecuária** para sistemas de transformação e comercialização de crescente valor acrescentado, em resultado de uma maior ligação entre as empresas, associações de interface e a universidade;
- Segmentação da oferta de **lazer-turismo**, atenuando a sazonalidade e potenciando a sofisticação do serviço (e.g.: modelos diferenciados do tipo ecoturismo e *packages* para empresas ou eventos internacionais);
- Aposta na **qualidade**, desenvolvimento da "**marca Açores**" e esforço em nichos de mercado.

#### Articulação com a análise SWOT (2003)

**Pontos fortes:** qualidade dos produtos locais, potencial para actividades de lazer

**Pontos fracos:** sistema de transportes, dependência económica

**Oportunidades:** financiamentos comunitários, investimento estrangeiro, mercado para produtos regionais, mercado para ecoturismo, potencial de recursos do mar

**Ameaças:** extinção de sectores tradicionais, concorrência aos produtos regionais, redução da ZEE, transposição legislativa desajustada

#### Articulação com os objectivos da ENDS 2005-2015

2. Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética
3. Melhor Ambiente e Valorização do Património Natural

#### Indicadores de avaliação (proposta de SRIDS)

	2015	2030
Agricultura biológica	> 10% da SAU	> 25% da SAU
Capacidade de alojamento	> 10% em turismo rural	> 15% em turismo rural

Propõem-se, no contexto deste eixo prioritário, as seguintes metas para indicadores do *World Competitiveness Yearbook (WCY)*:

Indicador	Situação de referência	Meta 2015	Meta 2030
Taxa de emprego no sector público (% do emprego total)	n.a.	< 20% / ranking WCY : < 30°	< 10% / ranking WCY : < 15°
Agilidade do processo de criação de empresas (n° de dias)	n.a.	< 2 / ranking WCY : < 5°	< 2 / ranking WCY : < 5°
Preço de aluguer de escritórios (€·m <sup>2</sup> ·ano <sup>-1</sup> )	n.a.	ranking WCY : < 30°	ranking WCY : < 25°
Imagem externa (inquérito: a imagem dos Açores no exterior promove oportunidades de negócio?)	n.a.	ranking WCY : < 25°	ranking WCY : < 15°

n.a.: não aplicável

## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã

### 5.2. 10+1 prioridades para a sustentabilidade



#### Diversificação económica e oportunidades de desenvolvimento

"Para um modelo de desenvolvimento sustentável nos Açores é importante diversificar as dependências económicas, nomeadamente com o desenvolvimento (que não é igual a crescimento) turístico, e as vertentes inexploradas e sustentáveis dos recursos marinhos e florestais, sem esquecer que pecuária não significa apenas produção de laticínios, mas também produção de carne, e agricultura não se esgota na exploração pecuária.

É que no melhor pano da diversificação pode cair a nódoa do crescimento em vez do desenvolvimento sustentável, sem esquecer que a passagem de um modelo de crescimento naturalmente estagnado porque sustentado (dependente e frágil), para um modelo de desenvolvimento sustentável deve fazer-se gradualmente mas sem desperdiçar oportunidades, incluindo todo o sustento subsidiado e todas as oportunidades que a conjuntura internacional ainda nos permite ou oferece."

Veríssimo Borges

QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza (Núcleo Regional de São Miguel)



#### Os Açores ocultam potencialidades que os podem diferenciar de outros destinos turísticos

"As regiões insulares possuem características distintas, face às áreas continentais, que devem ser consideradas na abordagem de temas relacionados com os sistemas de transporte e acessibilidades. A localização em pleno mar, as barreiras naturais impostas por condições climáticas ou morfológicas, a dimensão e fragmentação do território, o isolamento geográfico, conferem uma identidade própria a cada ilha, influenciando de forma decisiva a relação dos grupos humanos com o espaço e condicionando o desenvolvimento económico e social das sociedades insulares. Contudo, com o desenvolvimento das actuais redes de transportes, quer em termos tecnológicos, quer em termos de expansão territorial, o conceito de regiões isoladas deverá ser interpretado ao nível das acessibilidades, ou seja, na menor ou maior comodidade com que se acede a um determinado território ou parcela dele. [...] Os Açores ocultam potencialidades neste sector de turismo, quer pela sua posição geoestratégica nas rotas entre o continente americano e europeu, para o segmento de cruzeiros de turismo, quer pelas suas especificidades culturais e paisagísticas, para o segmento de cruzeiros de expedição e temáticos, surgindo como um novo porto atlântico que se contrapõe à massificação já existente em outros arquipélagos e cidades da Europa, Mediterrâneo e Caraíbas".

Carla Ramalho (MBA Universidade dos Açores)  
Secretária Regional da Economia



#### A importância das especificidades regionais para o desenvolvimento económico dos Açores

"A aposta num turismo de qualidade é decisiva para o futuro dos Açores. Devido à sua posição geográfica, a Região tem um clima bastante instável. Este factor, a par do seu isolamento, contribuiu para um desenvolvimento muito harmonioso e com poucas assimetrias sociais. As dificuldades da vida nas ilhas conferiram um carácter de grande solidariedade entre todos, o que pode bem ser demonstrado com o exemplo das sopas do Espírito Santo. Estas especificidades, do meu ponto de vista, tornam a Região num lugar muito pouco atractivo para o turismo de massas, que procura sobretudo sol e praia.

Mas estas aparentes desvantagens podem constituir uma grande oportunidade para o arquipélago. A implementação do ecoturismo é, na minha opinião, a melhor aposta para a Região. Podemos tomar como exemplo a Nova Zelândia que, com um clima muito semelhante aos Açores e com grande isolamento geográfico, fez desta actividade uma das maiores fontes de receita do País.

O ecoturismo tem inúmeras vantagens: o geralmente elevado poder económico das pessoas que procuram este tipo de turismo potencia o turismo de habitação e as pequenas unidades hoteleiras; dinamiza um sem número de empresas locais com consequências muito positivas ao nível do emprego; impulsiona várias actividades e produtos regionais (restaurantes, centros de mergulho, observação de cetáceos, produtos regionais certificados, passeios pedestres e de bicicleta com guias locais, montanhismo, pesca à linha, entre outros).

De forma a potenciar o desenvolvimento de algumas das actividades citadas, é muito importante a classificação de áreas marinhas e uma boa fiscalização. As reservas marinhas têm um papel fundamental no desenvolvimento turístico, nomeadamente no que respeita a actividades como o mergulho ou a observação de cetáceos, sendo essencial para a preservação da fauna e flora marinhas locais. Infelizmente, nos últimos anos tenho assistido a uma enorme diminuição nos stocks de peixe.

A boa gestão dos recursos marinhos é pois decisiva para o sucesso deste modelo de desenvolvimento que todos nós desejamos. A pesca é uma actividade muito importante na economia da Região e é urgente que se intensifiquem as acções de fiscalização, porque as ameaças externas derivadas das políticas comunitárias, aliadas ao grande aumento do esforço de pesca a que se tem assistido nos últimos anos, podem levar a um colapso a prazo nos recursos marinhos do arquipélago.

A pecuária é outro dos sectores basilares da economia local e, dada a dependência de muitas famílias desta actividade, necessita de especial atenção. Como é do conhecimento geral, a União Europeia é excedentária em carne e laticínios, sendo decisiva, neste contexto, a aposta em produtos de qualidade com certificação de origem protegida. Tal aposta traria vantagens significativas (como a diferenciação dos produtos açorianos relativamente a marcas puramente industriais ou o aumento dos respectivos preços, com consequências positivas para o produtor), as quais poderão ser potenciadas pela cada vez maior procura de produtos certificados pelo consumidor (devido aos inúmeros problemas que temos vindo a assistir na indústria alimentar)."

Hugo Sousa Marques  
Fotógrafo

## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã

### 5.2. 10+1 prioridades para a sustentabilidade



#### O mar e os recursos marinhos: um renovado desafio para os Açores

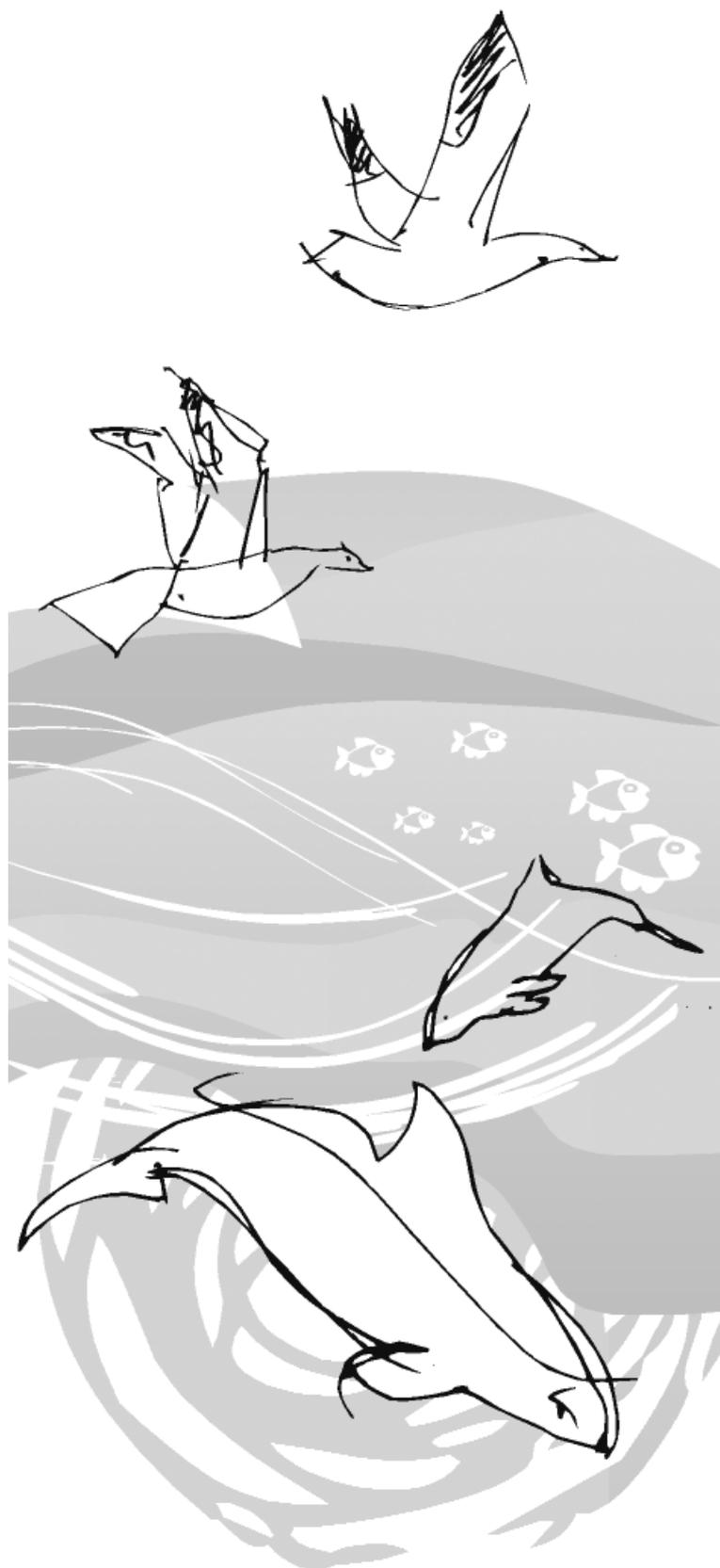
"Os 984 000 km<sup>2</sup> de ZEE (mais de 10 vezes a área terrestre de Portugal inteiro) sugerem riquezas piscícolas que não correspondem à realidade: a maior parte desta superfície corresponde a grandes profundidades em que os recursos pesqueiros são escassos. O esforço de pesca concentra-se assim nas zonas a menos de 600 m de profundidade, mais produtivas mas que constituem menos de 1% da ZEE. Já no campo da aquacultura, que representa 31% do valor da produção de pescado na União Europeia, nada se fez ainda nos Açores, para além de uma ou outra tímida experiência.

O turismo é a área económica com maior crescimento nos Açores, com uma procura centrada nos valores naturais e nos quais o mar ocupa um lugar proeminente. Para além do seu valor paisagístico e balnear, o mar açoriano é desfrutado por um número crescente de pessoas que procuram observar cetáceos, praticar mergulho com escafandro autónomo, pescar ou simplesmente passear de barco. Por outro lado, o arquipélago é já um ponto de apoio essencial nas campanhas oceanográficas internacionais.

O mar funciona como via de comunicação essencial para o abastecimento das ilhas e para a exportação dos seus produtos. Os acidentes periódicos verificados a nível mundial chamam a atenção para a necessidade de desenvolver um sistema de controlo e fiscalização do tráfego marítimo.

Os recursos não vivos do oceano que rodeia os Açores não devem igualmente ser ignorados. A exploração de minerais (areias para a construção civil) é já uma realidade, embora ainda com uma base legislativa ténue e sem um suporte científico adequado. No mar profundo, no entanto, existem nódulos metálicos e as zonas hidrotermais da crista média atlântica são potencialmente ricas em depósitos sulfurosos polimetálicos. E apesar de a central experimental de energia das ondas do Pico estar actualmente desactivada, é possível que a actual aposta nas energias renováveis venha a conduzir a novas experiências nesta área. Muitas destas formas de desfrutar do oceano e das suas riquezas são conflituantes entre si. Gerir estas tensões de uma forma que potencie o desenvolvimento harmonioso e sustentado dos Açores implica encontrar plataformas de entendimento entre inúmeras entidades públicas e privadas. Iniciativas como a incipiente Gestão Integrada das Zonas Costeiras representam um contributo importante para responder a esse desafio."

José N. Azevedo  
Departamento de Biologia  
Universidade dos Açores



## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã

### 5.2. 10+1 prioridades para a sustentabilidade

#### 3. A componente ambiental é o factor de diferenciação nuclear dos Açores

A primeira vantagem competitiva dos Açores é a sua imagem de elevada **qualidade ambiental** (e.g.: qualidade da paisagem natural e urbana, qualidade das águas e qualidade do ar, qualidade dos recursos costeiros e marinhos). O valor ambiental regula um conjunto estratégico de actividades económicas na Região e é imediato considerá-lo como essencial para a indústria de turismo e lazer, por motivos de posicionamento de mercado. O mesmo conceito se aplica à produção agro-pecuária, condicionada pela crescente preocupação dos consumidores em termos de segurança alimentar. A protecção da qualidade ambiental, enquanto *recurso* transversal às actividades humanas, exige uma atitude proactiva,

pelo que a visão territorial do **planeamento e ordenamento** deve constituir o elemento integrador das políticas sectoriais. A aplicação generalizada dos **princípios ambientais** consagrados na Lei de Bases do Ambiente e dos **princípios socioeconómicos e financeiros**, para os quais se requer uma maior eficácia dos instrumentos de tutela é, neste contexto, essencial.

#### Objectivos gerais

- Concretização e gestão eficiente de todas as **infra-estruturas básicas** na área dos resíduos, abastecimento de água e saneamento de águas residuais urbanas e industriais;
- Protecção dos **ecossistemas sensíveis**, gestão integrada do solo e preservação da **biodiversidade terrestre e marinha**;
- Transformação de preocupações ambientais em **oportunidades de investimento** e criação de emprego, apoiando actividades económicas que potenciem a gestão (sustentável) de **recursos endógenos** (pesca, floresta, agricultura, turismo).

#### Articulação com a análise SWOT (2003)

**Pontos fortes:** qualidade do património natural

**Pontos fracos:** multiplicação de infra-estruturas, fragilidade dos sistemas ambientais

**Oportunidades:** redes de investigação científica, exploração de recursos hidrotermais

**Ameaças:** riscos naturais e antropogénicos, descaracterização ambiental

#### Articulação com os objectivos da ENDS 2005-2015

2. Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética

3. Melhor Ambiente e Valorização do Património Natural

#### Indicadores de avaliação (proposta de SRIDS)

	2015	2030
População servida por sistemas de drenagem e tratamento adequado de águas residuais	> 95% com tratamento adequado	> 99% com tratamento adequado
Reciclagem de resíduos	> 30% dos RSU produzidos	> 65% dos RSU produzidos

Propõem-se, no contexto deste eixo prioritário, as seguintes metas para indicadores do *World Competitiveness Yearbook (WCY)*:

Indicador	Situação de referência	Meta 2015	Meta 2030
Pegada Ecológica (ha-hab <sup>-1</sup> )	3,90 / ranking WCY: 26º	< 3,00 / ranking WCY: < 20º	< 2,50 / ranking WCY : < 20º
Legislação ambiental (inquérito: a legislação e conformidade ambiental compromete a competitividade da economia regional?)	n.a.	ranking WCY: < 20º	ranking WCY : < 15º
Poluição (inquérito: identificam-se problemas de poluição que afectem seriamente os Açores?)	n.a.	ranking WCY: < 15º	ranking WCY : < 10º
Infra-estruturação (inquérito: o investimento em infra-estruturas básicas absorve os recursos económicos regionais?)	n.a.	ranking WCY: < 35º	ranking WCY : < 30º

n.a.: não aplicável

## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã

### 5.2. 10+1 prioridades para a sustentabilidade



#### Reforçar o valor da componente ambiental na economia regional

"A concorrência dos mercados, bem como a valorização da procura e das especificidades locais, tem, no actual contexto globalizante, repercussões ambientais que podem ser muito positivas para a Região. Nesse contexto, pretendemos reforçar o valor da componente ambiental na economia regional e posso dar três exemplos de significativo relevo: Turismo, Agricultura e Cidades. Começando pelo Turismo, se este sector económico potenciar mais-valias ambientais concretiza uma vantagem competitiva que é distinguível a nível internacional e que pode gerar emprego qualificado, sendo nossa preocupação encorajar a sociedade civil a mostrar-se suficientemente dinâmica para proporcionar uma oferta de recreio com elevado nível ambiental. No que concerne à actividade agrícola, temos consciência que a concorrência externa será cada vez mais forte e agressiva, que os mercados clássicos estão, no essencial, saturados e, por isso, a mais valia ambiental dos produtos regionais, de qualidade certificada, pode fazer uma diferença que não será despreciada.

Finalmente, relativamente às Cidades, consideramos a valorização do património natural e construído como um pilar essencial, não apenas para os seus habitantes mas, também, para quem as visita e, assim sendo, não posso aqui deixar de registar a minha preocupação pela ausência de um plano estratégico de ambiente - baseado na Agenda 21 e em novos modelos de sustentabilidade - para muitas áreas urbanas da Região.

Porque estamos tão preocupados em incorporar as políticas ambientais na génese da actividade governativa? Infelizmente, a resposta é muito clara e poderia dar-vos diversos exemplos, mas vou apenas indicar um. Com efeito, uma particularidade muito própria da área do ambiente, seja ele natural ou construído, é que a ausência de visões e políticas antecipativas promove, inexoravelmente, graves disfunções e problemas que, depois, muito dificilmente e com grande custo são, eventualmente, remediadas. Mas quero reafirmar que, com precaução - porque esse é um princípio ambiental que muito respeitamos - acabaremos por adoptar todas as medidas que se afigurem razoáveis e credíveis do ponto de vista técnico e científico."

Carlos César

Presidente do Governo Regional

1 Reunião do Conselho Regional da Água

25 de Fevereiro de 2003



#### Conservação da natureza como factor estratégico de desenvolvimento regional

"O povo Açoriano tem toda a expectativa de esperança por uma vida melhor. Agora parece ser o tempo para apoiar e pôr em prática legislação para conservação. Agora, por uma razão simples, os benefícios a ganhar de um turismo controlado e, em particular, por turistas que querem participar na experiência cultural Açoriana, são de longe mais importantes do que a exploração incontrolada da linha de costa e das águas costeiras. Com planeamento e gestão sensatos, a beira-mar Açoriana continuará a atrair-nos para ela, locais e visitantes por igual."

António M. de Frias Martins

in Ecologia Costeira dos Açores, Sociedade Afonso Chaves - Associação de Estudos Açoreanos,

Ponta Delgada, 1998



#### Os desafios da política da água na Região Autónoma dos Açores

A nova abordagem no quadro actual da política da água determinou a aprovação, em 2003, do Plano Regional da Água, que constitui o instrumento de planeamento e gestão dos recursos hídricos da Região Autónoma dos Açores. Este Plano consagra, na sua componente operacional, a concretização prioritária (entre outros) do projecto de Implementação de uma Rede de Monitorização. A formulação deste Projecto deve-se à necessidade da Região Autónoma dos Açores - como parte integrante do Estado Português - cumprir com o normativo comunitário, em particular com as exigências decorrentes da Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho nº 2000/60/CE - Directiva Quadro da Água (DQA) - e à necessidade de obter informação técnica adequada no âmbito da gestão integrada dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, nos aspectos complementares da qualidade e quantidade, assim como na protecção dos ecossistemas aquáticos associados e na prevenção de riscos contra fenómenos hidrológicos extremos.

Embora a sustentabilidade se encontre normalmente limitada a indicadores mensuráveis e orientados fisicamente, como é o caso da monitorização do recurso, a sustentabilidade também engloba a longo prazo a dimensão económica e ética da questão, i.e., a participação dos utilizadores e a transparência na sua gestão.

Finalmente, dada a natureza arquipelágica da Região Autónoma dos Açores, o planeamento dos recursos hídricos Regionais deve sempre basear-se num conjunto de cenários e constituir um processo flexível e sem restrições, sujeito a uma revisão periódica dos recursos disponíveis.

A concretização destes objectivos carece de reforço de fiscalização sistemática, bem como de instrumentos de natureza fiscal de utilização dos recursos naturais que incluam a internalização de custos ambientais e, subsequentemente, que as receitas revertam para a gestão e monitorização destes recursos, por forma a ultrapassar as limitações orçamentais que condicionam a elaboração, articulação e implementação dos diversos instrumentos de planeamento de recursos hídricos necessários para uma política ambiental preventiva.

Finalmente, a formulação de um quadro normativo e institucional adaptado às novas exigências em matéria de gestão integrada dos recursos hídricos, configura-se determinante para enfrentar os desafios que se colocam à Região no domínio da água."

Dina Pacheco

Directora de Serviços dos Recursos Hídricos

Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos / Secretaria Regional do

Ambiente e do Mar

## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã

### 5.2. 10+1 prioridades para a sustentabilidade

#### 4. O conhecimento e a inovação são instrumentos de Valor

A ambição consagrada pela União Europeia na *Estratégia de Lisboa* - uma economia baseada no **conhecimento** e na **inovação** - deve continuar a ser um dos eixos impulsionadores do desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores. Para esse efeito, os sistemas de educação devem garantir a **qualidade da formação** e uma orientação vocacional integrada (a adopção do 12º ano ou equivalente técnico-profissional obrigatório, o ensino do inglês desde o ensino básico, a introdução das temáticas do desenvolvimento sustentável nos programas escolares e a formação e actualização profissional em ambiente empresarial podem ser medidas a adoptar neste

sentido), mas também se reconhece que a atitude de **aprendizagem ao longo da vida** deve ser interiorizada. Espera-se que a educação se oriente para o **empreendedorismo** e promova um espírito de qualidade, inovação, capacidade crítica e mudança. A valorização das áreas de competência da Universidade dos Açores pode ser potenciada pelo desenvolvimento de parcerias com outras instituições tecnológicas e com empresas ou associações sectoriais, mas é fundamental que o investimento em investigação também seja parte integrante da própria cultura empresarial açoriana.

#### Objectivos gerais

- Aposta na **qualificação** dos recursos humanos para as tecnologias e para a actividade profissional, tendo em conta o conceito de formação contínua ao longo da vida, com intensificação do **acesso às novas tecnologias de informação**;
- Promoção de sistemas de ensino que integrem processos de **avaliação externa** centrados no desempenho e nas competências dos formandos para o exercício profissional, em todos os níveis de escolaridade;
- Desenvolvimento da capacidade de inovar e do empreendedorismo, de forma a que estes factores competitivos sejam traduzidos (praticados) nas empresas, **incentivando-se**, para esse fim, a procura de **patentes** e a concretização de projectos (institucionais ou pessoais) em ligação com a **Universidade dos Açores e outros parceiros tecnológicos** (e.g.: INOVA, ARENA,...).

#### Articulação com a análise SWOT (2003)

**Pontos fortes:** população jovem

**Pontos fracos:** reduzida formação técnica

**Oportunidades:** financiamentos comunitários, redes de investigação científica

**Ameaças:** assimetrias intra e inter-regionais

#### Articulação com os objectivos da ENDS 2005-2015

1. Preparar Portugal para a "Sociedade do Conhecimento"
2. Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética

#### Indicadores de avaliação (proposta de SRIDS)

	2015	2030
Taxa de alunos por docente	Pré-Escolar: < 10 1º Ciclo: < 10 2º Ciclo: < 10 3º Ciclo: < 10 Secundário: < 10 Superior: < 10	Pré-Escolar: < 10 1º Ciclo: < 10 2º Ciclo: < 10 3º Ciclo: < 10 Secundário: < 10 Superior: < 10
Orçamento público para Investigação & Desenvolvimento	> 3% do PIB	> 5% do PIB

Propõem-se, no contexto deste eixo prioritário, as seguintes metas para indicadores do *World Competitiveness Yearbook (WCY)*:

Indicador	Situação de referência	Meta 2015	Meta 2030
Computadores <i>per capita</i> (nº computadores·10 <sup>-3</sup> ·hab <sup>-1</sup> )	315 / ranking WCY: 30º	> 500 / ranking WCY: < 25º	> 750 / ranking WCY: < 15º
Empreendedorismo (inquérito: o empreendedorismo é uma prática comum na economia açoriana?)	n.a.	ranking WCY: < 35º	ranking WCY: < 25º
Transferência de conhecimento (inquérito: a transferência de tecnologia entre empresas e universidades é significativa nos Açores?)	n.a.	ranking WCY: < 30º	ranking WCY: < 25º
Taxa de registo de patentes (nº patentes·10 <sup>-3</sup> ·hab <sup>-1</sup> )	0.	ranking WCY: < 30º	ranking WCY: < 25º

n.a.: não aplicável

## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã

### 5.2. 10+1 prioridades para a sustentabilidade



#### O Plano Integrado para a Ciência e Tecnologia na Região Autónoma dos Açores

"Em Junho de 2005, o Governo Regional dos Açores aprovou em sede de Conselho de Governo o Plano Integrado para a Ciência e Tecnologia (PICT), um instrumento estratégico elaborado pela Direcção Regional da Ciência e Tecnologia, constituído por um conjunto de sete programas específicos destinados à dinamização dos diferentes sectores da actividade científica e tecnológica e à promoção da Sociedade da Informação e do Conhecimento.

O PICT vai ao encontro dos objectivos definidos na Estratégia de Lisboa (2000) e reforçados no Conselho Europeu de Barcelona (2002), potenciando a investigação científica e tecnológica de excelência ao criar condições para o incremento do número de pessoas que praticam uma actividade científica de elevada qualidade em instituições bem financiadas, bem geridas e bem avaliadas. Neste contexto, visa garantir a estabilidade e o desenvolvimento das Unidades de I&D e de outras infra-estruturas científicas (Programa INCA), incentivar a realização de projectos prioritários e essenciais ao desenvolvimento sustentável da Região (Programa INCITA), promover a formação qualificada e o emprego científico através da atribuição de bolsas (Programa FORMAC), apoiar a divulgação da cultura científica e tecnológica (Programa CITECA), estimular o estabelecimento de parcerias entre instituições de I&D, empresas e autoridades públicas, consubstanciando sólidas infra-estruturas tecnológicas (Programa PRICE) e dinamizar as tecnologias de informação e da comunicação no sentido de garantir o desenvolvimento de uma verdadeira Sociedade do Conhecimento e da Informação (Programa PRATICA), em particular no que se refere aos cidadãos portadores de deficiência ou com necessidades educativas especiais (Programa CIDEF).

O Sistema Científico e Tecnológico Regional (SCTR), caracterizado numa base de dados criada especificamente para o efeito, engloba: (1) instituições de investigação acreditadas na Fundação para a Ciência e Tecnologia, ou em vias de acreditação, nas mais diversas áreas disciplinares das Ciências do Mar, Ciências da Saúde, Ciências da Terra e do Espaço, Ciências da Engenharia e Tecnologias, Ciências Agrárias, Economia e Gestão; (2) infra-estruturas tecnológicas; (3) centros de divulgação da cultura científica e tecnológica; e (4) centros dedicados às novas tecnologias da informação e da comunicação.

A implementação do PICT e o desenvolvimento do SCTR assentam em financiamentos programados ao nível do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, basicamente complementados com verbas afectas à Ciência e Tecnologia no âmbito do Programa para o Desenvolvimento Económico e Social dos Açores (PRODESA), do Programa Operacional para a Sociedade do Conhecimento (POSC) e da Iniciativa Comunitária INTERREG IIIB Açores, Madeira, Canárias. Aumentar o investimento em investigação e desenvolvimento (I&D), o emprego científico e o acesso às novas tecnologias de informação e comunicação são os principais indicadores físicos do PICT, elementos essenciais para elevar os níveis de competitividade, com reflexos no crescimento económico e no bem-estar social."

João Luís Gaspar

Director Regional da Ciência e Tecnologia

Direcção Regional da Ciência e Tecnologia / Secretaria Regional da Educação e Ciência



#### Gerir para a qualidade no contexto empresarial açoriano

"Só há um caminho a trilhar: gerir para a qualidade. Criando estruturas empresariais adaptadas aos objectivos da empresa, admitindo quadros com formação adequada, providenciando formação para os trabalhadores, implementando efectivos sistemas de gestão de qualidade e exigindo quadros legais consentâneos com a nova realidade. Ainda é imperioso abandonar o individualismo inibidor da competência, potenciando a capacidade de intervenção pela efectivação de parcerias e crescendo pela fusão e aquisição de outras empresas".

Albano Moniz Furtado

Presidente da AICOPA (Associação dos Industriais de Construção e Obras Públicas dos Açores)



## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã

### 5.2. 10+1 prioridades para a sustentabilidade



#### Reforçar competências para os desafios da competitividade regional

"O reforço da produtividade e competitividade do tecido empresarial regional passa, não só pela estimulação da modernização empresarial através do incentivo ao investimento de inovação e de estratégia competitiva das empresas, mas também pela dinamização e valorização das infra-estruturas regionais de apoio às empresas nos domínios Tecnológico, Formativo e da Qualidade.

O desenvolvimento sustentável e o reforço da competitividade a prazo do tecido empresarial regional, como forma de potenciar o desenvolvimento económico da Região, impõem, entre outros, a valorização dos seguintes factores críticos de sucesso: a promoção de actividades de assistência tecnológica empresarial e o desenvolvimento de projectos de I&D empresarialmente orientados; a dinamização das infra-estruturas regionais, acreditadas no âmbito do Sistema Português de Qualidade, designadamente, os laboratórios regionais que actuam nos domínios de ensaio e calibração; e o reforço e a adequação das qualificações e competências dos recursos humanos, face às necessidades das empresas e organizações da envolvente empresarial.

Importa pois dotar as instituições de interface e assistência empresarial regionais das competências necessárias à afirmação da sua intervenção na criação de dinâmicas favoráveis a uma resposta mais efectiva, aos desafios de competitividade sustentável do tecido empresarial regional."

Sancha Santos

INOVA - Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores



#### A sinergia Indústria/Universidades

"São condições relevantes para o desenvolvimento as seguintes prioridades:

- promover as parcerias entre as Universidades e as Empresas ao nível das PME;
- incentivar a criação de empresas com recursos partilhados de base tecnológica em ambiente universitário;
- promover o reconhecimento e a valorização dos currículos académicos também em função do trabalho de investigação ao serviço das empresas;
- envolver o sector empresarial na discussão dos currículos universitários;
- promover o recurso aos estágios como forma de aumentar a interacção e a partilha de conhecimentos.

A engenharia na indústria e nos serviços como factor de criação de valor:

- a aposta em modelos de desenvolvimento baseados no reduzido custo do factor de mão-de-obra não pode ser uma opção para Portugal face à nova dimensão da União Europeia e, principalmente, face aos novos protagonistas da economia mundial;
- os casos de sucesso de empresas que apostaram na engenharia portuguesa como factor de inovação tecnológica e de diferenciação, tanto ao nível dos produtos como dos processos, puseram em evidência a sua qualidade, potencial e contributo determinantes para o desenvolvimento;
- a implementação dos modelos de gestão mais exigentes potenciam significativamente a intervenção da Engenharia, traduzindo-se em ganhos de produtividade e melhorias da qualidade;
- as estratégias de diferenciação baseadas na qualidade ganham eficácia acrescida nos produtos e serviços quando associados a marcas."

Excerto das conclusões do XV Congresso da Ordem dos Engenheiros

"A Importância da Engenharia na Competitividade"

Lisboa, 21-22 de Outubro de 2004

**Nota:** o XVI Congresso da Ordem dos Engenheiros realiza-se nos Açores (Ponta Delgada), em Outubro de 2006

## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã

### 5.2. 10+1 prioridades para a sustentabilidade

#### 5. O património cultural, social e religioso é o espírito da Região

A actividade cultural da Região tem-se notabilizado ao longo da história do povoamento dos Açores e constitui um património que importa identificar e proteger, tornando-o acessível às novas gerações. A **intervenção cívica** tem sido verificada em áreas tradicionais - artes plásticas, literatura, história, arquitectura - bem como em diversos domínios das ciências sociais, humanas e naturais ou, ainda, em áreas de *interface* - jornalismo, música e dança,

artesanato. Acresce, ainda, o espaço rural humanizado, portador de **paisagens culturais e sociais** com uma identidade própria, combinando tradição e modernidade (e.g.: paisagem da vinha na ilha do Pico, gastronomia, enologia). Num outro registo, a **religiosidade** dos açorianos, enquadrada pela sua noção de espaço e insularidade, tem constituído uma matriz de espiritualidade e compromisso social de forte expressão nos Açores.

#### Objectivos gerais

- **Inventariação** do património cultural e edificado, implementação de **programas de valorização** do património construído e classificado (beneficiando a recuperação de edifícios em vez de nova construção) e apoio a actividades que fomentem a preservação de **valores e expressões culturais**, tendo em conta o seu papel como vectores estratégicos para promover a identidade açoriana;
- Promoção de um **núcleo de eventos culturais** de qualidade, preferencialmente dinamizados com sociedades locais de cultura e recreio, que favoreça o intercâmbio inter-ilhas e com o exterior;
- Consideração dos **recursos culturais** como elementos complementares dos recursos naturais e económicos da Região, potenciando o seu contributo para o emprego e a competitividade externa (e.g.: turismo vs. património arqueológico subaquático).

#### Articulação com a análise SWOT (2003)

**Pontos fortes:** diferenciação do património cultural

**Pontos fracos:** emigração, conservadorismo

**Oportunidades:** imigração, investimento estrangeiro

**Ameaças:** extinção de sectores tradicionais, concorrência aos produtos regionais, descaracterização cultural

#### Articulação com os objectivos da ENDS 2005-2015

1. Preparar Portugal para a "Sociedade do Conhecimento"
6. Um Papel Activo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional

#### Indicadores de avaliação (proposta de SRIDS)

Taxa de alunos por docente

2015

n.a.

2030

n.a.

Propõem-se, no contexto deste eixo prioritário, as seguintes metas para indicadores do *World Competitiveness Yearbook (WCY)*:

Indicador	Situação de referência	Meta 2015	Meta 2030
<b>Coesão social</b> (inquérito: a coesão social é uma prioridade para o Governo Regional?)	n.a.	ranking WCY: < 25º	ranking WCY: < 20º
<b>Discriminação</b> (inquérito: a discriminação (racial, religiosa, de género, ...) é significativa nos Açores?)	n.a.	ranking WCY: < 5º	ranking WCY: < 5º
<b>Valores sociais</b> (inquérito: os valores da sociedade açoriana promovem a competitividade?)	n.a.	ranking WCY: < 35º	ranking WCY: < 25º
<b>Sistema educativo</b> (inquérito: o sistema educativo é adequado para uma economia competitiva?)	n.a.	ranking WCY: < 35º	ranking WCY: < 25º

n.a.: não aplicável

## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã

### 5.2. 10+1 prioridades para a sustentabilidade



#### "A batalha contra as pedras negras da ilha"

"... já quando os homens chegaram pela primeira vez à ilha, a encontraram rasa de pedra, que fora fogo vomitado pelos vulcões; pedras colossais, amontoadas a esmo, à semelhança das que se vêem soltas por cima dos calhaus e dos penhascos da costa; pedra miúda, burgalhau, campinas e campinas de burgalhau. Àquela primeira visão deviam os homens sentir-se pequeninos, esmagados, apavorados - e talvez, braços pendentes e cabeça curvada, se abandonassem ao conformismo das lágrimas. Sós se encontravam que o Mundo se esquecera deles.

- Ainda hoje - lamentava-se João Peixe-Rei - o governo do reino só se alembra da gente para mandar arrecadar as dízimas. - E continuava: - Mas os desgraçados ergueram a fonte. Eram homens. Sucumbiriam - mas combatendo, braços entesados e mãos crispadas, a grande batalha contra as pedras negras da ilha. Estarraçaram, escavacaram, removeram, abriram caminhos - e a terra começou a surgir!"

Dias de Melo

in Pedras Negras, 2ª edição, Veja Lda. Lisboa, 1985



#### Mitologias culturais e insulares

"...só pode ser coisa de fé dizer-se que uma ilha tenha sido obra de Deus ou do Diabo. O juízo do sobrenatural das ilhas é sempre um outro e bem curioso do olhar. O dos seus mitos, também. Se não forem científico-geográficos os olhares que procedem da alma, decerto que serão poéticos ou religiosos, ou míticos. Mas há um misticismo típico que decide sempre entre a ideia de Deus e a mão canhota do Diabo, quanto ao atributo sobrenatural de cada ilha. Ele nasce e prolifera entre outras mitologias culturais e insulares, consoante a forma, a beleza, o grau de benignidade ou malignidade do clima, a vida e a fortuna. Numa palavra: tudo nas ilhas depende dos homens, mesmo quando eles nelas se resignam à virtude de imaginar."

João de Melo

in Açores: o segredo das ilhas. Publicações D. Quixote, Lisboa, 2000



#### Preservar a cultura dos Açores

"Toda a cultura popular evolui e reflecte as condições do seu meio. As condições específicas com que os Açores se inseriram na globalização contemporânea ajudam-nos a compreender a preservação de tradições e actos culturais cujas origens se perdem na Idade Média e que já desapareceram noutras longitudes, fazendo dos Açores a parcela do território nacional - e talvez do nível europeu - com maior riqueza e profundidade cultural. O Culto do "Espírito Santo" foi escolhido a justíssimo título como o principal símbolo dos Açores, não conhecendo eu no mundo inteiro algo de tão extraordinário, de tão belo, de tão rico em humanidade, de tão utópico como o "Espírito Santo". Independentemente da decisão que sobre o assunto vier a ser tomada, o Culto do "Espírito Santo" é património da humanidade e todo o responsável político, seja qual for o nível a que se situar, tem o dever de o respeitar e contribuir para a sua preservação (...)."

Paulo Casaca

Deputado no Parlamento Europeu



#### Inventário do Património Imóvel dos Açores

O **Inventário do Património Imóvel dos Açores (IPIA)** é um projecto de natureza cultural e científica, lançado e financiado pela Direcção Regional da Cultura e executado pelo IAC - Instituto Açoriano de Cultura.

Tem por objectivo inventariar os exemplares mais significativos do património construído no território açoriano. Para o efeito, compreende basicamente três acções: a selecção, a identificação e a caracterização das espécies que reúnem em si os atributos que justificam a sua inventariação.

A selecção é feita por uma equipa de terreno, coordenada por uma equipa de consultores de áreas que compreendem a história, a arquitectura, o património e a antropologia, seguindo critérios pré-estabelecidos, mas aferidos caso a caso no que respeita ao valor patrimonial, histórico, arquitectónico, tipológico, urbanístico, paisagístico, arqueológico, simbólico, etc.

A identificação faz-se pela marcação da localização das espécies em cartografia adequada através de um número sequencial correspondente à sua posição na ordem das espécies inventariadas. A caracterização, por sua vez, faz-se através do preenchimento de uma ficha de caracterização e dos seus anexos gráficos e fotográficos, em suporte informático.

A exigência e o rigor aconselharam o estabelecimento do concelho como unidade territorial individualizadora do inventário, sendo, deste modo, o IPIA integrado por 19 inventários concelhios.

O IPIA decorre desde 1998, estando neste momento já inventariados os concelhos de S. Roque, Lajes e Madalena (ilha do Pico), Corvo (ilha do Corvo), Horta (ilha do Faial), Praia da Vitória (ilha Terceira), Vila do Porto (ilha de Sta. Maria), Ribeira Grande e Nordeste (ilha de S. Miguel), Lajes e Santa Cruz (ilha das Flores) e Santa Cruz da Graciosa (ilha Graciosa).

Mais informações em [www.inventario.iacultura.pt](http://www.inventario.iacultura.pt)

informação disponibilizada por: Jorge Augusto Paulus Bruno  
Presidente da Direcção do IAC - Instituto Açoriano de Cultura e  
Coordenador do Inventário do Património Imóvel dos Açores

## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã

### 5.2. 10+1 prioridades para a sustentabilidade

#### 6. A sustentabilidade energética como exemplo do saber açoriano

As **fontes de energia renováveis** poderão cobrir cerca de 40% das necessidades de energia nos Açores até 2010. As condições naturais oferecem potencialidades únicas para a competitividade e uso deste tipo de energia, em especial a **geotérmica**, ainda que também as restantes energias possam ter viabilidade (hídrica, eólica, biomassa, dos oceanos e do hidrogénio). Em algumas ilhas pode mesmo antecipar-se uma futura integração de aproveitamentos resultantes de diferentes recursos, no sentido de uma forte autonomia energética. A questão das energias renováveis também deve ser considerada no esforço internacional

conducente à minimização de impactes e à adopção de medidas de adaptação face à problemática das Alterações Climáticas e aos seus possíveis impactes em zonas costeiras. Assim, o uso extensivo de energias renováveis é uma clara oportunidade para a Região construir um sector com afirmação internacional e, contribuindo para as metas nacionais referentes ao cumprimento do Protocolo de Quioto, pode ser perspectivado como símbolo do seu **compromisso ambiental**.

##### Objectivos gerais

- Reforço da sustentabilidade insular através da disseminação do uso de **fontes de energias renováveis**, no quadro de um mercado de energia competitivo e no respeito pela fiabilidade, segurança e qualidade do serviço;
- Constituição de um Centro de Excelência com **capacidade internacional** na área das energias renováveis, concretizando parcerias entre a empresa pública Electricidade dos Açores, a Agência Regional da Energia e a Universidade dos Açores;
- Promoção da **eficiência energética passiva** nos usos urbanos e industriais e da aplicação de **instrumentos indirectos de regulação** da procura (e.g.: incentivos financeiros e fiscais), bem como do uso das linhas de transporte de energia para o transporte de outros sinais de comunicação.

##### Articulação com a análise SWOT (2003)

**Pontos fortes:** potencial energético endógeno

**Pontos fracos:** descontinuidade geográfica, multiplicação de infra-estruturas, dependência económica

**Oportunidades:** financiamentos comunitários, investimento estrangeiro, acordos internacionais, redes de investigação científica

**Ameaças:** riscos naturais e antropogénicos

##### Articulação com os objectivos da ENDS 2005-2015

2. Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética

3. Melhor Ambiente e Valorização do Património Natural

##### Indicadores de avaliação (proposta de SRIDS)

	2015	2030
Consumo de energia <i>per capita</i>	< 2 000 kWh·hab <sup>-1</sup>	< 2 000 kWh·hab <sup>-1</sup>
Consumo de energia proveniente de FER	> 45%	> 75%
Intensidade energética	< 0,05 TEP·10 <sup>3</sup> ·€ <sup>-1</sup> de PIB	< 0,05 TEP·10 <sup>3</sup> ·€ <sup>-1</sup> de PIB

Propõem-se, no contexto deste eixo prioritário, as seguintes metas para indicadores do *World Competitiveness Yearbook (WCY)*:

Indicador	Situação de referência	Meta 2015	Meta 2030
Infra-estruturas energéticas (inquérito: as infra-estruturas energéticas são adequadas e eficientes nos Açores?)	n.a.	ranking WCY: < 25º	ranking WCY: < 10º
Dissociação entre consumo de energia e crescimento económico (crescimento do PIB - crescimento do consumo de energia (%))	n.a.	>1% / ranking WCY: < 30º	> 4% / ranking WCY: < 20º
Importação energética (energia importada relativamente à exportação de produtos em € (%))	n.a.	< 8% / ranking WCY: < 30º	< 5% / ranking WCY: < 20º
Custo da electricidade para utilizadores industriais (€·kWh <sup>-1</sup> )	n.a.	ranking WCY: < 30º	ranking WCY: < 20º

n.a.: não aplicável

## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã

### 5.2. 10+1 prioridades para a sustentabilidade



#### Perspectivas para a sustentabilidade energética da Região Autónoma dos Açores

"O Arquipélago dos Açores, pela sua condição ultraperiférica, isolado das grandes redes de energia eléctrica e com a sua população dispersa por nove ilhas, encontra-se profundamente desprotegido da flutuação do preço do petróleo e penalizado pelos elevados custos de transporte. Assim, o aproveitamento dos recursos energéticos renováveis endógenos reveste-se de uma dupla importância pelo seu carácter "amigo do ambiente" e pelo seu contributo para o incremento da autonomia energética dos Açores. Contudo, sabendo-se que os transportes e os edifícios são responsáveis pela maior parte dos consumos de energia primária e que os combustíveis fósseis continuam a predominar no abastecimento em energia primária, os Açores têm que continuar a reforçar a sua aposta na eficiência energética, combatendo a irracionalidade e o desperdício, e na promoção do uso das energias renováveis. Importa, no sector dos edifícios, reduzir o consumo, minimizando as necessidades energéticas, integrando energias renováveis e maximizando a eficiência de conversão da energia primária, de que é exemplo a utilização de lâmpadas de alta eficiência. Por seu turno, para além do incentivo ao uso de veículos mais eficientes, importa estudar todas as possibilidades de aplicar energias alternativas no sector dos transportes. Por último, há que continuar a apostar no principal recurso energético endógeno, a geotermia, que, para além da produção de electricidade, poderá, a confirmar-se as potencialidades do hidrogénio nos transportes, ser o mais indicado recurso para a sua produção. No entanto, não podem ser descurados outros recursos, embora de menor expressão, como, por exemplo, a biomassa e a energia solar, sobretudo para aquecimento de água (AQS), cujo potencial importa ser avaliado e aproveitado."

Catarina Furtado / Teófilo Braga

ARENA - Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma dos Açores



#### O papel do sector energético na estratégia de desenvolvimento regional

"O sector da Energia é transversal a qualquer estratégia de desenvolvimento de uma região. No caso Açoriano, as dificuldades inerentes ao sistema eléctrico obrigam ao aproveitamento da mais valia que é a existência de Potencial Energético Endógeno (com recursos geotérmicos, hídricos, eólicos ou de biomassa). A EDA (Electricidade dos Açores) tem procurado determinar e acompanhar com os seus investimentos, nos sectores da produção renovável e da qualidade da energia, a cada instante, os limites técnicos e de viabilidade económica de penetração de Energias Renováveis nos sistemas. Os projectos em curso e calendarizados para os próximos anos nas áreas geotérmicas, hídricas e eólicas saturam, na fase actual da tecnologia, a penetração renovável possível em várias ilhas. A autonomia energética da Região e a competitividade no mercado da energia eléctrica passam também por, assegurando a preservação ambiental, e por se utilizarem eficientemente os recursos energéticos existentes em cada ilha, quer num nível mais tradicional como a energia eólica ou hídrica quer numa melhor valorização energética dos resíduos sólidos urbanos e da biomassa ou no aproveitamento de baixa entalpia dos fluidos geotérmicos. A viabilidade económica e a necessidade de assegurar a competitividade para a produção de electricidade consegue-se criando sinergias à volta das infra-estruturas a construir, p.e., recursos hídricos geridos de forma integrada, com a componente de geração hidroeléctrica abordada como valorização energética e não como consumidor de água, devendo essa integração ser efectuada na fase de concepção do projecto, possibilitando o uso a jusante do aproveitamento; criação de redes de calor entre as centrais geotérmicas e aglomerados habitacionais ou industriais utilizadores; construção das redes de distribuição eléctrica preparadas para uma produção dispersa, quer por FER conhecidas, quer para tecnologias em desenvolvimento (micro produção distribuída). É importante manter-se o apoio político e de financiamento comunitário aos projectos de infra-estruturas ou de tecnologia inovadora conjugado com a criação de pólos de investigação na região, conciliando o conhecimento científico com as dificuldades, oportunidades e experiência de um produtor de energia eléctrica."

José Monteiro da Silva

Conselho de Administração (1998-2005)

EDA - Electricidade dos Açores, S.A.

## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã

### 5.2. 10+1 prioridades para a sustentabilidade

#### 7. Os riscos geológicos e tectónicos podem ser minimizados

Os Açores encontram-se numa zona de elevado **perigo sísmico**, mas não é inevitável que os impactes decorrentes da sua ocorrência sejam catastróficos, afectando a segurança de pessoas e bens. O aspecto fulcral é, reconhecidamente, a redução da **vulnerabilidade** e o aumento da **capacidade de resposta** em termos de eficácia dos meios de alerta e protecção civil. Para o primeiro factor, em especial nos riscos sísmicos, concorre a necessidade de uma fiscalização técnica sistemática, que garanta o uso de materiais adequados e a aplicação de boas práticas de construção. No caso de outros tipos de riscos naturais também

presentes na Região (e.g.: fenómenos hidrológicos extremos, movimentos de massas, erosão costeira) importa reduzir a vulnerabilidade, dado que os seus efeitos nefastos são ampliados pelas ineficiências do ordenamento do território. Em contrapartida, o conhecimento na gestão de riscos e o domínio técnico-científico em diversas áreas (e.g.: experiência de reabilitação e reforço de património construído, singularidades geológicas, aproveitamentos geotérmicos) podem servir a valorização (difusão) internacional dos recursos geológicas e vulcanológicos da Região, assim como das instituições que neles se focalizam.

#### Objectivos gerais

- Reforço da **prevenção** e promoção da **construção anti-sísmica** em edificações e infra-estruturas básicas;
- Garantia da disponibilidade de recursos de **contingência** e meios de **emergência** em caso de acidentes;
- Condicionamento do **planeamento e ordenamento do território** pela prevenção de riscos geológicos e outros riscos naturais, no sentido da minimização de eventuais danos ambientais, económicos e sociais.

#### Articulação com a análise SWOT (2003)

**Pontos fortes:** a análise SWOT elaborada com base nos contributos dos *workshops* não identifica pontos fortes directamente relacionados com este eixo de actuação

**Pontos fracos:** isolamento, descontinuidade geográfica, multiplicação de infra-estruturas

**Oportunidades:** financiamentos comunitários, acordos internacionais, redes de investigação científica

**Ameaças:** assimetrias intra e inter-regionais, riscos naturais e antropogénicos, transposição legislativa desajustada

#### Articulação com os objectivos da ENDS 2005-2015

3. Melhor Ambiente e Valorização do Património Natural

Indicadores de avaliação (proposta de SRIDS)	2015	2030
Orla Costeira com Planos de Ordenamento	80% em vigor	100% em vigor
Perdas humanas e materiais devido a desastres naturais e antropogénicos	n.a.	n.a.
Planos de emergência (para acidentes com substâncias perigosas / planos municipais)	> 12 / 19	> 40 / 19

Propõem-se, no contexto deste eixo prioritário, as seguintes metas para indicadores do *World Competitiveness Yearbook (WCY)*:

Indicador	Situação de referência	Meta 2015	Meta 2030
Manutenção e desenvolvimento de infra-estruturas (inquérito: a manutenção e desenvolvimento de infra-estruturas é adequadamente planeada e financiada nos Açores?)	n.a.	ranking WCY: < 40º	ranking WCY: < 30º

n.a.: não aplicável

## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã

### 5.2. 10+1 prioridades para a sustentabilidade



#### Geologia e desenvolvimento sustentável nos Açores: fonte de recursos a explorar

"O peculiar enquadramento geológico do arquipélago, e nomeadamente o vulcanismo, permite explicar a ocorrência de emergências de águas minerais e termais à superfície. Esta ocorrência, cujas características são descritas desde o povoamento, é indicativa da existência de sistemas hidrotermais em profundidade. Desta forma, é possível identificar a geotermia de baixa e alta entalpia como um recurso endógeno, renovável, cujas virtualidades são várias, desde a produção de energia eléctrica ao aquecimento de estufas. Outras actividades decorrentes da existência destes fluidos, e já com raízes históricas nos Açores, são o engarrafamento de águas e o termalismo, este último entendido num sentido genérico, que engloba a utilização da água para o lazer, e apontam a necessidade de incrementar os investimentos nesta área, desde que se promova a protecção das origens e os caudais a captar sejam ajustados.

Para além destes recursos hidrominerais e hidrotermais, o meio geológico dos Açores proporciona recursos minerais não metálicos, sendo um exemplo de longa data a exploração de argilas na ilha de Santa Maria. O desenvolvimento da actividade extractiva, que deve, no entanto, ser adequadamente sustentada na vertente ambiental, poderá criar valor económico a curto e médio prazo, mas propõe-se que se proceda a investimentos no sentido de procurar novos materiais, que não só os necessários para a construção civil no arquipélago. Como exemplo, referem-se algumas argilas, como a bentonite, material de maior valor acrescentado e cuja ocorrência já foi apontada no arquipélago. Mais uma vez se alerta para a necessidade de proceder a uma inventariação criteriosa dos recursos geológicos nos Açores, com a participação da comunidade científica, de forma a poder de alguma forma potenciar o desenvolvimento regional, sem susceptibilizar o ambiente, e dar um impulso à criação de novas áreas de negócio relacionadas com estas matérias-primas, ao longo de todo o ciclo de vida que lhes é inerente."

José Virgílio Cruz

Director Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos

Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos / Secretaria Regional do Ambiente e do Mar



#### O planeamento como instrumento de minimização de riscos

"A história dos Açores está marcada por desastres naturais associados à acção da água, como são o caso de Vila Franca do Campo (em 22 de Outubro de 1522, foi abalada por um violento sismo que provocou diversos movimentos de massa, um dos quais afectou um monte saturado de água, localizado a montante da vila, tendo este movimento provocado a destruição quase total das habitações e a morte de cerca de 5000 pessoas), ou os casos mais recentes, como os registados na Ponta da Fajã, ilha das Flores, pela madrugada do dia 18 de Dezembro de 1987; na Ribeira Quente em 31 de Outubro de 1997 (onde 29 pessoas perderam a vida); na ilha de São Jorge, a 23 de Abril de 2003 (uma derrocada obstruiu a estrada de acesso à Fajã dos Cubres). Os desastres naturais infligem elevadas perdas económicas aos países, sendo que nos países mais pobres estas representam uma fatia muito significativa do seu PIB.

São estas matérias que devem estar sempre presentes na mente de quem tem responsabilidades na gestão da água. Se, por um lado, há que assegurar o abastecimento de água, com qualidade e em quantidade, a todos os cidadãos e às demais actividades dela dependentes, por outro, há que prevenir e mitigar os efeitos nefastos que esta possa produzir. Para se assegurar estes objectivos, a implementação dos instrumentos de planeamento são a medida mais adequada."

Rui Coutinho

Departamento de Geociências

Universidade dos Açores

## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã

### 5.2. 10+1 prioridades para a sustentabilidade



#### **Ordenamento do Território na Região Autónoma dos Açores**

"As prioridades em Ordenamento do Território nos Açores, equacionadas de forma muito genérica, prendem-se, em primeiro lugar, com a necessidade de aprovar e implementar a panóplia de instrumentos presentemente em fase de elaboração. Nomeadamente os Planos Directores Municipais (PDM) que apresentam um período de elaboração médio superior a dez anos, o que, em termos de processo, é manifestamente contraproducente. A segunda prioridade consiste na disponibilização de informação de apoio ao planeamento, sem a qual se inviabiliza a formulação de modelos realistas, adequados às tendências sociais e dinâmicas territoriais do arquipélago. Em terceiro lugar, a formação técnica especializada, revela-se indispensável no combate às insuficiências de recursos humanos, que condicionam largamente a prática de Planeamento. Por último, devem ser apontadas as grandes questões relacionadas com a organização institucional e adaptação legislativa.

O passado recente do Ordenamento do Território nos Açores e os desafios que se vislumbram no futuro parecem indicar que se atravessa um momento crítico para a consolidação das políticas territoriais aos vários níveis de intervenção. Na viragem do milénio, identificaram-se sinais inequívocos de transição e o surgimento de oportunidades que levam a acreditar na instauração de uma dinâmica irreversível do planeamento regional. Os progressos ainda há pouco alcançados necessitam agora de aprofundamento, competindo às instituições que lideram o processo dar indicações claras, aos diferentes sectores da sociedade e à própria administração, que se caminha na afirmação dos princípios que presidem à correcta ocupação do espaço e à gestão sustentável dos recursos naturais.

Atendendo à quantidade de instrumentos de gestão territorial actualmente em elaboração (mais de meia centena), alguns em momentos terminais do processo de aprovação, torna-se evidente que as expectativas são altas, mas as dúvidas também subsistem, quanto à verdadeira capacidade de operacionalizar, monitorizar e de compatibilizar todos estes planos, com escalas, conteúdos e âmbitos de actuação diferenciados.

Como é óbvio, só com um corpo técnico treinado, com meios e tecnologias modernizadas, com uma estrutura institucional forte e preparada para lidar com as dificuldades próprias do planeamento, se poderá pensar que esta dinâmica terá as repercussões desejadas."

João Porteiro / Helena Calado

Centro de Informação Geográfica e Planeamento Territorial  
Universidade dos Açores



## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã

### 5.2. 10+1 prioridades para a sustentabilidade

#### 8. Pensar globalmente, decidir regionalmente e agir localmente

A realidade é muito clara quanto à desigualdade de poder e equidade a nível mundial, demonstrando que a **perspectiva transnacional** é necessária, mesmo quando os problemas são aparentemente locais. As soluções para os actuais desafios mundiais podem beneficiar de uma cidadania global e solidária (na perspectiva da valorização da interculturalidade, do investimento e consumo socialmente responsáveis e do comércio justo). Neste contexto, a Região Autónoma dos Açores deverá assumir o seu envolvimento no esforço de implementação da *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável*, sem descurar a resolução da

distribuição assimétrica dos custos e benefícios do modelo de crescimento regional pelas **diferentes ilhas**. Por outro lado, reconhece-se que é a **acção a nível local** que desencadeia o arranque de um processo de desenvolvimento sustentável, procurando resolver-se os problemas concretos que condicionam e moldam a qualidade de vida. Nesse quadro, é essencial a eficácia dos serviços desconcentrados da Administração Regional e o forte envolvimento das Câmaras Municipais e das Juntas de Freguesia, assim como de todas as associações cívicas.

#### Objectivos gerais

- Cumprimento dos **compromissos internacionais** em matéria de desenvolvimento sustentável, incrementando as ligações de cooperação externa do Governo Regional e das Autarquias;
- Preservação/valorização das oportunidades, especificidades e assimetrias **inter-ilhas**, atenuando as fragilidades locais;
- Implementação de **Agendas 21 Locais**, valorizando o seu papel como elemento determinante para garantir o empenhamento dos municípios e o sucesso dos processos de desenvolvimento sustentável.

#### Articulação com a análise SWOT (2003)

**Pontos fortes:** posição geoestratégica

**Pontos fracos:** isolamento

**Oportunidades:** acordos internacionais, redes de investigação científica

**Ameaças:** assimetrias intra e inter-regionais

#### Articulação com os objectivos da ENDS 2005-2015

5. Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território

6. Um Papel Activo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional

#### Indicadores de avaliação (proposta de SRIDS)

	2015	2030
Implementação de Agendas 21 Locais	> 80% dos municípios	100% dos municípios

Propõem-se, no contexto deste eixo prioritário, as seguintes metas para indicadores do *World Competitiveness Yearbook (WCY)*:

Indicador	Situação de referência	Meta 2015	Meta 2030
Sustentabilidade (inquérito: o desenvolvimento sustentável é uma prioridade assumida nos Açores?)	n.a.	ranking WCY: < 25º	ranking WCY: < 15º
Infra-estruturas de distribuição (inquérito: as infra-estruturas de distribuição de bens e serviços são geralmente eficientes nos Açores?)	n.a.	ranking WCY: < 30º	ranking WCY: < 20º
Municípios com Galardão EcoXXI [não incluído no WCY] (% municípios)	n.a.	> 80%	100%

n.a.: não aplicável

## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã

### 5.2. 10+1 prioridades para a sustentabilidade



#### O papel da Administração na sustentabilidade regional e local

"É necessário dedicar uma atenção especial à actuação da Administração no território. Os diversos níveis de Administração, com as competências que lhe são inerentes, devem prosseguir funções de gestão que se revelem imprescindíveis, pois cada vez mais é necessário a assunção de novas atitudes, na medida em que o futuro é necessariamente incerto e depende da capacidade de previsão.

A actuação pública deve incorporar o conceito de gestão territorial e urbana como elemento dinamizador do território, liderando processos de desenvolvimento activo. Nesta perspectiva os instrumentos de gestão territorial são a base de sustentação e de suporte para a intervenção da Administração do território.

Todavia, as oportunidades de intervenção e os objectivos visados traduzem uma atitude pró-activa perante as questões ambientais, de ordenamento do território e de desenvolvimento sustentável. A existência de uma política de ordenamento do território integrada numa política de ambiente, apoiada no planeamento, permite obter uma referência de sustentabilidade do espaço ecológico e atenuar os efeitos de conflito existentes entre o ambiente e o desenvolvimento socio-económico, na medida em que viabiliza a integração dos factores ambientais, sociais e económicos em todas as intervenções com repercussões no uso do território, considerando que estes têm igual preponderância. Deste modo, não existem limites absolutos ao desenvolvimento, na medida em que cada forma de desenvolvimento tem os seus próprios limites. A função principal do processo de planeamento é oferecer alternativas ao modelo vigente, ampliando os seus limites. Assim, caracterizada a vocação do território, isto é, estabelecidas as suas bases de ordenamento, torna-se necessário actuar de forma a que não se limitem as opções para o futuro, mas, pelo contrário, se aumentem as oportunidades do território regional, no respeito pela sua aptidão, de acordo com a distribuição dos recursos, com as características de cada espaço e com as implicações sociais e territoriais de cada actividade. Podemos, ainda, referir que a atractividade e a qualidade dos espaços urbanos, a organização do sistema urbano, a sua dotação de infra-estruturas e equipamentos e a existência de actividades económicas devem estar orientadas no pressuposto do desenvolvimento harmónico do território.

Por outro lado, podemos afirmar que as melhores oportunidades de progresso social e económico poderão ser alcançadas se se souber tirar partido dos recursos naturais, das paisagens e dos espaços urbanos e do seu património cultural, que constituem importantes fontes de riqueza, enquanto factores importantes de singularidade e de competitividade.

No entanto, o modelo territorial resulta de um esforço colectivo. A vitalidade da sociedade é um factor determinante no êxito da evolução do território. A gestão do território deve ser, assim, participada para ser eficaz, sendo necessário criar sistemas de participação entre a Administração e a Sociedade Civil para levar a cabo novas iniciativas, definir prioridades e orientar a acção territorial. Contudo, a participação da Sociedade exige que esta disponha da informação necessária.

É, assim, necessário avançar por um caminho que permita ganhar agilidade e dar respostas adequadas a situações caracterizadas por rápidas mutações, nas quais o exercício da cidadania e a participação dos diversos agentes são componentes essenciais para a sustentabilidade da gestão do território."

Rui Monteiro da Câmara Pereira

Director de Serviços do Ordenamento do Território

Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos / Secretaria Regional do

Ambiente e do Mar



#### Unir o disperso e aglutinar traços de identidade

"A Região Autónoma dos Açores, enquanto unidade territorial, tem que ser mais importante do que apenas a soma individual das suas parcelas (ilhas). Paradoxalmente, para concretizar esse desiderato é fundamental que a estratégia de desenvolvimento regional considere as especificidades de cada uma das ilhas (no que diz respeito, por exemplo, aos aspectos demográficos e às suas actividades económicas características e/ou predominantes). Em suma, é necessário ter em consideração as potencialidades e fragilidades de cada ilha, identificando a forma mais eficiente de promover o seu desenvolvimento e minimizar as assimetrias regionais (historicamente potenciadas pelo posicionamento geográfico, pelas condicionantes naturais, pela dimensão territorial ou, simplesmente, pelo acaso que interferiu no povoamento das diferentes ilhas açorianas). Este tem que ser um pressuposto basilar do desenvolvimento regional, pela via da valorização do meio natural e da conservação do património, respeitando a realidade de cada uma das ilhas e fomentando a participação da sociedade num processo que, afinal, é de todos.

Neste contexto, o desafio que cabe a cada um de nós, enquanto cidadãos açorianos, é o de estarmos empenhados, responsável e conscientemente, na promoção de um debate informativo constante nos círculos sociais em que desenvolvemos o nosso dia-a-dia, um debate destinado à alma e à capacidade crítica dos açorianos. Um debate que reafirme a Autonomia como representação de todas as parcelas de um território, "unificando o disperso e aglutinando traços de identidade" de modo a abrir as portas do entendimento da Autonomia a todos, para que todos possam senti-la de perto e como coisa sua. Porque é a intervenção à escala local que catalisa a redução das assimetrias sociais e económicas das diferentes freguesias e concelhos dos Açores.

Felizmente, há sempre quem procure o real sentido da Autonomia colectiva pela história de uma Região, onde "tantas e tantas vezes se fez Portugal" ou pela cultura de um povo que já deu provas fartas da sua universalidade."

Hermenegildo Galante

Gabinete do Secretário Regional da Presidência

## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã

### 5.2. 10+1 prioridades para a sustentabilidade



#### **ECOXXI um galardão de sustentabilidade ambiental para os municípios**

A Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE) promove desde 2005 o Projecto ECOXXI, que pretende contribuir para a aferição de indicadores de desenvolvimento sustentável a nível municipal, bem como para o reconhecimento do esforço desenvolvido na implementação de medidas pró-ambientais (com especial ênfase na educação ambiental) por parte das autarquias. Assim, através da análise da situação de cada município através de um sistema de 24 indicadores (cujas agregação permite calcular o Índice ECOXXI, expresso em percentagem), pretende atribuir-se o **Galardão ECOXXI** aos municípios que atinjam um valor superior a 50% do Índice ECOXXI. Este galardão consiste numa Bandeira e num Certificado que atesta a qualidade de Eco-Município.

Desta forma, o ECOXXI tem como objectivos:

- motivar os municípios para a importância do seu papel como parceiros e como agentes do processo de educação ambiental formal e não formal;
- envolver os municípios no apoio à implementação de programas de educação ambiental;
- sensibilizar os municípios para a importância da parceria com os projectos escolares no âmbito da implementação da Agenda 21 Local;
- sensibilizar os municípios para uma maior integração das preocupações ambientais nas políticas municipais;
- reconhecer as iniciativas/políticas em desenvolvimento no concelho, em prol do ambiente;
- contribuir para o aparecimento das Agendas 21 Locais;
- contribuir para a elaboração de indicadores de sustentabilidade local.



#### **"Projecto Millennium" da Organização das Nações Unidas**

A Organização das Nações Unidas (ONU) promove desde 2002 o "Projecto Millennium", que pretende estabelecer um plano de acção concreto para fazer face às situações de extrema pobreza, fome e doença que afectam biliões de pessoas em todo o mundo, materializando os designados "Objectivos de Desenvolvimento do Milénio".

Um dos objectivos enquadrados por este Projecto é o cumprimento da meta de cooperação internacional estabelecida desde 1970 pelos países membros da ONU (e até hoje apenas cumprido por Dinamarca, Luxemburgo, Holanda, Noruega e Suécia), que consiste na afectação de 0,7% do rendimento nacional dos países desenvolvidos para acções de cooperação com países pobres e menos desenvolvidos.

## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã

### 5.2. 10+1 prioridades para a sustentabilidade

#### 9. As práticas de governação devem aproximar-se dos cidadãos

Um estado de direito e uma justiça célere e eficiente, aliadas a **novas práticas** de governação baseadas nos princípios de abertura, participação e responsabilização, devem permitir renovar a confiança nas entidades públicas, empresas e organizações não governamentais. O progressivo alheamento, por parte dos cidadãos, da intervenção política e social representa um sinal da insuficiente percepção da utilidade prática do seu empenhamento e da sua desconfiança perante as instituições. A implementação de um processo de desenvolvimento sustentável pode ser muito

útil para reverter esta situação, na medida em que concretiza um **envolvimento** nos processos de tomada de decisão. Enquanto componentes dos sistemas de governação, as instituições (o "quarto pilar" da sustentabilidade) devem liderar/promover a mudança e assegurar a participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão, tendo simultaneamente em conta um objectivo de desburocratização dos procedimentos administrativos que permita agilizar e credibilizar a própria função institucional.

#### Objectivos gerais

- Promoção de **princípios de desenvolvimento sustentável nas políticas públicas e privadas**, assegurada por um procedimento de avaliação regular com recurso a indicadores para a sustentabilidade, acessíveis ao público;
- Aplicação de **mecanismos de avaliação de desempenho** por parte da administração pública, baseados em objectivos relacionados com o desenvolvimento de competências e com a atitude pessoal, de forma a valorizar a qualidade, as boas práticas e a recompensa do mérito;
- Dignificação da Justiça e do restante modelo de Administração Regional, consolidada pela cultura da responsabilidade, da credibilidade e da eficácia, ou seja, pela **excelência do serviço ao cidadão**.

#### Articulação com a análise SWOT (2003)

**Pontos fortes:** a análise SWOT elaborada com base nos contributos dos *workshops* não identifica pontos fortes directamente relacionados com este eixo de actuação

**Pontos fracos:** conservadorismo, reduzida formação técnica

**Oportunidades:** redes de investigação científica

**Ameaças:** a análise SWOT elaborada com base nos contributos dos *workshops* não identifica ameaças directamente relacionadas com este eixo de actuação

#### Articulação com os objectivos da ENDS 2005-2015

1. Preparar Portugal para a "Sociedade do Conhecimento"
4. Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social
7. Uma Administração Pública mais Eficiente e Modernizada

#### Indicadores de avaliação (proposta de SRIDS)

	2015	2030
Entidades Certificadas	<b>Série ISO 9000:</b> > 20% do universo empresarial	<b>Série ISO 9000:</b> > 50% do universo empresarial
	<b>Série ISO 14000:</b> > 15% do universo empresarial	<b>Série ISO 14000:</b> > 45% do universo empresarial
	<b>Série OHSAS 18000:</b> > 15% do universo empresarial	<b>Série OHSAS 18000:</b> > 45% do universo empresarial
	<b>Série SA8000:</b> > 15% do universo empresarial	<b>Série SA8000:</b> > 45% do universo empresarial
Absentismo eleitoral	< 30%	< 15%

Propõem-se, no contexto deste eixo prioritário, as seguintes metas para indicadores do *World Competitiveness Yearbook (WCY)*:

Indicador	Situação de referência	Meta 2015	Meta 2030
Evasão fiscal (inquérito: a evasão fiscal prejudica significativamente a economia nos Açores?)	n.a.	ranking WCY: < 30º	ranking WCY: < 20º
Transparência dos procedimentos públicos (inquérito: a transparência das políticas governamentais é satisfatória nos Açores?)	n.a.	ranking WCY: < 20º	ranking WCY: < 10º
Justiça (inquérito: o sistema judicial açoriano é eficiente?)	n.a.	ranking WCY: < 30º	ranking WCY: < 20º
Burocracia dos procedimentos administrativos (inquérito: a burocracia dos procedimentos administrativos prejudica seriamente a economia açoriana?)	n.a.	ranking WCY: < 30º	ranking WCY: < 20º

n.a.: não aplicável

## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã

### 5.2. 10+1 prioridades para a sustentabilidade



#### Envolvimento na decisão e celeridade na acção da Administração Pública açoriana

"Nos termos constitucionais, a soberania reside no Povo e é em nome deste que os Governos exercem a sua autoridade. Assim, a legitimidade para governar radica nos eleitores e não nos eleitos. Estas premissas não podem, nem devem, ser esquecidas pelos titulares dos cargos políticos e, se assim for, as práticas políticas dos Governos só podem resultar da interpretação do interesse colectivo. O interesse colectivo impõe, muitas vezes, tomar medidas e agir contra interesses individuais, ou até corporativos, acção apropriada desde que seja efectuada com equidade e fundamento. Mas, provavelmente, o que cada vez mais se exige, é que as decisões que afectam os cidadãos sejam precedidas de debate e a participação prévia dos parceiros sociais, de forma a que todas as partes interessadas se sintam envolvidos na decisão. No fundo, uma governação para os cidadãos, mesmo e sobretudo quando estes são atingidos pelas decisões. Em paralelo, uma justiça forte e independente, mas acessível e célere nas decisões que ao cidadão e às empresas dizem respeito, constitui um outro vector essencial para a modernização da Administração Pública açoriana e um elemento estratégico que, de forma consistente, urge dinamizar ou reforçar onde necessário."

Ricardo Rodrigues  
Deputado na Assembleia da República



#### Convivência política e cívica entre o Estado e a sociedade na Região Autónoma dos Açores

"Como sabemos, o desenvolvimento sustentável é um processo holístico e relacional que envolve o Estado, mas que depende, crucialmente, das contribuições dos cidadãos. A convivência política e cívica destas entidades entre si, e a sua relação dinâmica (crítica) com o Estado, contribui para a criação de um processo vital de feedback, ou seja, a avaliação contínua da pertinência das políticas adoptadas e a sua relevância. A meu ver, tudo isto contribui para a estruturação cultural de um conceito de interdependência democrática que é essencial para a adopção de um projecto de desenvolvimento sustentável. Na minha opinião, os Açores encontram-se numa situação privilegiada para promover o desenvolvimento sustentável. Julgo que podemos aplicar produtivamente muitos dos fundos estruturais neste domínio, por exemplo, na diversificação e modernização tecnológica, o que permitiria uma maior capacidade de transformação e aprendizagem e uma maior facilidade em manter padrões consistentes de qualidade. De facto, podemos usar os fundos de que dispomos para apoiar aqueles que decidam optar pela diversificação e por um projecto de desenvolvimento sustentável. Contudo, é imperativo convencer os agentes económicos que um projecto de desenvolvimento sustentável não é contrário aos seus interesses económicos. Julgo que aqui a capacidade dos nossos governantes de adoptar um discurso empírico e lúcido será determinante. A primeira tarefa crucial será a de explicar detalhadamente os méritos de uma estratégia de desenvolvimento sustentável."

Ezequiel Silva  
The London School of Economics and Political Science



#### As práticas de governação como factor de desenvolvimento dos Açores

"Uma das áreas pouco perspectivadas é a da governação. A própria discussão da Constituição Europeia trará uma nova arquitectura entre a governação europeia, nacional, regional e local. Por outro lado, a Europa começa a ser suficientemente grande para haver outras interações como são as regiões ultraperiféricas ou a Ibéria.

A relação entre governos, eleitos e eleitores vai mudar e essa mudança será uma oportunidade de desenvolvimento para os Açores, desde que bem enquadrada. Não podemos estar distantes dos palcos de decisão, porque isso seria uma perspectiva redutora."

Carlos de Andrade Botelho  
Economista



#### Iniciativas de aproximação da Administração Pública Regional ao Cidadão

No contexto de desenvolvimento de acções e projectos conducentes a uma maior aproximação da Administração Pública Regional ao Cidadão e de uma tendência generalizada para a massificação das novas tecnologias de informação e comunicação, destacam-se na Região Autónoma dos Açores duas iniciativas que prestam serviços próximo das populações, assentes em critérios de qualidade, rapidez e comodidade:

- a **Rede Integrada de Apoio ao Cidadão (RIAC)**, cujo modelo de funcionamento abrange quatro pólos fundamentais: os Postos de Atendimento ao Cidadão (PAC), um Centro de Contactos (CC), um Centro de Processamento de Informação (CPI) e as Entidades de Retaguarda (ER). Para além destes pólos de funcionamento, a RIAC disponibiliza uma página na Internet, com um vasto leque de conteúdos informativos inerentes aos serviços prestados no seu âmbito: <http://www.riac.gov.pt>
- o **Portal do Cidadão**, que pretende facilitar o cumprimento das obrigações e usufruto dos direitos dos Cidadãos e das Empresas, de forma simplificada, segura e conveniente, proporcionando uma racionalização e uma gestão integrada de canais não presenciais, de forma articulada com os Organismos do Estado. Este Portal está disponível em: <http://www.azores.gov.pt>

## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã

### 5.2. 10+1 prioridades para a sustentabilidade

#### 10. Os Açores devem estar no centro da Europa, perto da América e com a Macaronésia

A distância geográfica e o isolamento são das fragilidades mais acentuadas nas zonas insulares. No entanto, os actuais meios e facilidades de permuta de informação e conhecimento podem permitir não apenas minimizar as "ameaças" que essa fragilidade encerra (e.g.: concorrência), mas também promover a oportunidade de valorização da diferença e das singularidades "ultraperiféricas". Em consequência, a ligações das empresas regionais às congéneres nacionais e a integração numa comunidade europeia progressivamente mais vasta - assim como o reforço da **cooperação**

com a diáspora açoriana, com a comunidade norte-americana e com as regiões constituintes da Macaronésia - afiguram-se como elementos estratégicos para a dinâmica do tecido regional. Esta rede de conhecimento deve permitir a construção de **sinergias** para o desenvolvimento de projectos com *massa crítica*, mais criativos, diferentes e competitivos.

#### Objectivos gerais

- Manutenção de uma **base tecnológica de comunicação** avançada, potenciadora de serviços de conhecimento e agente de serviços de extensão empresarial, cultural e social;
- Desenvolvimento da **mobilidade** e das **acessibilidades** de transportes inter-ilhas e com o exterior, reconhecendo-se a capacidade de transporte aéreo como um dos maiores estrangulamentos ao desenvolvimento da Região;
- Minimização da fragmentação territorial desenvolvendo **parcerias** e **acções de cooperação** em rede (*networking*) no seio da própria Região e com entidades externas.

#### Articulação com a análise SWOT (2003)

**Pontos fortes:** posição geoestratégica

**Pontos fracos:** sistema de transportes, isolamento, descontinuidade geográfica, reduzida formação técnica

**Oportunidades:** imigração, financiamentos comunitários, investimento estrangeiro, acordos internacionais, redes de investigação científica

**Ameaças:** assimetrias intra e inter-regionais

#### Articulação com os objectivos da ENDS 2005-2015

5. Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território

6. Um Papel Activo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional

#### Indicadores de avaliação (proposta de SRIDS)

Taxa de acesso à internet

2015

> 70%

2030

100%

Propõem-se, no contexto deste eixo prioritário, as seguintes metas para indicadores do *World Competitiveness Yearbook (WCY)*:

Indicador	Situação de referência	Meta 2015	Meta 2030
Tecnologias de comunicação <small>(inquérito: as tecnologias de comunicação disponíveis nos Açores satisfazem as necessidades actuais?)</small>	n.a.	ranking WCY: < 30º	ranking WCY: < 20º
Utilização de telefones móveis <small>(nº utilizadores·10<sup>-3</sup>·hab<sup>-1</sup>)</small>	n.a.	ranking WCY: < 15º	ranking WCY: < 15º
Qualidade do transporte aéreo <small>(inquérito: a qualidade do transporte aéreo promove o desenvolvimento empresarial nos Açores?)</small>	n.a.	ranking WCY: < 40º	ranking WCY: < 30º
Cooperação tecnológica <small>(inquérito: a cooperação tecnológica é significativa entre empresas nos Açores?)</small>	n.a.	ranking WCY: < 25º	ranking WCY: < 20º

n.a.: não aplicável

## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã

### 5.2. 10+1 prioridades para a sustentabilidade



#### O papel estratégico dos Açores nas relações transatlânticas

"A relação de cooperação e parceria preferencial que os Açores mantêm com os Estados Unidos da América há mais de 50 anos, por via dos comumente chamados Acordos das Lajes, é o reconhecimento efectivo de que o posicionamento geoestratégico do arquipélago é uma das suas mais-valias principais.

Geograficamente situados no coração do Atlântico, entre dois dos principais actores globais contemporâneos - os Estados Unidos e a União Europeia - os Açores têm contribuído decisivamente para a definição dos desígnios estratégicos da política externa portuguesa e para o reforço da capacidade negocial de Portugal a nível internacional, até porque a interligação entre a geografia física e a geografia política é inelutável.

No âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), da União Europeia ou mesmo no quadro da ligação entre Portugal e as ex-colónias atlânticas, a Região confere a Portugal um papel reforçado enquanto nação indispensável nos arranjos de segurança e cooperação que se estabeleçam entre as duas margens do Atlântico, com peso específico e voz própria na definição das linhas de actuação do chamado bloco Ocidental.

A história recente tem demonstrado com relativa evidência que é sobretudo do ponto de vista da Defesa e da Segurança que a localização estratégica dos Açores tem sido valorizada, nomeadamente no que diz respeito à utilização da Base Aérea das Lajes pela Força Aérea norte-americana. Aquela infra-estrutura tem-se revelado, por diversas vezes, fundamental para a projecção de forças americanas para os diferentes palcos de conflito, com especial enfoque, nos tempos mais recentes, para o Médio Oriente, funcionando simultaneamente como posto avançado de apoio ao esforço militar dos Estados Unidos.

Embora o Acordo presentemente em vigor - Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos, assinado a 1 de Junho de 1995 - tenha deixado de assentar numa lógica rentista ou desenvolvimentista, passando a adoptar um modelo cooperativo com base em projectos sectoriais, continua a ser inegável que a presença norte-americana na Região se reveste de grande importância para os Açores, quer pelos seus impactos económicos, directos e sobretudo indirectos, quer pelo seu significado político. Contudo, e tendo em atenção as novas apostas de desenvolvimento da Região, bem como a dinâmica crescente do processo de interacção económica global, é inevitável e desejável que a vocação transatlântica do arquipélago se faça notar também a outros níveis. Neste sentido, o rápido crescimento verificado no sector do Turismo, o reforço da oferta no sector da organização de eventos de âmbito internacional, as especificidades do sistema fiscal próprio da Região, assim como a consciência política da importância da captação de investimento externo, parecem indiciar que no próximo futuro os Açores podem aliar à componente estratégica uma significativa componente económica."

André Bradford

Gabinete do Presidente - Assessoria para a Cooperação Externa  
Presidência do Governo da Região Autónoma dos Açores



#### O teletrabalho como factor de desenvolvimento regional

"Uma área [as novas tecnologias] onde os Açores se podem afirmar como região pioneira no país e atrair investimentos não só importantes geradores de riqueza mas, também, impulsionadores do crescimento das empresas e, por conseguinte, da economia açoriana. Nesta matéria o teletrabalho acaba por entroncar naturalmente na aposta tecnológica regional. Num arquipélago repartido por nove ilhas justifica-se, agora mais que nunca, investir também no teletrabalho. Uma área em franco desenvolvimento em outros países e com resultados muito favoráveis."

Paulo Simões

Director Editorial da publicação 100 maiores empresas dos Açores 2004



#### Cooperação no contexto da transferência de tecnologia e da política de concorrência

"(...) ficou mais claro um conjunto de aspectos, nomeadamente que a competitividade é essencial para promover o crescimento da Europa. Mas é apenas um dos objectivos da Estratégia de Lisboa, tão importante como a coesão e o ambiente. Depois, importa clarificar a relação entre a política de concorrência e as ajudas de Estado. Em terceiro lugar, importa clarificar as regras nos acordos de transferências de tecnologia e auxílios à investigação e desenvolvimento, sobretudo quando estão em causa pequenas e médias empresas. Em quarto lugar, importa clarificar a articulação dos instrumentos financeiros ligados ao Protocolo de Quioto com impacto ao nível das empresas com a política de concorrência. Em quinto lugar, é essencial a rápida adaptação dos novos Estados-Membros à política de concorrência. Em sexto lugar, é bem-vinda uma articulação estreita entre a política de concorrência e a política de comércio internacional, quer a nível multilateral, no quadro da Organização Mundial do Comércio, quer a nível bilateral com os principais parceiros (...)."

Elisa Ferreira

Sessão Plenária do Parlamento Europeu  
21 de Fevereiro de 2005

## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã

### 5.2. 10+1 prioridades para a sustentabilidade

#### 10 + 1. Das palavras à acção

Uma vez consolidados os conceitos, analisadas as principais características da situação actual, discutidas as opções a concretizar no futuro e estabelecidas as prioridades de actuação, atinge-se aquele que é o desafio mais complexo de qualquer processo de desenvolvimento: a **implementação** da estratégica definida e a avaliação dos resultados obtidos<sup>3</sup>.

De facto, é evidente que a sustentabilidade não se esgota na definição de modelos de desenvolvimento, sendo dependente da garantia de implementação. Por esse motivo, a operacionalização do processo de desenvolvimento sustentável constitui uma tarefa prioritária e o envolvimento (comprometimento) da administração pública é essencial para uma visão estratégica partilhada por todos os agentes da sociedade. Nesse sentido, importa avaliar, tendo a Qualidade e a Excelência como desígnios para a Região, os instrumentos de política que tenham sido desenvolvidos e, por essa via, detectar eventuais sectores para os quais se justifique um reforço de planeamento estratégico. Este deve ser o passo inicial para a implementação das prioridades equacionadas nos Estudos de Base, uma vez que Região possui já um conjunto de planos, programas e políticas que importa considerar sob este ponto de vista. Neste sentido, o **Quadro 5.1** apresenta uma abordagem à potencial contribuição dos diferentes instrumentos para as prioridades sugeridas pelos Estudos de Base.

Para que seja possível a implementação das estratégias, é necessário que este conjunto de instrumentos (e outros que entretanto se produzam) traduza a integração dos respectivos objectivos programáticos mas, também, a definição de meios, prazos e recursos a alocar, assim como as responsabilidades de implementação acordadas entre os vários agentes de desenvolvimento (administração regional, associações políticas, associações profissionais, ONG, empresas, cidadãos, ...). Por outro lado, a monitorização é necessária para aferir o cumprimento de metas e estabelecer as eventuais medidas de ajuste/correção. Um modelo transparente de avaliação é, assim, essencial para analisar o grau de cumprimento do *processo para a sustentabilidade*, concebido como um modelo cíclico de planeamento, implementação, avaliação e revisão.

Caberá a um **Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável** a abordagem operacional a este desafio. Nesse contexto, apresenta-se no próximo Capítulo um conjunto de propostas para o procedimento de elaboração desse plano.

(3) Deve reafirmar-se, neste contexto, que o âmbito dos Estudos de Base não contempla a definição de estratégias para atingir os objectivos anteriormente propostos.



## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã

### 5.2. 10+1 prioridades para a sustentabilidade

#### Prioridades Estratégicas (10+1)

- |  |  |
|--|--|
| 1. O investimento prioritário é nas pessoas                              | 6. A sustentabilidade energética como exemplo do saber açoriano  |
| 2. Uma economia regional baseada em vantagens competitivas               | 7. Os riscos geológicos e tectónicos podem ser minimizados   |
| 3. A componente ambiental é o factor de diferenciação nuclear dos Açores | 8. Pensar globalmente, decidir regionalmente e agir localmente   |
| 4. O conhecimento e a inovação são instrumentos de Valor                 | 9. As práticas de governação devem aproximar-se dos cidadãos   |
| 5. O património cultural, social e religioso é o espírito da Região      | 10. Os Açores devem estar no <i>centro</i> da Europa, <i>perto</i> da América e <i>com</i> a Macaronésia |

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<b>Instrumentos de Caracterização e Diagnóstico</b>										
Relatório do Estado do Ambiente nos Açores 2001 (REA 2001)			■	■		■		■	■	■
Relatório do Estado do Ambiente nos Açores 2003 (REA 2003)			■	■		■		■	■	■
Relatório do Estado do Ordenamento do Território nos Açores 2001 (REOT-A 2001)			■	■		■	■	■	■	■
Relatório do Estado do Ordenamento do Território nos Açores 2003 (REOT-A 2003)			■	■		■	■	■	■	■

#### Instrumentos de Gestão Sectorial e Territorial

Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos (PERSUA)			■					■		
Plano Estratégico de Resíduos Industriais e Especiais (PERIEA)		■	■					■		
Plano Estratégico de Resíduos Hospitalares dos Açores (PERHA)			■					■		
Plano Regional da Água (PRA)	■	■	■	■				■		
Plano Regional do Ordenamento do Território (PROTA)		■	■			■	■	■		
Programa Operacional de Recuperação Ambiental das Lagoas (PORAL)		■	■					■		
Plano Sectorial da Rede Natura 2000		■	■					■		
Planos de Gestão de Áreas Marinhas		■	■					■		
Planos de Ordenamento da Bacia Hidrográfica de Lagoas (POBHL)		■	■					■	■	
Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC)	■	■	■		■		■	■	■	
Plano Regional de Protecção Civil	■						■	■		
Plano Regional da Habitação	■				■		■	■		
Plano Regional de Emprego	■	■		■				■		■
Plano Regional de Saúde	■							■		
Plano Operacional de Marketing para o Turismo da RAA	■	■				■		■		
Plano de Ordenamento Turístico da RAA	■	■						■		
Plano de Desenvolvimento Rural para a RAA	■	■						■		

#### Instrumentos de Gestão Económica e Financeira

Orientações de Médio Prazo 2005-2008	■	■	■	■	■	■	■	■		■
Programa Operacional para o Desenvolvimento Económico e Social dos Açores 2000-2006 (PRODESA)	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Fundo de Coesão	■	■	■	■	■	■	■		■	■
Ações Inovadoras para a Região Autónoma dos Açores (PRAI Açores)	■	■		■	■	■			■	
INTERREG III B		■	■	■				■	■	■

■ Contribuição directa      ■ Contribuição indirecta

#### Quadro 5.1

Potencial contribuição dos principais instrumentos estratégicos e/ou operacionais para a implementação de prioridades sugeridas para a Região Autónoma dos Açores

## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã

### 5.2. 10+1 prioridades para a sustentabilidade



#### Condições para o sucesso das políticas e instituições a longo prazo

"(...) Recorrendo à teoria e à evidência dos processos de desenvolvimento, podemos enumerar uma lista (...) geral que determina o sucesso das políticas e instituições a longo prazo: estabilidade macroeconómica, elevado grau de abertura da economia, mercados eficientes e sem grandes distorções, recursos humanos com elevado nível de educação, desenvolvimento da excelência tecnológica, da investigação e da inovação, administração pública qualificada, sólida e estável, Estado de Direito com Justiça independente na garantia dos direitos e boa execução dos contratos. Isto parece o essencial da boa governação, que garante o desenvolvimento das nações. O ponto a prevenir, porém, é que para assegurar estas funções não existe um só modelo de economia de mercado."

Vitor Constâncio  
1º Congresso da Democracia  
11 de Novembro de 2004



#### Algumas breves reflexões sobre o desenvolvimento regional...

**Universidade** - A ligação da Universidade à sociedade, nomeadamente na divulgação de tecnologias e na publicação de trabalhos úteis seria muito bem vinda. Na minha opinião, a Universidade podia ser um instrumento de promoção do Desenvolvimento muito mais robusto. Pode promover, por exemplo, congressos internacionais nos Açores sobre áreas como o acto médico à distância ou ainda sobre as fontes hidrotermais, ou seja, temas avançados para especialistas que pudessem trazer uma maior notoriedade à nossa Região. Já ao nível da economia, o estudo e a discussão internacional do desenvolvimento insular ou de sistemas de indicadores de desenvolvimento regional em território descontinuo seriam áreas bem vindas.

A discussão das vantagens competitivas e a criação de valor de pequenas regiões não é um assunto muito estudado pela ciência económica desenvolvida nas grandes universidades americanas e inglesas, que equacionam mais os problemas do mundo do que de uma ilha. Este era seguramente um tema que podia contribuir para o alinhamento de políticas de desenvolvimento de regiões como os Açores.

**Transportes** - As viagens curtas de avião são um luxo e os luxos não são baratos. Se houvesse um maior número de operadores, a quota de mercado repartia-se e os custos aumentavam; se o mercado fosse livre apareciam operadores para fazer os percursos São Miguel / Terceira / Faial e o resto seria deixado ao transporte marítimo. Se o que se pretende é transporte aéreo barato, trata-se de negociar com a UE e subsidiar o passageiro. Nem sempre a liberalização responde bem à questão do preço. Já há apoios ao transporte marítimo e ao transporte rodoviário (cujo mal é ser um oligopólio com intervenção do Estado que devia ser reconsiderado rapidamente).

**Saúde** - O grande problema da saúde nos Açores é a prevenção e os cuidados primários de apoio à família. Este problema resolve-se simplesmente contratando mais médicos de família, de forma a atingir uma relação de 1 médico por 2 500 habitantes. Se isto acontecesse, já não haveria uma solicitação tão grande de especialistas porque a prevenção seria posta em prática.

Existem apoios para a fixação de médicos, mas não são eficazes, verificando-se mesmo que alguns concursos não têm candidatos. O que se passa é que há uma grande falta de médicos em

Portugal e uma desproporção muito grande entre especialidades hospitalares e médicos de família. Enquanto assim for, todos os que podem acabam por fazer uma especialidade. A real solução para o problema imediato é abrir concursos a que possam concorrer médicos de outros países europeus e que se criem condições para eles aprenderem português (o que poderia ser conseguido com o apoio da Universidade dos Açores).

**Empresas** - Para aceder aos sistemas de incentivos têm sido criadas muitas empresas que só existem por essa razão. Bastava alterar as regras dos fundos comunitários para que tal fenómeno deixasse de ocorrer e se desse um fenómeno de fusões. Em todas as estratégias a opção por tecnologias avançadas deve ser promovida. A criação de empresas com produção desmaterializada evita os problemas de escala e de distância.

**Energia** - A racionalidade energética nem sempre é traduzida pela redução do consumo de energia eléctrica, sendo necessário conhecer o que se passa em simultâneo com as restantes energias. O que interessa é aumentar o produto por unidade de energia. Se, por exemplo, assentarmos o nosso sistema de transportes públicos numa espécie de metro de superfície com vários trajectos, passaríamos a ter maior consumo de electricidade (produzida por centrais com maior rendimento energético assentes, por exemplo, em geotermia) e menor recurso a combustíveis fósseis. É um caso em que o aumento do consumo de electricidade não era mau.

Por fim, refira-se que o desenvolvimento sustentável devia ser alvo de um relatório bienal sobre a execução de medidas tendentes a obter resultados concretos. Na área social (educação, saúde, segurança social, habitação), na área económica (economia - transportes, comércio, indústria e energia, recursos da terra - agricultura e florestas, recursos do mar - pescas, infra-estruturas) e na área ambiental (ordenamento do território, ambiente, transportes, agricultura, indústria e energia). Este relatório devia fazer uma leitura da evolução e do impacto das medidas. Por exemplo, o que foi feito na área dos transportes para reduzir a poluição? Em que medida a habitação teve em conta o ordenamento do território e a economia?"

Carlos de Andrade Botelho  
Economista

## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã

### 5.3. Concretizar intenções: da teoria à prática

Pretende-se que **Qualidade** seja o conceito-chave que traduza a implementação de um **desenvolvimento sustentável** na Região Autónoma dos Açores, objectivo partilhado por toda a sociedade açoriana. Neste sentido, a componente final dos Estudos de Base concretiza uma proposta de linha de orientação para a elaboração de um PLANO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES (PReDSA). O PReDSA não será, de forma nenhuma, o passo mais significativo para a operacionalização das prioridades mas traduzirá, formalmente, o compromisso político da Região para o desígnio da **sustentabilidade**.

#### 5.3.1. A elaboração do PReDSA

O PLANO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL congregará o conjunto de programas associados ao processo de desenvolvimento sustentável na Região Autónoma dos Açores. A trave mestra do PReDSA deverá assentar na articulação dos vários instrumentos de política existentes ou a desenvolver na Região, ajustando as estratégias de execução e espelhando uma visão comum nos programas de medidas. Para esse efeito, o PReDSA deverá desenvolver-se a dois níveis e contemplará uma linha transversal de ligação, conforme seguidamente enunciado:

- A **estratégia de desenvolvimento sustentável** apresentará uma visão partilhada do futuro desejado e do modelo de desenvolvimento a seguir, definindo linhas de orientação e objectivos;
- O **programa de implementação** traçará o processo de análise, revisão e uniformização progressiva dos planos estratégicos e/ou operacionais, concretizando os objectivos específicos, a afectação de recursos, a programação e, em paralelo, o estudo de viabilidade económica da estratégia.

A implementação do PReDSA assume o processo de **participação pública** como eixo transversal, presente em todas as fases de forma desconcentrada e descentralizada, importando que a componente programática valorize o estabelecimento de parcerias com a sociedade civil<sup>4</sup>.

(4) Um processo de participação pública encontrará opiniões discordantes relativamente a diferentes opções de desenvolvimento. A identificação das expectativas e das representações sociais veiculadas pelos cidadãos não deve procurar as "ideias certas" em detrimento das "ideias pouco ajustadas" ao desenvolvimento sustentável. Importa mais compreender que tipo de contextos sociais justificam as opiniões transmitidas, aferindo interesses e opções que, com certeza, ilustram formas legítimas de ver, ser e estar no mundo. Todas as diferentes representações ilustram contextos de vivência que reportam a condições e posições sociais inquestionavelmente legítimas. Assim, quando se trata de aferir a sustentabilidade de propostas e planos, é muito provável que alguns dos interesses envolvidos possam colidir. Reconhecendo este desafio, as entidades envolvidas na promoção da sustentabilidade devem compreender os contextos sociais (e sectoriais) que estarão na base da opinião dos públicos envolvidos, visando a concertação das divergências identificadas através de metodologias de gestão de conflitos e geração de consensos utilizadas em contextos da democracia deliberativa. Uma base de trabalho que encare o desenvolvimento sustentável como um processo eminentemente local, um verdadeiro exercício de cidadania, é a única que torna possível esta perspectiva.



## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã

### 5.3. Concretizar intenções: da teoria à prática

O conteúdo proposto para o PReDSA pode ser representado esquematicamente pela **Figura 5.1**.

Para os **trabalhos de elaboração** do PReDSA, estimados em cerca de **12 meses**, propõe-se a constituição de uma **Equipa de Missão** de dimensão reduzida. Esta Equipa de Missão deve reflectir valências políticas e técnicas, representando os vários quadrantes políticos. Os elementos com perfil político deverão ser individualidades reconhecidas, de forma a permitir um apoio abrangente e uma maior aceitação pública do processo e dos respectivos resultados. Neste contexto, propõe-se que os trabalhos sejam desenvolvidos segundo as etapas representadas nas **Figuras 5.2 e 5.3**.

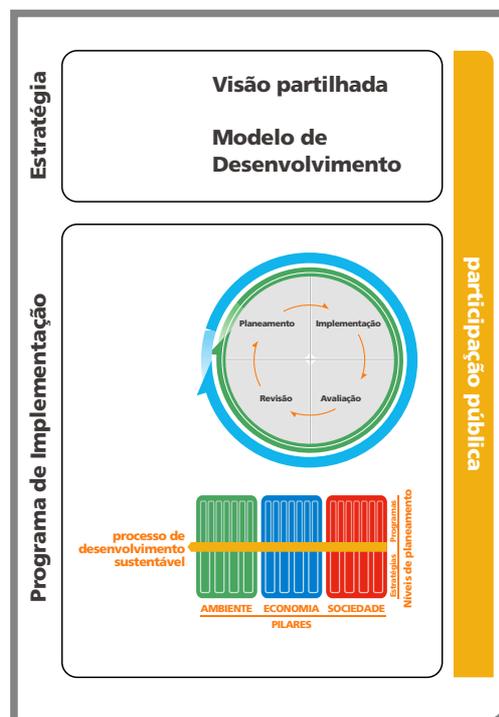


#### Convenção de Aarhus

A 25 de Junho de 1998 é aprovada a **Convenção sobre Acesso à Informação, Participação Pública na Tomada de Decisões e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais**. A denominada **Convenção de Aarhus**, da qual Portugal e a Comunidade Europeia são signatários, entrou em vigor em Outubro de 2001\* e reconhece que um desenvolvimento sustentável apenas pode ser alcançado com o envolvimento de todos os agentes e partes interessadas (*stakeholders*) no processo, conferindo-lhes três direitos fundamentais:

1. Direito à informação, facultando-se um rápido e inteligível acesso à informação e ao conhecimento em moldes que permitam uma correcta apreensão;
2. Direito à participação, estabelecendo-se os mecanismos necessários para um exercício de cidadania adequado, facilitando assim a sua posterior aplicação nos planos e projectos;
3. Direito ao acesso à justiça, assegurando-se a adequação nos procedimentos administrativos e judiciais, incluindo os mecanismos facilitadores de consulta, revisão ou recurso a tribunais e outras entidades independentes.

\* Portugal procedeu à ratificação da Convenção de Aarhus pelo Decreto do Presidente da República n.º9/2003, de 25 de Fevereiro, sendo o texto oficial incluído na Resolução da Assembleia da República n.º11/2003, da mesma data. A conclusão do processo de ratificação ocorreu em 9 de Junho de 2003, através do depósito do correspondente instrumento legal nas Nações Unidas.



**Figura 5.1**  
Conteúdo funcional do PReDSA

## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã

### 5.3. Concretizar intenções: da teoria à prática

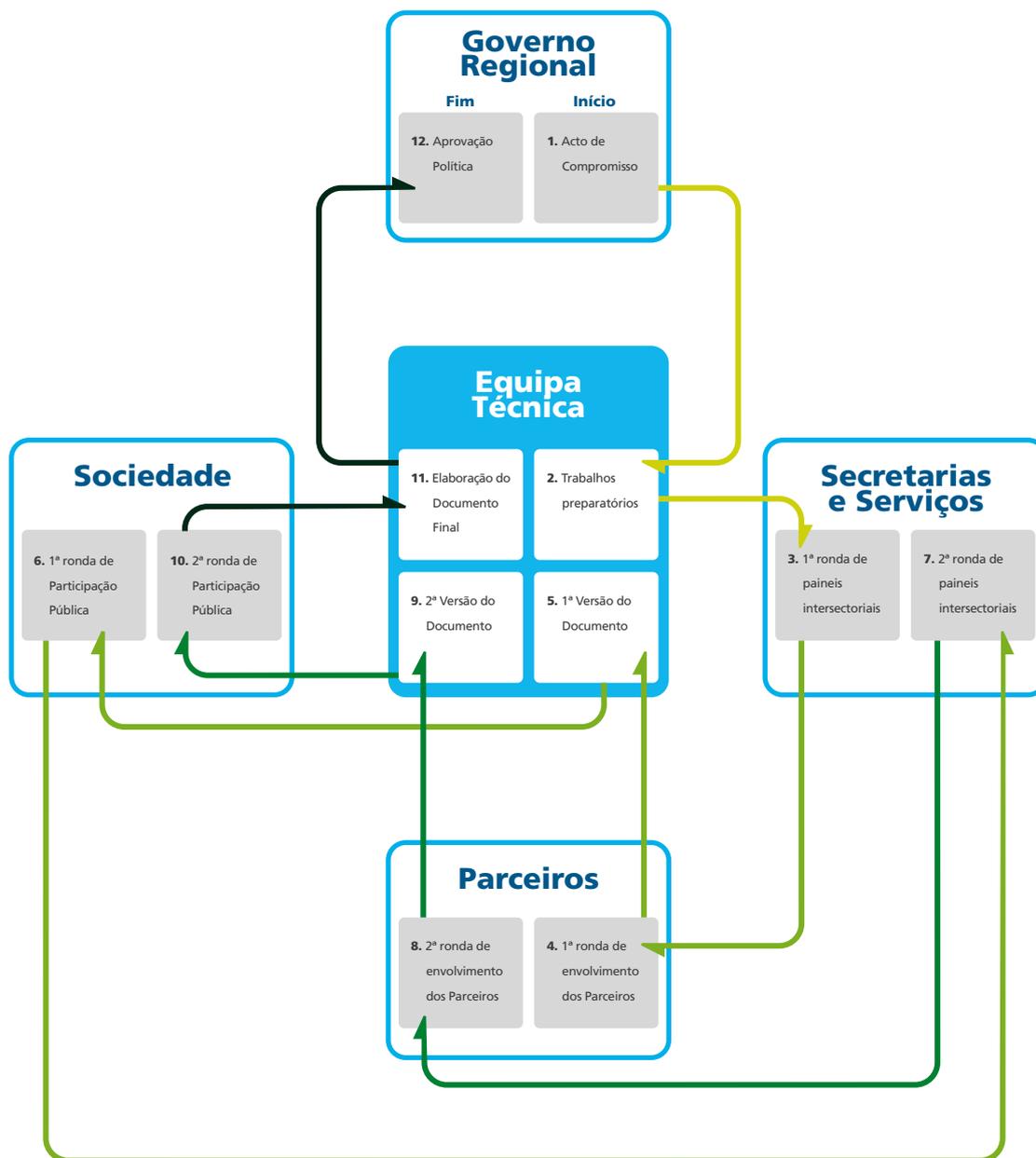


Figura 5.2

Fases de desenvolvimento propostas para a elaboração do PRReDSA

## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã

### 5.3. Concretizar intenções: da teoria à prática



- Trabalhos preparatórios
- 1ª Ronda
- 2ª Ronda
- Conclusão

**Figura 5.3**  
Representação esquemática do procedimento proposto para a elaboração do PReDSA

## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã

### 5.3. Concretizar intenções: da teoria à prática

Conforme é dado verificar, o esquema conducente à elaboração do PReDSA é caracterizado por uma forte interacção entre sub-processos de índole *política*, *técnica* e de *participação* (representados na **Figura 5.4**).



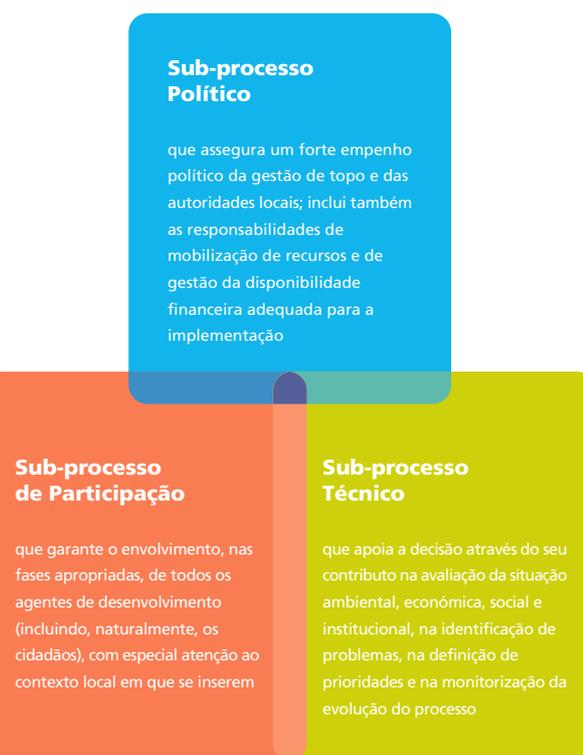
#### Contribuir para um novo estilo de produção e coordenação das políticas públicas

"(...) Que a ENDS e o PIENDS sejam compreendidos e "apropriados" pelos **parceiros sociais, pelas organizações não governamentais, pelos diferentes sectores da sociedade civil** como uma visão partilhada do futuro de Portugal, num contexto mundial particularmente difícil, pedindo a todos empenho numa visão solidária e de longo prazo, onde o interesse nacional e o alargamento da participação cívica se devem sobrepor e servir de quadro de referência aos interesses sectoriais, particulares e corporativos, incapazes de enfrentar os desafios que se colocam ao país.

Que a ENDS e o PIENDS permitam reforçar, na sociedade portuguesa, a capacidade de intervenção sobre as dinâmicas e orientação da sua própria trajectória de desenvolvimento e que contribuam para **garantir uma maior consistência entre os múltiplos níveis de administração e a capacidade de adaptação às realidades regionais.**

Que a ENDS e o PIENDS sejam um contributo decisivo para um **novo estilo de produção e coordenação das políticas públicas**, aumentado a sua qualidade através da incorporação da mais rigorosa e actualizada informação, acentuando a coerência, horizontalidade e transversalidade dos seus conteúdos, ampliando a sua legitimidade por meio de uma adequada participação de diferentes sectores sociais, incrementando a sua eficácia por via de uma mais ágil e robusta coordenação ao nível do poder executivo. (...)"

Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS, versão 2004)  
Versão para Consulta Pública



**Figura 5.4**

A interacção entre os sub-processos político, técnico e de participação

#### 5.3.2. Aspectos operacionais para a implementação do PReDSA

##### ...o enquadramento institucional para promover a sustentabilidade

O desenvolvimento sustentável, conforme frequentemente referido neste livro, é matéria (sobretudo) da responsabilidade de toda a sociedade e não apenas das instituições públicas. No entanto, é certo que será necessário coordenar a participação e envolvimento do Estado neste processo<sup>5</sup> (a nível da administração regional e da administração local), bem como de todas as partes interessadas (cidadãos, empresas e outros agentes económicos, partidos políticos, organizações não-governamentais, associações profissionais, instituições de investigação e desenvolvimento, ...).

(5) Propõe-se, neste contexto, a implementação de um "código de boas práticas administrativas" e o compromisso de promover a sustentabilidade dos processos da administração pública.

## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã

### 5.3. Concretizar intenções: da teoria à prática



#### Um quadro institucional eficaz para o desenvolvimento sustentável

"Um quadro institucional eficaz para o desenvolvimento sustentável a todos os níveis é essencial para a implementação integral da Agenda 21, dos resultados da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável e dos desafios emergentes. (...) os resultados da Cimeira deverão ser efectivamente perseguidos (...) através de comissões e outras instituições e organismos de nível regional e infra-regional."

Plano de Implementação da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (2002)



#### Exemplos de Boas Práticas do Sector Público Português

##### **Universidade de Coimbra: Mais qualidade (Entidade: Universidade de Coimbra)**

Esta entidade implementou um projecto de certificação de qualidade total, abrangendo actualmente o sector financeiro, o de recursos humanos, as áreas académicas, relações internacionais e gestão de edifícios, equipamentos e infra-estruturas. O investimento financeiro foi reduzido (cerca de 15 mil euros), mas permitiu aumentar a capacidade da Universidade para gerar recursos. De facto, cerca de 40% do orçamento anual provém actualmente de receitas próprias.

##### **Alfândega da Fé: Melhores condições educativas e sociais (Entidade: Câmara Municipal de Alfândega da Fé)**

Com o objectivo de reduzir o isolamento, combater o decréscimo de população escolar no 1º ciclo do ensino básico e melhorar as condições de ensino, a autarquia encerrou as escolas com menos de cinco alunos e concentrou-os num centro escolar na sede do concelho, passando a fornecer gratuitamente alimentação, transporte, manuais escolares na escolaridade obrigatória, aulas de Informática, Inglês e Música para o 1º ciclo, bem como diversas outras actividades lúdico-pedagógicas. Promoveu também bolsas de estudo para alunos no ensino superior e adaptou as antigas escolas para fins turísticos, valorizando assim o património como fonte geradora de receitas a nível local.

##### **Fisco Electrónico: Rapidez e menos burocracia (Entidades: DGI e DGIESTA\*)**

Os contribuintes portugueses podem actualmente fazer consultas detalhadas da sua situação fiscal, bem como enviar as declarações de impostos através de um processo totalmente on-line. Em 2004 foram processadas mais de 12 milhões de declarações fiscais e o sistema tinha cerca de 3,5 milhões de utilizadores registados, permitindo reduzir os processos burocráticos e aumentar a rapidez dos serviços tributários.

\* DGI: Direcção-Geral dos Impostos; DGIESTA: Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros

##### **Cuidados Continuados: Melhores condições de saúde (Entidade: Centro de Saúde de Odivelas)**

O Centro de Saúde de Odivelas implementou um sistema de prestação de serviços de saúde domiciliários a doentes acamados e às suas famílias, através de assistência presencial e telefónica permanente. Dos cerca de 1100 doentes atendidos por ano, metade encontra-se em situação de doença avançada, incurável e progressiva - carecendo, por isso, de cuidados paliativos - e outros integram doentes geriátricos e em reabilitação. Para além de apoio clínico no domicílio, o sistema permite evitar as idas desnecessárias às urgências e os internamentos indevidos (resolvendo mais de 80% dessas situações no domicílio).

##### **Biblioteca B-On: Mais informação on-line (Entidades: UMIC e FCCN\*\*)**

A B-on, biblioteca do conhecimento on-line, disponibiliza artigos integrais de algumas das principais editoras de revistas científicas internacionais, facilitando o acesso e a divulgação de informação técnica e científica e promovendo as actividades de investigação e desenvolvimento (I&D). Estão actualmente disponíveis mais de 16 750 publicações, existem mais de 358 mil utilizadores aderentes e, em Dezembro de 2004, atingiam-se quase 2 milhões de downloads acumulados.

\*\* UMIC: Agência para a Sociedade do Conhecimento; FCCN: Fundação para a Computação Científica Nacional

Adaptado de Revista Exame, Edição Especial 2005, O que Portugal faz bem e o que deveria fazer melhor

## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã

### 5.3. Concretizar intenções: da teoria à prática

Esse papel poderia ser catalisado por uma unidade orgânica, colocada sob a alçada directa da Presidência do Governo Regional<sup>6</sup> e articulada com as entidades a nível local, sugerindo-se, para esse efeito, a constituição de uma **Agência Regional para o Desenvolvimento Sustentável**<sup>7</sup> (Figura 5.5).

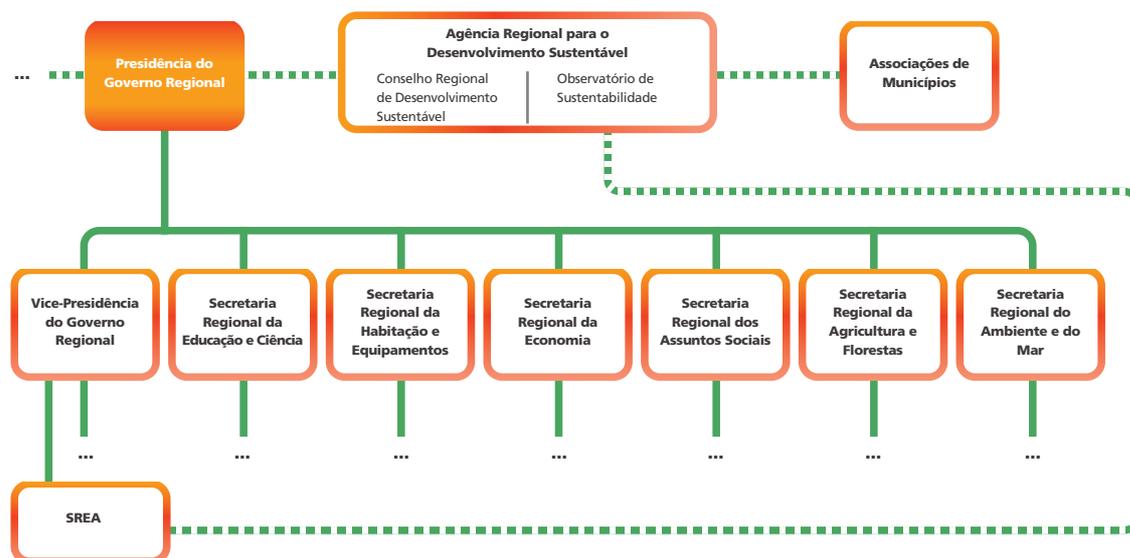


Figura 5.5

Articulação funcional da Agência Regional para o Desenvolvimento Sustentável com o Governo Regional e os Municípios<sup>8</sup>



#### Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC)

O **Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC)** da União Europeia constitui um quadro de orientação política que pretende melhorar a cooperação das políticas sectoriais comunitárias que possuem um impacto significativo no território. A sua elaboração parte da constatação de que a acção dos Estados-Membros pode ser optimizada e mais eficazmente articulada se for baseada em objectivos de desenvolvimento espacial definidos em comum. O planeamento estratégico promovido pelo EDEC orienta-se para métodos de acção baseados em três vertentes essenciais:

- Formação de parcerias;
- Escolha de Indicadores / Construção de Sistemas de Informação;
- Constituição de Observatórios.

(6) Tendo por base a estrutura orgânica do IX Governo Regional da Região Autónoma dos Açores.

(7) Naturalmente que a concretização de uma estrutura deste género deve ser reflectida e devidamente articulada na estrutura da administração regional e local, pelo que a sua viabilidade é perspectivada num contexto de médio prazo.

(8) A experiência verificada noutros países e regiões indica que a eficácia do processo requer o estreito envolvimento da Presidência do Governo assegurando-se, assim, um forte compromisso institucional.

## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã

### 5.3. Concretizar intenções: da teoria à prática

A Agência Regional para o Desenvolvimento Sustentável não possuiria responsabilidade de decisão política, assumindo um papel estratégico no apoio à implementação do processo, avaliação de desempenho e difusão de informação. Nesse sentido, a referida Agência contemplaria, no essencial, dois vectores de actuação:

- **um instrumento de carácter consultivo (*Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável*<sup>9</sup>)**, que teria por competência a emissão de pareceres e recomendações relativamente às linhas de actuação e propostas dos vários departamentos da administração regional, da administração local e de outros agentes de desenvolvimento, bem como a análise e interpretação periódica da informação decorrente das restantes actividades da Agência. Em última análise, este órgão teria como ambição criar as condições necessárias para que todas as acções (aos diferentes âmbitos e níveis da administração pública) contemplassem a análise dos respectivos impactes ambientais, económicos, sociais e institucionais favorecendo, ainda, o envolvimento dos diversos agentes de desenvolvimento no processo de tomada de decisão;
- **um instrumento de apoio técnico (*Observatório de Sustentabilidade*)**, cuja função seria o de assegurar um sistema de informação para o apoio às actividades do Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável e para a monitorização, avaliação e difusão de informação do processo de desenvolvimento da Região. A sua metodologia de trabalho deveria contemplar a gestão, revisão e evolução constante do *Sistema Regional de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável*<sup>10</sup>, bem como a disponibilização de ferramentas que permitissem analisar, de forma mais consistente, o estado da sustentabilidade regional<sup>11</sup>. Este tipo de abordagem poderia, em parceria e articulação com o **Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)**, permitir o desenvolvimento de um sistema de informação regional (com desagregação a nível local), sistematizado num *Relatório Anual de Sustentabilidade dos Açores* e divulgado pelos meios e nas formas mais adequadas à difusão pública de informação. O Observatório de Sustentabilidade poderia ainda assumir o papel de parceiro regional do IMD para a integração dos Açores no *World Competitiveness Yearbook* e apoiar os municípios em iniciativas de sustentabilidade local (Agendas 21, galardão ECOXXI, sistemas de contabilidade social e ambiental, ...).

Por outro lado, e a **nível municipal**, sugere-se a constituição de *Conselhos ou Gabinetes para a Sustentabilidade*, directamente dependentes do Presidente da Câmara, no qual deveriam participar as entidades que, a nível concelhio, pudessem favorecer a implementação de Agendas 21 Locais e de outras ferramentas de gestão municipal<sup>12</sup>.

(9) Esta proposta não pretende substituir o actual Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CRADS) como órgão consultivo do Secretário Regional do Ambiente e do Mar, mas poderá readequar o papel dessa estrutura governativa. Julga-se ainda que, numa primeira fase, a Secretaria Regional do Ambiente poderia assegurar a logística de funcionamento da Agência.

(10) Para o qual é apresentada uma proposta de estrutura preliminar no **Anexo I** do presente livro.

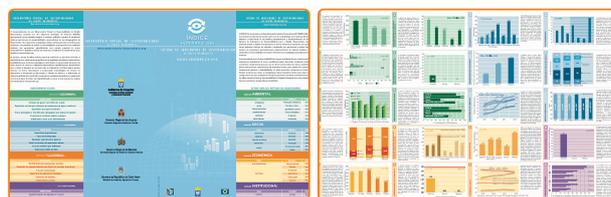
(11) e.g.: índices de desenvolvimento, matrizes *input/output*, análises de fluxos de materiais, metodologias de integração das componentes ambientais, económicas e sociais no Sistema de Contas Regionais, entre outras.

(12) Como a elaboração de planos estratégicos de desenvolvimento sustentável, instrumentos que poderão incorporar, numa visão mais global, os Planos Directores Municipais e outros instrumentos de gestão territorial.



#### Observatório Virtual de Sustentabilidade nos Açores

O Projecto **ÍNDICE - Sistema de Indicadores de Sustentabilidade para a Região da Macaronésia** tem por objectivo definir, calcular e manter um sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável comum às regiões insulares da Macaronésia (Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde), de forma a permitir a avaliação comparativa dos efeitos das políticas e da evolução das diferentes regiões no sentido da sustentabilidade. Enquadrado pela Iniciativa Comunitária INTERREG III B (Espaço Açores-Madeira-Canárias), este projecto é desenvolvido através de uma parceria entre a Direcção Regional do Ambiente / Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (Açores), a Direcção Regional do Ambiente (Madeira), a Consejería de Política Territorial y Medio Ambiente (Canárias) e o Ministério da Agricultura e Pescas (Cabo Verde).



No âmbito desta iniciativa foi desenvolvida a estrutura de um **Observatório Virtual de Sustentabilidade da Região Macaronésica**, com os seguintes objectivos:

- gestão, manutenção e utilização de indicadores de sustentabilidade e correspondentes bases de dados;
- elaboração de relatórios de acompanhamento e avaliação do estado da sustentabilidade na Região Macaronésica;
- exploração e interpretação de informação relacionada com a sustentabilidade das regiões macaronésicas;
- relação com outros Institutos ou Administrações especializados em tarefas de investigação ou de produção de informação, com base na cooperação e na coordenação transregional;
- realização de pesquisas, análises prospectivas e estudos temáticos específicos sobre assuntos de interesse no âmbito do desenvolvimento sustentável;
- disponibilização de uma base de documentação e informação acessível ao público em geral.

Esta estrutura disponibiliza assim um conjunto de ferramentas que, se devidamente integradas e potenciadas, poderão concorrer eficazmente para os desígnios de uma Agência Regional para o Desenvolvimento Sustentável.



Mais informações em [www.observatorio-macaronesia.org](http://www.observatorio-macaronesia.org)

## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã

### 5.3. Concretizar intenções: da teoria à prática



#### Ferramentas de avaliação de externalidades no contexto da sustentabilidade

"(...) será elaborado um Plano, (...) que permitirá a revisão do cálculo do Produto Interno Bruto e disponibilizará (...) um sistema protótipo de contas satélite sociais e ambientais que tome em consideração essas externalidades."

Plano Federal Belga de Desenvolvimento Sustentável  
(2000-2004)



#### As limitações do sistema estatístico regional

"Como em todos os sectores de actividade nos Açores, as estatísticas disponíveis são muito pobres e publicadas com um grande desfasamento temporal também no que se refere às estatísticas monetário-financeiras."

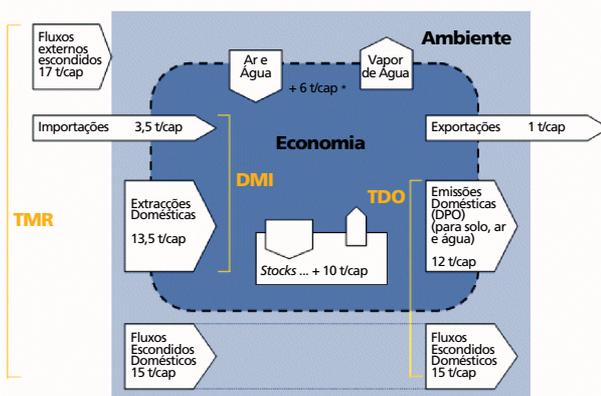
Gualter Furtado  
Banco Espírito Santo dos Açores  
in 100 maiores empresas dos Açores 2004



#### Análise de Fluxo de Materiais

Os indicadores económicos tradicionais, que descrevem os fluxos financeiros num sistema económico, fornecem poucas indicações acerca dos impactos ambientais inerentes à actividade económica. São necessários indicadores e metodologias que permitam quantificar a dimensão física de uma economia, de modo a que seja possível monitorizar progressos a nível de eco-eficiência e sustentabilidade. Este facto tem vindo a ganhar reconhecimento a nível internacional, e nos últimos anos têm vindo a ser efectuados esforços consideráveis para o desenvolvimento de sistemas de contabilidade de materiais e energia como complemento aos tradicionais sistemas de contas nacionais expressos em unidades monetárias. A **Análise de Fluxos de Materiais (AFM)** é uma das metodologias que podem ser utilizadas neste sentido, tendo sido adoptada a nível europeu pelo EUROSTAT.

A AFM pretende contabilizar todas as entradas e saídas de materiais numa economia, bem como a respectiva acumulação (stocks). Trata-se pois, de uma metodologia que requer um elevado esforço analítico de recolha e tratamento da informação. A Comissão Europeia e a Agência Europeia para o Ambiente promoveram recentemente um estudo de análise de fluxos de materiais no âmbito da União Europeia, do qual se apresenta de seguida um exemplo ilustrativo (base anual e *per capita*, para a segunda metade da década de 90).



\* Valor de balanço entre o oxigénio utilizado e vapor de água libertado em processos de combustão

**DMI** - Entrada directa de materiais;  
**TMR** - Entrada total de materiais;  
**DPO** - Saída directa de materiais;  
**TDO** - Saída total de materiais.

Para além deste tipo de balanço, é útil avaliar o progresso dos indicadores ao longo do tempo, sendo que os indicadores obtidos com esta abordagem metodológica podem ser também uma ferramenta útil em termos de *benchmarking*.

Refira-se que a aplicação desta ferramenta à Região Autónoma dos Açores foi fortemente condicionada pelas dificuldades inerentes ao rigor da informação, não tendo sido, por isso, concretizada em sede dos Estudos de Base. No entanto, reconhecendo que a metodologia apresentada poderá ser extremamente útil para avaliar progressos a nível de ecoeficiência e sustentabilidade, nomeadamente como complemento do Sistema Regional de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SRIDS), sugere-se a sua aplicação em desenvolvimentos futuros.

## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã

### 5.3. Concretizar intenções: da teoria à prática



#### ecoBUDGET® um modelo de contabilidade ambiental

O conceito de contabilidade ambiental foi desenvolvido com base nos princípios da contabilidade financeira clássica, em meados dos anos 80.

Nesse contexto, o ICLEI (International Council for Local Environmental Initiatives) adoptou a ideia de orçamento ambiental local como marco político para conduzir as comunidades locais e as suas respectivas autoridades para as metas de sustentabilidade local, através do desenvolvimento do sistema ecoBUDGET.

O ecoBUDGET não atribui um valor monetário aos recursos naturais, mas antes utiliza indicadores físicos e quantitativos para estabelecer metas ambientais a nível local e aferir o estado do ambiente em relação a essas metas. Na prática, um ecoBUDGET é um sistema de gestão de recursos naturais a nível local, que contribui para o planeamento e controlo da utilização desses recursos.

Uma das características fundamentais do ecoBUDGET é o envolvimento permanente das autoridades locais nas diversas fases de implementação do sistema e a necessidade de ratificação dos seus objectivos e metas por parte da Assembleia Municipal, assegurando-se dessa forma o compromisso político.

Apresenta-se de seguida um exemplo hipotético de Balanço Orçamental (que constitui um dos instrumentos do ecoBUDGET):



RECURSO	INDICADOR	VALOR NO ANO DE REFERÊNCIA	VALOR 2001	VALOR 2003	META A CURTO PRAZO (2003)	META A MÉDIO PRAZO (2005-2010)	AValiação DA META A CURTO PRAZO	OBSERVAÇÕES
Qualidade do Ar	concentração de PM10 (µg/m³)	64 (2000)	53	45	45	40 (2005)		A concentração de PM10 foi influenciada por fenómenos meteorológicos pouco comuns
	distância da meta a médio prazo	-	46%	79%	79%	100%		
Energia	produção de energia proveniente de FER (MWh)	71.986 (1997)	81.990	89.834	87.300	188.000 (2010)		
	distância da meta a médio prazo	-	9%	13%	13%	100%		
Ruído	níveis de ruído em áreas urbanas (dB(A))	67,5 (1996)	66,8	67,4	66,3	55		O aumento dos níveis de ruído está relacionado com o aumento generalizado do tráfego automóvel. Estão em curso acções de sensibilização para alteração de comportamentos
	distância da meta a médio prazo	-	6%	1%	10%	100%		
Resíduos	recolha selectiva (%)	7,8 (1996)	21,8	24,4	28,5	40		A adesão dos cidadãos aos novos sistemas de recolha de resíduos tem decorrido de forma mais lenta do que o previsto
	distância da meta a médio prazo	-	44%	52%	64%	100%		

**ONDE ESTAMOS?**

**AValiação DA META A CURTO PRAZO**

- ... na metade inferior (concretização da meta: 0 - 49%)
- ... na metade superior (concretização da meta: 50 - 99%)
- ... na meta ou acima da mesma (concretização da meta: 100%)
- ... na direcção contrária à desejada (tendência negativa)

**AValiação DA META A MÉDIO PRAZO**

as esferas verdes representam a percentagem de resultados alcançados vs. as metas estabelecidas, calculada da seguinte forma:

$$\text{distância da meta a médio prazo} = \frac{\text{valor no ano de referência} - \text{valor actual}}{\text{valor no ano de referência} - \text{meta a médio prazo}} \times 100$$

O modelo ecoBUDGET está a ser implementado em vários municípios europeus, de entre os quais Amaroussion (Grécia), Bolonha (Itália), Ferrara (Itália), Kalithea (Grécia), Lewes (Reino Unido) e Växjö (Suécia).

Mais informações podem ser obtidas em:  
<http://www.ecobudget.com>

## 5. Proposta para a Implementação - construindo o amanhã

### 5.3. Concretizar intenções: da teoria à prática

#### ... a articulação das políticas regionais e municipais

Como foi verificado em Capítulos anteriores, a Região Autónoma dos Açores detém uma estratégia *informal* para a sustentabilidade que, contudo, ainda não está reflectida, de forma clara, no Plano e Orçamento das administrações regional e local. Por isso, tal como já foi referido, a implementação do PReDSA deve começar por uma acção sobre os planos e programas existentes a nível regional e municipal, entendendo-se que as instituições públicas deverão procurar, de forma gradual, reformular (ou preparar) os instrumentos que se revejam com o conteúdo estratégico do PReDSA. O objectivo último é o de desenvolver e articular acções sectoriais alinhadas por uma visão comum, constituindo um todo coerente com os princípios do desenvolvimento sustentável.



#### Uma estratégia de desenvolvimento sustentável não é um mero conjunto de planos e programas

" Uma estratégia (...) de desenvolvimento sustentável não deve ser vista meramente como um conjunto de planos, programas e projectos governamentais, mas antes como uma corporização do compromisso para a acção de todas as partes interessadas envolvidas. "

Relatório do Fórum Internacional sobre Estratégias de Desenvolvimento Sustentável (Gana, 2001)

Em síntese, o modelo apresentado para a implementação do PReDSA assume, como primeiro passo, uma *acção sobre as estratégias*, ou seja, a revisão e reformulação de programas existentes em complemento dos instrumentos de apoio e consulta pública. Esta abordagem considera que a **sustentabilidade** deverá iniciar-se com um reforço do envolvimento da comunidade na consecução das prioridades estabelecidas como missão do PReDSA, ou seja, a missão para Excelência e **Qualidade** na Região Autónoma dos Açores.



#### Convergência regional para os objectivos da Estratégia de Lisboa

A elaboração do PReDSA deverá promover a convergência regional para os objectivos definidos na **Estratégia de Lisboa** (Conselho Europeu de Lisboa, Março de 2000) relativos ao **Emprego, Reforma Económica e Coesão Social**, nomeadamente:

##### ■ **Preparação da transição para uma Economia competitiva, dinâmica e baseada no conhecimento**

- Uma sociedade da informação para todos
- Criação de um Espaço Europeu de Investigação e de Inovação
- Criação de um ambiente favorável ao lançamento e ao desenvolvimento de empresas inovadoras, especialmente de PME
- Reformas económicas com vista a um mercado interno completo e plenamente operacional
- Mercados financeiros eficientes e integrados
- Coordenação das políticas macroeconómicas: consolidação orçamental, qualidade e sustentabilidade das finanças públicas

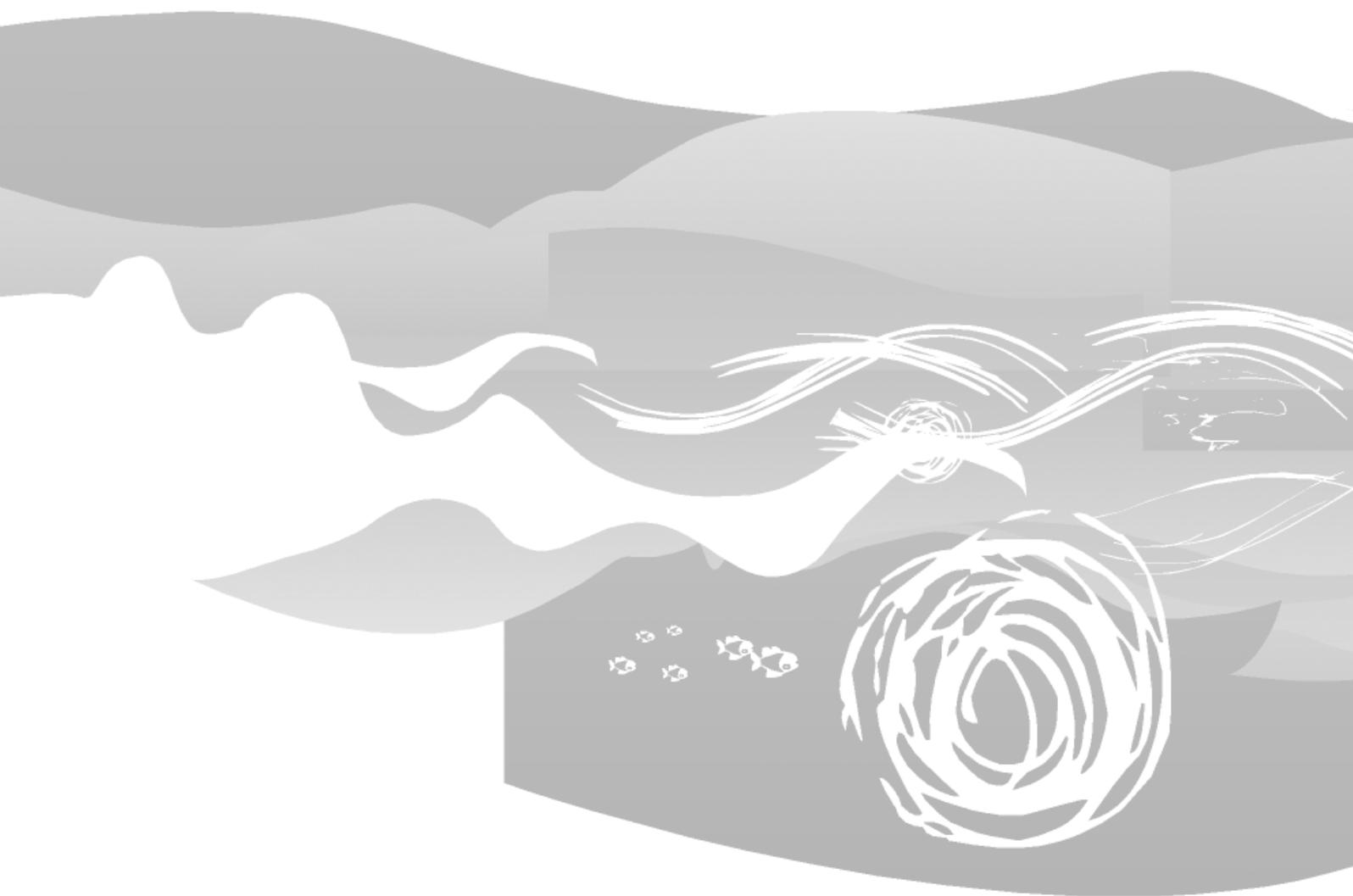
##### ■ **Modernizar o Modelo Social Europeu através do investimento nas pessoas e da construção de um estado-providência activo e dinâmico**

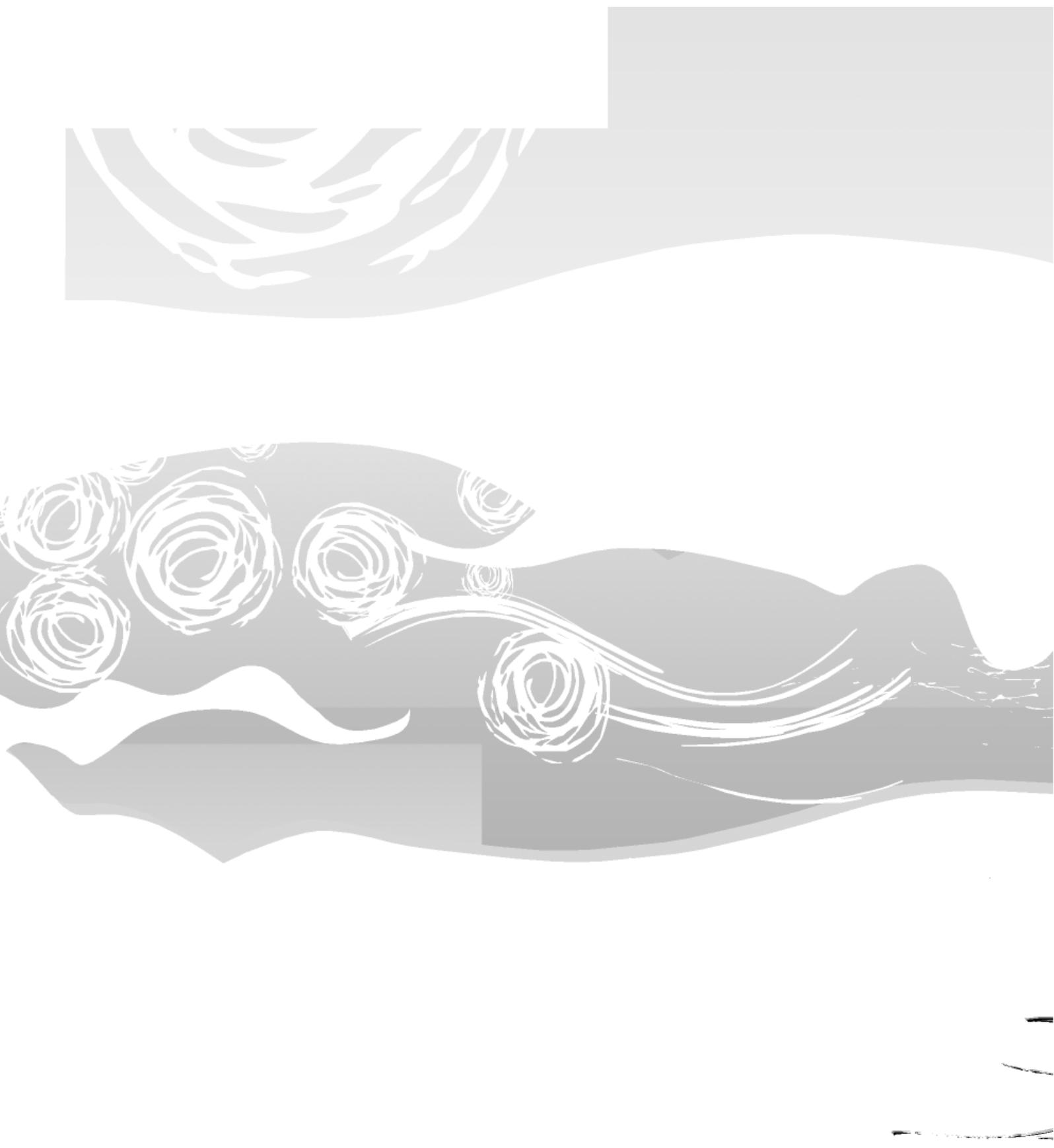
- Educação e formação para a vida e o trabalho na sociedade do conhecimento
- Mais e melhores empregos para a Europa: desenvolvimento de uma política de emprego activa
- Modernizar a protecção social
- Promover a inclusão social

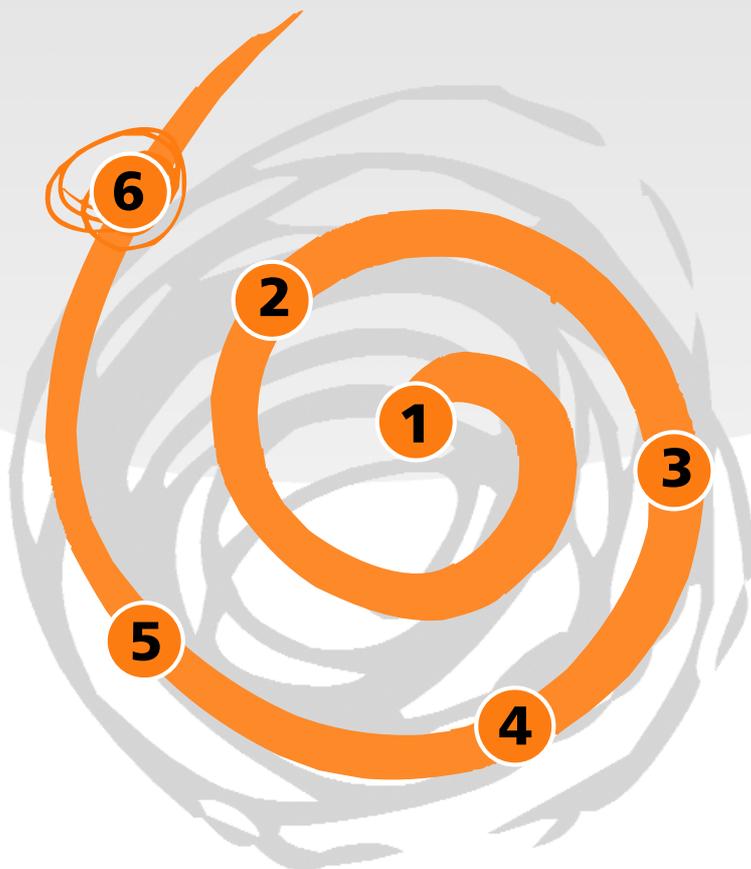
##### ■ **Traduzir as decisões em práticas: uma abordagem mais coerente e sistemática**

- Aperfeiçoar os processos existentes
- Aplicação de um novo método aberto de coordenação
- Mobilizar os meios necessários"

Relembre-se que o Conselho Europeu de Estocolmo (Cimeira de Primavera, 2001) decidiu que a *Estratégia da União Europeia de Desenvolvimento Sustentável* (na altura em elaboração) deveria completar e reforçar a *Estratégia de Lisboa* mediante a inclusão de uma dimensão ambiental, tendo reconhecido a necessidade de **integrar crescimento económico, coesão social e protecção do ambiente, em todas as decisões políticas**. Por conseguinte, esta estratégia constitui uma oportunidade para tornar operacional o desenvolvimento sustentável a curto e médio prazo.







### 1 - Introdução

### 2 - Desenvolvimento Sustentável uma perspectiva integradora

### 3 - Situação de Referência analisando o presente

### 4 - Cenários e Visões explorando o futuro

### 5 - Proposta para a implementação construindo o amanhã

### 6 - Considerações Finais

## 6. Considerações Finais

O inequívoco empenhamento da Administração Regional no processo de desenvolvimento sustentável da Região Autónoma dos Açores é demonstrado pelo presente documento e pelo apoio recebido para a execução da proposta de trabalho submetida à Secretaria Regional do Ambiente que, desde sempre, contou com a coordenação e acompanhamento do Senhor Director Regional do Ambiente.

Da nossa parte, procurámos definir objectivos ambiciosos para o que denominámos de **Estudos de Base do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Autónoma dos Açores**, mas temos que registar que o valor progressivamente atribuído ao envolvimento da comunidade e dos seus diversos agentes traçou uma metodologia algo diferente da inicialmente prevista para a consecução do trabalho<sup>1</sup>.

O conjunto de matérias que constituiu o seu âmbito revelou-se, em alguns casos, claro e objectivo, mas noutros relativamente opaco, dualidade própria de novos conceitos a operacionalizar como são, na verdade, os da sustentabilidade. Procurámos acompanhar as componentes mais difusas com informação e elementos que apoiassem uma análise mais fundamentada mas, mesmo assim, em alguns casos poderemos não ter conseguido alcançar o sucesso esperado. Devemos reconhecer que, em diversos casos, os dados disponíveis para efectuar uma avaliação de índole mais quantitativa revelaram-se manifestamente insuficientes e, certamente, um esforço de obtenção de informação mais fiável e desagregada será vantajoso em futuros projectos. No mesmo sentido, reconhecemos a importância e utilidade de uma participação pública mais ampla e representativa.

Não obstante os condicionalismos assumidos, resultantes na sua maioria do estado ainda pouco consolidado das metodologias para efectuar este tipo de trabalho, julgamos que a presente iniciativa foi claramente positiva. Para esse facto contribuiu o entusiasmo colocado nos vários eventos e trabalhos efectuados no âmbito dos *Estudos de Base*. A qualidade dos contributos recebidos constitui o aspecto mais determinante para atingir o cumprimento dos objectivos a que nos propusemos. Esperamos, agora, que as sugestões dos leitores possam estimular um renovado interesse nestas temáticas e que, dessa forma, todos possamos contribuir para a preparação de um Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável na Região Autónoma dos Açores.

A Equipa Técnica



(1) Mais informações podem ser consultadas no *Relatório de Metodologia*, que se encontra disponível no website do projecto (<http://sram.azores.gov.pt/predsa>).

## 2. Desenvolvimento Sustentável

### Caixa 2.1:

P. ANTUNES, R. SANTOS, S. MARTINHO, G. LOBO (2002). *Política de Ambiente e o Sector Eléctrico*, 3º Relatório do Estudo sobre Sector Eléctrico e Ambiente, para a Entidade Reguladora do Sector Eléctrico, Centro de Economia Ecológica e Gestão do Ambiente, Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Nova de Lisboa.

### Quadro 2.1:

CONSELHO REGIONAL DE REUNIÃO (1996). *As Regiões Ultraperiféricas da União Europeia: Situação, Perspectivas e Projectos de Cooperação*.

COMISSÃO EUROPEIA (2002). *As Regiões Ultraperiféricas. A União Europeia em paragens remotas*.

INSTITUTO CANÁRIO DE ESTADÍSTICA (ISTAC) (2004). Dados de população e território, URL: <http://www.gobiernodecanarias.org/istac>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) (2004). *Dados de população e território*, URL: <http://www.ine.pt>.

### Figura 2.1:

adaptado de G. GALLOPÍN, A. HAMMOND, P. RASKIN, R. SWART (1997). *Branch Points: Global Scenarios and Human Choice*, PoleStar Series Report nº 7, Global Scenario Group, Stockholm Environmental Institute, Suécia.

### Figura 2.8:

adaptado de T. RIBEIRO (2003). *Environment Future Challenges*, VII CNEA, European Environment Agency.

### Figura 2.9:

adaptado de T. RIBEIRO (2003). *Environment Future Challenges*, VII CNEA, European Environment Agency.

### Figura 2.11:

adaptado de PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2006). *Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2005-2015*, versão de trabalho de 17 de Janeiro.

## 3. Situação de Referência

### Caixa 3.1:

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT (2004). *Dashboard of Sustainability*, URL: [http://www.iisd.org/cgsdi/intro\\_dashboard.htm](http://www.iisd.org/cgsdi/intro_dashboard.htm).

Análise, tratamento de dados e estimativa do Índice de Sustentabilidade (Açores): Universidade do Minho.

### Caixa 3.2:

CUSTÓDIO CÓNIM (1999). *População e Desenvolvimento Humano - Uma Perspectiva de Quantificação*, Departamento de Prospectiva e Planeamento, Ministério do Planeamento, 1999.

Análise, tratamento de dados e estimativa do IDH (Açores): Universidade do Minho.

### Caixa 3.3:

REDEFINING PROGRESS, FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO), WORLD RESOURCES INSTITUTE, INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE), SERVIÇO REGIONAL DE ESTATÍSTICA DOS AÇORES (SREA) (2004).

Análise, tratamento de dados e estimativa da Pegada Ecológica (Açores): Universidade do Minho.

### Quadro 3.1:

IA (2000, 2001). *Relatórios relativos à avaliação preliminar da qualidade do ar*, Alfragide.

### Figura 3.1:

ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION (1997). *Emissions of Greenhouse Gases in the United States 1996*, Appendix B, U.S. Department of Energy, Washington DC, URL: <http://www.eia.doe.gov/oiaf/1605/gg97rpt/appb.html> (consultado em 20.Agosto.2004).

AUSTRALIAN GREENHOUSE OFFICE (2004). *Greenhouse Challenge*, URL: <http://www.greenhouse.gov.au/challenge/tools/index.html> (consultado em 22.Agosto.2004).

AEA TECHNOLOGY (2004). *UK National Atmospheric Emissions Inventory*, URL: <http://www.naei.org.uk>.

CONCELLO DE BURELA (2004). *Atmosfera - Contaminación por Formas de Materia*, Agenda 21, URL: <http://www.burela.org/agenda21/03-01.htm> (consultado em 22.Agosto.2004).

THE DEPARTMENT OF TRADE AND INDUSTRY (2004). URL: <http://www.dti.gov.uk> (consultado em 23.Agosto.2004).

INE (2004). URL: <http://www.ine.pt> (consultado em 23.Agosto.2004).

Nota: a dificuldade de obtenção de dados fiáveis e de factores de emissão específicos para a realidade regional aconselha a que os resultados apresentados sejam encarados como uma abordagem exploratória à emissão de GEE na Região Autónoma dos Açores. Os valores para 1990 e 1991 foram extrapolados assumindo a taxa de variação média do período 1992-2003.

### Figura 3.2:

ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION (1997). *Emissions of Greenhouse Gases in the United States 1996*, Appendix B, U.S. Department of Energy, Washington DC, URL: <http://www.eia.doe.gov/oiaf/1605/gg97rpt/appb.html> (consultado em 20.Agosto.2004).

AUSTRALIAN GREENHOUSE OFFICE (2004). *Greenhouse Challenge*, URL: <http://www.greenhouse.gov.au/challenge/tools/index.html> (consultado em 22.Agosto.2004).

AEA TECHNOLOGY (2004). *UK National Atmospheric Emissions Inventory*, URL: <http://www.naei.org.uk>.

CONCELLO DE BURELA (2004). *Atmosfera - Contaminación por Formas de Materia*, Agenda 21, URL: <http://www.burela.org/agenda21/03-01.htm> (consultado em 22.Agosto.2004).

THE DEPARTMENT OF TRADE AND INDUSTRY (2004). URL: <http://www.dti.gov.uk> (consultado em 23.Agosto.2004).

INE (2004). URL: <http://www.ine.pt> (consultado em 23.Agosto.2004).

Nota: a dificuldade de obtenção de dados fiáveis e de factores de emissão específicos para a realidade regional aconselha a que os resultados apresentados sejam encarados como uma abordagem exploratória à emissão de GEE na Região Autónoma dos Açores. Os valores para 1990 e 1991 foram extrapolados assumindo a taxa de variação média do período 1992-2003.

### Figura 3.3:

WB (2000). *Informação sobre emissão de gases com efeito de estufa*.

### Figura 3.4:

DROTRH (2001). *Plano Regional da Água - Versão para Consulta Pública*, Ponta Delgada.

### Figura 3.5:

DRRF (2005). *Inventário Florestal*, comunicação pessoal.

### Figura 3.6:

WB, MAPA, SREA, SRARN (2000). *Informação sobre área florestal*.

### Figura 3.7:

DROAP (2003). *Situação dos Planos Directores Municipais na Região Autónoma dos Açores*, comunicação pessoal.

### Figura 3.8:

DROTRH (2004). *Dados sobre a situação dos POOC na Região Autónoma dos Açores*, comunicação pessoal.

### Figura 3.9:

DROTRH (2001). *Plano Regional da Água - Versão para Consulta Pública*, Ponta Delgada.

### Figura 3.10:

DROTRH (2001). *Plano Regional da Água - Versão para Consulta Pública*, Ponta Delgada.

### Figura 3.11:

WB (2000). *Informação sobre intensidade de exploração de água*.

DROTRH (2001). *Plano Regional da Água - Versão para Consulta Pública*, Ponta Delgada.

SRARN (2003). *Plano Regional da Água da Madeira - Versão para Consulta Pública*, Funchal.

### Figura 3.12:

DROTRH (2001). *Plano Regional da Água - Versão para Consulta Pública*, Ponta Delgada.

### Figura 3.13:

DROTRH (2001). *Plano Regional da Água - Versão para Consulta Pública*, Ponta Delgada.

### Figura 3.14:

DRA (2002). *Relatório do Estado do Ambiente dos Açores 2001*, Horta.

**Figura 3.15:**

DROTRH (2001). *Plano Regional da Água - Versão para Consulta Pública*, Ponta Delgada.

**Figura 3.16:**

DROTRH (2001). *Plano Regional da Água - Versão para Consulta Pública*, Ponta Delgada.

**Figura 3.17:**

IBGE, WB (2000), INE Cabo Verde (2002), INSAAR (2002). *Informação sobre abastecimento de água*.  
DROTRH (2001). *Plano Regional da Água - Versão para Consulta Pública*, Ponta Delgada.  
SRARN (2003). *Plano Regional da Água da Madeira - Versão para Consulta Pública*, Funchal.

**Figura 3.18:**

DROTRH (2001). *Plano Regional da Água - Versão para Consulta Pública*, Ponta Delgada.

**Figura 3.19:**

IBGE, EUROSTAT (2000), SREA (2001), INSAAR (2002), DRE-M (2002). *Informação sobre drenagem e tratamento de águas residuais*.

**Figura 3.20:**

DRA (2002). *Relatório do Estado do Ambiente dos Açores 2001*, Horta.

Nota: consideraram-se **Espécies Ameaçadas** todas as que se enquadram no LIVRO VERMELHO com estatuto de "Extinta", "Em Perigo", "Vulnerável", "Rara", "Indeterminada", "Insuficientemente Conhecida" e "Comercialmente Ameaçada". Por outro lado, as **Espécies Protegidas** correspondem às espécies da Convenção de Bona, Convenção de Berna, Directiva Aves, Directiva Habitats, CITES EU e CITES.

**Figura 3.21:**

DROTRH (2002). *Relatório do Estado do Ordenamento do Território - Açores 2001*, Ponta Delgada.

Nota: ZPE - Zona de Protecção Especial, de acordo com a Directiva do Conselho n.º 79/409/CEE, de 2 de Abril ("Directiva Aves"); SIC - Sítio de Importância Comunitária, tal como definido na Directiva do Conselho n.º 92/43/CEE, de 21 de Maio ("Directiva Habitats"); AP - Área Protegida, encarada no contexto das áreas definidas no âmbito das competências regionais (incluindo reservas naturais, reservas florestais e paisagens protegidas).

**Figura 3.22:**

DRA (2002). *Relatório do Estado do Ambiente dos Açores 2001*, Horta.

Nota: Entende-se por "Área Classificada Terrestre" a sobreposição das áreas com estatuto de Rede Natura 2000 (ZPE e SIC) e das Áreas Protegidas regionais (considerando em ambos os casos apenas as áreas que incidem sobre território terrestre).

**Figura 3.23:**

WB, DRA, DRRF (2002). *Informação sobre áreas protegidas e classificadas*.

**Figura 3.24:**

INR, DRA (2003). *Relatório de Estado do Ambiente dos Açores 2003*, Horta.

**Figura 3.25:**

SREA (2002). *Anuário Estatístico 2002*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.26:**

IBGE, EUROSTAT (2000), DRE-M (2002). *Informação sobre produção de resíduos sólidos urbanos*.

**Figura 3.27:**

DRA (2005). *Plano Estratégico dos Resíduos Industriais e Especiais dos Açores - Versão para Consulta Pública*, Horta.

Nota: Os valores de RI e RIP considerados são provenientes apenas de estabelecimentos pertencentes à secção D (indústria transformadora) e à secção E (produção e distribuição de electricidade, gás e água) da Classificação Portuguesa de Actividades Económicas (CAE).

**Figura 3.28:**

SREA (2002). *Anuário Estatístico 2002*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.29:**

ISTAC (2000), UN Statistics Division (2001), IBGE/CEMPRE (2002), Eurostat (2003), DRAM (2003), EPA (2004). *Informação sobre reciclagem de resíduos*.

**Figura 3.30:**

INE (2004). *Informação retirada do Tema Estatístico Economia e Finanças*, URL: <http://www.ine.pt>.

**Figura 3.31:**

INE (2004). *Informação retirada do Tema Estatístico Economia e Finanças*, URL: <http://www.ine.pt>.

Nota: Para efeitos de estimativa da repartição do PIB por ilha, assumiu-se que a situação relativa de cada ilha manteve-se constante em relação à que se verificava em 1988, de acordo com disposto no PROTA 2000.

**Figura 3.32:**

SREA, DRE-M, ISTAC (2003), WB (1999). *Informação sobre o Produto Interno Bruto*.

**Figura 3.33:**

SREA (2003). *Anuário Estatístico 2003*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.34:**

SREA (2002). *Informação sobre Comércio*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.35:**

SREA (2001), EUROSTAT, WB (2002), ISTAC (2002). *Informação sobre Comércio*.

**Figura 3.36:**

INE (2004). *Informação retirada do Tema Estatístico Economia e Finanças*, URL: <http://www.ine.pt>.

**Figura 3.37:**

SREA (2003). *Informação sobre área e produtos agrícolas dos Açores*, Angra do Heroísmo. INE (1999) - *Recenseamento Geral da Agricultura 1999*, Açores.

**Figura 3.38:**

INE (1999). *Recenseamento Geral da Agricultura 1999*, Açores.

**Figura 3.39:**

SREA, WB (1999). *Informação sobre Solo Arável*.

**Figura 3.40:**

DROTRH (2001). *Relatório de Estado do Ordenamento do Território dos Açores (REOT-A)*, Ponta Delgada.

**Figura 3.41:**

WB (2000). *Informação sobre fertilizantes*.

**Figura 3.42:**

SOCERT - Portugal, Certificação Ecológica Lda. (2004). *Informação sobre produção biológica*.

**Figura 3.43:**

SOCERT - Portugal, Certificação Ecológica Lda. (2004). *Informação sobre produção biológica*.

**Figura 3.44:**

SOCERT - Portugal, Certificação Ecológica Lda. (2004) - *Informação sobre produção biológica*.

**Figura 3.45:**

INE (1999). *Recenseamento Geral da Agricultura 1999*, Açores.

**Figura 3.46:**

INE (1999). *Recenseamento Geral da Agricultura 1999*, Açores.

Nota: Os factores de conversão em cabeças normais (CN) foram recolhidos da Portaria n.º 192/03, de 22 de Fevereiro, Ministério da Agricultura e Pescas.

**Figura 3.47:**

DRA (2001). *Relatório de Estado do Ambiente dos Açores 2001*, Horta.

SREA (2003). *Anuário Estatístico 2003*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.48:**

SREA (2004). *Informação sobre turismo*, URL: <http://srea.ine.pt>.

**Figura 3.49:**

SREA (2004). *Informação sobre turismo*, URL: <http://srea.ine.pt>.

**Figura 3.50:**

SREA (2004). *Informação sobre turismo*, URL: <http://srea.ine.pt>.

**Figura 3.51:**

SREA (2004). *Informação sobre energia*, URL: <http://srea.ine.pt>.

**Figura 3.52:**

SREA (2004). *Informação sobre energia*, URL: <http://srea.ine.pt>.

**Figura 3.53:**

SREA, INE, ISTAC (2001), WB (2001). *Informação sobre energia*.

**Figura 3.54:**

EDA (2004). *Informação sobre energia eléctrica e fontes de energia renováveis*, Açores.

**Figura 3.55:**

EDA (2004). *Informação sobre energia eléctrica e fontes de energia renováveis*, Açores.

**Figura 3.56:**

SREA (2004). *Anuário Estatístico 2002. Séries Estatísticas 1992-2002*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.57:**

SREA (2000), ISTAC (2001), WB (2000). *Informação sobre energia*.

**Figura 3.58:**

DROTRH (2001). *Relatório de Estado do Ordenamento do Território dos Açores (REOT-A)*, Ponta Delgada.

Governo Regional dos Açores (2003). *Separata do Planeamento Civil de Emergência*, Açores.

**Figura 3.59:**

Governo Regional dos Açores (2003). *Separata do Planeamento Civil de Emergência*, Açores.

**Figura 3.60:**

SREA (2004). *Séries Estatísticas 1992-2002*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.61:**

DRA (2001). *Relatório de Estado do Ambiente dos Açores 2001*, Horta.

ISP (2004). *Estatísticas do Parque Automóvel Seguro*, URL: <http://isp.pt>.

Nota: a taxa de motorização foi calculada com base nos dados do Parque Automóvel Seguro.

**Figura 3.62:**

DRA (2001). *Relatório de Estado do Ambiente dos Açores 2001*, Horta.

**Figura 3.63:**

SREA (2002,2004). *Anuários Estatísticos*, Angra do Heroísmo.

SREA/INE (2002). *Recenseamento Geral da População, Censos 2001*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.64:**

SREA (2004). *Anuário Estatístico 2003*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.65:**

SREA (2002), INE (2002), ISTAC (2001), WB (2002). *Informação sobre densidades populacionais*.

**Figura 3.66:**

INE (2004). *Informação sobre população e demografia*, URL: <http://www.ine.pt>.

**Figura 3.67:**

INE (2004). *Informação sobre população e demografia*, URL: <http://www.ine.pt>.

**Figura 3.68:**

SREA (2002), INE (2002), INE Espanha (2001), USCB (2002), WB (2002). *Informação sobre população e demografia*.

**Figura 3.69:**

INE (2004). *Informação sobre população e demografia*, URL: <http://www.ine.pt>.

**Figura 3.70:**

INE (2002), INE Espanha (2001), USCB (2000), WB (2002), IMD *World Competitiveness Yearbook (2000)*. *Informação sobre população e demografia*.

**Figura 3.71:**

SREA (2004). *Séries Estatísticas 1992-2002*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.72:**

SREA (2004). *Séries Estatísticas 1992-2002*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.73:**

SREA (2004). *Séries Estatísticas 1992-2002*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.74:**

INE (2004). *Informação sobre dinâmica populacional*, URL: <http://www.ine.pt>.

**Figura 3.75:**

SREA/INE (2002). *Recenseamento Geral da População, Censos 2001*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.76:**

SREA/INE (2002). *Recenseamento Geral da População, Censos 2001*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.77:**

SREA, INE Cabo Verde, ISTAC, DRE-M, WB (1995-2000). *Informação sobre emprego*.

**Figura 3.78:**

SREA (2004). *Séries Estatísticas 1992-2002. Anuários Estatísticos*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.79:**

SREA (2004). *Anuários Estatístico 2003*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.80:**

SREA (2003). *Anuários Estatístico 2002*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.81:**

SREA (2003). *Anuários Estatístico 2002*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.82:**

SREA (2002), INE Espanha (2000), IMD *World Competitiveness Yearbook (2000)*. *Informação sobre condições de vida e igualdade*.

**Figura 3.83:**

SREA (2004). *Séries Estatísticas 1992-2002. Anuários Estatísticos*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.84:**

INE (2004). *Informação sobre dinâmica populacional*, URL: <http://www.ine.pt>.

**Figura 3.85:**

SREA (2001), INE Espanha (2001), DRE-M (2001), WB (2001). *Informação sobre dinâmica populacional*.

**Figura 3.86:**

SREA (2004). *Séries Estatísticas 1992-2002. Anuários Estatísticos*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.87:**

SREA (2001), INE Espanha (1998), DRE-M (1998), WB (2001). *Informação sobre dinâmica populacional*.

**Figura 3.88:**

INE (2001), DGS (2001), WB (2001). *Informação sobre cuidados de saúde*.

Gobierno de Canarias (2004). URL: <http://gobiernodecanarias.org>.

**Figura 3.89:**

SREA (2004). *Séries Estatísticas 1992-2002. Anuários Estatísticos*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.90:**

SREA (2004). *Séries Estatísticas 1992-2002. Anuários Estatísticos*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.91:**

SREA (2004). *Anuário Estatístico 2003*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.92:**

SREA (2000), INE (2000), ISTAC (1998), WB (2000). *Informação sobre cuidados de saúde*.

**Figura 3.93:**

DROTRH (2001). *Relatório de Estado do Ordenamento do Território dos Açores (REOT-A)*, Ponta Delgada.

**Figura 3.94:**

DROTRH (2001), INE (2001), INE Cabo Verde (2000), ISTAC (2001), EUROSTAT (2001), AUSTRALIAN BUREAU OF STATISTICS (1999), IBGE (2000). *Informação sobre educação*.

**Figura 3.95:**

SREA/INE (2002). *Recenseamento Geral da População, Censos 1991 e 2001*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.96:**

MAI-SEF (1999), IBGE (2002), INE Cabo Verde (2000), ISTAC (2001), INE (2001). *Informação sobre educação e literacia*.

**Figura 3.97:**

SREA (2004). *Anuário Estatístico 2003*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.98:**

SREA (2004). *Informação sobre educação e condições de ensino*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.99:**

SREA (2004). *Informação sobre educação e condições de ensino*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.100:**

IMC World Competitiveness Yearbook (2004), WB (2004), ISTAC (2004), INE (2003, 2004). *Informação sobre educação e condições de ensino*.

**Figura 3.101:**

INE (2004). *Informação sobre cultura e estabelecimentos culturais*, <http://www.ine.pt>.

**Figura 3.102:**

INE (2004). *Informação sobre cultura e estabelecimentos culturais*, <http://www.ine.pt>.

**Figura 3.103:**

SREA/INE (2002). *Recenseamento Geral da População, Censos 1991 e 2001*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.104:**

SREA/INE (2002). *Recenseamento Geral da População, Censos 1991 e 2001*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.105:**

SREA/INE (2002). *Recenseamento Geral da População, Censos 1991 e 2001*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.106:**

Ministério da Justiça, Gabinete de Política Legislativa e Planeamento (2004) - *Informação sobre crimes registados por tipo nos Açores*.

**Figura 3.107:**

Ministério da Justiça, Gabinete de Política Legislativa e Planeamento (2004) - *Informação sobre crimes registados por tipo nos Açores*.

**Figura 3.108:**

Ministério da Justiça, Gabinete de Política Legislativa e Planeamento (2004) - *Informação sobre crimes registados por tipo nos Açores*.

**Figura 3.109:**

INE (2004). *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio*, <http://www.ine.pt>.

**Figura 3.110:**

INE (2004). *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio*, <http://www.ine.pt>.

**Figura 3.111:**

DGPPME (2001), WB (2001), INE (2002), INE Espanha (2002). *Informação sobre infra-estruturas de comunicação*.

**Figura 3.112:**

CNE (2004). *Resultados Eleitorais*, <http://www.cne.pt>.

**Figura 3.113:**

CNE (2004). *Resultados Eleitorais - Eleições Legislativas 2002*, <http://www.cne.pt>.

**Figura 3.114:**

DREPA (2004). *Planos Regionais, orçamentos aprovados em Assembleia Regional (1990-2004)*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.115:**

DREPA (2004). *Planos Regionais, orçamentos aprovados em Assembleia Regional (1990-2004)*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.116:**

DREPA (2004). *Planos Regionais, orçamentos aprovados em Assembleia Regional (1990-2004)*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.117:**

DREPA (2004). *Planos Regionais, orçamentos aprovados em Assembleia Regional (1990-2004)*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.118:**

DREPA (2004). *Planos Regionais, orçamentos aprovados em Assembleia Regional (1990-2004)*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.119:**

DREPA (2004). *Planos Regionais, orçamentos aprovados em Assembleia Regional (1990-2004)*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.120:**

DREPA (2004). *Planos Regionais, orçamentos aprovados em Assembleia Regional (1990-2004)*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.121:**

WB (2001). *Informação sobre dotações orçamentais para o sector da saúde*, DREPA (2004). *Planos Regionais, orçamentos aprovados em Assembleia Regional (1990-2004)*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.122:**

DREPA (2004). *Planos Regionais, orçamentos aprovados em Assembleia Regional (1990-2004)*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.123:**

WCY (2002), WB (2001). *Informação sobre dotações orçamentais para o sector da educação*, DREPA (2004). *Planos Regionais, orçamentos aprovados em Assembleia Regional (1990-2004)*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.124:**

DREPA (2004). *Planos Regionais, orçamentos aprovados em Assembleia Regional (1990-2004)*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.125:**

DREPA (2004). *Planos Regionais, orçamentos aprovados em Assembleia Regional (1990-2004)*, Angra do Heroísmo.

**Figura 3.126:**

EUROSTAT (2001), WCY (2002). *Informação sobre dotações orçamentais para o sector de Investigação & Desenvolvimento*. DREPA (2004). *Planos Regionais, orçamentos aprovados em Assembleia Regional (1990-2004)*.

### Figura 3.127:

DROTRH (2001). *Relatório de Estado do Ordenamento do Território dos Açores (REOT-A)*, Ponta Delgada.

### Figura 3.128:

DROTRH (2001). *Relatório de Estado do Ordenamento do Território dos Açores (REOT-A)*, Ponta Delgada.

### Figura A1.1:

OCDE (1998). *Towards Sustainable Development - Environmental Indicators*, OECD Publications, Organisation for Economic Co-operation and Development, Paris.

## 4. Cenários e Visões

### Caixa de informação adicional Elementos a considerar na elaboração de cenários de desenvolvimento:

EUROPEAN ENVIRONMENTAL AGENCY (2001). *Scenarios as tools for international environmental assessments*, Experts' corner report, Prospects and Scenarios N° 5, Environmental issue report N° 24, EEA, Copenhaga, Dinamarca.

### Caixa de informação adicional Referências a estudos e metodologias baseados em cenários:

#### Trabalhos do Global Scenario Group:

G. GALLOPÍN, A. HAMMOND, P. RASKIN, R. SWART (1997). *Branch Points: Global Scenarios and Human Choice*, PoleStar Series Report n° 7, Global Scenario Group, Stockholm Environmental Institute, Suécia.  
P. RASKIN, G. GALLOPÍN, P. GUTMAN, A. HAMMOND, R. SWART (1998). *Bending the Curve: Toward Global Sustainability*, PoleStar Series Report n° 8, Global Scenario Group, Stockholm Environmental Institute, Suécia.  
P. RASKIN, T. BANURI, G. GALLOPÍN, P. GUTMAN, A. HAMMOND, R. KATES, R. SWART (2002). *Great Transitions: The Promise and Lure of the Times Ahead*, PoleStar Series Report n° 10, Global Scenario Group, Stockholm Environmental Institute, Suécia.

#### Trabalhos do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável:

WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT (1998). *Exploring Sustainable Development. Global scenarios 2000-2050*, WBCSD, Londres, Reino Unido.

#### Trabalhos da Comissão Europeia:

EUROPEAN COMMISSION (1999). *Scenarios Europe 2010. Five possible futures for Europe*, EC Forward Studies Unit, Bruxelas, Bélgica.

#### Trabalhos do Joint Research Centre:

A. GUIMARÃES PEREIRA, A., S. FUNTOWICZ, S. CORRAL QUINTANA (2001). *VISIONS - Adventures into the Future*, The VISIONS project at the JRC: Final Report, ENV4-CT97-0462, Joint Research Centre, Ispra, Itália.

#### Trabalhos de Donald Meadows:

D.H. MEADOWS, D.L. MEADOWS, J. RANDERS, W. BECHRENS (1972). *Limits to grow*, Universe Books, New York (com tradução em português).

#### Trabalhos de Herman Kahn:

H. KAHN, W. BROWN, L. MARTEL (1976). *The next 200 years, Morrow*, New York (com tradução em português).

#### Trabalhos do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas:

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC) (2000). *Special Report on Emissions Scenarios*, Nebojsa Nakicenovic e Rob Swart (Ed.), Cambridge University Press, Reino Unido.

### Caixa 4.1:

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR (2005). *Como se imagina a viver nos Açores com este cenário? - Resultados da Avaliação de Cenários*, URL: <http://sram.azores.gov.pt/predsa>.

### Figura 4.1:

adaptado de G. GALLOPÍN, A. HAMMOND, P. RASKIN, R. SWART (1997). *Branch Points: Global Scenarios and Human Choice*, PoleStar Series Report n° 7, Global Scenario Group, Stockholm Environmental Institute, Suécia.

## 5. Proposta para a Implementação

### Bibliografia:

COMISSÃO MUNDIAL DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (1991). *O nosso futuro comum*, Méribérica/Liber Editores Lda.

DALAL-CLAYTON, B., BASS S. (2000). *National Strategy for Sustainable Development - The Challenge Ahead*, IIED, URL: <http://www.nssd.net/pdf/issues2.pdf> (consultado em 19.Jan.2004).

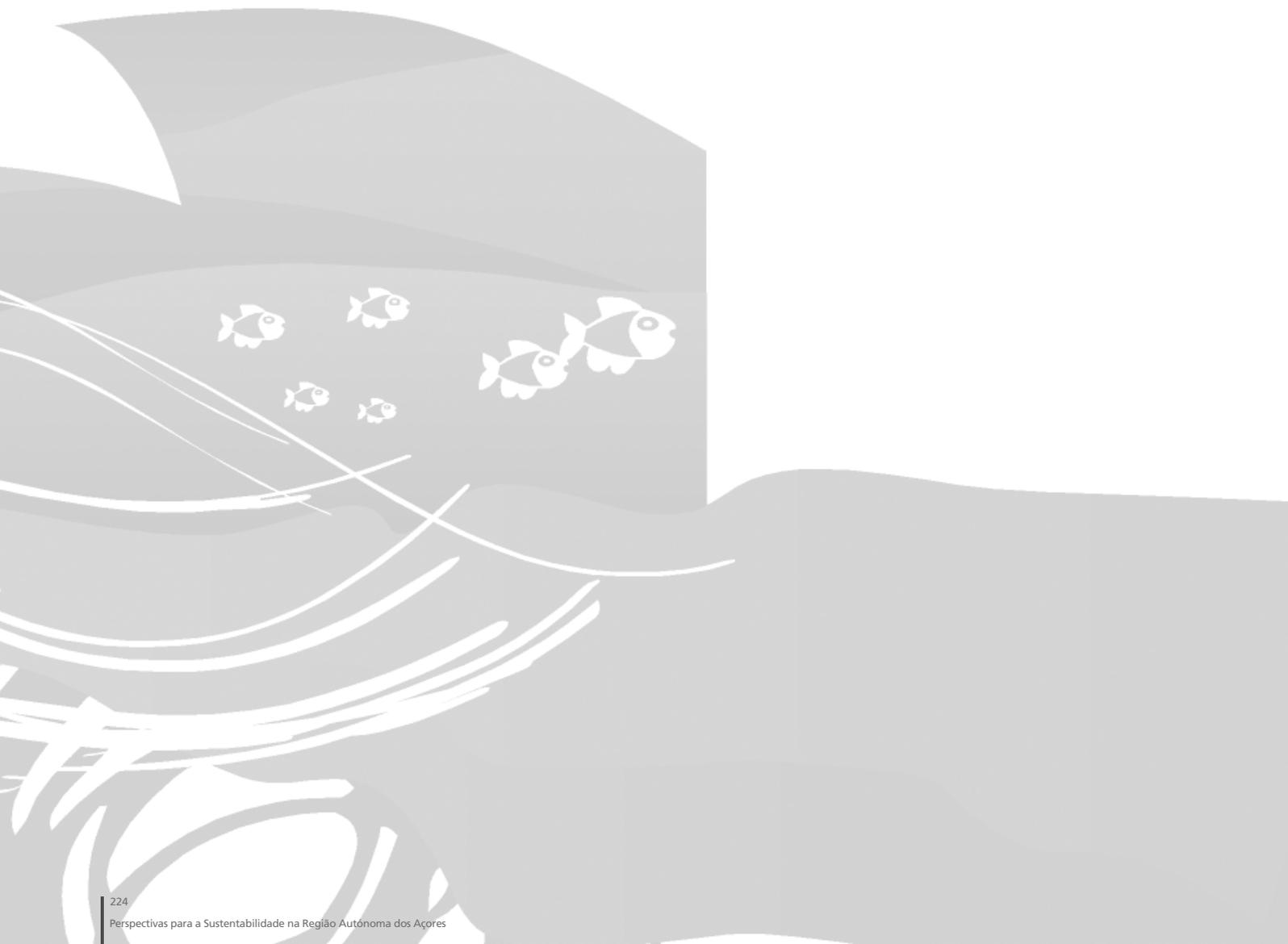
DONOR-DEVELOPING COUNTRY DIALOGUES ON NATIONAL STRATEGIES FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT, *National Strategies for Sustainable Development- Guide to Key Issues and Methods for Analysis: A Prompt for Status Reviews and Dialogues*, URL: <http://www.nssd.net/pdf/Topic7.pdf> (consultado em 19.Jan.2004).

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT (1997). *Assessing Sustainable Development - Principles in Practice*, Canada. URL: <http://www.iisd.org/pdf/bellagio.pdf> (consultado em 19.Jan.2004).

KIRKPATRICK, C. ET AL (2001). *Criteria to Assess Effectiveness of National Strategies for Sustainable Development*, Institute for Development Policy and Management, University of Manchester.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS (2002). *Guidance on Preparing a National Sustainable Development Strategy*, URL: <http://www.johannesburgsummit.org/html/documents/backgrounddocs/nsdsreport.pdf> (consultado em 19.Jan.2004).

WARD, J. (1995). *Principles of Information Systems Planning*, Routledge.



**Anexo I**  
**Proposta para um Sistema Regional de Indicadores de**  
**Desenvolvimento Sustentável**

### Proposta para um Sistema Regional de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

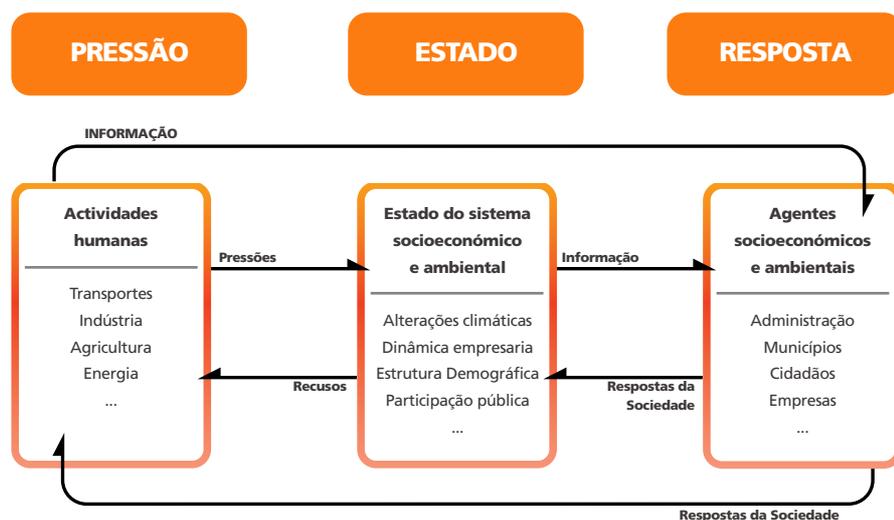
Os indicadores podem constituir uma ferramenta de apoio à decisão segundo várias vertentes. Por um lado, permitem traduzir dados físicos e sociais complexos sob a forma de unidades facilmente interpretáveis e comparáveis, contribuindo para o processo de caracterização e tomada de decisão. Por outro lado, são um instrumento precioso na validação e calibração do progresso das metas estabelecidas no sentido do desenvolvimento sustentável. São também uma ferramenta eficaz quando utilizada como elemento de monitorização, permitindo antever e minimizar efeitos negativos no sistema ambiental, económico e social.

De acordo com os princípios da Agenda 21, e efectuando-se um esforço de compatibilização entre diversas iniciativas a nível internacional e nacional (das quais merecem especial relevância o *Programa de Trabalho sobre Indicadores de Desenvolvimento Sustentável* da Organização das Nações Unidas [2001] e a *Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável* da Direcção Geral do Ambiente [2000]), apresenta-se no presente anexo uma proposta para a primeira versão de um **Sistema Regional de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**.

Este sistema foi estabelecido tendo por base os esquemas conceptuais propostos pelas iniciativas antecedentes já referidas, e enquadrado no modelo de Pressão-Estado-Resposta (PER) definido pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE). O modelo PER proposto enquadra os indicadores em três grandes grupos, de acordo com as características da informação que traduzem:

- Os *Indicadores de Pressão* descrevem as pressões das actividades humanas sobre o meio socioeconómico e ambiental que afectam a qualidade das suas variáveis;
- Os *Indicadores de Estado* caracterizam a qualidade do sistema socioeconómico e ambiental, traduzindo uma visão global do seu estado;
- Os *Indicadores de Resposta* evidenciam os esforços efectuados pela sociedade, em resposta a alterações no estado do sistema socioeconómico e ambiental.

A **Figura I.1** esquematiza o modelo PER, sintetizando as relações entre as diferentes variáveis que o constituem.



**Figura AI.1**  
Modelo Pressão-Estado-Resposta (PER)

Tendo em consideração estes conceitos, apresenta-se de seguida a proposta para um **Sistema Regional de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**.

## Anexo I

### Proposta para um Sistema Regional de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

TEMA	SUB-TEMA	REF.	INDICADOR	P	E	R
<b>Dimensão Ambiental</b>						
Atmosfera	Alterações Climáticas	A01	Emissão de GEE <sup>1</sup>	■		
	Qualidade do Ar	A02	Concentração de poluentes atmosféricos em áreas urbanas		■	
Solo e Ordenamento do Território	Usos	A03	Usos do solo		■	
	Ordenamento do Território	A04	Concelhos com Plano Director Municipal			■
		A05	Orla costeira com Plano de Ordenamento			■
Água	Quantidade	A06	Intensidade de exploração de água	■		
	Qualidade	A07	Qualidade das águas superficiais		■	
		A08	Qualidade das águas subterrâneas		■	
		A09	Qualidade das águas costeiras		■	
	Usos e Serviços	A10	Necessidades por tipo de utilizador		■	
		A11	População servida por água com qualidade adequada		■	
		A12	População servida por sistemas de drenagem e tratamento adequado de águas residuais		■	
Biodiversidade	Espécies	A13	Espécies ameaçadas e protegidas		■	
	Ecosistemas	A14	Áreas protegidas e classificadas			■
Resíduos	Produção	A15	Produção de resíduos sólidos urbanos	■		
		A16	Produção de resíduos industriais	■		
	Gestão	A17	Recolha selectiva e reciclagem de resíduos			■

P - Pressão; E - Estado; R - Resposta;

(1) Gases com Efeito de Estufa, segundo o Decreto n.º 7/2002, de 25 de Março;

# Anexo I

## Proposta para um Sistema Regional de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

TEMA	SUB-TEMA	REF.	INDICADOR	P	E	R
<b>Dimensão Económica</b>						
Macroeconomia	Desempenho Económico	E01	PIB <sup>2</sup> per capita		■	
		E02	VAB <sup>3</sup> por sectores económicos		■	
		E03	Balança comercial		■	
	Dinâmica Empresarial	E04	Taxa de crescimento empresarial		■	
Sectorios Económicos	Agro-pecuária	E05	Solo arável		■	
		E06	Utilização de agroquímicos	■		
		E07	Produção biológica		■	
		E08	Encabeçamento pecuário	■		
	Pesca	E09	Intensidade de exploração de recursos piscícolas		■	
	Turismo	E10	Capacidade de alojamento		■	
		E11	Intensidade turística	■		
	Energia	E12	Consumo de energia eléctrica per capita	■		
		E13	Produção de energia eléctrica proveniente de FER <sup>4</sup>		■	
		E14	Intensidade energética		■	
	Indústria	E15	Produção industrial		■	
	Transportes	E16	Utilização de transportes públicos		■	
		E17	Taxa de motorização		■	

P - Pressão; E - Estado; R - Resposta;

(2) Produto Interno Bruto;

(3) Valor Acrescentado Bruto;

(4) Fontes de Energia Renováveis

## Anexo I

### Proposta para um Sistema Regional de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

TEMA	SUB-TEMA	REF.	INDICADOR	P	E	R
<b>Dimensão Social</b>						
População	Estrutura Demográfica	S01	Densidade populacional		■	
		S02	Taxa de envelhecimento	■		
		S03	Taxa de dependência	■		
	Dinâmica Populacional	S04	Taxa de crescimento populacional	■		
		Emprego	S05	Taxa de desemprego	■	
	S06		Emprego por sectores de actividade		■	
	Equidade	S07	Taxa de equidade salarial por género		■	
Saúde	Mortalidade	S08	Taxa de mortalidade infantil		■	
		S09	Esperança média de vida		■	
	Cuidados Médicos	S10	População infantil vacinada contra doenças infecciosas			■
		S11	Taxa de população por serviços de saúde			■
		Educação	Formação	S12	População com o ensino secundário completo	
S13	Taxa de analfabetismo			■		
S14	Taxa de alunos por docente					■
Cultura	Infra-estruturas culturais	S15	Taxa de infra-estruturas culturais			■
Habitação	Condições habitacionais	S16	Caracterização habitacional		■	
Segurança	Criminalidade	S17	Taxa de Criminalidade		■	

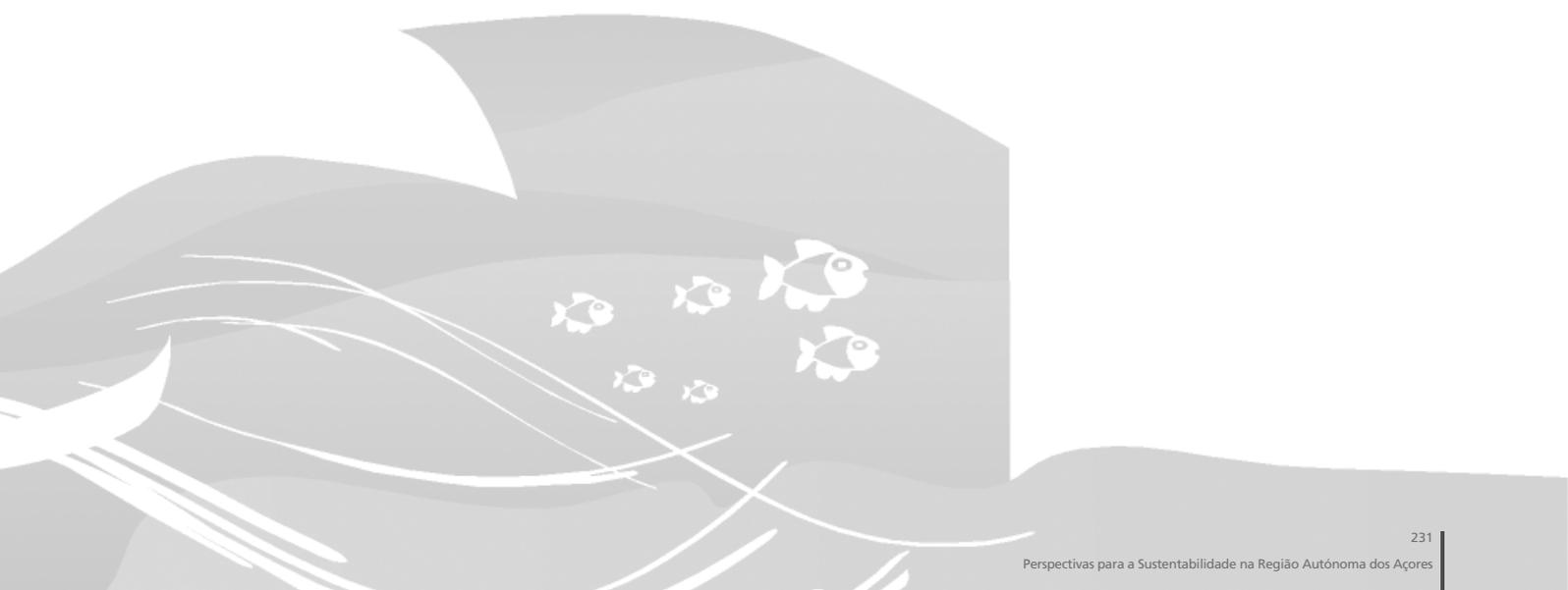
P - Pressão; E - Estado; R - Resposta;

## Anexo I

### Proposta para um Sistema Regional de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

TEMA	SUB-TEMA	REF.	INDICADOR	P	E	R
<b>Dimensão Institucional</b>						
Gestão Institucional e Local	Certificação	101	Entidades certificadas			■
	Desenvolvimento Sustentável Local	102	Implementação de Agendas 21 Locais			■
Sociedade de Informação e Participação	Infra-estruturas de comunicação	103	Imprensa escrita		■	
		104	Taxa de acesso à internet		■	
	Participação Pública	105	Absentismo eleitoral		■	
Investimento e Despesa	Qualidade Ambiental	106	Orçamento público para a promoção da qualidade ambiental			■
	Agro-pecuária	107	Orçamento público para o desenvolvimento da agro-pecuária			■
	Pescas	108	Orçamento público para o desenvolvimento das pescas			■
	Turismo	109	Orçamento público para o desenvolvimento turístico			■
	Energia	110	Orçamento público para o sector energético			■
	Transportes	111	Orçamento público para o sector dos transportes			■
	Saúde	112	Orçamento público para o sector da saúde			■
	Educação	113	Orçamento público para o sistema educativo			■
	Segurança Social	114	Orçamento público para a segurança social			■
	Ciência e Tecnologia	115	Orçamento público para Investigação & Desenvolvimento			■
Gestão de Riscos	Protecção Civil	116	Perdas humanas e materiais devido a desastres naturais	■		
		117	Planos de emergência			■

P - Pressão; E - Estado; R - Resposta;





## Anexo II

Dados de base considerados para o cálculo do *Dashboard of Sustainability*, do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e da Pégada Ecológica

## Anexo II

Dados de base considerados para o cálculo do *Dashboard of Sustainability*, do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e da Pégada Ecológica

**DASHBOARD OF SUSTAINABILITY**  
Análise entre treze países / regiões:

INDICADOR	ALE	AUS	BRA	CBV	ESP	EUA	NOR	POR	RUN	STP	CAN	RAM	RAA
<b>Dimensão Ambiental</b>													
Emissões de GEE (t CO <sub>2</sub> eq.hab <sup>-1</sup> )	9,55	17,97	1,81	0,32	6,99	19,85	11,11	5,91	9,64	1,00			3,50
Usos do solo (área florestal) [%]	30	21	63	21	29	25	29	40	11	28	14	40	30
Intensidade de exploração de água [%]	26	3	1		32	17	1	10	8			14	12
População servida por água com qualidade adequada [%]	100	100	89	33	100	100	100	92	100			98	98
População servida por sistemas adequados de DTAR [%]	91		35	26	48		73	50				49	
Áreas protegidas e classificadas (área classificada terrestre) [%]	7				22			16	7		42	80	16
Produção de RSU (t.hab <sup>-1</sup> )	4,92		0,48				1,89	2,27	7,19		0,76	0,52	0,43
Valorização e reutilização de resíduos (recolha selectiva) [%]	44		2		20			12	10		3		1
<b>Dimensão Económica</b>													
PIB per capita (10 <sup>3</sup> € .hab <sup>-1</sup> )	31,80	23,40	4,50	1,50	16,80	31,00	37,40	10,60	21,60	3,38	13,80	11,70	8,10
Balança comercial [% do PIB]	2	0	-1	-32	-2	-3	17	-10	-2		-35		-3
Solo arável [%]	1		1		10	2		8	44			5	5
Utilização de agroquímicos (fertilizantes) (kg.ha <sup>-1</sup> .SAU)	2 324	457	1 397	247	1 614	1 046	2 220	1 146	2 883				2 656
Consumo de energia eléctrica per capita (kWh.hab <sup>-1</sup> )	6 093	9 292	1 729		4 933	11 714	24 881	3 932	5 653		3 633	2 720	2 007
Intensidade energética (TEP.hab <sup>-1</sup> )	0,51	0,77	0,16		0,40	1,06	2,10	0,33	0,48		0,30		0,16
<b>Dimensão Social</b>													
Densidade populacional (hab.km <sup>-2</sup> )	231	3	21	114	82	31	15	111	244	161	239	291	103
Taxa de envelhecimento [%]	116	61	19	15	113	59	76	108	88	9	73	72	62
Taxa de dependência [%]	48	49	50	88	46	51	53	48	53	107	40	47	50
Taxa de desemprego [%]	9	7		21	19	5	4	6	7		15	4	5
Taxa de equidade salarial por género [%]	50	69			43	62	64	53	61		72		77
Taxa de mortalidade infantil (‰)	4,0	6,0	31,0	29,0	4,0	7,0	4,0	5,0	6,0	57,0	4,7	8,2	5,0
Esperança média de vida (anos)	78,0	79,0	68,0	69,0	78,0	78,0	79,0	76,0	77,0	65,0	77,6	71,3	73,6
População infantil vacinada contra doenças infecciosas (crianças com vacinação DTP completa) [%]	97	92	90	78	96		95	96	94	92	96	75	83
Taxa de população por serviços de saúde (hab.cama <sup>-1</sup> )	109,9				243,9	277,8	68,5	277,8	243,9		222,2		298,0
População com o ensino secundário completo [%]	83	57	17	19	40	87	86	20	81		41	14	10
Taxa de analfabetismo [%]	1	1	11	25	2		1	9			3	13	9
Taxa de alunos por docente (1º ciclo) (nºalunos.docente <sup>-1</sup> )	19,4	17,0	25,0	29,0	14,7	16,3	11,6	11,6	18,0	33,0	17,5	10,8	16,0
Taxa de alunos por docente (secundário) (nºalunos.docente <sup>-1</sup> )	15,2	12,6	22,0		11,0	15,9	9,3	8,9	18,0		18,4	8,0	6,0
Taxa de criminalidade (nºcrimes.10 <sup>-3</sup> .hab <sup>-1</sup> )					22,7			37,7				38,4	39,7
<b>Dimensão Institucional</b>													
Taxa de acesso à internet [%]	42	43	8	4	19	54	50	16	41	6	19	9	17
Absentismo eleitoral (média 1991-2002) [%]								45			40	44	53
Orçamento para I&D [%]	2,50	1,59	1,05	0,00	0,96	2,72	1,60	0,93	1,89	0,00	0,39	0,70	0,02

ALE - Alemanha, AUS - Austrália, BRA - Brasil, CBV - Cabo Verde, ESP - Espanha, EUA - Estados Unidos da América, NOR - Noruega, POR - Portugal, RUN - Reino Unido, STP - São Tomé e Príncipe, CAN - Comunidade Autónoma das Canárias, RAM - Região Autónoma da Madeira, RAA - Região Autónoma dos Açores

## Anexo II

### Dados de base considerados para o cálculo do *Dashbord of Sustainability*, do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e da Pégada Ecológica

#### Análise entre as nove ilhas dos Açores:

INDICADOR	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR
<b>Dimensão Ambiental</b>									
Usos do solo (área florestal) [%]	20	27	24	19	30	38	24	52	40
Concelhos com PDM (PDM em vigor ou revisão) [%]	0	67	0	0	0	33	100	0	100
Intensidade de exploração de água [%]	17	30	29	27	6	2	18	7	4
Qualidade das águas subterrâneas [% de análises conformes]	88	89	89	86	88	41	74	90	100
Qualidade das águas balneares [% de praias conformes]	100	86	100	100	50	100	100	0	100
Necessidades por tipo de utilizador (Necessidades totais <i>per capita</i> ) [m <sup>3</sup> .hab <sup>-1</sup> ]	103	118	119	97	116	105	101	112	92
População servida por água com qualidade adequada [%]	80	80	80	80	74	58	80	80	80
População servida por sistemas adequados de DTAR [%]	4	21	42	0	1	0	10	1	0
Áreas protegidas e classificadas (área classificada terrestre) [%]	2	9	13	6	16	30	15	27	52
Produção de RSU [kg.hab <sup>-1</sup> .dia <sup>-1</sup> ]	2,05	1,21	1,26	1,23	1,06	1,03	1,85	2,73	0,22
Produção de resíduos industriais (RIP) [% RI]	3,0	1,9	3,4	3,4	0,2	1,3	0,8	1,0	1,0
Valorização e reutilização de resíduos [% RIP encaminhados para destino recomendável]		46	41			3		19	0
<b>Dimensão Económica</b>									
PIB <i>per capita</i> [%]	2,10	55,20	23,90	1,20	3,50	5,30	7,20	1,50	0,10
Taxa de criação e sobrevivência de empresas (crescimento das sociedades) [%]	20	14	19	3	11	4	16	4	0
Solo arável [%]	2	8	8	10	3	3	4	1	1
Utilização de agroquímicos (fertilizantes) [kg.ha <sup>-1</sup> de SAU]	183	821	741	233	429	610	257	118	44
Encabeçamento pecuário [CN.ha <sup>-1</sup> ]	1,45	3,60	3,13	2,57	1,80	1,28	2,06	0,81	0,90
Intensidade de exploração dos recursos piscícolas (pesca descarregada) [kg.hab <sup>-1</sup> ]	80	40	21	25	22	174	83	15	38
Capacidade de alojamento (lugares em hotelaria tradicional) [lugares.10 <sup>-3</sup> .hab <sup>-1</sup> ]	55	29	23	16	16	28	516	38	
Intensidade turística [n <sup>o</sup> dormidas.hab <sup>-1</sup> ]	0,30	0,52	0,24	0,18	0,17	0,27	0,49	0,26	
Consumo de energia eléctrica <i>per capita</i> [kWh.hab <sup>-1</sup> ]	2 616	2 311	2 100	1 693	1 906	1 984	2 429	1 994	1 874
Produção de energia eléctrica proveniente de FER [%]	0,46	41,40	3,47	6,37	9,28	0,00	1,36	46,20	0,00
Intensidade energética [TEP.10 <sup>-3</sup> .€ <sup>-1</sup> de PIB]	1,06	0,04	0,08	1,17	0,46	0,33	0,31	1,12	19,00
Utilização de transportes públicos (carreiras urbanas e interurbanas) [hab.km <sup>-1</sup> .ano <sup>-1</sup> ]	706	54 235	18 794	1 247	1 060	4 952	2 061	923	
Taxa de motorização [n <sup>o</sup> veículos.10 <sup>-3</sup> .hab <sup>-1</sup> ]	440	322	395	364	450	376	474	377	179
<b>Dimensão Social</b>									
Densidade populacional [hab.km <sup>-2</sup> ]	57	175	137	78	39	33	86	28	25
Taxa de envelhecimento [%]	64	46	72	125	106	127	85	109	187
Taxa de dependência [%]	59	48	51	54	53	51	47	55	52
Taxa de crescimento populacional (taxa de crescimento efectivo) [%]	-5,8	4,5	0,2	-7,9	-5,3	-2,6	1,0	-7,7	8,1
Taxa de desemprego [%]	8	8	6	8	5	4	5	6	8
Taxa de equidade salarial por género (salário feminino) [%]	57	79	100	100	82	75	76	71	67
Taxa de mortalidade infantil [%]	8,5	8,1	6,8	19,4	7,5	9,7	9,9	19,9	
Esperança média de vida [anos]	71	72	72	72	74	72	73	72	69
Taxa de população por serviços de saúde [hab.cama <sup>-1</sup> ]	270	130	93	294	179	313	130	204	
População com o ensino secundário completo [%]	12	10	10	6	5	6	14	6	9
Taxa de analfabetismo [%]	10	12	9	14	10	6	6	8	6
Taxa de alunos por docente [n <sup>o</sup> alunos.docente <sup>-1</sup> ]	7	10	9	6	6	6	9	6	3
Taxa de infra-estruturas culturais [10 <sup>3</sup> .hab.infra-estrutura cultural <sup>-1</sup> ]	7,46	9,52	8,88	5,95	6,43	6,12	8,63	6,28	2,58
Caracterização habitacional (população residente em alojamento familiar precário) [%]	0,70	0,50	0,99	0,25	0,53	0,68	1,00	0,15	0,00
Taxa de criminalidade [n <sup>o</sup> crimes.10 <sup>-3</sup> .hab <sup>-1</sup> ]	35	51	39	20	32	31	47	45	
<b>Dimensão Institucional</b>									
Absentismo eleitoral [%]	57	54	50	48	44	43	45	42	32
Planos de emergência (concelhos com Plano Municipal de Emergência) [%]	100	67	50	100	0	0	100	50	100
Entidades de Administração Pública Regionais [n <sup>o</sup> ]*	13	121	85	12	16	17	48	13	3
Superfície média afectada a Entidades de Administração Pública Locais [km <sup>2</sup> .freguesia <sup>-1</sup> ]*	19	12	13	15	22	26	13	13	1

\*Nota: Indicadores adicionais ao sistema de indicadores proposto.

SMA - Santa Maria, SMG - São Miguel, TER - Terceira, GRA - Graciosa, SJO - São Jorge, PIC - Pico, FAI - Faial, FLO - Flores, COR - Corvo

## Anexo II

Dados de base considerados para o cálculo do *Dashbord of Sustainability*, do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e da Pégada Ecológica

### ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

$$\text{IDH} = 1/3 \cdot (\text{sub-índice de esperança de vida}) + 1/3 \cdot (\text{sub-índice de educação}) + 1/3 \cdot (\text{sub-índice de PIB})$$

SUB-ÍNDICES	ANO	VALOR	UNIDADE	ÍNDICE	OBSERVAÇÕES
<b>1. Esperança Média de Vida</b>					
1.1 Esperança Média de Vida	2001	75,6	anos	0,843	
<b>Sub-Índice de Esperança de Vida</b>				<b>0,843</b>	
<b>2. Educação</b>					
2.1 Taxa de Literacia	2001	91,8	%	0,918	taxa de alfabetização
2.2 Frequência Escolar	2001	93	%	0,930	adoptou-se o valor de Portugal
<b>Sub-Índice de Educação</b>				<b>0,922</b>	
<b>3. PIB</b>					
3.1 PIB <i>per capita</i>	2001	14 388	PPP	0,829	extrapolado
<b>Sub-Índice de PIB</b>				<b>0,829</b>	
<b>IDH</b>				<b>0,865</b>	

## Anexo II

### Dados de base considerados para o cálculo do *Dashbord of Sustainability*, do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e da Pegada Ecológica

#### PEGADA ECOLÓGICA

##### LISTAGEM DOS CONSTITUINTES

Apenas foram utilizados para o cálculo da Pegada Ecológica os constituintes considerados mais relevantes e significativos ou específicos da Região.

##### Origem Animal

**Alimentos:** carne bovina, carne não bovina, leite, queijo, manteiga, peixe/crustáceos/moluscos, ovos.

**Outros:** peles e seus artigos, seda e seus artigos, óleos e gorduras animais, lã, animais domésticos (cavalos, etc.), animais de estimação (cães, gatos, aves, etc.).

##### Origem Vegetal

**Alimentos:** milho, outros cereais (arroz, etc.), vegetais, fruta, raízes e tubérculos, café, chá, açúcar e seus artigos, cacau e chocolate, sementes e grãos, especiarias, frutos secos, alimentos para animais, vinho e outras bebidas alcoólicas, bebidas não alcoólicas, preparações à base de cereais, amido ou leite (esparguete, etc.), preparações à base de produtos hortícolas e frutas.

**Outros:** árvores de fruto, madeira e seus artigos (móvel, etc.), carvão vegetal, tabaco, borracha natural, algodão e seus artigos, flores e plantas ornamentais, óleos e gorduras vegetais (ceras, etc.), papel e pastas de celulose.

##### Origem Mineral e Sintética

Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal, cimento, adubos e fertilizantes, outros minerais (pedras preciosas, etc.), vidro e cerâmica, químicos orgânicos, químicos inorgânicos, tintas e corantes, produtos médicos e farmacêuticos, óleos e resinas, perfumes, plásticos e suas obras, borracha e suas obras, ferro e aço e suas estruturas, metais não ferrosos e suas obras, obras e estruturas não metálicas (casas, etc.), máquinas de mecânica, equipamento de escritório, equipamento eléctrico, veículos e transportes, embarcações e estruturas flutuantes, equipamento de construção civil, equipamento óptico, equipamento de desporto arte e lazer, vestuário e seus acessórios, outras fibras têxteis, carvão mineral e outros combustíveis sólidos, combustíveis líquidos óleos e betumes.

##### Energias renováveis

Energia geotérmica, eólica e hidroeléctrica.

##### Tipologia do Solo

- Área para energia fóssil
- Área para pastagens
- Área agrícola
- Área construída (engloba também extracção)
- Área florestal
- Oceano

##### Considerações

- Foram consideradas 74 variáveis:

- 7 "artigos" alimentícios de origem animal;
- 7 "artigos" não alimentícios de origem animal;
- 18 "artigos" alimentícios de origem vegetal;
- 9 "artigos" não alimentícios de origem vegetal;
- 31 bens de consumo;
- 2 "artigos" para balanço energético;

- Apenas 38 variáveis apresentaram dados suficientes para serem consideradas no cálculo.

- O ano de referência utilizado como base de cálculo é 2002, salvo em casos de indisponibilidade de dados para esse ano.

- Considera-se uma população de 238 767 habitantes (INE) e uma área territorial terrestre de 232 200 hectares no ano de referência de 2002.

- Utiliza-se um factor de equivalência de modo a poder somar as diferentes tipologias de solo.

- Não foi possível determinar a área disponível capaz de absorver CO<sub>2</sub>.

- Não se contemplam nos cálculos as trocas comerciais com o Continente, com excepção da carne e do leite e seus derivados.

- Foi considerada uma densidade de 1,032 g·ml<sup>-1</sup> para o leite.

- Considera-se que 12% do território não é "utilizável" pela população, encontrando-se "reservado" para a biodiversidade do arquipélago.

- Face à indisponibilidade de dados consistentes relativamente ao consumo de madeira, não foi possível nesta fase determinar a área florestal necessária para suprir as necessidades actuais.

- Como auxílio ao cálculo foram também utilizadas as seguintes constantes:

- Terra arável: 12 372 ha (Fonte: RGA, 1999);
- Pastagens permanentes: 105 276 ha (Fonte: RGA, 1999);
- Área florestal: 42 252,73 ha (Fonte: DRRF, 2005);
- Área construída (industrial e urbano): 11 842,2 ha (Fonte: REOT-A, 2001);
- Zona económica exclusiva (terra+mar): 984 300 km<sup>2</sup>;

- Fontes de Referência:

- Redefining Progress, RP: <http://www.redefiningprogress.org>
- Food and Agriculture Organization, FAO: <http://www.fao.org>
- World Resources Institute, WRI: <http://earthtrends.wri.org>
- Instituto Nacional de Estatística, INE: <http://www.ine.pt>
- Serviço Regional de Estatística dos Açores, SREA: <http://srea.ine.pt>

## Anexo II

### Dados de base considerados para o cálculo do *Dashbord of Sustainability*, do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e da Pégada Ecológica

#### Considerações por artigo

ARTIGO	METODOLOGIA DE CÁLCULO	OBSERVAÇÕES / FONTES
Carne bovina (apenas gado abatido)	Consumo [kg·ano <sup>-1</sup> ] / rendimento específico global [kg·ha <sup>-1</sup> ·ano <sup>-1</sup> ] / população [hab]	[1] [2] [7]. Apenas gado abatido. Segundo a DRDA, 30% da carne produzida é exportada.
Carne não bovina	Consumo [kg·ano <sup>-1</sup> ] / rendimento específico global [kg·ha <sup>-1</sup> ·ano <sup>-1</sup> ] / população [hab]	[1] [2] [7]. Suínos e aves abatidas. Segundo a DRDA, 30% da carne produzida é exportada.
Leite	Consumo [kg·ano <sup>-1</sup> ] / rendimento específico global [kg·ha <sup>-1</sup> ·ano <sup>-1</sup> ] / população [hab]	[1] [2] [7]. Leite entregue nas fábricas e embalado. Considera-se uma densidade de 1,032g·ml <sup>-1</sup> Segundo a DRDA, 87% do leite produzido é exportado.
Queijo	Consumo [kg·ano <sup>-1</sup> ] / rendimento específico global [kg·ha <sup>-1</sup> ·ano <sup>-1</sup> ] / população [hab]	[1] [2] [7]. Leite entregue nas fábricas e transformado em queijo. Segundo a DRDA, 87% do queijo produzido é exportado.
Manteiga	Consumo [kg·ano <sup>-1</sup> ] / rendimento específico global [kg·ha <sup>-1</sup> ·ano <sup>-1</sup> ] / população [hab]	[1] [2] [7]. Leite entregue nas fábricas e transformado em manteiga. Segundo a DRDA, 87% da manteiga produzida é exportada.
Peixe	Consumo [kg·ano <sup>-1</sup> ] / rendimento específico global [kg·ha <sup>-1</sup> ·ano <sup>-1</sup> ] / população [hab]	[1] [2]. Pesca descarregada. Exportação de conservas, peixe fresco ou refrigerado, peixe congelado e moluscos.
Ovos		
Peles e seus artigos		
Seda e seus artigos		Considerado insignificante.
Óleos e gorduras animais		[2]. Apenas disponíveis dados de exportação de gorduras e óleos de peixe.
Animais domésticos		
Animais de estimação		
Outros materiais de origem animal		
Lã		
Milho	Consumo [kg·ano <sup>-1</sup> ] / rendimento específico global [kg·ha <sup>-1</sup> ·ano <sup>-1</sup> ] / população [hab]	[1] [2].
Outros cereais		
Vegetais	Consumo [kg·ano <sup>-1</sup> ] / rendimento específico global [kg·ha <sup>-1</sup> ·ano <sup>-1</sup> ] / população [hab]	[1] [2]. Feijão.
Fruta	Consumo [kg·ano <sup>-1</sup> ] / rendimento específico global [kg·ha <sup>-1</sup> ·ano <sup>-1</sup> ] / população [hab]	[1] [2]. Laranja, tangerina, maçã, pêra, pêssego, uva de mesa.
Raízes e tubérculos	Consumo [kg·ano <sup>-1</sup> ] / rendimento específico global [kg·ha <sup>-1</sup> ·ano <sup>-1</sup> ] / população [hab]	[1] [2]. Batata, beterraba sacarina.
Café		
Chá	Área utilizada para cultivo (método directo)	[2].
Açúcar e produtos de confeitaria	Consumo [kg·ano <sup>-1</sup> ] / rendimento específico global [kg·ha <sup>-1</sup> ·ano <sup>-1</sup> ] / população [hab]	[1] [2]. Apenas dados de importação.

## Anexo II

### Dados de base considerados para o cálculo do *Dashbord of Sustainability*, do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e da Pégada Ecológica

ARTIGO	METODOLOGIA DE CÁLCULO	OBSERVAÇÕES / FONTES
Cacau e chocolate	Consumo [kg-ano <sup>-1</sup> ] / rendimento específico global [kg-ha <sup>-1</sup> -ano <sup>-1</sup> ] / população [hab]	[1] [2]. Apenas dados de importação.
Sementes, frutos oleaginosos, grãos, etc.	Consumo [kg-ano <sup>-1</sup> ] / rendimento específico global [kg-ha <sup>-1</sup> -ano <sup>-1</sup> ] / população [hab]	[1] [2]. Importações. Exportações de legumes de vagem secos, em grão.
Alimentos para animais	Consumo [kg-ano <sup>-1</sup> ] / rendimento específico global [kg-ha <sup>-1</sup> -ano <sup>-1</sup> ] / população [hab]	[2].
Vinho, vinagre e outras bebidas alcoólicas	Consumo [kg-ano <sup>-1</sup> ] / rendimento específico global [kg-ha <sup>-1</sup> -ano <sup>-1</sup> ] / população [hab]	[1] [2]. Produção de VLQPRD, VQPRD, vinho regional branco e tinto, vinho de mesa e outros. Exportação de licores e outras bebidas espirituosas. Considera-se uma densidade 1 kg·L <sup>-1</sup>
Bebidas não alcoólicas		
Esparguete		
Preparações à base de cereais, amido ou leite	Consumo [kg-ano <sup>-1</sup> ] / rendimento específico global [kg-ha <sup>-1</sup> -ano <sup>-1</sup> ] / população [hab]	[2].
Preparações de produtos hortícolas, de frutas, etc.	Consumo [kg-ano <sup>-1</sup> ] / rendimento específico global [kg-ha <sup>-1</sup> -ano <sup>-1</sup> ] / população [hab]	[2].
Árvores de fruto e vinha	Área utilizada para cultivo (método directo)	[3]. Frutos frescos, citrinos, frutos tropicais e vinha.
Madeira e seus artigos (excepto mobília)	Consumo [kg-ano <sup>-1</sup> ] / rendimento específico global [kg-ha <sup>-1</sup> -ano <sup>-1</sup> ] / população [hab]	[2]. Apenas importações e exportações.
Carvão vegetal		
Tabaco	Consumo [kg-ano <sup>-1</sup> ] / rendimento específico global [kg-ha <sup>-1</sup> -ano <sup>-1</sup> ] / população [hab]	[2].
Borracha natural		
Algodão e seus artigos		
Flores e plantas ornamentais	Consumo [kg-ano <sup>-1</sup> ] / rendimento específico global [kg-ha <sup>-1</sup> -ano <sup>-1</sup> ] / população [hab]	[2]. Apenas dados de exportação.
Óleos e gorduras vegetais, ceras	Consumo [kg-ano <sup>-1</sup> ] x intensidade energética [gJ·kg <sup>-1</sup> ] / população [hab]	[2] [4].
Papel e pasta de celulose e seus artigos		
Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	Consumo [kg-ano <sup>-1</sup> ] x intensidade energética [gJ·kg <sup>-1</sup> ] / população [hab]	[2] [4]. Cimento colocado à venda.
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica		
Adubos e fertilizantes	Consumo [kg-ano <sup>-1</sup> ] x intensidade energética [gJ·kg <sup>-1</sup> ] / população [hab]	[2] [4]. Apenas dados de importação.
Outros minerais (pedras preciosas)		
Químicos orgânicos		
Químicos inorgânicos	Consumo [kg-ano <sup>-1</sup> ] x intensidade energética [gJ·kg <sup>-1</sup> ] / população [hab]	[2] [4]. Apenas dados de importação.

## Anexo II

### Dados de base considerados para o cálculo do *Dashbord of Sustainability*, do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e da Pégada Ecológica

ARTIGO	METODOLOGIA DE CÁLCULO	OBSERVAÇÕES / FONTES
Tintas e corantes		
Produtos médicos e farmacêuticos		
Matérias albuminóides, à base de amidos, colas		2]. Apenas dados de importação. Ausência de factor de conversão.
Óleos, resinas e perfumes	Consumo [kg·ano <sup>-1</sup> ] x intensidade energética [gJ·kg <sup>-1</sup> ] / população [hab]	[2] [4]. Sabões, ceras, produtos de conservação e limpeza, velas, etc.
Plásticos e suas obras	Consumo [kg·ano <sup>-1</sup> ] x intensidade energética [gJ·kg <sup>-1</sup> ] / população [hab]	[2] [4]. Apenas dados de importação.
Borracha e suas obras	Consumo [kg·ano <sup>-1</sup> ] x intensidade energética [gJ·kg <sup>-1</sup> ] / população [hab]	[2] [4]. Apenas dados de importação.
Outros produtos químicos		
Vidro e cerâmica	Consumo [kg·ano <sup>-1</sup> ] x intensidade energética [gJ·kg <sup>-1</sup> ] / população [hab]	[2] [4]. Apenas dados de importação de cerâmica.
Aço e ferro e suas obras	Consumo [kg·ano <sup>-1</sup> ] x intensidade energética [gJ·kg <sup>-1</sup> ] / população [hab]	[2] [4]. Apenas dados de importação.
Obras e estruturas não metálicas (casas, etc.)		
Máquinas de mecânica	Consumo [kg·ano <sup>-1</sup> ] x intensidade energética [gJ·kg <sup>-1</sup> ] / população [hab]	[2] [4]. Apenas dados de importação e exportação. Reactores, propulsores e outras turbinas a gás
Equipamento de escritório		
Máquinas, aparelhos e materiais eléctricos	Consumo [kg·ano <sup>-1</sup> ] x intensidade energética [gJ·kg <sup>-1</sup> ] / população [hab]	[2] [4]. Apenas dados de importação.
Veículos e transportes	Consumo [kg·ano <sup>-1</sup> ] x intensidade energética [gJ·kg <sup>-1</sup> ] / população [hab]	[5]. Veículos a motor seguros.
Embarcações e estruturas flutuantes		Ausência de factores de conversão.
Equipamento de construção civil		
Equipamento de pesquisa e óptico		
Pólvora e seus artigos		
Equipamento de desporto, arte e lazer	Consumo [kg·ano <sup>-1</sup> ] x intensidade energética [gJ·kg <sup>-1</sup> ] / população [hab]	[2] [4]. Apenas dados de importação. Brinquedos, jogos e artigos para desporto.
Mobília	Consumo [kg·ano <sup>-1</sup> ] x intensidade energética [gJ·kg <sup>-1</sup> ] / população [hab]	[2] [4]. Apenas dados de importação.
Resíduos alimentares, alimento para animais	Consumo [kg·ano <sup>-1</sup> ] x intensidade energética [gJ·kg <sup>-1</sup> ] / população [hab]	[2] [4]. Apenas dados de importação. Móveis, mobiliário médico, cirúrgico, anúncios e cartazes.
Vestuários e seus acessórios	Consumo [kg·ano <sup>-1</sup> ] x intensidade energética [gJ·kg <sup>-1</sup> ] / população [hab]	[2] [4]. Apenas dados de importação e exportação. Exportação de roupas de cama, mesa, toucador ou cozinha.

## Anexo II

### Dados de base considerados para o cálculo do *Dashbord of Sustainability*, do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e da Pégada Ecológica

ARTIGO	METODOLOGIA DE CÁLCULO	OBSERVAÇÕES / FONTES
Fibras têxteis		
Combustíveis, óleos minerais e betumes	Consumo [kg·ano <sup>-1</sup> ] x intensidade energética [GJ·kg <sup>-1</sup> ] / população [hab]	[2] [4] [6]. A intensidade energética é média dos poderes caloríficos do GPL, petróleo, gasóleo, gasolina, fuelóleo e combustíveis de aviação. O consumo regional dirigido para produção de energia não foi considerado neste artigo.
Produção de energia	Consumo [kg·ano <sup>-1</sup> ] x intensidade energética [GJ·kg <sup>-1</sup> ] / população [hab]	[2] [4].

#### Notas:

[1] O rendimento específico global considerado provém de uma estimativa efectuada na Suécia em 1994, e constitui uma média produtiva mundial.

[2] Fonte: INE.

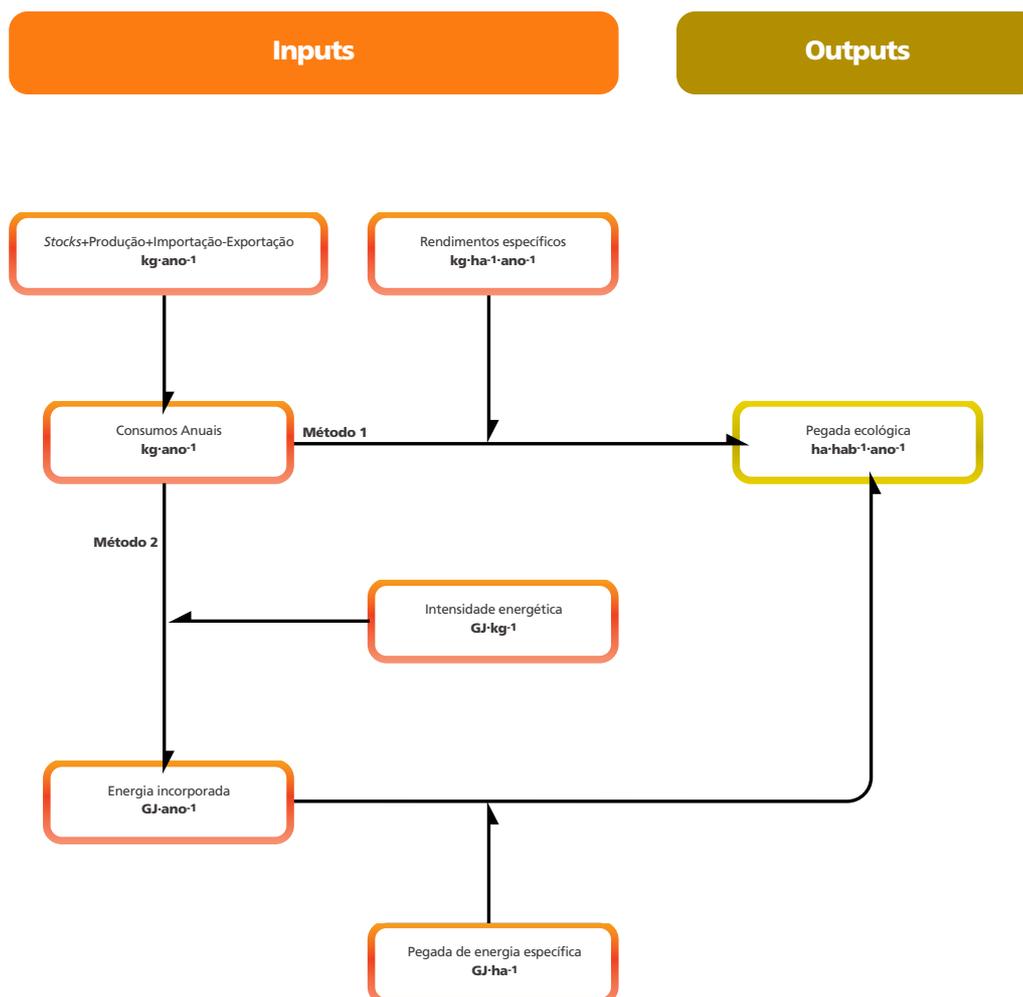
[3] Fonte: Recenseamento Geral da Agricultura - RGA 1999.

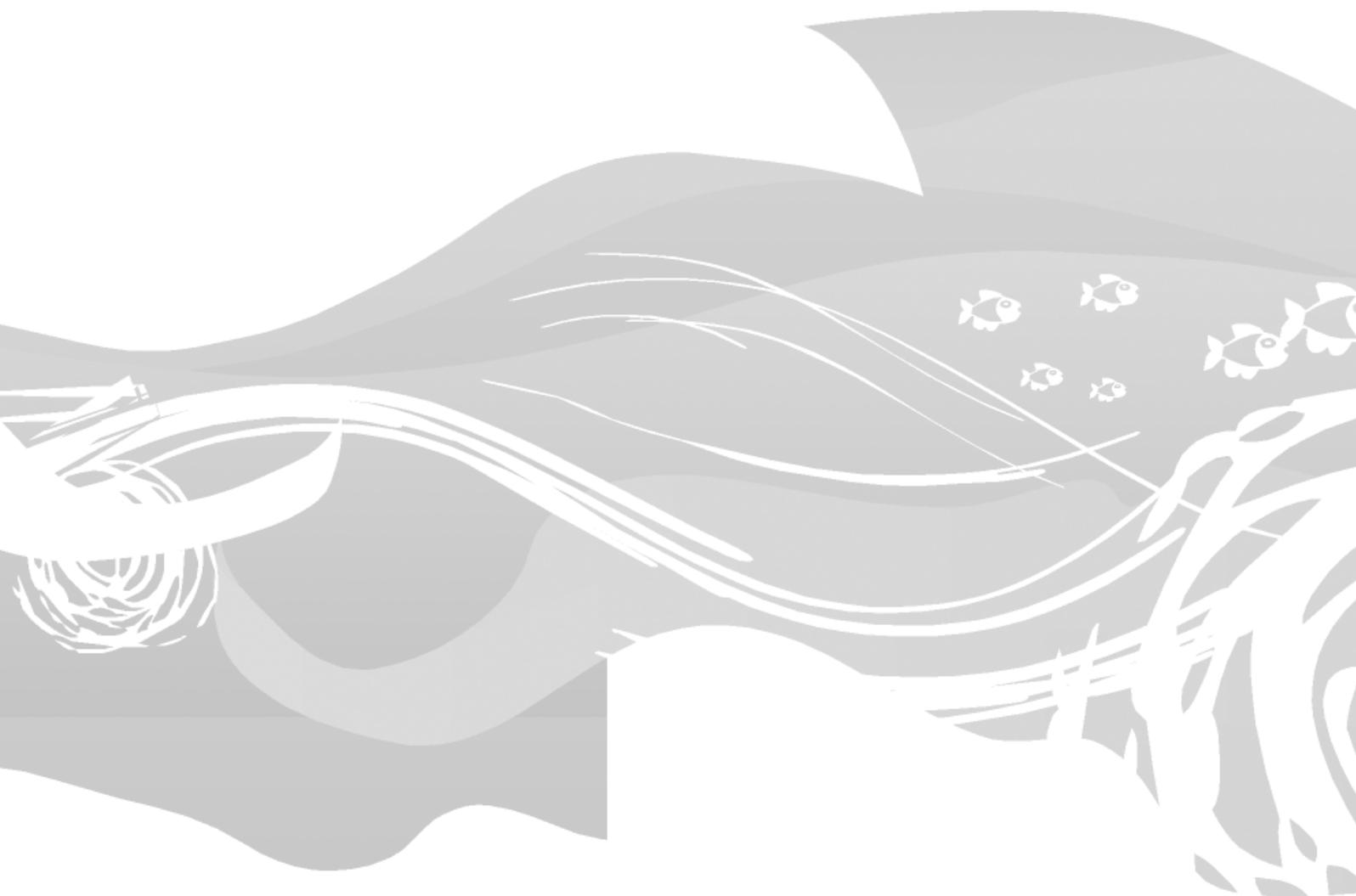
[4] Considera-se que a energia incorporada nalguns artigos resulta numa pegada de energia específica equivalente à da energia térmica (71 GJ ha<sup>-1</sup> ano<sup>-1</sup>).

[5] Fonte: Instituto de Seguros de Portugal - ISP 2002.

[6] Fonte: Direcção Regional de Comércio, Indústria e Energia - DRCIE 2002.

[7] Fonte: Direcção Regional de Desenvolvimento Agrário - DRDA.





## **Anexo III**

**Comentário do CNADS ao documento**  
*Perspectivas para a Sustentabilidade na Região Autónoma dos Açores*

**Anexo III**  
**Comentário do CNADS ao documento**  
*Perspectivas para a Sustentabilidade na*  
*Região Autónoma dos Açores*

## Anexo III

Comentário do CNADS ao documento  
*Perspectivas para a Sustentabilidade na Região Autónoma dos Açores*



#### Comentário do CNADS ao Estudo "Perspectivas para a Sustentabilidade na Região Autónoma dos Açores" - Contributo para a Elaboração de um Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável

1. Correspondendo à solicitação formulada pela Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos da Região Autónoma dos Açores, o Conselho, após analisar o Estudo/Contributo em referência, considerou ser de assinalar o relevante esforço que a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar dos Açores vem desenvolvendo desde há dois anos com vista à elaboração de um Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável, cujo processo metodológico seguido se afigura correcto.  
Ao invés da experiência verificada desde 2002, a nível nacional, com a elaboração da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), a qual, enquanto referencial incontornável, também afectou o processo nos Açores, a equipe encarregada pelo Governo Regional para a elaboração do Plano preocupou-se com a consolidação de uma metodologia e com a prévia audição dos parceiros sociais, nomeadamente do Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CRADS). Não obstante a referida audição dos parceiros sociais não ter tido a extensão desejável, ela ocorreu, porém, em fase oportuna e dela se extraíram contributos úteis. Importa referir que o presente Contributo surge na esteira do "Estudo de Base do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Autónoma dos Açores (PReDSA) - Relatório de Metodologia", apresentado em 7 de Junho de 2003, aquando da reunião conjunta do CNADS com o CRADS, na cidade da Horta.
2. A perspectiva integradora e o enquadramento conceptual em que assenta metodologicamente a construção do modelo de desenvolvimento a consagrar no Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável dos Açores, com a correcta valorização dos princípios de responsabilidade social e da eco-eficiência são dignos de registo. Como digna de registo é a clara intenção de proceder a uma reorientação das estratégias, programas e outros mecanismos de planeamento e de acção com vista a prosseguir os objectivos de desenvolvimento sustentável, para a especificidade de uma região periférica e arquipelágica como é a do Açores tendo em linha de consideração, também, os objectivos a fixar em breve à escala nacional (em sede de ENDS). É, assim, que explicitamente se declara no item 2.3, ao assinalar a ultraperifricidade da região no contexto europeu.
3. O carácter ainda preliminar do Contributo é, no entanto, enriquecido não só por um amplo "Enquadramento Cronológico" bastante conseguido, como por um diagnóstico dinâmico, que constitui a "situação de referência" para as formulações do PReDSA, sem descurar os contributos dos diversos sectores da sociedade civil.  
Merece referência especial o facto de estar integrada nas várias partes do "Contributo" uma proposta de Sistema Regional de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (cfr. Anexo I do Estudo), num total de 68 indicadores, em que assenta uma síntese segundo as diversas dimensões (ambiental, económica, social e institucional) que conforma o diagnóstico de sustentabilidade e a análise integrada das Dimensões do Desenvolvimento. É neste contexto, aliás, que deve ser saudada a abertura, embora ainda incipiente, que é feita para ser implementada numa contabilidade ambiental (*ecobudget*).
4. Dos seis capítulos do Estudo em apreço (233 páginas + 2 úteis Anexos), o que assume carácter propositivo, suscitando uma análise mais substantiva (capítulo 5), resume-se a pouco mais de 30 páginas. Será, fundamentalmente, sobre o seu conteúdo que o Conselho considera mais útil, nesta fase, fazer incidir o seu Comentário.  
Ao eleger como desígnio regional e conceito-chave a **Qualidade, conceito entendido como indissociável da Excelência**, o Contributo aproxima-se apenas parcelarmente do grande desígnio da ENDS 2005 - 2015, remetendo a *competitividade*, contida nesta, para a 2ª das "prioridades para a sustentabilidade" enunciadas. Na realidade, são dez as prioridades de actuação para a sustentabilidade, resultantes da articulação entre a análise da situação (diagnóstico de referência) e os cenários (5) e visões de futuro enunciadas (cap. 4). Os horizontes temporais adoptados - 2015, ano horizonte da ENDS, e 2030, ano proposto para os exercícios de reflexão sobre o futuro do Açores - reflectem metodologicamente uma intenção de estabelecer metas regionais faseadas para o desenvolvimento sustentável. Porém, nesta oportunidade, não é possível fazer qualquer juízo de valor sobre os planos de acção e as metas, por inexistentes, como carente de consolidação está a "prioridade" *10+1 Das Palavras à Acção*, que mais não será que o Plano de Implementação que consubstanciará a qualidade das propostas desta fase de pré-elaboração do PReDSA. A fase posterior deste processo preparatório do Plano será, conforme o esboço da metodologia proposta, a oportunidade de colmatar esta lacuna, bem como compatibilizar conteúdos com os últimos registos da revisão das Estratégias de Lisboa e Gotemburgo (UE).  
Não cabe ao Conselho, nesta fase preliminar, pronunciar-se sobre as "10 prioridades" em si e nem sobre a sua hierarquização. Importa sim só advertir para que, da não incorporação dos objectivos e vectores que finalmente forem definidos para a ENDS, poderão advir desajustamentos e desarticulações no futuro, já que a integração dos espaços regionais no todo nacional, salvaguardadas as suas especificidades, faz-se com a devida internalização regional dos desígnios e metas nacionalmente assumidas.
5. O cumprimento, a curto prazo, da Resolução do Conselho de Ministros nº 112/2005, publicada no DR, I Série B, de 30 de Junho, permitirá que a futura formulação do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável /PReDSA, nos seus dois níveis (estratégia e programa de implementação), integre as orientações e se articule com a imprescindível Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável e o subsequente Plano de Implementação (PIENDS), salvaguardadas as necessárias adaptações que a especificidade regional determinar.  
O Conselho considera, pois, ser desejável que a ulterior fase da elaboração do PReDSA, com base no adequado trabalho preparatório já efectuado, integre o que a ENDS, após discussão pública e apreciação parlamentar, vier a consagrar, bem como outros instrumentos de interacção com o quadro europeu (v.g. QREN e Estratégia de Lisboa).



**Título:**

Perspectivas para a Sustentabilidade na Região Autónoma dos Açores

**Coordenação Geral:**

Eduardo Carqueijeiro [Director Regional do Ambiente]

**Execução Técnica:**

António Brito, Regina Nogueira, Sérgio Costa [Universidade do Minho]

**Apoio Técnico:** Djemilah Silva, Filipe Castro, Gonçalo Lobo, João Almeida, Pedro Gonçalves, Pedro Santana, Sérgio Almeida, Susana Sá

**Contributos Específicos:**

Ana Massa, Ana Rodrigues, André Bradford, Ângela Silva, António M. Pascoal, Carlos de Andrade Botelho, Catarina Furtado, Dina Pacheco, Ezequiel Silva, Gonçalo Mello, Helena Calado, Hermenegildo Galante, Hugo Sousa Marques, Isabel Armas, João Luís Gaspar, João Porteiro, Jorge Augusto Paulus Bruno, José Manuel N. Azevedo, José Manuel Monteiro da Silva, José Virgílio Cruz, Marta Dimas, Max Brix Elisabeth, Patrícia Teixeira, Paulo Casaca, Regina Tristão da Cunha, Ricardo Rodrigues, Rui Coutinho, Rui Monteiro, Rui Monteiro da Câmara Pereira, Sancha Santos, Sérgio Caetano, Sónia Borges de Sousa, Susana Neto, Teófilo Braga, Vera Matos, Victor Medina, Veríssimo Borges

**Fotografia:**

O principal acervo de fotografias foi cedido do arquivo pessoal de Rui Coutinho. As fotografias relacionadas com infra-estruturas energéticas foram disponibilizadas pela Empresa de Electricidade e Gaz, Lda.. As restantes fotografias foram cedidas por Eduardo Carqueijeiro, Luís Matosinhos, Mafalda Vicente, Hugo Marques Espectro, Ruben Heleno, Sérgio Caetano e Carolina Brito.

**Projecto Gráfico:**

expoente.net

**Impressão:**

Gráficas Anduriña

**Tiragem:**

500 exemplares em suporte papel e 1000 exemplares em suporte digital

**Edição e Propriedade:**

Secretaria Regional do Ambiente e do Mar  
Direcção Regional do Ambiente  
Rua Cônsul Dabney - Colónia Alemã, Apartado 140  
9900-014 Horta

**Depósito Legal:**

243287/06

**ISBN:**

972-99925-2-5

**Data de Edição:**

Maio de 2006

**AGRADECIMENTOS**

Andrea Sousa, Andreлина Santos, Carla Fernandes, Carla Jorge, Delfina Jorge, Eduardo Guimarães, Herberto Alves, Janyne Sousa, Jorge Borges, Lúcio Fernandes, Luís Borrego, Margarida Quinteiro, Sandra Silva, Silva Pereira, Sílvia Filipe, Vítor Bernardes.

A equipa técnica agradece também a todas as pessoas que se envolveram directamente nas iniciativas promovidas durante o desenvolvimento dos trabalhos, nomeadamente nas sessões de trabalho (*workshops*), no Concurso "Açores 2030" e no envio de textos, artigos de opinião e desenhos, que muito contribuíram para enriquecer o presente documento.

O proprietário da presente obra é titular dos direitos de autor da forma e conteúdos da mesma, sendo (em harmonia com a legislação em vigor) expressamente proibida a sua reprodução, no todo ou em parte e por qualquer meio, sem autorização para o efeito.



INTERREG III B  
AÇORES-MADEIRA-CANÁRIAS

